Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] /Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –
v. 17, n. 2, edição 44 (2026) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH |UFMG, 2026.

Quadrimestral a partir de 2012 | Semestral a partir de 2023 | Anual a partir de 2025.
Títulos e resumos em português e inglês.
ISSN: 1984-6150.

Modo de acesso: http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades
http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index

1. História - Periódicos 2. Historiografía - Periódicos I.
Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)

Periódicos Capes (Brasil)

Latindex (México)

Open Aire (U. E.)

PKP Index (Estados Unidos)

Livre! (Brasil)

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.
31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil

E-mail: temporalidades@gmail.com
Homepage: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Março/2026.

Expediente

Universidade Federal de Minas Gerais
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Diretora: Prof. Dra. Thais Porlan de Oliveira

Departamento de História
Chefe: Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho

Colegiado de Pós-Graduação
Coordenador: Prof. Dr. Rodrigo Patto Sa Motta

Editor Chefe
Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Comissão Editorial 2025/2026
Gabriel Pereira Nascimento
Igor da Silva Nunes
José Arthur Pereira Landrim da Silva
Luís Carlos Albano Duarte Sousa
Mailson Moreira dos Santos Gama
Mariana Costa Borges
Wemerson F. Gomes

Conselho Editorial Consultivo Nacional
Adriana Romeiro (UFMG)
Adriana Vidotte (UFG)
Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Bruno Tadeu Salles (UEG)
Carlos Alvarez Maia (UERJ)
Diego Omar da Silveira (UEA)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eduardo França Paiva (UFMG)
Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)
Francismary Alves da Silva (UNIR)
George F. Cabral de Souza (UFPE)
Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)
Igor Salomão Teixeira (UFRGS)
Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)
João Pinto Furtado (UFMG)
Jonas Marçal de Queiroz (UFV)
Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)
José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Kátia Gerab Baggio (UFMG)
Leandro Duarte Rust (UFMT)
Márcia Sueli Amantino (Universo)
Marco Morel (UERJ)
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)
Raquel Costa Santos (UESB)
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)
Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Samantha Viz Quadrat (UFF)
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)
Tiago Luís Gil (UnB)
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)
Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

Conselho Editorial Consultivo Internacional
Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)
Hal Langfur (University of Buffalo)
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)
Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)
Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)
Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão
Luís Carlos Albano Duarte Sousa
Mailson Moreira dos Santos Gama

Diagramação e Publicação
Mailson Moreira dos Santos Gama

Imagens da Capa
COSTA, Áurea. Muiraquitã de nefrita encontrado na estearia da Boca do Rio. Fotografia.
Observatório Nacional. Luneta.
ARGENTON, Rodrigo Tetsuo. Ficheiro do Museu Afro Brasil. Fotografia.
Corte Real Leiloeira. Painel de azulejos "Ceia de Cristo".
Getty Images. Homem tem o nariz medido durante testes de determinação da raça ariana conforme as Leis de Nuremberg na Alemanha nazista. Arquivo de História Universal.
Museum Wormianum. Placa de descrição do gabinete de curiosidades do médico dinamarquês Ole Worm (século XVII).

Capa
José Arthur Pereira Landrim da Silva

Comunicação
José Arthur Pereira Landrim da Silva
Mariana Costa Borges

Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e ao Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição da *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre à nossa disposição.

Alice Regina Maciel de Moura
André Portela do Amaral
Carlos Alberto Medeiros Lima
Carolina Giovannetti
Cenise Maria de Oliveira Monteiro
Cesar Augusto Veras
Claudia Cristina do Lago Borges
Cristina de Cassia Pereira Moraes
Daiene Solange Dalamora
Daniel Alves Boeira
Diego Pereira Santos
Igor Lapsky
Fabio Monteiro
Fernando Bagiotto Botton
Gabriel Afonso Vieira Chagas
Gabriel de Cassio Pinheiro Prudente
Gisele Conceição
Huener Silva Gonçalves
Jéfferson Balbino
Jefferson de Almeida Pinto
Jonatas Roque Ribeiro
Kédima Ferreira de Oliveira Matos
Leandro Gonçalves Rezende
Luigi B. N. Pintaude
Marjorie Nogueira Chaves
Maria de Fátima Soares Lira
Natália de Noronha Santucci
Natanael de Freitas Silva
Nelson Lage Costa
Olivia da Rocha Robba
Piero Detoni
Rafael Santana Bezerra
Rorigo Luis dos Santos
Rundsthen Vasques de Nader
Sabina Alexandre Luz
Tatiana Mol Gonçalves
Thaysa Lauara Loiola Stabelini
Wilson Carlos da Silva

Sumário

Editorial – Luís Carlos Albano Duarta Sousa & Mailson Moreira dos Santos Gama 6

Apresentação – Thabata Tosta 9

Ciência em debate: o papel das epidemias no processo de mortandade dos povos indígenas durante a colonização da América - Ana Paula Alves Coelho 19

Apropriação de saberes indígenas na fronteira franco-portuguesa (1728-1769) – Eduarda Mendes Cardoso..... 32

Saberes indígenas e ciência de fronteira: circulação de conhecimentos nas demarcações luso-espanholas na América Meridional (século XVIII) – Layla Freitas de Matos 61

Práticas alimentares no Rio Grande do Sul oitocentista sob a perspectiva de viajantes estrangeiros – Everton Luiz Simon 87

As vicissitudes de um Conservatório de Máquinas: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as assimetrias industriais no Império do Brasil – Rafael Dalyson dos Santos Souza 114

O Imperial Observatório do Rio de Janeiro de 1850 a 1865: principais aspectos da direção de Antônio Manuel de Mello – Olivia da Rocha Robba 140

A Morte e a Medicina Social: os impactos dos debates da medicina social em Sant'Anna do Piraí, na primeira metade do século XIX – Ana Paula da Silva Rocha 168

Saberes em disputa: um estudo de caso em Santa Maria (1918) – Fabiane Cunha 191

Bastiões da Moralidade: saberes médicos da classe "psiquiátrica" do século XIX – Leticia de Oliveira Santos 213

O 1º Congresso Brasileiro de Médicos Católicos - 1946: uma análise da participação dos médicos católicos da capital mineira no Congresso Nacional – Lucas Lolli Vieira..... 236

A representação da ciência e do cientista na exposição de longa duração do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) – Joanna Patroclo, Júlia Botelho & Luísa Massarini .. 257

Ofuscamento de Virgínia Bicudo e a intelectual negra como índice crítico do racismo e do sexismo na Psicologia – Vitailma Conceição, Denise Maria Barreto Coutinho & Sônia Maria Rocha Sampaio 282

"Mais rica que a Xica da Silva": A representação das negras de tabuleiro e suas jóias a partir da personagem Cesária da novela *O Tempo Não Para* – Pablo Augusto Santos Teixeira 308

Catolicismo de fachada: um estudo sobre a lógica azulejar dos registros devocionais portugueses nas frontarias domiciliares do Centro Histórico de São Luís, Maranhão – Giovanna Sousa Pereira 327

Um Marcel Proust cientista: recepções de *À la recherche du temps perdu* entre a crítica literária e as neurociências – Dhyan Ramayana Ramos Rodrigues..... 345

Vestuário, cultura e sociedade: A história da moda em Teresina - Piauí na década de 1950 – Sebastião Alves da Rocha 370

Quando a Memória é Política: O IMOPEC e as Vozes Silenciadas do Ceará (1992 – 2015) – José Ítalo dos Santos Nascimento, Leidiane Francelina Batista & Cícero Joaquim dos Santos 389

Narrativas contemporâneas e o documentário como lugar de memória e de documento histórico para o estudo do patrimônio industrial: o caso dos documentários "a vida entre tecidos, fios e nós" e "a velha chaminé" – Cauê Oliveira Aguiar Sousa & Telma Bessa.....405

Editorial

Dossiê Temático - Saberes em Movimento: Ciência, Cultura e Sociedade

Luís Carlos Albano Duarte Sousa
Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Mailson Moreira dos Santos Gama
Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

A ciência não é um campo estático, tampouco um empreendimento homogêneo ou exclusivamente europeu. Ao contrário, constitui-se como prática social situada, atravessada por disputas, mediações, traduções e silenciamentos. Nesse sentido, a ciência não pode ser dissociada das estruturas sociais e políticas que a sustentam e a tensionam: ela é produzida em contextos marcados por relações de poder, projetos de sociedade e conflitos históricos que condicionam tanto suas agendas quanto seus critérios de legitimidade. É a partir dessa perspectiva que o dossiê *Saberes em Movimento: Ciência, Cultura e Sociedade* reúne um conjunto de pesquisas que investigam, em chave histórica, as múltiplas formas de produção, circulação, apropriação e contestação dos saberes científicos e técnicos em distintos contextos sociais e culturais.

Vinculado à linha de *Ciência e Cultura na História* do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, o presente número parte do reconhecimento de que o conhecimento científico emerge de interações complexas entre agentes, instituições, territórios e regimes de poder. Ao deslocar o olhar da ciência como narrativa linear de progresso para compreendê-la como prática situada, os trabalhos aqui reunidos evidenciam as tensões constitutivas dos processos de construção do saber, especialmente quando observados a partir de perspectivas coloniais, indígenas e racializadas.

O dossiê se organiza em torno de cinco eixos interpretativos que articulam ciência, poder e circulação de saberes ao longo do tempo. Os artigos que abrem a edição situam o leitor no contexto das disputas imperiais e das múltiplas formas de interação entre populações indígenas e agentes europeus no espaço americano entre os séculos XVI e XIX, evidenciando tanto os processos de

violência quanto as dinâmicas de circulação, mediação e apropriação de saberes. Demonstram, assim, como a produção do conhecimento científico esteve intrinsecamente ligada à agência de povos indígenas. Ao problematizar os processos de apropriação e silenciamento de saberes locais, seja nas demarcações luso-espanholas e franco-portuguesas, seja nos registros de viajantes e nas práticas cotidianas, esses estudos reafirmam a centralidade dos sujeitos historicamente marginalizados na constituição da ciência moderna e na circulação de conhecimentos no mundo atlântico.

Em seguida, o dossiê desloca-se para o século XIX, examinando a consolidação de instituições científicas no Império brasileiro. Observatórios, conservatórios e sociedades técnicas são analisados como espaços de acumulação e legitimação do saber, revelando os vínculos entre ciência, Estado, indústria e projetos de modernização. Nesse movimento, evidencia-se que a institucionalização do conhecimento não apenas organiza práticas científicas, mas também delimita hierarquias e assimetrias sociais.

O núcleo dedicado à medicina e ao higienismo amplia essa discussão ao demonstrar como os saberes médicos atuaram como instrumentos de normatização social, disciplinamento moral e intervenção urbana. Ao abordar desde debates sobre enterramentos públicos até a patologização de corpos femininos e as disputas em torno do curandeirismo, os artigos revelam as múltiplas formas pelas quais a ciência médica operou como tecnologia de poder, produzindo hierarquias, regulando corpos e redefinindo os limites entre normalidade e desvio.

O percurso crítico do dossiê aprofunda-se ao tratar das dimensões raciais e epistemológicas da produção do conhecimento. A análise de representações museológicas da ciência, bem como o estudo do ofuscamento de intelectuais negras no campo acadêmico, tensiona os regimes de visibilidade e reconhecimento que estruturam o campo científico. Esses trabalhos convidam à reflexão sobre o racismo epistêmico e sobre a necessidade de políticas de citação, memória e representação que ampliem o horizonte historiográfico.

A edição também contempla investigações sobre cultura material, representações midiáticas, religiosidade, moda e patrimônio industrial, evidenciando como os saberes circulam por meio de objetos, imagens, narrativas e espaços urbanos. Ao incorporar análises sobre documentários, movimentos sociais e disputas contemporâneas em torno do estatuto da ciência, o dossiê reafirma a vitalidade do debate sobre ciência, cultura e legitimidade no tempo presente.

Assim, *Saberes em Movimento* propõe uma leitura da ciência como campo dinâmico e relacional, atravessado por conflitos, negociações e reinterpretações contínuas. Mais do que reunir estudos sobre instituições ou personagens, este número busca contribuir para uma historiografia crítica e plural, atenta à diversidade epistêmica e às múltiplas escalas de circulação do conhecimento. Ao colocar em diálogo diferentes temporalidades, espaços e abordagens metodológicas, o dossiê reafirma o compromisso da Revista Temporalidades com a promoção de debates que ampliem os horizontes da História da Ciência e da Cultura, fortalecendo perspectivas que reconheçam a ciência como prática histórica em permanente movimento.

A capa, concebida em estilo minimalista, apresenta fundo liso, elementos gráficos centralizados e textos dispostos ao redor da composição. As imagens selecionadas remetem aos núcleos temáticos que estruturam esta edição. No que se refere aos saberes indígenas, destaca-se a representação de um muiraquitã proveniente da região das estearias maranhenses, inserido em um contexto de circulação de saberes (Navarro *et al.,* 2017). A imagem recortada da luneta do Observatório Nacional, no Rio de Janeiro, evoca o processo de institucionalização científica no Brasil Império (Granato; Brito; Suzuki, 2005). O eixo dedicado à medicina e ao higienismo é ilustrado por uma fotografia do documentário *Homo Sapiens 1900*, dirigido pelo cineasta sueco Peter Cohen. As discussões sobre raça e racismo são simbolizadas pela fachada do Museu Afro Brasil, em São Paulo. Elementos religiosos presentes em azulejos remetem ao debate sobre patrimônio cultural. Por fim, a placa descritiva do Gabinete de Curiosidades de Ole Worm sintetiza o eixo articulador da edição, que examina as relações entre ciência, poder e circulação de saberes em diferentes espaços e temporalidades.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura, esperando que os debates aqui apresentados contribuam para o aprofundamento das reflexões sobre ciência, cultura e sociedade em suas múltiplas dimensões históricas.

Referências bibliográficas:

GRANATO, M.; BRITO, J. D. DE; SUZUKI, C. Restauração do pavilhão, cúpula metálica e luneta equatorial de 32 cm: conjunto arquitetônico do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 13, n. 1, p. 273–311, jan. 2005.

NAVARRO, A. G. *et al.* O muiraquitã da estearia da Boca do Rio, Santa Helena, Maranhão: estudo arqueológico, mineralógico e simbólico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 3, p. 869–894, set. 2017.

Dossiê Temático

Saberes em Movimento: Ciência, Cultura e Sociedade

Apresentação

Thabata Tosta
Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Doutoranda em Estudos do Património
Universidade do Porto (UPorto)
thabatatosta@gmail.com

Em sua 44ª edição, a *Revista Temporalidades* apresenta o dossiê "Saberes em Movimento: Ciência, Cultura e Sociedade", que reúne dezoito artigos organizados em cinco eixos temáticos. O primeiro, aborda os saberes indígenas e a ciência colonial, de modo a evidenciar como a constituição da ciência esteve imersa em processos de apropriação do conhecimento. O segundo, examina a institucionalização científica no Império, com estudos sobre o Conservatório de Máquinas da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o Imperial Observatório do Rio de Janeiro, a demonstrar a consolidação de uma ciência articulada ao Estado. O terceiro, ao adentrar na questão da medicina e do higienismo, destaca a ciência como instrumento de normatização, moralização e controle social. O quarto, introduz uma inflexão crítica ao problematizar raça, epistemologia e representação, e examinar silenciamentos e formas de racismo epistêmico que atravessam a história dos saberes. Por sua vez, o quinto e último eixo, é voltado à memória, ao patrimônio e disputas contemporâneas com o intuito de demonstrar como os conflitos em torno da produção e legitimidade do conhecimento permanecem ativos no presente.

Saberes indígenas e a ciência colonial

Sob o eixo "Saberes indígenas e ciência colonial", o dossiê se inicia com o artigo *Ciência em debate: o papel das epidemias no processo de mortandade dos povos indígenas durante a colonização da América*, de Ana Paula Alves Coelho. A drástica redução populacional dos povos indígenas durante a colonização da América é problematizada no texto com questões fatoriais tais como a violência colonial e as

doenças trazidas pelos europeus. São examinadas as condições exploratórias, os deslocamentos forçados, a escravização, a violência física, a desestruturação social e a precarização da subsistência. É ainda explorada a questão somatória desta série de fatores com a falta de imunidade adequada a patógenos, protagonistas biológicos do colapso (*e.g.*, varíola, sarampo, tifo e a peste bubônica). Ao pontuar a necessidade de superar explicações racistas ou biologizantes a uma suposta inferioridade indígena, Coelho argumenta que, ao contrário, o colapso populacional deve ser compreendido como resultado de múltiplos fatores históricos, nos quais as epidemias tiveram papel relevante, articuladas às dinâmicas violentas do sistema colonial.

Quaisquer explicações que, porventura, insinuem inferioridade física, intelectual ou social dos povos originários são rejeitadas de modo claro e contundente quando se entende esses sujeitos como agentes históricos plenos. O artigo a seguir, *Apropriação de saberes indígenas na fronteira franco-portuguesa (1728-1769),* de Eduarda Mendes Cardoso*,* vem para pontuar a importância de dar valor e voz aos povos que ofertaram contributos ímpares para a ciência colonial. Cardoso ocupa-se de apresentar e compreender os registros de viajantes. Ao apresentar para o leitor diferentes relatos de viagens, o olhar eurocêntrico, carregado de conceitos pré-concebidos, é entendido pelo limite do contexto histórico nos quais os exploradores estavam inseridos, pela imensa distância cultural, mas, também, pela escassa disposição empática diante da alteridade. A partir disso, o trabalho discorre sobre como as expedições eram diretamente dependentes dos saberes autóctones para viabilização de suas atividades. Esses mesmos povos, cujos saberes foram fundamentais para o êxito das expedições, não tiveram seu protagonismo devidamente reconhecido, o que evidencia um padrão estrutural de marginalização dos conhecimentos não europeus.

O mesmo aconteceu nos processos de demarcação territorial nos quais as fronteiras nômades, outrora em constante movimento, para os europeus, eram vistas como ilegítimas, justamente pela ausência de espaços sistematicamente demarcados. Porém, uma releitura é proposta na qual os saberes nativos são entendidos como apropriados, não reconhecidos e silenciados nos relatos oficiais dos "homens da ciência", como posto em *Saberes indígenas e ciência de fronteira: circulação de conhecimentos nas demarcações luso-espanholas na América Meridional (século XVIII),* de Layla Freitas de Matos. O leitor é incentivado a ter uma compreensão da ciência colonial, que Matos pontua "como um resultado de intercâmbios desiguais". O texto discorre sobre a legitimidade do conhecimento nativo e propõe que

este não deve ser menosprezado ou lido como inferior àquele dos colonizadores, mas antes, como um contributo imprescindível.

As práticas de cultivo e consumo no Brasil do século XIX, muitas delas ancoradas em matrizes indígenas, constituem outra vertente dessa mesma reflexão. Os europeus as descreveram, classificaram e representaram, mas também as reinterpretaram e incorporaram. O cotidiano alimentar é então estudo de caso no artigo *Práticas alimentares no Rio Grande do Sul oitocentista sob a perspectiva de viajantes estrangeiros,* de Everton Luiz Simon. A partir da análise dos relatos de viajantes, exploradores e comerciantes, Simon examina como a alimentação rio-grandense foi registrada e interpretada. O estudo evidencia a centralidade de certos produtos (*e.g.*, feijão, mandioca e abóbora) e demonstra como esses conhecimentos circularam entre populações locais, colonos e estrangeiros, sendo reelaborados e absorvidos em diferentes contextos sociais. A literatura de viagem configura-se, assim, como um importante espaço de registro e mediação desses saberes, ainda que nem sempre acompanhados do devido reconhecimento de sua matriz autóctone.

A institucionalização científica no Império

"A institucionalização científica no Império" constitui o segundo eixo de reflexão do dossiê e tem como ponto de partida o artigo *As vicissitudes de um Conservatório de Máquinas: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as assimetrias industriais no Império do Brasil*. Rafael Dalyson dos Santos Souza busca guiar o leitor pela complexa história do Conservatório de Máquinas da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (CV-SAIN). Esta instituição foi "uma das primeiras associações civis do Império e a primeira relacionada ao associativismo científico, com o objetivo de aplicar o conhecimento científico em benefício do progresso material" (Penteado, 2022, p.62). Espaço de exposição de artefatos, experimentação técnica, ensino prático e mobilização de saberes, articulou-se a um projeto de promoção da "indústria" no Brasil oitocentista. Santos Souza aborda debates sobre aquisição de máquinas, organização e acesso institucionais. O texto também evidencia as formas assimétricas de participação e os limites do projeto de construção de um modelo nacional de desenvolvimento técnico em um país marcado tanto por desigualdades regionais como por grandes distâncias geográficas.

Uma outra instituição no contexto científico imperial foi o Imperial Observatório do Rio de Janeiro (IORJ), "instituição científica criada para profissionalizar os alunos da Academia Real Militar

(ARM)" (Robba, 2025, p.2). No artigo *O Imperial Observatório do Rio de Janeiro de 1850 a 1865: principais aspectos da direção de Antônio Manuel de Mello*, Olivia da Rocha Robba narra como se deu a construção da relevância do IORJ. Antônio Manoel de Mello, outrora lente de Matemática, ao ser nomeado diretor da entidade, herdou uma cadeira com severos problemas. O leitor acompanha uma narrativa sobre problemas de infraestrutura, falta de instrumentos e escassez de pessoal, bem como o processo de reestruturação e fortalecimento institucional implementados por Mello. Vê-se então a aquisição de instrumentos científicos, ampliação do espaço físico, o início de publicações importantes, além da organização de expedições astronômicas. O artigo aborda a busca por um alinhamento braileiro com os padrões científicos europeus para consolidação do IORJ como centro relevante para o desenvolvimento da astronomia e da navegação no Brasil.

Medicina e higienismo: normatização, moralização e controle social

O terceiro eixo, intitulado "Medicina e higienismo: normatização, moralização e controle social", dedica-se à medicina do século XIX, orientada pelo conceito de "medicina social", que compreendia a saúde como um imperativo coletivo e legitimava a intervenção médica nos âmbitos social, urbano e ambiental como forma de prevenção de doenças e regulação da vida da população. De modo associado à noção anterior, também surgiu o "higienismo", como ideias e práticas cujo intento era "projetar ações de saúde pública no espaço urbano, aplicando regras de higiene, de prevenção e de combate a epidemias, como a tuberculose, a febre amarela ou a varíola" (Farias Filho e Benatti Alvim, 2022, p.2).

Em *A Morte e a Medicina Social: os impactos dos debates da medicina social em Sant'Anna do Piraí, na primeira metade do século XIX*, de Ana Paula da Silva Rocha, é analisado como esses dois conceitos passaram a orientar as políticas públicas imperiais. Nesse contexto, a medicina não apenas trata as doenças, mas assume funções preventivas e normativas, interfere na organização do espaço urbano, no controle sanitário e costumes. Os ritos fúnebres e enterramentos nas igrejas passam a ser criticados, e a criação de cemitérios extramuros passa a ser entendida como medida de salubridade de ordem pública. Em seu artigo, Rocha aborda debates, atuações, negociações e conflitos de governantes, médicos e da Igreja num estudo de caso da localidade de Sant'Anna do Piraí (atual município de Piraí, no estado do Rio de Janeiro).

Em *Saberes em disputa: um estudo de caso em Santa Maria (1918)*, Fabiane Cunha tece uma reflexão historiográfica e teórica sobre a História da Saúde e das Doenças na região sul do início do século XIX, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, à época da epidemia de Gripe Espanhola (1918-1920) na cidade. Com a instauração e atuação da Diretoria de Higiene, os médicos passaram a buscar firmar sua autoridade por intermédio de estratégias como a ocupação de cargos públicos, a criação de um hospital e o uso da imprensa para denunciar e desqualificar curandeiras, parteiras e práticas tradicionais. Isto porque, este tipo de cura passava por estigmas morais e raciais, onde saberes de matriz indígena e africana eram associados à feitiçaria e ao charlatanismo, enquanto que, o saber médico, era o único merecedor de ser detentor de prestígio. Não obstante, o acesso a serviços médicos, tal qual exposto no artigo anterior, não era uniforme. Pessoas não-brancas e pobres continuavam recorrer a tratamentos tradicionais principalmente por sofrerem com barreiras sociais e de discriminação.

A versar sobre instrumentos de saúde, organização, controle e disciplina sociais, o higienismo em *Bastiões da Moralidade: saberes médicos da classe "psiquiátrica" do século XIX*, de Letícia de Oliveira Santos, perpassa por um outro viés historiográfico ao pontuar uma associação de pobreza, sexualidade e loucura à degeneração. Quando a loucura passa a ser concebida como doença, surge a psiquiatria e a chamada "medicina moral". A psiquiatria e o higienismo funcionam como dispositivos de exclusão e controle, sobretudo sobre os pobres, mas, em especial, sobre mulheres e, de modo ainda mais contundente, sobre aquelas consideradas como "desviantes". Visto que a visão patologizante da natureza feminina, associava a prostituição e a sexualidade a desvios morais e à loucura, o corpo feminino, era comumente associado à histeria, à degeneração e à desordem social. Assim, inúmeras mulheres foram internadas de modo compulsório, não como medida terapêutica, mas como estratégia de exclusão e controle moral. Oliveira Santos foca seu estudo no cenário de caos instaurado da superlotação de Fortaleza do final do século XIX (em decorrência da Grande Seca no nordeste no ano de 1877), no cenário do Asilo São Vicente de Paula, o Asilo dos Alienados. Esse espaço, que deveria servir como local seguro, de recolha e tratamento, operava, na verdade, como mecanismo normativo de segregação e disciplinarização, um verdadeiro depósito daqueles considerados como "lixo social".

A prática médica foi também marcada pela presença da chamada "prática médica caritativa". Em meados do século XIX, "a medicina no Brasil dividia-se entre a medicina privada, só acessível à camada privilegiada da população e a medicina caritativa, exercida principalmente através de associações para-religiosas" (p.137). Essas associações, agrupamentos não institucionais da Igreja

Católica, funcionavam sob forte inspiração religiosa, moral e espiritual. Em *O 1º Congresso Brasileiro de Médicos Católicos - 1946: uma análise da participação dos médicos católicos da capital mineira no Congresso Nacional*, Lucas Lolli Vieira se volta para os médicos católicos de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e suas participações no 1º Congresso Brasileiro de Médicos Católicos, onde, dentre outras propostas, destaca-se a criação de uma deontologia médica católica. Tal moção, formulada pelo Dr. Almeida Cunha, buscava articular ética profissional, filosofia do corpo e princípios religiosos em um código moral específico para o médico católico. Cunha estabelecia limites morais claros quanto à sexualidade e reprodução, condenando práticas como o uso de anticoncepcionais, o aborto e a indução de parto com feto vivo, por considerá-las violações do princípio divino. Assim como nos artigos supracitados, vê-se aqui, de modo claro, como a medicina do Brasil do século XIX, seja enquanto império ou enquanto república, extrapolava o campo terapêutico para alinhavar-se a uma estrutura hierarquizada, normativa, disciplinária e moralizadora.

Raça, epistemologia e representação: silenciamentos e racismos epistêmicos

Muitos museus surgiram como instituições vinculadas à formação dos Estados-nação, ao Iluminismo e à expansão colonial. Consolidados como dispositivos políticos e pedagógicos voltados à construção de memórias nacionais e à legitimação de saberes, operaram por meio de critérios seletivos para privilegiar perspectivas eurocêntricas e silenciar outras narrativas. Na segunda metade do século XX, críticas a esse modelo impulsionaram mudanças paradigmáticas no campo museológico como responsabilidade social, democratização do acesso, escuta das comunidades e valorização de múltiplas epistemologias. É nesse contexto que se insere o quarto eixo do dossiê, "Raça, epistemologia e representação: silenciamentos e racismos epistêmicos". Em *A representação da ciência e do cientista na exposição de longa duração do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB)*, de Joanna Patroclo, Júlia Botelho e Luísa Massarani, ocorre o debate sobre a representação da ciência e dos cientistas em exposições museológicas, bem como sobre a necessidade de historicizar o saber científico e romper com narrativas hegemônicas. Patroclo, Botelho e Massarani analisam o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB), museu este que adota uma proposta contra-hegemônica ao valorizar protagonismos negros e reposicionar a cultura africana como matriz formadora da identidade nacional. São articulados museologia crítica, estudos decoloniais e comunicação pública da ciência para avaliar em que medida o museu transforma ou reafirma padrões tradicionais de representação científica.

A discussão sobre quem é e quem pode e deve ser representado como produtor legítimo de conhecimento nos museus encontra paralelo nos processos de consagração e silenciamento que operam no campo acadêmico, como revela a trajetória e a recepção da obra de Virgínia Leone Bicudo (1910-2003). No artigo *Ofuscamento de Virgínia Bicudo e a intelectual negra como índice crítico do racismo e do sexismo na Psicologia*, de Vitailma Conceição Santos, Denise Maria Barreto Coutinho e Sônia Maria Rocha Sampaio, é analisado o pioneirismo de Bicudo nos estudos sobre relações raciais e na constituição da psicologia no Brasil. Não obstante, sua obra ainda não foi plenamente incorporada ao currículo e ao reconhecimento institucional da área. Deste modo, a pesquisa sustenta que a simples menção à autora não garante sua recepção crítica, o que identifica um processo de "ofuscamento" obscurecedor de sua contribuição e revelador quanto às dinâmicas de racismo e sexismo epistêmicos.

A problemática da representação e do reconhecimento não se restringe ao museu ou à universidade, mas atravessa os produtos culturais de ampla circulação, como a telenovela, espaço privilegiado de construção de imaginários sociais sobre raça, gênero e poder. O artigo *Mais rica que a Xica da Silva": A representação das negras de tabuleiro e suas jóias a partir da personagem Cesária da novela O Tempo Não Para*, de Pablo Augusto Santos Teixeira, toma a novela "O Tempo Não Para" (2018-2019) como fonte histórica. Teixeira analisa como a personagem Cesária representa as negras de tabuleiro. Mas, quem eram elas? Eram mulheres negras (escravizadas, libertas ou livres) que vendiam comida e pequenos produtos nas ruas, carregando a mercadoria em um tabuleiro ou em cestos. Em um país com lacunas no ensino sobre a população negra, Cesária, uma mulher escravizada, amplia a visibilidade de formas de agência e resistência negra no Brasil oitocentista. Sua trajetória, organizada em torno de um baú de jóias perdido no naufrágio, tem nesses objetos um símbolo de liberdade, status, proteção religiosa e resistência. A atuação das negras de tabuleiro é pontuada de forma clara como produtora de estratégias de liberdade e cidadania.

Memória e patrimônio: produção e legitimidade

O quinto e último eixo, "Memória e patrimônio: produção e legitimidade", é iniciado por Giovanna Sousa Pereira, com o artigo *Catolicismo de fachada: um estudo sobre a lógica azulejar dos registros devocionais portugueses nas frontarias domiciliares do Centro Histórico de São Luís, Maranhão*, no qual a presença da azulejaria portuguesa nas fachadas residenciais maranhenses é problematizada. Afinal, seriam estes apenas ornamentos decorativos ou simples expressões de fé? Os azulejos, além de embelezarem

sobrados e solares, exerciam funções práticas, como a proteção das fachadas contra as intensas chuvas da região. Contudo, painéis com iconografia de santos católicos ampliaram o significado dessas peças ao introduzirem dimensões simbólicas, religiosas e sociais. Pereira propõe que os registros funcionavam também como marcadores de distinção social, instrumentos de pertencimento à ortodoxia católica e expressões de alinhamento simbólico à matriz cultural portuguesa. Em uma sociedade colonial marcada por hierarquias e pela hegemonia católica, exibir tais imagens nas fachadas poderia significar tanto fé autêntica quanto estratégia de inserção social e política.

Do patrimônio material inscrito nas fachadas do Maranhão, passa-se à construção de um patrimônio simbólico com a disputa interpretativa em torno da obra de Marcel Proust (1871-1922), analisadas por Dhyan Ramayana Ramos Rodrigues em *Um Marcel Proust cientista: recepções de À la recherche du temps perdu entre a crítica literária e as neurociências*. O artigo demonstra como Proust foi progressivamente reclassificado ao longo do século XX, passando de romancista modernista a autor associado à cientificidade e, de modo mais recente, à precursor da neurociência. Se, nas décadas de 1910 e 1930, a *À la recherche du temps perdu* (Em busca do tempo perdido) (1908-1909 e 1922) foi frequentemente descrita como científica e psicológica, a crítica posterior consolidou sua leitura modernista, afastando-a desse rótulo. Não obstante, nas últimas décadas, o chamado "fenômeno proustiano" foi convertido em hipótese experimental, vinculada a estudos sobre memória autobiográfica e olfativa, sendo incorporado a manuais especializados e à divulgação científica, o que difundiu a ideia de um Proust antecipador das descobertas neurocientíficas. A trajetória interpretativa do autor evidencia, assim, uma especiação das leituras. Por um lado, um Proust apropriado como hipótese empírica, e, por outro, um Proust cuja força reside na composição estética e filosófica. A disputa revela não apenas a concorrência por capital simbólico, mas também a historicidade das categorias de "ciência" e "literatura".

Se, no caso de Proust, a disputa em torno da legitimidade ocorre no campo das interpretações e das categorias disciplinares, o artigo a seguir conduz a discussão para o universo das práticas sociais e do cotidiano urbano. Em *Vestuário, cultura e sociedade: A história da moda em Teresina – Piauí na década de 1950*, Sebastião Alves da Rocha analisa a moda como linguagem de modernidade e distinção social, evidenciando como, ao circular pela imprensa e pelos espaços de sociabilidade, o vestuário atuou como marcador de status e instrumento de construção identitária. Em meio ao processo de urbanização, cinemas, teatros, clubes e praças consolidam-se como vitrines sociais, nas quais se projetavam

hierarquias e pertencimentos. O estudo destaca a transição das referências francesas para a influência estadunidense, difundida por revistas, publicidade e cinema, mas apropriada localmente segundo códigos de recato e diferenciação de classe. A trajetória de Genu Moraes surge como caso exemplar de autonomia feminina, ao transformar a própria imagem em referência simbólica. Evidencia-se, ainda, o papel ambivalente da imprensa, simultaneamente difusora e crítica das tendências, em um contexto no qual o vestir operava como espaço de negociação entre tradição e modernidade.

A problemática da legitimidade assume, no artigo a seguir, uma dimensão explicitamente política. Em *Quando a Memória é Política: O IMOPEC e as Vozes Silenciadas do Ceará (1992-2015)*, José Ítalo dos Santos Nascimento, Leidiane Francelina Batista e Cícero Joaquim dos Santos analisam a atuação do Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), com ênfase no boletim "Raízes" e na revista "Propostas Alternativas", como instrumentos de preservação e circulação das memórias de povos indígenas, negros e quilombolas. Inserido no contexto da redemocratização, o instituto é apresentado como organização voltada à difusão de saberes críticos e à formação de lideranças comunitárias, articulando memória social, resistência cultural e prática educativa. A memória é compreendida como construção social atravessada por relações de poder e disputas entre narrativas oficiais e vozes silenciadas. No caso indígena, destacam-se publicações que evidenciam protagonismo político, mobilização territorial e conflitos em torno da terra e da água diante da expansão de empreendimentos industriais. No eixo negro e quilombola, sobressaem estratégias editoriais que confrontam a negação histórica da presença negra no Ceará e registram encontros, articulações e pautas de afirmação identitária. As publicações do IMOPEC configuram-se, assim, como lugar de memória e instrumento de resistência, no qual memória, identidade e movimento social sustentam a visibilização de saberes e demandas historicamente marginalizados.

Como último artigo deste dossiê, *Narrativas Contemporâneas e o Documentário Como Lugar de Memória e de Documento Histórico para o Estudo do Patrimônio Industrial: o caso dos documentários 'A Vida Entre Tecidos, Fios e Nós' e 'A Velha Chaminé'*, de Cauê Oliveira Aguiar Sousa e Telma Bessa Sales, amplia o debate para o campo audiovisual ao analisar o documentário como suporte de memória e instrumento de intervenção no patrimônio industrial. Ao examinarem "Entre Tecidos, Fios e Nós" (2012) e "A Velha Chaminé" (2025), Aguiar Sousa e Sales demonstram que o cinema documentário pode operar simultaneamente como documento e monumento (passível de crítica historiográfica) e, também, como lugar de memória, ao resgatar experiências operárias, denunciar políticas de esquecimento e reivindicar

a preservação de espaços fabris ameaçados. Assim como nos estudos anteriores deste eixo temático, a legitimidade do patrimônio revela-se atravessada por disputas simbólicas, políticas e sociais. O patrimônio não é dado, mas produzido, interpretado e mobilizado. O documentário consolida-se como arena pública de disputa e como ferramenta de rememoração.

Ao percorrer diferentes temporalidades, instituições, práticas e linguagens, os artigos reunidos neste dossiê evidenciam que a ciência, a cultura e a memória constituem dimensões inseparáveis dos processos históricos. Seja na apropriação de saberes indígenas, na consolidação de instituições imperiais, nas práticas médicas e seus dispositivos normativos, nas disputas epistêmicas em torno de raça e representação ou nas controvérsias sobre patrimônio e legitimidade, observa-se que o conhecimento é continuamente produzido, negociado e reinterpretado. Ao organizar esse conjunto em eixos temáticos articulados, "Saberes em Movimento: Ciência, Cultura e Sociedade" propõe uma reflexão sobre as múltiplas formas pelas quais o conhecimento atravessa práticas sociais, instituições e representações.

Referências bibliográficas

FARIAS FILHO, José Almir e BENATTI ALVIM, Angelica Tanus. Higienismo e forma urbana: uma biopolítica do território em evolução. Higienismo e forma urbana: uma biopolítica do território em evolução. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, vol.14, e20220050.

PENTEADO, David Francisco de Moura. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: a ambiguidade de uma associação civil a serviço do Estado brasileiro (1825-1904). **Revista Brasileira de História da Ciência**, vol.15, n.1, pp.61-86, jan-jun, 2022.

ROBBA, Olivia da Rocha. Novos elementos para a história do Imperial Observatório do Rio de Janeiro na gestão Curvello D'Ávila (1865-1870). **Revista Brasileira de História da Ciência**, vol.18, e1085, pp.1-23, 2025.

RODRIGUES, Antônio Greco. Buscando Raízes. **Horizontes Antropológicos**, ano 7, n.16, pp.131-144, 2001.

Temporalidades

Ciência em debate: o papel das epidemias no processo de mortandade dos povos indígenas durante a colonização da América

Science under debate: the role of epidemics on the mortality process of indigenous peoples during the colonization of America

Ana Paula Alves Coelho
Graduada em História
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
anapaulacoelho444@gmail.com

Recebido: 20/06/2025
Aprovado: 29/10/2025

Resumo: Neste artigo, discute-se as epidemias ocorridas na América colonial e as diferentes interpretações acadêmicas acerca de seu papel na redução populacional dos povos originários dentro desse contexto histórico. Para tanto, é realizada uma revisão de literatura com o intuito de identificar esses posicionamentos e compará-los entre si. De modo geral, as análises por muito tempo se dividiram entre os autores que consideram as doenças fatores decisivos e determinantes para o elevado número de mortes indígenas após o contato, e aqueles que atribuem esse processo às condições insalubres impostas pelo colonialismo. Ainda é apontado uma "terceira via" que atualmente vêm tentando igualar o impacto destes processos no genocídio indígena colonial.

Palavras-chave: Epidemias; Ameríndios; Depopulação.

Abstract: This article discusses the epidemics that occurred in colonial America and the different academic interpretations regarding their role in the population reduction of indigenous peoples within this historical context. To this end, a literature review is conducted to identify these positions and compare them. In general, analyses have long been divided between those who consider diseases to be decisive and determining factors in the high number of post-contact indigenous deaths, and those who attribute this process to the unsanitary conditions imposed by colonialism. A "third way" is also suggested, which is currently attempting to equate the impact of these processes with the colonial indigenous genocide.

Keywords: Epidemics; Amerindians; Depopulation.

Introdução

"A espada, a cruz e a fome", são os elementos que o poeta Pablo Neruda (1977) destaca para resumir a sucessão de violências ocorridas aos povos nativo-americanos, durante o período de colonização europeia, que culminaram na dizimação de grande parte das suas populações. Todavia,

entre a espada, a cruz e a fome também há outro fator considerável quanto ao genocídio de indígenas no período colonial: a doença, ou mais especificamente, as doenças.

Sendo assim, diversas fontes historicamente situadas a partir do século XVI, que vão desde escritos europeus a registros típicos dos ameríndios, comprovam o colapso demográfico ocorrido entre os nativos americanos pós-encontro com os colonizadores. De modo majoritário, onde ocorreram mais mortes, como no atual México e América Andina (Waizbort, Porto, 2018, p. 392). Essa discrepante mortandade foi associada por muitos estudiosos, entre eles historiadores, as epidemias de forma isolada, uma vez que a disseminação de doenças como Tifo, Sarampo, Varíola e a Peste "neumônica" foram realmente comprovadas como influentes para diminuição de pelo menos 60% das populações indígenas no período colonial (Moraes, 2018, p.3).

Entretanto, observar as ações das enfermidades trazidas da Europa como agentes solitários responsáveis pelo genocídio em massa das sociedades pré-colombianas é interpretado, por diferentes autores, como errôneo. Afinal, dessa forma não estaríamos considerando as condições de insalubridade e subsistência com as quais essas sociedades indígenas foram expostas pelos colonizadores durante esse período, impactando sua imunidade. Pois, de acordo com Diehl:

> [...] foram (e continuam sendo) as práticas e ações políticas de não indígenas as grandes responsáveis pela produção das desigualdades e vulnerabilidades, propiciando a propagação de doenças que levam a maiores taxas de morbidade e mortalidade desses povos em comparação a outros grupos populacionais (Diehl, 2022, p. 8).

Nesse sentido, o trabalho em que aqui será desenvolvido teve inspiração na obra audiovisual "Pantera Negra: Wakanda Para Sempre" (2022), na qual o antagonista Namor é um indígena – aparentemente mesoamericano, ligado aos maias – que demostra possuir total aversão aos exploradores espanhóis. Isso pois, no passado colonial, seu povo foi quase completamente exterminado pela varíola trazida pelos viajantes, tendo como última saída de sobrevivência a adaptação biológica e transferência dessa sociedade para a cidade subaquática de Talocan. Entende-se que o grande abismo entre a vida e o universo cinematográfico da Marvel seja apenas a surreal habilidade humana de respiração por baixo da água, pois a narrativa fílmica em tudo se assemelha com a história de diversas comunidades indígenas que sofreram do genocídio de seus povos seja pelas doenças, a violência ou ambos vindos do "Velho Mundo".

Logo, através do estímulo do entretenimento – entendendo a diferença da ficção e do real, mas também a inspiração da sétima arte na História – e das considerações expostas a cima, é que o presente artigo procura abordar as epidemias ocorridas na América colonial e quais são as interpretações acadêmicas sobre o seu papel para diminuição populacional dos povos originários em meio este contexto. Por isso, questiona-se: quais os principais posicionamentos científicos sobre o papel das doenças no processo de redução populacional dos povos originários no período de colonização da América? Para atender a este problema de pesquisa, este artigo tem como objetivo geral encontrar os mais destacáveis apontamentos da academia sobre o impacto das enfermidades no processo de mortandade dos ameríndios no contexto histórico referido.

Para atingir o objetivo geral, estabeleceu-se um único objetivo específico, sendo este o de realizar uma revisão de literatura sobre as diferentes e principais interpretações da ciência acerca do papel das epidemias no processo de redução populacional dos povos indígenas no contexto de colonização da América. Dessa forma, nesse trabalho não se compete trabalhar com a enorme gama de fontes primárias sobre o assunto, mas sim abranger os divergentes posicionamentos de pesquisadores sobre a importância das doenças em meio a este momento da História da América colonial.

O esforço analítico a ser empreendido se justifica pela necessidade de se desmistificar a ideia do europeu "mais forte" e indígena como etnia "mais fraca" durante a colonização americana. Enfatizando que, além de uma exploração territorial de seus recursos naturais e uma imposição cultural, os colonizadores também trouxeram doenças que infringiram negativamente em seus movimentos de resistência. Tal ponderação é assim desenvolvida por uma das referências levantadas:

> Uma explicação racista e equivocada da história diria que, supostamente, os europeus eram mais inteligentes que os demais povos. Todavia, a história seguiu diferentes rumos de desenvolvimento, para diversos povos, devido às diferenças no ambiente em que viviam, e não a distinções biológicas ou genéticas entre eles (Ambientais, 2020, p.3).

Além disso, outra cabível consideração a ser feita para a justificativa, é quanto a relevância das epidemias para a História, pois de acordo com Dantas:

> [..] as epidemias possuem grande potencial de intervenção no curso da História, por vezes trazendo permanentes alterações nas sociedades que as experimentam. O mesmo podemos levar em conta ao analisar o processo de colonização europeia na América, marcado por conflitos destes com os povos originais, com claros prejuízos

> para estes últimos, trazendo consequências que podemos observar até a contemporaneidade (Dantas, 2020, p. 606).

Destarte, conclui-se que o esforço que será realizado a seguir se mostra válido por tais motivos, tanto quanto a questão de contradizer uma historiografia racista que coloca o indígena como uma etnia inferior biológica e psiquicamente aos colonizadores, quanto em relação a importância das epidemias para o estudo da História, uma vez que provocam mudanças profundas nas relações humanas. Principalmente quando falamos de um grupo devastado demograficamente pelas mesmas, como os povos nativo-americanos após o contato com os homens das terras de além-mar, da onde traziam sua ganância e suas "pestes brancas".

As Diferentes Opiniões

Durante o período de colonização da América, foram diversas fontes primárias e pessoas as quais relataram a catástrofe demográfica indígena que ocorria bem a sua frente ou advinda das notícias que lhe chegavam do "Novo Mundo". Entre os autores contemporâneos ao contexto, destacou-se os escritos do frade dominicano Bartolomeu de Las Casas, que em sua obra "*Brevísima relación de la destrucción de las Indias"* (1552) já denunciava a dinâmica de exploração colonial como fator agravante ás doenças no genocídio ameríndio, e os do franciscano Bernardino de Sahagun que defendia a ideia totalmente inversa em "*Historia General de las Cosas de la Nueva España*" (1585), atribuindo protagonismo as enfermidades diante da alta mortandade indígena pós-contato com o "Velho Mundo". Sem contar as palavras deixadas pelos padres jesuítas brasileiros, como José de Anchieta e Antônio Vieira, estes que em sua maioria atribuíram as mortes pelas doenças como castigo divino das insubordinações do povo nativo (Anzolin, 2016, p. 277).

Todavia, o estudo de fato acadêmico/historiográfico sobre o papel das enfermidades no extermínio de grande parte dos indígenas durante a colonização, por um tempo, foi impedido pela atribuição tradicionalista dessas ocorrências à, segundo Waizbort (2020, p.1) "violência dos espanhóis, às suas armas de fogo, ao seu poder militar, e a uma suposta superioridade intelectual e religiosa". Em especial os espanhóis, devido a América espanhola ser a região de maior hecatombe demográfica indígena pós-colombiana.

Todavia, em meados do século XX, alguns estudos demográficos de ameríndios apontaram números exorbitantes – e até mesmo duvidáveis na visão de alguns- de mortes pós-contato do Velho e o Novo Mundo. A principal destas investigações é a do antropólogo Henrique Dobyns, que em sua obra *Estimating Aboriginal American Population* de 1966, refuta pesquisas anteriores que estimariam a população americana pré-colombiana em 1 milhão só para a América do Norte e passa a aproxima-la para cerca de 9,8 a 12,2 milhões de pessoas, ainda considerando um total de 90 a 113 milhões de indígenas em todo o hemisfério americano (Dobyns, 1966, p.415). Portanto, Dobyns propõem que as populações ameríndias sofreram uma queda média de 95% pós-contato, isto é, uma razão de 20 para 1 entre a população original e a sobrevivente (Dobyns, 1966, p. 414).

Sendo assim, Dobyns inspirou seguidores que utilizaram e até ampliaram sua teoria, como William Denevan em *The Native Population of the Americas in 1492* (1976) e Russell Thornton em *American Indian Holocaust and Survival: A Population History since 1492* (1987), sendo considerados os "altistas" (pesquisadores que defendem altas estimativas populacionais pré-colombianas). A questão é que tanto Dobyns quanto seus apoiadores assumem que as doenças trazidas de além-mar foram a causa mais forte, se não a principal, do declínio populacional ameríndio no período colonial. Entretanto, novos pesquisadores começam a desconfiar do número demasiado de mortes apontados por essas investigações, assim como a exagerada relevância dada as enfermidades como causa da hecatombe.

A partir do estopim de Dobyns, o assunto epidemia como causa do declínio populacional dos povos indígenas na América Colonial toma forma nas discussões acadêmicas e, desde então, a pauta vem sendo revisionada até os dias de hoje. De modo geral, baseado no levantado, as interpretações por muito tempo dividiram-se entre os autores que acreditavam que as doenças foram decisivas e determinantes para a morte discrepante dos indígenas pós- contato, e aqueles estudiosos que tendiam a crer nas insalubridades do colonialismo como a fonte desse acontecimento histórico.

Dessa forma, é importante destacar que ambos os grupos não eliminam a coexistência das enfermidades ou da violência no genocídio da população indígena colonial, apenas se diferem em dar mais relevância a um fator que ao outro. Tal ocorrência acaba por criar uma "terceira via", ou seja, novos autores que passam a balancear a relevância desses fatores em medida igual.

Destarte, partindo do pressuposto que existem diferentes interpretações sobre a atuação decisiva ou relativa das doenças, podemos introduzir as ideias dos autores os quais defendem a sua ação determinante. Isto é, tais estudiosos apoiam a ideia de determinismo biológico, que indica a

inevitabilidade do desastre demográfico entre os nativos americanos nesse contexto, devido à sua falta de contato prévio com essas enfermidades, os quais os europeus já possuíam, por isso não teriam morrido aos montes como os indígenas.

Portanto, a teoria que evidencia os fatores citados a cima ficou conhecida como teoria da epidemia em solo virgem (*virgin soil epidemics*) e foi amplamente difundida pelos pioneiros no assunto Albert Crosby e William McNeill, durante a década de 1970. Logo, tanto Crosby quanto McNeill concordavam na hipótese de que foram as doenças a causa principal do declino demográfico dos ameríndios pós-contato, o que seria uma explicação para como os europeus conseguiram, mesmo numericamente inferiores, dominar as comunidades indígenas na colonização.

No livro *The Columbian exchange: biological and cultural consequences of 1492* (1972), Crosby chega a usar de exemplo a tomada de conquista do Império asteca de Tenochtitlan pelos espanhóis, para evidenciar o papel crucial das epidemias nessa ocorrência. Na obra, o autor busca compreender porque razão os ameríndios não conseguiram se defender mesmo possuindo suas próprias táticas de guerra, concluindo que as doenças seriam uma das consequências inevitáveis do termo criado por si, "intercâmbio colombiano".

O termo sintetiza o processo de transferência de plantas, animais e enfermidades entre a Europa, África e Ásia, para a América, que por tanto tempo foi distanciada desse Velho Mundo. O isolamento dos americanos, seria para Crosby o motivo pelo qual os nativos nunca teriam defesas para lidar com os vírus e germes de além-mar, pois segundo (Crosby, 2003, p.37) "as criaturas que mais sofrem são aquelas que foram isoladas há mais tempo, pois, seu material genético foi menos temperado por uma grande variedade de doenças mundiais".

Outro expoente dos "deterministas" dessas enfermidades como importantíssimas para a alta mortandade e a subjugação dos povos indígenas, foi Noble David Cook, o qual também tomou para si o exemplo da conquista de Tenochtitlan para evidenciar tal teoria. Em *Born to Die: Disease and New World Conquest* (1998), o autor chega a ir mais longe que Crosby, ao insinuar que as doenças teriam sido usadas como armas biológicas de guerra, utilizadas pelos europeus para atingir seus objetivos de conquista (Cook, 1998, p. 211-214).

Além disso, Willian McNeill reitera em *Plagues and People* (1977) que o contrário – a grande morte de europeus por doenças ameríndias – não ocorreu devido ao fato de que as comunidades

indígenas não sofreram de grandes doenças no cenário pré-colombiano. Sendo as causas mais pontuais de seus colapsos demográficos as crises de quebra de colheita (McNeill, 1977, p. 177-178).

Ademais, Crosby realça essa teoria ao afirmar que os nativos desenvolveram poucas doenças, porque o Velho Mundo estava muito à frente da América na domesticação de animais. Isso pois, a presença de suínos, bovinos e caprinos no Novo Mundo acontece apenas após a chegada dos europeus. Sendo estes animais vetores de doenças, as quais já tinham ocorrido a muitas gerações na Europa, imunizando seus descendentes (Crosby, 2003, p.8).

Junto a isso, Crosby ainda pontua a falta de agregação populacional dos ameríndios como motivo dos mesmos não terem desenvolvido um número elevado de "doenças de multidão". Doenças de multidão, portanto, são aquelas que, de acordo com Ambientais (2020, p. 11), "precisam de uma população humana suficientemente numerosa e densamente aglomerada para os patógenos se desenvolverem". Por isso, seriam impossíveis de acontecer em uma comunidade menos unida fisicamente, como a configuração de caçadores-coletores que os povos indígenas se organizavam. Diferentemente do que ocorreu na Eurásia e África, em que as pessoas já conviviam em sociedades "mais complexas" (leia-se agregadas) a bem mais tempo.

Desse modo, a partir dos anos 2000 – quase nada distante de quando surge a teoria da epidemia em solo virgem – começam a aparecer autores que refutarão as ideias deterministas tanto de Crosby, Cook e McNeill. Esses estudiosos têm em comum a dúvida quanto a alta porcentagem de mortandade indígena pós-contato defendida por esses demógrafos, como quanto a essa importância demasiada dada as epidemias para o colapso demográfico dos ameríndios por esses mesmos estudos.

Nesse sentido, o demógrafo italiano Massimo Livi-Bacci será um dos primeiros a se opor radicalmente quanto as teorias deterministas, acreditando que as enfermidades trazidas do Velho Mundo nunca poderiam ter sido responsabilizadas pela dizimação populacional ameríndia de maneira completamente isolada, como foi feito anteriormente. Para Bacci, houveram fatores paralelos as doenças (as quais ele pode até deixar um pouco de lado em suas pesquisas) que culminaram no tamanho do genocídio ocorrido. Logo, nem tanto pela violência direta das guerras, para o autor foram as políticas de exploração sobre os corpos indígenas que, no mínimo, abriram caminho para o colapso demográfico (Livi-Bacci, 2006, p.17).

Em artigo de 2022, presente em uma coletânea chamada *Memórias Indígenas da Peste: epidemias e pandemias na América Latina*, Elaine Rocha, defensora das mesmas ideias de Levi Bacci, evidencia em seu trabalho uma dessas políticas de exploração sobre os corpos indígenas, que foi

> o deslocamento de população, o que em si causava grande transtorno físico, as agruras dos deslocamentos de prisioneiros, que eram parte das expedições militares, e o movimento de populações escravizadas, muitas vezes a longas distâncias, como entre as ilhas e a altiplanos e América Central, a América Central e a América do Sul, ou entre planícies, montanhas, demandava caminhadas de centenas de quilômetros, pouca comida e exposição às intempéries também enfraqueciam os organismos das pessoas, facilitando as infecções (Rocha, 2022, p. 36).

No trecho a cima, a autora destaca as migrações forçadas dos ameríndios durante o período colonial como característica potencializadora das doenças trazidas de além-mar, sobre o quesito de sua "enorme mortandade". Ademias, o destino desses deslocamentos, os quais eram o tráfico para a escravização de nativos em regiões longínquas as suas, também é evidenciado pela historiadora como um fator violento do colonialismo que, junto das enfermidades, foi decisivo para o extermínio de boa parte de suas populações (Rocha, 2022, p. 37).

Adjunto a Bacci e Rocha, David S. Jone é outro referencial de análises que refutaram a teoria da epidemia em solo virgem. No seu artigo de 2003 *Virgin Soil Revisited*, além de também reforçar que a grande mortandade de indígenas pós-contato se deu não apenas por fatores biológicos, mas impulsionada por conta de causas políticas e sociais, Jones refuta os argumentos da suposta falta de proteção dos nativos americanos tão reforçada pelos deterministas, a qual se dariam pela falta de imunidade dessas populações. Para Jones:

> Isso não faz sentido. Índios, como todos os seres humanos - e todos os vertebrados – possuem elaborados sistemas imunológicos e podem montar poderosas defesas contra vírus, bactérias, fungos e parasitas, mesmo em uma primeira exposição. Ninguém é imunologicamente indefeso. Haveria alguma coisa que deixaria o sistema imunológico ameríndio mais sutilmente deficiente? Muitas afirmações de "não imunidade" dependem da alegação de que o isolamento ameríndio das doenças, que os deixaram livres no paraíso das Américas, enfraqueceu seu sistema imunológico. Mas os arqueólogos já mostraram que muitas doenças existiam nas Américas antes dos europeus chegarem, incluindo tuberculose, treponematose, pneumonia, osteomielite, febre tifóide, shigella, salmonela, leishmaniose, doença de Chagas, toxoplasmose, amebíase, giardíase, tinha, blastomicose e infestações com vermes, lombrigas e ancilostomídeos. Os sistemas imunológicos dos ameríndios tinham tido exercício pleno (Jones, 2003, p. 10).

Isto é, para o autor, os povos originários tanto tinham imunidade inata (como todo ser humano), como também teriam a imunidade adquirida, uma vez que já fora comprovado a existência de diversas doenças entre eles no período pré-colombiano. Entretanto, o número de mortes não seria tão expressivo quanto aos do pós-contato com os europeus, o que por si só já prova a relatividade das doenças como causa principal dessa hecatombe demográfica ameríndia. No entanto, é relevante destacar que nem Jones, nem os outros estudiosos anti-teoria do solo virgem citados aqui, negam a influência das epidemias como causa da redução populacional, apenas não a encaram como a causa absoluta, restando atribuía-la as mazelas da exploração do homem branco.

Destarte, tendo como ponto de partida as antíteses feitas pelo último grupo de autores aos primeiros, vem a surgir uma "terceira via", isto é, um atual caminho teórico de pesquisadores que balanceiam o protagonismo do impacto das epidemias e da violência colonialista em meio ao processo de mortandade da população nativa-americana pós-colombiana. Estes acabam por não se distanciarem muito dos estudiosos que dão ênfase ás violências do colonialismo, pois também criticam a visão simplista da teoria da epidemia em solo virgem, todavia, entendem a brutalidade europeia e os fatores biológicos como atores co-dependentes neste acontecimento histórico.

Logo, ao invés de afirmarem que, adjunto das enfermidades, o sistema cruel imposto ao povo ameríndio foi o principal catalizador da sua queda demográfica abruta e que, sem esta dinâmica o ocorrido poderia ser diferente, a "terceira via" enfatiza a multifatorialidade do genocídio, atribuindo igual culpa a ambas causas. Portanto, um exemplo deste argumento encontra-se no livro-coletânea "*Beyond Germs: Native Depopulation in North America*" (2015), no qual seus organizadores partem da premissa de que

> Uma variedade de causas, além dos germes, pode ser demonstrada como tendo afetado a morbidade indígena. Essas causas incluem o trabalho excessivo, a destruição de recursos e meios de produção, a violência, a escravidão, narrativas mal compreendidas ou fabricadas, o apagamento da identidade indígena, a interrupção dos vínculos sociais e o desmembramento e dispersão das comunidades (Cameron, Kelton e Swedlund, 2015, p.4).

Dessa forma, estes estudiosos não entendem as enfermidades trazidas de além-mar como potencializadoras do genocídio indígena colonial que nem Levi Bacci, Rocha e Jones abordam, mas como elementos de uma teia muito mais complexa de ocorrências que culminaram neste fim. Para Charles Mann, um predecessor deste pensamento, as doenças interagiram não só com a violência do

colonialismo, mas com todo o ecossistema indígena pré-colombiano, enfatizando a interdependência entre esses fatores no processo de depopulação ameríndia (Mann, 2002, p.7).

Por último, concluímos que o debate acadêmico acerca do papel das epidemias na hecatombe demográfica indígena durante o período colonial é vasto e quase infindável, merecendo muito mais páginas que este esforço analítico consegue abarcar. Entretanto, mesmo assim, pudemos concluir que ele possui diferentes interpretações, principalmente relacionadas ao protagonismo das doenças ou das violências do colonialismo neste contexto, ou então, da relativa/integrativa implicação de ambos para esta catástrofe histórica.

Embora uns refutem os outros, é inegável a contribuição de cada um dos autores aqui citados e aqueles que, embora não abordados, também fizeram seus apontamentos para dar as bases deste assunto tão complexo. Espera-se com esperança que este tópico ainda possua muitas discussões e rediscussões, as quais só nos resta aguardar para ver, ou melhor, para ler.

Considerações Finais

Neste artigo, optou-se por realizar uma revisão de literatura que é aquela em que buscamos em outros materiais acadêmicos interpretações prévias ao assunto referido, afim de junta-las e tecer novas considerações. Por isso, aqui se escolheu trabalhar com obras que abrangem as interpretações científicas de diversos autores sobre o papel das epidemias ocorridas na América colonial para a depopulação dos nativos americanos pós-contato com os europeus. Isso na intenção de agrega-las e estabelecer um diálogo entre elas como produto final.

Dessa forma, esta pesquisa indicou a existência de, a princípio, dois tipos divergentes de opiniões: as que validam as epidemias como fator crucial e isolado para o declínio demográfico dos nativos (apoiados em Henrique Dobyns) e aquelas que as refutam, entendendo as mazelas do colonialismo como fator predominante. Neste primeiro grupo de interpretações foram destacados Albert Crosby, Noble David Cook e Willian McNeill, sendo os 3 estudiosos defensores da teoria da epidemia em solo virgem (*virgin soil epidemics*). De modo geral, pode-se dizer que esse conjunto de historiadores defendem, através de várias hipóteses histórico-biológicas, que os nativos nunca teriam defesas imunológicas para lidar com as doenças vindas do Velho Mundo. Isso pois, estiveram isolados

dessas enfermidades por muito tempo. Logo, seriam as epidemias a principal causa predestinada da hecatombe demográfica ameríndia no encontro com os europeus.

Entretanto, a partir dos anos 2000, surgiria o segundo grupo de autores predominante, sendo aqueles que irão refutar as ideias de determinismo biológico dos estudiosos antecedentes. Entre eles estão em relevância Massimo Livi-Bacci, Elaine Rocha e David S. Jones e o que todos eles têm em comum é uma desconfiança quanto a exagerada importância dada as epidemias para o declínio populacional indígena durante o período colonial, referenciada pela teoria da epidemia em solo virgem. Portanto, esses pesquisadores trazem argumentos para comprovar que na verdade não foram as doenças isoladamente que mataram esses nativos, mas sim, elas associadas às políticas de violência contra o indígena realizadas pelos colonizadores.

Ainda recentemente é avistada uma terceira via, ou seja, um novo grupo de teóricos que visam igualar a dimensão do impacto que tiveram as epidemias e a violência do sistema colonialista aos corpos indígenas na hecatombe demográfica dos ameríndios no contexto pós-colombiano. Os mesmos enfatizam que este é um acontecimento multifatorial, indo além dos germes e das armas. Como principais expoentes deste movimento são apontados Catherine M. Cameron, Paul Kelton e Alan C. Swedlund, organizadores do livro de mesma premissa "*Beyond Germs: Native Depopulation in North America*" e Charles Mann, predecessor do pensamento.

Por fim, é interessante ressaltar que o artigo aqui desenvolvido limita-se a escolha de autores que foram considerados os principais sobre o debate acerca do papel das epidemias para o colapso demográfico ameríndio durante o período da América colonial. Logo, existem alguns outros autores que também tratam de tal tema, todavia, como a maioria converge de ideias, não foram citados neste artigo para o mesmo não se tornar redundante. O critério de seleção, então, foi feito a partir da identificação dos autores mais populares encontrados no conjunto teórico utilizado, por isso, um trabalho que envolva a mesma problemática poderá utilizar de outros, embora não consiga fugir muito destes estudos memoráveis.

Referências bibliográficas:

ANZOLIN, André Soares. As doenças como exempla: epidemias e mortes nas cartas do jesuíta José de Anchieta. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 17, n. 27, p. 277- 288, 2016.

CAMERON, Catherine M.; KELTON, Paul; SWEDLUND, Alan C. Introduction. In: CAMERON, Catherine M.; KELTON, Paul; SWEDLUND, Alan C. (orgs.). **Beyond Germs**: Native Depopulation in North America. Tucson: University of Arizona Press, p. 1-18, 2015.

COOK, Noble David. **Born to Die:** Disease and New World Conquest, 1492-1650**.** New York: Cambridge University Press, 1998.

CROSBY, Alfred W. **The Columbian exchange:** biological and cultural consequences of 1492. Westport: Praeger Publishers. 2003.

DANTAS, Rodrigo Perles. **As epidemias são históricas uma relação entre as doenças infectocontagiosas e crises econômicas na América Portuguesa**. São Paulo: XI Congresso de História Econômica, 2020. Disponível em: https://encurtador.com.br/02XDx . Acesso em: 20 de jun. de 2025.

DENEVAN, William M. (Ed.). **The native population of the Americas in 1492**. Winsconsin: Univ of Wisconsin Press, 2ª Ed. 1992.

DIEHL, Eliana Elisabeth**.** Prefácio In: BRIGHENTI, Clovis A (Org). **Memórias indígenas da peste:** epidemias e pandemias na América Latina. São Carlos: Pedro & João Editores, p.7-15, 2022.

DOBYNS, Henry F. An Appraisal of Techniques with a New Hemispheric Estimate a New Hemispheric Estimate. **Current Anthropology**, v. 7, n. 4, p. 395-416, 1966. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2740306. Acesso em: 20 de out. de 2025.

JONES, David S. Virgin soils revisited. Virgínia: **The William and Mary Quarterly**, v. 60, n. 4, p. 703-742, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.2307/3491697. Acesso em: 23 de out. de 2025.

LAS CASAS, Bartolomé de. **Brevísima relación de la destrucción de las Indias**. Sevilla: Sebastián Trujillo, 1552. Reedição: México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

LETRAS AMBIENTAIS. 3 motivos por que epidemias mudaram a história dos indígenas no Brasil. 2020. Disponível em: https://www.letrasambientais.org.br/posts/3-motivos-por-que-epidemias-mudaram-a-historia-dos-indigenas-no-brasil. Acesso em: 20 de jun. de 2025.

LIVI BACCI, Massimo. **Los estragos de la conquista**: quebranto y declive de los indios de América. Barcelona: Crítica, 2006.

MANN, Charles C. 1491. **The Atlantic**, v. 289, n. 2, 2002. Disponível em: https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2002/03/1491/302445. Acesso em: 27 de out. de 2025.

MCNEILL, W. **Plagues and peoples**. New York: Anchor Press/Doubleday, 1977

MORAES, L. da S. Perigo Silencioso: Análise historiográfica sobre o reflexo das epidemias na América colonial. Noctua, [s.l.]: **Revista Nocua**, v.1, n. 2, p.1-11, 2018.

NERUDA, Pablo. Ode à Araucaria araucana. **Odes Elementares**. Tradução de Luís Pignatelli. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.

ROCHA, Elaine Pereira. A colonização dos corpos. A doença como ferramenta de dominação. In: BRIGHENTI, Clovis A. **Memórias indígenas da peste**: epidemias e pandemias na América Latina. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 31-62, 2022.

SAHAGÚN, Bernardino de. **Historia general de las cosas de la Nueva España**, 1585. México: Fondo de Cultura Económica, 3ª Ed. 1989.

THORNTON, Russell. **American Indian holocaust and survival:** A population history since 1492. University of Oklahoma Press, 1987.

WAIZBORT, Ricardo; PORTO, Filipe. Epidemias e colapso demográfico no México e nos Andes do século XVI: contribuições da biologia evolutiva. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 25, p. 391-407, 2018.

WAIZBORT, Ricardo. **A pandemia de Covid-19:** história, política e biologia. [s.l]: Fiocruz, 2020. Disponível em: https://coc.fiocruz.br/todas-as-noticias/a-pandemia-de-covid-19-historia-politica-e-biologia/. Acesso em: 20 de jun. de 2025.

Temporalidades

Apropriação de saberes indígenas na fronteira franco-portuguesa (1728-1769)

Appropriation of Indigenous Knowledge in the Franco-Portuguese Borderlands (1728–1769)

Eduarda Mendes Cardoso
Doutoranda em História
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
eduardamendes5020@gmail.com

Recebido: 10/08/2025
Aprovado: 12/02/2026

Resumo: Este artigo pretende analisar a apropriação de saberes indígenas na fronteira franco-portuguesa setecentista em viagens científicas francesas. No século XVIII, as disputas entre as Coroas portuguesa e francesa nas fronteiras amazônicas resultaram no envio de expedições exploratórias, articulando fortemente, em seus objetivos, aspectos vinculados à ciência e à política para o domínio territorial. A produção científica dependia intensamente dos saberes indígenas, que atuavam como guias, intérpretes, canoeiros e informantes, viabilizando a coleta e a aclimatação de plantas e animais. Apesar da recorrente desvalorização europeia, esses povos foram protagonistas na circulação de conhecimentos sobre fauna, flora, hidrografia e geografia, influenciando políticas reformistas e estratégias coloniais. As narrativas de viajantes revelam tanto a dependência quanto a desconfiança em relação aos indígenas, evidenciando relações de poder marcadas por resistência, mediação cultural e apropriação de saberes locais no contexto da ciência ilustrada e da expansão imperial na Amazônia.

Palavras-chave: Saberes indígenas; Viajantes; Amazônia Colonial.

Abstract: This article aims to analyze the appropriation of Indigenous knowledge in the 18th-century Franco-Portuguese borderlands, as depicted in the narratives of French travelers. In the 18th century, disputes between the Portuguese and French Crowns in the Amazonian border regions resulted in the dispatch of exploratory expeditions, whose objectives strongly intertwined science and politics in the pursuit of territorial control. Scientific production relied heavily on Indigenous knowledge, as these peoples served as guides, interpreters, canoeists, and informants, enabling the collection and acclimatization of plants and animals. Despite recurrent European devaluation, they played a central role in the circulation of knowledge about fauna, flora, hydrography, and geography, influencing reformist policies and colonial strategies. Travelers' narratives reveal both dependence on and distrust toward Indigenous peoples, highlighting power relations marked by resistance, cultural mediation, and the appropriation of local knowledge within the context of Enlightenment science and imperial expansion in the Amazon.

Keywords: Indigenous knowledge; Travelers; Colonial Amazon.

Introdução

As disputas entre os representantes das Coroas portuguesa e francesa na fronteira setentrional amazônica do setecentos foram conduzidas a partir de articulações políticas de domínio territorial e do uso das ciências para esses propósitos. O controle das riquezas das colônias destacava a necessidade dos impérios coloniais de reunir saberes sobre os três reinos da natureza – animal, vegetal e mineral. Essa tarefa exigia investimentos em viagens científicas e na organização de espaços onde a ciência pudesse ser exercida, experimentada e difundida. Nesse contexto, a produção científica estava orientada por dois impulsos principais: o compromisso com o campo das ciências, visando a busca pelo conhecimento e o desenvolvimento de teses e experimentos em suas diversas áreas; e as exigências políticas e econômicas das potências coloniais, que utilizavam os estudos científicos como meios para garantir suas colônias e manter sua hegemonia no campo intelectual.

Mais especificamente em relação à Guiana Francesa, a administração colonial francesa incentivou muitas viagens de reconhecimento territorial e no estudo da natureza guianense. Assim como podemos observar nas expedições analisadas no presente estudo, esses objetivos correspondiam também às tentativas de assegurar e vigiar suas zonas limítrofes. Entendemos que as estratégias coloniais em relação a seus territórios dependiam também da articulação entre a política e a ciência. Nesse sentido, os empreendimentos em relação às disputas coloniais, não somente no plano econômico e político, mas também no científico, dependiam das relações estabelecidas com os povos indígenas.

Com base nisso, o espaço em questão foi marcado pelo contato entre diferentes agentes sociais, cujas práticas, comportamentos e movimentações se deram por meio de complexas relações, sejam elas amistosas ou hostis. Essas relações desempenharam papéis importantes nas tentativas de colonização e na sobrevivência na dura realidade das expedições exploratórias. As relações de interdependência entre viajantes franceses e as etnias ameríndias das regiões de fronteira, por meio de acordos diplomáticos, relações comerciais e na subordinação de europeus aos saberes indígenas da floresta e dos caminhos fluviais, demonstram as muitas faces do processo de colonização e contato com as populações ameríndias, que eram comumente destacadas como vítimas ou alheias às ocorrências coloniais pela historiografia tradicional.

Os contatos interculturais na fronteira franco-portuguesa entre indígenas e franceses baseavam-se, além dos conflitos existentes entre esses grupos, em importantes alianças. Como aponta

a historiadora Eliane Fleck (2005, p. 314), as cenas de contato entre europeus e populações indígenas nas narrativas não revelam apenas o clássico encontro entre "civilização" e "barbárie" para definir a fronteira colonial, mas também evidenciam "[...] os processos de resistência, adaptação, transformação e criação que conferiram peculiaridades e originalidade ao processo por eles vivenciado".

Durante um longo período das produções historiográficas sobre os povos originários, a historiografia limitou-se a enxergar as populações ameríndias como vítimas passivas e alheias às interferências colonizadoras na América Portuguesa. Esses indivíduos eram concebidos como um povo homogêneo e submisso às situações cotidianas e às decisões dos colonizadores. Essa conjuntura começou a mudar com a emergência de uma nova categoria de análise histórica, que permitiu enxergar além das entrelinhas do discurso civilizatório europeu, recuperando suas vozes e ações, muitas vezes silenciadas pela historiografia ou pelos documentos históricos disponíveis.

A "Nova História Indígena", como passou a ser chamada, trouxe uma nova forma de interpretar o papel dos ameríndios, recuperando suas escolhas, ações e protagonismos, frequentemente apagados pela justificativa opressora da colonização. Na historiografia brasileira, surgiram muitos trabalhos com a proposta de contemplar a agência indígena em sua própria trajetória histórica, dando visibilidade à sua diversidade cultural e étnica, rompendo com a visão tradicional que enfatizava o estado "apático" dos ameríndios, geralmente reduzidos à passividade e à condição de mão de obra[1].

Conforme aponta John Manuel Monteiro (1994), um dos precursores da Nova História Indígena, a história dos grupos indígenas e suas interações com os colonizadores não pode ser compreendida sem considerar a agência e as respostas dos próprios indígenas a essas circunstâncias. Nessa perspectiva, os indígenas são reconhecidos como agentes de sua própria história, com estratégias próprias de resistência e adaptação. Assim, a interação entre indígenas e colonizadores não foi somente marcada por uma dinâmica desigual de poder, mas também por uma série de respostas ativas por parte dos indígenas, que buscavam negociar, resistir e adaptar-se às novas realidades impostas pela colonização (Monteiro, 1994, p. 18).

[1] Dentre a produção historiográfica brasileira, podemos citar algumas obras clássicas: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992. DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos:** colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do séc. XVIII. Lisboa: CNCDP, 2000. FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões:** os povos no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. MONTEIRO, Jonh Manuel. **Negros da Terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

As fontes de pesquisa destinadas à nossa análise constituem um conjunto de documentos muito interessantes para pesquisadores dedicados às narrativas específicas sobre o cotidiano de viagens, pois seu formato é quase paralelo aos diários. Desse modo, as chamadas "narrativas de viagem" serviram como registros vitais que moldaram o imaginário europeu sobre as terras distantes do Novo Mundo. Os primeiros inventários, diários, relatos e descrições atuaram como documentos essenciais para os primeiros séculos de colonização, inicialmente focados na fauna, flora e nas primeiras impressões sobre as populações exóticas e peculiares. No entanto, as narrativas dos viajantes dos séculos XVIII e XIX passaram a fazer parte de um rigoroso trabalho científico.

Para a historiadora Alida Metcalf (2019), no âmbito do conceito de "intermediário", os viajantes e suas narrativas de viagem são exemplos do que a autora designa como "intermediários representacionais". Trata-se daqueles que, por meio de escritos, desenhos, mapas e tradição oral, moldaram grande parte da mentalidade europeia sobre os indígenas e as terras do Novo Mundo. Nesse grupo, incluem-se viajantes, cartógrafos, cientistas-viajantes e cronistas, que podem ser considerados grandes produtores de representações e estereótipos, reservando às muitas etnias indígenas das Américas um lugar passivo e degenerativo (Metcalf, 2019, p. 32).

A leitura desses documentos revela um amplo leque de temas, incluindo o interesse pela História Natural, a paisagem física, descrições políticas e econômicas, bem como o fornecimento de saberes das populações ameríndias. Para esta pesquisa, será utilizada uma seleção de relatos contidos na obra de Francis Dupuy[2]. O livro *Les arpenteurs des confins: explorateurs de l'intérieur de la Guyane, 1720-1860* reúne 12 textos que apresentam os relatos de viagem de exploradores dos séculos XVIII e XIX, contendo ricas informações históricas sobre a colonização na Guiana Francesa.

Dentre esses textos, quatro relatos foram escolhidos, sendo eles os que descrevem as expedições realizadas pelo sargento La Haye (1728-1729), a do botânico e médico Jean-Baptiste Patris (1766-1767), do geógrafo e engenheiro Simon Mentelle (1767) e de Claude Tony (1769), que se autodenominava "mulato livre da colônia". A partir das narrativas, podem-se destacar algumas etnias indígenas das regiões das Guianas, incluindo os Armacoutoü, Roucoyennes/Wayana, Émirillons, Arramichaux e Amikouanes/Namycoüanne. Também é relevante destacar os trajetos hidrográficos

[2] Francis Dupuy é antropólogo e professor da Universidade de Poitiers e membro do Centro de Educação e Pesquisa em Etnologia Laboratório Nativo Americano de Etnologia e Sociologia Comparada (Universidade de Paris Ouest Nanterre La Défense e CNRS).

percorridos pelos exploradores, com os rios Oyapock, Camopi, Yary/Jari, Maroni, Araoua e Amazonas servindo como rotas fluviais nas quatro viagens pelo interior da Guiana Francesa e da colônia vizinha.

De modo geral, as narrativas de viagem ocupam um lugar privilegiado no estudo das traduções culturais, devido às ricas descrições sobre os lugares visitados e as populações nativas. O historiador Peter Burke (2004) argumenta que, nesses encontros interculturais, era comum ocorrerem duas reações opostas diante da experiência de contato. A primeira seria negar ou ignorar a diferença cultural; a outra, assimilar os outros a si mesmos por meio da analogia, seja de forma consciente ou inconsciente (Burke, 2004, p. 154).

As contribuições metodológicas de Ilka Boaventura Leite (1996) e Mary Anne Junqueira (2011) para as narrativas de viagem, especialmente aquelas que abordam discussões sobre análise discursiva, foram essenciais para a análise do presente *corpus* documental. Segundo Junqueira, cada relato de viagem é único, e o historiador deve manter uma proximidade crítica com a fonte, atentando-se a aspectos como o "lugar de enunciação", o universo cultural do autor, o período em que viveu, e como ele registrou e publicou seu relato (Junqueira, 2011, p. 47). Esses fatores são cruciais e revelam muito sobre o viajante, pois seu relato é moldado por seu universo cultural, pelas demandas de sua época e, sobretudo, por sua maneira de conceber o "Outro" e de se posicionar no mundo.

Para Leite, as narrativas de viagem em contextos coloniais, diretamente influenciadas pelo imaginário de uma sociedade, podem ser consideradas como um discurso sobre o Outro. No entanto, essa perspectiva não é suficiente para refletir sobre a literatura de viagem apenas como um instrumento de dominação, pois toda representação o é. É interessante pensá-la, também, como um "[...] veículo de expressão ou manifestação de cultura, enquanto tentativa de interpretar e compreender o Outro" (Leite, 1996, p. 22).

A partir dessa abordagem, questiona-se que a percepção dos viajantes sobre os povos que encontravam era descrita com base em noções filtradas por sua própria cultura, o que resultava em julgamentos e visões eurocêntricas. Essas visões, muitas vezes marcadas por estereótipos, frequentemente permeavam o imaginário europeu, algo muito comum em relatos de viagens sobre as Américas.

Conhecimentos naturais nas fronteiras: cientificismo europeu e conhecimentos indígenas em zonas fronteiriças amazônicas

O espaço amazônico, especialmente no período dos setecentos, começou a receber diversas expedições científicas com propósitos que abrangiam diferentes áreas do conhecimento. O domínio da natureza era claramente um dos principais pressupostos dos considerados "homens de ciência" para a realização de viagens que transformariam os sertões amazônicos em extensos laboratórios experimentais. Dada a configuração política na Europa e nas possessões coloniais nas Américas, não podemos deixar de mencionar que a ciência não estava à disposição apenas de seus praticantes e das academias intelectuais que a financiavam, mas estava também fortemente atrelada a políticas que visavam o uso do conhecimento a favor da expansão e conquista de territórios.

Conforme afirma o historiador Ronald Raminelli (2008), as disputas coloniais pela ocupação e expansão de territórios podem ser consideradas o combustível para que as monarquias se tornassem patronas das ciências, formando um corpo de funcionários capaz de conduzir o governo à distância e de cumprir os preceitos postulados pelas academias científicas (Raminelli, 2008, p. 10).

As expedições francesas de exploração e reconhecimento em regiões fronteiriças representam alguns dos mecanismos empregados pelos impérios ultramarinos para manter controle sobre suas posses. A relação que os domínios coloniais estabeleciam com diversas etnias variava conforme diferentes interesses. Por um lado, muitos grupos indígenas foram subjugados à escravidão, servindo ao desenvolvimento colonial como uma mão de obra ideal para os colonos franceses. Por outro lado, também era comum a formação de alianças entre certas etnias e os colonizadores, como no caso dos indígenas que se aliavam aos franceses. Esses aliados atuavam como verdadeiros vigilantes nas áreas entre os rios e no interior das matas, protegendo o território de possíveis invasões de outras potências rivais.

A passagem de viajantes naturalistas no território amazônico mobilizou muitos estudos que colocaram a natureza como foco principal. A catalogação de vários espécimes de plantas e animais, os estudos astronômicos, o desenvolvimento cartográfico e as pesquisas em geodésia delinearam as principais pesquisas sobre as Américas. Como produto dessas expedições, das quais inúmeros livros e outros materiais foram elaborados para divulgar as descobertas realizadas, podemos destacar as narrativas de viagem como parte da produção científica que reunia os registros feitos pelos

exploradores durante suas jornadas. Apesar de esses escritos atenderem às normas que as ciências exigiam, quanto à objetividade e à esquematização dos conteúdos que seriam incluídos, os discursos não estavam isentos da subjetividade de seus autores. As representações que enquadravam a região amazônica no imaginário da sociedade europeia também partiam das concepções dos considerados cientistas-viajantes.

A representação das fronteiras políticas era um objetivo constantemente buscado nesse período. Entre os séculos XVII e XVIII, o Império francês liderava o campo científico europeu. Áreas como Geografia, Cartografia, Astronomia e Matemática eram recursos prioritários da realeza e da burguesia francesa em ascensão. Com o domínio dos mapas, buscava-se a precisão de longitudes e latitudes que permitissem um controle mais eficiente da natureza e do território. Muitas vezes, as expedições científicas nas Américas promoviam descobertas e a comprovação de conhecimentos ainda não testados. As medições das latitudes próximas à linha do Equador, por exemplo, ilustram alguns dos avanços científicos proporcionados pelas viagens exploratórias.

Nesse sentido, a circulação desses viajantes pelo interior das Guianas e pelos intricados rios amazônicos está inserida em um contexto de exploração e disputa entre as potências europeias pelos territórios fronteiriços coloniais. Assim, falar de fronteiras amazônicas é evocar as inúmeras tentativas, mais ou menos bem-sucedidas, de delimitar seus limites por meio de acordos diplomáticos e confrontos diretos. A diversidade social e histórica do espaço amazônico torna suas fronteiras um lugar excepcional de experiências culturais, um terreno privilegiado de alteridades, onde diferentes agentes sociais se entrecruzam devido às conjunturas históricas. No entanto, por meio das narrativas, essa lógica torna-se ambivalente, pois esses encontros podem se transformar em desencontros quando são deslocados de suas realidades e temporalidades pela perspectiva de seus leitores, resultando na afirmação de estereótipos sobre o Outro.

Como salienta Nívia Pombo (2010), no século XVIII, dominar a fauna e a flora das colônias ultramarinas tornou-se um dos principais objetivos das pautas reformistas dos Impérios Ultramarinos. Nesse contexto, Inglaterra e França destacavam-se como pioneiras na criação de centros de estudos voltados para identificar, classificar e aclimatar plantas. Desde o século XVII, já investia em estudos botânicos realizados no Jardim Real de Plantas Medicinais de Paris (1640) e em viagens conduzidas por naturalistas em seus territórios coloniais no Índico e no Atlântico (Pombo, 2010, p. 54).

Mary Louise Pratt salienta que, a partir da primeira metade do século XVIII, as expedições científicas tornaram-se um meio promissor de encontros, experiências e recursos para formar complexas alianças entre as elites comerciais e intelectuais de toda a Europa. Dessa forma, a exploração científica tornou-se um dos alvos mais cobiçados pelos Estados europeus e, por conseguinte, uma fonte de alguns dos mais poderosos aparatos ideológicos e simbólicos, por meio dos quais vários indivíduos se relacionavam com outras partes do mundo. Nesse contexto, vale mencionar a expedição de Charles La Condamine, que foi um dos primeiros exemplos a inaugurar essa nova tendência nas expedições exploratórias com intuitos científicos, marcadas pela documentação e pelo estudo do espaço e dos seres vivos que nele habitavam (Pratt, 1999, p. 52-53). Os textos de La Condamine podem ser considerados um marco na história das ciências no período colonial, tanto pelos resultados práticos que o cientista francês alcançou em sua passagem pelas Américas, quanto pela grande influência exercida sobre as próximas gerações de cientistas-viajantes que viriam para esse continente.

Nesse contexto, a classificação e interpretação do mundo natural no período setecentista tornou-se mais do que uma prática pautada na observação empírica; consolidou-se como uma grande área das ciências, responsável pela criação de jardins botânicos e pela orientação dos impérios ultramarinos na inserção nas redes de produção e descobertas científicas. Em grande medida, os cientistas-viajantes faziam parte de alguma subárea da História Natural ou estavam ligados a ela. Dessa forma, passou-se a valorizar a atuação desses homens de ciência nos espaços coloniais, cujas fronteiras permitiam a circulação de animais, pessoas, plantas e saberes científicos tanto europeus quanto indígenas.

Diante desse cenário, os estudos de maior complexidade eram realizados em laboratórios e nos jardins botânicos das metrópoles, onde os naturalistas dispunham de mais recursos para uma análise segura e precisa das espécies. Contavam, para isso, com obras especializadas recentes, instrumentos mais precisos e os avanços técnicos da época. Assim, buscava-se, por meio dos conhecimentos anatômicos e fisiológicos, reproduzir espécies de plantas e animais provenientes de terras distantes. Essa prática foi particularmente expressiva em Estados coloniais como França e Inglaterra, que se especializaram em criar grandes complexos dedicados a classificar, aclimatar e reproduzir espécies de diversas partes do mundo (Raminelli, 2008, p. 98).

Não podemos deixar de mencionar que a instalação de jardins botânicos na Amazônia colonial, bem como o cultivo e a descrição de espécimes de plantas locais, não seria possível sem a participação fundamental dos povos indígenas, que forneceram conhecimento sobre a natureza. O estudo das expedições científicas na Amazônia, assim como a produção e a circulação de conhecimento natural vinculadas às iniciativas das instituições coloniais, são temas amplamente investigados pela historiografia. Contudo, atualmente, há poucos trabalhos que exploram a participação e a atuação indígena nesse processo, principalmente no século XVIII.

Conforme afirmam os historiadores Rafael dos Santos, Frederick Matos e Nelson Sanjad (2021):

> Menos conhecida é a participação dos povos indígenas nesse projeto colonial, sobretudo no Grão-Pará, onde representantes de várias etnias formavam a maior parte da mão de obra e dos efetivos militares, e foram fundamentais para que as autoridades coloniais e os naturalistas tivessem acesso a espécimes nativas e aos conhecimentos e às práticas a elas associados (Sanjad; Santos; Matos, 2021, p. 2).

Sobre o mundo colonial amazônico, mesmo que muitos documentos históricos não expressem diretamente as atuações indígenas em diversos aspectos do plano de colonização europeu, esses povos quase sempre estiveram envolvidos em viagens científicas, supervisionando caminhos e fornecendo saberes essenciais sobre a natureza. Esse é o caso, por exemplo, dos indígenas Valetim Mendes, Antônio da Silva, Cipriano Gomes e Ventura de Souza, apresentados por Sanjad, Santos e Matos, que desempenharam papéis importantes na implementação do Horto Botânico do Grão-Pará (1760-1810). Os autores analisam os itinerários desses indígenas, que foram igualmente importantes para a criação do Jardim Botânico de São José, destacando como seus conhecimentos sobre os territórios em que transitavam possibilitaram a troca de espécies entre Belém e Caiena. Dessa forma, os indígenas eram os mais aptos a realizar essas missões, devido ao seu profundo entendimento da geografia local e das dinâmicas políticas da região (Sanjad; Santos; Matos, 2021, p. 19).

Podemos citar, ainda, um trabalho que também prioriza os indígenas como agentes históricos que é a tese de doutorado defendida recentemente de Rafael dos Santos (2023) *"Melhores mestres...": Saberes indígenas e ciência colonial no Vale Amazônico (século XVIII)*. Esse estudo analisa os papéis que as etnias indígenas desempenharam na circulação e construção do conhecimento na Amazônia colonial, redimensionando-os como protagonistas nesse processo. Segundo o historiador, a presença indígena nos projetos coloniais estava relacionada a finalidades como mão de obra em iniciativas agrícolas,

extração de madeira, construção de embarcações, coleta de drogas do sertão e outras atividades. Além disso, a centralidade indígena, por esse viés, foi também fundamental para localizar e compartilhar conhecimentos sobre os usos de diversos espécimes vegetais amazônicos, incluindo as mais famosas "drogas do sertão", como o cravo, cacau, canela, urucum e baunilha (Santos, 2023, p. 55).

O desempenho dos indígenas em diversas instâncias do processo de colonização na Amazônia pode ser observado em muitas expedições realizadas por cientistas viajantes. Embora suas ações fossem frequentemente minimizadas pelo discurso europeu, o conhecimento científico sobre a diversidade das terras americanas só foi possível graças às populações nativas, que dominavam a geografia do espaço. Dessa forma, as práticas de coleta vegetal estavam alinhadas à experiência indígena sobre o seu próprio universo. Nas conhecidas "Viagens Filosóficas", como analisa Pataca, o reconhecimento geográfico, a localização das plantas e as instruções para as viagens foram informações valiosas coletadas a partir do conhecimento indígena (Pataca, 2016, p. 96).

A pesquisa de Gabriele Berthou de Almeida (2020) "*Rios de conhecimentos: os povos das conquistas e expedições cientificas na Amazônia e na África Oriental portuguesa (1780-1798)"* ilustra claramente como os saberes indígenas eram utilizados em expedições científicas na América Portuguesa. Os indígenas Cipriano de Souza e José da Silva ganharam destaque na investigação de Almeida como preparadores dos produtos naturais durante a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira. Além disso, os ameríndios também desempenharam papéis importantes no processo de catalogação de animais e plantas, incluindo seus usos alimentícios e medicinais. A historiadora apresenta numerosas referências às técnicas indígenas de cultivo, manejo e nomenclaturas nativas relativas à flora amazônica e à diversidade de animais para consumo. Um dos espécimes que Rodrigues Ferreira mais detalhou foram as palmeiras, pois ele acreditava que os usos praticados pelos indígenas poderiam ser expandidos nas colônias portuguesas (Almeida, 2020, p. 181).

A associação entre o conhecimento dos indígenas e os estudos botânicos europeus dinamizou a circulação de saberes em muitas fronteiras coloniais. Podemos afirmar que essa lógica estava intrinsecamente ligada às estratégias políticas das administrações coloniais, visando dominar o conhecimento de seus territórios e aliar-se àqueles que mais poderiam fornecê-lo. Nesse contexto, as viagens científicas e a apropriação dos saberes indígenas não podem ser consideradas apenas circunstâncias isoladas, mas devem ser entendidas como fenômenos sociais e culturais inseridos em um campo de normas, papéis e expectativas claramente definidos. Por conseguinte, a busca por

catalogar a natureza e ampliar o conhecimento estava diretamente ligada às estratégias de reconhecimento e domínio territorial, evidenciando o caráter político das práticas científicas.

De acordo com Maria Celestino de Almeida (2017), os indígenas sempre foram concebidos, na história das Américas, como força de trabalho ou como rebeldes que eram rapidamente vencidos, escravizados, aculturados, dominados e aniquilados pelos colonizadores. Suas ações não eram, de forma alguma, consideradas relevantes, e seus protagonismos eram sistematicamente ignorados. Diante desse cenário, a inclusão dos povos indígenas na condição de sujeitos possibilita novas interpretações históricas sobre sua presença no processo de colonização até os dias atuais (Almeida, 2017, p. 18).

Maria Fernanda Bicalho (1999) reitera que, no período em que as disputas ultramarinas dos países europeus se acirravam, as colônias nas Américas, especialmente a região amazônica, experimentaram um misto de voracidade pelo saber ilustrado e necessidades de conservação e expansão dos territórios coloniais. Esse contexto transformou esses territórios no centro de interesses de filósofos, naturalistas, exploradores e militares. Assim, durante o século XVIII, "a região amazônica seria devastada pelas expedições comandadas por cientistas de diversas nacionalidades". A partir dessas expedições, as fronteiras da ciência e do saber se expandiram e se complexificaram pelo contato com fronteiras territoriais, articulando conhecimento e colonização (Bicalho, 1999, p. 32).

Em especial na fronteira franco-portuguesa, o processo de desenvolvimento científico consistiu no mapeamento e catalogação de recursos naturais, além da construção de jardins botânicos. Nesse contexto, a ciência funcionava como um meio de garantir a soberania territorial e proteger os interesses estratégicos das potências coloniais. Assim, embora fundamentada em preceitos de racionalidade e progresso, a ciência desempenhou um papel ambivalente: ao mesmo tempo que buscava entender e organizar a natureza, servia como uma ferramenta de dominação e exploração.

Apesar desse contexto, os povos indígenas desempenharam um papel crucial na construção do conhecimento sobre a natureza amazônica. Por meio de seu profundo entendimento do território, contribuíram significativamente para as descobertas botânicas, zoológicas e cartográficas que fundamentaram muitos dos avanços científicos da época. No entanto, seus saberes foram frequentemente silenciados ou apropriados de forma subalterna nas narrativas das expedições. Embora os conhecimentos indígenas tenham sido fundamentais para a exploração e documentação da flora, fauna e geografia da Amazônia, eles foram apropriados sem o devido reconhecimento.

As expedições dependiam diretamente da experiência indígena para a localização de recursos, navegação e sobrevivência, mas as narrativas científicas frequentemente os reduziram a meros "assistentes" ou, pior, a "obstáculos" ao progresso europeu. Essa invisibilização das contribuições indígenas reflete um padrão estrutural de marginalização dos saberes não europeus.

Diante dessa lógica, portanto, a contribuição indígena vai além de sua atuação como mão de obra no período colonial — aspecto já amplamente explorado pela historiografia. Essa contribuição estende-se ao uso dos saberes indígenas para o conhecimento científico sobre a natureza. Isso demonstra que esses indivíduos não foram essenciais apenas pela força de seus braços em trabalhos físicos e árduos, mas também se mostraram muito importantes como instrutores e detentores de saberes indispensáveis no domínio da natureza, geografia, cartografia e hidrografia (Santos, 2023, p. 60).

"Os canalhas viram bem que precisávamos deles": atuações e saberes indígenas em expedições francesas do século XVIII

A presença indígena em expedições francesas no território fronteiriço franco-português esteve ligada a muitas atividades essenciais que permitiram o reconhecimento da natureza guianense, assim como dos diferentes grupos nativos que habitavam a região. A agência desses indivíduos no contexto colonial setecentista, onde as potências ibéricas estavam em constante vigilância de seus limites e à procura de brechas para ampliar suas possessões, foi notória mesmo em situações em que os viajantes recorrentemente subjugavam suas decisões, mas nunca renunciando a seus conhecimentos e alianças. O nosso interesse particular é compreender a apropriação dos saberes indígenas pelos viajantes franceses e os papéis ameríndios durante as viagens.

Durante a primeira metade do século XVIII, as rotas fluviais amazônicas ainda eram pouco conhecidas e mapeadas pelos europeus devido ao lento reconhecimento das vastas possessões coloniais. A passagem pelo rio Jari, frequentemente percorrida pelos viajantes, era marcada pelos temíveis "saltos" — enormes e estreitas cachoeiras típicas da região. Apesar de pouco validado pelos padrões científicos europeus, o conhecimento indígena sobre esses caminhos era essencial para os agrimensores. Os ameríndios desempenhavam várias funções fundamentais: atuavam como pilotos, remeiros, mediadores, guias, vigilantes, construtores de embarcações e coletores. Além disso, eram

frequentemente consultados como fontes de conhecimento sobre o mundo natural, contribuindo significativamente para as pesquisas científicas europeias.

As viagens que compõem as fontes documentais analisadas ocorrem em uma zona fronteiriça constantemente disputada entre os impérios francês e português. O envio frequente de grupos e tropas expedicionárias reflete os intensos deslocamentos territoriais e marítimos, característicos do fluxo contínuo de representantes das metrópoles europeias, visando à expansão colonial e à exploração econômica da fronteira franco-portuguesa. As condições sociais deste espaço fronteiriço evidenciam redes complexas de sociabilidade que influenciavam as políticas de proteção das colônias, através de alianças e tratados entre as potências. Considerando a presença de diversos atores no processo de demarcação e manutenção das fronteiras, esses indivíduos não agiam isoladamente; suas ações eram mediadas por estratégias adaptadas às circunstâncias específicas em que operavam.

As interações entre indígenas e viajantes europeus em contextos coloniais revelam as diversas maneiras pelas quais os encontros interculturais foram estabelecidos e interpretados. Embora os relatos dos viajantes franceses sejam marcados por uma perspectiva eurocêntrica e generalizante, esses documentos refletem suas próprias experiências socioculturais, oferecendo informações valiosas sobre a vida cotidiana indígena, incluindo suas práticas, formas de existência e estratégias de sobrevivência. Além disso, a importância das alianças com as populações indígenas demonstra que o controle dos limites ibéricos na Amazônia colonial dependia significativamente mais dos acordos locais estabelecidos com os grupos residentes do que dos tratados políticos entre os impérios, destacando a complexidade das relações sociais e políticas nas fronteiras.

Em espaços coloniais como a fronteira entre a Guiana Francesa e a Guiana Portuguesa do século XVIII, onde as dinâmicas sociais são intensas e complexas, os parâmetros teóricos da crítica literária Mary Louise Pratt, através do seu conceito de "zona de contato", são muito válidos. Eles permitem compreender que as ações das populações ameríndias, em contato com os exploradores franceses, não se encaixam simplesmente em padrões que as relegam ao papel de "vítimas" com condutas passivas. Ao contrário, essas populações tinham presença ativa e significativa nos contextos em que estavam inseridas. Embora a perspectiva de contato de Pratt reconheça as relações desiguais de poder, ela enfatiza que as interações entre colonizadores e colonizados devem ser vistas não como segregadas, mas como espaços de presença comum e práticas interligadas (Pratt 1999, p. 32).

Segundo Pratt, essas "zonas de contato" são locais de encontros coloniais onde indivíduos de origens geográficas e históricas distintas interagem e estabelecem relações contínuas. A autora argumenta que, enquanto o termo "fronteira colonial" pode sugerir uma perspectiva expansionista europeia, o termo "contato" é empregado para ressaltar as dinâmicas interativas e improvisadas dos encontros coloniais. Estas dimensões, frequentemente minimizadas ou ignoradas em relatos que adotam uma visão civilizatória, são cruciais para entender as complexidades desses espaços (Pratt, 1999, p. 31).

Além disso, ainda a partir de Mary Louise Pratt, a apropriação de saberes indígenas por viajantes pode ser compreendida como um processo de "transculturação" que ocorre na zona de contato: um espaço de encontro cultural marcado por relações profundamente desiguais de poder. Nessa leitura, não se trata de "transferência neutra" de informações nem de simples assimilação do conhecimento indígena pelo europeu. Trata-se de uma reconfiguração ativa do saber quando ele atravessa o circuito colonial — e essa reconfiguração é justamente o ponto central da transculturação (Pratt, 1999, p, 30).

Dito isso, o saber indígena, originalmente ligado a práticas coletivas, territorialidade, oralidade e a sistemas próprios de validação (experiência, transmissão, rituais, restrições de uso, responsabilidades coletivas), é selecionado pelo viajante conforme sua utilidade para objetivos externos (sobrevivência, exploração, comércio, cartografia, prestígio científico). Em seguida, ele é traduzido para linguagens vistas como "dominantes" (diário, relato, catálogo naturalista, mapa), operação que altera sua forma e seu sentido: o que era um conhecimento situado vira "dado" transportável. Depois, esse saber é reenquadrado por categorias do centro (natureza/recurso, ciência/crença, medicamento/princípio ativo), frequentemente retirando dele aquilo que o tornava inteligível dentro do mundo indígena. Por fim, é renomeado e institucionalizado — classificado, publicado, arquivado, integrado a redes acadêmicas e econômicas — de modo que passa a circular como patrimônio do colonizador. Nesse percurso, a transculturação evidencia que a "aquisição" do conhecimento inclui também perdas e substituições: perde-se contexto, perde-se autoria, perde-se o vínculo político com quem produziu e guardou aquele saber.

O papel ativo dos ameríndios em contextos coloniais implica no reconhecimento de um protagonismo indígena que impacta sobre os eventos históricos do passado, exigindo um redimensionamento de suas ações na história da colonização na Amazônia do período colonial. A

compreensão da história indígena a partir da perspectiva contemporânea permite incorporar esses protagonismos em diversas situações históricas, desafiando os discursos estabelecidos sob perspectivas eurocêntricas e civilizatórias (Coelho; Rocha, 2018, p. 469).

Longe de serem meros espectadores, os indígenas assumiam a liderança em diversas funções, enfrentando responsabilidades desafiadoras que facilitavam o trânsito terrestre e náutico pelas densas matas e rios amazônicos. Dessa forma, a agência dos ameríndios nas expedições pode ser entendida como um poder que lhes permitia não apenas agir, mas também provocar mudanças em suas circunstâncias. Nesse contexto, a capacidade de agir representa uma forma de poder exercida nas interações sociais (Giddens, 2003, p. 32).

Os povos indígenas, antes retratados como figuras secundárias e vítimas passivas de um processo violento que invisibilizava suas capacidades de ação, passaram a ser reconhecidos como agentes sociais ativos. Suas iniciativas e escolhas são agora vistas como fundamentais para compreender os processos históricos vivenciados por eles. Essas novas perspectivas oferecem uma visão mais ampla de suas trajetórias e, por extensão, da própria história do Brasil (Almeida, 2010, p. 9-10). De personagens secundários ou meros figurantes nos bastidores das narrativas históricas, as populações indígenas, com essas novas concepções teóricas, passaram a ser concebidas como protagonistas, destacando-se sob holofotes que evidenciam suas ações nas pesquisas.

Entre as muitas atividades exercidas pelos indígenas, destacam-se algumas que receberam especial atenção nas observações dos viajantes. Atuavam como guias, intérpretes (carannes), canoeiros, pilotos, remeiros, informantes consultados sobre a natureza amazônica e carregadores de diversos produtos requisitados pelos exploradores. É importante ressaltar que os indígenas não desempenhavam apenas uma função, pois acumulavam várias tarefas simultaneamente, sendo a principal força de trabalho nas expedições.

Para além das trocas interculturais possibilitadas pelas relações franco-indígenas, a convivência nas expedições — especialmente aquelas com pretensões científicas — favorecia a circulação de saberes na fronteira entre as Guianas Francesa e Portuguesa. Enquanto para as Coroas ibéricas tratava-se de um território delimitado por uma linha demarcatória, para os indivíduos que transitavam por essas fronteiras era um espaço de contato, onde coexistiam diversas formas de interação entre diferentes atores históricos (Comissoli, 2021, p. 118).

Com base nas quatro narrativas de viagem, observamos descrições sobre as etnias indígenas repletas de percepções e generalizações. A produção literária desse período estava profundamente comprometida com uma visão colonialista e eurocêntrica, voltada à construção discursiva dos nativos que de alguma forma sustentassem as justificativas para suas ações de dominação (Leite, 1997, p. 40). Em muitos momentos, os viajantes suprimem as atuações indígenas, ignorando, sobretudo, as interpretações que esses indivíduos faziam dos perigos que se apresentavam a eles. Essas interpretações eram frequentemente interpretadas de forma pejorativa, como sinais de má vontade, rebeldia, preguiça e outros adjetivos negativos que reforçavam essas percepções.

As expedições exploratórias eram viagens que podiam durar meses ou até anos para serem concluídas. A sobrevivência durante esse período dependia, sobretudo, do contato dos viajantes com as comunidades indígenas da região, que forneciam diversos produtos e a mão de obra essencial para o deslocamento. Na expedição relatada por Claude Tony, liderada por Jean-Baptiste Patris, a tripulação das canoas era composta por indígenas das proximidades do rio Camopi, um dos quais, identificado como Abraão, atuou como piloto da embarcação. Além dele, dois intérpretes indígenas foram requisitados, pertencentes às etnias Armacoutoü e Calcuchénne (Dupuy, 2012, p. 51).

Antes de partirem, era comum que os viajantes realizassem certos preparativos para a viagem. Isso incluía organizar produtos com potencial econômico para os ameríndios. Tony nos oferece uma breve nota sobre a importância de levar itens para serem comercializados com os indígenas, como "[...] alimentos e mercadorias comerciais para os índios, compostos de machados, sabres, ganchos, enxadas, espelhos, vidros, facas, pentes e alguns panos"[3]. Esses objetos eram valorizados pelos indígenas e frequentemente exigidos pelos nativos como parte das negociações para firmarem o *banaré*, em troca de canoas, mantimentos e outros produtos indígenas que também eram reconhecidos pelos franceses por sua utilidade e vantagens. Em linhas gerais, as relações de banaré eram vínculos amistosos, formados por meio de trocas de objetos ou mantimentos entre franceses e indígenas na região da Guiana Francesa.

[3] Decidimos incluir as citações das passagens das narrativas no corpo do texto em sua versão traduzida para facilitar a compreensão dos leitores. No entanto, reconhecemos a importância de apresentar também as citações no idioma original, a fim de preservar a autenticidade e precisão das palavras, frases ou expressões que podem ter sido modificadas durante o processo de tradução. Assim, segue o trecho em francês: [...] soit de vivres et d'objets de traite les Indiens, consistant em haches, sabres, serpes, houes, mirois, verroteries, couteaux, peignes, et quelques toileries (Dupuy, 2012, p. 51).

As embarcações construídas pelos indígenas residentes da Guiana Francesa eram notáveis e muito apreciadas pelos franceses. Tratava-se de canoas monóxilas (canoas de tronco), geralmente feitas de palmeiras, elaboradas por meio de um processo que envolvia sua abertura e escultura com o uso do fogo. As maiores canoas podiam transportar, em média, até 50 pessoas, sendo firmes diante das fortes correntezas e capazes de percorrer grandes distâncias. Essas embarcações eram utilizadas principalmente pelos indígenas em suas constantes migrações forçadas, causadas por conflitos interétnicos, o que os levava a ensinar desde cedo suas técnicas às crianças, tanto para construir quanto para pilotar as embarcações (Hurault, 1972, p. 46).

A barreira linguística era mais um motivo pelo qual os viajantes necessitavam de intérpretes indígenas para mediar suas relações com outros grupos. Para solicitar o trabalho de outros nativos, era indispensável que os intérpretes atuassem como seus representantes. Nesse contexto, essa função desempenhava um papel imprescindível, pois, além de viabilizarem a comunicação entre os franceses e as etnias indígenas, eram eles que, em alguns momentos, também negociavam em nome dos viajantes. Na realidade ameríndia da fronteira franco-portuguesa, o processo de reconhecimento territorial era profundamente influenciado pela atuação indígena, que, embora pouco reconhecida, foi decisiva na defesa e expansão dos limites territoriais. Dito isso, a agência dos nativos ameríndios nas expedições francesas pode ser entendida como estratégias culturais e políticas que criaram e renovaram identidades duradouras em um contexto de mudanças e descontinuidades (Monteiro, 2001, p. 56).

Partindo do conceito de "intermediários", elaborado por Alida Metcalf a partir da análise dos papéis de indígenas mediadores nas relações entre os mundos ameríndio e português no processo de colonização, é possível estendê-lo ao estudo dos intérpretes indígenas na fronteira franco-portuguesa. Para Metcalf, "intermediários" são aqueles que viabilizavam o diálogo entre lados culturalmente distintos, atuando como facilitadores de encontros e alianças e influenciando, de modo fundamental, a emergência dessa relação entre dois mundos (Metcalf, 2019, p. 22).

A presença de um intérprete indígena é mencionada por Tony como uma figura central na mediação das relações de banaré. Nesse caso, o papel de intérpretes indígenas pode ser considerado como uma peça-chave responsável por estabelecer o primeiro contato com outras populações indígenas, facilitando possíveis alianças, trocas e o acesso à hospitalidade da comunidade ameríndia. Tony destaca, por exemplo, a presença de dois intérpretes indígenas no início da viagem, detalhando

até suas origens étnicas. Isso reforça que as expedições francesas no interior guianense seriam inviáveis sem a presença desses indivíduos.

> [...] Nosso intérprete, tendo-o saudado pegando sua mão e assegurando-lhe que éramos amigos deles, eles conversaram um pouco juntos e depois nos disseram que podíamos passar. Ele começou a caminhar à nossa frente com grande rapidez, também para relatar de nossa chegada[4].

No relato do sargento La Haye, é evidente a importância que os indígenas exerciam sobre a expedição e o pouco poder de decisão por parte dos viajantes, o que frequentemente colocava o sargento em situações de desconforto e constante defensiva. Nesse contexto, podemos considerar que a viagem de La Haye foi a expedição que mais ofereceu uma visão abrangente da presença indígena em diferentes atividades. Isso se deve ao fato de que, em comparação com outras expedições realizadas na década de 1760 na Guiana Francesa, quase quarenta anos após La Haye, as expedições do início do século XVIII não contavam com mapas ou cartografias detalhadas da região, tornando-as ainda mais dependentes do conhecimento nativo.

A passagem de La Condamine pela Guiana Francesa em 1744, assim como a de Simon Mentelle em 1767, contribuiu significativamente para o desenvolvimento cartográfico da região, oferecendo uma das primeiras medições latitudinais próximas à linha do Equador naquele território. Nesse contexto, o período em que ocorreu a viagem de La Haye havia sido pouco explorado; a maior parte das colônias localizava-se no litoral, enquanto o interior permanecia amplamente desconhecido pelos franceses. Sem o apoio de mapas detalhados ou de colonos familiarizados com a região, a mobilidade pelos rios e caminhos terrestres dependia quase que exclusivamente do uso de guias ameríndios.

Os intérpretes indígenas na Guiana Francesa eram denominados como Carannes. Geralmente, desempenhavam o papel de mediadores nos contatos entre franceses e indígenas, agindo tanto em defesa de seus próprios interesses e dos interesses de seus grupos, quanto intercedendo em nome dos viajantes para estabelecer trocas comerciais, firmar alianças e atuar como o principal canal de comunicação entre eles. Em outros contextos coloniais, como em Belém, os intérpretes indígenas eram conhecidos como línguas. Esses agentes atuavam como interlocutores e eram vistos de maneira

[4] [...] Notre interprète i'ayant salué em lui prenant la main et em i'assurant que nous pouvions passer. Il s'est mis à marcher devant nous avec une grand vitesse, pour aller rendre compte aussi de notre arrivée (Dupuy, 2012, p. 54).

singular pelos colonizadores portugueses, por serem os primeiros a contatar outros membros de suas nações, com o objetivo de descê-los aos aldeamentos (Dias, 2017, p. 25).

Alida Metcalf classifica a figura dos intérpretes que atuam em espaços fronteiriços — onde os poderes do Império se mostram mais enfraquecidos — como intermediários "transacionais". Esses intermediários transacionais compõem grupos formados por tradutores, negociantes e mediadores culturais. Em geral, são indivíduos de lealdades complexas e mutáveis, cujos poderes de persuasão e margem de arbitrariedade são acionados nos processos de negociação (Metcalf, 2019, p. 31).

Na narrativa de La Haye, observamos que a posição dos indígenas intérpretes como interlocutores era a função que mais despertava a desconfiança e o descontentamento do viajante, especialmente em relação à dependência da presença indígena para o avanço da expedição. No trecho a seguir, é possível identificar uma situação em que o viajante relata as ações dos intérpretes com outros ameríndios, baseando-se em uma perspectiva totalmente suspeita:

> [...] Errei ao manter dois que não paravam de falar contra nós, e esses dois haviam me pedido para ficar conosco, especialmente um chamado La Gernoulie e outro Piriou, que continuava proibindo os Armacoutoü de nos mostrar o caminho, e de nos dizer ou ensinar qualquer coisa, até mesmo dizer-lhes que se estivéssemos obstinados em ver o rio, para dizer que não tinham comida, o que os Armacoutoüs não deixaram de dizer quando uma grande parte chegou aonde estávamos. Dei a cada chefe um chapéu; perguntamos a eles de onde vinha o rio Cougary; tendo sido proibidos, eles nos falaram o contrário, fazendo monstros desse rio, nos dizendo que a cem dias dali encontraríamos passagens bloqueadas, que haveria uma queda d'água terrível, que os peixes se matavam caindo nela e que a água reaparecia por baixo de uma abóbada, e que sob essa abóbada, estava cheio apenas de serpentes monstruosas que corriam atrás de nós. Dissemos a eles que arrastaríamos nossas canoas pela floresta. Eles responderam que era impossível, que era uma grande montanha de cada lado e que havia tigres monstruosos que eram feitos como maripoures (tapirs), tinham as pernas do mesmo jeito e os pés, o pelo preto e da mesma espessura que o maripoury; que assobiavam da mesma forma[5].

[5] [...] Je me tromnpais en ayant gardé deux qui ne cessaient de parler contre nous, et ces deux-là meme m'avaient demandé à rester avec nous particulièrement un nommé La Gernoulie, Piriou, qui ne cessait de défendre aux Armacoutoül de nous montrer le chemin, et de rien nous dire ni enseigner, jusqu'à leuf dire que si nous étions entêtés d'aller voir la rivière, de dire qu'ils n'avaient pas de vivres, oe que les Armacoutoüs n'ont pas manqué de dire quand une grande partie ont été arrivés où nous étions. Je leur donnai à chaque capitaine un chapeau; nous nous sommes informés d'eux d'où s'écoule le Cougary ; leur ayant été défendu, ils nous ont parlé tout à rebours, nous faisant des monstres de cette rivière, nous représentant qu'à cent journées de là nous trouverions les passages bouchés, que ce serait une chute d'eau épouvantable, que le poisson se tuait en y tombant et que l'eau reparaissait par dessous une voûte, et que desSOus cette voûte, iln'était rempli que de serpents monstrueux qui courraient après nous. Nous leur avions dit Nous traînerons nos canots par dedans le bois Ils nous ont répondu que c'était impossible, que cétait une grosse montagne de chaque côtê et quil y avait des tigres monstrueux

É perceptível no texto como o sargento La Haye constrói uma visão que reduz as ações dos ameríndios, especialmente dos *carannes* indígenas, a uma perspectiva que os apresenta como dissimulados. O viajante, ao longo de sua narrativa, vai progressivamente elaborando argumentos sobre os impasses da viagem, como a existência de grandes saltos ou de animais perigosos, tratando-os como invenções criadas pelos indígenas para evitar a continuidade da expedição. Os intérpretes denominados como La Gernoulie e Piriou são explicitamente acusados de impedir os viajantes de se comunicarem ou aprenderem qualquer coisa com os Armacoutoü. Se estavam ou não dificultando a comunicação de La Haye, é evidente que a intencionalidade em suas falas era apresentar esses intérpretes como indivíduos ardilosos, transformando-os em figuras pouco confiáveis. Por trás desse discurso está uma realidade colonial em que, quando os indígenas não eram retratados sob uma ótica de opressão — como seres apáticos ou vítimas vencidas e dominadas —, eram frequentemente descritos nas narrativas de conquista e colonização como traiçoeiros e mentirosos (Almeida, 2017, p. 19).

> [...] Fiquei incrédulo com todos esses discursos e os chamei de mentirosos, covardes e canalhas. Mandei cortar uma árvore de três metros e meio para fazer uma canoa. Os índios maus, vendo isso, resolveram partir novamente e caçaram furtivamente mais dois do nosso povo que levaram embora o calado do Rei que lhes havíamos dado para não nos abandonarem e trabalharem na canoa. Se os nossos Carannes tivessem feito o mesmo, teríamos de nos afastar, mas eles sempre foram fiéis. Fomos obrigados a abandonar a nossa grande canoa para fazer duas pequenas de madeira macia, porque os índios são fáceis de acreditar nas suposições tais como outros lhes contaram. Jamanon, tal era o nome de um Caranne, nos alertou sobre essas loucuras e essas malandragens dos índios, o que nos confortou.[6]

Em outros fragmentos do texto de La Haye, percebe-se, ainda, que na construção discursiva do viajante, os indígenas que não atendiam aos seus propósitos eram qualificados como pouco confiáveis. Os "maus índios", portanto, eram aqueles que não cooperavam com seus objetivos, enquanto os indígenas considerados "fiéis" eram aqueles que não mediam esforços para orientá-lo e

qui étaient faits comme des mâripoures (tapirs), avaient les jambes de même et les pieds, le poil noir et de la même grosseur que le maripoury; qu'ils sifflaient de même (Dupuy, 2012, p. 18).

[6] [...] Ils disaient aussi que les Portugais venaient au pied de ce saut, et qui'ils s'em retournaient. J' ai été incrédule à tous ces discours et les traitais de menteurs, de peureux et de canailles. J'ai fait abattre um arbre de douze pieds de tours, pour faire um canot. Les mauvais Indiens, voyant cela, prirent le parti de repartir et débauchèrent deux autres de nos gens qui ont emporté la traite du Roi que nous leur avions donnée pour ne nous point quitter et travailler au canot. Si nos Carranes em avaient fait autant, nous aurions été obligés de nous em tetourner, mais ils ont toujours été fidéles. Nous avons été obligés d'abandonner notre grand canot pour em faire deux petits de bois mou, parce qye les Indens sont faciles à croire les suppositions telles que les autres leur disaient. Jamanon, tel était le nom d'um Caranne, nous avertit de ces fouberies et de ces canailleries d'Indiens, ce qui nous reconforta (Dupuy, 2012, p. 18).

ajudar na continuidade da viagem. É interessante notar que o sargento também afirma que os nativos são "fáceis" de acreditar no que outros indígenas dizem, sendo essa percepção foi transmitida a ele por seu próprio *caranne*, Jamanon. Nesse sentido, mesmo em casos em que os viajantes demonstravam grande desconfiança em relação aos indígenas, podemos perceber até que ponto os intérpretes nativos influenciavam a percepção do sargento diante das situações que ele vivenciava.

Ademais, a experiência ocular do viajante evidencia de maneira bastante superficial as ações dos indígenas, utilizando adjetivos depreciativos que explicitam a intenção generalizante do relato. O indígena não aparece na narrativa como um indivíduo dotado de opiniões e motivações próprias, mas sim como um ser naturalmente ardiloso. Dessa forma, a retórica da alteridade atua na maneira como o enunciador descreve os nativos e elabora suas interpretações sobre eles em determinados acontecimentos. Essa prática descritiva, de forma consciente ou inconsciente, produz um efeito que faz o leitor "ver" e "crer" naquilo que está sendo enunciado (Hartog, 1999, p. 270).

Com efeito, as situações de contato intercultural, como as analisadas entre viajantes franceses e indígenas nas expedições, podem oferecer modelos explicativos sobre as normas culturais que eram redigidas durante esse período nas sociedades europeias e nas colônias. Além disso, revelam as formas como o comportamento e as práticas indígenas eram percebidas pelos viajantes. Em contrapartida, também podem evidenciar a valorização — ou a falta dela — das populações indígenas, bem como suas formas de resistência e aversão a qualquer tipo de submissão (Fleck, 2005, p. 316).

De forma semelhante aos relatos de La Haye, os registros de Mentelle, em alguns momentos, também assumem um tom depreciativo e de desconfiança. Isso ocorre, por exemplo, quando os indígenas que os acompanhavam nas canoas avisam o geógrafo e seus companheiros sobre o mau tempo, com intensas chuvas, que estava se formando, alertando para o risco de seguir viagem pelos rios.

> O medo de que alguns dias de chuva levassem embora várias semanas de comida nos fez acelerar nossa marcha. Tivemos extrema dificuldade em encontrar as canoas necessárias para carregar nossa bagagem. Estávamos cercados por índios que, como aves de mau agouro, estavam ansiosos para prever infortúnios para nós: eles diziam

> que nunca chegaríamos ao Maroni; se chegássemos lá e tentássemos descer o rio, nos afogaríamos[7].

Com base nisso, o sentido da alteridade é exemplificado pelo olhar do viajante, cujo discurso reflete as convenções culturais e sociais de seu tempo. O Outro é compreendido, dessa forma, por meio de lentes que atribuem a seus comportamentos e decisões um status de desonestidade. Dito isso, nas narrativas de viagem, o que é retratado já está quase predeterminado pelas normas discursivas. Quando se trata, particularmente, de um viajante-cientista, torna-se ainda mais difícil que os registros estejam livres das percepções que os influencia (Franco, 2011, p. 81).

Ademais, torna-se ainda mais evidente que, nas ocasiões em que os indígenas apontavam as dificuldades da viagem ou, diante de algum perigo iminente, se recusavam a continuar com os viajantes, eram vistos como contrários ao sucesso da expedição. Descritos de forma hiperbólica e comparativa como "aves de mau agouro" que os cercavam de negatividade, esses exageros ilustram como os indígenas eram subvertidos nas narrativas. Mesmo em situações em que os viajantes dependiam de suas instruções, o olhar civilizatório permeava a interpretação desses sujeitos, traduzindo-os de forma enviesada.

Nesse sentido, o operador da tradução, ao utilizar a comparação, filtra o Outro através dele, buscando criar uma percepção ajustada às convenções do observador. Assim, essa prática serve como uma garantia ao olhar do viajante, com o objetivo de convencer seu destinatário (Hartog, 1999, p. 245). Pouco depois de Mentelle ter proferido em sua narrativa comentários depreciativos sobre os indígenas, e após presenciar um dia inteiro de intensas chuvas, ele admitiu: "mais de uma vez tivemos motivos para temer que os índios não tivessem exagerado nos riscos" (Dupuy, 2012, p. 69). Esse reconhecimento demonstra que os indígenas não estavam fazendo alardes desnecessários, pois conheciam profundamente as estações do ano e como essas influenciavam a navegabilidade dos rios.

Na viagem de Simon Mentelle, a presença indígena manifestou-se principalmente nas formas como o geógrafo obtinha informações sobre a natureza da Guiana Francesa. Interessado, sobretudo, em traçar latitudes e longitudes, realizar observações astronômicas e calcular a extensão dos rios,

[7] [..] La crainte que quelques jours de pluyes ne nous emportassent les vivres de plusieurs smaines nous fesoit accélérer notr marche. Nous eumes d' extremes difficultés à trouver les canots nécessaires au chargement de nos bagages. Nous étions entourpes d'Indiens empressés, comme des oiseaux de mauvais augure, à nous prédire des malheurs: nous ne parviendrions jamais, disoiente-ils, au Maroni; si nous y arrivions et que nous entrepprissions de le descendre, nous nous y noyerions (Dupuy, 2012, p. 72).

percebe-se que as poucas referências feitas por Mentelle aos indígenas estão quase sempre vinculadas aos seus próprios objetivos como viajante-cientista.

> Notei as montanhas, as ilhas, as rochas, os rios, os riachos e os pântanos que pude descobrir. Muitas vezes estimei a velocidade da canoa e a largura dos rios. Tentei obter dos índios as poucas informações e conhecimentos que eles podiam dar sobre o traçado geral dos rios e a extensão das travessias[8].

Embora frequentemente subalternizadas no processo de construção do conhecimento científico, as populações indígenas desempenharam um papel crucial nas expedições científicas na Amazônia colonial. Como detentoras e fornecedoras de conhecimentos sobre o mundo natural, reafirmavam seu protagonismo em um contexto em que os parâmetros científicos eram definidos pela Ciência Moderna, baseada em teorias, linguagem matemática, métodos e experimentação. Segundo Rafael dos Santos Pompeu, o vínculo estabelecido entre os grupos indígenas e o mundo que os rodeia não se limitava apenas à cosmovisão, mas também se dava pela experiência prática e pelo conhecimento empírico (Pompeu, 2023, p. 47).

Esses saberes foram indispensáveis para muitos cientistas, principalmente geógrafos e naturalistas, que, antes de qualquer registro ou desenvolvimento teórico, dependiam da observação e de um reconhecimento prévio do local, do qual não eram detentores. O antropólogo Claude Lévi-Strauss (2012) redimensiona o conhecimento das populações vistas como "selvagens", colocando-o no mesmo nível do pensamento ocidental. Segundo o autor, longe da ideia de que os indígenas são guiados apenas por necessidades básicas, eles possuem métodos e formas únicas de assimilar o mundo que, mesmo com finalidades distintas, guardam proximidade com os postulados científicos europeus. Nesse sentido, Lévi-Strauss explica que, embora o pensamento dessas populações raramente se ocupe das mesmas realidades abordadas pela Ciência Moderna, em ambos os casos o cosmos é o objeto de compreensão, tornando-se um meio de satisfazer a necessidade humana de entendimento (Lévi-Strauss, 2012, p. 17).

No relato do botânico Jean-Baptiste Patris, é evidente a abundância de referências sobre geografia, hidrografia e flora. Em comparação com os dados apresentados por Mentelle em sua narrativa, observa-se uma riqueza ainda maior de informações que Patris detalha conforme transita por

[8] J'ai noté les montagens, les îles, les roches, les rivières, les criques, les marécages que j'ai pu découvrir, J'ai estimé solvente la marche du canot et la largeur des rivières. J'ai tâché de tireer des Indiens le peu de renseignemens et de connaissancs qu'ils sont capables de donner sur la disposition Générale des rivières et la longueur des portages (Dupuy, 2012, p. 69).

diversas regiões. Em praticamente todos os lugares por onde passava, seus registros eram frequentemente acompanhados de informações precisas sobre a localização dos rios, as coordenadas geográficas e a posição dos grandes "saltos". Sem dúvida, essas observações só foram possíveis graças à consulta aos indígenas que integravam sua expedição, bem como àqueles encontrados durante suas estadias nas habitações de grupos indígenas das redondezas.

Entre as muitas menções que o viajante compila ao longo de seus caminhos — identificando os nomes e as distâncias entre rios, montanhas, ilhas e a localização dos povoados indígenas — apenas uma referência é feita por Patris às suas fontes indígenas.

> Local acima da enseada de Prato, faz fronteira perto de um local com a grande enseada de Yépéraré cujo curso deve ser paralelo ao Maroni, e que desce do Sul até 20º a 25º Oeste; alguns índios consideram que é o Maroni, tem profundidade, de 15 a 18 metros de largura. Encontramo-lo meia légua depois de sair da enseada de Tiraré cujas águas descem em torrente do Monte Tripoupou que deixamos algumas léguas a oeste à direita[9].

As informações compartilhadas por informantes indígenas devem ser entendidas como parte de um conhecimento que circulava pelas fronteiras e que, muitas vezes, era apropriado pelos viajantes-cientistas e levado aos meios acadêmicos europeus sem que os indígenas recebessem crédito por seus saberes. Dessa forma, o conhecimento sobre o mundo natural amazônico teve origem no pioneirismo indígena, incluindo os diversos nomes de animais e plantas, seus usos medicinais, a localização geográfica de territórios e o conhecimento hidrográfico. Como observa Lévi-Strauss, "as espécimes animais e vegetais não são conhecidas porque são úteis; elas são consideradas úteis ou interessantes porque são primeiro conhecidas" (Lévi-Strauss, 2012, p. 24). No platô das Guianas, assim como em muitos outros territórios da Amazônia Portuguesa, a toponímia das montanhas, ilhas e rios frequentemente deriva de nomes atribuídos pelos próprios indígenas, como no caso do rio Oiapoque.

Com base nisso, os indígenas, ao fornecerem conhecimentos sobre obstáculos naturais, o uso prático de plantas medicinais, o reconhecimento territorial e hidrográfico, incluindo atalhos terrestres e o curso dos rios, não podem ser vistos como simples informantes que ofereciam informações triviais, e muito menos como passivos às indagações feitas pelos naturalistas (Almeida, 2020, p. 23). O poder

[9] Une lieu u-dessus de la crique Prato, il côtoie près d'une lieu la grande crique Yépéraré dont le cours doit être parallèle au Maroni, et qui descend du Sud à 20 à 25º Ouest; certains Indiens la considérent comme le Maroni, elle est profonde, large de 50 à 60 pieds. On la trouve une demi-lieue après avoir quitté la crique Tiraré dont les eaux descendent en torrent du mont Tripoupou qu'on laisse à quelques lieues à i'Ouest su la droite (Dupuy, 2012, p. 37.38).

de ir e vir nos territórios coloniais não era assegurado apenas pelos acordos sob suas possessões, mas tornava-se exclusivamente possível pelo acesso ao conhecimento dos habitantes indígenas.

No trecho a seguir, assinalado por La Haye, são demonstradas as perigosas travessias que os viajantes frequentemente enfrentavam ao seguir os cursos dos rios e seus afluentes nas fronteiras. Os grandes saltos, frequentemente alertados pelos indígenas, apresentavam-se como um dos maiores empecilhos para as expedições, já que a mobilidade e a viabilidade pelo território dependiam principalmente da navegação:

> À força das correntezas, acabamos chegando ao primeiro grande salto, onde havíamos nivelado nossa canoa para tentar nos aliviar. Passamos a ferro nossa canoa no chão, nós, assim como os índios, estávamos trabalhando o máximo que podíamos. Tivemos que ter a maior paciência do mundo para suportar as impertinências que os índios de nossa tripulação fizeram e nos falaram. Às vezes, eles nos faziam flutuar, onde pensaram que nos matariam nos saltos. Quando alguns brancos que estavam comigo disseram-lhes - "Coragem! filhos, temos que nos render", eles nos apresentaram [seus remos e] suas chuteiras, embora na maioria das vezes eu e Bourguignon fizéssemos o possível para ajudar a nós mesmos. Os canalhas viram que precisávamos deles, são as pessoas mais ingratas do mundo. Às vezes, passávamos sem comer *cassava*[10] seca para deixar o pouco de carne que pudesse haver para eles[11].

As descrições do viajante apresentam mais uma visão condenatória dos ameríndios. A ambição de seguir viagem, mesmo diante de obstáculos claramente expostos pelos nativos, revela como os indígenas eram frequentemente retratados de forma negativa, especialmente quando mantinham-se firmes em recusar a cobiça dos franceses. A partir do trecho acima, constatamos a importância dos pilotos, remeiros e guias nessas situações. Mesmo contrariados, os viajantes compreendiam claramente que, sem o conhecimento nativo, não poderiam prosseguir, tampouco retornar a Caiena. Os indígenas, por sua vez, cientes da dependência dos franceses, também entendiam o significado de suas funções

[10] Espécie de mandioca.

[11] À force de taquarets, nous avons fini par arriver au premier gross saut, là où nous avions rasé notre canot pour tâcher de nous alléger. Nous avons repasse notre canot par terre, nous, aussi bien que les Indiens, travaillions autant que nous le pouvions. Il nous fallait avoir la plus grande patience du monde pour souffrir les impertinences que lles Indiens de notre équipage nous ont pensé faire périr dans les sauts. Quand Quelques Blancs qui étaient avec moi leur disaient – "Courage! Enfants, il faut nous rendre", ils nous présentaient leus pagayes et leus taquarets, quoique le plus solvente moi et Bourquignon nous faisions notre possible pour nous tirer d'embarras. Le canailles voyaient bien que nous avions besoin d'eux, ce sont les gens les plus ingrats du monde. Nous nous passions quelquefois de mager de la cassave sèche pour leur laisse le peu de viande qu'il pouvait y avoir (Dupuy, 2012, p. 24).

para os viajantes. Como o sargento observa, "os canalhas viram bem que precisávamos deles", o que os levou a abdicar de seus melhores alimentos para, de alguma forma, manter os indígenas ao seu lado.

Podemos afirmar, a partir disso, que a valorização do trabalho indígena, embora expressa sob uma ótica pessimista e suspeita, existia nesses casos apenas pelo receio dos viajantes de serem abandonados à própria sorte em meio às matas guianenses e por seus interesses coloniais em dar continuidade à expedição. Mesmo em relações desiguais de poder, onde a violência armada poderia ser utilizada pelos viajantes para alcançar seus objetivos, os indígenas compreendiam plenamente o valor de seus papéis e defendiam, por meio deles, suas escolhas e interesses.

Portanto, as descrições dos viajantes estão inseridas em um contexto que evidencia as formas como os ameríndios eram frequentemente retratados nos discursos das sociedades europeias. Na realidade das fronteiras coloniais, a presença indígena esteve associada a diversas atividades que, além de serem vinculadas à força de trabalho necessária para as expedições, também forneciam saberes práticos sobre a natureza amazônica. Por um lado, as múltiplas formas de atuação dos indígenas diante da ocupação colonial exemplificam suas estratégias de resistência, adaptações e formas criativas de buscar seus próprios interesses. Por outro, é possível localizar suas agências dentro de um contexto em que as potências coloniais competiam pela expansão territorial e, para garantir seus domínios, recorriam constantemente aos conhecimentos indígenas.

Considerações finais

O processo de territorialização nas Guianas envolveu as dinâmicas sociais estabelecidas pelo contato intercultural entre diversos agentes nas fronteiras. Nesse contexto, a expansão e a defesa dos limites coloniais deveram-se, em grande parte, às ações das próprias populações indígenas. Para tanto, a organização e a execução das viagens dependiam imprescindivelmente da presença indígena, que era essencial para a orientação náutica e terrestre, bem como para a sobrevivência dos viajantes durante os meses ou anos de viagem.

O papel ativo dos ameríndios não foi apenas essencial para esses propósitos; suas ações também contribuíram para um novo tipo de conhecimento sobre a natureza amazônica, que foi incorporado pelas várias expedições científicas enviadas pelos impérios ultramarinos. Atuando como

guias, intérpretes (carannes), pilotos e remeiros, os indígenas posicionaram-se no centro da construção e mobilização de saberes nas fronteiras. Nesse contexto, as viagens científicas e a apropriação dos saberes indígenas não podem ser consideradas apenas circunstâncias isoladas, mas devem ser entendidas como fenômenos sociais e culturais inseridos em um campo de normas, papéis e expectativas claramente definidos. Por conseguinte, a busca por catalogar a natureza e ampliar o conhecimento estava diretamente ligada às estratégias de reconhecimento e domínio territorial, evidenciando o caráter político das práticas científicas.

No decorrer do século XVIII, o envio de expedições científicas para a região amazônica transformou-a em um vasto laboratório de experimentação e catalogação de conhecimentos sobre a natureza e os povos nativos. Ao longo desse período, a ciência tornou-se um instrumento não apenas para o avanço do conhecimento, mas também para a consolidação de fronteiras e o controle territorial, evidenciando sua ligação intrínseca com as políticas coloniais europeias. Essas expedições, financiadas por academias e potências europeias, contribuíram para a formação de representações eurocêntricas sobre a Amazônia e seus habitantes, frequentemente relegando saberes locais e desumanizando as populações nativas.

Apesar desse contexto, os povos indígenas desempenharam um papel crucial na construção do conhecimento sobre a natureza amazônica. Por meio de seu profundo entendimento do território, contribuíram significativamente para as descobertas botânicas, zoológicas e cartográficas que fundamentaram muitos dos avanços científicos da época. No entanto, seus saberes foram frequentemente silenciados ou apropriados de forma subalterna nas narrativas das expedições. Embora os saberes indígenas tenham sido fundamentais para a exploração e documentação da flora, fauna e geografia da Amazônia, eles foram apropriados sem o devido reconhecimento.

Fontes documentais:

DUPUY, Francis. **Les arpenteurs des confins:** explorteurs de l'intérieur de la Guyane (1720-1860), Paris, CTHS, 2012.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Gabriele B. de. **Rios de conhecimentos**: os povos das conquistas e expedições cientificas na Amazônia e na África Oriental portuguesa (1780-1798). 2020. Tese (Doutorado em História) − Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2020.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 75, 2017.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. "Sertão de estrelas: a delimitação das latitudes e das fronteiras na América portuguesa." **Varia História**, v. 15, n. 21, p. 73–85, jul. 1999.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CARVALHO, Rómulo de. **A História Natural em Portugal no século XVIII**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), 1987.

COMISSOLI, Adriano. Soberania em território alheio: comandantes e espiões ibéricos nas fronteiras da América, séculos XVIII e XIX. **Almanack**, Guarulhos, n.27, 2021.

COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. VIII (suplemento), 993-1014, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** v. 278, 1969.

DIAS, Thiago Cancelier. **O língua e as línguas**: aldeamentos e mestiçagens entre manejos de mundo indígenas em Goiás (1721-1832). Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal de Goiás, 2017.

DOMINGUES, Ângela. Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa, 2001.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. "Estados de paz e estados de guerra - negociação e conflito na América Portuguesa (séculos XVI e XVII)" In: **Projeto História (PUCSP)**, São Paulo, SP, v. 31, n.dez/2005, p. 313-335, 2005.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Evidências de circulação de saberes farmacológicos e médico-cirúrgicos em um manuscrito anônimo (América platina, século XVIII). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, Nº26, p. 349-384, Jan/Jul, 2019.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: USP; Humanitas, 2011. v. 2, p. 62-86.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Tradução: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

HURAULT, Jean Marcel. **Français et Indiens en Guyane (1604-1972)**. Paris: Union Générale d'Editions, 1972.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: Mary Anne Junqueira; Stella Maris Scatena Franco (org.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: USP-FFLCH – Humanitas, 2011, p. 45-61.

KURY, Lorelai. Homens de Ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações. História, **Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 11 (suplemento 1):19-29, 2004.

KURY, Lorelai (org.). **Usos e circulação de plantas no Brasil**: séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013.

LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da viagem**: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: São Paulo, 2012.

MARTINETTI, Thibaud. "L'Autre Jésuite: civilisation, exploration et espionnage dans le récit de Voyage de Fusée-Aublet em Guyane (1762-1764**)". Nuevo Mundo Mundos Nuevos [online]**, 2022.

METCALF, Alida C. **Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil**: 1500-1600. Tradução de Pablo Lima. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores**: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de livre docência. Campinas: Unicamp, 2001.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império:** Relatos de Viagem e Transculturação. São Paulo: Edusc, 1999.

PATACA, Ermelinda Moutinho. Coleta, transporte e aclimatação de plantas no Império Luso-Brasileiro (1777-1822). **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 5, n. 9, 2016, p. 88-108.

POMBO, Nívia. As "riquezas do mundo" - Cobiça e ciência nos jardins botânicos de Caiena e Belém do Pará. **Navigator (Rio de Janeiro)**, v. 6, p. 52-60, 2010.

POMPEU, André José Santos. As drogas e os negócios do sertão. In: CHAMBOULEYRON, Rafael (org.). **As drogas do sertão e a Amazônia colonial portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023. p. 109–132.

RAMINELLI, Ronald Raminelli. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância**. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.

ROSSATO, Luciana. **A lupa e o diário**: história natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina (1763-1822). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

SANJAD, Nelson. Os jardins botânicos luso-brasileiros. **Revista da Sociedade brasileira para o progresso da ciência.** Ano 62, número 01, jan./mar., 2010.

SANJAD, Nelson; SANTOS, Rafael Rogério; MATOS, Frederik. Itinerários indígenas na implantação do Horto Botânico do Grão-Pará (1760-1810). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-22, maio/ago. 2021.

Temporalidades

Saberes indígenas e ciência de fronteira: circulação de conhecimentos nas demarcações luso-espanholas na América Meridional (século XVIII)[1]

Indigenous Knowledge and Frontier Science: Knowledge Circulation in the Portuguese-Spanish Border Making in South America (18th Century)

Layla Freitas de Matos
Mestranda em História
Universidade Federal Fluminense (UFF)
layla.f.matos@gmail.com

Recebido: 10/08/2025
Aprovado: 06/11/2025

Resumo: Este artigo analisa a contribuição dos povos indígenas para a conformação territorial da América Meridional, no contexto das demarcações de fronteira, realizadas pelas comissões luso-espanholas no século XVIII, chamadas de "Partidas de Limites". A partir de fontes cartográficas, manuscritas e diários das expedições científicas, buscou-se formas de apropriação e silenciamento de saberes locais por engenheiros e astrônomos europeus, mas também de circulação de saberes que evidenciam a agência indígena. A partir do referencial teórico da História da Ciência e da História Indígena, dialoga-se com conceitos pós-estruturalistas, decoloniais e pós-coloniais, argumentando-se que os indígenas não apenas auxiliaram tecnicamente as comissões, mas também forneceram informações fundamentais sobre geografia, navegação fluvial e toponímia. Destaca-se o protagonismo de figuras como Francisco Xavier Arirapi, cujo conhecimento foi determinante para a resolução de disputas geográficas. Ao notabilizar essas interações, o artigo propõe uma releitura crítica dos processos de produção do saber científico colonial.

Palavras-chave: saberes indígenas; Partidas de Limites; fronteiras coloniais.

Abstract: This article analyzes the contribution of indigenous groups to the territorial configuration of South America, in the context of border making carried out by Portuguese-Spanish commissions in the 18th century, known as *Partidas de Limites*. Based on cartographic sources, manuscripts, and scientific expedition diaries, we sought ways in which European engineers and astronomers appropriated and silenced local knowledge, but also ways in which knowledge circulated that

[1] Este artigo resulta da ampliação de projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), com financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), sob orientação da Prof.ª Dra. Heloisa Meireles Gesteira, que estimulou a definição do tema de pesquisa e orientou quanto à localização das fontes primárias e de parte da bibliografia utilizada; as análises e conclusões são de exclusiva responsabilidade da autora.

highlighted indigenous agency. Based on the theoretical framework of the History of Science and Indigenous History, the article engages with post-structuralist, decolonial, and postcolonial concepts, arguing that indigenous peoples not only provided technical assistance to the commissions, but also supplied fundamental information on geography, river navigation, and toponymy. The article considers the role of figures such as Francisco Xavier Arirapi, whose knowledge was crucial in resolving geographical disputes. By emphasizing these interactions, the article proposes a critical reinterpretation of the processes of colonial scientific knowledge production.

Keywords: Indigenous knowledge; *Partidas de Limites*; colonial borders.

Introdução

O século XVIII se inicia, na América, com a reconfiguração das possessões ibéricas ultramarinas. O Tratado de Tordesilhas (1494), que dividiu o mundo entre as Coroas Portuguesa e Espanhola, ainda vigorava sem a devida demarcação geográfica *in loco* (CORTESÃO, 1987; KANTOR, 2007; 2009) e as tensões entre Portugal e Espanha aumentavam pela definição de linhas de fronteiras no território ocupado. Nesse contexto, Portugal envia padres matemáticos à América, com objetivos secretos de traçar os meridianos da Colônia em relação aos meridianos de Paris e do Tratado de Tordesilhas. Assim, a renovação cultural cartográfica ganha "pleno impulso" (CORTESÃO, 1987, p. 16) com a criação da Academia Real de História Portuguesa por D. João V, em 1720. A Coroa Espanhola, por sua vez, acusava a Portuguesa de desrespeitar consecutivamente os limites traçados pelo referido tratado, de modo que diplomatas europeus estavam elaborando novos princípios de apropriação jurídica dos territórios ultramarinos, baseados no direito de posse de fato do território[2]. Assim, para municiar os diplomatas nas negociações internacionais, D. João V deu alguma atenção à preocupação com a defesa do patrimônio ultramarino, convocando, frequentemente, os homens letrados da recém criada Academia Real de História Portuguesa (KANTOR, 2007).

Nas colônia americana, o aldeamento indígena desenvolvido pelos jesuítas espanhóis, apresentava como característica fundamental a ligação dos nativos à terra e a sua fixação num espaço perfeitamente identificado. Por outro lado, o bandeirismo paulista na área portuguesa era itinerante e expansionista. O confronto destes dois sistemas permitiu o avanço dos homens oriundos de São Paulo em direção ao território entendido como espanhol. Portanto, a assinatura do "Tratado de Limites de

[2] Uma nova concepção de soberania foi articulada com os territórios espacialmente definidos. Nesse sentido, desde a Paz de Westfalia (1648), os mapas tornaram-se testemunhos do *uti possidetis*, ou seja, do domínio efetivo do território em detrimento do direito nominal (KANTOR, 2007).

seus Domínios na América", ou Tratado de Madrid, assinado no ano de 1750, buscava pôr fim a tais conflitos de soberania, definindo o envio de expedições compostas por homens ilustrados, seus livros e instrumentos de medição à região Norte[3] e à região Meridional do Rio da Prata, iniciando por Castilhos Grandes, atual Uruguai. Essas viagens científicas, chamadas "Partidas de Limites"[4] visavam percorrer a linha divisória do território a ser dominado, colocando marcos físicos ou estabelecendo marcos naturais em pontos estratégicos, além de elaborar mapas confiáveis. Nesse sentido, indígenas com notório conhecimento geográfico da região também foram agregados à essas comissões para atuar em diferentes áreas, como tradutores, intérpretes, guias pelo terreno e, como veremos a seguir, conformadores do conhecimento geográfico dessas comissões. Vanice Melo (2010) distingue rigorosamente os conceitos de espaço e território, ressaltando que não se tratam de categorias equivalentes. Em diálogo com Claude Raffestin (2009, p. 26, *apud* Melo, 2010), assinala que o espaço antecede o território, pois este último emerge da apropriação e da ação social sobre o espaço, constituindo-se como produto histórico e político de relações humanas. Assim, o território não possui existência natural ou pré-dada, sendo continuamente produzido por dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização, constituindo um "campo de forças", nas quais a imposição da territorialidade portuguesa e a negação dos territórios indígenas expressam processos de dominação, reconfiguração espacial e resistência (Melo, 2010, p. 27-28).

Nesse contexto, para a América Meridional, foram enviadas três Partidas de Limites e cada uma delas produziria um diário de campo. A Primeira se iniciava, como dito anteriormente, em Castillos Grandes e percorria as nascentes dos rios da lagoa Mirim, passando pelas cabeceiras do rio Negro e ingressando na principal nascente do Ibicuí, percorrendo o seu canal principal até a sua foz, no rio Uruguai. Deste ponto, a Segunda Partida, demarcava a linha do rio Uruguai, seguindo o curso d'água em direção à sua foz. Ingressava no rio Peperi-guaçu, localizava a nascente do rio Santo Antônio, prosseguindo pelo seu canal até o Iguaçu e, deste, findava no Salto Grande (Sete Quedas), início da demarcação de responsabilidade da Terceira Partida. Ou seja, cabia à Segunda Partida fixar a principal divisão missioneira separando os Sete Povos das Missões dos demais (FARIAS, 2015; GOLIN, 2011).

[3] Ver DOMINGUES, 2000 e BUENO, B. P. S.; CABRAL, P. H.; CARVALHO, M. R. C., 2020.
[4] O termo "Partida" significa equipe de caráter militar ou tropa de soldados. No caso específico das viagens demarcatórias, eram compostas e chefiadas por homens cientistas de caráter militar e também incluíam capelão, cirurgião, guias locais, etc. (FARIAS, 2015).

Além disso, ainda que de modo secundário, os termos do Tratado de Madrid dispunham sobre o recolhimento de informações acerca das regiões percorridas *in loco*, visando o "avanço" das ciências, numa perspectiva moderna de conhecimento científico: enciclopédico e universalista (CHARTIER, 1997). Nesse sentido, o artigo nº 25 do referido tratado prescrevia:

> que os comissários geógrafos e mais pessoas inteligentes de cada tropa vão apontando os rumos e distâncias da derrota, as qualidades naturais do país, os habitantes e seus costumes, os animais, plantas, frutos e outras produções; os rios, lagoas, montes, e outras circunstancias dignas de notícia, **pondo nomes de comum acordo aos que o não tiverem, para que venham declarados nos mapas com toda a distinção,** e procurarão que o seu trabalho, não só seja exato pelo que toca à demarcação da raia (linha) e geografia do país, mas também **proveitoso pelo que respeita ao adiantamento das Ciências, História Natural e as observações Físicas e Astronômicas**[5]. (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 18). [Grifos nossos]

Ressaltamos o destaque dado pelo artigo 25 do tratado à necessidade de se nomear locais mapeados e que estes fossem expressamente declarados nos mapas confeccionados "com toda a distinção", apontando para o processo de ocupação efetiva do território e visando à consagração do direito de posse efetivo da terra. Conforme Kantor (2009) demonstra, por parte da Coroa Portuguesa, os demarcadores foram instruídos a renomear povoações e acidentes geográficos de modo a erradicar os nomes espanhóis e consagrar o *uti possidetis* lusitano. Quanto às informações a serem recolhidas para "avanço" da ciência, manifesta-se a mentalidade dos "homens ilustrados" luso-brasileiros, na virada do setecentos para o oitocentos, conforme o trabalho seminal de Maria Odila L. da Silva Dias (1969), demonstrando uma vinculação de pensamento às correntes utilitaristas. Segundo a historiadora, a escolha dos temas e das correntes de pensamento a serem seguidos privilegiou o lado prático da ciência e da filosofia, notadamente voltado ao interesse econômico das Coroas Ibéricas, em detrimento de vertentes político-administrativas. Isso se reflete nas parcas informações destinadas a retratar a diversidade das populações nativas e suas contribuições para o conhecimento científico em geral, ou especificamente o geográfico, ao longo dos diários das expedições.

Assim, as viagens demarcatórias iniciadas em 1751, foram interrompidas em 1753, pelas Guerras Guaraníticas, em razão do acordo realizado entre as Coroas Ibéricas para realizar a transferência dos Sete Povos das Missões para os domínios portugueses. Em linhas gerais, houve resistência dos jesuítas e oposição indígena contra a entrega das Missões da banda oriental do rio

[5] Por questões de acessibilidade do texto, optou-se pela transcrição desse e de outros trechos dos documentos originais de forma adaptada ao português contemporâneo.

Uruguai, devido à baixa indenização pelos territórios e a expulsão de trinta mil índios, o que passou a ser considerado como "clara infração do direito natural" (COUTO, 2009, p. 15 *apud* GOLIN, 2011 p.5). A partir do encerramento dos conflitos com vitória dos europeus e pondo-se um fim à questão diplomática, deu-se prosseguimento à Segunda Partida de Limites, pausada por longos seis anos.

Epistemologias em disputa e agência indígena nas demarcações de fronteiras coloniais

Feita essa breve contextualização do período histórico abordado, propomos com o presente artigo uma releitura crítica desses processos de demarcação. A partir da análise de fontes iconográficas, cartográficas, manuscritas e impressas, produzidas pelas comissões luso-espanholas, iremos enfatizar a atuação indígena e sua agência na produção e transmissão de saberes geográficos. Parte-se do pressuposto de que os conhecimentos locais, oriundos de uma longa experiência territorial, também foram fundamentais para o sucesso das expedições e para a construção das fronteiras coloniais, de acordo com interesses de grupos indígenas, conforme a colonialidade se colocava. Aníbal Quijano (2009, p. 75) questiona a ideia de que a Europa do séc. XVIII, já era antes um centro mundial de capitalismo que colonizou o resto do mundo, de modo que o próprio Iluminismo e eurocentrismo estariam, ao mesmo tempo, se construindo e elaborando, por sua conta, um conceito de "*humanidade* segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores". Essa perspectiva histórica foi difundida e estabelecida como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder (QUIJANO, 2005), de modo que os saberes nativos foram frequentemente apropriados sem reconhecimento ou sistematicamente silenciados nos relatos oficiais.

A diversidade de fontes decorre tanto do desafio colocado pelo tema quanto, sobretudo, da ausência de fontes primárias produzidas (ou preservadas) pelos próprios povos indígenas estudados. Assim, buscou-se identificar indícios dos saberes indígenas apropriados e invisibilizados no processo de construção do conhecimento geográfico, além da circulação desses saberes no contexto histórico estudado. Para tanto, realizou-se um levantamento e a identificação de documentos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Brasiliana Digital USP, nas sessões de manuscritos e cartografia, chegando-se à *Colleção de Notícias para a História e Geografia das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhes são vizinhas, Tomo VII, Academia Real das Sciencias, Lisboa: Typografia da Academia, 1841*

(Colleção, 1841) Brasiliana Digital USP, impressão dos manuscritos do *Diario das três partidas de demarcação da América* (1759), BNDigital. A "Colleção de Notícias", portanto, compila os três diários elaborados em campo pelos "homens de ciência", no decorrer das viagens demarcatórias impostas pelo Tratado de Madrid.

A investigação está ancorada, ainda, em um diálogo entre a História da Ciência e a História Indígena, articulando conceitos como "ciência nômade" (DELEUZE; GUATTARI, 2012), circulação de saberes (RAJ, 2017) e agência indígena (MONTEIRO; BOCCARA, 2001). Utilizando do aporte teórico de correntes pós-estruturalista, mobilizaremos conceitos de autores decoloniais e pós-coloniais, como Aníbal Quijano (1992; 2005 e 2009) e Gayatri Spivak (2003), bem como do acercamento entre História e Antropologia, característico da transição de uma historiografia social para uma perspectiva mais cultural da História (HUNT, 1992). Pretende-se, assim, contribuir para a compreensão da ciência colonial como resultado de intercâmbios desiguais, mas não unilaterais, em que os povos nativos desempenharam papéis ativos e complexos.

No contexto dessas viagens demarcatórias, registros oficiais foram feitos nos diários das "Partidas de Limites", nos quais os engenheiros, astrônomos e cartógrafos se depararam com dificuldades de identificar, no terreno, certos locais indicados nos mapas até então confeccionados a partir de relatos de viajantes (GESTEIRA, 2017). Verifica-se, da análise a contrapelo desses documentos, que esses deslocamentos foram marcados por constante circulação de conhecimento e cooperação entre indígenas e viajantes. Nesse sentido, as interlocuções com as populações nativas foram importantes para a consolidação do conhecimento geográfico e político nos confins da América portuguesa, de modo que esses encontros e saberes são cristalizados em um conhecimento científico sem o devido reconhecimento da parcela dos homens nativos que compuseram não somente as "Partidas de Limites", mas também informações trocadas com povos que habitavam as regiões disputadas pelos europeus. Os dados geográficos coletados junto a essas populações certamente ajudaram a conformar o território colonial.

A partir da identificação de passagens específicas nos diários das "Partidas de Limites", com destaque para figuras como Francisco Xavier Arirapi, busca-se evidenciar a presença indígena, ainda que nos bastidores da ciência de fronteira. Além disso, propõe-se discutir os mecanismos de invisibilização desses saberes e as disputas simbólicas em torno da legitimidade do conhecimento nativo. Com isso, o artigo tensiona interpretações que atribuem exclusivamente aos agentes europeus

o mérito pela conformação territorial colonial, enfatizando a dimensão da produção do conhecimento geográfico no século XVIII em situação de encontro colonial.

A atuação indígena nas "Partidas de Limites" não pode ser compreendida sem considerar os debates historiográficos mais recentes sobre a construção do conhecimento em contextos coloniais. A abordagem aqui adotada se ancora em uma crítica à narrativa que confina os saberes indígenas à oralidade ou ao empírico, desqualificando-os frente à racionalidade científica europeia. Em vez disso, articula-se uma leitura que compreende os processos de produção de conhecimento como encontros entre saberes e práticas mediados por relações de poder, mas também por negociação e agência. Para Kapil Raj (2007), a partir da perspectiva da História da Ciência, a ciência é o resultado de "circulações" e não uma dádiva unidirecional do Norte para o Sul, permitindo-nos identificar nos contextos de demarcação fronteiriça práticas de co-produção do saber geográfico. O autor argumenta que a ciência moderna, tal como se estabeleceu, dependeu da interação com sujeitos locais, cujos conhecimentos foram sistematicamente apropriados e reorganizados conforme os interesses imperiais. Essa perspectiva ajuda a reposicionar o papel dos indígenas nas expedições de limites, não como auxiliares marginais, mas como partícipes ativos de uma ciência situada.

O conceito de "ciência nômade", proposto por Deleuze e Guattari (2012), oferece outra chave analítica. A oposição entre "ciência nômade" e "ciência de Estado" permite distinguir entre saberes inscritos em práticas relacionais, territoriais e situadas, e saberes formalizados por instituições, protocolos e linguagens abstratas. Os indígenas operavam no contexto americano, em muitos casos, com uma racionalidade profundamente conectada à geografia, à experiência dos rios, das matas, das serras, racionalidade essa que, embora marginalizada pelos comissários europeus, era imprescindível para a realização das missões técnicas de demarcação. A partir das fronteiras entre o que os autores denominam de "ciência nômade", em contraposição, e em uma permanente negociação, com a "ciência de Estado", "que só retém da ciência nômade aquilo de que pode apropriar-se, e do resto faz um conjunto de receitas estritamente limitadas, sem estatuto verdadeiramente científico, ou simplesmente o reprime e o proíbe" (Deleuze, 2012, p.28), podemos refletir sobre esse período de conformações de territórios entre duas nações europeias sobre um território que já possuía outras fronteiras geográficas e sociais, estabelecidas pelos povos nativos, mas que estavam em constante movimentação.

Gayatri C. Spivak (2003), por outro lado, questiona a posição do intelectual pós-colonial na tentativa de "falar pelo" subalterno, o que frequentemente reproduz a violência epistêmica ao ostentá-

lo num lugar de objeto, apropriando-se de sua voz, sob o pretexto de emancipação. Assim, a autora manifesta sua crítica afirmando que o intelectual deve trabalhar "contra" a subalternidade, criando "espaços e condições para que o subalterno possa se articular e ser ouvido" (SPIVAK, 2003, p. 17). Se Spivak (2003) questiona a possibilidade de o subalterno falar fora das estruturas discursivas hegemônicas, Lugones (2014) avança ao propor epistemologias fronteiriças que desafiam a própria lógica binária eurocêntrica. Assim, a ética descolonial demanda reconhecer que o subalterno não é um "outro" a ser traduzido, mas um sujeito cuja fala é sistematicamente interceptada pelas mesmas estruturas que a teoria busca desconstruir. A tarefa, portanto, não é representar o subalterno, mas criar condições para que sua enunciação escape à lógica hegemônica, um desafio que demanda a desestabilização contínua do lugar de fala do próprio intelectual. Nesse sentido, o que Lugones (2014) chama de reconstrução ativa de ontologias plurais, é resgatar formas de conhecimento que desafiam a racionalidade ocidental moderna.

Nesse sentido, também a História Indígena vem propondo que se ultrapasse a visão dos povos nativos como vítimas ou obstáculos à colonização (MONTEIRO, 2001; BOCCARA, 2001). Em vez disso, valoriza-se sua capacidade de ação, sua agência estratégica diante dos impérios ibéricos, inclusive no interior de instituições como as missões, os exércitos e as próprias "Partidas de Limites". A presença de figuras como Francisco Xavier Arirapi, ou dos chamados "índios Montesez", evidencia essa agência, muitas vezes invisibilizada nos documentos, mas recuperável mediante leitura crítica, que a seguir abordaremos.

Outrossim, é notória a relevância das investigações sobre as relações entre os povos nativos e cientistas, considerando-se também a circulação dos saberes locais para o projeto de conformação do território colonial e de que forma aportaram conhecimento enquanto partícipes das negociações e demarcações de fronteiras. Considerados por tanto tempo como povos sem história, não é essa, porém, a visão que emerge da leitura das fontes acima mencionadas com a intenção e o olhar voltado ao protagonismo indígena. Na América meridional, os Guanána, Minuanes, Tapes, Caribes, Guayánas, Guaraniz, Itapuás, Payaguays, Montezes, Bayáz e, posteriormente, o "povo da Cruz", como também eram conhecidos os indígenas missioneiros, somente para mencionar os povos encontrados em nossa reduzida pesquisa, mantinham relações complexas entre si, que independiam da nova conformação a que o território vinha tomando com a presença dos europeus.

Também partimos da Etno-História, que se traduz num acercamento entre a História e a Antropologia, um termo que vem sendo utilizado desde o início do século XX, que busca interpretar as culturas a partir de sua conjuntura posta e não tentando criar estruturas fixas e regras universais (GEERTZ, 1997), mas que mais recentemente tem sido amplamente adotada pelos historiadores, voltados para uma nova História Cultural (HUNT, 1992) e vem se firmando enquanto proposição teórica para possibilitar a elaboração de uma História Indígena a partir de dados etnográficos coletados e também pela maior presença de indígenas repensando a própria História.

Maria Regina Celestino de Almeida (2010) também aponta para um acercamento recentre entre História e a Antropologia, já que o estudo das relações culturais de povos não ocidentais era assunto reservado aos antropólogos. Bem assim, os processos históricos por eles vividos não eram de interesse dos historiadores, que enxergavam esses povos num plano sincrônico e essencialista, ou seja, imutável. A autora argumenta que as classificações étnicas são objeto de disputa até os dias atuais, mas que se iniciam no século XVIII, com "disputas políticas em torno de classificações étnicas para assegurar ou não direitos indígenas concedidos pela legislação" (ALMEIDA, 2010, p. 20). Os índios, portanto, passam a ser vistos como agentes ativos desses processos, incorporam elementos da cultura ocidental, dando a eles significados próprios e utilizando-os para a obtenção de possíveis ganhos nas novas situações em que vivem. Os europeus, por sua vez, também não constituem uma massa amorfa, de modo que as interações eram as mais diversas, não havendo referencial a se seguir quando todos se relacionavam, interagiam e se modificavam considerando o contexto do século XVIII (ALMEIDA, 2010, p. 22). A Etno-História, ainda, caminhou para se consolidar como um método que congrega, além da Antropologia e da História, outras disciplinas, como a Arqueologia e a Linguística, por exemplo. Segundo Thiago Cavalcante (2011), pode-se perceber um consenso tácito entre especialistas que consideram a Etno-História como uma metodologia que se utiliza principalmente de evidências documentais e tradições orais para estudar as transformações nas culturas das sociedades sem escrita da América, sobretudo para o período posterior ao processo de conquista europeia.

A articulação desses referenciais permite compreender as "Partidas de Limites" enquanto espaços de circulação de saberes, de embate, mas também de tradução e de composição entre formas distintas de conhecer e representar o mundo, segundo a História Indígena. Ao investigar a presença indígena nesses processos, o artigo propõe repensar os fundamentos epistemológicos da ciência moderna em contextos de colonialidade, posto que "a repressão incidiu, sobretudo, sobre as formas

de conhecer, de produzir conhecimento (...) e seguiu-se a imposição do uso dos próprios padrões de expressão do grupo dominante", convertendo a cultura europeia sedutoramente numa forma de acesso ao poder (QUIJANO, 1992, p.12 -3).

O caso de Francisco Xavier Arirapi, o "índio vaquiano".

Era o 1º dia de fevereiro de 1759. Ainda não havia saído a última balsa espanhola, quando a balsa portuguesa com seu geógrafo emborcou e virou, dando prenúncios do que viria a ser a expedição da Segunda Partida de Limites, encarregada de realizar a principal demarcação e fixar a divisão missioneira, interrompida pela guerra em 1753.

Foram dias de tempestades, fortes correntezas enfrentadas pelas embarcações, perda de víveres, caminhadas extenuantes abrindo a mata a pé com facão e em constante confronto com indígenas, muitos deles que, ao se defrontarem com os fuzis portugueses, "não faziam caso algum, como quem ignorava que arma fosse e o estrago que fazia. (...) falaram numa linguagem que tinha mais semelhança ao idioma dos perros, que ao idioma humano" (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p 154). Eram da nação Guananá, pertencentes aos diversos ramos de cacicados existentes na região sul do país e da qual os missioneiros e tradutores Guaranis ignoravam a língua. Além deles, desviavam-se dos índios Caribes, o que deixou toda a tropa fatigada. Seguiram sendo guiados pelos indígenas práticos, que, segundo o Diário da Segunda Partida de Demarcação, possuíam seus próprios mapas:

> Dia 4. Levou a vanguarda a partida espanhola e se começou a navegar ao amanhecer. E como a 300 toezas do extremo oriental da última ilha, na direção de S.E. um quarto E.; **demora pela banda Meridional a boca do rio Itapuã, que segundo a notícia dos índios e configuração que dão em seus mapas, tem sua origem na serrania contigua ao povo de S. Ângelo**, e correndo quase ao Ocidente em diferentes pequenas voltas, que forma um serpentado de caducêo, desagua o Uruguay por uma abra, que deixam dois montes pequenos e elevados. (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 179) [grifos nossos].

Artur Barcelos (2010), reflete sobre a ausência de materialidade do saber geográfico indígena, já que suas representações podem ter sido constantemente realizadas em bases perecíveis como a terra, peles de animais e madeira. Sendo assim, muito do conhecimento dos nativos pode se refletir em cartografia elaborada pelos cientistas europeus, após suas viagens de campo, já em solo ibérico. Mais referências aos mapas indígenas são identificadas em outras fontes textuais, porém, tais mapas, em sua

maioria, não resistiram aos dias atuais. Monteiro (2000) também aponta o fascínio indígena pela escrita, ponderando que a falta de tinta e papel não lhes impedia de aprender com os padres missioneiros e fazer seus próprios registros das letras na areia ou produzir material a partir de carvão e ervas.

De todo modo, chegando ao 23º dia da viagem, Francisco Xavier Arirapi, Sargento de seu povo São Xavier, era o único prático indígena da Partida Portuguesa que já havia feito a mesma viagem, anteriormente, até o local chamado "A Espia", algo comum para as pessoas de seu povo, para que não fossem surpreendidos pelos assaltos dos Paulistas, a quem primeiro estavam expostos (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 169). Foi também chamado, no Diário, de "índio vaquiano", informando o redator do documento que "dão estes nomes aos práticos do país, seja por água, seja por terra" (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 157). Verifica-se, portanto, que, mesmo sabendo seu nome, ainda foi reiteradamente representado no discurso colonial pela alcunha dada aos guias locais. Um século mais tarde seria consagrado na literatura local sul-rio-grandense como um "tipo" sulista clássico. Em O Vaqueano (1872), de Apolinário Porto Alegre, o sujeito vaqueano era uma pessoa mestiça, que vivia nos campos de vacaria manejando gado (MOREIRA, 1989).

Segundo Carvalho (2014, p. 365 – 66), era necessário contar com a colaboração de sujeitos "práticos", que dominassem esse saber indiciário, atento aos detalhes, próprio dos indígenas, nas aberturas de roteiros, explorações de rios, contatos com povos, pesquisas de minerais, etc. É nesse momento que a persuasão colonial se aplica, com vantagens oferecidas a fim de animá-los a realizarem tais explorações, impondo mobilizar dispositivos propriamente simbólicos de atração, de modo a fazer esses indivíduos desejarem alcançar crédito em relação ao poder central para requerer honras, mercês, privilégios e benefícios. Seu nome evidenciava ainda, talvez mais do que o fato de estar na presença dos portugueses, sua aliança com estes. Como sugere Kantor (2009), o aportuguesamento dos sobrenomes indígenas decorreu de um projeto colonizador de transformação dos índios aliados em súditos da Coroa. E é dentro desse projeto colonizador que John Monteiro (2000) pondera as novas configurações étnicas e sociopolíticas articuladas, pelos indígenas, seja como aliados ou inimigos dentro de uma rivalidade "intra-européia", mostrando-se uma importante estratégia para vários grupos que buscaram, paradoxalmente, resguardar a sua autonomia.

Importante salientar que as informações passadas pelos índios práticos, ou vaquianos, conformavam caminhos, conhecimentos botânicos, geográficos, linguísticos e sociais, o que se percebe ao longo da leitura de toda a extensão da fonte. No trecho: "reconheceu-se uma trilha, que se

encaminhava a uns ranchos desamparados, e detrás de um pequeno monte, se avistou fogo que disseram os índios das missões ser dos Caribes" (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 163), extraído do diário da Segunda Partida, o reconhecimento de inimigos lhes fornecia informação estratégica do ponto de vista militar, para o avanço pelo espaço sem enfrentamento direto.

Como argumenta Almeida (2010), receber os colonizadores de forma cordial e oferecer-lhes cooperação não se tratava de ingenuidade, mas de uma característica cultural, especialmente em meio aos Tupis. Já outros grupos se apresentaram bastante hostis à presença de estrangeiros, como os Aimorés. Os Minuanos, por sua vez, operavam como agentes autônomos na fronteira, e sua lealdade era fluida, ditada pela necessidade econômica e pela preservação de seu poder, o que significava que eles podiam ser parceiros comerciais dos portugueses num momento e assinar um tratado com os espanhóis no outro (ERBIG JR., 2020; GARCIA, 2007).

Segundo Monteiro,

> é, certamente, um avanço para a historiografia brasileira reconhecer as lideranças indígenas enquanto sujeitos capazes de traçar a sua própria história. No entanto, é necessário considerar que as escolhas pós-contato sempre foram condicionadas por uma série de fatores postos em marcha com a chegada e expansão dos europeus em terras americanas. A catástrofe demográfica que se abateu sobre as sociedades nativas, estreitamente ligada às estratégias militares, evangelizadoras e econômicas dos europeus, deixou um quadro desesperador de sociedades fragmentadas, imbricadas numa trama colonial cada vez mais envolvente. Diante de condições crescentemente desfavoráveis, as lideranças nativas esboçavam respostas das mais variadas, freqüentemente lançando mão de instrumentos introduzidos pelos colonizadores. A resistência, neste sentido, não se limitava ao apego ferrenho às tradições pré-coloniais mas, antes, ganhava força e sentido com a abertura para a inovação (2000, p. 57).

A participação de Francisco Xavier Arirapi, na definição do curso do rio Pepiri-Guaçu[6] é um dos momentos em que o saber indígena é explicitamente reconhecido pelas autoridades coloniais. O trecho em que Arirapi intervém descreve um impasse técnico entre os comissários portugueses e espanhóis, diante da ausência de confirmação geográfica por instrumentos ou mapas anteriores. Em outras palavras, as Partidas de Limites Portuguesa e Espanhola só dispunham de um mapa amplo e geral, chamado "Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na América

[6] Os jesuítas mantiveram denominações tupi-guarani para rios e feições geográficas no extremo oeste catarinense em mapas dos séculos XVII e XVIII, mas com variações de grafia ao longo do tempo. Exemplos incluem o rio Uruguai, registrado como "Ruruguay", e o rio Peperi-Guaçu, grafado como "Rio Piquiri", "Pequiri", "Pepiti" ou "Pipiry" (Furlong, 1936, *apud* Bocalon e Otsuschi, 2020).

Meridional", de 1749, acervo da *Fundação Biblioteca Nacional—Brasil*, que não havia sido feito *in loco*, mas a partir de uma série de outros mapas elaborados pelos padres jesuítas e relatos de viajantes, razão pela qual os comissários e cientistas encarregados da demarcação das fronteiras o levaram à campo para ser utilizado e atualizado durante as demarcações. Apesar de os mapas portugueses mencionarem o rio Peperi-Guaçu somente a partir do Mapa das Cortes, de 1749, "o contrário é observado nos mapas produzidos pelos jesuítas, visto serem eles os que efetivamente peregrinaram pelas terras hoje consideradas porções fronteiriças entre Brasil e Argentina." (BOCALON, OTSUSCHI, 2020).

Imagem 1: Mapas das Cortes, ou Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional, de 1749, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional—Brasil.



Fonte: **MAPA dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional**... 1749. 1 mapa ms, col, 60 x 54cm. em f. 70 x 64. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1004807/cart1004807.pdf. Acesso em: 9 Aug. 2024.

O próprio Mapa das Cortes, no detalhe abaixo, gravou o Peperi-Guaçu como "Rio Pequeri" e traçou uma linha vermelha apontando, em nota explicativa, no verso do mapa, para o local a ser conferido geograficamente por equipes de ambas as Cortes:

Imagem 2: Detalhe: "Rio Pequeri", e traçado com baixa sinuosidade, situado entre os rios Yriboba e Uruguay Pita.



Fonte: **MAPA dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional...** 1749. 1 mapa ms, col, 60 x 54cm. em f. 70 x 64. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1004807/cart1004807.pdf. Acesso em: 9 Aug. 2024

Assim, o Rio Peperi-Guaçu, situado entre os rios Yriboba e Uruguay Pita e traçado com baixa sinuosidade, de sua nascente até o curso médio, apresenta direção nordeste-sudoeste. A partir do curso médio, até desembocar no rio Uruguai, possui direção norte-sul. Porém, naquela situação de demarcação, ambas comissões se depararam com um grande salto de um rio (queda d'água), o que impedia a passagem das canoas que realizavam a demarcação do referido rio. Entre os dias 25 e 27 de fevereiro de 1759, alguns oficiais de ambas as "Partidas de Limites" acompanharam uma canoa

pequena até o mais próximo da grande queda e não acharam o rio que pudessem seguir com a navegação,

> nesta incerteza, se chamou o Vaquiano e, perguntado de novo, ratificou que havia passado por outro lado, estando crescido o rio e com canoas pequenas, o que faltava naquelas circunstâncias. Resolveram, os comissários, que os dois geógrafos fossem pela banda oriental levando o plano (o mapa) e que pela ocidental fossem, em canoas mais ligeiras, o astrônomo espanhol e o capitão de aventureiros, a examinar se por ela se poderia lograr o intento de passá-las (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 171).

No dia seguinte, retornaram os geógrafos, confirmando a impossibilidade de seguir. Já os astrônomos viram a possibilidade de se seguir pela banda ocidental, chegando as canoas até um pouco abaixo da primeira queda de águas que dali suspensas, poderiam ser arrastadas até entrarem novamente no rio. Sendo assim, seguiram somente quarenta pessoas de cada Coroa, entre soldados e indígenas, os mais fortes, distribuídos em nove canoas com suprimentos para um mês, além dos instrumentos de observação, um quarto de círculo, que exigia o maior cuidado e delicadeza no seu manejar. De todo modo, necessitavam prosseguir em direção ao rio Pepiri, ou Pequiri, um dos principais pontos da linha de limites. No dia 05 de março, chegaram à boca de um rio, o qual disse Francisco Arirapi que era o Pepiri.

> Os comissários o fizeram vir à sua presença e juntos os demais oficiais das duas nações, se lhes perguntou que rio era aquele? respondeu de novo que era o Pepiri e que com este nome o havia conhecido na viagem que alguns anos antes fez com os do seu povo, ao lugar que chamavam a Espia. Neste tempo trazia o dito rio tão pouca água que mostrava dar muito curta navegação e sabendo-se por outras notícias que o Pepiri tinha um arrecife perto de sua boca, foram os comissários e astrônomo de Portugal reconhecê-lo, e se achou a meia légua dela. Sem embargo disto, vendo que não se havia chegado à latitude em que o mapa das cortes situa o Pepiri e que tão pouco se conformava a posição daquele em que nos achávamos, que estava antes do Urugay-puyá, que deságua pela banda oposta, quando naquele se figura depois; para ratificar este mapa e depor qualquer gênero de dúvida que contra o testemunho do Vaquiano podia suscitar, o qual era só (ainda que também era ele o único não só entre os presentes, mas também em todos os povos de missões, que o pudesse dar por não haver ficado já outro índio que houvesse nave gado acima do salto), e que podia estar trascordado por haver passado bastantes anos, depois que o andou uma só vez, resolverão os dois comissários ir ao seguinte dia rio acima, e que se levantasse o plano (mapa) desta parte, para que a confrontação das notícias que dava de antemão dos rios Apitereby, e Urngay-pútá até onde dizia haver chegado , com a verdadeira situação deles nos assegurasse do seu conhecimento e prática. (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 181 - 82).

Surge, então, a dúvida quanto à latitude do rio em relação ao mapa das cortes, porém, o único que ali já havia navegado era Francisco Araripi e depender do conhecimento exclusivo de um único

índio prático poderia gerar uma série de questionamentos sobre a fidedignidade da linha de limites (FARIAS, 2015). Sendo assim, o comissário espanhol determinou que se realizasse diligência para que os geógrafos fizessem medições de latitude e longitude, com receio de que não se tratasse do rio Pepiri, conforme havia informado Francisco Xavier Arirapi, a uma porque não se acomodava à latitude e posição que correspondia no mapa e a duas porque, depois de tantos anos, o índio Vaquiano poderia ter-se esquecido dos terrenos e rios que havia informado à comissão em 1757.

Entretanto, Francisco Xavier Arirapi não só deu certeza, como também corroborou seus conhecimentos geográficos com instruções precisas da localização do rio Pepiri, "ao qual se chegaria no mesmo dia que se saísse do salto grande do Urugay, o que também havia repetido várias vezes no curso da viagem" (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 185), fora isso, relatou o geógrafo, sua verdade se achava também comprovada em "outros mapas impressos e com alguns manuscritos feitos pelos índios, no tempo que navegavam por esta parte, nos quais põem o Urugay-pitá depois do Pepiri" (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 186).

Certo é que as comissões de astrônomos e geógrafos concordaram que não restavam mais dúvidas de que se tratava mesmo do rio Pepiri, que sempre teve águas consideráveis para navegação, ainda que, naquele momento específico, se encontrassem escassas também no rio Uruguay. Deram por fim a diligência e retornaram ao acampamento. E assim, entre os dias 8 a 14 de março, firmaram o ato de reconhecimento, sendo unânime o parecer dos astrônomos, geógrafos e demais oficiais de Portugal e Espanha, mas também levando-se em conta a asseveração do índio Vaquiano, Francisco Xavier Arirapi:

> Os comissários da segunda partida de demarcação, José Fernandes Pinto Alpoim por parte de S. M. F., e D. Francisco Arguedas, por S. M. C., ouvido o parecer unanime dos astrônomos, geógrafos e oficiais das duas nações, que por força das razões expostas na junta antecedente, e da asseveração do índio Vaquiano, Francisco Xavier Arirapi, sargento do seu povo de S. Xavier, cujos conhecimentos e notícias destes rios se comprovou com a conformidade que se achou entre as que deles dava, e sua verdadeira situação, disseram não lhes ficava a menor dúvida de que era o Pepiri, o rio que o dito Vaquiano assinalava, e em cuja boca estavam acampadas as duas partidas. Declaramos que reconhecemos este pelo rio Pepiri determinado no artigo quinto do tratado dos limites, por fronteira dos domínios de Suas Majestades F. e C., e em sua consequência, que a demarcação começada em povo de S. Xavier, e seguido águas acima do Urugay até a boca deste (...) e para que em todo o tempo conste este ato de reconhecimento, e lindeiro da divisão de termos fizemos a seguinte declaração, firmada por todos acima referidos. Boca do rio Pepiri, 8 de Março de 1759. (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 186)

A importância atribuída a Arirapi reflete um reconhecimento episódico, mas significativo, da capacidade de domínio territorial indígena que, como vimos, é identificada nesta e em diversas outras fontes do período e extrapola o conhecimento científico, operando por um lógica diferente da europeia, mas que ainda assim, conformava territórios e fronteiras.

Ao nomear explicitamente o indígena e ao registrar sua contribuição como decisiva, a fonte rompe parcialmente com a tendência de anonimato e generalização que marca outras menções aos povos nativos. Nesse sentido, o episódio serve como chave interpretativa para pensar a agência indígena não apenas como resistência, mas como atuação intelectual e técnica em processos formais de produção de conhecimento geográfico e político.

Fronteiras coloniais e fronteiras indígenas: disputas de saber e território

A leitura atenta dos diários e mapas elaborados durante as "Partidas de Limites" revela uma diversidade de situações em que o conhecimento indígena foi mobilizado, tanto de forma direta quanto indireta, para a definição das fronteiras entre os domínios portugueses e espanhóis. Os relatos contêm inúmeras passagens em que os indígenas são acionados como guias, intérpretes, informantes e navegadores, sendo sua atuação decisiva para a travessia de territórios inóspitos, a identificação de rios e a localização de marcos geográficos.

Noutro trecho dos mesmos diários (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 538 e 539), que se passa ao final da Terceira Partida de demarcação, verifica-se a investida de geógrafos e astrônomos pelo terreno, tendo andado três dias sem achar o curso do Rio Aguarahy, que por ele sairiam ao Rio Paraguay. Enfrentaram toda a sorte de problemas até que viram rastro de índios Montezes e reconheceram que não estavam longe de alguma toldaria. Com grande cuidado e maior desejo de informar-se do que precisavam naquele "labirinto", conseguiram falar de longe a quatro índios, assegurando-se que esses não lhe fariam mal. Falaram em língua Guarani e assim "se aproveitaram da ocasião perguntando-lhes por modos diferentes, à parte, e com grandíssima reserva, tudo quanto lhes pareceu conveniente para conhecer, sem engano, o curso e deságua do rio demarcado" (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 539). Em resposta, informaram os Montezes aos europeus, que o braço de rio mais ao norte se chamava Aguarahy-mini, ou pequeno, e o que navegaram os astrônomos chamava-se Aguarahy-guaçú, ou grande, e que estes dois se juntavam

mais ao poente a boa distância de onde estavam, levando o seu curso sempre por entre penhascos e formando saltos enormes. Depois da sua união seguiram, os rios, do mesmo modo despencando por outros dois saltos grandes até o fim da serra de Amambay, a cujo pé se lhes juntava um arroio, tornando-se todos os três rios um único chamado Ypane-guaçú, que deságua no Paraguai, em cujas margens estavam agora os seus inimigos: os índios Bayás.

Entretanto, foram surpreendidos com a fuga de três desses Montezes e com o aparecimento de uma enorme tropa disparando flechas, ao que os europeus responderam com armas, resultando na morte de um dos fugitivos e no ferimento de um dos demarcadores. Conseguiram capturar o último indígena fazendo com que este repetisse as informações prestadas diante dos comissários, astrônomos, e geógrafos de modo que estes fizeram memória das informações coletadas com os Montezes, acrescentando que estavam de acordo com as informações colhidas junto aos índios Payaguás, que vivem no Rio Paraguãy e que o navegavam e conheciam a boca do rio Ypané-guaçú.

A partir desses casos destacados, verificamos que, dos encontros com indígenas dispostos a compartilhar conjunto de saberes, da apropriação desse conhecimento resultou o conhecimento geográfico exposto em cartografia e documentos oficiais. Desse modo, não só os astrônomos e geógrafos trazidos pelas comissões europeias foram os únicos responsáveis pelas conclusões científicas que possibilitaram a demarcação da localização geográfica do referido rio, mas também muito do conhecimento local e nativo foi utilizado no processo. Por esse motivo, falar da demarcação das fronteiras portuguesa e espanhola é também falar de fronteira indígena. Esses episódios expõem uma contradição estrutural: ao mesmo tempo em que os saberes indígenas foram decisivos para a navegação, orientação territorial e definição dos limites coloniais, tais conhecimentos foram sistematicamente silenciados, apropriados e reduzidos a "informações empíricas" pelas comissões luso-espanholas.

Para Beatriz Bueno (2004), o território não é sinônimo de espaço e tampouco é algo dado pela natureza, enfatizando, sobretudo sua fabricação através de processos de conquista, nomeação, mapeamento e controle. No entanto, os povos nativos aqui representados, possuíam suas próprias fronteiras, numa outra lógica de dominação de território, que não era cartografada. Como destacamos, para os Montezes, nas margens do rio Ypane-guaçú, que deságua no Paraguai, estavam agora os seus inimigos, os índios Bayás, o que nos leva a reflexão de que da leitura dos mapas coloniais, somente se lê a técnica estatal de mensuração e fixação de limites naturais, não se podendo mensurar outras

cosmogonias, saberes e circulações existentes sobre o território. Guillaume Boccara (2001) demonstra que a fronteira deixa de ser apenas um limite geográfico e se torna uma arena de produção simbólica, onde categorias e posições sociais são construídas e negociadas. Nesse sentido, quando o autor afirma que "los dispositivos coloniales crean al salvaje", evidencia-se que o indígena não é simplesmente encontrado, mas interpretado e moldado como figura política funcional ao projeto colonial. Contudo, essa operação não é unilateral: ao "sacar un feliz provecho de los antagonismos" e circular entre diferentes espaços, os indígenas desempenham papéis ativos na interpretação e na configuração da fronteira, operando dentro e além das classificações coloniais. Em diálogo com a perspectiva da Nova História Cultural (HUNT, 1992) e com a "descrição densa" de Geertz (1997), isso significa reconhecer que práticas, rotas e saberes indígenas funcionam como textos em circulação, dotados de sentidos próprios e capazes de tensionar a narrativa imperial que busca "construir um tempo e um espaço" naturalizados. A fronteira, assim, aparece como espaço de disputa interpretativa e política, em que as gramáticas coloniais tentam ordenar o mundo, mas encontram outras formas de produzir sentido, agir e fazer território.

Como bem aponta Weber citando Hall (1998, p. 149), durante a época moderna, os povos nômades e seminômades não se deixavam controlar facilmente pelas demais sociedades sedentárias ou com grande desenvolvimento estatal. Esses povos nômades, ou infiéis, por sua vez, quando aparecem nos mapas traçados pelos espanhóis, como é o caso do *Mapa de la Governacion del Paraguay y de la de Buenos Ayres con la linea divisoria de las tierras de España y Portugal ajustada entre las dos Coronas año 1750 cuya posesion se pretende tomar este año de 1752 (...),* nos ajudam a entender as fronteiras indígenas e a parca autonomia das Coroas Europeias na região. Os considerados "infiéis" pelos espanhóis, logicamente, aparecem em contraponto aos índios missioneiros ou aliados, que auxiliavam aos demarcadores, ou seja, são povos que, por sua cultura ou ação, decidiram não se aliar a nenhum povo invasor.

Para Eduardo Natalino dos Santos (2023, p. 28), a "hipervalorização das atuações sociopolíticas, dos saberes e das técnicas de matriz europeia, como o emprego das armas de aço, das armas de fogo e dos cavalos e a hipotética sagacidade política excepcional dos conquistadores espanhóis frente à também hipotética ingenuidade atávica dos indígenas", por parte da historiografia tradicional, tem contribuído para subestimar as redes políticas indígenas pré-coloniais. Como ressalta Garcia (2007), é importante alcançar a visão indígena dentro de sua própria realidade e quais as vantagens almejadas por esses grupos, pois essa representa sua própria agência e sua própria trajetória

em construção dentro de uma sociedade colonial. Sem negar a difícil subjugação sofrida à ordem colonial enfrentada por esses grupos, mas evitando a reiteração de visões sabidamente estereotipadas dos povos indígenas, enquanto ingênuos ou vítimas, destituídos de estratégias ou entendimento sobre as melhores condições possíveis dentro de um contexto no qual se encontravam.

Nos documentos também é recorrente a atribuição de nomes indígenas a rios, serras e pontos de passagem, frequentemente acompanhada de explicações etimológicas. Termos como *Icabacuá* (abelhas subterrâneas), *Itapuá Itu* (salto de Itapuá) e *Mbaey* (coisa má), além de nomes de rios como *Mbocay-guasú* (rio das espingardas), sugerem uma cosmografia indígena que contribuiu para a representação do território. Essas toponímias, ainda que registradas pelos europeus, carregam sentidos próprios, enraizados em práticas, memórias e relações cosmológicas com a paisagem, onde acidentes naturais, animais, perigos e passagens são parte de uma cartografia existencial.

A análise revela, portanto, um padrão de apropriação seletiva dos saberes indígenas. Quando úteis ao projeto colonial, esses conhecimentos eram integrados às representações cartográficas ou convertidos em dados empíricos nos relatórios das expedições. No entanto, raramente os indígenas eram identificados nominalmente ou reconhecidos como coautores da produção geográfica. Muitas vezes classificados genericamente como "índios infiéis" ou "guias naturais", sua contribuição foi diluída sob categorias coloniais que invisibilizavam sua agência individual e coletiva.

Paradoxalmente, os momentos de impasse técnico e desacordo entre os cientistas europeus parecem ser os que mais evidenciam a centralidade do saber indígena. Em situações em que instrumentos de medição falhavam ou mapas pré-existentes geravam contradições, era o conhecimento dos povos locais que resolvia a questão. A valorização episódica desse saber, no entanto, não era suficiente para alterar a estrutura assimétrica das "Partidas de Limites", que permanecia ancorada em hierarquias coloniais de conhecimento. Como bem ressalta Ângela Domingues (2000), os homens do século XVIII observavam e descreviam as comunidades indígenas a partir da intenção de modificação desses povos e de desprezo e recusa, bem como de condescendência para com suas culturas. Essa assimetria também se manifesta nos mapas produzidos após as expedições. Embora se saiba, por fontes textuais, que muitos mapas foram traçados com base em informações indígenas (BARCELOS, 2010), essas contribuições raramente foram visualmente representadas ou explicitamente creditadas. Assim, a cartografia colonial aparece como espaço de apropriação e apagamento simultâneo.

Desse modo, a análise das "Partidas de Limites" evidencia que a definição das fronteiras coloniais não pode ser compreendida como mero desdobramento da ciência europeia ou da racionalidade estatal. O processo demarcatório, embora estruturado por hierarquias imperiais de conhecimento, dependia de mediações locais, negociações cotidianas e da incorporação seletiva de saberes indígenas. Ao mesmo tempo em que cartógrafos e astrônomos buscavam fixar limites e estabilizar o território conforme a lógica ilustrada do século XVIII, encontravam-se diante de outras formas de conhecer e significar o espaço, baseadas na circulação, na memória e na experiência direta com a paisagem. A fronteira, portanto, emergiu como campo de disputa epistemológica, no qual a ciência colonial procurou afirmar sua autoridade ao mesmo tempo em que se apoiava, muitas vezes silenciosamente, na expertise dos povos nativos. Reconhecer essa dimensão não implica negar as assimetrias de poder que marcaram o empreendimento imperial, mas sim evidenciar que a produção do território não foi exclusivamente europeia: ela também foi atravessada por agentes indígenas, cujos saberes, ainda que frequentemente invisibilizados, foram fundamentais para tornar possível a própria operação colonial.

Conclusão

A análise das fontes cartográficas e narrativas das "Partidas de Limites" entre Portugal e Espanha no século XVIII permite lançar luz sobre a participação ativa dos povos indígenas na conformação territorial da América Meridional. Ao contrário das representações clássicas que os relegam à condição de "informantes" ou "guias", o estudo revela que esses sujeitos históricos desempenharam papéis fundamentais na construção de um saber geográfico mobilizado pelos agentes coloniais. As contribuições indígenas extrapolaram a função técnica e assumiram caráter epistêmico, sendo determinantes para o sucesso das expedições e para a produção de mapas, descrições e decisões políticas. Desse modo, o objetivo geral da pesquisa foi compreender em que medida se recorreu ao auxílio de "naturaes da terra", tanto para a realização das viagens demarcatórias, como também para o estabelecimento do conhecimento geográfico da região em disputa.

O caso de Francisco Xavier Arirapi é emblemático dessa atuação. Sua intervenção no reconhecimento do rio Pepiri-Guaçu evidencia uma situação em que a autoridade indígena sobre o território foi reconhecida e valorizada. Diante da controvérsia, foi convocado Francisco Xavier Arirapi, cuja memória e conhecimento prático do território foram capazes de solucionar a questão. Sua

explicação sobre a localização do rio e sua correlação com outros cursos d'água da região foi considerada tão precisa que levou à concordância unânime entre astrônomos, geógrafos e oficiais das duas Coroas, não sem antes se certificarem empiricamente das asseverações. A autoridade conferida à sua fala contrasta com a recorrente invisibilização dos indígenas nas demais partes do diário, evidenciando um caso em que o saber local supera os limites do conhecimento técnico europeu. Sua memória espacial e capacidade de articulação com fontes cartográficas anteriores desafiaram os limites do conhecimento técnico europeu e mostraram que, em contextos de impasse, os saberes locais eram frequentemente a única via possível de resolução. Este exemplo, somado a outros casos de identificação de rios, distinção de toponímias e navegação por áreas inexploradas pelos europeus, corrobora a hipótese de que a ciência de fronteira produzida naquele período foi uma ciência híbrida, construída na interseção entre regimes de saber distintos.

O exercício de leitura dessas fontes com o interesse voltado para aspectos da cultura local, nos permitiu identificar uma série de circunstâncias que demonstram essas interações. Em alguns casos, os conhecimentos dos povos nativos sobre a região prevaleceram sobre os dados coletados com auxílio dos instrumentos levados a campo, muitas vezes defeituosos ou avariados (GESTEIRA, 2017), e sobre a discordância dos cientistas espanhóis e portugueses, sabidamente em constantes conflitos de interesses territoriais. Os saberes indígenas, pontualmente, funcionaram como meio de solucionar os conflitos apresentados pelos terrenos, dos quais possuíam domínio empírico e demonstrando a agência indígena naquele contexto histórico Pretendemos escapar à uma dicotomia, estudando a complexidade que envolve os povos indígenas da região de fronteira, nômades e missioneiros, conforme reflexão trazida por Boccara (2001), ao levar em conta o caráter dialético entre os fenômenos de mudanças e permanências entre o que eram essas sociedades nativas antes da expansão europeia e o que se tornaram ou estavam se tornando a partir desses contatos. A assimilação entre duas culturas não resultou em aculturação, posto que de acordo com a leitura das fontes escritas e visuais, percebe-se que em diversos momentos, saberes diversos foram utilizados em conjunto ou em oposição, mas foram agregados por todas as partes nesse processo, resultando, inclusive, em uma etnogênese desses povos. Segundo Garcia (2007), os estudos sobre etnogênese têm como um dos seus objetivos restituir a historicidade das populações originárias, abordando não o que era determinada etnia, mas sim como, num determinado contexto, ela surgiu.

Esse tipo de cuidado na leitura das fontes visa também despir-nos de uma visão romântica de resistência indígena, contra o imperialismo europeu, como alerta Elisa Garcia (2007), já que essa abordagem não abarcaria a efetiva "diversidade dos interesses indígenas e dos seus conflitos em relação ao tratado, pois os missioneiros não apenas não se opunham à sociedade colonial, como também estiveram presentes em negociações" (GARCIA, 2007, p. 31). A visão contemporânea da realidade indígena, ao olhar o transcurso da história, não pode ser transposta ao final do século XVIII, sob o risco de anacronismo, já que naquela realidade, os povos indígenas se viam como partícipes das negociações e construtores de sua própria realidade, de modo que faz sentido pensar na circulação de saberes dentro dessa perspectiva.

Ao longo do artigo, procurou-se demonstrar que os saberes indígenas foram mobilizados de forma seletiva e estratégica, sendo muitas vezes ocultados sob categorias genéricas ou silenciados nos registros oficiais. O uso de termos como "índios infiéis", a omissão de nomes e a ausência de créditos autorais nos mapas reforçam a assimetria epistêmica que marcou a produção do conhecimento geográfico colonial. Ainda assim, os rastros desses saberes persistem — seja nos nomes dos rios e serras, seja nas soluções técnicas adotadas pelas comissões —, e sua análise nos permite reconstituir a agência indígena a partir de vestígios documentais.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho articula contribuições da Etno-História, da História Indígena e da História da Ciência, buscando compreender os processos de circulação, apropriação e apagamento de saberes nos contextos coloniais. A pesquisa procurou, portanto, evitar tanto o apagamento da violência colonial quanto a romantização da resistência indígena. Em vez disso, privilegiou-se uma abordagem que reconhece a complexidade das interações, os interesses diversos dos grupos envolvidos e as formas situadas de negociação e disputa pelo território e pelo saber.

Por fim, ao recuperar e valorizar o conhecimento indígena presente nas fontes coloniais, este artigo pretende contribuir para uma revisão crítica da História das demarcações territoriais e, mais amplamente, da própria História da Ciência no mundo ibero-americano. Ao evidenciar que os mapas traçados pelos europeus foram, em parte, informados por cosmologias e saberes locais, reafirma-se a importância de se reconhecer os povos indígenas não apenas como objeto de conhecimento, mas como sujeitos produtores de conhecimento. Sujeitos que, apesar das múltiplas tentativas de silenciamento, deixaram sua marca nas formas de ver, nomear e representar o mundo. Em suma, olhar para a fronteira a partir dos saberes indígenas não apenas restitui agência histórica, mas também revela

que a cartografia imperial, longe de ser um exercício autônomo do Estado, foi atravessada por outras cosmologias, temporalidades e formas de conhecer, marcas persistentes de mundos que, embora subalternizados, seguiram escrevendo o território.

Referências bibliográficas:

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS. **Colleção de Notícias para a História e Geografia das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhes são vizinhas**, Tomo VII, Lisboa: Typografia da Academia, 1841 (Colleção, 1841) Brasiliana Digital USP.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BARCELOS, Artur H. F. A cartografia indígena no rio da prata colonial. In: **Anais do X Encontro Estadual De História – ANPUH-RS**. O Brasil no sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional, Santa Maria - RS, 2010.

BOCALON, Vitor L. S.; OTSUSCHI, Cristina. História da cartografia do Rio Peperi-Guaçu e a formação do espaço do extremo oeste catarinense. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia-MG, v. 21, n. 74 Abr/2020 p. 162–177 2020, p. 173)

BOCCARA, Guillaume. Mundos Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo: Relectura de los Procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación y Mestizaje en Tiempos de Globalización. **Mundo Nuevo Nuevos Mundos** [Online], 2001. Disponível em: https://journals.openedition.org/nuevomundo/426. Acesso em: 19 fev. 2024.

BUENO, Beatriz P. S. Decifrando mapas: sobre o conceito de "território" e suas vinculações com a cartografia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 12, p. 193-234, jan./dez. 2004.

BUENO, Beatriz P. S; CABRAL, P. H.; CARVALHO, M. R. C. de. Pensar con los ojos. **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], nº 14, 2020. Disponível em: http://journals.openedition.org/terrabrasilis/7831; Acesso em 03 ago. 2021.

CARVALHO, F. A. L. D. **Lealdades Negociadas**: Povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII). São Paulo: Alameda, 2014.

CARDIEL, José. **Mapa de la Governacion del Paraguay y de la de Buenos Ayres con la linea divisoria de las tierras de España y Portugal ajustada entre las dos Coronas año 1750 cuya posesion se pretende tomar este año de 1752, Ponense tambien las tierras que tocan a Portugal segun la linea del papa Alejandro VI que antiguamente se ajustaron las dos corona**s [material cartográfico]. Manuscrito, color, 60,2 x 41,5 cm. Archivo General de Simancas, Secretaría de Estado, Legajos, MPD, 06, 032.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História,** São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/j9CyCym5St8xmR4pn9HtcvD/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 04 mar. 2024.

CHARTIER, Roger. O Homem de Letras. In: **O Homem do Iluminismo**. Org.: VOVELLE, Michel. Trad. Maria Georgina Segurado. 1ª Ed., Lisboa: Editorial Presença,1997, p. 117- 53.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Tomo II. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: Capitalismo e esquizofrenia 2, vol.5. 2ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

DIAS, Maria O. L. da S. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, v. 278 - Jan-Mar 1968, p. 105 - 70.

DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos**: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. 1ª ed. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

ERBIG JR., Jeffrey Alan. **Where Caciques and Mapmakers Met:** Border Making in Eighteenth-Century South America. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2020

FARIAS, Millena Souza. **O Engenho dos Engenheiros**: ciência e política na fronteira meridional da América portuguesa (1750 – 1760). 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio**: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da américa portuguesa. 2007. 319 f. Tese. (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Trad. Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GESTEIRA, Heloisa. A escrita de campo: relatos de viagens e instrumentos científicos nos confins da América portuguesa (1750-1760). In: FLECK, E. C. D. e DILLMANN, M. (Orgs.). **Escritas e Leituras**: temas, fontes e objetos na Iberoamérica séculos XVI-XIX. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017. p. 43-66

GOLIN, Tau. Cartografia da Guerra Guaranítica. In: **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica.** Passado Presente nos Velhos Mapas: Conhecimento e Poder, Paraty, RJ, mai 2011, p. 1 - 16.

HUNT, Lynn. Apresentação: História, cultura e texto. In: HUNT, Lynn. **A nova História Cultural**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil polêmicas cartográficas e historiográficas. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37: p.70-80, Jan - Jun 2007.

KANTOR, Íris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.17, n. 2. p. 39-.61, jul.- dez. 2009.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set.-dez. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577. Acesso em: 29 de maio de 2025.

MAPA dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional(...), 1749. 1 mapa ms, col, 60 x 54cm. em f. 70 x 64. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1004807/cart1004807.pdf. Acesso em: 9 Aug. 2024.

MELO, Vanice Siqueira de. Paisagens, territórios e guerras na Amazônia colonial. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 4, n. 2, p. 8-33, 2011.

MONTEIRO, John. Entre o Etnocídio e a Etnogênese: identidades indígenas coloniais. In: FAUSTO, Carlos e MONTEIRO, John (org.). **Tempos Índios**: Histórias e Narrativas do Novo Mundo. Museu Nacional de Etnologia Assírio & Alvim, Lisboa, 2000. p.25-65.

MONTEIRO, John. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de História Indígena e do indigenismo. 2001. 216 f. Tese. (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MOREIRA, Maria Eunice. Um vaqueano sem identidade. **Letras de Hoje.** Porto Alegre – RS, v. 24, n. 23 – p. 65 – 76, set. 1989.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidade. **Perú Indígena** (Lima) v. 13, n 29, p. 11 – 20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. P. 117 – 142. Disponível em <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf&gt>. Acesso em 26 de junho 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.) **Epistemologias do Sul**. Almedina, Coimbra, 2009. p. 73 – 118.

RAJ, Kapil. Conexões, cruzamentos, circulações, **Cultura** [Online], Vol. 24 | 2007, poste online no dia 10 outubro 2013, Disponível em: http://journals.openedition.org/cultura/877, Acesso em 05 setembro 2023.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

WEBER, David. Bourbones y bárbaros: centro y periferia en la reformulación de la política de España hacia los indígenas no sometidos. **Anuário IEHS**, Tandil, n. 13, p. 147-171, 1998.

Temporalidades

Práticas alimentares no Rio Grande do Sul oitocentista sob a perspectiva de viajantes estrangeiros

Dietary practices in nineteenth-century Rio Grande do Sul from the perspective of foreign travelers

Everton Luiz Simon
Doutor em História
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)
evertonsimon@gmail.com

Recebido: 24/07/2024
Aprovado: 23/04/2025

Resumo: Este artigo investiga as práticas alimentares no Rio Grande do Sul durante o século XIX a partir da análise de narrativas de quatro viajantes estrangeiros: Auguste de Saint-Hilaire, Robert Avé-Lallemant, Carl Seidler e Nicolau Dreys. A pesquisa tem como objetivo identificar e compreender como os alimentos, especialmente as leguminosas, raízes, tubérculos, legumes, folhas e cucurbitáceas, foram registrados nessas obras e como esses registros contribuem para a reconstrução da história da alimentação regional. Utilizou-se a Análise Textual Discursiva (ATD) como metodologia para fragmentar os textos em unidades de significado, agrupá-las em categorias e, posteriormente, elaborar metatextos interpretativos. A análise revelou que alimentos como o feijão, a mandioca e a abóbora ocupavam lugar central na dieta e na cultura alimentar local, sendo associados tanto a práticas indígenas quanto a hábitos europeus. O estudo evidencia a relevância das fontes de literatura de viagem para a História da Alimentação, ao trazer à tona aspectos do cotidiano alimentar muitas vezes ausentes dos documentos oficiais.

Palavras-chave: História da Alimentação; Literatura de Viagem; Práticas Alimentares.

Abstract: This article investigates food practices in Rio Grande do Sul during the nineteenth century based on the analysis of the narratives of four foreign travelers: Auguste de Saint-Hilaire, Robert Avé-Lallemant, Carl Seidler and Nicolau Dreys. The research aims to identify and understand how foods, especially legumes, roots, tubers, legumes, leaves and cucurbits, were recorded in these works and how these records contribute to the reconstruction of the history of regional food. Discursive Textual Analysis (DTA) was used as a methodology to fragment the texts into units of meaning, group them into categories and, subsequently, elaborate interpretative metatexts. The analysis revealed that foods such as beans, cassava, and pumpkin occupied a central place in the diet and in the local food culture, being associated with both indigenous practices and European habits. The study highlights the relevance of travel literature sources for the History of Food, by bringing to light aspects of daily food that are often absent from official documents.

Keywords: History of Food; Travel Literature; Food Practices.

Contextualização e aspectos metodológicos

"De que maneira as práticas alimentares do Rio Grande do Sul foram representadas na literatura de viagem oitocentista?". Esta foi a pergunta central, que impulsionou esta pesquisa. Para respondê-la, organizamos e analisamos os relatos produzidos por quatro viajantes, Saint-Hilaire (1999), Avé-Lallemant (1980), Seidler (1980) e Dreys (1980), que perpassaram a Província do Rio Grande do Sul nos Oitocentos, considerando categorias como produção, preparação e consumo de alimentos; comensalidade e etiqueta [distinção e estratificação social à mesa]; hospitalidade, reciprocidade e sociabilidade; saúde e alimentação e tabus e significados simbólicos.

Auguste de Saint-Hilaire, natural da França, era botânico e naturalista, e viajou pelo Brasil entre 1816 e 1822 com o objetivo de estudar a flora e os costumes locais, registrando observações detalhadas em seus relatos. Robert Avé-Lallemant, também alemão, era médico e realizou duas viagens ao Brasil entre 1855 e 1859, deixando registros que combinam interesse científico com descrições culturais. Carl Friedrich Philipp von Martius viajou junto com Spix entre 1817 e 1820, mas foi Carl Seidler, outro alemão e diplomata, quem se destacou entre os viajantes selecionados por sua perspectiva crítica e observadora sobre os hábitos sociais e alimentares da região. Por fim, Nicolau Dreys, comerciante alemão radicado no Brasil, publicou em 1839 suas memórias e impressões sobre a Província de São Pedro, com foco nos aspectos econômicos e sociais. Juntos, esses viajantes ofereceram olhares diversos e complementares sobre o cotidiano alimentar da região sul do Brasil no século XIX.

Por meio desses relatos, toma-se contato com uma grande diversidade de costumes provinciais, um *savoir-faire* tradicional em termos de práticas de cultivo e trabalho na terra, bem como com um inventário de alimentos enquanto marcadores culturais, os quais me permitiram compreender e explicar as representações construídas pelos viajantes sobre diferentes dimensões da alimentação praticada no Rio Grande do Sul no século XIX. Assim, no presente artigo, apresentamos parte dos achados desta pesquisa de doutoramento, focalizando as narrativas sobre leguminosas, raízes e tubérculos, legumes e folhas e cucurbitáceas.

Após esta contextualização inicial, cabe apresentar de modo sintético a metodologia que adotamos para alcançar nossos objetivos. De modo geral, os percursos adotados constituíram-se em rotas estratégicas, que atenderam às especificidades da investigação e propiciaram a organização e a análise das informações obtidas nas fontes e o seu cotejamento.

O primeiro instrumento que criamos visa à sistematização das informações levantadas sobre os viajantes e sobre as obras que escreveram. No instrumento, tendo como base um amplo referencial teórico-metodológico sobre literatura de viagem, foram inventariadas trinta e uma categorias que foram organizadas em uma planilha no Excel. Procurou-se reunir o maior número possível de informações sobre os viajantes, dentre as quais estão data de nascimento, idade, falecimento, naturalidade, origem, profissão, data da chegada ao Brasil e no Rio Grande do Sul, os objetivos da viagem, quais trajetos foram percorridos, locais visitados, tempo de permanência no Estado, retorno (em que ano e para a onde), a tipologia do relato, quando e em que contexto foi escrita a narrativa, com quem os viajantes dialogaram no decorrer da narrativa e quais eram as relações entre o cronista/viajante e a sociedade que ele descreve. Interessaram, ainda, informações sobre as obras publicadas: ano de publicação do relato (original/primeira edição), tradução para o português, ano de publicação no Brasil, tradutor, editora, entre outros.

Para o exame analítico dos relatos produzidos por viajantes estrangeiros, consideramos que eles se constituem efetivamente de narrativas que "exprimem a maneira pela qual seus autores 'recortaram' e classificaram a realidade que observaram e experimentaram" (Carvalho, 2005, p. 4-5). Portanto, para a análise destas narrativas, adotamos alguns procedimentos, tais como os de "perguntar quem é o escritor do relato ou quem ele quer ser" (Junqueira, 2011, p. 45). Também foi importante "ter clareza dos objetivos das viagens quando se analisa seus relatos: saber se são interesses militares, econômicos, políticos, empresariais, científicos, etc., ou vários destes ao mesmo tempo" (Carvalho, 2005, p. 13). Outras questões foram igualmente relevantes e foram consideradas: Em que contexto a narrativa foi produzida? A qual lugar social o autor pertenceu? Quais eram as relações entre o cronista/viajante e a sociedade que ele descreve? Com quem os viajantes dialogam no decorrer da narrativa? Com base em Junqueira (2011, p. 49), outro aspecto considerado foi o período em que foram escritos os relatos: se durante a viagem, logo após, ou muito tempo depois, pois, como bem observado por ela, "o relato de viagem nem sempre trata daquilo que o viajante viu, na hora em que viu e como as coisas se deram".

O segundo percurso metodológico foi dedicado ao reconhecimento do contexto de produção dos relatos e das representações sobre as práticas alimentares acionadas ao longo dos textos, considerando-se os diferentes contextos nos quais se encontravam inseridas. Para a organização e

análise dos dados desse segundo percurso utilizamos a metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD) proposta por Roque Moraes e Maria do Carmo Galiazzi (2016).

O processo de Análise Textual Discursiva (ATD), conforme descrito por Moraes e Galiazzi (2016), foi conduzido em quatro etapas principais. A primeira consistiu na leitura detalhada das obras de quatro viajantes, com a fragmentação dos textos em unidades de significado. Cinco dessas unidades foram definidas previamente, com base nos objetivos da pesquisa e no referencial teórico, e duas emergiram durante a análise, contribuindo com informações complementares. As unidades a priori foram: "Alimentos: Produção, Preparação, Consumo e Técnicas"; "Reciprocidade, Sociabilidade e Hospitalidade"; "Comensalidade e Etiqueta"; "Dietética e Gosto"; e "Tabus e Significados simbólicos". Já as categorias emergentes incluíram "Costumes e População" e "Doenças", revelando aspectos importantes que não haviam sido considerados inicialmente, mas que enriqueceram a compreensão das práticas alimentares no Rio Grande do Sul.

Na segunda etapa, as unidades de significado foram categorizadas a partir de critérios de semelhança e diferença, considerando tanto categorias previamente estabelecidas quanto outras que surgiram durante o processo. A terceira etapa envolveu a aplicação de filtros para permitir uma apreciação mais ampla e integrada das unidades, fontes e categorias, promovendo uma visão interpretativa mais profunda. Por fim, a quarta etapa consistiu na produção dos metatextos, momento em que o pesquisador organizou e interpretou os dados à luz do referencial teórico, refinando constantemente a escrita e os argumentos. Para facilitar o processo analítico, as passagens extraídas foram organizadas em sete planilhas específicas e codificadas com cores distintas associadas aos autores analisados, o que contribuiu para a visualização e interpretação do conjunto de registros.

Divulgação dos achados: leguminosas, raízes e tubérculos, legumes e folhas e cucurbitáceas

Em nossa análise, ficaram evidentes um significativo número de apontamentos a respeito de leguminosas, raízes e tubérculos, legumes e verduras e cucurbitáceas, e é sobre esses alimentos que discorremos partir de agora. A horta próxima da casa era o principal espaço de cultivo dessas variedades de alimentos. O trabalho de manutenção e cultivo nas hortas era, em grande medida, realizado por escravos e, às vezes, pelas mulheres da família. Saint-Hilaire (1999, p. 80) chama também

a atenção do leitor sobre a produção de flores, destacando as tentativas de aclimatação de espécies europeias e o cultivo de outras espécies, consideradas por ele como "hortaliças exóticas, tais como couves diversas, alfaces, ervilhas são encontradiças". Essa menção às hortaliças talvez decorra das experiências com a aclimatação de espécies europeias, em especial, daquelas às quais a população ainda não estivesse completamente adaptada ao consumo.

Ao observar o mercado de alimentos da capital da província, Dreys (1990, p. 69) narra sua percepção sobre a contribuição dos indígenas para a disseminação de práticas agrícolas e de alimentos:

> [...] nos tempos ordinários, nos tempos de paz, a cidade recebe das chácaras circunvizinhas todas as qualidades de frutas, de hortaliças, e de verdura que produz a vegetação indígena, ou que brotam das sementes exóticas, que as mãos do sábio cultivador souberam naturalizar num solo estrangeiro.

Este aspecto é retomado por Câmara Cascudo (2004, p. 155), para quem "herdamos do indígena a base da nutrição popular". Sobre esse mesmo aspecto, Caio Prado Júnior (1974, p. 43) destaca a contribuição dos indígenas no cultivo e o uso de

> [...] diferentes espécies de tubérculos, em particular a mandioca (*manihot utilíssima, Pohl*). Este gênero será a base da alimentação vegetal da colônia, e cultivar-se-á em toda parte. [...] O arroz e o feijão seguem nesta lista. As verduras pelo contrário, sempre foram pouco consumidas na colônia. A abundância dessas frutas substituiu suas qualidades nutritivas; não somente a flora nativa do Brasil conta com grande número de frutas comestíveis e saborosas, como algumas espécies exóticas (a banana e a laranja, sobretudo), introduzidas desde o início da colonização, foram largamente disseminadas.

No processo de categorização e análise das narrativas dos viajantes, foram encontradas cento e sessenta e quatro descrições referentes a leguminosas, raízes e tubérculos, legumes e verduras e cucurbitáceas. Esses dados foram organizados em duas categorias — Alimento e Beneficiamento — distribuídos de acordo com a tipologia de cada um.

No Quadro 1, a seguir, apresenta-se o exercício de fragmentação dos apontamentos a fim de identificar a quantidade de vezes em que foram mencionados o cultivo, o beneficiamento e o consumo desses alimentos na província do Rio Grande do Sul.

Quadro 1 – Distribuição dos alimentos

Tipo	Quantidade
Leguminosas	55
Raízes e tubérculos	48
Legumes e folhas	48
Cucurbitáceas	14

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

As variedades de alimentos identificadas nos grupos apresentados no Quadro 1 são detalhadas a seguir, com o proposto de abordar quais alimentos eram cultivados — nativos, aclimatados — e de que modo eram consumidos na região.

Leguminosas

Dentre as Leguminosas, encontramos feijões, lentilhas, favas ou ervilhas, que provêm de uma vagem de paredes finas, seca e frágil depois de madura, que contém várias sementes. É na forma seca que são colhidas a maioria das leguminosas, pois suas sementes podem ser estocadas indefinidamente e são uma fonte concentrada de nutrientes (McGee, 2011). Na compilação dos dados extraídos das narrativas dos viajantes selecionados, explicitada no Quadro 2, abaixo, é possível observar que a produção e o consumo de leguminosas na província no século XIX não era pequena, principalmente, a do feijão.

Quadro 2 – Produção e consumo de leguminosas

Tipo	Quantidade
Feijão	51
Favas	2
Ervilhas	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A espécie de feijão mais importante do gênero *Phaseolus é a P.vulgaris*. O cultivo dessa variedade de feijão foi registrado pela primeira vez "há cerca de 7 mil anos e aos poucos se difundiu para o Norte e para o Sul, chegando aos dois grandes continentes americanos há cerca de 2 mil anos e à Europa na Era das navegações", conforme McGee (2011, p. 545). Os feijões possuem

> [...] centenas de variedades, com diferentes tamanhos, formatos, cores, desenhos, graus de brilho e sabores. A maioria das variedades com sementes grandes (roxo, rajado italiano, branco) vieram originalmente dos Andes e grassaram no Nordeste da América do Norte, na Europa e na África; as sementes pequenas naturais da América Central (rajado, preto, roxinho, branco), se concentraram no Sudoeste da América do Norte (McGee, 2011, p. 545).

No entanto, Câmara Cascudo (2004) afirma que, no Brasil, o feijão não era considerado o alimento principal da dieta dos povos indígenas. Segundo esse autor, "comia o indígena feijões e favas, mas ao deduzir-se dos registros dos séculos XVI e XVII, não constituíam preferência ou aquela atração irresistível que a farinha de mandioca provocava" (Cascudo, 2004, p. 438). Ao contrário, os feijões "não eram indicados na habitualidade do repasto indígena como significam contemporaneamente na refeição brasileira. Eram, entretanto, cultivados, [como] índice de reserva cuidadosa" (Cascudo, 2004,

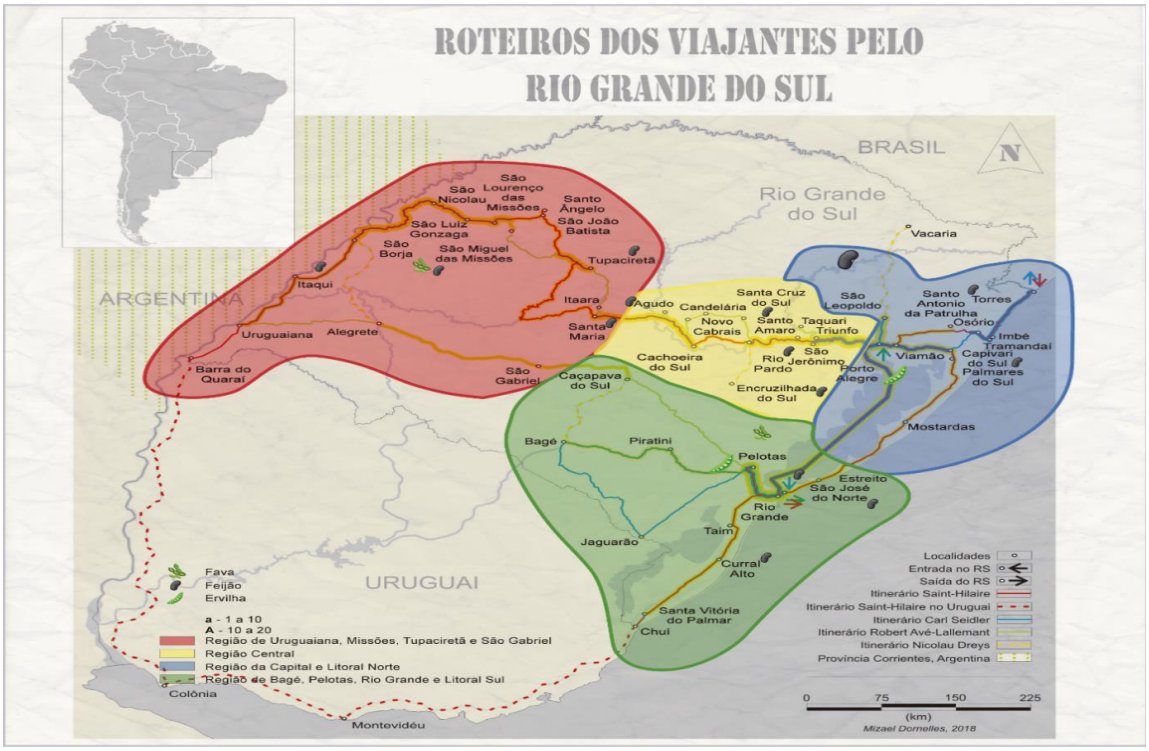
p. 155) e, complementa o autor, "nos grupos indígenas contemporâneos o feijão não consta no cardápio costumeiro com a mesma insistência, predileção e volumes dos demais setores da população brasileira" (Cascudo, 2004, p. 440). Mártin Tempass (2010, p. 100), ao analisar as práticas alimentares dos *Mbyá-guaranis*, observou que

> [...] o feijão é pouco utilizado como ingrediente de outros pratos, o mais corriqueiro é ser preparado cozido [...]. Todavia ele sempre é servido acompanhado de outros pratos". E a respeito do consumo, o pesquisador complementa que, nesse grupo indígena, "ninguém come só feijão.

Já Wätzold (2012, p. 130), ao analisar as práticas alimentares durante o império brasileiro, observou que o consumo de feijão era "uma manifestação típica da alimentação cotidiana no Brasil", e que a leguminosa era "apreciada igualmente por escravos, pobres e ricos e pertencia à alimentação trivial".

As referências dos viajantes à produção e ao consumo do feijão na Província não foram poucas. Elas atestam a existência do feijão, mas não a sua popularidade como alimento principal da dieta. Saint-Hilaire (1999), Avé-Lallemant (1980) e Seidler (1980) revelam um cultivo relativamente amplo do feijão na Província, distribuído pelas diversas regiões, conforme consta na Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Cultivo de leguminosas: feijões, favas e ervilhas no Rio Grande do Sul



Fonte: Mapa concebido pelo autor com base na obra de Dreys (1990), Saint-Hilaire (1999), Seidler (1980) e Avé-Lallemant (1980). Elaboração gráfica executada pelo geógrafo Mizael Dorneles e pela arquiteta Débora Krug (2019).

As menções feitas aos espaços cultivados revelam informações importantes. Além da qualidade do solo da região, propício para o cultivo de leguminosas, Seidler (1980, p. 120) ressalta que: "prosperaram bem todos os legumes que se costuma aqui plantar, notadamente, o feijão preto; e pode-se contar com uma colheita muito mais abundante desde que a plantação seja cuidadosamente limpa de ervas daninhas".

Na narrativa de Avé-Lallemant (1980) é perceptível a contribuição dos imigrantes alemães para o cultivo e o consumo de feijões, principalmente das famílias que viviam nos principais núcleos de colonização: São Leopoldo, Santa Cruz e Agudo (Colônia de Santo Ângelo). A esse respeito, Roche (1969) afirma que o Rio Grande do Sul, no século XIX, viveu uma expansão na produção do feijão. O cultivo dessa leguminosa, segundo o autor, obteve melhores resultados a partir do trabalho realizado pelos colonos alemães, os quais contribuíram para a consolidação dessa prática agrícola evidenciada nas narrativas.

A respeito do plantio do feijão consorciado com o "milho do cedo", os viajantes observaram que era uma prática comum das famílias agricultoras. Além do plantio, Saint-Hilaire (1999) detalha outra etapa realizada logo após a colheita, ocorrida em meados de janeiro, que consistia na separação dos grãos da vagem seca. Conforme o viajante, esse processo era realizado, "da mesma maneira que o trigo por meio de animais ou com varas" (Saint-Hilaire, 1999, p. 207). Após separá-los da casca, os grãos eram armazenados em sacos e destinavam-se à alimentação dos habitantes e também ao comércio. Como apontado por Avé-Lallemant (1980, p. 150), "este gênero alimentício do povo está em alta em todo o Brasil. [...] No ano de 1849, a colônia exportou apenas 8.000 sacos, no ano de 1853, 34.680 sacos". Em relação a isso, Roche (1969) nos oferece alguns dados relativos à exportação do feijão produzido na região de São Leopoldo, que, em 1849,

> [...] exportava 7000 sacos e, em 1853, 27000 sacos, a cultura do feijão preto fora desenvolvida não proporcionalmente às necessidades da população (51 Kg por habitante e por ano); alimentava os mercados do Rio Grande, do resto do império e até do Rio da Prata (Roche, 1969, p. 254).

Em consonância com Roche (1969), Dalmazo (2004, p. 33) destaca que as exportações agrícolas registradas em documentos históricos, a partir de 1848, revelam que os alimentos de subsistência, em especial, "feijão, milho, farinha de mandioca e erva-mate, [...] compunham apenas

0,32% do valor das exportações. Mas elas aumentaram para em torno de 13% entre 1860 e 1888, incluindo agora novos produtos, como banha, batata-inglesa, fumo e madeiras".

Esse cultivo significativo e os dados revelados da exportação do período mostram a importância que o feijão possuía na cultura alimentar brasileira, uma vez que "o feijão era a refeição, o sustento, a força promotora de energia humana" (Cascudo, 2004, p. 441). Para Seidler (1980, p. 70), "o feijão, sobretudo o preto, é o prato nacional predileto dos brasileiros; figura nas mais distintas mesas, acompanhado de um pedaço de carne de res seca ao sol e de toucinho à vontade. Não há refeição sem feijão, só o feijão mata a fome".

Contudo, não há como garantir que essa predileção pelo consumo do feijão preto na Província sulina tivesse a mesma expressão se comparada ao Rio de Janeiro, pois, identificam-se poucos apontamentos a respeito do consumo do feijão e da combinação dele com outros alimentos nas práticas alimentares da população. Alguns registros citam o feijão como um dos alimentos básicos dos militares de outras regiões do Brasil que participavam dos conflitos na região de fronteira (Seidler, 1980)[7]. Essa dieta básica dos militares, talvez estivesse ancorada em hábitos e práticas alimentares da capital, Rio de Janeiro. Saint-Hilaire (1999, p. 33), por sua vez, refere que o excessivo consumo de carne, ao qual "os milicianos da região estão facilmente acostumados", contribuía para o aparecimento de "moléstias devido ao excesso de alimentação carnívora, principalmente, disenterias, sobretudo, entre os paulistas, mais habituados ao uso do feijão e da farinha que ao da carne". Em outro momento, o viajante naturalista menciona que "jantamos bem, sendo servidos vários pratos de carne, feijão, arroz, abóbora, pêssegos, figos, melões e melancias" (Saint-Hilaire, 1999, p. 120), apontando para o consumo combinado do feijão com outros alimentos.

Foi também Saint-Hilaire (1999) quem registrou o cultivo de favas e ervilhas na Província. Em seus apontamentos, o cultivo de favas teria sido observado na região das Missões e de Pelotas, e de ervilhas, somente em Pelotas. Esses olhares em relação à produção e ao consumo dessas variedades de leguminosas não nativas do território[8] e na cultura alimentar brasileira, permitem que se reflita sobre

[7] É importante destacar que nas narrativas consultadas não fica registrada a procedência dos alimentos destinados aos militares, isto é, se eram locais ou se eram trazidas juntamente com a comitiva do batalhão.

[8] "As favas, a maior de todas as leguminosas, eram o único feijão na Europa até a descoberta do Novo Mundo. Originou-se na Ásia Central ou Ocidental e foi um dos primeiros vegetais a serem domesticados" (McGee, 2011, p. 544). As ervilhas são cultivadas há cerca de 9 mil anos e desde muito cedo disseminaram-se pelo Oriente Médio, Mediterrâneo, Índia e China. A ervilha é considerada uma leguminosa de clima frio, que cresce durante o inverno úmido dos países do Mediterrâneo e, na primavera, nos países com clima temperado" (McGee, 2011, p. 546).

as transformações, incorporações e adaptações das práticas alimentares. É possível associar essas modificações na alimentação à cultura europeia que marcava fortemente a região naquele período. Jonas Vargas (2013), ao analisar a sociedade charqueadora pelotense no século XIX, destaca que através do porto houve uma substancial troca de objetos e ideias na sociedade regional. Essas trocas entre as margens do Atlântico foram evidenciadas por Seidler (1980, p. 102) ao descrever, não apenas a presença de muitos navios de origem estrangeira, mas, também, a entrada de produtos europeus na Província:

> [...] norte-americanos [...], holandeses, ingleses e franceses vem a Rio Grande e abastecem a cidade, e através dela a província, em produtos europeus; hamburgueses, e de um modo geral, alemães, são raros, pois que tão longa viagem só costuma ser feita em grandes navios de três mastros e estes não podem entrar no porto por causa das areias tocadas pelo vento, que vão cada vez mais reduzindo a profundidade da água.

São essas trocas que nos permitem compreender como os hábitos alimentares nessa região foram sendo adaptados e, paulatinamente, construídos e reconstruídos.

Raízes e tubérculos

Os tubérculos são considerados alimentos básicos para bilhões de pessoas. Alguns antropólogos conjecturam que as raízes e tubérculos podem ter colaborado para estimar a evolução humana quando o clima da savana africana esfriou, há cerca de 2 milhões de anos. Nesse grupo de alimentos, destacam-se a "batata, a batata doce, o cará, o inhame e a mandioca, que se desenvolvem a partir de órgãos subterrâneos em que os vegetais armazenam amido e, portanto, não estão diretamente ligados à planta, como as raízes" (McGee, 2011, p. 334). Os nabos e as cebolas são considerados hortaliças de categorias que "posicionam-se no nível do chão ou logo abaixo dele e têm uma única característica em comum: em comparação com a maioria das raízes e tubérculos, armazenam pouco amido" (McGee, 2011, p. 343).

Em relação às raízes e aos tubérculos é possível observar, no Quadro 3, a seguir, que a mandioca e a batata eram os alimentos mais cultivados na Província durante o período em análise. Na sequência, constata-se um pequeno cultivo de nabos e cebolas.

Quadro 3 – Produção e consumo de raízes e tubérculos

Tipo	Quantidade
Mandioca	23
Batatas	15

Nabos	5
Cebolas	4

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A mandioca na América do Sul foi domesticada há, pelo menos, oito mil anos. Aos poucos, foi sendo disseminada para as regiões da América Central, Antilhas e quase toda a América do Sul (Carneiro, 2003; Cascudo, 2004; Silva, 2014; Silva; Murrieta, 2014). Ela é considerada a planta mais importante para as populações litorâneas, devido a sua alta rentabilidade em calorias e fibras (Carneiro, 2003). A esse respeito, Cascudo (2004, p. 94) complementa que "a mandioca que o tupi recebeu no Amazonas foi por ele propagada na orla litorânea e, por difusão, às demais famílias indígenas vivendo em território nacional". No tocante à produção e ao consumo da mandioca no Brasil, Silva e Murrieta (2014, p. 38) citam "registros do século XVI – tanto secundários quanto em fontes primárias – sobre o uso e o consumo da mandioca em terras brasileiras, especialmente na capitania de São Vicente". Ainda segundo Silva e Murrieta (2014, p. 38), nos séculos XVII, XVIII e XIX, os viajantes estrangeiros "preocuparam-se em registrar a presença da mandioca entre populações indígenas e não indígenas [...], incluindo neles suas observações sobre o cultivo e o uso da mandioca, além de sua importância para os habitantes". Esse registro sobre a mandioca, revelado pelos cronistas e viajantes estrangeiros, "habita o Brasil e o imaginário europeu desde há muito tempo", destaca Silva (2014, p. 74).

Nas narrativas de Saint-Hilaire (1999, p. 48), lê-se: "cultivam muito a mandioca nessa capitania". Essa prática de cultivo da mandioca, comumente nomeada de aipim pelos imigrantes alemães doo Rio Grande do Sul e, também, em outras partes do Brasil, esteve, historicamente, associada aos grupos indígenas e, posteriormente, aos camponeses, em algumas regiões da província.

O tubérculo nessas regiões corresponde ao cultivo em solos específicos e também associados a grupos étnicos (Carneiro, 2003; Cascudo 2004; Silva, 2014; Silva; Murrieta; 2014). Sobre seu cultivo em regiões litorâneas, ao percorrer a região do litoral norte da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, especificamente na área nordeste próxima à península situada entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, Auguste de Saint-Hilaire observa que a mandioca não figura entre os cultivos predominantes dessa faixa litorânea mais próxima ao mar. Ele ressalta que, embora o cultivo da raiz não seja diretamente visível nessa faixa estreita entre a lagoa e o oceano, obteve informações relevantes sobre sua presença em áreas vizinhas. Em seu relato, registra: "Soube, pelo meu hospedeiro, da existência da cultura de mandioca, feijão, trigo e milho nos arredores daqui, sendo que o milho dá somente uma espiga por pé" (Saint-Hilaire, 1999, p. 19).

Essa limitação na produtividade do milho é atribuída, em parte, às condições do terreno, que as tornam próprias para o cultivo. O viajante francês descreve o solo como "extremamente arenoso e especialmente do lado da serra veem-se áreas consideráveis povoadas por butiás" (Saint-Hilaire, 1999, p. 18), o que denota uma paisagem de campos arenosos e vegetação adaptada a esse tipo de solo, como as palmeiras nativas do gênero Butiá. Essa composição do solo, embora pouco propícia para algumas culturas mais exigentes, não impede completamente a agricultura na região. Pelo contrário, em áreas próximas à margem oposta da Lagoa dos Patos, Saint-Hilaire (1999, p. 20) menciona que "a principal cultura da outra margem do lago é a mandioca, mas existem também roças de milho e feijão", indicando que, em solos menos arenosos ou mais férteis, a mandioca assume protagonismo na subsistência agrícola local.

A descrição de Saint-Hilaire evidencia, portanto, não apenas a variabilidade dos cultivos na província, mas também como os fatores ambientais – como o tipo de solo e a localização em relação aos terrenos mais úmidos e à serra – influenciam diretamente na escolha das culturas e nas estratégias agrícolas adotadas pela população local. Seu relato oferece uma importante fonte para a compreensão da geografia alimentar e das práticas de cultivo no sul do Brasil no início do século XIX.A cultura da mandioca é considerada relativamente fácil, de acordo com Tempass (2010, p. 95), pois "pode ser cultivada em qualquer época do ano; pode ser plantada em solos pouco férteis, preferencialmente em terrenos úmidos e com pouca insolação, mas não tolera o encharcamento das raízes; é muito resistente à seca e não esgota o solo".

Essas características de cultivo e do ciclo de produção da mandioca foram observadas e registradas apenas por Saint-Hilaire (1999), durante sua estada em Rio Pardo. Segundo o viajante, o cultivo ocorria "nos campos ou nas capoeiras muito antigas ou onde não existe mais troncos. Antes do plantio, dão-se umas três capinas, colocam-se os pedaços de ramas deitados em covas de três palmos de distância uns dos outros" (Saint-Hilaire, 1999, p. 207). Detalhista, Saint-Hilaire (1999, p. 207) descreve com minúcias a prática:

> Planta-se a mandioca em outubro, e, para impedir que a geada faça perecer os pedaços de rama ou mudas os lavradores a enterram bem no solo. [...] Alguns lavradores colhem-na ao fim de seis meses, outros ao fim de ano e meio. A mandioca se planta em outubro e colhem em maio ou junho.

Em relação ao ciclo de vida da planta, Saint-Hilaire (1999, p. 48) é mais cuidadoso, ao descrever que "essa planta produz ao fim de dois anos; perde as folhas no inverno, ocasião em que os agricultores

têm o cuidado de cortar-lhes os galhos", não fazendo, no entanto, menção ao fato de que após o corte dos galhos se dava a retirada das raízes do solo. Essa prática é referida por Tempass (2010, p. 99), pois, ela pode "ser 'estocada' no próprio solo, mesmo depois de madurar ela não é colhida, permanecendo suas raízes comestíveis 'estocadas' em perfeitas condições até o momento de ser consumida".

Ao percorrer a região de Santa Maria, no entanto, o viajante salienta que "a raiz da mandioca apodrece na terra, sendo por isso a colheita obrigatória" (Saint-Hilaire, 1999, p. 169). Portanto, essa prática de colheita das raízes realizada à medida que estavam próprias para o consumo, possivelmente tenha relação com a tipologia do solo mais compacto e úmido, conforme destacado por Tempass (2010). O que se pode perceber a respeito das práticas de cultivo é o cuidado que Saint-Hilaire (1999) tem de relatar essas informações, se o comparamos aos demais viajantes. Pode-se, certamente, atribuir esse empenho às motivações de sua viagem à Província e que previam a realização de estudos sobre a fauna e a flora, com destaque para as plantas nativas e alimentícias durante suas viagens.

A mandioca aparece na mesa das famílias — cozida, frita ou sob a forma de purês — como encontramos nos relatos dos viajantes Saint-Hilaire (1999) e Avé-Lallemant (1980). A passagem de Avé-Lallemant (1980) pela vila de São Leopoldo expõe o avanço das técnicas de beneficiamento da mandioca, com a fabricação de farinha de mandioca e, também, de polvilho/tapioca. Essa "tapioca, amido extraído da mandioca, serve para a feitura da pastelaria fina que se prepara muito bem na colônia" (Avé-Lallemant, 1980, p. 150), evidenciando a existência de profissionais dedicados ao desenvolvimento de produtos panificados diferenciados na localidade.

Possivelmente, o silêncio narrativo a respeito do consumo da mandioca cozida ou sobre outras formas de preparo esteja relacionado à falta de hábito de consumir alimentos com os quais a população, talvez, estivesse habituada. Sobre isso, concorda-se com Paula Pinto e Silva (2014, p. 14) quando ressalta que

> [...] Saint-Hilaire foi um viajante muito entusiasmado com os costumes tropicais, provando os alimentos que lhe eram oferecidos e registrando o seu gosto com certa benevolência. Outros viajantes, no entanto, tinham enormes dificuldades de adaptação ao paladar que se impunha, indígena quanto à origem dos alimentos e a algumas formas de preparo.

Como observou Leila Algranti (2013, p. 144) acerca do consumo da mandioca e de seus subprodutos, "os portugueses já a encontraram cultivada no Brasil, pois a partir dela os índios obtinham produtos diversificados: desde as folhas consumidas como hortaliça, até uma farinha

alimentar, passando por uma bebida fermentada". Esse contato com os indígenas possibilitou um intercâmbio cultural alimentar e permitiu a incorporação da farinha de mandioca nas práticas alimentares. Ainda a respeito do consumo da mandioca, Algranti (2013, p. 144) destaca que, na alimentação brasileira, "os cronistas dos primeiros séculos da colonização foram unanimes em associar a mandioca ao pão, chamando-a de pão da terra ou pão dos trópicos". Dois motivos levaram ao consumo desse alimento:

> Em primeiro lugar, por se tratar do sustento básico das populações autóctones, levando os portugueses a concederem-lhe, na hierarquia dos alimentos, o lugar de distinção que atribuíram ao pão. Em segundo lugar, devido à forma como os índios processavam a mandioca, transformando-a em uma espécie de farinha com a qual os colonos faziam bolos, pães, biscoitos [...] (Algantri, 2013, p. 144).

A respeito da farinha de mandioca, as análises das narrativas de viagem indicam seu consumo na Província durante o Oitocentos. Saint-Hilaire (1999, p. 162) menciona seu consumo, ao queixar-se de que "a provisão de farinha acabou-se", possivelmente referindo-se ao término da farinha de mandioca que acompanhava as refeições e, principalmente, as carnes assadas nas refeições que realizava durante a viagem. Durante sua estada em Rio Grande/São José do Norte, Seidler (1980, p. 101) refere a falta de alimentos básicos durante a participação nos conflitos da Cisplatina, mencionando o consumo da "farinha de mandioca, que costuma substituir o pão, já aqui é mais rara". Pode-se atribuir o consumo nessa região, evidentemente, ao contato com os indígenas e/ou até com os portugueses que consumiam esse tipo de alimento desde os tempos coloniais.

Ao analisarmos as narrativas dos viajantes, as menções à farinha de mandioca revelam, sem dúvida, a importância desse alimento na dieta da população (Avé-Lallemant, 1980; Saint-Hilaire, 1999; Seidler, 1980). O cultivo e o consumo da mandioca em núcleos de imigrantes alemães, em São Leopoldo, podem estar associados a adaptações de receitas características de seu país de origem, mediante incorporações de ingredientes e de comidas. A mandioca cultivada nessas regiões de colonização era considerada, além de um alimento do cotidiano — na forma cozida, assada ou em farinha —, também um produto comercial de exportação.

A importância desse tubérculo na economia local é atestada por Avé-Lallemant (1980), quando registra a análise de um documento de itens exportados da colônia recebido pelo Dr. Hildebrandt[9],

[9] O Dr. Hildebrandt, a quem o viajante se refere, é Johann Daniel Hildebrand, militar, médico e administrador teuto-brasileiro. Chegou a São Leopoldo na segunda leva de imigrantes, em 1824 (Bento, 1976).

então administrador. Nesse documento, a agricultura contribuía para a exportação de "30.000 sacos de milho; 27.000 sacos de feijão preto; 18.000 sacos de farinha de mandioca; 15.000 sacos de batatas" (Avé-Lallemant, 1980, p. 148-149). Roche (1969) acrescenta, ainda, que o considerável consumo de farinha por parte da população luso-brasileira foi o propulsor para o desenvolvimento da indústria do beneficiamento de farinha de mandioca na colônia alemã. Avé-Lallement (1980), ao analisar esse mercado da farinha, detalha sua importância econômica e social para a colônia, ao registrar a presença de noventa fábricas de farinha de mandioca em São Leopoldo. Esses dados revelam, não apenas a pujança do cultivo, consumo e produção/beneficiamento de farinha de mandioca, mas, também, a exploração de um importante nicho de mercado dos colonos alemães.

Por sua vez, havia o cultivo de batatas, que se destacava apenas nas regiões dos núcleos coloniais de São Leopoldo e Agudo. Esse tubérculo, nativo das regiões úmidas e frescas das Américas Central e Sul, cultivado há mais de oito mil anos, foi levado dos Andes peruanos e bolivianos para a Europa, no século XVI, adquirindo logo grande popularidade entre os alemães, franceses e russos, a ponto de provocar uma importante revolução nos hábitos alimentares dos povos das regiões setentrionais da Europa. Fernández-Armesto (2004) e Massimo Montanari (2003) detalham os percursos da batata a partir da sua introdução no continente europeu até sua afirmação como alimento essencial da dieta alimentar. Segundo Fernández-Armesto (2004, p. 267), o cultivo de batatas foi introduzido, inicialmente, no país basco e, a seguir, na Irlanda, tendo sido também

> [...] experimentada na Bélgica na década de1680, durante a investida de Luís XIV em busca de fronteiras "naturais" da França[10], a batata foi se estendendo na direção do leste, suplantando o centeio como alimento básico em uma vasta faixa de terra que atravessava a planície norte europeia até a Rússia. Elas foram propagadas pela terra, já que os camponeses, evitando os regulamentos sobre tributos com a ajuda de um produto agrícola que podia ficar escondido no subsolo, sobrevivia de batatas quando havia falta de outros alimentos. Os problemas do século XVIII fizeram com que fossem cultivadas na Alemanha e na Polônia; e as guerras napoleônicas as levaram até a Rússia, onde conquistaram um território que Napoleão não tinha sido capaz de subjugar com toda sua *Grande Armée*.

Massimo Montanari (2003, p. 173) complementa a ideia, dizendo que as crises alimentares oriundas da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e a carestia de 1770-1772 "incitaram o emprego do novo produto nos campos alemães". Vale lembrar que as necessidades alimentares ou outras emergências semelhantes, entre as quais se encontra a guerra, pode predispor as pessoas a aceitarem

[10] "Diz-se que Augustin Parmentier "descobriu" a batata, da qual se torna um defensor entusiasmado em solo francês" (Montanari, 2003, p. 173).

comidas que em outras circunstâncias poderiam rejeitar por considerá-las estrangeiras. A batata passou a ocupar, então, nessas regiões da Europa, "um espaço cultural socialmente heterogêneo e diversificado: o que não ocorre com o milho, confinado à vertente pobre da alimentação" (Montanari, 2003, p. 175). Essa carga simbólica e social entre o consumo de batatas e milho refere-se, não apenas às questões de classe social, mas principalmente aos "desequilíbrios fisiológicos[11] dramáticos como aqueles provocados pela alimentação exclusivamente de milho" (Montanari, 2003, p. 175).

No Brasil, não foram localizadas evidências a respeito da "aclimatação" e do cultivo da batata, sendo que se pode afirmar que "o consumo de tubérculos, baseava-se, antes da chegada dos europeus, na mandioca rica em carboidratos, [...] e na batata doce" (Wätzold, 2012, p. 114). No Rio Grande do Sul, não é possível afirmar que o cultivo de batatas se iniciou a partir da chegada de imigrantes alemães em 1824, na medida em que Saint-Hilaire (1999), ao percorrer a região das Missões, em 1820, já havia constatado o cultivo de batatas.

Em relação ao cultivo de batatas na região de colonização alemã, Seidler (1980) destaca que esse cultivo surgiu em decorrência de uma solicitação do governo. Ao chegarem à Província, e logo após estabelecido o local de moradia, os imigrantes recebiam do governo uma lista de práticas agrícolas de subsistência, dentre as quais destacava-se a batata. Os gêneros alimentícios produzidos pelos imigrantes seguiam através de "um pequeno rio navegável, que atravessa a colônia e esta cidade, facilita o transporte dos produtos" (Seidler, 1980, p. 129). O viajante reforça ainda a contribuição da colônia alemã para a produção de alimentos destinada à capital da província, ao narrar que, por semana, partiam "dois barcos grandes e seis a oito pequenos a levarem porcos, aves (especialmente galinhas, que aqui são muito caras), ovos, manteiga, queijo, farinha de centeio, batatas, feijão" (Seidler, 1980, p. 129).

Esse tubérculo, denominado por Roche (1969) como alimento de subsistência, foi cultivado na Província desde os primeiros anos nas colônias alemãs fundadas. Esse cultivo foi possibilitado principalmente pelas condições climáticas, "visto que o clima permita duas colheitas anuais, em maio

[11] É importante lembrar que a historiografia da alimentação aponta que o consumo somente de milho não era suficiente para nutrir: "sua carência de niacina, uma vitamina indispensável ao organismo, faz que seja bastante perigosa uma dieta baseada somente nesse alimento" (Montanari, 2003, p. 171). A falta da vitamina causava uma doença "terrível, a pelagra, que no seu estágio inicial devasta o corpo com feridas purulentas, leva em seguida a loucura e, finalmente, à morte" (Montanari, 2003, p. 171). Essa doença, como observado por Montanari (2003, p. 172), "representou por um século ou dois uma praga endêmica em muitos campos da Europa Centro-Sul, sinal e símbolo de uma pobreza alimentar sem precedentes".

e dezembro. Contudo, conheceu toda uma série de reveses: moléstias, degenerescência das espécies, má venda em virtude das dificuldades de transporte e conservação" (Roche, 1969, p. 252).

Além de Seidler (1980), as menções relativas à batata foram identificadas nas narrativas de Saint-Hilaire (1999) e Avé-Lallemant (1980). O viajante francês pouco explorou o cultivo e o consumo da batata na região, citando-a apenas uma vez, quando se refere ao cultivo realizado pelos indígenas das Missões. Por outro lado, percebe-se uma maior atenção de Avé-Lallemant (1980), ao relacionar a produção de batatas com os imigrantes alemães. Esse olhar pode, provavelmente, denotar a significação simbólica que o tubérculo tinha para a cultura alimentar dos alemães, "que eles haviam cultivado na Alemanha [...] adotado sob a pressão da necessidade" (Roche, 1969, p. 269). Para Heinzelmann (2008), na Alemanha, a batata e todos os outros vegetais de raiz desempenhavam um papel importante na culinária.

Cabe destacar que, nas narrativas dos viajantes, não foram identificadas menções sobre as formas de preparo das batatas no cotidiano alimentar das famílias. O fato é que essas práticas culinárias, possivelmente, fossem, de fato, reproduzidas, como destaca Leal (1998, p. 107), nos "mais diversos pratos", seja "com casca, sem casca, frita, assada, cozida, como purê, em bolinhos e em saladas".

Desse grupo de raízes e tubérculos também foram descritos pelos viajantes o cultivo e o consumo de nabos e de cebolas. O nabo, de acordo com McGee (2011, p. 344), era cultivado "há cerca de 4 mil anos e sempre foi usado como alimento básico" devido ao seu crescimento rápido. Esse alimento compreende a parte inferior do caule e a própria raiz, podendo ter diversas formas e cores e exalar um aroma marcante. O cultivo desse alimento foi identificado pelos viajantes Nicolau Dreys (1990), Saint-Hilaire (1999) e Avé-Lallemant (1980) nas regiões de Rio Grande/São José do Norte e Santa Cruz. É provável que o cultivo dessa raiz tuberosa nessas regiões pudesse estar associado à qualidade do solo, que era mais arenoso ou, também, a uma preferência alimentar dos imigrantes europeus que viviam nessas regiões.

No que se refere ao cultivo de cebolas, é possível observar a sua presença apenas na região de São José do Norte, o que indica um território de produção com características de solo propícias ao cultivo desse bulbo. Jefferson dos Santos (2007), ao analisar a especialização produtiva e a crise no sistema de produção da cebola em São José do Norte, destaca que esse cultivo na região, enquanto atividade econômica, surgiu após o declínio da produção de trigo que, segundo esse autor, decorreu

da ferrugem e da inadimplência no pagamento das compras realizadas pelo governo. Além disso, segundo Landell (1893 *apud* Santos, 2007, p. 56),

> [...] o actual estado da lavoura do município não sendo visivelmente decadente não é, todavia próspero, como era para desejar sobretudo entre a maioria dos pequenos agricultores que pela dificuldade de obtenção de braços e escassos recursos de suas terras se limitam ao plantio de cebolas, descurando o cultivo de outras plantas essenciais à alimentação da família, tornando-lhes por isso a vida difícil em anos em que o valor do único produto cultivado fica depreciado pela sua grande abundância.

As dificuldades relacionadas com a aquisição de mão de obra e com a qualidade do solo foram decisivas para que os agricultores optassem pela cebolicultura. Desse modo, durante o Oitocentos, não há como afirmar a importância do consumo da cebola e sua relação com as práticas alimentares da população com base em nossas fontes, pois não foram identificados registros de viajantes sobre a utilização desse alimento em preparações culinárias. O que se pode perceber, a partir de Saint-Hilaire (1999, p. 65), é que o cultivo alimentava o comércio de Rio Grande: "existe um pequeno mercado (quitanda) onde negros, acocorados, vendem hortaliças, tais como couve, cebola, alface e laranjas". E assim, ao que parece, esse alimento ocupava os cardápios da população da Província ou de parte dela.

Legumes e verduras

Na etapa de categorização e análise dos registros foram identificados quarenta e oito apontamentos relacionados a legumes e verduras. Desses dados, trinta e um registros estão relacionados com legumes e folhas, sem uma especificação clara a qual variedade os viajantes estavam se referindo. O que se pode observar quanto a esses apontamentos é sua associação ao cultivo e à qualidade do solo. Não deve-se desconsiderar, ainda, que o cultivo de legumes e verduras possa ter sido considerado como tradicional na cultura alimentar dos viajantes que percorreram a região, como observado por Seidler (1980, p. 96), que afirma que "todas as frutas e legumes europeus dão otimamente", e, também, por Saint-Hilaire (1999, p. 53), que ressalta que "todos os legumes e árvores frutíferas da Europa prosperam bem a algumas léguas de Rio Grande".

Além dessas descrições sem classificação, foi possível inventariar outros tipos de verduras, identificadas e descritas pelos viajantes, conforme consta no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Produção e consumo de legumes e verduras

Tipo	Quantidade
Sem especificação	31

Couves	8
Alfaces	4
Brócolis	1
Mostarda	1
Chicórias	1
Aipos[12]	1
Couve flor	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

As folhas são, via de regra, as partes mais abundantes e visíveis de uma verdura e importante fonte de nutrição. As verduras da família *brassica oleracea* se caracterizam por uma grande variedade de tipos que vão desde os repolhos, as couves (incluindo as couves-flores), as chicórias, os brócolis, a mostarda, o agrião e a rúcula. Cada vegetal dessa família "contém uma combinação característica de glicosinolatos específicos" que contribuem para a percepção de sabores particulares de cada variedade que vão dos sensivelmente amargos aos picantes. (McGee, 2011, p. 356).

Saint-Hilaire (1999, p. 50), referindo-se a um jantar na residência de um morador da região de Rio Grande/São José do Norte, nos informa que foi convidado a conhecer a horta, e, segundo ele, havia ali o cultivo de "várias espécies de hortaliças: chicórea [*sic*], cebola, mostarda, nabos, aipo, couves[13], brócolos [*sic*] e mesmo couve-flor, que produzem bem na região". O viajante, no entanto, não faz menção às técnicas de cultivo e nem às formas de consumo desses alimentos, mas, certamente, esses alimentos eram consumidos crus ou cozidos, na forma de saladas, ensopados ou refogados. É possível deduzir que as influências europeias tenham contribuído para o estabelecimento de novas práticas alimentares. A esse respeito, Wätzold (2012), ao analisar a influência da imigração portuguesa na culinária da região sudeste do Brasil, observou que a couve era alimento consumido diariamente pelos habitantes.

Não temos, no entanto, como saber se as couves a que Saint-Hilaire (1999) faz menção foram aquelas que apresentavam folhas abertas e separadas, que cresciam em torno de um caule central, ou aquelas que formavam uma cabeça com as folhas bem próximas umas das outras, e que se alinhavam ao redor da extremidade do caule principal. Isto porque, a palavra *choux*, empregada na obra original em francês, pode ser traduzida de várias formas, não podendo se afirmar categoricamente se o que o

[12] É uma hortaliça derivada de caule e talos. O aipo que hoje conhecemos foi identificado na Itália do século XV e considerado uma iguaria até meados do século XIX. Os talos de suas folhas, são grandes, apresentam textura crocante e perfume característico e sutil (McGee, 2011).

[13] "*oú nous avons vu un très beau berceau de vigne et différentes sortes de légumes, cle la chicorée, des oignons, de la moutarde, des navets, qui réussissent parfaitement dans ce pays, du céleri, des choux, des brocolis et même des choux-fleurs*" (Saint- Hilaire, 1887, p. 62).

viajante observou foram couves, aquelas de folhas abertas, ou o repolho do estilo cabeça, com folhas próximas umas das outras.

Em apontamentos feitos por Saint-Hilaire (1999) sobre a região de Rio Grande/São José do Norte, encontramos menção ao cultivo, ao comércio e ao consumo de alfaces. O consumo dessas verduras, por ter seu cultivo, comércio e, teoricamente, o consumo apenas nessa região, revelam, provavelmente, que esses alimentos eram consumidos na forma de saladas. O consumo de saladas foi registrado apenas uma vez por Saint-Hilaire (1999, p. 51), ao ser recepcionado para um jantar na residência do tenente-general Manuel Marques de Souza, "comandante da parte mais oriental da fronteira". Na cena, o viajante narra o que ele considerou "um ótimo jantar", revelando um serviço de cozinha e salão digno da alta corte:

> [...] a mesa estava coberta por uma grande quantidade de pratos e carnes assadas e guisados de todas as espécies. Um segundo serviço composto de assados, pastelarias e **saladas** seguiu-se ao primeiro. Em seguida fizeram-nos levantar da mesa e passaram-nos a um outro compartimento onde encontramos uma sobremesa magnífica, composta de toda a sorte de doces e confeitos [...] (Saint-Hilaire, 1999, p. 51, grifo nosso).

Historicamente, a salada surgiu, ao findar do século XVI, da união de vegetais e hortaliças, sendo que a França é considerada o país das saladas e "de onde tivemos nome e propaganda" (Cascudo, 2004, p. 492). Naquele país, "a salada certamente começou com uma única espécie vegetal", evoluiu, passou a ser composta de ervas, verduras, vegetais e legumes, minimamente cortados, crus e/ou cozidos (Cascudo, 2004, p. 493). Essas preparações, notadamente no século XIX, ficaram mais conhecidas em Paris, pois apareciam nas mais variadas combinações, admitindo, além de privilegiar o arranjo artístico, a mistura de ingredientes além de vegetais e hortaliças, por exemplo, proteína de origem bovina, originando a *salade de boeuf,* tradicional nas mesas francesas. No Brasil, o consumo de saladas "de verduras ou com carnes, ficaram mais conhecidas [...] quando o príncipe-regente D. João chegou ao Rio de Janeiro em março de 1808"[14] (Cascudo, 2004, p. 495). Nos anos subsequentes, as saladas estabeleceram-se como parte integrante do cardápio, adaptando-se e configurando-se naturalmente, "utilizando hortaliças e fazendo valer o material-de-comer havido no Brasil" (Cascudo,

[14] É possível perceber que o consumo de saladas na corte imperial era uma prática recorrente, conforme apontado por Cascudo (2004). Segundo esse autor, "a influência francesa, desde meados do século XVII, D. Pedro II (1648-1706), modificava a culinária de Portugal, da corte e dos paços fidalgos. As saladas ofereciam carne de gado, aves, peixes, crustáceos, cozida, fria, *et coupé morceaux,* com ovos duros, batatas, sal, cravo-da-índia, e, havendo, apenas carne bovina" (Cascudo, 2004, p. 495).

2004, p. 497). No final do século XIX, as saladas já figuravam nos cardápios e nas mesas dos grandes centros do país, e estavam nas capitais europeias, destaca Cascudo (2004). A presença de ingleses, franceses, espanhóis e portugueses na região portuária de Rio Grande foi responsável pela introdução de muitas dessas práticas alimentares, na comparação com as demais da Província, e, sobretudo, para o refinamento de práticas e hábitos alimentares da população.

A prática de cultivo de legumes, verduras e hortaliças, conforme destaca Cascudo (2004), foi uma contribuição dos portugueses que tentaram, sobremaneira, manter a tradição dos quintais e hortas nas proximidades das casas. Segundo ele, os portugueses "não podiam viver sem as hortaliças e semeou-as ao redor das casas, criando o cinturão verde dos mantimentos vegetais" (Cascudo, 2004, p. 490).

Cucurbitáceas

A família das cucurbitáceas sempre foi importante para a alimentação humana, principalmente nos aspectos relacionados à nutrição. Desse amplo grupo de alimentos, citam-se, aqui, especificamente, as variedades de abóboras, de morangas, de quiabos, de porongos, de chuchus e de maxixes (McGee, 2011).

Nas narrativas dos viajantes selecionados encontramos quatorze menções à abóbora, identificadas nas narrativas de Saint-Hilaire (1999), Avé-Lallemant (1980) e Seidler (1980), principalmente, relacionadas às regiões das Missões, São Leopoldo e Rio Pardo. Como foi possível observar, o maior número de menções se refere à região das Missões. Foi Saint-Hilaire (1999) quem se deteve mais em descrever o cultivo e o consumo dessa cucurbitácea. E percebe-se, nos apontamentos desse viajante, a constante associação entre o cultivo e o consumo da abóbora com a presença de grupos indígenas na região. "As plantas que os índios aí cultivam de preferência são: feijões, milho, mandioca mansa, batatas, abóbora e melancia" (Saint-Hilaire, 1999, p. 148). Em outro momento de sua viagem, ainda na região das Missões, o viajante francês, ao descrever as moradias dos índios, registra novamente a presença da abóbora no cotidiano dessa população.

> As palhoças dos índios são demasiado pequenas e mal arrumadas, nelas se vendo apenas espigas de milho dependuradas de varais, um pouco de algodão, **abóboras,** uma rede, alguns molambos, uma marmita, uma chaleira para fazer mate, alguns banquinhos e catres forrados de tiras de couro, cruzadas. Este último móvel é

> encontrado em todas as casas dos índios, por pobres que sejam seus moradores (Saint-Hilaire, 1999, p. 160, grifo nosso).

Chama-nos a atenção a descrição que Saint-Hilaire (1999) faz das moradias indígenas, algo que retornaria em outro momento, quando de sua visita à aldeia de São João, relatada da seguinte maneira: "há aqui duas choupanas construídas do modo aceitável e habitadas por índios". Essas descrições, com certeza, decorrem, inevitavelmente, de sua percepção sobre o que era ser civilizado, considerando os referenciais europeus de moradia.

Quanto à presença de abóboras nas habitações e nas lavouras, encontramos referências ao seu cultivo e consumo pelos índios guaranis nos estudos realizados por Schmitz (1991). Também Tempass (2010, p. 101), ao estudar a cosmologia alimentar dos *Mbyá-guaranis,* destaca que eles "sempre foram enfáticos em afirmar que a abóbora é um alimento tradicional de seu grupo, tendo sido criada por suas divindades". Saint-Hilaire (1999, p. 162) refere o plantio concomitante do milho e da abóbora[15] pelos indígenas, cujas casas "habitadas [...] apenas se alimentam de milho cozido e de abóboras [...]. Nada posso comprar, pois. Dar-me-ei por feliz se me vierem dar algumas abóboras, que poderemos comer assadas ao fogo ou cozidas na água".

A cena descrita pelo viajante não apenas revela uma prática alimentar comum nesses grupos étnicos, como também a falta de estabelecimentos comerciais que permitissem a aquisição de alimentos pelo viajante e seus companheiros de jornada. Aponta ainda para as dificuldades de conseguir alimentos em algumas regiões, o que fazia com que o viajante dependesse exclusivamente da generosidade e hospitalidade da população.

Cabe destacar que são poucos os momentos em que se evidencia o consumo da abóbora, e a narrativa de Saint-Hilaire (1999) parece confirmar que seu consumo se dava entre os indígenas da região. É provável que essas abóboras fossem preparadas em um refogado combinado com charque. Alves Filho e Giovani (2015, p. 51) destacam que os índios do Brasil "conheciam o uso do sal nas carnes". De acordo com esses autores, "os maiores responsáveis pelo incremento de gado na região sulina foram os padres jesuítas, que organizariam os índios nos chamados sete Povos das Missões (1610-1763). De acordo com Serres (2015, p. 1), o estabelecimento das reduções e suas estâncias, "como forma de organização e desenvolvimento, possibilitou um crescimento e valorização do espaço

[15] "O milho que se planta na terra onde já se colheu o trigo chama-se milho-de-tarde (?); plantam-se com ele também abóboras" (Saint-Hilaire, 1999, p. 206).

onde se situavam" essas estâncias, tornando-as base da economia das missões através da "produção do gado *vacum*, do gado muar e do plantio, e nas relações internas e externas entre os povos e outros agrupamentos". O conhecimento a respeito dos usos do sal e da criação de gado na região das missões possibilitava a realização de técnicas de conservação de carne, o que foi observado por Saint-Hilaire (1999) quando ele percorreu a região, em 1821, e, mais tarde, por Avé-Lallemant (1980). De acordo com o viajante francês, "a última vaca que me restava não pôde ser abatida porque a chuva impediria a secagem da carne" (Saint-Hilaire, 1999, p. 162), pois era preciso que o tempo não estivesse úmido para que a salga fosse realizada adequadamente. Avé-Lallemant (1980, p. 231), por sua vez, informa que "a carne é salgada e dependurada ao ar livre", acrescentando que assumia uma "aparência muito suspeita" e que "quando a vi, pensei à primeira vista que era a sola umedecida do sapateiro. Este charque, uma carne-seca frescal, tem muito bom gosto, mormente com aipim".

Outro alimento, supostamente consumido na região, era o quibebe. Sua preparação consiste em um purê de abóboras, salgado ou adocicado, podendo ter acréscimo de carne seca ou outra proteína disponível na região. Esse preparo não consta nos registros dos viajantes, mas Laytano (1980, p. 153) aponta-o como um "prato gaúcho muito gostoso", sem apresentar maiores dados sobre sua origem e associação à culinária gaúcha. A respeito dessa preparação, Gilberto Freyre (2006, p. 387) afirma que, além das contribuições resultantes do contato entre portugueses e indígenas, alguns alimentos foram modificados "pela condimentação ou pela técnica culinária do negro, [sendo que] alguns dos pratos mais caracteristicamente brasileiros são de técnicas africana: a farofa, o quibebe, o vatapá". É Freyre (2006, p. 390) quem também destaca que a culinária, "no Brasil, enriqueceu-se e refinou-se com a contribuição africana".

Além das Missões, o cultivo de abóboras foi também registrado por Seidler (1980) e Avé-Lallemant (1980), em São Leopoldo, e, em Rio Pardo, por Saint-Hilaire (1999). Cabe lembrar que os dois primeiros estiveram na região de São Leopoldo em períodos diferentes, o que pode ter interferido na forma como perceberam o consumo desse alimento no cotidiano da população.

Roche (1969) destaca que a abóbora já era muito apreciada pelos primeiros colonos alemães. A cucurbitácea "entrava em seus cardápios, e de seus grãos extraíam um óleo de qualidade. Sempre cultivada, [destinava-se] principalmente à alimentação do gado, não figurando, porém, nos quadros estatísticos" (Roche, 1969, p. 249). Na visão desse autor, a prática do cultivo e do consumo "parece

ter se espalhado por todo o Estado", muito provavelmente, se referindo ao período após 1849, quando colonos se instalaram também em outras regiões da Província.

Os colonos alemães, de acordo com Seidler (1980), limpavam o terreno e, logo, iniciavam o plantio do milho e da abóbora, confirmando uma possível adoção de técnicas adotadas pelos grupos indígenas da região. Segundo Avé-Lallemant (1980, p. 152), as abóboras, nessa região, eram cultivadas em grande quantidade, sendo que "Alguns colonos produzem de 120 a 140 carradas[16]. É um excelente alimento para o homem e para o gado; dos caroços extrai-se um bom óleo para lâmpadas". De acordo com Roche (1969), o óleo extraído das sementes era utilizado na queima de lampiões para iluminação.

A utilização das abóboras na alimentação dos colonos alemães não ficou evidente nas narrativas dos viajantes. No entanto, é plausível supor que seu uso não se resumisse a refogados ou purês, podendo ter sido utilizada também na preparação de geleias/*schimiers* ou de frutas em calda, visando, justamente, ao aproveitamento integral de todas as frutas de estação disponíveis. As conservas, com alta concentração de açúcar, tornaram-se populares no século XIX, quando os preços do açúcar estavam mais baixos, possibilitando seu uso em maior quantidade. Quimicamente, essas altas concentrações de açúcar "torna[vam] a fruta inóspita para os microrganismos: dissolvendo-se, prende as moléculas de água e extrai a umidade das células vivas, prejudicando o seu funcionamento" (McGee, 2011, p. 329).

Ainda sobre as cucurbitáceas, não podemos deixar de mencionar e destacar os porongos. De acordo com Saint-Hilaire (1999, p. 25), "o costume local, o mate me foi servido em uma pequena cabaça colocada sobre um guardanapo dobrado triangularmente. A cabaça apresentava vários desenhos esculpidos cuidadosamente". A respeito desse recipiente, tradicionalmente elaborado na região, a partir de porongos, ao qual o viajante faz alusão, não encontramos apontamentos sobre seu cultivo nas narrativas dos viajantes que selecionamos para análise. Já sobre sua utilização, encontramos oito menções feitas à cuia/cabaça. Assim, é possível pensar que o cultivo deveria ocorrer em espaços não prioritários à produção de alimentos, e que esse tipo de cultivo, na visão dos viajantes, poderia ser irrelevante.

[16] Expressão empregada para referir-se à grande quantidade.

Considerações finais

Esta pesquisa, ao se debruçar sobre os relatos de quatro viajantes estrangeiros que percorreram o Rio Grande do Sul no século XIX, contribuiu para a compreensão das práticas alimentares regionais a partir da perspectiva da literatura de viagem. Através da metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD), foi possível organizar e interpretar um extenso corpus documental, evidenciando a presença e o uso de alimentos como leguminosas, raízes e tubérculos, legumes, folhas e cucurbitáceas. Esses alimentos foram analisados em suas dimensões de cultivo, beneficiamento e consumo, permitindo reconstruir aspectos da cultura alimentar da Província a partir de fragmentos dispersos nas narrativas de Saint-Hilaire (1999), Avé-Lallemant (1980), Seidler (1980) e Dreys (1980).

Entre os principais achados, destacam-se o cultivo e a importância do feijão e da mandioca na dieta e na economia regional, com registros de produção voltada tanto ao consumo interno quanto à exportação. A mandioca, em especial, aparece como elemento estruturante da alimentação, sendo beneficiada na forma de farinha e polvilho, com influência significativa de populações indígenas e de imigrantes. As cucurbitáceas, como a abóbora, demonstraram relevância na dieta indígena e nas práticas camponesas. Já os legumes, folhas e raízes revelam interações entre culturas alimentares locais e estrangeiras, indicando adaptações e sincretismos alimentares ao longo do tempo.

Ao reunir e analisar essas representações da alimentação sulina oitocentista, este estudo reafirma o potencial das fontes de literatura de viagem como instrumentos para acessar aspectos cotidianos, simbólicos e econômicos da alimentação. A diversidade de alimentos cultivados e consumidos, bem como as práticas de beneficiamento descritas, oferecem pistas sobre a construção de hábitos alimentares e os processos de intercâmbio cultural na região.

Por fim, destaca-se a importância de pesquisas como esta para o campo da História da Alimentação, pois elas iluminam práticas que muitas vezes escapam dos registros oficiais e permitem vislumbrar formas de vida, saberes e relações sociais mediadas pela comida. Compreender o passado alimentar de uma região é também compreender sua cultura, seus fluxos migratórios, suas tecnologias e suas hierarquias sociais. Dessa forma, estudos dessa natureza ampliam os horizontes da historiografia ao integrarem alimentos e práticas alimentares como objetos legítimos e centrais na análise histórica.

Referências

ALGRANTI, L. M. A arte da cozinha e as plantas do Brasil: séculos XVI-XIX. *In:* KURY, L. (org.). **Usos e circulação de plantas no Brasil:** séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013. p. 138-179.

ALVES FILHO, I.; GIOVANI, R. D. **Cozinha Brasileira:** com recheio de história. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul**: 1858. Belo Horizonte: Itatiaia; 1980.

BENTO, C. M. **Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul:** 1635 a 1870. Porto Alegre: SENAC-RS, 1976.

CARNEIRO, H. **Comida e sociedade**: uma história da alimentação. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARVALHO, F. A. L. Perspectivas Teóricas acerca da literatura e análise de viajantes: Hercules Florence, Narrador. **Fênix:** Revista de História e Estudos Culturais, v. 2, n. 2, p. 1-20, 2005. Disponível em: https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/845/806. Acesso em: 19 mar. 2025.

CASCUDO, L. C. História da Alimentação no Brasil. *In:* CASCUDO, L. C. **Verde milho, doce milho.** 3. ed. São Paulo: Global, 2004. p. 107-112.

DALMAZO, R. A. **As relações de comércio do Rio Grande do Sul do século XIX a 1930.** Porto Alegre: FEE, 2004.

DREYS, N. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão; EDIPUCRS, 1990.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. **Comida**: uma história. São Paulo: Record, 2004.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

JUNQUEIRA, M. A. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. *In:* JUNQUEIRA, M. A; FRANCO, S. M. S. (org.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: USP-FFLCH-Humanitas, 2011. p. 45-61.

LAYTANO, D. A alimentação do Gaúcho brasileiro. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 2, n. 8, p. 131-159, jul. 1980. Disponível em: https://weinmancarlos.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/06/a-alimentac3a7c3a3o-do-gaucho-brasileiro-dante-de-laytano.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

LEAL, M. L. M. S. **A história da gastronomia**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 1998.

McGEE, H. **Comida & Cozinha:** Ciência e Cultura da Culinária. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MONTANARI, M. **A fome e a abundância***:* história da alimentação na Europa. Bauru: EDUSC, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. 3. ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2016.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil.** 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1974.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

SAINT-HILAIRE, A. **Voyage à Rio Grande do Sul (Brésil).** Orléans: H. Herluisson Libraire-Éditor, 1887.

SANTOS, J. R. Análise do processo de especialização produtiva e da crise do sistema de produção de cebola em São José do Norte/RS. **Sinergia**, Rio Grande, v. 2, n. 11, p. 53-65, set. 2007. Disponível em: https://periodicos.furg.br/sinergia/article/viewFile/783/278. Acesso em: 19 mar. 2025.

SEIDLER, C. **Dez anos no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980.

SERRES, H. S. As estâncias missioneiras: espaços de conexão entre as missões. *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2015. **Anais [...].** Florianópolis: ANPUH, 2015. p. 1-13. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439814686_ARQUIVO_ArtigoanpuhHelenizeSerres.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

SILVA, H. A.; MURRIETA, R. S. S. Mandioca, a rainha do Brasil? Ascensão e queda da *Manihot esculenta* no estado de São Paulo. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 9, n. 1, p. 37-60, jan./abr. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/fGSnCftpnbhggNTRmY3THPj/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 jul. 2025.

SILVA, P. P. **Farinha, feijão e carne-seca:** um tripé alimentar no Brasil colonial. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2014.

SCHMITZ, P. I. Migrantes da Amazônia: A tradição Tupiguarani. *In:* KERN, A. *et al.* (org.). **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. p. 295-330.

TEMPASS, M. C. **"Quanto mais doce, melhor":** um estudo antropológico das práticas alimentares da doce sociedade Mbyá-Guarani. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

HEINZELMANN, U. **Food culture in Germany:** food culture around the world. British Library, 2008.

VARGAS, J. M. **Pelas Margens do Atlântico:** um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

WÄTZOLD, T. **Proclamação da cozinha brasileira como parte do processo de formação da identidade nacional no Império brasileiro:** 1822-1889. Belo Horizonte: TCS, 2012.

Temporalidades

As vicissitudes de um Conservatório de Máquinas: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as assimetrias industriais no Império do Brasil[17]

The vicissitudes of a Conservatory of Machines: the Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional and the industrial asymmetries in the Empire of Brazil

Rafael Dalyson dos Santos Souza
Doutorando em História das Ciências
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
fiocruzrafael@gmail.com

Recebido: 03/08/2025
Aprovado: 29/08/2025

Resumo: Este trabalho busca reconstruir a história do Conservatório de Máquinas da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) no século XIX. O artigo fundamenta-se na análise das *Atas das Reuniões*, fontes que registram debates e deliberações dos membros da instituição. Em um primeiro momento, o artigo situa o Conservatório no contexto da fundação da Sociedade Auxiliadora, desde as primeiras iniciativas até a sua instalação na Corte do Rio de Janeiro, e em um segundo momento examina concretamente o seu funcionamento a partir de três questões centrais: os critérios de aquisição e formação do acervo, a função e a composição do corpo de responsáveis, bem como as formas de acesso oferecidas aos sócios. Argumenta-se que o desenvolvimento dessas atividades transformou o Conservatório em um centro de acumulação de saber técnico, contribuindo para a conformação de assimetrias industriais no Brasil oitocentista.

Palavras-chave: Conservatório de Máquinas; assimetrias industriais; indústria agrícola.

Abstract: This article seeks to reconstruct the history of the Conservatório de Máquinas from Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) in the 19th century. The article is based on the analysis of the minutes of meetings, sources that record debates and deliberations of the members of the institution. In a first moment, the article situates the Conservatorio in the context of the foundation of the Sociedade Auxiliadora, from the first initiatives to its installation in the court of Rio de Janeiro, and in a second moment it examines concretely its functioning from three central questions: the criteria for acquisition and formation of the collection, the function and composition of the body of responsible persons, as well as the forms of access offered to members. It is argued that the

[17] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

development of these activities transformed the Conservatorio into a center of accumulation of technical knowledge, contributing to the formation of industrial asymmetries in nineteenth-century Brazil.

Keywords: Conservatory of Machines; industrial asymmetries; agricultural industry.

Introdução

> Eu trabalho desde 1820 para que se crie entre nós esta Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, cujo fim principal é auxiliar a indústria, mormente pelo que respeita à aquisição de mecanismos, que, expostos às vistas do Publico, façam-se conhecidos, possam ser copiados, e desafiem o interesse dos nossos Agricultores, e dos nossos Artistas (ALMEIDA, 1977 [1828], p. 3).

O Conservatório de Máquinas constituiu, durante décadas, um dos pilares centrais da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) (1827-1904). Sua relevância ia além do fato de ter sido criado simultaneamente à instituição: o Conservatório materializava a própria missão da Sociedade, tornando concreto o propósito expresso no discurso proferido na inauguração no dia 19 de outubro de 1827 da instituição por Ignacio Alvares Pinto de Almeida. Por meio da exposição e circulação de mecanismos, a SAIN buscava promover a difusão do conhecimento técnico, incentivar a reprodução de inovações e despertar o interesse de agricultores e artistas, consolidando-se como um espaço estratégico de transferência e apropriação de saberes industriais.

Esse propósito se concretizava justamente no Conservatório de Máquinas. Assim, naquele espaço, o contato direto com as máquinas não era detalhe, mas essência. As invenções e os artefatos ali expostos ganhavam vida no olhar dos aprendizes, nas explicações dos "especialistas", na prática que se transmitia de boca em boca, no gesto repetido. Não à toa, chamava-se "conservatório": um espaço para conservar não só objetos, mas saberes, modos de fazer e de administrar artefatos. Aos moldes das coleções de máquinas, acervos e museus industriais, como o *Conservatoire des arts et métiers* (1794) na França, além de fazer parte da mesma lógica que fundamentava as exposições industriais oitocentistas,

o Conservatório da Sociedade Auxiliadora oferecia também uma forma de turismo industrial que favorecia a mobilização das técnicas pelos seus sócios[18].

A Sociedade Auxiliadora, de que o Conservatório fazia parte, vem sendo objeto de estudo desde pelo menos os anos 1980. Criada em 1827, resistiu até 1904, atravessando Império e República. Tão longa vida lhe garantiu múltiplas interpretações. Houve quem a visse sobretudo como espaço de representação política no Império; quem a entendesse como promotora de uma indústria ainda cativa das amarras da agricultura escravista; e quem a destacasse como precursora no campo das ciências naturais, defensora da vocação agrícola do Brasil (CARONE, 1978; WERNECK DA SILVA, 1979; DOMINGUES, 1995; BARRETO, 2009; CRIBELLI, 2016). Outros lembraram sua participação no movimento em prol do fim do cativeiro, sua atuação como consultora do governo imperial na concessão de privilégios industriais[19], sua divulgação científica através do jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional* ou, ainda, seu protagonismo na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ANDRADE, 2002; MALAVOTA, 2011; VANUCCI, 2016; PENTEADO, 2018; SAIOL, 2024).

Mas, em meio a tantas abordagens diferentes, o Conservatório de Máquinas quase sempre aparece como coadjuvante. A exceção a ser feita é ao trabalho da historiadora Maria Margareth Lopes que, no seu livro *O Brasil descobre a pesquisa científica* (2009), destacou a sua centralidade, especialmente no que concerne à sua relação com outras instituições do Império, como o próprio Museu Nacional, sob cuja tutela estava instalado. Mais do que vitrine de objetos, Lopes (2009) mostra que o Conservatório foi também lugar de medição, de exame de amostras enviadas à Sociedade, de cursos e de ensaios técnicos (LOPES, 2009, p. 72). Era lugar de experimentação e de apropriação, onde a técnica não se contemplava apenas, mas praticava-se.

Este artigo intenta demonstrar como a instalação do Conservatório na Corte do Rio de Janeiro, as condições de funcionamento que o moldaram e as decisões tomadas ao longo de sua trajetória revelam a produção de formas assimétricas de acesso e de mobilização das técnicas por parte de seus

[18] Sobre os museus de máquinas e as coleções de artefatos do século XIX, ver, entre outros: Ferguson (1965), Anderson (1992), Sauvalle (2017), Dufaux (2017) e Daumas (2023). Sobre as exposições industriais e a participação do Brasil nestes eventos, ver: Freitas Filho (1991), Auerbach (1999), Heizer (2010), Sanjad (2017) e Martins (2020).

[19] Os privilégios foram ferramentas de incentivo à invenção técnica criados desde o final da Idade Média e estabeleciam um contrato entre o Estado, geralmente monárquico, e o inventor. Já as patentes foram se afastando desta relação de proximidade com o Estado, estabelecendo contratos mais livres, geralmente os títulos das patentes eram comprados pelos inventores para a divulgação de suas invenções. Destacam, nesse sentido, o modelo francês de *privilèges* e inglês de *patents*. Ver: Pérez (2000).

associados. Examinar o papel do Conservatório de Máquinas é fundamental, pois, ao mesmo tempo em que evidencia o ideal de construir localmente um modelo nacional de instituição ligada à "indústria", também permite questionar os limites desse projeto. Como assegurar um aprendizado técnico de caráter prático em meio às extensas distâncias geográficas do Brasil no século XIX? Quem, de fato, era atendido pela instituição e, igualmente importante, quais grupos permaneciam excluídos desse processo?

Tais questões se tornam centrais para uma História das Técnicas preocupada com aquilo que o historiador Dale Tomich (2015) definiu como as condições geográficas e físicas de adoção das técnicas, especialmente quando se considera o espaço latino-americano e suas desigualdades regionais, tema igualmente explorado por historiadores como Maria Portuondo (2016) e David Pretel (2024). Esses aspectos podem ser investigados por meio das *Atas das reuniões* da Sociedade Auxiliadora, fontes ainda pouco exploradas, mas de grande relevância, por registrarem o cotidiano da instituição. Nelas, é possível acompanhar debates em torno de medidas práticas, os desafios enfrentados, as solicitações encaminhadas pelos sócios e os pareceres elaborados pelos membros da Assembleia Constituinte, composta pelo presidente, pelo secretário e pelos demais sócios e participantes presentes.

A Sociedade Auxiliadora e o Conservatório

Na esteira das legislações de cunho liberal, a exemplo da Constituição de 1824[20], Dom Pedro I decretou a fundação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em 1825. Com o decreto, foram aprovados também os seus primeiros estatutos. Embora oficializada em 1825, a Sociedade teve a sua reunião de inauguração em 1827. Neste ano, Ignacio Alvares Pinto de Almeida, um negociante baiano na praça do Rio de Janeiro, fez um discurso no qual afirmava a frase anteriormente mencionada, que consistia em circunscrever o objetivo principal da instituição ao auxílio para a aquisição de mecanismos e para a sua exposição ao público (DISCURSO…, 1977 [1828], p. 3). O discurso já deixava entrever a centralidade do Conservatório de Máquinas, isto é, para concretizar os seus objetivos, a Sociedade

[20] Segundo José Murilo de Carvalho (1996, p. 343), a Constituição de 1824 avançava nos princípios liberais permitindo, dentre outras coisas, o voto de analfabetos.

Auxiliadora considerava central a exposição de diversos artefatos técnicos para que, uma vez expostos, pudessem ser mobilizados pelos seus sócios.

Antes mesmo da fundação da Sociedade Auxiliadora, tentativas de reunir artefatos e máquinas já haviam sido feitas por parte de Ignacio Alvares. Pelas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, observa-se que já em 1821 ele havia buscado organizar uma subscrição destinada a custear a aquisição de máquinas e modelos. O objetivo era que tais artefatos pudessem ser livremente observados, copiados e aplicados em favor da indústria nacional, numa conjuntura em que, segundo suas próprias palavras, "os braços dos Escravos são quase as únicas Machinas conhecidas" (DIARIO DO RIO DE JANEIRO... 1821, p. 93). É plausível supor que as turbulências políticas que culminaram na independência em 1822 tenham retardado a criação formal da Sociedade Auxiliadora, como sugere, aliás, o próprio Ignacio Alvares no seu discurso de 1827 (DISCURSO... 1977 [1828], p. 3). Com a chegada do "momento propício", isto é, a autorização de Dom Pedro I da instalação da associação, a entidade foi gradualmente se afirmando como continuadora da tradição das iniciativas anteriores voltadas à promoção da indústria no Brasil.

Oficialmente criada, os equipamentos reunidos por Ignacio Alvares acabaram sendo organizados posteriormente em uma das salas do Museu Nacional, espaço que, nos anos seguintes, sediaria também as reuniões da Sociedade Auxiliadora. No seu livro *Voyage pittoresque au Brésil*, Jean Baptiste Debret (1835), ao fazer referência ao contexto inicial que levou à fundação da Sociedade Auxiliadora, afirma que foi devido ao retorno em 1830 de José Silvestre Rebello (?-1844) da sua missão como diplomata nos Estados Unidos pelo reconhecimento da Independência do Brasil, carregado de máquinas e de textos sobre reformas trazidos deste país, que se concedeu um espaço nas salas do Museu Nacional e no qual ambas as atividades, tanto o Conservatório de Máquinas, a biblioteca particular e as reuniões dos associados da Assembleia Constituinte passaram a ser realizadas no mesmo espaço (DEBRET, 1835, p. 14). A data informada por Debret (1835) é, com efeito, coerente com aquela registrada nas *Atas*, na qual consta que foi a partir de 1830 que a SAIN começou a se reunir na "Casa do Conservatório de Machinas" no Museu Nacional (ATAS: 1827-1836, p. 74).

Concretizava-se assim a elevação do Conservatório sob a tutela da Sociedade Auxiliadora e do Museu Nacional. A iniciativa era de tal modo inédita que foi preciso definir o que era uma máquina. Coube ao mesmo Ignácio Alvares, um dos seus idealizadores e fundadores, realizar tal tarefa. No seu discurso de 1827, ele a descreveu como um "meio, de que a Industria se serve, para aumentar forças,

e obter em menos tempo com menor numero de braços, e com mais facilidade, e perfeição pela efetividade, e regular aplicação de suas forças [...]", exemplificando que ela poderia ir desde um instrumentos simples, como o machado, até "utensílios complicados" da grande indústria (DISCURSO…, 1977 [1828], p. 10-11). O próprio autor reconhecia ainda que a inspiração para o Conservatório veio do francês *Conservatoire des arts et métiers* (DISCURSO..., 1977 [1828], p. 13).

Fundado em 1794, o *Conservatoire* tinha como uma de suas características uma relação de proximidade com o Estado francês por meio da defesa do progresso das "artes e ofícios" do país. A instituição, criada no contexto da Revolução Francesa (1789-1799), fazia demonstrações para o ensino do manuseio de máquinas, promovia cursos de ensino técnico, além de fornecer pareceres para instituições e inventores (DUFAUX, 2017, p. 165). A inspiração para a criação da Sociedade Auxiliadora, no entanto, não se limitou ao modelo do *Conservatoire des Arts et Métiers*. Outras instituições estrangeiras também foram fonte de inspiração para os membros da Sociedade, em especial a também francesa *Société d'encouragement pour l'industrie nationale* (1801). Diferentemente do *Conservatoire*, a *Société* francesa guardava uma certa independência com relação ao Estado e esse aspecto também a Sociedade Auxiliadora iria manter, isto é, o de ser uma instituição com base no direito civil privado que funcionava sob a proteção e o incentivo financeiro da coroa e que tinha função consultiva do governo. Presidida nos seus primeiros anos pelo químico e político francês Jean-Antoine Chaptal (1756-1832), a *Société* buscou aproximar-se dos industriais nas mais diversas regiões da França, promovendo a educação técnica por meio de iniciativas como a posse de uma coleção de máquinas particular, a publicação de um periódico e a concessão dos *privilèges* (SAUVALLE, 2017, p. 27-40; BLOUIN; EMPOTZ, 2019, p. 77-90; CHAPPEY, 2023, p. 372; BLOUIN, 2024, p. 159-175). Muitos desses aspectos formadores da *Société d'encouragement pour l'industrie nationale* foram, de fato, apropriados pelos membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional no Brasil (BARRETO, 2009, p. 50).

Outro conceito, além de "machina", mostrava-se central no Brasil do século XIX, diretamente associado à inspiração de modelos europeus: o de "indústria". Essencial para a atuação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Conservatório de Máquinas, esse termo precisava ser definido no contexto da instituição. A contribuição de José da Silva Lisboa (1756-1835), o Visconde de Cairu, viria a ser fundamental para os membros da Sociedade. O Visconde de Cairu descrevia o que era indústria da seguinte maneira:

> Em geral, nas matérias econômicas, se entende como sinônimo de trabalho ativo e assíduo. Assim dizia-se que é industrioso um homem que trabalha com viveza constantemente para ganhar sua vida; e se chama a um preguiçoso, e inerte um homem sem indústria. Porém mais ordinariamente se aplica aquele termo ao trabalho engenhoso, que se executa com algum considerável grau de inteligência, para se distinguir do mero grosseiro trabalho braçal; e, com especialidade se usa de tal nome para se exprimir o trabalho exercido nas artes e manufaturas mais refinadas. Assim diz-se que um país tem muita indústria, quando tem muitas fábricas (CAIRU, 1999 [1810], p. 43-44).

Ao desenvolver seu argumento, José da Silva Lisboa (1999 [1810]) critica a ideia de que "indústria" se restringiria às "fábricas em grande". Para ele, diversos ramos da atividade humana exigiam "muita indústria", entendida como sinônimo de inteligência. Nesse sentido, ao reconhecer a existência de "muitas indústrias", e não apenas a das grandes manufaturas europeias, o Visconde de Cairu introduz uma noção hierarquizada da atividade industrial. Mais do que reconhecê-la, ele a legitima, ao afirmar que o Brasil "[...] pode ter muita indústria e riqueza sem ter as artes e manufaturas superiores, que são naturais na Europa" (CAIRU, 1999 [1810], p. 47).

Segundo diversos historiadores, o Visconde de Cairu desempenhou papel decisivo ao definir "indústria" de forma influente no Brasil do século XIX, associando o conceito tanto à agricultura escravista quanto às pequenas manufaturas, predominantes no contexto oitocentista (FARIA JÚNIOR, 2008; SOARES, 2022; MALAVOTA, 2022). Ao enquadrar essa realidade no conceito europeu, a noção de indústria no Brasil vinculava-se ao seu "destino agrícola". Lisboa, que exerceu cargos de destaque no governo português - como o de deputado na Real Junta do Comércio - e foi um dos idealizadores da abertura dos portos em 1808, conferiu durabilidade à sua definição, que marcou o entendimento de "indústria" no Brasil do século XIX.

Pode-se dizer que a Sociedade Auxiliadora seguiu estes preceitos, algo perceptível inclusive pela composição dos seus sócios, composta em grande parte por fazendeiros, agricultores e proprietários, os "industriais" e "artistas" da instituição. Os primeiros Estatutos estabeleciam três categorias de sócios: efetivos, correspondentes e honorários. Os efetivos eram admitidos por "patriotismo, luzes ou experiência" e contribuíam ativamente com trabalhos e recursos financeiros, pagando doze mil réis na entrada e mil réis mensais. Os correspondentes, por sua vez, enviavam "notícias interessantes" à instituição, mas residiam fora do Rio de Janeiro, mantendo contato apenas

por correspondência. Já os honorários eram aqueles distinguidos pelos "conhecimentos ou méritos" prestados à Sociedade (ESTATUTOS, 1831, p. 80).

Uma lista de 1838 elaborada por Raimundo José da Cunha Mattos, na época o secretário da SAIN, registra entre os sócios efetivos: 71 funcionários públicos (deputados, senadores, conselheiros, juízes, ministros etc.), 45 fazendeiros, 14 proprietários, 5 eclesiásticos, 4 advogados e 8 doutores, três deles em medicina (MATTOS, 1838, p. 35-40). Esse perfil, marcado pela presença de homens ligados à administração imperial e ao setor agrícola, revela também a centralidade da Corte: mesmo aqueles nascidos em outras províncias ou no estrangeiro residiam no Rio de Janeiro quando se associaram. É o caso de Antonio Clemente Pinto, fazendeiro português radicado na cidade, e de Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti, pernambucano que atuava como deputado na Corte (VASCONCELLOS, 1918, p. 315; BLAKE, 1883, p. 172). Assim, o levantamento evidencia que a área de atuação da Sociedade Auxiliadora se concentrava, sobretudo, no Rio de Janeiro.

Outro fator que reforçava o perfil dos sócios da Sociedade Auxiliadora era a localização das reuniões do Conselho Administrativo, realizadas inicialmente nas casas dos membros da associação e posteriormente em uma sala do Museu Nacional, no centro do Rio de Janeiro, considerada pelos membros como "muito heróica e leal" cidade (ATAS: 1827-1837, p. 77). Em algumas ocasiões, a instituição chegou a ser erroneamente chamada de Sociedade Auxiliadora do Rio de Janeiro (ATAS: 1837-1847, p. 324, p. 355). Nas assembleias, participavam os fundadores, membros das comissões e diversos sócios, entre eles Francisco Cordeiro da Silva Torres, primeiro presidente; Ignácio Alvares Pinto de Almeida, presidente honorário; Cândido José de Araújo Viana, vice-presidente; Raimundo José da Cunha Mattos, secretário; José Silvestre Rebello, tesoureiro; Emilio Joaquim da Silva Maia e Francisco Freire Allemao, responsáveis por comissões de Economia Doméstica e Rural, Artes, Fábricas e Comércio (MATTOS, 1838, p. 34). Destaca-se Ignácio Alvares Pinto de Almeida, o comerciante baiano atraído pelo dinamismo comercial da capital que foi um dos responsáveis pela fundação da instituição, além de ter feito parte da Junta do Comércio (BLAKE, 1895, p. 260; SINDER, 2024, p. 123). A presença dos sócios nas reuniões do Conselho demonstrava a importância de sua participação direta para o desenvolvimento das atividades da Sociedade.

A centralidade da experimentação técnica também estava presente nos primeiros *Estatutos* da Sociedade, no qual se definiam os objetivos primordiais da instituição. Quatro eram as atividades principais para as quais os seus "fundos" deveriam ser direcionados, enumeradas da seguinte forma:

> 1º Para o expediente da Sociedade, conservação e reparo de tudo quanto á mesma Sociedade pertencer. 2º Para compra e redação de jornais, memorias, obras, ou outros quaisquer escritos, interessantes à indústria. 3º Para a aquisição de máquinas, ou modelos próprios à indústria da Nação, sua construção no país, e mesmo estabelecimento de oficinas, que facilitem sua fatura. 4º Para publicação de noções elementares das Artes, e Ciências industriais (ESTATUTOS, 1831, p. 79).

Como se vê, ainda não aparecia aqui explícito o objetivo de publicar um periódico próprio, atividade que só viria a acontecer em 1833, quando da publicação do primeiro número do jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional*. A aquisição de máquinas constituía a terceira mais relevante atividade a qual os fundos deveriam ser destinados, ficando ao lado de outras atividades como a compra de jornais, memórias, obras e escritos e da publicação de "noções elementares das artes e ciências". Trata-se aqui, mais uma vez, de uma demonstração de que a publicação de uma literatura dedicada à instrução de reformas pela Sociedade Auxiliadora era acompanhada da conservação das máquinas e de livros na biblioteca particular. Além disso, esta dimensão do aprendizado pela prática estava presente em outras partes dos estatutos, que asseguravam a todos os sócios efetivos o direito de assistirem às reuniões das sessões da Sociedade, de proporem medidas e *memórias* sobre melhoramentos à "indústria", as quais poderiam ser lidas pelos próprios autores nas reuniões do Conselho, além de poderem examinar a biblioteca, as máquinas e estabelecimentos que ela possuía e de entrarem no seu arquivo para o acesso às atas das reuniões anteriores, todas estas ações que deveriam ser realizadas *in situ* (ESTATUTOS, 1831, p. 88). Fica patente a centralidade do Conservatório como atividade que se desdobrava no cotidiano da Sociedade Auxiliadora e que ia muito além da simples exposição de máquinas, como afirma a historiadora Margareth Lopes (2009).

Dada a longa trajetória da Sociedade Auxiliadora (1827-1904), analisar todas as Atas das Reuniões sem uma seleção prévia seria exaustivo e pouco produtivo. Por isso, a leitura concentrou-se nos temas relacionados ao Conservatório de Máquinas, seguindo a ordem cronológica da documentação: 1827-1836 (v. 1), 1837-1847 (v. 2), 1847-1849 (v. 3), 1849-1850 (v. 4), 1855-1856 (v. 5), 1857-1858 (v. 6) e 1865-1866 (v. 8). As sessões de 1850-1854 e 1859-1864 foram publicadas apenas no periódico *O Auxiliador*, sem registro na documentação da FIRJAN. Esta documentação encontra-

se atualmente presente na Biblioteca da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, a FIRJAN. A partir da leitura, três temas principais foram identificados como centrais nas discussões: (1) a aquisição de máquinas e modelos para o acervo; (2) a organização do Conservatório e os responsáveis por suas funções; e (3) a mobilização da sua coleção pelos sócios. Esses debates evidenciam tanto a consolidação inicial do projeto da Sociedade quanto os primeiros sinais de sua crise.

O acervo, as formas e os critérios de aquisição

O historiador Robert G. W. Anderson (1992), ao reproduzir o discurso do químico e professor inglês George Wilson (1818-1859) por ocasião da inauguração do *Industrial Museum of Scotland* em 1856, destaca que Wilson concebia seu acervo como um espaço que "deve ser compreendido como um repositório para todos os objetos úteis às artes" (ANDERSON, 1992, p. 170). Essa visão evidencia uma lógica de constituição do acervo dos museus e conservatórios de máquinas voltada não apenas à utilidade prática dos objetos, mas também à preservação, à difusão do conhecimento técnico e à diversidade do material reunido. Uma lógica semelhante orientou os membros da Sociedade Auxiliadora na organização do acervo do seu Conservatório de Máquinas.

As primeiras menções à aquisição de máquinas ao Conservatório nas *Atas*, desde 1827, referem-se a solicitações enviadas à Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação para obter isenções e auxílios no transporte e aquisição de novos artefatos. Para fundamentar esses pedidos, mencionava-se alvarás como o de 15 de julho de 1809, que permitia a introdução no Brasil de qualquer "invenção útil nas artes, na agricultura e navegação" (BRASIL, 1809). Em resposta, o imperador Dom Pedro I (1798-1834) determinou, em fevereiro de 1829, que as máquinas adquiridas pela associação deveriam ser "com preferencia aquelas que mais contribuírem para o melhoramento do sistema de agricultura" (ATAS: 1827-1836, p. 18). Meses depois, novas instruções da Junta do Comércio especificaram alguns modelos a serem adquiridos: duas "charruas" de ferro, uma máquina inglesa para debulhar milho e outra para limpar mato (ATAS: 1827-1836, p. 35). Essa era uma das primeiras formas de aquisição do acervo do Conservatório, ou seja, por solicitação e direcionamento da coroa.

Apesar de ser uma instituição de direito civil privado, semelhante à *Société d'encouragement*, a Sociedade Auxiliadora recebia parte de seus recursos da coroa, mantendo intensa correspondência com

membros e órgãos do governo imperial. Essa relação direta é evidenciada posteriormente, quando Dom Pedro II (1825-1891) participou de algumas reuniões do Conselho Administrativo, influenciando decisões da instituição. Com a extinção da Junta do Comércio em 1850, a Sociedade passa a ligar-se ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, emitindo pareceres e patentes e sendo consultada de maneira mais direta sobre os assuntos da agricultura e da indústria do Brasil (BARRETO, 2009, p. 394). Assim, havia uma estreita conexão entre os direcionamentos que a coroa pretendia dar à "indústria" brasileira e as decisões do Conselho da Sociedade Auxiliadora.

Outra forma de aquisição importante foi a compra de máquinas confeccionadas e vendidas por inventores e fabricantes locais. Nesse sentido, vários casos podem ser mencionados, como, por exemplo, uma discussão que foi levantada no ano de 1828 mediante uma proposta feita pelo representante de inventores estrangeiros Allemão Carlos, que oferecia "charruas", "máquina para debulhar milho" e arados para serem adquiridos pelo Conservatório (ATAS: 1827-1836, p. 31). Outro caso nesse sentido, em 1841, o inventor João Bloem, de São Paulo, agradeceu à Sociedade pelo envio da lista de modelos do Conservatório[21] e ofereceu seus serviços para confeccionar maquinário local, incluindo engenhos para açúcar, máquinas para café e para a produção de mandioca. A Sociedade respondeu solicitando maior detalhamento das máquinas e propôs cem mil réis (100$000) para a confecção de alguns modelos (ATAS: 1837-1847, p. 474). Outro caso similar, datado de 1852, ocorreu quando um contrato fora estabelecido com o sócio de nome Sands para a confecção de invenções (SESSÃO... 1852, p. 236). A aquisição e confecção de máquinas por inventores e fabricantes locais, especialmente ligadas à agricultura, atendia, desse modo, tanto às demandas da coroa quanto às solicitações de alguns sócios, sendo frequentemente encomendadas a comerciantes e inventores locais, conforme outros registros das sessões do Conselho (SESSÃO DO CONSELHO... 1852, p. 236; ATAS: 1855-1856, p. 1087).

Mas para além da compra, o Conservatório também recebia doações, frequentemente mencionadas nas *Atas*. Em fevereiro de 1830, retornando de sua missão diplomática nos Estados Unidos, José Silvestre Rebello trouxe consigo diversas máquinas, como uma de ferro para trabalhar milho, uma de barril para fazer manteiga, um modelo de engenho e fornalhas de açúcar, outro para

[21] Há diversas menções nas *Atas das reuniões* à existência de listas de máquinas que estavam no acervo do Conservatório confeccionadas pela Sociedade Auxiliadora, mas não foi possível encontrá-las nem no jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional* nem nas próprias *Atas*.

bater algodão e outro para processar trigo (ATAS: 1827-1836, p. 47). Em 1832, máquinas do arsenal da Marinha foram doadas à Sociedade por decreto da Secretaria do Ministério do Império, reforçando a relação da instituição com órgãos oficiais (ATAS: 1827-1837, p. 110). Doações também vinham de sócios e comerciantes. Em 1837, o fabricante de sabonetes "Sr. Pestana" doou sabonetes e "velas de espermacete", solicitando que fossem testados e comparados com outros produtos, para posterior exposição no Conservatório (ATAS: 1837-1847, p. 325). No mesmo ano, o médico Emílio Joaquim da Silva Maia enviou dois cestos de madeira vegetal denominada verga, doados pela esposa e filha de Custódio de Souza Pinto, negociante no Rio (ATAS: 1837-1847, p. 327).

Buscando institucionalizar a prática de doação, em 1837 passou-se a exigir que os doadores informassem a nacionalidade e o nome dos inventores junto às máquinas e modelos enviados (ATAS: 1837-1847, p. 293). A doação trazia benefícios aos inventores e comerciantes, pois, ao expor suas invenções e modelos, ganhavam visibilidade junto aos sócios, facilitando sua posterior aquisição junto aos doadores. Nesse sentido, o Conservatório cumpria a mesma função das exposições, promovendo a divulgação de invenções que eram também mercadorias (FREITAS FILHO, 1991, p. 73; MARTINS, 2020, p. 499).

O Conservatório da Sociedade Auxiliadora também abrigava itens de curiosidade e artefatos históricos. Um caso emblemático é a aquisição de um camafeu com o rosto da rainha Dona Maria I, de autoria do químico João Manso Pereira (1750-1820) e que foi recolhido ao acervo do Conservatório em 1837, após ter sido inicialmente entregue à família real em 1808 (ATAS: 1837-1847, p. 329). A presença de objetos tão variados - desde camafeus e cestos de madeira até máquinas e modelos vindos da Europa e dos Estados Unidos - reflete a abrangência do conceito de "indústria" definido pelo Visconde de Cairu (1999 [1810]), capaz de englobar itens de curiosidade e produtos do "engenho humano". Essa diversidade também remete à noção de "machina" de Ignacio Alvares Pinto de Almeida (1977 [1828], p. 10-11), abrangendo desde um machado até máquinas complexas. Tal variedade também era comum nos acervos de museus, conservatórios e coleções técnicas do período, que incluíam objetos de arte, comércio, indústria e história (ANDERSON, 1992, p. 170).

Simultaneamente, a Sociedade buscava internacionalizar e renovar seu acervo. Em 1846, a instituição contratou o engenheiro Pedro de Alcântara Lisboa para enviar de Paris informações sobre inovações na indústria europeia (ATAS: 1837-1847, p. 601). Lisboa, formado em engenharia química

na École Centrale de Paris e familiarizado com figuras centrais como Jean-Baptiste Dumas (1800-1884), na época o presidente da *Société d'encouragement pour l'industrie nationale*, possuía perfil ideal para informar a Sociedade sobre as novidades industriais na Europa (FILGUEIRAS, 2022, p. 891-900). Durante sua estadia em Paris (1847-1849), enviou máquinas, periódicos e livros, trazendo ao Rio em 1849 diversas caixas com equipamentos, incluindo um "laboratório chimico completo", uma lâmpada elétrica, um telégrafo elétrico e 45 volumes do *Bulletin* da Société d'encouragement (ATAS: 1849-1850, p. 745).

A contratação de Alcantara Lisboa como agente externo foi um caso único da história da Sociedade Auxiliadora. Normalmente, o envio de máquinas e informações internacionais ocorria via correspondência, mediada por sócios correspondentes ou intermediários, como João Diogo Sturz, cônsul brasileiro na Alemanha. Em 1852, Sturz enviou uma longa lista de máquinas à Sociedade, solicitando auxílio para o transporte, incluindo uma máquina de queijos, tubos de vidro, máquinas de limpar arroz, de fazer manteiga, de tijolos, de lenha e de força centrífuga (SESSÃO... 1852, p. 238; SESSÃO... 1853, p. 37).

Essas formas de aquisição - via portarias de Ministérios ou Juntas do Império, compras a comerciantes e inventores, ou doações de sócios - coexistiam, mesclando a valorização da produção local e a incorporação de novidades externas vindas da Europa e dos Estados Unidos. Armazenados no Conservatório, os objetos representavam diferentes níveis de "indústria", conforme os dizeres do Visconde de Cairu (1999 [1810]). Essa diversidade e funcionalidade não se limitava à composição do acervo: implicava também decisões estratégicas sobre como administrá-las, consertá-las e apresentá-las ao público. É nesse contexto que se pode analisar mais detalhadamente a composição também daqueles que ficaram responsáveis por estas funções no Conservatório de Máquinas.

Os "machinistas" do Conservatório

No século XIX, em um contexto de desenvolvimento industrial no qual o aperfeiçoamento de máquinas, a exemplo da máquina à vapor, colocava em questão os trabalhos exercidos por diversos profissionais pelo seu caráter considerado artesanal, a função de maquinista emerge como fundamental para o manejo destes aparatos cada vez mais complexos (JARRIGE, 2021, p. 281-315). Esse aspecto

foi destacado por historiadores como Brian Dolan (2003), que demonstra como os manuais e os periódicos, no contexto do Iluminismo, acompanhavam o aprendizado derivado das trocas, viagens e experimentação, geralmente mediado por alguém mais experiente e sábio (DOLAN, 2003, p. 118). Com isso, valorizava-se cada vez mais a figura do maquinista, inclusive nos espaços coloniais, no qual o domínio de técnicas europeias era particularmente visado (PRETEL; FERNÁNDEZ-DE-PINEDO, 2015, p. 273). No Brasil, uma crítica recorrente desde o século XVIII entre os ilustrados brasileiros era a ausência de "especialistas" em máquinas capazes de consertar e operar os aparatos no país (GESTEIRA; CAROLINO; MARINHO, 2014, p. 11).

Para responder a essa lacuna, os membros da Sociedade Auxiliadora demonstravam preocupação desde o início com a escolha dos profissionais a serem empregados no Conservatório e eles podem ter encontrado alternativas à essa ausência. Nesse sentido, uma função curiosa era a do porteiro, que também atuava como "explicador" ou "guarda das machinas". Inicialmente ocupado por João Ignacio Azevedo e depois por Manoel Francisco Lisboa, cujos históricos pouco se conhece, nas *Atas* diz-se que ambos não apenas exerciam a função de porteiro, mas também explicavam ao público os "machinismos expostos" (ATAS: 1827-1836, p. 20). Assim, o porteiro desempenhava efetivamente o papel de "machinista", como destacou José Silvestre Rebello ao discutir a escassez de recursos da Sociedade, incluindo o pagamento àquele que era porteiro e "machinista" ao mesmo tempo (ATAS: 1827-1836, p. 60). Nesse início, portanto, ambas as funções se confundiam, isto é, tanto a de porteiro quanto a de machinista.

Todavia, alguns profissionais classificados apenas machinistias, e que assumiam outros trabalhos mais complexos, como, por exemplo, a confecção e o conserto das máquinas, também foram empregados pela Sociedade Auxiliadora. Em 1831, Julião Garcia registrou-se à disposição para dirigir a exposição das máquinas nos dias públicos, oferecendo explicações e instrução a dois jovens indicados pelos sócios, desde que tivessem conhecimento mínimo de "geometria prática" (ATAS: 1827-1837, p. 104). No mesmo ano, propôs-se a consertar e limpar as máquinas do Conservatório, estimando o serviço em 46$386 réis, proposta aprovada pela Sociedade (ATAS: 1827-1837, p. 118). Aqui, a função de "machinista" ia além da atividade de "explicador de machinas", pois a ele caberia também o conserto e a limpeza dos artefatos. Não há registros de Garcia como membro da instituição, dificultando informações adicionais, mas tudo indica que ele de fato exerceu o cargo. Em 1831, a Sociedade

emprestou uma "charrua" ao engenheiro e senhor de engenho Pedro Dias Paes Leme (1786-1849), o Marquês de Quixeramobim, acompanhada do próprio maquinista Julião (ATAS: 1827-1837, p. 132).

Em 1836, o sócio Alexandre Soares Pinheiro apresentou-se para assumir o cargo de conservação e reparo das máquinas, funcionando como maquinista. Residente no Rio, Pinheiro teria se colocado à disposição dos membros da SAIN, com um pagamento mensal proposto de 10$000 réis, aprovado inicialmente pela Assembleia Constituinte com parecer do cônsul francês Aymar de Gestas de Lespéroux (1786-1837), o Conde de Gestas. Posteriormente, a Assembleia Geral revisou a decisão, desaprovando tanto a nomeação quanto o valor do pagamento (ATAS: 1837-1847, p. 225, 262). Ainda em 1837, o próprio Conde de Gestas, sócio efetivo desde a fundação da Sociedade, assumiu temporariamente a função de "explicador", recebendo as máquinas enviadas à instituição todas as quintas-feiras (ATAS: 1837-1847, p. 293, 303). Com a morte de Gestas naquele ano, a questão da ausência de um maquinista específico no Conservatório permaneceu, e nos anos seguintes o presidente honorário da SAIN lamentava não ter sido encontrado um maquinista qualificado para reparar, conservar e construir novas máquinas (ATAS: 1837-1847, p. 287, 421).

Outra alternativa encontrada pode ter sido a encomenda a maquinistas instalados no Império sem, necessariamente, a sua contratação fixa como maquinista do Conservatório. Os casos anteriormente mencionados de discussão de encomendas a serem feitas pelo representante de inventores estrangeiros Allemão Carlos, em 1828, e do inventor João Bloem, de São Paulo, em 1841, são exemplares nesse sentido (ATAS: 1827-1836, p. 31; ATAS: 1837-1847, p. 474). Mas a ausência de um maquinista empregado pela Sociedade para cuidar somente do Conservatório continuou a ocupar os membros da instituição, como evidenciado na sessão de 1º de abril de 1865, quando se afirmou que a existência de uma biblioteca e de máquinas "não pode dispensar a de uma pessoa incumbida do serviço correspondente" (ATAS: 1865-1866, p. 1332). Ora, esse relato indica claramente que a função de "machinista" - guarda e explicador das máquinas, além de construtor e operador do seu conserto e limpeza -, muitas vezes exercida por porteiros, mas também por profissionais mais especializados e, por vezes, pelos próprios sócios, era considerada central para o desenvolvimento das atividades da Sociedade Auxiliadora por meio do seu Conservatório.

E não é que eles não existissem maquinistas no Brasil do oitocentos. Diversos escravizados atuavam como maquinistas, empregados em oficinas e manufaturas da cidade do Rio de Janeiro onde

a Sociedade Auxiliadora estava situada (SOARES, 2003, p. 21; SINDER, 2023, p. 75). Mas era também comum haver discordâncias quanto ao emprego desta mão de obra em trabalhos considerados mais complexos. Sobre isso, Luiz Caros Soares (2003) afirma que "Enquanto o trabalho livre, desenvolvido de preferência por homens brancos, era sinônimo de 'industriosidade', o trabalho escravo era associado exclusivamente à utilização da força física" (SOARES, 2003, p. 2).

Ora, é possível que o emprego de escravizados como 'machinistas' tenha sido, para os membros da Sociedade Auxiliadora, motivo de controvérsia, especialmente quando havia a necessidade de confecção, conserto e apresentação de máquinas tão diversas quanto "engenhos", "charruas", cestos e velas, ainda que isso não apareça explícito nas *Atas*. O fato é que as dificuldades recorrentes em encontrar um profissional à altura da função segundo as exigências da SAIN, podem ter repercutido em outras atividades, a exemplo da mobilização do acervo do Conservatório, como será analisado a seguir.

As formas mobilização do Conservatório

Quando assumiu a função de "explicador" das máquinas em 1837, o Conde de Gestas afirmou que se disponibilizava para a apresentação dos itens no acervo aos sócios e a recepção dos novos artefatos às quintas feiras na sala onde ficava o Conservatório (ATAS: 1837-1847, p. 293). Todavia, anteriormente, o fato de se abrirem somente às quintas para o público havia sido questionado pelos membros da SAIN (ATAS: 1827-1836: p. 73). Provavelmente, a preocupação, embora pareça simples, era com aqueles que não podiam estar presentes nas quintas-feiras para as demonstrações públicas. Ora, é com base em limitações como esta que a ação do Conservatório acabava se restringindo a um público bastante restrito de sócios, mais especificamente àqueles que estavam na Corte.

O acesso ao acervo também ocorria por meio de empréstimos de máquinas, para além da consulta *in loco,* muito embora muitos pedidos de empréstimo fossem recusados. Em 1837, Fernando Joaquim de Matos teve negado o empréstimo de um modelo de máquina a vapor, sendo orientado a realizar suas experiências na própria sala do Conservatório (ATAS: 1837-1847, p. 333). Antonio João Lessa recebeu resposta semelhante ao questionar sobre uma máquina para dosar águas, sendo instruído a verificar o equipamento pessoalmente (ATAS: 1837-1847, p. 376). Em contrapartida, alguns empréstimos foram autorizados, como o concedido em 1831 ao senhor de engenho dono da fazenda

Bom Jardim na província do Rio, o Marquês de Quixeramobim, que recebeu uma charrua e o maquinista Julião, ou a máquina para fabricação de açúcar enviada ao fabricante de máquinas no Rio João Esteves em 1846 (ATAS: 1827-1837, p. 132; ATAS: 1837-1847, p. 587). Esses exemplos mostram que, na maioria das vezes, o acesso se dava *in loco*, e que empréstimos eram restritos a sócios próximos à instituição, garantindo maior controle sobre os itens e seu retorno ao acervo.

Para além das solicitações feitas pela coroa para a aquisição de máquinas, pedidos também eram feitas pelos sócios para que a Sociedade as fabricasse, constituindo assim uma das formas de a própria instituição arrecadar recursos, uma vez que elas eram revendidas aos sócios. Esta também constituía outra forma de mobilização do Conservatório, uma vez que os modelos à ela solicitados eram revertidos aos seus sócios, mas, desta vez, definitivamente, por meio da compra. Esta foi inclusive uma das formas de receita listadas pela Assembleia constituinte no ano de 1852, no qual a "venda das máquinas" foi elencada com a quinta maior forma de receita da SAIN, atrás da prestação do tesouro, mensalidades dos sócios, joias (brindes, provavelmente) e da dívida ativa, ficando à frente até da assinatura do periódico e venda avulsa do folhetim (SESSÃO... 1852, p. 8). A posição da venda de máquinas com relação a outras atividades indica que o seu preço era bastante elevado, um fator certamente limitador a ser levado em consideração pelos sócios, especialmente àqueles que não podiam testá-las antes de adquiri-las.

Mas mesmo distantes da sede da SAIN, sócios e autoridades podiam acessar itens do Conservatório por meio das listas de máquinas e dos modelos, geralmente desenhos. Em 1831, Miguel Calmon du Pin e Almeida (1796-1865), o Visconde de Abrantes, solicitou uma lista das máquinas mais úteis do Conservatório (ATAS: 1827-1837, p. 128). Embora atuasse politicamente no Rio de Janeiro e futuramente presidisse a Sociedade Auxiliadora, era também senhor de engenho na Bahia e presidente da Sociedade de Agricultura, Commercio, e Industria da Provincia da província. Seu pedido visava, portanto, divulgar entre os agricultores locais o conhecimento sobre as máquinas do Conservatório. Outro exemplo, em 1848, o presidente da província da Bahia solicitou que fossem enviados modelos de máquinas segundo os "métodos modernos" aos agricultores da região (ATAS: 1847-1849, p. 695). Outros casos surgem nas *Atas*: em 1850, o sócio Azevedo pediu a cópia do desenho de uma "machina" de descoraçar algodão; em 1852, o Conselho de Obras Públicas do Ceará solicitou modelos de máquinas para fazer tijolos; e em 1861, o presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul

requisitou o envio de um modelo de forno para torrar farinha de mandioca, com as instruções necessárias para seu uso (ATAS: 1849-1850, p. 859; SESSÃO... 1852, p. 76; SESSÃO... 1861, p. 363).

Havia também outras formas de acesso aos serviços prestados pelo Conservatório. Como mencionado anteriormente, naquele espaço eram realizados exames, experimentações e testes com máquinas e amostras enviadas à Sociedade, permitindo explorar de maneira mais ampla as formas de mobilização do Conservatório pelos sócios, para além da consulta às máquinas e modelos. Nesse sentido, destacam-se diversos exemplos: em 1837, o senador e padre Francisco de Brito Guerra enviou à instituição uma amostra de cera produzida por um inseto que se alimentava na árvore chamada "Pereiro", proveniente da província da Paraíba, para que fosse analisada; em 1839, o presidente da província do Ceará remeteu produtos naturais e vegetais; em 1840, amostras de carvão mineral da província de São Pedro do Rio Grande do Sul foram enviadas; em 1848, meadas de seda indígena de Minas Gerais; e em 1850, plantas e sementes de cana-do-açúcar do Pará, entre outros casos (ATAS: 1837-1847, p. 380, 396, 455; ATAS: 1847-1849, p. 722, 947).

Nem todos esses envios receberam parecer ou resposta. Muitos eram solicitações de distribuição entre os sócios solicitadas pela própria Sociedade, como no caso das sementes, enquanto outros demandavam retorno da instituição. Em 1862, por exemplo, o senhor de engenho recifense Francisco Augusto da Costa questionou se uma barrica contendo sangue em pó, enviada como estrume, havia sido entregue e quais os resultados obtidos com as experiências (SESSÃO... 1862, p. 42). A resposta já havia sido publicada no *Auxiliador* em 1860, isto é, dois anos antes da carta de Augusto da Costa. O parecer, reconhecendo o mérito das experiências, também salientava a precedência francesa na matéria (SESSÃO... 1860, p. 82-84).

Essas solicitações, cartas e ofícios evidenciam as dificuldades de acesso às máquinas, aos modelos e aos recursos do Conservatório para sócios de diversas províncias. O acesso às instalações era crucial, pois ali se realizavam explicações, ensaios e exames. Limitados à leitura da literatura fornecida pela Sociedade - modelos, instruções e o próprio periódico -, os sócios enfrentavam barreiras no aprendizado prático, gerando assimetrias internas que impactavam a organização e a manutenção do Conservatório. Mais do que um problema de alcance, a própria literatura técnica apresentava limitações significativas para sua efetiva mobilização no Brasil oitocentista, sobretudo em um país onde, como observava o famoso escritor Machado de Assis (1839-1908) ao comentar o censo de 1872, cerca de

70% da população não sabia ler (SCHAPOCHNIK, 2018, p. 204). O mesmo desafio de mobilização e de leitura pode ser dito sobre o domínio de textos técnicos, frequentemente de alta especialização, e que representava um obstáculo adicional à consolidação da instituição, mesmo com os esforços de mediação empreendidos por vários membros da SAIN. Se por um lado restavam opções para os sócios distantes como a de manterem-se comunicados das novidades divulgadas pela Sociedade Auxiliadora por meio da literatura produzida por ela, por outro, casos como o de Francisco Augusto da Costa demonstram que até nesse quesito as dificuldades de alcançar estes sócios distantes da sede eram imensas.

Conclusão

Desde os primeiros anos de funcionamento, a partir de 1827, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional investiu recursos significativos na aquisição de máquinas e modelos, fazendo do Conservatório um espaço central de suas atividades. Com o passar das décadas, no entanto, esse protagonismo foi sendo gradualmente reduzido, como evidenciam as discussões nas *Atas*. A partir de meados do século XIX, multiplicam-se as referências à inutilização de aparelhos e até mesmo à venda de peças do acervo. Nas discussões do Conselho, desde 1863 aparecem solicitações para a recuperação do uso das salas anteriormente destinadas ao armazenamento das máquinas da Sociedade, situadas no pavimento térreo do Museu Nacional. Com o remanejamento do acervo do Conservatório e a falta de espaço adequado para sua organização, registraram-se relatos de que as máquinas se encontravam amontoadas em outros locais, em desordem e em processo de deterioração.

Tal situação era interpretada como descumprimento dos próprios Estatutos da SAIN, que previam o funcionamento regular do Conservatório de Máquinas (ATAS, 1867-1868, p. 1883). Assim, no mesmo texto em que reclamava da inutilização das máquinas, Frederico Cesar Leopoldo Burlamaqui (1803-1866), à época o presidente da SAIN, exaltava a tradição do Conservatório, ao lembrar que "desde 26 de Agosto de 1821 a sociedade se acha de posse desses salões", referindo-se às iniciativas de Ignacio Alvares e à sua iniciativa de subscrição para montagem de uma coleção de máquinas já em 1821 (SESSÃO, 1863, p. 282).

As discussões a ausência de um espaço específico para a conservação das máquinas da Sociedade prolongaram-se nas sessões subsequentes, de modo que a insistência na questão da ausência

de espaços para a conservação do acervo – e na consequente impossibilidade de sua utilização pelos sócios – evidencia que o problema não fora solucionado pelo diretor do Museu Nacional à época, o médico Francisco Freire Allemão (1797-1874). Esse enfraquecimento, no entanto, não significou o desaparecimento do Conservatório mas antes a redefinição de suas funções dentro da instituição, ora como símbolo de uma tradição, ora como espaço de práticas adaptadas às novas demandas.

Até pelo menos próximo a sua extinção, em 1904, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional parece ter mantido alguns dos seus itens do acervo, não mais como Conservatório de Máquinas, no entanto, mas como um Museu. Em janeiro de 1870, numa reunião do Conselho, surgiu a preocupação entre os membros da SAIN em classificar e organizar livros e máquinas do acervo, de modo a torná-los realmente úteis para consulta (ATAS: 1869-1870, p. 2239). Isso mostra que o acervo ainda existia, mas permanecia mal aproveitado e desordenado. Em junho daquele mesmo ano, surgiu uma proposta de construção de um edifício próprio da Sociedade na cidade do Rio, que reuniria as salas de sessão, escolas primárias e industriais, biblioteca, Conservatório de Máquinas e Museu Industrial (ATAS: 1869-1870, p. 2270). Essa proposta demonstra tanto os conflitos que existiam com a dependência do Museu Nacional quanto a tentativa de afirmar autonomia institucional. Extinta finalmente em 1904, a Sociedade Auxiliadora se funde com o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, dando nascimento ao Centro Industrial do Brasil, não pondo em prática o projeto de fundar, no Rio de Janeiro, uma Sociedade Auxiliadora independente.

A análise da trajetória do Conservatório evidencia também os limites estruturais da SAIN, que podem ter contribuído para sua desintegração, como se procurou demonstrar ao longo do texto. Por seu caráter de instituição vinculada à prática, ao aprendizado tácito e *in loco*, o Conservatório configurou-se simultaneamente como retrato e agente das assimetrias industriais no Império. Como já apontado pela literatura, as exposições industriais, ao reunirem objetos, artefatos e máquinas provenientes de diferentes partes do mundo, funcionavam como vitrines das disparidades internacionais. A disposição de diversos países em tendas e estandes, cada qual exibindo catálogos e peças de sua produção, criava a aparência de igualdade de condições industriais que, na realidade, ressaltava as desigualdades entre o Atlântico Norte e as demais regiões (SANJAD, 2017; MARTINS, 2020, p. 499). Esses espaços – exposições, feiras, museus e coleções de máquinas – refletiam e reproduziam não apenas as assimetrias globais, mas também as internas e regionais. Como observa

Pretel (2024, p. 236), compreender essas disparidades intrarregionais é fundamental para analisar os processos industriais e técnicos na América Latina para além da ótica estrita do Estado-nação.

A centralização de suas atividades na Corte foi também percebida e contestada pelos próprios membros dentro da SAIN, como indicou o botânico Ludwig Riedel (1790-1861) em uma das sessões do ano de 1847, ao criticar a concentração de iniciativas técnicas no Rio de Janeiro realizada pela associação (ATAS: 1847-1849: 701-702). Essa tensão expõe um dos maiores dilemas enfrentados pela Sociedade: conciliar a dimensão cosmopolita de seu acervo - fortemente marcado pela influência europeia e norte-americana - com a necessidade de interiorizar suas ações, de favorecer os comerciantes, produtores e agricultores locais e alcançar aqueles que estavam dispersos pelo território imperial.

À luz disso, pode-se compreender melhor o significado histórico do Conservatório de Máquinas. Ele encarnava, de modo exemplar, as concepções de "indústria" e "machina" formuladas por José da Silva Lisboa (1999 [1810]) e Ignacio Alvares (1977 [1828]), ao mesmo tempo em que materializava o projeto de "cosmopolitização" da Sociedade Auxiliadora destacado por historiadoras como Maria Odila Dias (2005 [1972]). Mas sua própria trajetória também evidencia as desigualdades desse processo: enquanto alguns sócios tinham acesso direto às máquinas, outros dependiam de listas, descrições ou empréstimos limitados. O Conservatório, portanto, simboliza tanto a ambição de difundir saberes técnicos pelo Império quanto os obstáculos e assimetrias que marcaram a construção da indústria e da técnica no Brasil oitocentista.

Fontes

ATAS: 1827-1837. Rio de Janeiro: SAIN, 1827-1837, v. 1.
ATAS: 1837-1847. Rio de Janeiro: SAIN, 1837-1847, v. 2.
ATAS: 1847-1849. Rio de Janeiro: SAIN, 1847-1849, v. 3.
ATAS: 1849-1850. Rio de Janeiro: SAIN, 1849-1850, v. 4.
ATAS: 1855-1856. Rio de Janeiro: SAIN, 1855-1856, v. 5.
ATAS: 1857-1858. Rio de Janeiro: SAIN, 1855-1856, v. 6.
ATAS: 1865-1866. Rio de Janeiro: SAIN, 1865-1866, v. 8.
ATAS: 1867-1868. Rio de Janeiro: SAIN, 1867-1868. v. 9.

ATAS: 1869-1870. Rio de Janeiro: SAIN, 1869-1870. v. 10.

BLAKE, Augusto Victoriano Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brazileiro**. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883.

BLAKE, Augusto Victoriano Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brazileiro**. v. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

BRASIL. Alvará de 15 de julho de 1809, que estabelece contribuições para as despesas da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Planalto (Casa Civil). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/alv/1809/alv-15-7-1809.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

DEBRET, Jean Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil ou séjour d'un artiste Français au Brésil depuis 1816 jusqu'en inclusivement, époques de l'Avénement et de l'Abdication de S. M. D. Pedro Ier. Fondateur de l'Empire brésilien dedié à l'Académie des Beaux-Arts de l'Instutut de France, par J. B. Debret, premier peintre et professeur de l'Académie Impériale brésilienne des beaux-arts de Rio Janeiro, peintre particulier de la Maison Impéraile, membre correspondant de la classe des beaux-arts de l'Institut de France, et Chevallier de l'Ordre du Christ**. Tome Premier. Paris: Firmin Didot Frères, Imprimeurs de l'Institut de France, 1835.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 13 de setembro de 1821, n. 12, p. 93, 1821.

DISCURSO QUE NO FAUSTÍSSIMO DIA 19 DE OUTUBRO DE 1827 EM QUE FOI INSTALADA A SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL RECITOU IGNACIO ALVARES PINTO DE ALMEIDA (1828). Edição Comemorativa do Sesquicentenário do CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1977 [1828].

ESTATUTOS da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, 23/06/1831. Encadernado.

MATTOS, Raimundo da Cunha. LISTA. DOS MEMBROS DA SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL EM JANEIRO DE 1838. **O Auxiliador da Indústria Nacional**, Rio de Janeiro, p. 34-40, 1837.

SESSÃO DA ASSEMBLÉA GERAL EM 1 DE SETEMBRO DE 1852. **O Auxiliador da Industria Nacional**, Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense, 1852.

SESSÃO DA ASSEMBLÉA GERAL EM 28 DE JUNHO DE 1852. **O Auxiliador da Industria Nacional**, Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense, 1852.

SESSÃO DO CONSELHO EM 1º DE FEVEREIRO DE 1860. **O Auxiliador da Indústria Nacional**, Rio de Janeiro, Typ. de N. L. Vianne & Filhos, 1860.

SESSÃO DO CONSELHO, EM 15 DE NOVEMBRO DE 1852. **O Auxiliador da Industria Nacional**, Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense, 1852.

SESSÃO DO CONSELHO EM 15 DE JUNHO DE 1863. **O Auxiliador da Indústria Nacional**, Rio de Janeiro, Typ. de N. L. Vianna & Filhos, 1863.

SESSÃO DO CONSELHO EM 16 DE JULHO DE 1860. **O Auxiliador da Indústria Nacional**, Rio de Janeiro, Typ. de N. L. Vianne & Filhos, 1860.

SESSÃO DO CONSELHO EM 16 DE DEZEMBRO DE 1863. **O Auxiliador da Indústria Nacional**, Rio de Janeiro, Typ. de N. L. Vianna & Filhos, 1863.

SESSÃO DO CONSELHO EM 16 DE AGOSTO DE 1861. **O Auxiliador da Indústria Nacional**, Rio de Janeiro, Typ. de N. L. Vianna & Filhos, 1861.

SESSÃO DO CONSELHO EM 2 DE JANEIRO DE 1851. **O Auxiliador da Industria Nacional**, Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense, 1851.

SESSÃO DO CONSELHO EM 2 DE JANEIRO DE 1851. **O Auxiliador da Industria Nacional**, Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense, 1851.

SESSÃO DO CONSELHO EM 3 DE JANEIRO EM 1862. **O Auxiliador da Industria Nacional**, Typographia de N. L. Vianna e Filhos, Rio de Janeiro, 1862

VASCONCELLOS, B. **Archivo nobiliarchico brasileiro**. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918

Bibliografia

ANDERSON, Robert G. W. "What is Technology?" Education Through Museums in the Mid-Nineteenth Century," Br. J. **The British Journal for the History of Science**, v. 25, n. 2, 169-184, 1992.

ANDRADE, André Luiz Alípio de. **Variações sobre um tema**: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas. 2002. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=491181>. Acesso em: 28 ago. 2025.

AUERBACH, Jeffrey A. **The Great Exhibition of 1851**: A Nation on Display. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1999.

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: o templo carioca de palas Atena**. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=170501>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BLOUIN, Daniel; EMPOTZ, Gérard.. La Société d'encouragement pour l'industrie nationale et le Conservatoire des arts et métiers (1801-1811). **Artefact**, v. 10, p. 75-95, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/artefact/3933>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BLOUIN, Daniel. Présenter, évaluer, promouvoir l'invention par le dessin technique: le concours des presses lithographiques de la Société d'encouragement pour l'industrie nationale (1826-1831). *In*: BAUDRY, Jerôme; NÈGRE, Valérie (dir). **Dessiner la technique. Pensée et discours visuels (XVIe-XXe siècles).** Paris: Presses des Mines, collection Histoire, science, techniques et sociétés, 2024, p. 159-175.

CAIRU, José da Silva Lisboa, Visconde de. **Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1999 [1810].

CARONE, Edgard. **O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977)**. Rio de Janeiro, CIRJ/Cátedra, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 337-359, 1996. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/download/2029/1168/3508>. Acesso em: 28 ago. 2025.

CHAPPEY, Jean-Luc. Questões sociais e políticas da "vulgarização científica" na Revolução [francesa] (1780-1810). (Tradução de Kaori Kodama, José Roberto Silvestre Saiol e Josiane Silva de Alcântara). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 358-392, jan./jun., 2023. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/874>. Acesso em: 28 ago. 2025.

CRIBELLI, Teresa. **Industrial Forests and Mechanical Marvels**: Modernization in Nineteenth-Century Brazil. New York: Cambridge University Press, 2016.

DAUMAS, Vincent. Les mines de plomb argentifère de Huelgoat-Poullaouen : une porte d'entrée à la technique industrielle (XVIIIe-XIXe siècles). Carhaix et le Poher. Langues de Bretagne. Actes du congrès de Carhaix. **Mémoires de la Société d'Histoire et d'Archéologie de Bretagne**, CI, SHAB - Société d'Histoire et d'Archéologie de Bretagne, p. 169-192, 2023. Disponível em: <https://univ-rennes2.hal.science/ERIMIT/hal-04282378v1>. Acesso em: 28 ago. 2025.

DUFAUX, Lionel. Les collections techniques, source pour l'historien. **Artefact**, v. 5, p. 163-175, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/artefact/703>. Acesso: 26 ago. 2025.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *In*: **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005 [1972], p. 39-126.

DOLAN, Brian. Embodied skills and travelling savants: experimental chemistry in Eighteenth-Century Sweeden and England. *In*: SIMÕES, Ana, CARNEIRO, Ana e DIOGO, Maria Paula (orgs.). **Travels of Learning.** A geography of science in Europe. Dordrecht/Boston/Norwell MA, London: Kluwer Academic Publishers, 2003, p. 115-142.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. **Ciência um caso de política**. As relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império. 1995. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, USP-FFLCH. 1995.

FARIA JÚNIOR, C. DE. **O pensamento econômico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú**. 2008. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

FERGUSON, Eugene. Technical Museums and International Exhibitions. **Technology and Culture**, v. 6, n. 1, Museums of Technology, p. 30-46, 1965.

FILGUEIRAS Carlos A. L. Pedro de Alcantara Lisboa, químico brasileiro no século XIX. **Quim. Nova**, v. 45, n. 7, p. 891-900, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/zNdkGkXXvfhZvVPMxXN4brf/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2025.

FREITAS FILHO, Almir Pita. Tecnologia e Escravidão no Brasil: Aspectos da Modernização Agrícola nas Exposições Nacionais da Segunda Metade do Século XIX (1861-1881). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 71-92, mar./ago., 1991. Disponível em: <https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=19>. Acesso em: 28 ago. 2025.

GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luis Miguel; MARINHO, Pedro (Org.). **Formas do Império**: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HEIZER, Alda. Considerações sobre a participação da América Latina nas Grandes Exposições da segunda metade do século XIX. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 9, p. 1-16, 2010. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1396/1267>. Acesso em: 30 jul. 2020.

HILAIRE-PÉREZ, Liliane. **L'invention technique au siècle des Lumières**. Paris: Éditions Albin Michel, 2000.

JARRIGE, François. La question des machines, le travail et les savoirs au XIXe siècle. **Artefact. Techniques, histoire et sciences humaines**, n. 13, p. 281-315, 2021.

LOPES, Maria Margareth. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. Brasília, DF: Ed. Unb, 2009.

MALAVOTA, Leando Miranda. **Inovar, modernizar, civilizar**: considerações sobre o sistema de patentes no Brasil (1809-1882). 2011. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2011.

MALAVOTA, Leandro Miranda. Liberalismo, progresso técnico e propriedade na obra de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. **História Econômica & História de Empresas**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 380-412, 2022. Disponível em: <https://mail.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/713>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MARTINS, Mônica de Souza Nunes. O espetáculo da economia: a primeira exposição nacional da indústria no Império do Brasil, em 1861. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, 497-517, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/BdnMzcxgjs9frNTY7yFKnYb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2025.

PENTEADO, David Francisco de Moura. O Auxiliador da Indústria Nacional Um periódico a serviço do Estado brasileiro (1833–1896). **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 8, n. 15, p. 126-142, jul-dez, 2018. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/5635/9046>. Acesso em: 28 ago. 2025.

PORTUONDO, Maria M. La convergence américaine : Méso-Amérique et Amérique du Sud. *In*: CARNINO, Guillaume; HILAIRE-PÉREZ, Liliane; KOBILJSKI, Aleksandra. **Histoire des techniques. Mondes, sociétés, cultures XVIe-XVIIIe siècle**. Paris: Presses Universitaires de France, 2016, p. 195-229.

PRETEL, David; FERNÁNDEZ-DE-PINEDO, Nadia. Circuits of Knowledge: Foregin Technology and Transational Expertise in Nineteenth-century Cuba. LEONARD, A. B., PRETEL, David. **The Caribbean and the Atlantic World Economy**: Circuits of trade, money and knowledge, 1650-1914. New York: Palgrave Macmillan, 2015, p. 263-289.

PRETEL, David. Latin America in the Global History of Technology. *In*: CARNINO, Guillaume; HILAIRE-PÉREZ, Liliane; LAMY, JÉRÔME (org.). **Global History of Techniques**. Brepols Publishers: Turnhout, 2024, p. 235-260.

SANJAD, Nelson. Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, jul.-set., p. 785-826, 2017.

SAUVALLE, Chloé. Les vicissitudes d'une collection d'objets techniques au xixe siècle : le cabinet des machines de la Société d'encouragement pour l'industrie nationale. **Artefact**, n. 5, p. 27-40, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/artefact/613>. Acesso em: 28 ago. 2025.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Livros e leitura para o povo: ascensão e decadência das Bibliotecas Populares no Império Brasileiro, 1870-1889. **Historia y Espacio**, v. 14, n. 51, p. 99-229, 2018. Disponível em: <https://historiayespacio.univalle.edu.co/index.php/historia_y_espacio/article/view/7275/10025>. Acesso em: 24 de jul. de 2020.

SINDER, Matheus. As fábricas através do Tribunal da Junta do Comércio: Uma breve análise do surgimento da indústria no Brasil. **História e Economia**, Niterói, v. 29, p. 119-132, 2024. Disponível em: <https://dehesa.unex.es/server/api/core/bitstreams/5de1696b-07bf-46ee-952e-47ae5b0534ef/content>. Acesso em: 28 ago. 2025.

SINDER, Matheus. **O Nascimento da Indústria no Brasil:** economia escravista, fábricas e capitalismo no século XIX (1808-1870). 2023. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói. 2023.

SOARES, Luiz Carlos. A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX. **V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência internacional de História de Empresas**. Caxambu: [s.n.], 2003. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_luiz_carlos_soares_a-escravidao-industrial-no-rio-de-janeiro-do-seculo-xix.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.

SOARES, Luiz Carlos. Indústria (verbete). *In*: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo (orgs.). **Dicionário da Independência do Brasil**: História, Memória e Historiografia. São Paulo: Edusp, 2022, p. 500-504.

TOMICH, Dale. Commodity Frontiers, Spatial Economy, and Technological Innovation in the Caribbean Sugar Industry, 1783-1878. *In*: LEONARD, A. B., PRETEL, David. **The Caribbean and the Atlantic World Economy**: Circuits of trade, money and knowledge, 1650-1914. New York: Palgrave Macmillan, 2015, p. 184-216.

VANUCCI, João Carlos Piedade. **As invenções técnicas brasileiras no Segundo Reinado**. Estudo das Comissões Técnicas da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional nas concessões de privilégios de patentes entre 1833 e 1862. 2016. Tese (Doutorado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2016.

WERNECK DA SILVA, José Luiz. **Isto é o que me parece**: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na Formação Social Brasileira. A conjuntura de 1871 até 1877. 1979. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humans e Filosofia, Niterói, v. 1, 1979.

Temporalidades

O Imperial Observatório do Rio de Janeiro de 1850 a 1865: principais aspectos da direção de Antônio Manuel de Mello

The Imperial Observatory of Rio de Janeiro from 1850 to 1865: main aspects of the management of Antônio Manuel de Mello

Olivia da Rocha Robba
Doutoranda em História
Universidade Federal Fluminense (UFF)
prof.oliviarobba@gmail.com

Recebido: 08/08/2025
Aprovado: 07/11/2025

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a história do Imperial Observatório do Rio de Janeiro (Iorj) durante a gestão de Antônio Manuel de Mello (1850-1865). Ao longo da pesquisa será demonstrado o seu esforço para consolidar o Iorj como uma instituição científica relevante através da realização de obras com o fim de ampliar o seu espaço, da aquisição de instrumentos científicos, das atividades científicas realizadas ao longo de sua gestão e das redes de sociabilidades estabelecidas naquele espaço. Assim, buscamos contribuir para a historiografia desta importante instituição científica em seus primeiros anos de existência, quando esta encontrava-se destinada à profissionalização dos alunos da Academia Militar da Corte.

Palavras-chave: História das Instituições Científicas; Imperial Observatório do Rio de Janeiro; Antônio Manuel de Mello.

Abstract: This article aims to analyze the history of the Imperial Observatory of Rio de Janeiro (Iorj) during the management of Antônio Manuel de Mello (1850-1865). Throughout the research, his effort to consolidate the Iorj as a relevant scientific institution will be demonstrated through the execution of works to expand its space, the acquisition of scientific instruments, the scientific activities carried out throughout his management and the networks of sociability established in that space. Thus, contributing to the historiography of this important scientific institution in its first years of existence, when it was intended for the professionalization of students from the Military Academy of the Court.

Keywords: History of Scientific Institutions; Imperial Observatory of Rio de Janeiro; Antônio Manuel de Mello.

Introdução

Em 10 de agosto de 1850, no dia seguinte à morte do astrônomo francês Soulier de Sauve[1], Antônio Manuel de Mello foi nomeado diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro (Iorj), o terceiro a ocupar este cargo desde a sua criação.

Institucionalizado através do decreto de 15 de outubro de 1827 (Brasil, 1827), assinado por D. Pedro I, o Iorj tinha o objetivo de profissionalizar os alunos da Academia Real Militar (ARM) e da Academia de Guardas-Marinha (AGM), que tinham o ensino de Astronomia como parte integrante do currículo de formação da jovem oficialidade da Corte (Robba, 2011).

Nas palavras do astrônomo Adolfo Campos (2022, p. 2):

> A Astronomia desempenhava um papel chave ao fornecer a ciência necessária para a conversão de medidas de posição de estrelas no céu, em determinações da posição do observador sobre a superfície seja na terra ou no mar e permitindo a descrição detalhada do terreno, o que levava a confecção de mapas e cartas topográficas. Este era o motivo principal da inclusão obrigatória de conteúdos de Astronomia nos currículos das Academias Militares do século XIX, que tinham como missão primeira formar pessoal habilitado na confecção cartas topográficas ou de navegação.

Inicialmente, o Iorj funcionava em um torreão situado no prédio da ARM, situado no Largo de São Francisco de Paula, no Centro do Rio de Janeiro. Na década 1840, durante a gestão de Soulier de Sauve, foi transferido para o alto da igreja dos jesuítas, no Morro do Castelo, também na Corte, onde funcionou precariamente até a década de 1920, quando foi transferido para o Morro de São Januário, em São Cristóvão, durante a gestão do astrônomo francês Henrique Morize[2] (Robba, 2011).

A historiografia sobre o tema (Morize, 1987; Barreto, 1987; Videira, 2007; Barboza, 2010; Robba, 2011; Rodrigues, 2012; Nader, 2015) destaca esse período como marcado pelo esforço para ampliar o espaço físico do observatório, além da aquisição de instrumentos e da formação das primeiras expedições de observações de fenômenos astronômicos, sobretudo, de eclipses do Sol. Tais constatações se baseiam, sobretudo, a partir da obra de Henrique Morize, escrita em comemoração

[1] Eugênio Antônio Fernando Soulier de Sauve (? - 1850). Nasceu na França. Provavelmente incorporou o seu local de nascimento "de Sauve" ao seu nome. Professor de Química, Física, Matemática e Astronomia, chegou ao Brasil em 1840, a bordo do *navio-escola Oryental Hidrographe*. Contratado como lente da Escola Militar da Corte em abril daquele mesmo ano, tornou-se o segundo Diretor do Iorj (1845-1850) (Turazzi, 2020, p. 111).

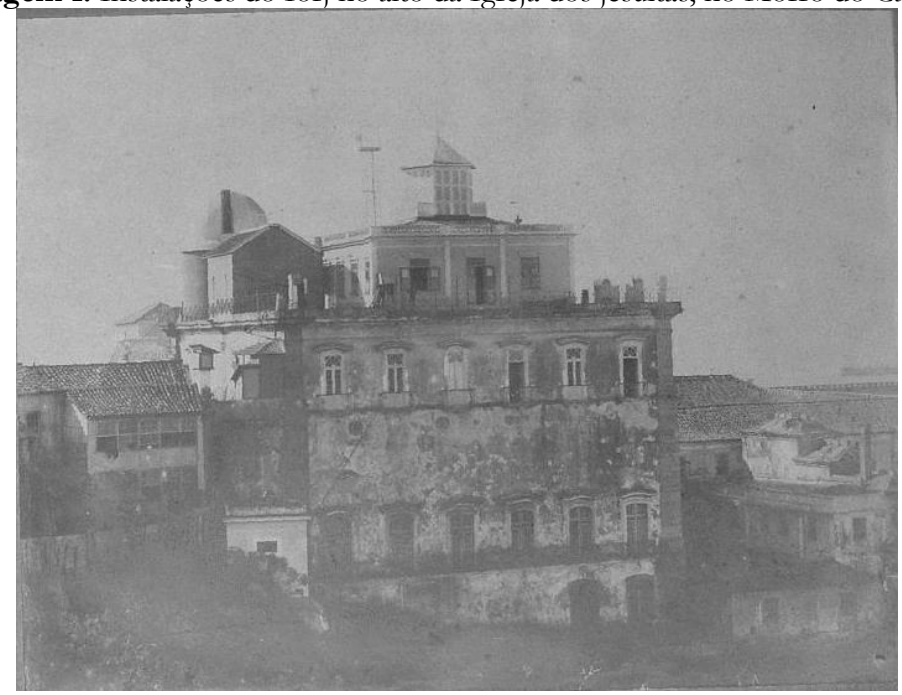
[2] Henrique Morize, nasceu em 1830, em Beaune, na França. Formado em engenharia industrial, atuou como astrônomo e foi diretor do Observatório Nacional (ON) entre 1908 e 1929. Também foi o primeiro diretor e fundador da Sociedade Brasileira de Ciências (ABC), atual Academia Brasileira de Ciências, e foi um dos cientistas mais prestigiados no Brasil na primeira metade do século XX. Mais informações, ver:Videira (2003).

pelo centenário do Observatório Nacional (ON), uma das principais referências sobre a história da criação do Iorj.

Por se basear unicamente nos decretos, regulamentos e ofícios trocados entre os diretores do Observatório e o *Ministério da Guerra,* provavelmente da *Série Guerra,* que estão sob a guarda do *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro,* ante à falta de informações sobre suas atividades e cotidiano, leva-nos a crer que o observatório possa ter passado por momentos de "inatividade". Fontes como os *Relatórios do Ministério da Guerra* e publicações feitas nos principais periódicos da época, fornecem novas informações sobre o seu cotidiano e funcionamento neste período que carece de mais pesquisas.

No que se refere a Antônio Manuel de Mello, pouco se sabe sobre a trajetória deste que ocupou a direção do Iorj por aproximadamente 15 anos, constituindo a gestão mais longa do período em que o observatório esteve submetido ao *Ministério da Guerra* e vinculado ao ensino e profissionalização dos alunos das academias militares instaladas na corte, que vai desde a sua criação, em 15 de outubro de 1827 a 1871, na gestão de Emmanuel Liais[3].

Imagem 1: Instalações do Iorj no alto da Igreja dos jesuítas, no Morro do Castelo



Fonte: Mast, 1905.

[3] Emmanuel Liais (1826-1900), foi um astrônomo francês que trabalhou no Observatório de Paris, residente no Brasil desde 1858. Liais ocupou a Direção do Iorj de 1870 a 1881. Para mais informações, ver: Barboza (2002) e Heizer (2005; 2008).

Este artigo pretende, através de pesquisa documental nas publicações dos principais periódicos em circulação na Corte, acessíveis através da *Hemeroteca* da Biblioteca Nacional, trazer novas fontes e informações sobre os 15 anos em que Antônio Manuel de Mello ocupou a direção do Iorj que, dentro da lógica da sociedade de Antigo Regime que ainda caracterizava o Brasil na segunda metade do oitocentos, constituía um privilégio real concedido àqueles que possuíam laços estreitos de lealdade com a coroa.

António Manuel de Mello: apontamentos sobre a sua trajetória

Nascido no dia 2 de outubro de 1802 na província de São Paulo, na época governada pelo seu pai, o *Capitão-General* António Manuel de Melo Castro e Mendonça (1761 - 1812)[4], filho de Maria Fausta de Castro (1790 - s.i.), António Manuel de Mello era trineto por varonia de António de Melo e Castro (1620 - s.i.), o 29.º vice-rei da Índia.

Imagem 2: Antonio Manoel de Mello (1802-1866)



Fonte: Observatório Nacional, s.i.

[4] António Manuel de Melo e Castro de Mendonça (1761 - 1812) foi um fidalgo e administrador colonial português. Governador da capitania de São Paulo (1797 - 1802) e de Moçambique (1809 - 1812), pelo lado paterno, descendia da família Mello e Castro, alcaides-mores de Colares, comendadores de Fornelos na Ordem de Cristo, da qual provinha, ao longo da expansão portuguesa, destacadas personalidades religiosas, militares, navegadores, vice-reis e governadores coloniais. Era trineto, por varonia, do 29.º vice-rei da Índia, António de Melo e Castro. Ver: Sousa; Santos (2023).

Nuno Gonçalo Monteiro chama atenção para a "[...] existência de redes imperiais envolvendo numa teia de interesses múltiplos, mas onde se incluíam sempre atividades mercantis, governadores, elites locais, burocratas e negociantes" (2005, p. 94) que sustentavam o vasto império português no ultramar, constituindo uma hierarquia política composta por famílias de primeira nobreza, dentre as quais "[...] o primeiro ramo fidalgo com amplas raízes na governança da Índia desde 1650, é o dos Melo e Castro" (Cunha; Monteiro, 1995, p. 112).

Pesquisas recentes sobre as interações sociais entre a nobreza da terra da América Portuguesa e os oficiais régios incumbidos pelo governo dos povos e territórios ultramarinos a exemplo das capitanias de São Paulo (Pombo, 2019), da Paraíba (Chaves Junior, 2015), da Bahia (Souza, 2022; 2023), e do Grão-Pará e Maranhão (Santos, 2018), demonstram como diversos membros da família Mello e Castro, fidalgos de primeira nobreza que ao longo de gerações atuaram como expressão do poder real nas possessões lusas, ocupando diversos cargos de governança nos domínios ultramarinos de Portugal.

Nívia Pombo (2019) em sua análise sobre o posicionamento social de um grupo de governadores que atuou nas conquistas portuguesas entre os anos de 1796 e 1803, período que coincide com a atuação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho como *Ministro da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos*, demonstra como em contraposição à concepção de honra e fidalguia defendida pela aristocracia portuguesa, é possível identificar a emergência de um novo grupo denominado "enobrecidos", que ascendiam aos cargos da Coroa pelo critério do "talento", que conjugava origem aristocrática e formação acadêmica, dentre os quais figura o pai de Antônio Manuel de Mello, António Manuel de Mello e Castro de Mendonça, formado em Matemática pela *Academia Real da Marinha* de Lisboa.

Ao longo de sua pesquisa, Nívia Pombo demonstra como ao final do séc. XVIII os critérios de recrutamento de governadores e vice-reis, postos do topo da aristocracia portuguesa, por meio da remuneração das casas com títulos nobiliárquicos, sofreu profundas transformações com a inclusão de novos valores e critérios como a valorização da formação ilustrada:

> [...] a formação no espírito das Luzes oferecida pelo Estado passou a representar um diferencial fundamental dentro da intensa disputa política do reinado mariano no final do século XVII. A formação no Colégio dos Nobres somada ao diploma da Universidade de Coimbra não representavam uma ampliação nos circuitos de

> nomeação da monarquia; ao contrário, criava outra clivagem, ao conjugar a tradição do sangue com o mérito da formação ilustrada, dotando-as de uma aptidão peculiar para o serviço régio cada vez mais especializado (Pombo, 2019, p. 187).

Também identificados como "homens de ciência" (Kury, 2004), estes personagens dotados de uma formação ilustrada de nível superior eram considerados mais capacitados para a administração racional das possessões portuguesas no ultramar, o que passou a ser valorizado após as reformas pombalinas na virada do século XVIII para o XIX. Tais personagens tornaram-se essenciais no processo de interiorização da metrópole portuguesa no Brasil (Dias, 2005).

Antônio Manoel de Mello era, portanto, oriundo de uma casa fidalga, um "enobrecido" de acordo com Nívia Pombo. Sua família era possuidora de domínios patrimoniais e comprometida com a administração do vasto império português através da ocupação de altos cargos militares e administrativos, do envolvimento com atividades mercantis de grosso trato, que conectavam todo o reino através da circulação de mercadorias, de ideias e de pessoas.

Em 1813, Antônio Manoel de Mello assentou praça na Cavalaria[5] (Blake, 1893). Em 1824, graduado com a patente de *Tenente*, foi transferido para o Rio Grande do Sul para participar da Guerra da Cisplatina, com destaque para a Batalha do Passo do Rosário, também conhecida como Batalha de Ituzaingó, a maior batalha campal em território brasileiro, ocorrida em 20 de fevereiro de 1827, da qual o Brasil saiu vitorioso. Neste mesmo ano foi promovido a *Capitão*.

Em 1834 foi transferido para o *Corpo de Engenheiros* da Corte e, logo em seguida, nomeado vice-diretor da *Fundição Ipanema*, onde permaneceu até 12 de setembro de 1836. Retornou em 1842, como diretor da *Escola Central*. Em 1845 foi nomeado diretor do *Arsenal da Corte*.

Em 1856 Antônio Manoel de Mello foi um dos primeiros a receber o grau de Doutor em Matemáticas no Brasil, concedido a um grupo de professores da Escola Militar pelo Imperador D. Pedro II sem a necessidade de defesa de tese, juntamente com Pedro de Alcântara Bellegarde e Soulier de Sauve, primeiro e segundo diretor do Observatório Astronômico, respectivamente.

Para Rosa Lúcia Sverzut Baroni e Célia Peitl Miller (2008, p. 103):

[5] Não há informação sobre qual Academia Militar Antônio Manoel de Mello assentou praça na Cavalaria. Conto, Escragnolle Dória afirma que ele teria se formado na *Academia Real Militar* do Rio de Janeiro (Doria, 1944).

> O grau de Doutor, além de garantir status na sociedade, também era essencial para quem pretendia exercer o magistério na Escola Militar e, na sequência, na Escola Central, pois o cargo de professor substituto (que antecedia a cátedra) era disponível apenas aos doutores. Essa situação mudou posteriormente, mas, mesmo assim, os doutores e professores dessas instituições eram muito requisitados pelo governo para ocupar cargos políticos ou de grande responsabilidade técnica.

No dia seguinte à morte do francês Soulier de Sauve, por quem foi preterido em 1845, Antônio Manoel de Mello, lente de Matemática do 4º ano da foi nomeado diretor do Iorj em 10 de agosto de 1850:

> Sendo tão intimamente ligada à teoria e à prática da Astronomia, e vagando por morte do Dr. Eugênio Antônio Fernando Soulier de Sauve a cadeira do Observatório, entendeu o Governo que um só Lente poderia, com proveito do serviço, reger a cadeira do quarto ano, e dirigir o Observatório. O Conselheiro Antônio Manoel de Mello foi incumbido destes trabalhos, e a experiência demonstra a utilidade da medida.
> A economia feita com a supressão de um lugar de Lente Proprietário, pôde com muita vantagem ser aplicada a criação de mais uma cadeira de Desenho (Relatório do Ministério da Guerra, 1851, p. 7).

A opção por Antônio Manoel de Mello, também representou para o Ministério da Guerra uma economia com a possibilidade de concentrar as aulas de Astronomia para os alunos do 4º ano da Escola Militar e as aulas práticas no Observatório sob a responsabilidade de um único lente, o que resultou na economia de 1.800$000 (um conto e oitocentos mil réis), que poderia ser destinada à abertura de uma vaga para a cadeira de Desenho.

Em 17 de maio de 1863, Antônio Manoel de Mello precisou se ausentar da direção do Iorj para ocupar pela segunda vez[6] o cargo de *Ministro da Guerra*, deixando-o sob a responsabilidade do seu 3º Ajudante, o *Capitão-Tenente da Armada* Antônio Joaquim Curvello D'Ávila, que o substituiu até 15 de janeiro de 1864, quando deixou o Ministério para tomar posse no *Conselho Supremo Militar*.

Com o início da Guerra do Paraguai, em 1864, voltou a se afastar da Direção do Observatório, quando foi enviado para o Rio Grande do Sul como *Comandante da Artilharia*, onde veio a óbito em campanha no ano seguinte.

[6] A primeira vez que ocupou a pasta do Ministério da Guerra de 22 de maio de 1847 até 8 de março de 1848, quando se formou um novo ministério. (Lopes; Torres, 1947, p.67-68).

O Imperial Observatório do Rio de Janeiro durante a gestão de Antônio Manuel de Mello (1850-1865)

Antônio Manoel de Mello assumiu o Iorj com sérios problemas de infraestrutura, com as obras iniciadas durante a gestão Soulier de Sauve inacabadas, por estar funcionando em um local precário, inadequado, marcado pela falta de funcionários, de instrumentos meteorológicos e de observação. Conforme apontam as fontes, toda sua gestão foi marcada pelo esforço para superar tais limitações que constituíam um entrave ao pleno funcionamento do Observatório, o que foi alcançado com relativo êxito.

Ao final de sua gestão, havia alcançado avanços significativos no que se refere à aquisição de instrumentos necessários ao pleno funcionamento do Observatório e a ampliação do seu espaço físico, além da publicação de suas *Ephemérides* e organizar as primeiras expedições de observação de fenômenos astronômicos e registros importantes de suas atividades científicas em seus primeiros anos de funcionamento.

No seu primeiro ano o observatório recebeu diversos instrumentos adquiridos na França, conforme pode ser comprovado através dos Relatórios do Ministério da Guerra (1851, p. 9):

> O Observatório Astronômico, dependência da Escola Militar, acaba de receber um instrumento de passagem com o seu telescópio acromático, um círculo mural, encomendados do Governo para França, e os livros pedidos pelo respectivo Diretor, e um pequeno telescópio comprado aqui por preço muito razoável: continua em exercício, e conto que brevemente seus trabalhos concorrerão para o progresso da Astronomia, e utilidade da navegação.

Esse registro demonstra como desde o início de sua gestão, Antônio Manoel de Mello ambicionava transformar o observatório em uma instituição capaz de produzir conhecimento científico relevante "para o progresso da Astronomia, e utilidade da navegação".

Os ofícios trocados com o Encarregado dos Negócios do Brasil na França, o Sr. João Alves Loureiro[7] e com o Enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil na França, Conselheiro José Marques Lisboa[8], entre os anos de 1851 e 1853 solicitando cópia dos estatutos do Observatório

[7] João Alves Loureiro (1812 - 1883), primeiro barão de Javari, foi um diplomata brasileiro.

[8] José Marques Lisboa (1807 - 1897), irmão do Almirante Marquês de Tamandaré, foi Conselheiro de Sua Majestade, o Imperador Pedro II, enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Londres.

de Paris ao seu diretor Monsieur François Arago[9], demonstram o interesse do Imperador de construir o Iorj seguindo um modelo eurocentrado, nos moldes daquele que era considerado um dos mais antigos observatórios da Europa, que desempenhou papel crucial no desenvolvimento da Astronomia moderna.

No ano seguinte, em 1852, além de obras na ampliação do seu espaço, no relatório do Ministério da Guerra assinado pelo Ministro Manoel Felizardo de Souza e Melo[10] defende a necessidade de reunião das cadeiras de Astronomia e do Observatório para os alunos do 4º ano.

> O local em que se acha o Observatório Astronômico é extremamente limitado; tem-se porém dele tirado o melhor partido, e acomodações se fizeram para os importantíssimos instrumentos com que se acha e vai sendo enriquecido o Estabelecimento. O seu Diretor se tem mostrado incansável, e conto que no corrente ano publicará o primeiro volume das Ephemérides.
>
> Não posso deixar de insistir pela reunião das cadeiras de Astronomia, e do Observatório, donde prover como fiz sentir em meu último Relatório a economia e maior aproveitamento dos alunos. O ordenado, que tem de vencer o Proprietário da cadeira, cuja supressão proponho, servirá para a criação de uma nova cadeira de Desenho, já indicada por mim em o próximo passado ano, e solicitada há muito tempo pela Congregação dos Lente (Relatório do Ministério da Guerra, 1852, p. 13).

Prevista no art. 1º, § 2º[11] do decreto nº 457 de 22 de julho de 1846, com o primeiro Regulamento do Imperial do Observatório do Rio de Janeiro, assinado pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra, João Paulo dos Santos Barreto[12], as *Ephemerides do Imperial Observatório Astronômico,* só vieram a ser publicadas T*ypographia Nacional* em 1852.

De acordo com Anderson Antunes (s.i.):

---

[9] François Jean Dominique Arago (1786 - 1853) foi um físico, astrônomo e político francês. Atuou como diretor do Observatório de Paris de 1834 até sua morte em 1853.

[10] Manuel Felizardo de Sousa e Melo (1805 - 1866). Formado em Matemática pela Universidade de Coimbra (1826), atuou como Lente substituto na Academia Militar da Corte. Ocupou por duas vezes o cargo de Ministro da Marinha (1848 e de 1848 a 1849) e de Ministro da Guerra (1848 e de 1849 a 1853).

[11] Art. 1º, § 2º. Publicar todos os annos, e com a conveniente antecipação hum - Anuário Astronômico do Observatório - contendo: 1º, extractos das melhores Ephemerides estrangeiras, em tudo que dias oferecerem mais especialmente aplicável às necessidades e aperfeiçoamento da Geographia, e da Navegação do Brasil; 2º, o quadro resumido de todas as observações feitas no Observatório durante o anno antecedente; 3º, a indicação dos dados exactos das principais observações, que será vantajoso fizerem-se no anno corrente sobre todos os pontos notáveis do Brasil.

[12] João Paulo dos Santos Barreto (1788 - 1864). Militar brasileiro que por duas vezes ocupou interinamente o cargo de *Ministro da Marinha* (de 16 de janeiro a 14 de março de 1835 e de 17 a 22 de maio de 1847), e três vezes o de *Ministro da Guerra* (de 16 de janeiro a 15 de março de 1835 (no período regencial), de 2 a 22 de maio de 1846, e de 31 de maio de 1848 a 29 de setembro do mesmo ano, durante o segundo reinado).

> Na Astronomia, o termo 'efemérides' se refere ao registro da posição dos astros em tabelas que permitem acompanhar eventos astronômicos como a passagem de planetas, os eclipses e as mudanças de fase da Lua. Por esse motivo, é costume publicá-las em antecedência, de forma a divulgar onde e quando os eventos serão observáveis. Neste primeiro volume, foram utilizadas informações obtidas a partir do The Nautical Almanac, publicado na Inglaterra pelo Observatório Real de Greenwich, e o Connaissance des Temps, publicado pelo Observatório de Paris desde 1679.

Este periódico, cujos cálculos foram elaborados pelo diretor conjuntamente com os ajudantes do Observatório, constitui uma das mais antigas publicações científicas do Brasil e acompanha a trajetória do Iorj até os dias atuais.

Além de informações sobre a posição dos corpos celestes visíveis no céu do Brasil, esta publicação possui o registro de informações importantes sobre o Iorj no ano de sua produção (1842), os instrumentos astronômicos utilizados para a confecção dos cálculos, além de um apêndice com a *Memória sobre a Theoria da orientação do plano oscilatório do Pêndulo simples: e sua aplicação à determinação aproximada do achatamento do Esferóide Terrestre* e as *Memórias sobre a orientação do Pêndulo simples* ambos de autoria de Cândido Baptista de Oliveira[13].

Conforme se depreende através da análise das publicações feitas pelo *Almanak Laemert*, a descrição de todos os funcionários do Iorj só passou a ser registrada a partir da publicação do ano de 1858 com os dados coletados no ano anterior.

Tabela 1 - Lista de funcionários do IORJ na gestão de Antônio Manoel de Mello (1850-1865)[14]

TABELA DE FUNCIONÁRIOS DO IMPERIAL OBSERVATÓRIO DO RIO DE JANEIRO **GESTÃO ANTÓNIO MANUEL DE MELLO (1850-1865)**			
Ano	**Cargo**	**Funcionário**	**Patente**
1851	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Regente do 4º ano

[13] Cândido Batista de Oliveira (1801 - 1865), professor aposentado de mecânica racional, autor de diversos trabalhos em Astronomia, ex-aluno em Paris do lendário astrônomo François Arago (1786-1853).

[14] As publicações anuais do *Almanak Laemmert* precisam ser observadas levando-se em consideração que suas informações remetem à gestão do ano anterior.

	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1852	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Regente do 4º ano
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1853	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Ten-Cel do corpo de Eng.
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1854	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Ten-Cel do corpo de Eng.
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1855	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Ten-Cel do corpo de Eng.
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1856	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Coronel do corpo de Eng.
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1857	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Coronel do corpo de Eng.
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1858	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Coronel do corpo de Eng.
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1859	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Coronel do corpo de Eng.
	Ajudantes	José Francisco de Castro Leal	Capitão do corpo de Eng.
		Francisco Duarte Nunes	Capitão do corpo de Eng.
		Basilio da Silva Baraúna	Ten. da Armada Nacional

		Antônio Joaquim Curvello d'Avila	Cap-Ten da Armada
	Ajudante Interino	Antônio Manuel de Mello, Junior	-
	Praticantes	Glicério Eudóxio de Almeida Bomfim	2º Ten. de Engenheiros
		Domingos de Araújo	Ten. de Estado Maior
		Silva Miguel Vieira Ferreira	2º Ten. de Engenheiros
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1860	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Coronel do corpo de Eng.
	Ajudantes	José Francisco de Castro Leal	Capitão do corpo de Eng.
		Francisco Duarte Nunes	Capitão do corpo de Eng.
		Basilio da Silva Baraúna	Ten. da Armada Nacional
		Antônio Joaquim Curvello D'Ávila	Cap-Ten. da Armada
	Ajudante Interino	Antônio Manoel de Mello, Júnior	-
	Praticantes	Glicério Eudóxio de Almeida Bonfim	2º Tenente de Eng.
		Domingos de Araújo e Silva	Ten. de Estado Maior
		Miguel Vieira Ferreira	2ª Ten. de Engenheiros
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1861	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Coronel do corpo de Eng.
	Ajudantes	José Francisco de Castro Leal	Prof. da EC e Cap. do Corpo de Eng.
		Francisco Duarte Nunes	Cap. do corpo de eng.
		Glicério Eudoxio de Almeida Bonfim	-
		Antônio Joaquim Curvello D'Ávila	Cap-Ten da Armada
		João Carlos de Souza Jacques	1ª Ten. da Armada

	Ajudante Interino	Antônio Manoel de Mello, Júnior	-
	Praticantes	José Augusto da Rocha Lima	-
		Miguel Vieira Ferreira	2º Ten de Engenheiros
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1862	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Coronel do corpo de Eng.
	Ajudantes	José Francisco de Castro Leal	Prof. da EC e Cap. do Corpo de Eng.
		Francisco Duarte Nunes	Capitão do corpo de Eng.
		Francisco Xavier Lopes de Araújo	Capitão do corpo de Eng.
		Antônio Joaquim Curvello D'Avila	Cap-Ten. da Armada
		João Carlos de Souza Jacques	1º Tenente da Armada
	Ajudante Interino	Antônio Manoel de Mello, Júnior	-
	Praticantes	José Augusto da Rocha Lima	-
		Miguel Vieira Ferreira	2º Tenente de Eng.
		Benjamin Constant B de Magalhães	Ten. do Estado Maior
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1863	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Coronel do corpo de Eng.
	Ajudantes	José Francisco de Castro Leal	Prof. da EC e Cap. do Corpo de Eng.
		Francisco Duarte Nunes	Capitão do corpo de Eng.
		Francisco Xavier Lopes de Araújo	Capitão do corpo de Eng.
		Antônio Joaquim Curvello D'Avila	Cap-Ten. da Armada
		João Carlos de Souza Jacques	1º Ten. da Armada
	Praticantes	José Augusto da Rocha Lima	-

		Benjamin Constant B de Magalhães	Ten. do Estado Maior
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1864	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Brig. do corpo de Eng.
	Diretor Interino	Antônio Joaquim Curvello D'Avila	Cap-Ten. da Armada
	Ajudantes	José Francisco de Castro Leal	Prof. da EC e Cap. do Corpo de Eng.
		Francisco Duarte Nunes	Capitão do corpo de Eng.
		Francisco Xavier Lopes de Araújo	Capitão do corpo de Eng.
		João Carlos de Souza Jacques	1º Ten. da Armada
	Praticantes	José Augusto da Rocha Lima	-
		Benjamin Constant B de Magalhães	Ten. do Estado Maior
		Francisco Soares de Andréa	2ª Ten. da Armada
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1865	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Brig. do corpo de Eng.
	Diretor Interino	Antônio Joaquim Curvello D'Avila	Cap-Ten. da Armada
	Ajudantes	José Francisco de Castro Leal	Prof. da EC e Cap. do Corpo de Eng.
		Francisco Duarte Nunes	Capitão do corpo de Eng.
		Francisco Xavier Lopes de Araújo	Capitão do corpo de Eng.
		João Carlos de Souza Jacques	Cap-Ten. da Armada
		José Augusto da Rocha Lima	-
	Praticantes	Benjamin Constant B de Magalhães	Ten. do Estado Maior
		Francisco Soares de Andréa	2ª Ten. da Armada
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-

1866	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Brig. do corpo de Eng.
	Ajudantes	1º José Francisco de Castro Leal	Prof. da EC e Cap. do Corpo de Eng.
		2º Francisco Duarte Nunes	Capitão do corpo de Eng.
		3º Antônio Joaquim Curvello D'Avila	Cap-Ten. da Armada
		4º João Carlos de Souza Jacques	Cap-Ten. da Armada
		5º Carlos Victor Boisson	Paisano
		6º José Augusto da Rocha Lima	-
	Praticantes	Benjamin Constant B de Magalhães	Ten. do Estado Maior
		Vago	-
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-

Fonte: Robba, 2011, p .110-114.

A ausência de tais informações para os anos anteriores não devem ser interpretadas como a ausência de funcionários, pois o astrônomo Henrique Morize (1987, p. 60-61) ao analisar os ofícios emitidos durante os primeiros anos da gestão de Antônio Manoel de Mello, identifica o ingresso dos seguintes funcionários:

(I) 1850 - Em 21 de março, o ingresso do *Segundo-Tenente de Engenheiros* João Ernesto Viriato de Medeiros (ajudante); Em 18 de maio, o ingresso do *Segundo-Tenente de Engenheiros* Francisco José de Freitas (ajudante);

(II) 1851 - Em 11 de março foram propostos os *Segundo-Tenentes*, Francisco Duarte Nunes, Brasílio de Amorim Bezerra e Henrique de Amorim Bezerra (praticantes), sendo o primeiro da Engenharia e os outros dois da Artilharia; Em 28 de Novembro, os *Segundos-Tenentes de Engenheiros* Francisco Duarte Nunes (praticante) e José Francisco de Castro Leal e o *Segundo-Tenente da Armada* Jerônimo Pereira de Lima Campos (ajudantes) (Morize, 1987, p. 60);

(III) 1852 - Em 31 de março era proposto o *Segundo-Tenente da Armada* Francisco da Cunha Galvão (ajudante);

(IV) 1853 - Sem data. O *Alferes Aluno Engenheiro* João Marins da Silva Coutinho (ajudante);

(V) 1854 - Em 22 de dezembro foram propostos os *Primeiros-Tenentes de Engenheiros* Ernesto Gomes Moreira Maia (praticante) e Sebastião de Souza Mello (ajudante);

Outro dado digno de nota é a presença de Antônio Manoel de Mello Junior como ajudante interino do Observatório até o ano de 1861, registrado na publicação de 1862, o que significa que ele esteve presente na instituição prestando auxílio ao seu pai ante à falta de funcionários.

Além disso, as publicações do *Almanak Lammert* também registram o ingresso do *Capitão-Tenente* da Armada Antônio Joaquim Curvello D 'Avila como 4º ajudante no Iorj em 8 de junho de 1858, que futuramente viria a substituí-lo na direção entre os anos de 1865-1870. E do *Oficial de Estado Maior* Benjamin Constant, que ingressou como praticante em 1861.

Ademais, a presença de Curvello D'Ávila e de Basílio da Silva Baraúna, ambos oficiais da Armada Imperial, dava cumprimento - em parte - do art. 3ª do Regulamento do Iorj (Brasil, 1846). Este artigo informava a quantidade de funcionários do Observatório e determinava que dentre os seis ajudantes, dois deveriam ser oriundos do oficialato da Armada Nacional

A Reforma nos Estatutos da Academia Militar em 1858 separou o ensino civil do militar, com a criação da *Escola Central*, que continuou a funcionar no Largo de São Francisco de Paula, no Centro do Rio de Janeiro e da *Academia Militar da Praia Vermelha*. O Iorj permaneceu como uma dependência da *Escola Central* e a distribuição dos cargos de praticante e de ajudantes eram acessíveis unicamente para alunos do 4º ano da Escola Central.

Esta reforma atendeu em parte a reivindicação feita pelo Ministro da Guerra. Embora não tenha reunido as aulas práticas do Observatório com as de Matemática para os alunos do 4º ano, faculta essa possibilidade, desde que mediante uma gratificação adicional.

> Art. 102. O governo poderá, se assim entender mais conveniente, incumbir a direção do observatório astronômico ao lente da 1ª cadeira do 4º ano da Escola Central, ou vice-versa, mediante uma gratificação aditiva, igual à marcada na tabela para os lentes, ou nomear um diretor especial para o observatório com os vencimentos iguais aos dos lentes catedráticos.

Em anúncio publicado no *Correio Mercantil*, dia 20 de junho de 1860, comunicava que, a partir daquela data, seria emitido diariamente um "sinal do tempo", consistente na elevação de um balão vermelho às oito horas da manhã, o qual permaneceria visível por aproximadamente quatro a cinco minutos sobre o telhado do mirante nordeste do Observatório.

Imagem3: Anúncio do serviço da "Hora Certa", prestado pelo Imperial Observatório do Rio de Janeiro, mediante o hasteamento de um balão em seu terraço.



ESTATISTICA DA CIDADE.

OBSERVATORIO ASTRONOMICO.—*Tempo enxuto.* — Um signal diario do tempo médio será dado, de hoje em diante, por meio da quéda de um balão vermelho no instante das 8 horas da manhã, depois de apparecer por 4 a 5 minutos sobre o tecto do mirante de nordeste do imperial observatorio astronomico.

Fonte: Correio Mercantil, 1860.

Além de fornecer o tempo médio para que as embarcações fundeadas na Baía de Guanabara pudessem regular os seus cronômetros, essa iniciativa representou uma das primeiras tentativas de institucionalizar a divulgação pública de observações meteorológicas no Brasil, traduzindo para a população urbana os resultados das medições realizadas no Iorj conjuntamente com a publicação regular da Seção de Meteorologia nos principais periódicos da Corte.

Ao associar um elemento visual — o balão — à rotina da cidade, o Observatório incorporava práticas de comunicação científica que visavam não apenas informar sobre as condições atmosféricas, mas também afirmar sua relevância como centro produtor de conhecimento técnico em um contexto de modernização do Império (Luz, 2014).

A organização de expedições de observação de Eclipses Totais do Sol

Eclipses são fenômenos naturais que despertam um grande interesse na comunidade científica. Sobretudo, os eclipses totais do Sol, que a partir da segunda metade do século XIX passaram a

mobilizar astrônomos de instituições de diferentes partes do mundo, com o fim de realizar observações e registrar seus dados com o fim de divulgá-los.

Somente na gestão de Antônio Manuel de Mello que o Iorj reuniu condições materiais, o acúmulo de conhecimentos e de funcionários que permitiram a organização de expedições de observação de fenômenos celestes. Este momento também representou uma oportunidade única para afirmar a ciência produzida naquele espaço, justificar a sua existência e um maior investimento na aquisição de instrumentos de observação astronômica.

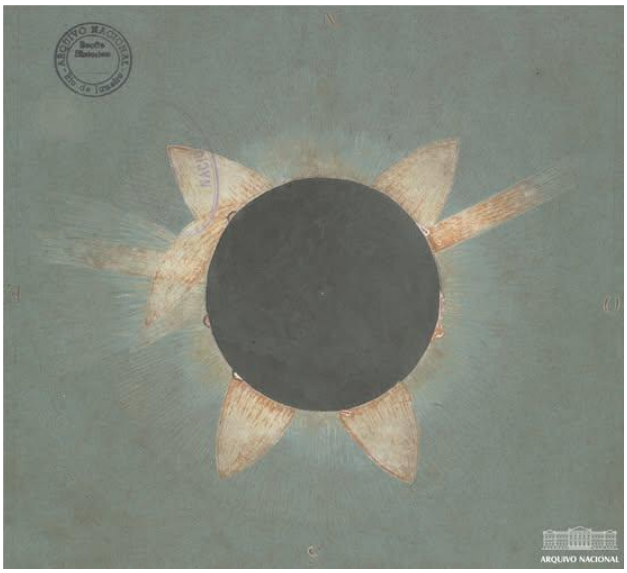
Christina Barboza (2010), ao analisar os relatórios produzidos pelas expedições de observação de eclipses totais do Sol organizadas pelo Iorj na segunda metade do séc. XIX, chama a atenção para as estreitas relações existentes entre Astronomia e sociedade. De acordo com a historiadora,

> no período compreendido entre 1850 e 1920, a faixa de totalidade de um eclipse do Sol atravessou o território brasileiro em seis ocasiões: 30 de novembro de 1853, 7 de setembro de 1858, 25 de abril de 1865, 16 de abril de 1893, 10 de outubro de 1912 e 29 de maio de 1919 (Barboza, 2010, p. 275).

O primeiro eclipse, previsto para o dia 30 de novembro de 1853, fora anunciado nas *Ephemérides para o ano de 1853* (Imperial Observatório do Rio de Janeiro, 1852), no qual informava o horário de visibilidade do eclipse na cidade do Rio de Janeiro, por ocorrer no fim da tarde, iniciando às 17 horas, as condições de visibilidade não foram favoráveis, motivo pelo qual não há registros de sua observação pelos funcionários do Iorj.

Contudo, o eclipse do Sol de previsto para o dia 7 de setembro de 1858, data em que se celebra o aniversário da Independência do Brasil, representou uma grande oportunidade para captar a curiosidade e a superstição em torno do fenômeno para se projetar o Brasil como uma nação moderna e conectada com os avanços da ciência em contraposição com o seu passado colonial, associado ao atraso.

Imagem 4: Na imagem, ilustração do eclipse solar ocorrido em 7 de setembro de 1858, registrado pela Comissão Astronômica instituída pelo Imperador d. Pedro II



Fonte: Arquivo Nacional.

Para este fenômeno, o governo imperial patrocinou uma expedição com destino à Paranaguá, na província do Paraná e colocou à disposição do grupo dois navios de sua frota, a *corveta* Pedro II, a *canhoneira* Tyetê e suas respectivas tripulações.

De acordo com o relatório elaborado pela Comissão Astronômica (AN, IE8), a expedição era formada pelos seguintes membros:

(I) Antônio Manuel de Mello, Diretor do Iorj;

(II) Cândido Batista de Oliveira, na época diretor do Jardim Botânico e ex-professor da Academia Militar;

(III) Emmanuel Liais, Astrônomo francês;

(IV) Capitão Francisco Duarte Nunes;

(V) Capitão da Armada Basílio da Silva Baraúna, Ajudante do Observatório;

(V) Capitão Rufino Enéas Gustavo Galvão, Ajudante do Observatório;

(VI) Tenente Jerônimo Francisco Coelho, Ajudante do Observatório.

Foram estabelecidas quatro estações em Paranaguá e suas cercanias, ficando o acampamento central instalado na chácara à beira-mar do médico suíço Carlos Tobias Rechsteiner.

A totalidade do eclipse durou menos do que o previsto: teve início às 11:00:2, durando 1 min 12s e, de acordo com Christina Barboza (2019, p. 21):

> O programa científico do Observatório consistia na determinação do instante dos contatos, e na observação da coroa, das protuberâncias e das manchas solares, descritas minuciosamente no Relatório da Comissão. Já os estudos de Liais foram mais conclusivos. O primeiro deles, feito com base na polarização da luz, levou-o a afirmar o pertencimento da coroa ao Sol. O segundo, deteve-se sobre o tal erro na previsão do eclipse. Segundo Liais, era necessária uma correção da longitude de Paranaguá, e um novo método para fazê-lo podia valer-se da fotografia.
>
> De acordo com o Relatório, Liais teria tirado 15 fotografias durante o eclipse, das quais 12 resultaram "perfeitas". O processo utilizado, descrito brevemente no texto, teria sido o colódio seco, de uso muito recente.

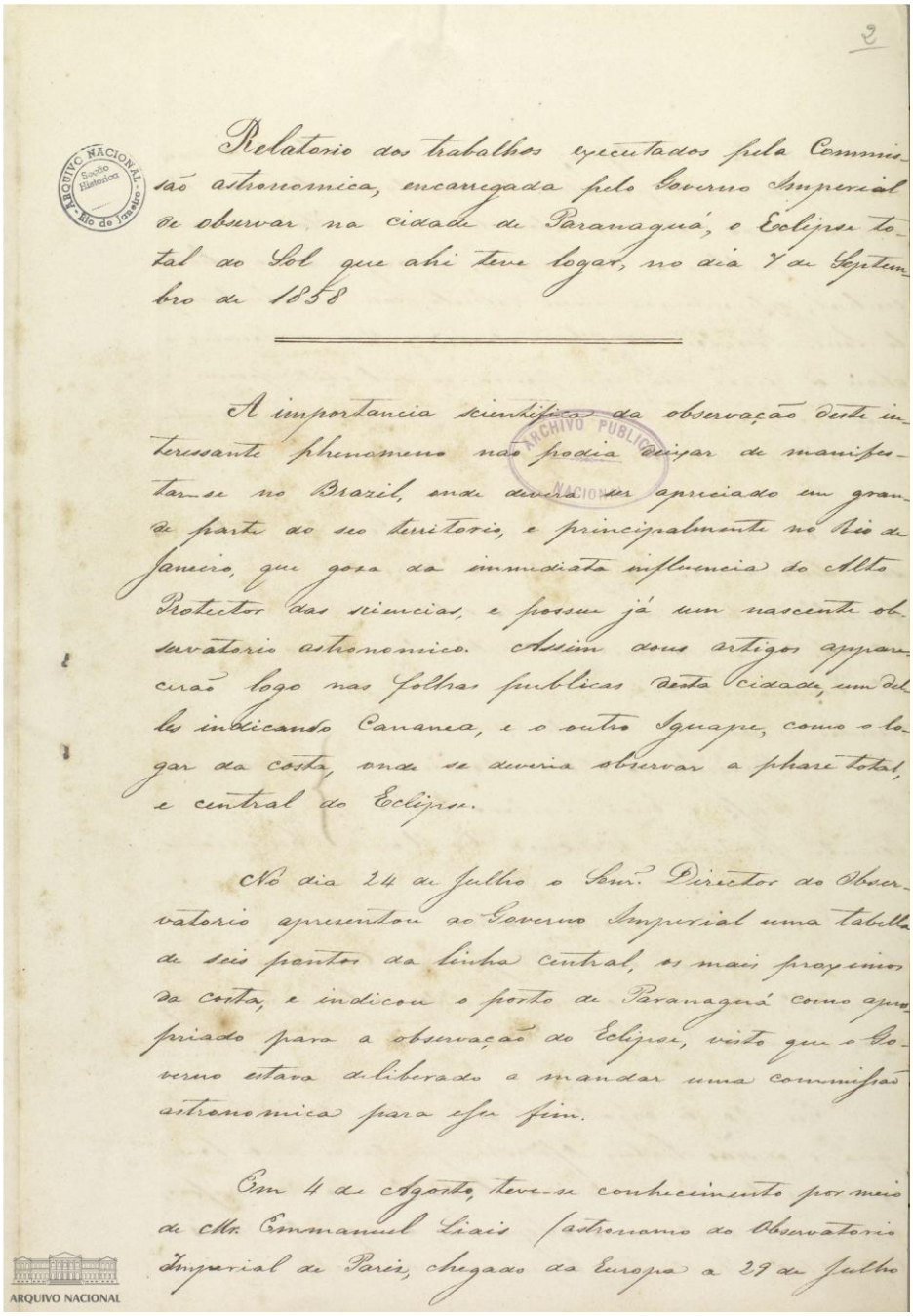
Esta foi a primeira expedição que se tem registo organizada pelo Iorj com o objetivo de observar um eclipse e coletar seus dados. Apesar da curta duração do fenômeno, importantes relatórios foram redigidos e publicados no Brasil e no exterior. Emmanuel Liais também teria concebido, a partir de suas observações, um novo método para a determinação de longitudes.

Os planos de trabalho e os resultados obtidos pela expedição brasileira foram registrados em relatório oficial, posteriormente publicado nos *Comptes Rendus* da Academia de Ciências de Paris.

Os brasileiros combateram a tese de que as protuberâncias solares eram de algum modo provocadas pelas manchas solares, pelo que receberam a aprovação da Academia Francesa.

Liais fez 12 registros fotográficos do eclipse. Contudo, não logrou êxito em obter uma imagem da sua totalidade porque as fotos teriam terminado antes do tempo previsto.

Imagem 5: Relatório da Comissão Astronômica para a observação do Eclipse Solar de 7 de setembro de 1858, em Paranaguá, no Paraná



Relatorio dos trabalhos executados pela Commissão astronomica, encarregada pelo Governo Imperial de observar na cidade de Paranaguá, o Eclipse total do Sol que ahi teve logar, no dia 7 de Setembro de 1858

A importancia scientifica da observação deste interessante phenomeno não podia deixar de manifestar-se no Brazil, onde deveria ser apreciado em grande parte do seu territorio, e principalmente no Rio de Janeiro, que goza da immediata influencia do Alto Protector das sciencias, e possue já um nascente observatorio astronomico. Assim dous artigos appareceraõ logo nas folhas publicas desta cidade, um delles indicando Cananea, e o outro Iguape, como o logar da costa, onde se deveria observar a phase total, e central do Eclipse.

No dia 24 de julho o Snr. Director do Observatorio apresentou ao Governo Imperial uma tabella de seis pontos da linha central, os mais proximos da costa, e indicou o porto de Paranaguá como apropriado para a observação do Eclipse, visto que o Governo estava deliberado a mandar uma commissão astronomica para este fim.

Em 4 de Agosto, teve-se conhecimento por meio de Mr. Emmanuel Liais Astronomo do Observatorio Imperial de Paris, chegado da Europa a 29 de julho

Fonte: Arquivo Nacional.

Na década seguinte, para o eclipse total do Sol previsto para o dia 25 de maio de 1865, foi organizada uma expedição com destino à Camboriú, no litoral da província de Santa Catarina, composta por:

(I) Antônio Manoel de Mello, Diretor do Iorj;

(II) Conselheiro Cândido Batista de Oliveira;

(III) Guilherme Schuch de Capanema,

(IV) Capitão-Tenente Joaquim Curvello d'Ávila, Ajudante do Observatório;

(V) Francisco Duarte Nunes, Ajudante do Observatório;

(VI) José Augusto Rocha Lima, Ajudante do Observatório

Contudo, as observações foram prejudicadas pela chuva no momento do fenômeno, razão pela qual o mesmo não pôde ser observado. Não há registros da produção de um relatório elaborado por algum dos membros da expedição.

No Rio de Janeiro, onde o eclipse foi parcial, a comunidade científica demonstrou grande interesse, inclusive o Imperador Pedro II tentou observá-lo de seu palácio, acompanhado do viajante-naturalista Louis Agassiz, que estava no país participando de uma expedição científica. Por tal motivo pelo qual foram produzidos diversos registros de sua observação:

> O eclipse também despertou o interesse de membros do Instituto Politécnico Brasileiro, que viajaram para locais diferentes com o objetivo de observar a ocultação. Enquanto o engenheiro e naturalista Guilherme Schüch, barão de Capanema, se preparou para o evento no farol localizado em Cabo Frio, José da Costa Azevedo, barão de Ladário, permaneceu em sua residência no Rio de Janeiro, João Soares Pinto fez suas observações da atual Ilha Fiscal, também na capital, e Baptista Caetano de Almeida Nogueira viajou para Barra do Piraí. Esse vasto grupo de cientistas acreditava que a observação do eclipse poderia contribuir com dados que permitissem melhor calcular a posição do meridiano do Observatório do Rio de Janeiro, tema que causava controvérsia na época, uma vez que não havia consenso sobre os cálculos realizados pelo astrônomo Emmanuel Liais durante sua observação do eclipse de 1858. A questão do meridiano não era significativa apenas cientificamente, mas também tinha importância política, pois influenciava na demarcação das fronteiras do território nacional (Antunes, s.i.).

Conforme se depreende, a organização de tais expedições, ainda que não tenham logrado êxito, constituem parte do capital científico acumulado pela Instituição e também pelos homens de ciência que as integravam, ajudando a fortalecer e a avançar os estudos no campo da Astronomia no Brasil ao longo do século XIX. (Nader; Santos; Campos, 2013).

Considerações Finais

Luís Gastão de Escragnolle Doria, em uma pequena biografia sobre Antônio Manuel de Mello, publicada na revista *Nação Armada* (1944), afirma que foi no Iorj que ele dizia ter vivido os melhores anos de sua vida:

> Cartógrafo, dado a estudos de Astronomia e Mecânica Celeste, aplicador de conhecimentos na observação em Paranaguá do eclipse solar dos meados de 1858, Antonio Manoel de Mello declarava a íntimos que os tempos felizes de sua trabalhosa vida haviam sido os gozados no Observatório Astronômico do morro do Castelo, a ,observar os astros no momentâneo esquecimento da terra e seus meandrosos sucessos, tão variados na política das nações (Doria, 1944, p. 14).

Embora muitas vezes ofuscada por nomes posteriores, a gestão de Antônio Manuel de Mello foi crucial para a consolidação e a sobrevivência da instituição em seus primeiros anos. O observatório, recém instalado no Morro do Castelo, enfrentava desafios estruturais e financeiros. Devido às obras de infraestrutura, as observações astronômicas no início da sua gestão eram intermitentes e, muitas vezes, não seguiam uma rotina sistemática.

Ao longo dos 15 anos à frente da instituição, Antônio Manoel de Mello atuou para reformar e consolidar o Iorj como uma instituição capaz de cumprir os objetivos para os quais foi criado. Seu esforço para a aquisição de instrumentos astronômicos adequados, no aumento do quadro de funcionários, gerou resultados expressivos e incorporou seus serviços à rotina da cidade através dos anúncios diários na seção de Meteorologia dos principais jornais em circulação pela Corte e pelo serviço da "Hora Certa".

Foi nesse período que também deu início às primeiras expedições para a observação de fenômenos astronômicos realizadas pelo Iorj, sobretudo eclipses totais do Sol, inaugurando a existência dos "astrônomos-viajantes" (Barboza, 2010), caracterizadas por percorrer o território brasileiro ou até mesmo organizar expedições para o exterior, a exemplo da passagem de Vênus pelo disco solar em 1882, financiadas pelo Estado com o objetivo específico de descrever o fenômeno e coletar dados para contribuir com o esforço internacional para a definição da paralaxe solar, a distância entre a terra e o Sol. (Mourão, 2005; Nader, 2015; Robba, 2025)

Antônio Manuel de Mello faleceu aos 63 anos, em Corrientes, na campanha contra o Paraguai em 8 de março de 1865 (Blake, 252). O *Capitão-Tenente* da Armada e terceiro ajudante do Observatório,

Antônio Joaquim Curvello D'Ávila[15], descendente de Garcia Torres D'Ávila[16], fidalgo da casa imperial que chegou ao Brasil com Tomé de Souza (Robba, 2025b) que já o substituía interinamente na direção do Iorj assumiu a responsabilidade pela manutenção das atividades do Observatório, tornando-se o seu quarto diretor (1865-1870).

A atuação de Antônio Manuel de Mello, embora não tenha produzido resultados científicos espetaculares, garantiu que a instituição sobrevivesse e pudesse, no futuro, florescer e se tornar um dos centros de pesquisa mais importantes do país, além de ter um papel central na consolidação da ciência no Brasil.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Anderson. **Publicação do primeiro número das Efemérides do Imperial Observatório Astronômico**. Disponível em: http://phct.mast.br/eventos/clhgtx5c1002bintgo29ibvsb/publicacao-do-primeiro-numero-das-efemerides-do-imperial-observatorio-astronomico?. Acesso em: 08 de agosto de 2025.

ANTUNES, Anderson. **Observação do eclipse total do Sol de 25 de abril de 1865 no Rio de Janeiro**. Disponível em: http://phct.mast.br/eventos/clhgtx7860057intgbjav39b9/observacao-do-eclipse-total-do-Sol-de-25-de-abril-de-1865-no-rio-de-janeiro. Acesso em: 08 de agosto de 2025.

BARBOZA. Christina. Helena da Motta. Ciência e natureza nas expedições astronômicas para o Brasil (1850-1920). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**, v. 5, n. 2, p. 273-294, 2010.

BARBOZA, Christina Helena da Motta. Em busca do Sol: expedições astronômicas para observação de eclipses totais do Sol no Brasil (1858-1919). **Gazeta de Física**, v. 42, n. 2, p. 21-25, 2019.

BARONI, Rosa Lúcia Sverzut; MILLER, Célia Peitl. Instituição do doutorado em Matemática no Brasil: Escola Militar do Rio de Janeiro, 1842. **Acta Sci. Human Soc. Sci.** v. 30, n. 1, p. 97-104, 2008.

BARRETO, L. M. **Observatório Nacional:** 160 anos de História. Rio de Janeiro MCT/CNPQ/ON, 1987.

BICALHO, Maria Fernanda; Ferlini, Vera Lúcia A. **Modos de Governar:** ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

[15] Antônio Joaquim Curvello D'Ávila (1812 - 1869), ingressou como ajudante no Imperial Observatório do Rio de Janeiro em 8 de junho de 1858, durante a gestão de Antônio Manuel de Mello. Assumiu a Direção do Iorj como substituto em 1865 e permaneceu à frente do mesmo até a sua morte, em 1869.

[16] Garcia D'Ávila (1528-1609) foi o maior fazendeiro da Bahia nos primeiros anos da colonização e um dos primeiros desbravadores do território sergipano na segunda metade dos quinhentos. Ver: Pessoa (2003).

BLAKE, A. Victorino. A. **Sacramento Diccionario Bibliographico Brazileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

CAMPOS, José Adolfo S de.. Observatórios no Império e as Práticas de Astronomia dos alunos da Escola Militar. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, e339, 2022, 1.

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. Os Bandeira de Mello e os poderes locais na Paraíba colonial: redes, hierarquias e patrimônio familiar (c.1747-c.1780). **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 8, n. 1, p. 290–313, 2015.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505-1834): recrutamento e caracterização social. **Penélope: Revista de História e Ciências Sociais**, n. 15, p. 91-120, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

KURY, Lorelai.. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 11, p. 109–129, 2004.

LOPES, T.F; TORRES, G. **Ministros da Guerra do Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1947.

LUZ, Sabina Ferreira Alexandre. **O estabelecimento da Hora Legal Brasileira: o Brasil adota o meridiano de Greenwich.** Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

MAGRI, Dirceu. De almanach a almanak: um olhar sobre dois importantes almanaques. **Convergência Lusíada**, v. 32, n. 46, p. 230–258, 2021.

MOTTA, Jeovah. **Formação do oficial do Exército:** currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria F.; FERLINI, Vera Lúcia A. **Modos de Governar:** ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005. p. X-X.

MORIZE, Henrique. **Observatório Astronômico:** um século de História (1827-1927). Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 1987.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Nos braços de Vênus às poltronas da Academia. In: Navigator, v. 1, n. 1, p. 1-44, 2005.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Todo um mundo a reformar: intelectuais, cultura ilustrada e estabelecimentos científicos ilustrados em Portugal e no Brasil, 1779-1808. **Anais do Museu Histórico Nacional**, n. 29, p. 87-108, 1997.

NADER, Rundsthen; SANTOS, Nadja; CAMPOS, José Adolfo. O eclipse solar de 7 de setembro de 1858 e a modernização da Astronomia no Brasil. In: **VI Scientiarum História: Filosofia, Ciências e Artes - Conexões interdisciplinares. Rio de Janeiro:** Anais do: VI Scientiarum História, p. 1-8, 2013.

NADER, Rundsthen Vasques. **Eclipses e trânsitos planetários no século XIX: A modernização da Astronomia Observacional no Brasil de 1850 ao final do segundo império**. Rio de Janeiro: UFRJ/HCTE, 2015.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição:** a Casa da Torre de Garcia D'Ávila – Família, propriedade no Nordeste colonial. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2003.

POMBO, Nívea. Entre linhagem e méritos: notas sobre o conceito de nobreza e as nomeações de capitães generais no final do século XVIII. **Revista Maracanã**. n. 21, p. 176-191, 2019.

ROBBA, Olivia da Rocha. **Entre a prática de ensino e os afazeres militares:** A Construção do Imperial Observatório do Rio de Janeiro entre 1827 e 1870. Rio de Janeiro: HCTE, 2011.

ROBBA, Olivia da Rocha. A participação da Repartição Hidrográfica da Marinha na expedição de observação da passagem de Vênus, na Ilha de São Tomás (1882). **Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, 2025a.

ROBBA, Olivia da Rocha. Novos elementos para a história do Imperial Observatório do Rio de Janeiro na gestão Curvello D'Ávila (1865-1870). **Revista Brasileira de História das Ciências.** v. 18, e1085, 2025b.

RODRIGUES. Teresinha Rodrigues de Jesus Alvarenga. **Observatório Nacional 185 anos:** protagonista do desenvolvimento científico-tecnológico do Brasil. Rio de Janeiro: ON, 2012.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUSA, Victória Carneiro. Do Índico ao Atlântico: comércio e política na trajetória de Antonio Manoel de Mello e Castro (1780-1795). XI Encontro Estadual de História ANPUH Bahia: (De) colonialidades da história: independências, imperialismos e cidadania. Salvador: **Anais do XI EE ANPUH Bahia**, 2022.

SOUSA, Victória Carneiro; SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. Mercadorias orientais na cidade da Bahia: as fazendas de Antonio Manoel de Melo e Castro (1795). **Revista Maracanan**, n. 33, p. 169–188, 2023.

TURAZZI. Maria Inês. **O Oriental Hydrographe e a Fotografia: a primeira expedição ao redor do mundo com "uma arte ao alcance de todos" (2839-284).** Rio de Janeiro: Editora Instituto Moreira Salles, 2020.

VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. **Henrique Morize e o ideal da ciência pura na República Velha.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. **História do Observatório Nacional:** a persistente construção de uma identidade científica. Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 2007.

Fontes

Documental

AN. Arquivo Nacional. DORIA, Escragnolle. **O brigadeiro Antônio Manuel de Melo.** *In:* Nação Arrasada, 1944. p.12-16. BR_RJANRIO_RE_0_RRE.71/10.

AN. Arquivo Nacional. **Série Educação**: Observatório Astronômico (IE8). BR_RJANRIO_ 98_3, fl. 27.

BN. Biblioteca Nacional. **Jornal do Commercio**, 1865, Ed. 119- (1). p.

BN, Biblioteca Nacional. **Correio Mercantil,** 1860, Ed. 2008 (1), de 20 de junho de 1860.

BN. Biblioteca Nacional. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Manoel Felisardo de Souza e Mello**. Rio de Janeiro: Typographia de I. P de Costa, 1851.

BN. Biblioteca Nacional. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Manoel Felisardo de Souza e Mello**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852.

BN. Biblioteca Nacional. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 9ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Manoel Felisardo de Souza e Mello**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1853.

BN. Biblioteca Nacional. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 9ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Pedro de Alcântara Bellegarde**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1853.

BN. Biblioteca Nacional. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 9ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Marquez de Caxias**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856.

BN. Biblioteca Nacional. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 10ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Jerônymo Francisco Coelho**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

BN. Biblioteca Nacional. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 12ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Camamú**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.

Iorj. **Ephemerides do Imperial Observatório Astronômico para o ano de 1853**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1852. 187p. Disponível em: https://imprensa2.in.gov.br. Acesso em 08 de agosto de 2025.

OLIVEIRA, C. B.; MELLO, A. M.; LIAIS, E.; NUNES, F. D.; BARAÚNA, B. S.; GALVÃO, R. E. G.; COELHO JUNIOR, J. F. Eclipse total do Sol em 7 de setembro de 1858. **Revista do observatório**, v. 6, n. 10, p. 148-151, 1891a.

OLIVEIRA, C. B.; MELLO, A. M.; LIAIS, E.; NUNES, F. D.; BARAÚNA, B. S.; GALVÃO, R. E. G.; COELHO JUNIOR, J. F. Eclipse total do Sol em 7 de setembro de 1858. **Revista do observatório**, v. 6, n. 9, p. 131-134, 1891b.

OLIVEIRA, C. B.; MELLO, A. M.; LIAIS, E.; NUNES, F. D.; BARAÚNA, B. S.; GALVÃO, R. E. G.; COELHO JUNIOR, J. F. Eclipse total do Sol em 7 de setembro de 1858. **Revista do observatório**, v. 6, n. 8, p. 113-117, 1891c.

OLIVEIRA, C. B.; MELLO, A. M.; LIAIS, E.; NUNES, F. D.; BARAÚNA, B. S.; GALVÃO, R. E. G.; COELHO JUNIOR, J. F. Eclipse total do Sol em 7 de setembro de 1858. **Revista do observatório**, v. 6, n. 7, p. 97-100, 1891d.

OLIVEIRA, C. B.; MELLO, A. M.; LIAIS, E.; NUNES, F. D.; BARAÚNA, B. S.; GALVÃO, R. E. G.; COELHO JUNIOR, J. F. Eclipse total do Sol em 7 de setembro de 1858. **Revista do observatório**, v. 6, n. 6, p. 81-86, 1891e.

Iconográfica

Mast. Museu de Astronomia e Ciências Afins. FERREZ, Marc. Fachada sul do Observatório do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 1905. **Arquivo pessoal de Luiz Cruls, Acervo MAST**. Disponível em: O arquivo do MAST e a memória da Ciência e Tecnologia brasileira.

Legislação

BRASIL, Decreto de 15 de outubro de 1827. Cria um Observatório Astronômico. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/dpl-15-10-1827.htm. Acesso em 08 de agosto de 2025.

BRASIL. Decreto nº 457, de 22 de julho de 1846. Aprovando o Regulamento para o Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-457-22-julho-1846. Acesso em 08 de agosto de 2025.

BRASIL. o Decreto 140, de 9 de março de 1842. Aprova os Estatutos da Escola Militar, em virtude do Artigo 15 § 2.º da Lei de 15 de Novembro de 1831. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-140-9-marco-1842-560878-publicacaooriginal-84092-pe.html. Acesso em 08 de agosto de 2025.

BRASIL. Decreto nº 457, de 22 de Julho de 1846. Aprovando o Regulamento para o Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-457-22-julho-1846. Acesso em 08 de agosto de 2025.

Temporalidades

A Morte e a Medicina Social: os impactos dos debates da medicina social em Sant'Anna do Piraí, na primeira metade do século XIX

Death and Social Medicine: The impacts of social medicine debates in Sant'Anna do Piraí, in the first half of the nineteenth century

Ana Paula da Silva Rocha
Doutoranda em História
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Bolsista pela CAPES
anapaulasilva.r@gmail.com

Recebido: 09/08/2025
Aprovado: 22/11/2025

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar a influência do pensamento higienista e da medicina social nos projetos de urbanização e salubridade, bem como nas práticas de enterramentos na vila de Sant'Anna do Piraí, no Médio Vale do Paraíba Fluminense, durante a primeira metade do século XIX. O texto busca evidenciar a relação entre médicos, autoridades municipais e poder eclesiástico, destacando o papel da Câmara Municipal na implementação de medidas sanitárias baseadas nos padrões europeus. O médico, vinculado ao poder público, passou a intervir no espaço urbano, regulamentando as práticas de saúde e os ritos fúnebres. Em Piraí, o processo de construção do cemitério público foi marcado por resistência popular, limitações orçamentárias e disputas políticas. Os registros das Atas da Câmara, relatórios fiscais e posturas municipais revelam um prolongado debate iniciado em 1838 e concluído apenas em 1857, com a construção do cemitério público. Assim, o caso de Piraí, influenciado pelo pensamento higienista disseminado na Corte, amplia a compreensão entre as práticas fúnebres e a saúde pública no século XIX.

Palavras-chave: cemitério público; medicina social; Piraí.

Abstract: The article aims to analyse the influence of hygienist thought and social medicine on urbanizations and sanitation projects, as well as on burial practices in the village of Sant'Anna do Piraí, located in the Médio Vale do Paraíba Fluminense, during the first half of the nineteenth century. The text seeks to highlight the relationship between physicians, municipal authorities, and ecclesiastical power, emphasizing the role of the Municipal Chamber in implementing sanitary measures based European standard. The physician linked to public power began to intervene in urban space, regulating health practices and funeral rites. In Piraí, the process of constructing the public cemetery was marked by popular resistance, budgetary constraints, and political disputes. The records of the Chamber's minutes, fiscal reports, and municipal regulations reveal a prolonged debate that began in 1838 and concluded only in 1857, with the constructions of the public cemetery. Thus, the case of Piraí was

influenced by the hygienist thought disseminated in the Court, enhancing the understanding of the relationship between burial practices and public health in the nineteenth century.

Keywords: public cemetery; social medicine; Piraí.

Introdução

Na primeira metade do século XIX, o saber médico passou a ser incorporado às análises sobre o meio urbano, o que acarretou significativas mudanças para a sociedade imperial. O Estado passou a utilizar a medicina como apoio científico na formulação de resoluções e políticas públicas e, com isso, o foco da prática médica se tornou a prevenção do surgimento de doenças e epidemias (RODRIGUES, 1997, p. 56). O governo imperial esteve envolvido em projetos com o propósito de propagar os valores de uma civilização fundamentada nos padrões dos países europeus, partindo da ideia de que a civilização europeia seria um modelo importante a ser seguido para o progresso do país.

Segundo Ilmar de Mattos, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império, por meio dos registros civis, buscava conhecer a população, além de "cuidar de assuntos referentes à saúde pública e ao controle sanitário", em conjunto com a regulamentação e a administração de hospitais e cortiços (MATTOS, 2017, p. 213). A partir de um olhar vigilante às questões civilizatórias, a Coroa portuguesa utilizou diversos mecanismos com o intuito de civilizar o país segundo os moldes europeus. A edificação de prédios públicos, a construção de hospitais, o controle e a vigilância sanitária, bem como a melhoria e abertura de estradas, foram algumas iniciativas adotadas para auxiliar na modernização e urbanização das cidades brasileiras.

O presente texto tem como objetivo abordar questões relacionadas ao pensamento higienista na primeira metade do século XIX, os debates ocorridos sobre a medicina social e a saúde pública em relação à morte e ao morrer, e como esses debates influenciaram os costumes fúnebres e a criação dos cemitérios públicos, especialmente em Sant'Anna do Piraí, vila localizada no Médio Vale do Paraíba Fluminense.

A medicina social e a medicalização da morte

No dia 1º de outubro de 1828, foi promulgada uma lei que regulamentava, entre outros assuntos, o funcionamento das câmaras municipais brasileiras. Essa legislação constituiu um dos

mecanismos utilizados pelo Estado imperial a fim de excluir antigos poderes judiciais e estabelecer as eleições diretas para as câmaras. Contudo, as câmaras municipais enfrentavam limitações significativas em sua capacidade de ação e decisão, já que permaneceram dependentes da administração provincial, para a aprovação de suas resoluções, desde "posturas às autorizações para as obras públicas locais, a legislação sempre estabelecia a necessidade da aprovação pelo governo da província de qualquer movimento do município" (GOUVÊA, 2008, p. 112).

Com base nas ideias civilizatórias empregadas pelos países europeus, tanto o saneamento quanto a urbanização foram atribuídos às municipalidades. No artigo 2º desta legislação, foi estabelecido que a Câmara Municipal seria responsável pelas águas paradas e infectadas, assim como as dos pântanos. Além disso, exigia o estabelecimento dos cemitérios fora dos templos, encarregando a autoridade eclesiástica local da implementação das medidas necessárias para sua criação. O objetivo era melhorar as condições de vida e prevenir as epidemias que assolaram as cidades brasileiras, como ocorreu entre 1849 e 1850, com a febre amarela no Rio de Janeiro (CÂMARA DOS DEPUTADOS, LEI DE 1º DE OUTUBRO DE 1828).

Os médicos defensores do saber científico argumentaram que a organização e o desenvolvimento urbano brasileiro exigia a necessidade de uma urbe livre de doenças e epidemias, além da manutenção da salubridade nos centros urbanos. Os costumes considerados pelos médicos sociais como insalubres, passaram a influenciar as decisões e as discussões do poder público. Apesar dos debates sobre a prevenção, das medidas higiênicas e da promulgação da Lei de 1º de outubro de 1828, essa norma foi efetivamente implementada apenas após as epidemias de febre amarela e cólera que ocorreram na Corte, entre 1849 e 1850 (RODRIGUES, 1997, p. 115). Em outras regiões do Império, como em Piraí, a criação dos cemitérios extramuros foi instituída apenas a partir do final da década de 1850.[1]

O pensamento médico esteve profundamente ligado ao poder público, defendendo as condições sanitárias e a higiene pública como fundamentos do novo modelo de medicina. Assim, essa área foi transformada em um instrumento empregado em projetos sanitários e na urbanização das cidades brasileiras (FRANCO, 2019, p. 83). De acordo com Roberto Machado, o médico afirma-se como uma autoridade que intervém na vida cotidiana da população, organizando e implementando

[1] É necessário esclarecer que não foram encontradas fontes sobre a epidemia de febre amarela em Piraí, apenas a epidemia do cólera morbus, que afetou a região no ano de 1856.

medidas tanto políticas quanto médicas, justificando sua presença por meio da higiene pública. A medicina, então, passa a esquadrinhar o espaço urbano com o objetivo de detectar e modificar os elementos considerados responsáveis pelo agravamento da saúde da população, baseada no seu projeto de prevenção contra as doenças (MACHADO, 1978, p. 18).

Para Roberto Machado (1978, p.18), a higiene pública representa o outro lado da medicina social. A nova atribuição da medicina não se limita à luta contra a doença, mas envolve o controle contínuo por meio de um modelo médico-político. É importante destacar que o médico vinculado às Câmaras Municipais estava limitado a auxiliar o poder público em situações de surgimento e propagação de doenças, além de realizar visitas a portos onde navios podiam representar risco de contaminação, assim como mercados, para analisar e emitir seu parecer sobre os alimentos (MACHADO, 1978, p. 54 - 55). Durante o período colonial no Brasil, não existia um projeto de prevenção de doenças associado à higiene pública, foi somente no século XIX, com o advento da medicina social, que o médico se tornou autoridade responsável pela saúde e transformação do espaço social, não mais restrito a um consultor das municipalidades ou da administração ultramarina, ou apenas à relação entre ele e o doente (MACHADO, 1978, p. 95).

Entretanto, Machado aponta que, a partir de 1850, as câmaras municipais tiveram seu poder reduzido no que diz respeito às questões médicas, transferindo parte de suas atribuições para a Junta de Higiene Pública (MACHADO, 1978, p. 193). Como será discutido no tópico "A medicalização da morte em Sant'Anna do Piraí", observa-se, contudo, que existiu uma parceria entre o poder público e os médicos da vila. Ainda assim, outros agentes locais, como o poder eclesiástico, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e a própria população, também exerciam influência nas deliberações da Câmara Municipal de Piraí acerca da higiene pública e dos cemitérios, e não apenas a influência da medicina social. Dessa forma, o poder público em Piraí não foi enfraquecido pela atuação médica, mas as decisões municipais resultaram de negociações entre diversos agentes, entre os quais se destaca a Igreja Católica.

A partir disso, o objetivo da medicina se desloca da luta contra a doença para um enfoque na saúde e na prevenção. O médico, visando o bem-estar da população, passa a intervir nos espaços urbanos e no controle do surgimento de doenças. Além disso, torna-se um cientista social refletindo sobre a geografia, história, estatísticas, demografia e a topografia das vilas e cidades (MACHADO, 1978, p. 155). Com base na higienização, a salubridade se transforma em um interesse em comum entre

o Estado e a medicina social, já que o Brasil enfrentava altas taxas de mortalidade durante os surtos epidêmicos, com focos de infecção e contágio do ar e da água (COSTA, 1989, p. 16). Como afirma Sidney Chalhoub, a higiene, enquanto ideologia capaz de modificar o meio urbano, não foi instituída em um "processo linear e sem conflitos", mas sim em meio a intensos debates. Nesse contexto, as habitações coletivas, especialmente os cortiços e estalagens, ainda eram vistas como espaços questionáveis (CHALHOUB, 2017, p. 41-41.) É importante acrescentar, também, que os locais de sepultamento se tornaram alvos de disputas e discussões.

Os médicos compreendiam os enterramentos nas igrejas de maneira distinta da visão estabelecida pela Igreja, que considerava esses locais como sagrados e, portanto, ideais para o descanso dos mortos. Contudo, a decomposição dos corpos se tornou pontos de doenças e epidemias devido à produção de gases que poluíam o ar, contaminando os seres vivos. Os ritos fúnebres, como os velórios, cortejos e sepultamentos nas igrejas, eram considerados focos de doenças e, assim, causadores de problemas de saúde pública. Dessa forma, os projetos de urbanização e salubridade demandavam que "a morte fosse higienizada" e os mortos fossem transferidos para cemitérios fora dos centros urbanos (REIS, 1991, p. 307), o que gerou um intenso debate sobre a reformulação das práticas funerárias e promoveu a criação de espaços adequados e distantes das áreas habitadas.

Claudia Rodrigues afirma que, a partir de 1832, com a promulgação dos códigos de posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a medicina começou a analisar os espaços urbanos. Com isso, foram elaborados projetos para a construção de instituições que se tornaram núcleos de contágios e endemias, como "hospitais, cemitérios, prisões e hospícios" (RODRIGUES, 1997, p. 58). Essas edificações deveriam ser transferidas para fora dos espaços urbanos, pois representavam um constante perigo para a propagação de doenças. Além disso, os médicos avaliaram também as condições climáticas, como o calor, a umidade e os miasmas, adaptando-se a uma higiene saudável (EDLER, 2003, p. 151).

Logo, os cemitérios passaram a ser alvos de críticas da medicina social e do pensamento higienista. Foram necessárias medidas para solucionar os problemas que os cemitérios apresentavam, como a necessidade de cuidados e organização. Devido às covas rasas em que os mortos eram enterrados, a putrefação dos corpos se tornou uma questão relevante. A partir disso, as igrejas localizadas nos centros urbanos, que acolhiam os mortos, acabavam por contaminar o ambiente e disseminavam doenças entre os fiéis que as frequentavam (RODRIGUES, 1997, p. 58).

Durante este período, segundo Machado, existiam dois tipos de cemitérios: aqueles localizados próximos às igrejas, que seguiam as mesmas regras e diretrizes de seus interiores, e os da Misericórdia. Esses locais foram considerados perigosos por disseminarem morte e doenças, uma vez que, nos templos os vapores produzidos pelos corpos penetravam nas paredes, e a circulação do ar era escassa e úmida. A falta de circulação, resultante da arquitetura das igrejas, era agravada "pela queima de velas, pela respiração dos fiéis amontoados, pela sua localização no centro da cidade, em quarteirões populosos". Nos cemitérios, a quantidade de mortos sepultados, que eram mal cobertos de terra, juntamente com as várias camadas de cadáveres acumulados ao longo do tempo, fazia com que a sua decomposição emitisse gases asfixiantes e pútridos. Portanto, rodeados por habitações, em terrenos pequenos e situados nos centros urbanos, o ar se tornava carregado de "emanações mortíferas, ativadas pelo 'pouco cuidado' com o sepultamento" (MACHADO, 1978, p. 288-289).

Conforme Machado apresenta, o projeto médico associado aos cemitérios também pode ser dividido em dois princípios: o fim dos enterramentos nos espaços tradicionais, como no interior das igrejas, e a criação de cemitérios extramuros. Consequentemente, a primeira condição para a busca de um novo espaço de sepultamento era a qualidade do ar, que deveria sempre ser renovada e pouco úmida. A segunda condição estava relacionada à ordenação interna dos cemitérios, por exemplo, as árvores plantadas nas necrópoles deveriam ser de pequeno porte, e o tamanho do terreno destinado ao cemitério precisava corresponder à quantidade de corpos, ao tempo de decomposição e ao espaço necessário (MACHADO, 1978, p. 290-291).

A partir disso, um artigo do Dr. José Martins da Cruz Jobim, publicado no periódico Semanário de Saúde Pública, intitulado *Reflexões sobre a inhumação dos corpos*, apresenta o perigo da putrefação dos corpos que infectavam a atmosfera nos cemitérios. O médico reafirma a concepção de que o costume de sepultamentos dentro dos templos tinha efeitos nocivos à população, e, portanto, às necrópoles deveriam ser transferidas para fora deles (JOBIM, 1831, p. 58). Além de citar a Lei das Câmaras Municipais de 1º de outubro de 1828, ele manifesta sua opinião sobre a demora em sua implementação em todo o Império. Para o médico higienista, a demora para a execução do artigo 66, que trata do estabelecimento dos enterramentos fora dos templos e da criação dos cemitérios extramuros, estava relacionada à atribuição da organização da transferência dos mortos à autoridade eclesiástica local. Assim, a demora não se deu por fanatismo, mas pelo fato de que a execução dessa atribuição dependia

de outra. Por fim, ele ainda afirma que os corpos sepultados nas igrejas podiam levar à morte de outras pessoas (JOBIM, 1831, p. 60).

A partir da década de 1820 e 1830, os médicos começaram a se reunir em associações científicas da área, como a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ), fundada em 1829, e posteriormente denominada Academia Imperial de Medicina, a partir de 1835. A SMRJ se tornou o centro de debates sobre o pensamento higienista, e suas ideias foram amplamente divulgadas em periódicos médicos, palestras e relatórios (REIS, 1991, p.315). O foco da Sociedade era a saúde pública e a defesa da ciência como parte prática da medicina social. Com o material produzido pela SMRJ, o governo imperial poderia esclarecer suas dúvidas sobre a saúde pública e viabilizar políticas de higienização.

No ano de 1832, também foram criadas as primeiras faculdades de medicina do Brasil, inspiradas na École de Médecine de Paris, nas cidades das províncias do Rio de Janeiro e da Bahia. Tanto as associações quanto às faculdades de medicina promoviam a pesquisa científica e a disseminação de conhecimentos médicos, influenciando as práticas de saúde pública nas décadas seguintes.

Os médicos higienistas defendiam as mudanças nos ritos fúnebres em prol da saúde pública, destacando a importância do "ocultamento do morto" e o fim dos funerais como espetáculos. As armações fúnebres deveriam ser banidas dos costumes, pois estavam impregnadas com o cheiro dos mortos e poderiam transportar doenças invisíveis para outras casas. Além disso, durante os velórios de corpo presente, o fechamento de janelas e portas deveria ser proibido, pois poderia adiantar o estado de decomposição dos cadáveres (RODRIGUES, 1997, p. 59-61). O envolvimento dos corpos em panos e sua disposição em caixões fechados também eram recomendados, uma vez que, durante o velório e o cortejo fúnebre, os cadáveres exalavam odores e contaminavam o ar (REIS, 1991, p. 327). Essas propostas refletiam uma preocupação crescente com a saúde pública e a necessidade de prevenir a propagação de doenças.

Durante a campanha médica higienista, a vigilância auditiva e olfativa também foi enfatizada. Para os médicos, os cheiros e exalações pútridas eram sinais da presença de miasmas no ar e indicavam impurezas atmosféricas, devendo ser evitados e vigiados. Em relação aos sons, os cientistas sociais se opuseram aos altos sons dos funerais, como o processo do viático, os sepultamentos pomposos e os dobres de sinos, que deveriam ser proibidos, pois, em alguns casos, poderiam piorar o estado de saúde dos doentes (RODRIGUES, 1997, p. 60). Apesar do incentivo a mudanças, o novo discurso científico

ainda estava profundamente ligado aos valores religiosos. Mesmo com o afastamento dos mortos das igrejas e dos cemitérios dos centros urbanos, os locais de sepultamento continuavam a ser considerados sagrados e bentos. Segundo Rodrigues, "neste caso, era possível conciliar o higiênico com o religioso" (RODRIGUES, 1997, p. 62). Com isso, a seguir observaremos como o pensamento higienista, debatido a partir da década de 1830, influenciou a vila de Piraí no processo de construção do cemitério público.

A medicalização da morte em Sant'Anna do Piraí

Na primeira metade do século XIX, em Piraí, o saber médico científico também esteve aliado ao poder público, assim como na Corte, em defesa da salubridade e do urbanismo. Os médicos tornaram-se vereadores, membros das comissões de saúde, conselheiros e representantes locais nas Assembleias Provinciais. Em conjunto com o poder público, a medicina passou a intervir no espaço urbano, como na Capela de Sant'Anna do Piraí e nos matadouros, especialmente porque, nesse período, Piraí estava em processo de expansão e desenvolvimento (RELATÓRIO FISCAL DE MANOEL JOSÉ DE BARROS VIANA, ARQUIVO MUNICIPAL DE PIRAÍ, Nº 015.06.01.11).

Um exemplo notável é o médico de Piraí, Dr. Bras Antonio de Souza Castrioto, que, além de participar da comissão de saúde pública da Câmara de Piraí, defendeu a implantação de medidas de salubridade durante a escolha do local para a construção do cemitério público da vila e a transferência dos mortos. Para compreender melhor as influências do pensamento higienista no processo de criação do cemitério público de Piraí fora do templo e extramuros é importante retroceder ao início da ocupação da região que viria a ser a vila de Sant'Anna do Piraí.

No final do século XVIII e início do século XIX, o Médio Vale do Paraíba Fluminense passava por um processo de colonização e expansão. Nesse sentido, ocorreu a imigração de indivíduos para a região, que construíram os primeiros assentamentos e núcleos colonizadores, dando início à formação de uma nova sociedade colonial. Próximo aos rios Piraí e Paraíba do Sul, a partir da Provisão de 21 de fevereiro de 1772, foi construída uma ermida em madeira, oferecida à Nossa Senhora de Sant'Anna, pelo português José Luis Urbano (ALMANAK LAEMMERT, 1885, p. 139). Entretanto, a obra foi realizada nas terras da fazenda do proprietário Domingos Alvares Lousada (PIZARRO,1820, p. 279).

O marco inicial do que viria ser a vila de Sant'Anna do Piraí estava localizado entre as freguesias de São João Marcos e Nossa Senhora da Conceição de Campo Alegre da Paraíba Nova (atual município de Resende). Essa região, onde circulavam mais pessoas, estava em processo de ampliação e possuía rotas utilizadas como caminho de acesso para diferentes lugares da Colônia. Nesse ponto, a ermida ainda era apenas um Oratório, construída a partir de um local estratégico onde se situavam a frente de ocupação e exploração das terras, além dos núcleos de colonização da região. A área ainda contava com matas virgens, territórios indígenas e terras férteis, pouco exploradas para a cana de açúcar (MUAZE, 2011, p. 297).

No dia 26 de fevereiro de 1776, o bispo da Diocese do Rio de Janeiro, D. Frei Antônio do Desterro, instituiu que parte das terras da Freguesia de São João Marcos e da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova, fosse desmembrada para a construção de uma capela (PIZARRO, 1820, p. 279). Essa capela foi benta pelo doutor visitador João Pinto Rodrigues, em 27 de outubro de 1776. Aos poucos, o Vale do Paraíba despontou como relevante região exportadora de café durante o século XIX, devido ao aumento da população e da produção agrícola. Segundo Manolo Florentino, o Vale do Paraíba Fluminense exportou aproximadamente 160 arrobas de café em 1792, 540 mil arrobas em 1820 e, por último, 3 milhões em 1835 (FLORENTINO, 1997, p. 46). Esse crescimento na produção de café transformou a região do Médio Vale do Paraíba em um dos principais polos econômicos do Brasil.

A partir disso, a capela passou a ter prerrogativa de Capela Curada, em virtude de sua localização a oito léguas de distância da Matriz e das dificuldades de acesso provocadas pelas chuvas e inundações dos rios, além da complicação na entrega dos sacramentos (MARQUESE; TOMICH, 2009, p.360). Filiada à freguesia de São João Marcos, no dia 23 de março de 1798, foi considerada independente de provisões anuais (PIZARRO, 1820, p.279). Assim, os moradores, em conjunto com o pároco, assumiram a responsabilidade de construir uma nova Igreja Matriz e um cemitério para sepultar seus fiéis e distribuir os sacramentos. O prazo para a construção era de três anos, e, caso não fosse cumprido, a capela perderia sua independência (BREVES, 1994, p. 35-36). Entretanto, a Igreja Matriz só seria inaugurada no ano de 1841, e o cemitério geral de Piraí apenas começaria a funcionar a partir de 1857.

Segundo Rodrigues, sempre que uma capela era construída, havia um grupo motivado a ser enterrado nos moldes cristãos, apresentando "a relação entre a constituição de capelas, as doações de

terras e as obrigações e missas para seu fundador". Dessa forma, a proximidade entre os vivos e os mortos favoreceu os assentamentos coloniais durante a ocupação, a expansão agrícola e urbana em diversas regiões do Brasil (RODRIGUES; FRANCO, 2011, p. 164).

O primeiro Livro de Óbitos de Sant'Anna do Piraí foi datado de 26 de fevereiro de 1812 e a partir da análise desse registro, é possível observar que muitos sepultamentos foram realizados dentro da capela, que se tornou o primeiro local de sepultamento de Piraí. As mudanças nos enterramentos na vila iniciaram-se apenas na década de 1830, concluindo-se em 1857, com a criação do cemitério público. Por meio da veneração dos mártires, suas sepulturas localizadas dentro das igrejas e próximas aos altares passaram a atrair pessoas, e muitos fiéis optaram por serem sepultados nos mesmos espaços que abrigavam os santos ou as relíquias religiosas (ARIÈS, 2014, p.41-44). Os cemitérios cristãos foram amplamente frequentados, transformando-se em espaços sagrados onde eram realizadas orações pelas almas dos mortos. Os corpos passaram a ser sepultados nas igrejas, com o objetivo de permanecerem próximos aos santos e seus objetos sagrados (PAIXÃO, 2020, p. 210).

Os enterramentos executados dentro das igrejas - *ad sanctos* - e os efetuados ao entorno - *apud ecclesiam* - eram realizados em locais que possuíam relação com o sagrado, recebendo a unção solene. Para Adalgisa Arantes Campos, esses locais materializavam a "Jerusalém celeste na Terra". Assim, o desejo de estar próximo da Igreja após a morte revelava que o espaço de sepultamento também oferecia proteção (CAMPOS, 2004, p. 177). Essa prática refletia a crença na intercessão dos santos, que poderiam garantir a salvação da alma, e a importância da proximidade física com o sagrado que facilitava a intercessão divina, criando um vínculo entre os vivos e os mortos.

Na vila de Piraí, foi difundido o costume dos enterramentos dentro das igrejas e capelas, como também ao seu entorno. No ano de 1812, foram sepultadas 33 pessoas na Capela de Sant'Anna, sendo 4 enterrados no adro e 25 dentro da capela. Com base na análise desses assentamentos de óbitos, concluímos que os indivíduos sepultados dentro do templo religioso possuíam maior poder aquisitivo na região de Piraí, como os Pinheiros, Oliveiras e Breves. Os sepultamentos ocorreram na Capela até o ano de 1839, quando ocorreu definitivamente a transferência dos mortos para o cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento. A prática de sepultar membros de famílias abastadas dentro das igrejas reforça a hierarquia social da época e a influência que essas famílias exerciam na vida local.

Um dos primeiros registros do Livro de Óbitos da Capela é o assento de uma criança de 4 meses, chamada Anna, filha legítima do capitão-mor João de Souza Breves e de Anna Louzada. O pai

era um dos grandes proprietários de terras e de escravizados da região. Além disso, a inocente foi sepultada dentro da Capela, junto a uma lâmpada, e seu corpo foi envolto em um pano verde, com sua alma encomendada pelo pároco local (LIVRO DE ÓBITOS DA MATRIZ DE SANTANNA, 1822, p. 6).

Anos depois, durante a visita de Dom José Caetano à região, observando o aumento de moradores, que passou de 378 para 3.000 habitantes, criou-se uma nova freguesia em 15 de outubro de 1817. Ao declarar os limites da freguesia, diminuindo o território das vilas de Resende e São João do Príncipe, Dom José Caetano nomeou o padre José Theodósio de Souza, primo do Barão de Piraí, como pároco privativo da freguesia (PIZARRO, 1820, p. 279-280). Segundo as visitas de Monsenhor Pizarro, após a resolução dos trâmites da nova criação, foi aprovada e decretada, no dia 17 de outubro de 1817, a constituição da freguesia de Sant'Anna do Piraí, vinculada à vila de São João do Príncipe até o ano de 1837, quando recebeu a elevação à condição de vila (PIZARRO, 1820, p. 280). Com a elevação à vila, Sant'Anna do Piraí passou a ter maior autonomia administrativa, fomentando a economia local.

A construção do cemitério geral para a vila entrou em debate no ano de 1838 com a criação da Câmara Municipal de Piraí. Com a pressão da Lei de 1ª de outubro de 1828, a comissão de saúde da vila e os relatores fiscais começaram a atender às demandas solicitadas referentes à vigilância, ao controle da saúde pública e à urbanização da vila. O processo para a escolha do terreno durou doze anos e foi acompanhado de pedidos, medidas político-administrativas e debates na Câmara, além do diálogo entre o poder público e o eclesiástico.

A Câmara, baseada na legislação de outubro de 1828, manifestou por meio do artigo 14 de suas Posturas Municipais, a inquietação de seus representantes com a salubridade das casas, apresentando que as moradias deveriam se manter limpas para impedir que materiais infectados e água parada não propagassem doenças (REGISTRO DE POSTURAS MUNICIPAIS, 1838). Já em seu artigo 15, exemplificou a influência do projeto higienista da década de 1830, a partir da preocupação com a limpeza da vila. Com isso, os proprietários de terrenos que apresentassem pântanos, águas infectadas e inundações deveriam promover o aterro destes locais (REGISTRO DE POSTURAS MUNICIPAIS, 1838). O foco do poder público tornou-se o projeto de urbanização da vila, a fim de legitimar os padrões de salubridade. Essas posturas refletem uma mudança significativa na abordagem da administração em relação à saúde e ao bem-estar da população.

Um dos principais personagens na construção do cemitério público da vila foi o relator fiscal Manoel José de Barros Vianna.[2] Em seu relatório de 26 de novembro de 1838, que deu início aos pedidos e contestações dos membros da Câmara em relação ao cemitério público, Barros Vianna notificou os vereadores sobre a urgência de providenciar a remoção das ossadas e despojos mortais da Capela de Sant'Anna (RELATÓRIO FISCAL DE MANOEL JOSÉ DE BARROS VIANNA, 1838, Nº 015.06.01.11). Com o objetivo de executar as determinações advindas do governo provincial, conforme a Lei de outubro de 1828, as ossadas localizadas no primeiro cemitério, ou seja, na Capela de Sant'Anna, deveriam ser transportados para outro espaço (BREVES, 1994, p. 92). Essa ação visava não apenas à organização e à salubridade, mas também à adequação das práticas fúnebres às normas vigentes, refletindo uma mudança nas concepções sobre a morte e os sepultamentos.

De acordo com Reynato Breves, devido à proibição dos sepultamentos nas igrejas, em 1829 ocorreu uma primeira tentativa de transferência das ossadas para outro local, em virtude do aumento de corpos sepultados na Capela de Sant'Anna. Após o início da transladação dos mortos, os moradores de Piraí se revoltaram com a forma como a transferência estava sendo realizada. Segundo Breves, foi dito "os que estavam na igreja que continuassem na igreja; os que estavam no cemitério, que continuassem no cemitério; os que estavam nas capelas, que as capelas ficassem" (BREVES, 1994, p. 38). Assim, a transferência foi interrompida. Logo, a resistência da população refletia também as crenças nas tradições e práticas religiosas que envolviam os rituais de sepultamento e os cuidados com os mortos.

O caso chegou ao conhecimento do bispo Dom José Caetano da Silva Coutinho (n. 1768 + 1833), que enviou uma portaria de 3 de janeiro de 1829 ao corpo policial de Piraí, tratando do assunto das ossadas e do que deveria ser feito para evitar novas revoltas.

> Havendo nos feito o Ilmo. Intendente Ge da Polícia e magistrado tão distinto, [...] que os agentes da Polícia intervissem com a sua autoridade nas ossadas em que limpassem as sepulturas, os cemitérios ou depósitos das igrejas, sendo preciso transladar-se os ossos dos fiéis para outros lugares de fora das mesmas igrejas, para que não tornasse acontecer o caso novo acontecido nesta cidade há poucos dias e tudo alterou os ânimo de seus habitantes[...] Ordenamos e mandamos debaixo de culpa grave, a todos os Reverendos Párocos, não só desta cidade [...] que não consistam de modo nenhum que daqui em diante se façam transladações de ossos de dentro das igrejas para outros lugares fora delas, sem a presença de algum agente de

[2] Manoel Barros Viana exerceu a função de relator fiscal da vila de Piraí. Sob sua responsabilidade estava a freguesia de Sant'Anna do Piraí, onde empreendeu sua função buscando executar as normas de saúde pública presentes nas Posturas Municipais, dando especial atenção aos assuntos associados à criação do cemitério público.

> polícia. Para que com a sua direção e sua força evite qualquer abuso ou escândalo que possa acontecer neste ato (BREVES, 1994, p. 38).

Na portaria, o bispo enfatiza a importância da manutenção da ordem vigente e da segurança, ordenando que as devidas medidas fossem tomadas para garantir o cuidado com as ossadas durante a transladação. Além disso, os párocos também deveriam comunicar aos administradores das capelas que as transferências fossem realizadas em procissão fúnebre pública, e que as regras referentes aos ritos fúnebres, como os sufrágios e os mementos, fossem seguidas.

É possível observar que, apesar da intervenção eclesiástica no ocorrido, não houve um posicionamento contrário à transferência em si, mas ao modo como os mortos estavam sendo transladados. Por conseguinte, a resistência da população à transferência dos mortos foi evidente, mas não há fontes que confirmem que essa transladação ocorreu de fato. Acreditamos que não, já que em 1839 houve outra tentativa de transferência da antiga Capela para outro espaço que foi concluída. Desta vez, o local era o cemitério da Irmandade do Sacramento, tornando-se provisório até a construção de um cemitério geral. Essa resistência popular, também, pode ser vista como um reflexo da relação dos moradores da vila com seus mortos e os locais de sepultamento.

Na sessão do dia 29 de janeiro de 1839, os membros da Câmara demonstraram inquietação em relação à portaria de 17 de dezembro de 1838, que se referia a algumas instruções sobre a remoção dos ossos do antigo cemitério da Capela para o novo, quando o mesmo fosse construído. As instruções referem-se, em primeiro lugar, à necessidade da publicação de editais para a arrematação da obra de desaterro do antigo cemitério, localizado em um morro, e os responsáveis deveriam aceitar a proposta com mais vantagens. Em segundo lugar, era preciso a construção de um rancho para o depósito dos restos mortais à medida que fossem desenterrados. Por fim, uma cópia deveria ser enviada ao vigário da vara para que fossem providenciadas as devidas medidas em relação aos ossos (LIVRO 1 DE ATAS DA CÂMARAS, 1839, p. 12).

Observamos alguns pontos: apesar de a transferência dos mortos da Capela ter sido fundamentada nas concepções higienistas e no acúmulo de cadáveres nos adros e dentro do templo religioso, o envio do ofício para o vigário geral representa a manutenção da visão cristã. Ao manter a transferência de acordo com os atos religiosos, o poder eclesiástico preservava sua influência sobre a questão dos mortos. Não demorou para que o poder público colocasse em prática as orientações advindas do governo provincial, logo após, a Câmara lançou o edital referente ao desaterro do morro

onde se localizava a Capela. Assim, é possível perceber uma preocupação da municipalidade com a disposição de seus mortos e em atender à portaria de dezembro de 1838, evidenciando a relação entre as práticas religiosas e as exigências sanitárias da primeira metade do século XIX.

O primeiro local de sepultamento de Piraí, a Capela de Sant'Anna, seria modificado e se tornaria parte do projeto de salubridade e urbanização da vila. O morro onde estava a Capela, situava-se próximo à rua principal da freguesia e, segundo a licitação do fiscal Barros Vianna, que concorreu e ganhou o edital para o desaterro do morro, o terreno seria nivelado, a terra seria aplicada no pântano que havia no fim do cemitério e o que restasse seria destinado à cavidade do morro da Igreja Matriz, que estava em construção. O valor solicitado à Câmara para o desaterro foi de 1:000$00 réis e o prazo para realizar a obra era de um ano. O fiscal também teve a intenção de ceder parte do valor da obra para a solenidade religiosa da transladação dos mortos (RELATÓRIO FISCAL DE MANOEL JOSÉ DE BARROS VIANNA, 1839, Nº 015.06.01.4). É necessário mencionar que os projetos delineados a partir dos debates nas câmaras municipais necessitavam da aprovação das Assembleias Provinciais.

Quanto à transferência dos mortos, o comendador José de Souza Breves, até então presidente da Câmara Municipal, entrou em contato com o Provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento[3], para que a Irmandade acolhesse em seu cemitério os mortos da Capela e, de agora em diante, da vila, como cemitério provisório até que a necrópole geral fosse construída. A transferência ocorreu ainda em 1839, entretanto, alguns membros do poder público não ficaram satisfeitos com a decisão.

No relatório de abril de 1839, Barros Vianna faz uma reclamação sobre a construção de um cemitério para a freguesia e a situação do cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento. A necrópole da Irmandade estava localizada próximo ao centro urbano, afetando a saúde dos moradores, já que estes deveriam passar pela estrada ao lado. Para o fiscal, o cemitério "por se achar tão mal colocado não só ofende a saúde dos moradores da Villa, e de todos os que tem de vir e que tem que passar entrada contíguos muros do mesmo cemitério" (RELATÓRIO FISCAL DE MANOEL JOSÉ DE BARROS VIANNA, 1839, Nº 015.06.01.8), além de seus muros cercados de taipa (BREVES, 1994, p. 94).

[3] Provedor da Irmandade era o responsável por presidir a mesa, manter a ordem, administrar e conduzir os trabalhos da confraria, seja em procissões de festas ou funerais.

Como o poder público não encontrou outro local apropriado, a necrópole provisória funcionou até a inauguração do cemitério público, em 1857. Enquanto isso, a oposição ao cemitério provisório prosseguiu, juntamente com os inúmeros pedidos de aprovação da construção de uma nova necrópole à Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. Esses pedidos apresentam a crescente preocupação da municipalidade com a saúde pública e a necessidade de um espaço adequado para os sepultamentos, longe das áreas habitadas.

Também é possível observar a preocupação do poder público em cumprir o artigo 66 da Lei de outubro de 1828, que estabelecia os cemitérios fora dos templos, além da separação do cemitério público da necrópole da Irmandade do Sacramento. Pois, ao construir um novo cemitério, a Câmara estaria seguindo as normas de salubridade exigidas pelo governo provincial e reduziria os problemas constantes de inundações que prejudicava os enterramentos dos moradores da freguesia de Sant'Anna de Piraí, visto que a necrópole provisória da Irmandade estava localizado próximo ao rio. Além disso, a nova localização permitia uma melhor organização dos espaços, facilitando o acesso dos moradores ao local.

A partir do desaterro do morro que a Capela de Sant'Anna ocupava, foi construída uma praça com prédios ao redor e o aterramento de um pântano contíguo, colocando em prática o projeto de urbanização da vila. Ocorreu, também, a construção de uma estrada que levava à Igreja Matriz (LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS DO GOVERNO DA PROVÍNCIA E MAIS AUTORIDADES, 1840, Nº 54). É possível observar as primeiras intervenções no espaço urbano da vila, visando implementar as propostas sanitaristas que estavam sendo debatidas durante o período e influenciadas pelo pensamento higienista.

Já em março de 1844, o presidente da Câmara Municipal, o Barão de Mambucaba José Luis Gomes (n. 1791 +1855), informou em seu relatório para o Presidente da Província a necessidade da construção de um cemitério público, uma vez que a necrópole provisória na Irmandade do Santíssimo Sacramento estava em más condições. Segundo o Barão, no terreno do cemitério da Irmandade, os corpos dos mortos demoravam a se decompor, o que gerava urgência para o início das obras de um novo campo santo. Por consequência, o presidente da Câmara solicitou auxílio financeiro à Assembleia Provincial para a edificação.

Ao continuar com a organização da nova obra, o poder público formou uma comissão. Na sessão do dia 6 de outubro de 1845, o vereador Domingos Coelho Avellar comunicou e autorizou a

nomeação de uma comissão de saúde, com o objetivo de elaborar uma solução para encontrar um novo local onde seria construído o cemitério público da vila. A comissão deveria ser composta por três médicos ou indivíduos capacitados para o trabalho e tinha o intuito de avaliar a situação (LIVRO 1 ATAS DA CÂMARA DE PIRAÍ, 1845, 119-120). Os membros escolhidos para a comissão foram Joaquim Manoel de Sá, João Reis Chaves e José Antonio de Mello Ferraz, que eram proprietários de terras e membros da Câmara, mas nenhum deles era médico (RELATÓRIO FISCAL DE JOAQUIM MANOEL DE SÁ E OUTROS, 1845, Nº 015.06.01.59). Os aspectos a serem considerados pela comissão incluíam natureza, a composição e a localização do terreno, que precisavam ser adequadas às normas de salubridade.

Em 1851, a Câmara e a Irmandade entraram em acordo: a Irmandade construiria seu novo cemitério no mesmo local em que a Câmara construiria o cemitério público. Parte do terreno iria para o cemitério particular da Irmandade, mas a quantia necessária para a obra ficaria a cargo da própria confraria. Muitos membros da Câmara faziam parte da Irmandade do Santíssimo Sacramento, e, por isso, a administração municipal doou à obra a quantia de 2:500$000 réis. A partir da construção do nova necrópole da Irmandade, seriam proibidos os enterramentos nos cemitérios existentes[4] (CONTRATO PARA CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO, 1851, Nº 003.05.36).

Após anos de discussão sobre a escolha de um local apropriado para a obra do novo cemitério, em 1849, o Cônego José Teodósio de Souza (n 1772-3 +1851), vigário da paróquia de Sant'Anna do Piraí entre os anos de 1811 a 1851, doou parte de um terreno para a construção do cemitério público e o novo cemitério da Irmandade. As terras eram afastadas do centro da freguesia e localizavam-se no chamado "Morro do Vigário". Em janeiro de 1850, a municipalidade cedeu parte do terreno para a construção da necrópole particular da Irmandade, que estaria localizada na parte superior do morro (CONTRATO PARA A CONSTRUÇÃO DO TERRENO, 1851, Nº 003.05.36).

Na sessão do dia 29 de julho de 1850, foi mencionado em ata que a comissão de saúde encontrou um terreno favorável à construção e foi apresentado o agradecimento ao vigário pela doação. Terminava o longo processo de avaliação e escolha para o terreno do novo cemitério público da vila (AGRADECIMENTO DA DOAÇÃO DE TERRENO PARA O CEMITÉRIO, 1850, Nº 003.08.04). O cemitério da Irmandade seria inaugurado e bento em 28 de julho de 1851 pelo Cônego

[4] O cemitério provisório da vila na irmandade e o próprio antigo cemitério da irmandade.

José Theodosio de Souza, no entanto, o vigário faleceria no dia seguinte aos 78 anos, e seria o primeiro a ser sepultado no novo cemitério da confraria, localizado na primeira catacumba (LIVRO 2 DE ÓBITOS DA MATRIZ DE SANT'ANNA, 1851, p. 86v).

O cemitério público de Piraí ficaria pronto apenas em 1857, um ano após o agravamento da epidemia de cólera morbo que assolou a vila. Tanto indivíduos livres quanto cativos foram atingidos pela doença, embora ela tenha feito mais vítimas entre a população pobre e escravizada. Segundo Kaori Kodama, as estimativas sobre o Rio de Janeiro apontam que 4.828 indivíduos faleceram na cidade, sendo 2.513 escravizados (KODAMA, 2011, p. 1). De acordo com José Pereira Rego, apesar da categoria endêmica do cólera na região do Vale do Paraíba Fluminense e da grande concentração de cativos, a principal área afetada pela epidemia foi o município de São João do Príncipe, em sua freguesia Cacaria, divisa com Piraí, "a qual sofreu horrivelmente, em virtude de falta de socorros prontos à população por contrariedades". Em São João do Príncipe, do dia 25 de dezembro a 16 de fevereiro de 1856, 498 indivíduos foram infectados pela doença, sendo 164 livres e 334 cativos, resultando em 51 mortes entre os livres e 108 entre os escravizados, além de um caso não especificado (REGO, 1873, p. 118).

Em Piraí, a epidemia do cólera chegou somente em janeiro de 1856. De acordo com o correspondente do Diário do Rio de Janeiro, no centro da vila, o número de vítimas fatais foi de 11, um número alto "cuja a população não excederá a trezentas almas" no centro urbano.[5] Já nas fazendas ao redor de Piraí, registraram-se 33 mortos (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1856, p.2). Observamos que o número de mortos nas propriedades particulares é maior em comparação ao centro urbano, mas é importante lembrar que a população cativa de algumas áreas do Vale foi maior que a população livre durante alguns anos. O total de vítimas até o final da epidemia foi de 64. Contudo, José Pereira Rego afirma que esta estatística não é precisa, pois em muitos lugares os documentos oficiais registram menos mortes do que o número de vítimas por dia. Concordamos com o autor ao observar que é necessário considerar os sepultamentos nas fazendas e em seus próprios cemitérios, onde não havia nenhuma autoridade para declarar os óbitos, tornando os dados oficiais incompletos (REGO, 1873, p. 119).

[5] Acreditamos que o correspondente do Diário do Rio de Janeiro esteja se referindo ao número de pessoas que faziam moradia na freguesia sede da vila de Piraí.

O medo da doença causou uma mudança na relação entre os vivos e os mortos durante os períodos de epidemia. Além disso, a imprensa se fez presente em diversas regiões do país, facilitando o acesso aos debates que ocorreram a partir da década de 1830, no Rio de Janeiro, sobre a medicalização da morte e o pensamento higienista, influenciando a construção de cemitérios fora dos templos e extramuros, como foi o caso Piraí. A construção do cemitério público da vila foi um reflexo das políticas de salubridade que estavam em debate, que visavam também a reorganização do espaço urbano, promovendo a separação entre os vivos e os mortos.

Entretanto, podemos observar que um dos motivos para a demora no processo de construção do cemitério público foi a limitação orçamentária da vila. Contudo, essa não foi a única explicação, o governo provincial demorou a atender às solicitações da administração de Piraí para a obtenção de empréstimo. Também houve "resistência cultural da população" (BRUNO, 2020, p. 84), pois ocorreu a oportunidade de construir um cemitério nos fundos da Igreja Matriz, mas o local não possuía espaço o suficiente para a construção de uma rua larga o bastante para os cortejos nos dias de festas, celebrações e procissões fúnebres. Claudia Rodrigues informou que a dificuldade em se construir cemitério extramuros se deu, também, pelo fato de que as câmaras municipais demoraram a assumir a tarefa de criar e administrar os cemitérios extramuros. Isso não ocorreu apenas pelas dificuldades financeiras, mas porque essa função estava por muito tempo associada às paróquias e associações religiosas. No caso de Piraí a demora ocorreu desde 1838 até a construção definitiva em 1857 (RODRIGUES, 2014, p. 262).

Um ano após o fim da epidemia de cólera na vila de Piraí, finalmente foi construído o cemitério público, sendo a Câmara responsável por administrar o local. Entretanto, não ocorreu a perda da jurisdição eclesiástica, pois todo o processo para escolha e construção esteve ligado ao poder eclesiástico. Além disso, "por ser bento, o cemitério público ainda tinha características de uma campo santo o que indicava que era um lugar de sepultamentos de jurisdição eclesiástica e destinado aos católicos" (FRANCO, 2019, p.145). Para Rodrigues, no Rio de Janeiro a aceitação das irmandades e ordens terceiras estava relacionada ao fato de que o discurso higienista teve mais tempo para adentrar nesses locais do que em Salvador, e acreditamos que em Piraí não foi diferente (RODRIGUES, 2014, p. 72).

Assim como no Rio de Janeiro, às irmandades de Piraí acataram as ordens do governo provincial sobre a edificação do cemitério fora dos espaços urbanos, como a própria Irmandade do

Santíssimo Sacramento, que firmou um contrato para construir seu cemitério no mesmo terreno que o cemitério público da vila. A partir da sua proximidade com a Corte, a divulgação dos saberes médicos na imprensa e com a Câmara Municipal trabalhando em conjunto com o poder eclesiástico, em Piraí não houve resistência ou posicionamentos do clero contrários à construção do cemitério público. A jurisdição eclesiástica sobre o campo santo não foi interrompida, já que o terreno precisava ser bento antes de seu funcionamento, e o registro de óbitos era realizado nos livros de óbitos da Matriz de Sant'Anna, pelo menos até 1880. Como afirma Claudia Rodrigues, "o cemitério era visto como extensão dos templos" (RODRIGUES, 2014, p. 272).

Considerações Finais

Ao analisarmos os debates ocorridos na Corte sobre a medicina social, o pensamento higienista, a importância da salubridade e projetos de urbanização, podemos perceber a intenção de estabelecer um um processo civilizatório nas cidades brasileiras. O médico higienista defendeu o desenvolvimento urbano e a necessidade de erradicar doenças e epidemias do país. Por conseguinte, a medicina social exigiu a higienização de ambientes considerados focos de doenças, como cemitérios, matadouros, hospitais e igrejas. Assim, as necrópoles dentro dos templos religiosos tornaram-se problema de saúde pública.

Observamos que, mesmo situados no interior do Vale do Paraíba Fluminense, estes debates influenciaram as suas vilas. Em Piraí, o saber médico esteve alinhado ao poder público em defesa do desenvolvimento do centro urbano e da salubridade. O pensamento higienista e a medicalização da morte se reflete na preocupação municipalidade em esquadrinhar e organizar o centro urbano, assim como no projeto sanitarista, que visava solucionar os problemas causados pelas inundações dos rios, águas paradas e aterramento de pântanos. Além disso, essas preocupações evidenciaram a inquietação sobre a aproximação dos vivos com os mortos e a contaminação causada pelos gases pútridos exalados dos cadáveres que prejudicavam a saúde da população, uma vez que o primeiro cemitério estava situado na Capela de Sant'Anna do Piraí e logo após, o cemitério provisório da Irmandade do Santíssimo Sacramento que localizava-se no centro da freguesia.

Os primeiros pedidos sobre a remoção dos mortos vieram dos fiscais de quarteirão e da Comissão Sanitária da Câmara. Essas inquietações levaram à implementação de políticas públicas que visavam não apenas a melhoria das condições de saúde, mas a reorganização do espaço urbano,

promovendo a construção dos novos cemitérios e refletindo uma mudança significativa na forma em que a sociedade piraiense se relacionava com os mortos.

Também, é possível perceber um caráter negociativo nesse processo, entre o poder público, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a população e o poder eclesiástico. Enquanto a municipalidade buscava se alinhar às condições sanitárias advindas da Corte, observa-se a resistência popular à primeira tentativa de transferência dos mortos, em 1829, que forçou as autoridades locais a modificarem seus métodos de trasladação das ossadas. Da mesma forma, embora o poder eclesiástico não se opusesse diretamente à criação de um cemitério extramuros, atuava para garantir que a transferência dos mortos fosse realizada de acordo com os ritos fúnebres católicos. E, destacamos a doação do terreno pelo próprio vigário da vila, demonstrando o relacionamento entre o poder público e o eclesiástico. Por fim, o acordo firmado com a Irmandade para a utilização de um cemitério provisório e, posteriormente, para a construção conjunta da nova necrópole, exemplifica essa dinâmica de negociação entre esses agentes locais.

Por meio deste artigo, foi possível observar a influência do pensamento higienista e dos debates que emergiram a partir da década de 1830 na vila de Piraí, especialmente na escolha e construção do cemitério público. Além disso, o texto pretende complementar as informações sobre a área de História da Morte no Vale do Paraíba Fluminense, que ainda conta com escassos estudos sobre as atitudes diante da morte e do morrer, principalmente relacionado aos estudos cemiteriais.

Referências bibliográficas:

ARIÈS, PHILIPPE. **O Homem Diante da Morte.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BRUNO, Aguiomar Rodrigues. **A Morte como negócio:** os comerciantes funerários no interior fluminense (Piraí, 1839-1889). Tese (Doutorado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Locais de sepultamento e escatologia através de registros de óbitos da época barroca: a freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. **Revista Vária História**, nº31, janeiro, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** Cortiços e epidemias na Corte Imperial. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 3ª ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1989.

EDLER, Flavio Coelho. **A medicina brasileira no século XIX:** un balanço historiográfico. Asclepio-Vol. L-2, 1998. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/3726/c8f6c37d5510c019b1b2a202cb24db49e1bd.pdf Acesso em: 19 nov. 2025.

EDLER, Flavio Coelho. **A medicina no Brasil imperial**: fundamentos da autoridade profissional e da legitimidade científica. 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/50284636_A_medicina_no_Brasil_imperial_fundamentos_da_autoridade_profissional_e_da_legitimidade_cientifica Acesso em: 01 ago. 2025.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras:** Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRANCO, Maria da Conceição Vilela Franco. **De Campo Santo à Necrópole Monumentalizada:** o processo de criação e transformação do Cemitério Público de Campos dos Goytacazes no século XIX. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Império das Províncias**. Rio de Janeiro, 1822 – 1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

KODAMA, Kaori. **Os impactos da epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855 -56) na população escrava:** considerações sobre a mortalidade através dos registros da Santa Casa de Misericórdia. Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/kodama%20kaori.pdf Acesso em: 02 ago. 2025.

MACHADO, Roberto et al. **Danação da Norma:** Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MARQUESE, Rafael. TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: MUAZE, Mariana. SALLES, Ricardo. **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. 1.ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

MUAZE, Mariana. O Vale do Paraíba e a dinâmica Imperial. In: **Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense - fase III**. Rio de Janeiro: INEPAC/ Instituto Cidade Viva, 2011, v.3, p. 293-340.

PAIXÃO, Anne Elise Reis da. **No cárcere divino.** Purgatório, indulgências e missas pelas almas no Rio de Janeiro setentista. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. 5ª ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.

RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

RODRIGUES, Claudia. Franco, Maria da Conceição Vilela. O corpo morto e o corpo do morto entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary Del. AMANTINO, Márcia. **História do Corpo no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2011.

RODRIGUES, Claudia. **A criação dos Cemitérios Públicos do Rio de Janeiro enquanto campo santo**. Revista do Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n.8, 2014.

Fontes:

Almanak Laemmert Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1870. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1885.

ARQUIVO MUNICIPAL DE PIRAÍ (AMP). **Agradecimento doação de terreno para o cemitério**. Fundo Expediente Legislativo. Nº 003.08.04.

AMP. **Contrato para construção do cemitério**. Fundo Expediente Legislativo. Nº 003.05.36.

AMP. **Livro 1 Atas da Câmara de Piraí (1838 –1855)**. Fundo Legislativo.

AMP. **Livro 2 de Óbito da Matriz de Sant'Anna (1835 - 1887)**. Fundo Religioso. 001.3.D.2.

AMP. **Livro de Registros de Ofícios do Governo da Província e mais Autoridades**. 1838-1883. Fundo Legislativo. Nº 54.

AMP. **Relatório Fiscal Joaquim Manoel de Sá e outros.** Fundo: Legislativo. Série: Relatórios fiscais. 015.06.01.59.

AMP. **Relatório Fiscal de Manoel José de Barros Vianna**. Fundo Legislativo. Série: Relatórios Fiscais. Nº 015.06.01.4.

AMP. **Relatório Fiscal de Manoel José de Barros Vianna**. Fundo Legislativo. Série: Relatórios Fiscais. Nº 015.06.01.8.

AMP. **Relatório Fiscal de Manoel José de Barros Vianna**. Fundo Legislativo. Série: Relatórios Fiscais. Nº 015.06.01.11.

AMP. **Registro de Posturas Municipais de Piraí (1838 – 1912)**. Fundo Judiciário. Série Diversa.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO(BNRJ). José Martins da Cruz. Reflexões sobre a inhumação dos corpos. In: **Semanario de Saúde Público**. Ano 1831. 12 de março. Nº 11. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702560&Pesq=cemit%c3%a9rio&pagfis=57 Acesso em: 01 ago. 2025.

BNRJ. **Diário do Rio de Janeiro**. Ano 1856. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20185&pesq=Assembleia%20Provincial&pagfis=42669 Acesso em: 02 ago. 2025.

BREVES, Reynato. **Sant'Ana do Piraí e sua história**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lei de 1º de outubro de 1828**. Título III, artigo 66. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html. Acesso em: 01 ago. 2025.

PIZARRO, José de Souza Azevedo. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: imprensa Nacional**. Volume 5. p. 279. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182898 . Acesso em: 02 ago. 2025.

REGO, José Pereira. **Memoria historica das epidemias da febre amarella e cholera-morbo que têm reinado no Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

Temporalidades

Saberes em disputa: um estudo de caso em Santa Maria (1918)

Knowledge in dispute: a case study in Santa Maria (1918)

Fabiane Cunha
Mestranda em História
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
fabiane.pacheco@acad.ufsm.br

Recebido: 09/08/2025
Aprovado: 12/12/2025

Resumo: Neste artigo é feito um panorama bibliográfico sobre a história da doença e dos diferentes entendimentos acerca do adoecer, destacando a reação do saber médico ao curandeirismo em Santa Maria nos séculos XIX e XX. A análise prioriza o contexto em que, na hora da chegada da pandemia de gripe espanhola a Santa Maria, RS, em 1918, a região estava envolvida em disputas em torno da saúde, da higiene e da legitimação da medicina. Analisa o contexto higiênico do processo de urbanização e as medidas adotadas pelas autoridades, que muitas vezes ignoravam as concepções de grupos populares. Por fim, examina a forma como a imprensa local, durante a gripe espanhola, manifestou aversão ao curandeirismo e valorizou a medicina oficial.

Palavras-chave: Curandeirismo; medicina; gripe espanhola.

Abstract: This article presents a bibliographical overview of the history of disease and the different understandings of illness, highlighting the response of medical knowledge to folk healing practices in Santa Maria during the nineteenth and twentieth centuries. The analysis prioritizes the context in which, at the moment the Spanish flu pandemic reached Santa Maria, RS, in 1918, the region was already immersed in disputes concerning health, hygiene, and the legitimation of medicine. It examines the hygienist context of the urbanization process and the measures adopted by local authorities, which often disregarded the conceptions held by popular groups. Finally, it explores how the local press, during the Spanish flu, expressed aversion to folk healing and upheld official medicine.

Keywords: Folk healing; medicine; spanish flu.

Introdução

Por muito tempo temas como saúde e doença permaneceram sob o domínio exclusivo dos médicos que, interessados em historicizar sua profissão, "construíram uma narrativa que celebrava a ciência médica, heroicizava o papel do médico e projetava uma visão otimista do progresso científico" (Souza, 2007, p. 23). Progressivamente, a ampliação do leque de estudos proporcionada pela *Escola dos*

Annales[1] garantiu a existência de uma história das doenças, da morte, do corpo e das emoções. Esses novos temas ganharam espaço no contexto brasileiro da segunda metade do século XX, marcado tanto por progressos da medicina, quanto pelo enfrentamento de novas doenças, como a AIDS. Esses fatores tornaram as pesquisas em saúde uma tendência crescente ao longo dos anos 1970 e 1980 (Souza, 2021, p. 70).

Nesse período, há estabelecimento do campo da História da Saúde e das Doenças feito por historiadores e demais profissionais das Ciências Humanas no Brasil com a finalidade de entender o adoecimento em sociedade, deixando de ser um assunto estritamente tratado por memorialistas e profissionais da saúde, passando a incorporar um ponto de vista científico e social, para além do biológico. A construção de um campo que estude a relação humana e cultural com as doenças é relativamente recente, mas já apresenta análises de epidemias e pandemias próximas, como a Covid-19, além de pandemias anteriores, como a gripe espanhola.

Em 1918, quando a pandemia de gripe espanhola chegou a Santa Maria (região central do Rio Grande do Sul), a cidade estava inserida em um contexto regional de disputas em torno da saúde, da higiene e da legitimação da medicina como prática de cura que supunha mais eficaz. As disputas em torno da afirmação da medicina acadêmica sobre outras práticas tidas como "charlatãs" marcaram o início do século XX.

A ascensão da influência dos médicos diplomados não foi imediata nem natural, procurando a deslegitimação legal dessas outras práticas para que pudessem se impor. De acordo com a historiadora Beatriz Teixeira Weber (1999), o estado do Rio Grande do Sul não respaldava a medicina e tampouco criminalizava outras práticas terapêuticas, em defesa da liberdade individual proposta pelo governo do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), firmado em preceitos positivistas. Mesmo em estados onde as práticas médicas eram legitimadas institucionalmente, é possível afirmar que a medicina foi amplamente contestada diante da incapacidade científica em conter o avanço da doença e dos óbitos. Esse é um fenômeno comum diante de epidemias e pandemias pois "colocam em xeque a eficiência

[1] A Escola dos Annales foi um importante movimento originado na França, no início do século XX, com inovações significativas nos métodos de pesquisa e abordagem histórica. Essa corrente rejeita a narrativa da História Tradicional, propondo novas fontes e novos estudos voltados ao cotidiano, ao corpo e às mentalidades.

dos poderes públicos, evidenciam os limites da medicina, revelam o estado de saúde coletiva, a infraestrutura do serviço de saúde pública e dos cuidados com a saúde" (Souza, 2021, p. 83).

Nesse cenário, nem sempre a ciência médica ganhava. A contestação dos médicos em situações epidemiológicas também promoveu a busca de métodos tradicionais, nunca abandonados, pois questionava-se a ciência pela sua ineficiência. Em 2020, praticamente um século depois, a incidência da pandemia de Covid-19, mobilizada em uma campanha irracionalista calcada no negacionismo por parte do governo federal, também desestimulou as certezas na ciência. Métodos de cura anticientíficos ascenderam, estimulados pelo então presidente Jair Bolsonaro e até por médicos, que recomendavam o tratamento profilático com Hidroxicloroquina (entre outros). Provada ineficaz cientificamente e com efeitos colaterais indesejáveis, o medicamento foi objeto de disputa político-ideológica (Souza, 2021).

Considerando a atualidade de disputas em torno da cura, este trabalho propõe tratar o tema a partir da pandemia de gripe espanhola em Santa Maria, para isso, também discute o campo e as formas de compreensão da doença. Embora, em nosso cotidiano, a doença esteja ligada a arcabouços simbólicos familiares, como em ditados ou costumes, muitas vezes não a compreendemos fora do seu aspecto estritamente biológico. Para que comecemos a desnaturalizá-la, pelo menos de forma inicial, proponho neste artigo um panorama dividido em três tópicos. O primeiro situa brevemente o Campo da História da Saúde e das Doenças. Já o segundo tópico considera noções culturais acerca da doença para sociólogos e antropólogos. Por fim, há a apresentação do cenário de disputas em torno da legitimação dos saberes médicos em Santa Maria entre o século XIX e XXI.

O campo de história da saúde e das doenças

O movimento precursor do estudo das doenças parte da *coleção História: novos problemas, História: novos objetos e História: novas abordagens* – organizada pelos historiadores franceses Jacques Le Goff e Pierre Nora (publicados no Brasil em 1976) assinado por Jean-Pierre Peter e Jacques Revel. O artigo, intitulado *O corpo: o homem doente e sua história*, coloca-se como um ponto de partida para a observação das doenças e sua interação com os humanos:

> [...] a doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social a esse respeito ela torna frequentemente mais visíveis as articulações essenciais do grupo, as linhas de força e as tensões que o traspassam. O acontecimento mórbido pode ser o lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real dos mecanismos administrativos ou das práticas religiosas, as relações entre poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma (Revel; Peter, 1976, p. 144).

Este texto é fundamental para a abordagem histórica das doenças, que seria posteriormente ampliada pela obra *As Doenças Têm História* (1985). Nessa publicação, Jacques Le Goff sustenta que "a doença pertence à história, em primeiro lugar, porque não é mais do que uma ideia, um certo abstrato numa complexa realidade empírica, e porque as doenças são mortais" (1985, p. 7). Assim, estudos que antes estavam associados a uma história de cunho memorialista e positivista passaram a integrar a Nova História[2], incorporando pesquisas sobre os sentidos e as representações atribuídos às enfermidades por diferentes grupos e indivíduos, além de examinar as relações e concepções sobre a doença e o doente, ultrapassando a visão patológica.

Ao longo do século XX, diferentes pensadores internacionais refletiram sobre a saúde e suas implicações sociais, entre eles o norte-americano George Rosen e o francês Michel Foucault. A historiadora Nikelen Witter (2007, p. 150) destaca a obra clássica de Rosen (1958), na qual o autor sustenta que a saúde pública está profundamente vinculada à centralização do poder estatal. Nesse sentido, caberia ao Estado assumir a responsabilidade pelo bem-estar e pela saúde da população. Sua visão, descrita como "progressista, linear e otimista", valoriza as descobertas científicas e atribui papel central aos indivíduos que, de forma ativa, buscaram prevenir doenças e melhorar as condições sanitárias. Por essa razão, Dorothy Porter (1994) identificou Rosen criticamente como representante da vertente "heroica" da historiografia da medicina, pois este atribui um papel heroico aos que buscaram de forma ativa melhorar a saúde e prevenir doenças, exaltando-os.

Em contraposição, Foucault, crítico dessa abordagem, inseriu a medicina em um sistema disciplinar mais amplo, voltado ao controle e à normatização dos comportamentos, produzindo para isso saberes, instituições e práticas de vigilância (Witter, 2007, p. 150). Essa leitura foi classificada por Porter como "anti-heroica", justamente por deslocar o foco do heroísmo individual para as engrenagens de poder que estruturam a prática médica, estando em "um complexo sistema disciplinar que buscava controlar, vigiar e normatizar os comportamentos, produzindo para isso saberes, seres e instituições" (Witter, 2007, p. 150).

No Brasil, as primeiras pesquisas de fôlego sobre História da Saúde, da Doença e da Medicina receberam forte influência do pensamento foucaultiano. Entre os principais nomes estão o filósofo

[2] A Nova Escola é uma abordagem historiográfica que surgiu nos anos 1970, fazendo parte da terceira geração *da Escola dos Annales*. Suas principais características são a ampliação na possibilidade de fontes e nos objetos de pesquisa, além do foco na subjetividade das experiências históricas. Suas contribuições serviram como importante propulsor de pesquisas voltadas às doenças e outros aspectos cotidianos inerentes aos sujeitos históricos.

Roberto Machado et al. (1978) e o psiquiatra Jurandir Freire Costa (1989). Esses autores utilizaram o conceito de higiene para investigar o discurso médico sobre o corpo e a organização familiar, bem como as estratégias para discipliná-los.

Alinhado à vertente anti-heroica, Machado et al. analisa a medicina higiênica emergente no século XIX como instrumento de intervenção na saúde coletiva, capaz de enfrentar problemas sanitários e arquitetônicos e regular a circulação de pessoas e mercadorias. Embora tais ações pudessem parecer benéficas, para o autor, isso "defende e justifica uma sociedade medicalizada, lutando por uma posição em que o direito à educação, a política, a moral, seriam condicionadas ao seu saber" (Machado et al, 1978, p. 194).

De forma complementar, Costa (1989, p. 36) interpreta a atuação dos médicos-higienistas como parte de um esforço para converter a população à nova ordem urbana moderna, afastando hábitos coloniais considerados obstáculos ao progresso. Ocupando posições estratégicas nos órgãos de saúde, esses profissionais se inseriam no núcleo familiar por meio de normas e orientações, moldando um modelo ideal de família. Esta, "deixar-se-ia manipular acreditando-se respeitada; abandonaria antigos privilégios em troca de novos benefícios, auto-regular-se-ia, tornando cada um dos seus membros, num agente da saúde individual e estatal" (Costa, 1989, p. 63). Para o autor, havia uma relação de troca entre Estado e Medicina: o Estado obtinha, de maneira não violenta e menos dispendiosa, a adesão da população a padrões higiênicos aceitáveis, enquanto a Medicina ampliava seu poder de normatizar e reorganizar o espaço social, sendo um sustentáculo de seu poder.

> Alojados em instituições cuja capacidade de influir nas decisões do Estado e do capital foi muito menor do que supõem os historiadores de viés foucaultiano, os higienistas, ainda assim, contribuíram para que fossem promulgadas as primeiras leis regulando o crescimento da cidade. Ainda que não tenham conseguido deter as epidemias, ajudaram a promover mudanças, às vezes substanciais, tanto nos padrões de sociabilidade como nas formas de organização do espaço (Benchimol, 2018, p. 188).

A partir dos anos 1980 e 1990, uma historiografia mais recente, sem desconsiderar as contribuições foucaultianas, passa a submeter seus grandes "esquemas explicativos" a análises situadas, buscando verificá-los em contextos específicos. Assim, abdicando delas diante da inaplicabilidade a partir das fontes, para conseguir alcançar realidades específicas (Witter, 2007, p. 153). Sobre essa concepção, novos trabalhos surgiram baseados na exploração documental e alicerçados nas ideias de

Edward Palmer Thompson, buscando uma História "vista de baixo", isto é, dando destaque às percepções das pessoas comuns sobre os acontecimentos.

No que tange a História da Saúde e das Doenças, o direcionamento no cotidiano das "pessoas comuns" e em suas experiências serviu como norte para se pensar a forma com que as pessoas lidam com determinadas situações nas quais são inseridas e a forma com que reelaboram suas experiências:

> A experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (Thompson, 1981, p. 17).

Na perspectiva de uma "história vista de baixo", o historiador Sidney Chalhoub (1996) trouxe contribuições importantes para se pensar o espaço urbano e as doenças que circulavam ali. Ao trabalhar o conceito de Ideologia da Higiene que incidiria sobre as chamadas "classes perigosas", ou seja, as "classes pobres", o historiador usou como ponto de partida a narrativa da destruição do mais famoso cortiço carioca, o "Cabeça de Porco", visto como um "valhacouto de desordeiros" pelas autoridades da época (Chalhoub, 1996, p. 16). Esses lugares significavam não somente um risco para a ordem pública e para a moral do trabalho, mas também um perigo de contágio de patologias no sentido literal:

> Os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou como economistas em tempo de inflação: analisavam a "realidade", faziam seus diagnósticos, prescreviam a cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos (Chalhoub, 1996, p. 29)

Assim, a Higiene como ideologia se tornaria um instrumento de condução do país para a "verdadeira" civilização e progresso. Chalhoub informa que ela criaria um modelo de "aperfeiçoamento moral e material" através da suposição de que era possível fazer ciência de maneira neutra e gerir os problemas sanitários da cidade. Quando, na verdade, buscava-se emular a "civilização europeia nos trópicos" enquanto continuava a "fazer política deslegitimando o lugar da política na história" (1996, p. 35). Entretanto, a população não assistiu ao autoritarismo dos médicos-higienistas e sanitaristas passivamente.

Diversos estudos têm se dedicado a examinar os problemas urbanos da capital brasileira durante a República, problemas esses que, vistos em retrospectiva, remontam a um processo de crescimento acelerado iniciado em 1763, quando o Rio de Janeiro se tornou capital dos vice-reis para assegurar o controle do ouro no Sudeste. Esse ritmo se intensificou no início do século XIX, com a chegada da família real portuguesa e, posteriormente, com a elevação da cidade à condição de capital do Império após a Independência.

A partir de meados do século XIX, o Rio de Janeiro experimentou a expansão de seu território com a criação de novos bairros, os quais, contudo, não conseguiram absorver a crescente massa de trabalhadores urbanos. Essa população, descrita por Benchimol (1992, p. 317) como "uma numerosa multidão de 'pés descalços' que constituía o heterogêneo e flutuante 'proletariado carioca'", vivia e trabalhava, em sua maioria, nas áreas centrais da cidade.

Os cortiços constituíam a principal forma de moradia dessas multidões. Eram, em geral, construções de alvenaria, mas com estruturas precárias, situadas em áreas centrais e insalubres, sem tratamento adequado. Essas habitações eram alvo de preocupação de governantes e médicos higienistas pela concentração de moradores, que causariam epidemias. A ficção do naturalista Azevedo constrói o cenário que preocupava:

> [...] as casinhas do cortiço, à proporção que se atamancavam, enchiam-se logo, sem mesmo dar tempo a que as tintas secassem. Havia grande avidez em alugá-las; aquele era o melhor ponto do bairro para a gente do trabalho. Os empregados da pedreira preferiam todos morar lá, porque ficavam a dois passos da obrigação (Azevedo, 1997, p. 13).

A febre amarela, citada em momentos dramáticos no livro de Azevedo, é uma dessas epidemias, chegando a se estimar que tenha matado cerca de 15 mil pessoas (Chalhoub, 1996, p. 61). De acordo com Benchimol (2018), na segunda metade do século XIX, a febre amarela se tornou uma questão sanitária nacional e criou divergências entre os defensores da ciência (higienistas), e defensores de explicações religiosas que a viam como castigo divino a ser curado com rezas.

Além da febre amarela, a varíola também repercute bastante. Em 1904, motivada pelo decreto que tornava obrigatória a vacinação contra a doença, eclodiu a Revolta da Vacina como um símbolo de resistência popular. A questão não era a eficácia da vacina ou a epidemia em si, mas a construção de um discurso radical sem espaço para instrução da população, negando a individualidade na busca

do progresso (Schwarcz, 1993, p. 227). Assim, desconsiderando as noções populares acerca de seus próprios corpos e práticas de cura.

Diante disso, aquelas pessoas viam "as concretizações da modernidade burguesa como símbolos de um poder opressivo, e por isso foram alvos de sua fúria, tanto quanto a vacina" (Benchimol, 2018, p. 205). Fenômeno perceptível nos seus entendimentos da ciência médica expressos em jornais operários, por exemplo, o de que a vacinação e recomendações de descanso, isolamento e higiene quando se trabalhava até a exaustão e se morava em "chiqueiros" de nada serviam (Bertucci, 2020, p. 8). Para os trabalhadores, a medicina não os atendia, já que esses não podiam usufruir dela, sendo apontados como causadores dos males sanitários e sendo afastados constantemente do centro.

O entusiasmo científico que marcou a virada do século XX, impulsionado pela chamada Revolução Pasteuriana — decorrente da compreensão do papel dos micróbios na transmissão de doenças e da consequente possibilidade de desenvolver exames, soros e vacinas específicas para o controle de epidemias — revelou-se passageiro. Durante a Primeira Guerra Mundial, a pandemia de gripe espanhola colocou à prova os conhecimentos dos microbiologistas diante dos vírus "invisíveis" e evidenciou a precariedade dos serviços sanitários e hospitalares em diversos países (Benchimol, 2018, p. 206).

Os desdobramentos dessa crise se traduziram em reformas que se estenderam pelas primeiras décadas do século XX, buscando melhorar as condições de saúde pública e o saneamento urbano. Gilberto Hochman (1998) denomina as décadas de 1910 e 1920 como a "era do saneamento", marcada por medidas como a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, a criação de uma Justiça Sanitária e a instituição da notificação compulsória de doenças, dispositivos que ampliaram significativamente o poder coercitivo do Estado. No início do século XX, em um mundo cada vez mais interligado, as doenças transmissíveis tornaram-se tema central justamente pela interdependência social e espacial que caracterizava sua disseminação. Para Hochman (1993), essa interdependência estabelece um vínculo direto entre indivíduos e suas ações: em uma epidemia, condutas pessoais podem adquirir alcance coletivo, transformando os infectados em potenciais transmissores e, portanto, em ameaça à coletividade.

Esse raciocínio reforçou a ideologia da higiene, que ganhou força no Brasil no início do século XX, quando a noção predominante era a de que apenas eliminando os males que comprometiam a saúde seria possível concretizar o projeto de construção da nacionalidade. Entretanto, tal ideal não incluía de forma acolhedora as chamadas "classes perigosas", mas pretendia "curá-las" de supostas doenças associadas a fatores raciais (Schwarcz, 1993).

Hochman (1993, p. 51) ressalta que não foram as endemias rurais que impulsionaram mais fortemente o movimento pelo "saneamento do Brasil", mas sim uma epidemia urbana: a gripe espanhola. Ela expôs, de forma incontornável, as consequências da crescente interdependência social, demonstrando que soluções restritas a espaços específicos seriam ineficazes e que apenas estratégias mais amplas poderiam conter crises dessa escala.

Pensando o termo "doença"

A compreensão social da doença e da morte não se limita a aspectos médicos, mas envolve significados simbólicos que variam conforme o tempo, o lugar e a cultura. Ao longo da história, diferentes enfermidades despertaram reações e representações distintas, moldando não apenas as formas de enfrentamento, mas também os modos de perceber o risco, o sofrimento e a perda.

É nesse contexto que se inserem as distinções dos sentidos atribuídos às doenças crônicas e às doenças infecciosas. As sociólogas Claudine Herzlich e Janine Pierret, em 1984, associaram a doença crônica e individual, ao âmbito privado; e a doença infecciosa, como as epidemias, como incidentes na esfera pública, cada uma dessas, se revestindo de significados distintos de morte e estigma em cada época (Nascimento, 2005). As interpretações culturais sobre a morte também variam significativamente. Viveiros de Castro (2002) observa que, para certos grupos, é mais valoroso participar da morte através de rituais simbólicos de vingança honrosa do que sucumbir em decorrência de uma doença. Segundo o autor, a vingança funciona como um elemento essencial para a construção coletiva de sentido e memória nas relações com o outro, mantendo a continuidade da identidade social. Assim, morrer pelas mãos de um inimigo é considerado uma morte honrosa para o indivíduo e uma afronta ao seu grupo, estabelecendo uma imortalidade simbólica por meio da relação de vingança com o grupo adversário (2002, p. 234).

> [...] sua morte é honrada, e que mais vale morrer assim do que em sua casa, de alguma doença contagiosa, pois, dizem eles, não podemos nos vingar da morte, que ofende e mata os homens, mas podemos vingar aqueles que foram mortos e massacrados no trato da guerra (Thevet, 1551, p. 196, *apud* Viveiros de Castro, 2002, p. 233).

Em consonância, o antropólogo Marshall Sahlins (2003), ao analisar o encontro entre os havaianos e o capitão Cook, aponta que a morte não pode ser entendida biologicamente, como na busca de seu diagnóstico intestinal de Cook, mas no significado criado no esquema cultural onde ocorre. Assim, ações e condições como a morte só ganham sentido histórico quando se tornam culturalmente significativas, ou parte de uma "sequência ritual", uma "metáfora histórica de uma realidade mítica" de um evento que, ainda que anual, era único. A perspectiva do autor evidencia a importância de considerar não somente o fato em si, mas também o simbolismo que ele adquire no contexto cultural em que ocorre, sendo um importante norte para pensar o adoecimento.

Nesse sentido, Sahlins (2003, p. 143) chama atenção para a compreensão do evento "como ação individual e como representação coletiva". Da mesma forma, Herzlich e Pierret (1984) ao estudarem as representações da doença entendem que "o indivíduo doente, em toda parte e em cada época, é doente aos olhos da sociedade, em função dela e segundo as modalidades por ela fixadas" (Herzlich; Pierret, 1984, *apud* Nascimento, 2005, p. 39). Assim, para captar um evento, "seria insuficiente assinalar que certas pessoas agiram de certos modos, a não ser que soubéssemos o significado dessas ações" (Sahlins, 2003, p. 144).

Os acontecimentos históricos não apenas atualizam representações pré-existentes, mas também contribuem para sua reconfiguração dinâmica. Herzlich e Pierret (1984) consideram que em momentos epidêmicos, sendo esses marcados por um elevado número de vítimas, pela impotência diante da morte e pela marginalização dos pacientes, o significado e explicação para a mortalidade pode se transformar: o que em uma época era visto como punição divina, em outra, pode gerar revolta, medo e discriminação (Nascimento, 2005, p. 32).

Nesse sentido, a morte e a doença são vivências que não podem ser vistas como experiências universais e estáticas, pois cada cultura as inventa e elabora a partir de seus próprios repertórios de sentido. Suas singularidades, no entanto, foram pouco consideradas na construção da ciência ocidentocêntrica. A vivência do corpo e dos fenômenos vividos neles possuem valorização particular no pensamento ocidental, sendo central para a ordem social, onde a biologia é construtora de diferenças e hierarquias sociais.

> De fato, na experiência ocidental, a construção social e o determinismo biológico têm sido dois lados da mesma moeda, uma vez que ambas as ideias continuam se reforçando mutuamente. Quando categorias sociais como gênero são construídas, novas biologias da diferença podem ser inventadas. Quando as interpretações biológicas são consideradas convincentes, as categorias sociais extraem sua legitimidade e poder da biologia. Em suma, o social e o biológico se retroalimentam. A biologização inerente à articulação ocidental da diferença social não é, no entanto, universal (Oyěwùmí, 2021, p. 37).

Ao longo do tempo, mesmo em um mesmo espaço, tais significados se transformam através da criação diferenciante, construindo novas relações de sentido. Assim, usando um símbolo de modo diferenciante, por exemplo, uma metáfora, surge junto com essa nova forma de expressão um novo sentido que antes dela não existia (Roy, 2010, p. 85). Os ditados populares de uma dada época podem revelar muito sobre como a sociedade que os criou interpreta o mundo e as informações que circulavam por ela. Entre os ditados "Cautela e caldo de galinha nunca fizeram mal a doente!" e "Para um pé doente há sempre um chinelo velho!", o escritor naturalista Aluísio de Azevedo, em sua obra O Cortiço (1890), cria uma visão sobre o cotidiano popular no Rio de Janeiro.

Embora o foco de Azevedo não seja diretamente a doença, esses ditados nos oferecem pistas sobre como a saúde e a doença transcendem seus significados literais. Assim, por meio de expressões populares e metáforas, percebemos a doença como intrínseca a outros aspectos da vida cotidiana, sendo mobilizadas como analogias que constroem novos sentidos. Nessa teia de entendimentos, Claudine Herzlich (2005) propõe que a dimensão social da doença é intrínseca à construção do que chamamos enfermidade, pois ao ameaçar ou modificar "nossa vida individual, nossa inserção social e, portanto, o equilíbrio coletivo, a doença engendra sempre uma necessidade de discurso, a necessidade de uma interpretação complexa e contínua da sociedade inteira" (Herzlich, 2005, p. 33). Assim,

> O objeto da representação parece, para os que dela partilham, pura e simples percepção: tal é seu caráter original. O pesquisador, quanto a ele, deve tentar articular em sua análise o fato de que a representação não constitui um simples reflexo do real, mas sua construção, que ultrapassa cada um individualmente e chega ao indivíduo, em parte, de fora dele (Herzlich, 2005, p. 62-63).

A interpretação coletiva dos estados do corpo coloca em questão a ordem social, revelando-nos relações entre o biológico e o social. Essa perspectiva é defendida pelo historiador Charles Rosenberg (1987, *apud* Silveira, 2008) que conclui que a doença é um amálgama envolvendo sua natureza biológica e os sentidos atribuídos pelas sociedades, sendo, por isso, "uma construção intelectual complexa". Ou seja, as doenças devem ser entendidas como fenômenos mutáveis a

depender do tempo e do ambiente, sendo que produzem perspectivas que se diferenciam em determinados momentos e grupos sociais.

Convém ressaltar que essa preocupação com o papel biológico deve ser compreendida como característica ocidental, já que "o corpo não é lido como um modelo da sociedade, as invocações da biologia são menos prováveis de ocorrer porque tais explicações não têm muita importância no campo social" e nem baseiam a hierarquia (Oyěwùmí, 2021, p. 37). Assim, as diferenciações culturais marcam a compreensão sobre essas vivências corpóreas entre povos distintos, como melanésios e europeus, mas, também, para moradores do mesmo espaço, como o que hoje chamamos de Santa Maria, em diferentes tempos, como o século XIX e o século XXI.

Disputas em torno da cura em Santa Maria

A diversidade das práticas e agentes de cura perdurou na segunda metade do século XIX. Conforme aponta a historiadora Nikelen Witter (2001, p. 51), entre 1845 e 1880 havia uma disputa de clientela em Santa Maria, sendo de arbítrio da população escolher aquele que preferisse. Ou seja, não haveria uma hierarquia entre médicos e outros curadores, ao contrário do que a historiografia tradicional antiga defendia. Sem distinção de cor, as escolhas baseavam-se na confiança adquirida ao longo do tempo na comunidade, nem sempre preferindo um profissional formado.

Essa constatação ultrapassa uma antiga concepção de que as pessoas estariam entregues aos curandeiros pela falta de alcance a médicos formados no interior do país ou pela ignorância do povo, já que diplomas e licenças oficiais não cativavam a confiança do povo por si sós. Até porque, na última década do século XIX, atuavam na cidade 9 médicos formados, um número considerável diante dos 37 médicos da capital Porto Alegre. (Weber, Quevedo, 2001, p. 59).

Nesse período, muitas práticas de cura populares se assemelhavam com as formas de tratamento consideradas científicas pelos médicos. Os próprios "homens do progresso" e da "ciência", ao mesmo tempo que considerassem "charlatões" aqueles que pudessem manifestar propostas de cura tradicionais, eram moldados através da crença religiosa de dependência divina e em milagres, acreditando em explicações mágicas para fenômenos desconhecidos (Weber, 1999, p. 14).

Mesmo limitados, os médicos procuraram impor seus conhecimentos através de formas distintas, esbarrando na falta de coesão da classe e na liberdade profissional que não lhe legitimava

como autêntico detentor da saúde. Beatriz Weber e Éverton Quevedo (2001) argumentam que após a virada do século XIX para o XX, durante a modernização da medicina, os médicos de Santa Maria alçaram relevância com base em estratégias locais, mesmo onde qualquer pessoa poderia mobilizar práticas de cura graças à liberdade profissional, bastando se inscrever na Diretoria de Higiene.

Ao contrário de outros estados brasileiros, a liberdade profissional resistiu no Rio Grande do Sul até a década de 1940, pois fazia parte da prerrogativa do Partido Republicano Rio-Grandense, principalmente nos governos de Borges de Medeiros, em que valoriza a livre manifestação de práticas, não interferindo na escolha religiosa e profissional, em teoria, por acreditar que deva ser feita individualmente, como a escolha da sua crença. Nesse sentido, os médicos deveriam conquistar sua clientela, sobrepondo- se ao curandeirismo, através da conquista de confiança da população, não pela imposição do estado (Weber, 1999).

Dessa forma, o interesse na criminalização dos "charlatões" tornou-se o elemento aglutinador para que os médicos se organizassem e convergissem em torno do comum propósito da regulamentação de sua profissão. Vistos pejorativamente, entre os não formados que poderiam mobilizar práticas de cura graças à liberdade profissional, muitas vezes estavam pessoas de origem indígena e africana. Desses, o primeiro grupo era relevado por vezes, valorizando seu conhecimento sobre ervas, mas o segundo grupo carregava estigmas de uma sociedade escravista.

> De acordo com as concepções da época, os saberes de cura dos negros estavam estigmatizados, fosse pelo atraso com que se qualificava sua cultura, fosse pela inferioridade na hierarquia social que englobava tudo que os pertencesse, fosse pela ligação que se fazia entre suas práticas e as "coisas que não eram de Deus", ideia herdada da Colônia. A ignorância, bem como a perplexidade, com que se contemplavam os costumes africanos aproximaram-nos, no senso comum, da feitiçaria (Witter, 2001, p. 102).

A historiadora Daiane Rossi (2019), ao mapear as ações de saúde pública no município, aponta para três estágios importantes para o desenvolvimento da saúde pública em Santa Maria no século XIX. O primeiro seria a retirada do Cemitério da Matriz da área central, o segundo está relacionado com a criação do Código de Posturas que demonstra maior atenção sobre a higienização da cidade, e, o terceiro, a conquista de credibilidade médica profissional em Santa Maria, marcada pela atuação do influente Pantaleão Pinto.

> Pensando neste cenário em que práticos e médicos conviviam através de solidariedades, percebe-se que a partir do momento em que esses indivíduos que conviviam na cidade e possuíam outros laços, além dos profissionais, passam a atuar no local, a aceitação da população aumenta. Ou seja, quando um santa-mariense

> formou-se médico e regressou para atuar no local, isso conferiu-lhe um status oficial, elitista, mas também lhe manteve próximo daqueles que conviviam com ele desde seu nascimento. Acredita-se que confiar os seus doentes a quem se conhecia, independente do diploma, era uma forma de garantir que eles seriam atendidos de maneira diferenciada. Semelhante pode se dizer sobre entregar os doentes àqueles a quem seu conhecido indicava. Sabe- se que no período estudado, o poder da palavra era valorizado e, sendo assim, muitas relações se formavam por indicação. Ou seja, por exemplo, se Pantaleão, aquele em que a população confiava, por conhecer e possuir laços familiares ou sociais, indicasse um amigo de sua confiança, é possível que essa credibilidade fosse transferida também ao amigo (Rossi, 2015, p. 117).

Mesmo não se podendo confirmar a medicina como consolidada nesse período, Pantaleão Pinto passou uma confiança inicial alicerçada na sua influência sobre os médicos com quem se relacionava, como é o caso do fundador do Hospital de Caridade, Astrogildo de Azevedo[3], ligado a ele por sua filha, a qual desposou (Rossi, 2015). Através do prestígio inicial de Pantaleão, pode-se pensar que os médicos foram adquirindo a confiança da população através de outros meios para garantir que sua profissão prosperasse na região. Por isso, os médicos de Santa Maria construíram suas estratégias para se distinguirem e se sobreporem à confiança da população diante da liberdade profissional. Além das denúncias constantes contra parteiras e farmacêuticos, visando tirá-los do mercado, de que esses e outros curadores não pagavam os impostos devidos (Weber; Quevedo, 2001, p. 64).

Uma das estratégias seria a modernização de técnicas e aparelhos médicos menos dolorosos, outra a instalação de médicos em cargos públicos (Weber; Quevedo, 2001). Em 1898 começava a se organizar a Sociedade de Caridade Santa-mariense, esses organizam uma série de arrecadação de recursos que culminaram em uma Instituição que faria parte dessas estratégias em 1903: o Hospital de Caridade[4] (Beltrão, 2013, p. 486). Erguendo-se como um símbolo de modernização da saúde na cidade e os seus médicos, como porta-vozes da medicina, da higiene e da modernização, além de modelo de

[3] Sendo um dos seus fundadores mais influentes, Astrogildo de Azevedo, formado em Medicina na Faculdade do Rio de Janeiro, veio para a cidade em 1889 a fim de substituir um médico amigo seu que precisaria se ausentar por questões de saúde. Se estabelecendo na cidade, foi um dos responsáveis pela consolidação do projeto que, idealizado por anos pela Sociedade Beneficente Artística, não saía do papel (Isaia, 1983).

[4] Apesar do Hospital de Caridade de Santa Maria, oficialmente fundado em 1903, geralmente ser colocado como uma fundação do médico Astrogildo de Azevedo, ele foi, na verdade, promovido por um grupo muito mais amplo de pessoas. Para além do nome mais conhecido, existiram outros médicos que também foram importantes para a construção e consolidação da Instituição como um símbolo da saúde na cidade, atuando como porta-vozes das ideias médicas. Mas, também outros grupos estão envolvidos no processo, entre eles: a sociedade civil, com destaque para as elites locais, homens e mulheres que se comprometeram com a fundação do hospital, através de articulações políticas e busca de donativos; a Intendência Municipal e o Estado, ambos ofereceram subvenções ao hospital em troca da prestação de assistência pública aos pobres e o atendimento aos militares da Brigada Militar. E a *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*, que concedeu empréstimo para a construção da estrutura hospitalar, o qual seria pago por meio do atendimento aos seus empregados (Rossi, 2019, p. 4).

edificação sanitária, o Hospital também proporcionava pesquisa e aperfeiçoamento de técnicas para médicos formados a partir do subsídio do necrotério. Também compunha um ambiente de estreitamento de laços entre os médicos através da convivência e solidariedade da classe em Santa Maria (Isaia, 1983, p. 52).

Um dos argumentos usados para a construção do estabelecimento era de que no período final do século XIX, diversas cidades do interior do estado já possuíam seus próprios hospitais, como a Santa Casa de Pelotas (1857) e a Santa Casa de Caridade de São Gabriel (1855); e Santa Maria, que crescia rapidamente, não possuía sequer lugar adequado para cirurgias, sendo elas realizadas nos fundos de farmácias, nos consultórios particulares ou em casa (Isaia, 1983). Ao refletir sobre as motivações da instalação de hospitais no interior do estado, principalmente a partir do início da República, Rossi afirma que:

> [...] essa ampliação das instituições de saúde e assistência foram incentivadas através de subvenções geridas pelos políticos do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) para o interior do Rio Grande do Sul em função de relações pessoais que possuíam com os líderes locais. Assim, a esta expansão da assistência à saúde dinamizada pelo PRR em consórcio com as elites locais, soma-se o crescimento das 78 cidades onde a criação de um hospital passa a ser entendida como uma forma de gerir os problemas urbanos motivados pela pobreza (Rossi, 2019, p. 77).

Sendo assim, a colaboração para a criação do Hospital de Caridade também fez parte de um jogo de relações políticas. Isso se deu através da relação entre autoridades do PRR e dos médicos locais, que, em diversos momentos foram representantes do partido na cidade, como durante a Intendência de Azevedo (1916-1918), mesmo que essa tenha sido conturbada. Assim como as Santas Casas, o Hospital de Caridade também associava a medicina às questões sociais urbanas de sua época. Nesse sentido, a filantropia, no período inicial do século XX, "age como complementar à atuação do Estado, sobretudo, por estarmos falando de um período de estado mínimo, que só atua em casos de grandes calamidades, como as epidemias, por exemplo" (Rossi, 2019, p. 11).

Ao comparar esse Hospital com Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Weber (2000, p. 11) afirma que apesar de ambas as irmãs serem da Congregação de São Francisco, as do Hospital de Caridade estavam integradas com a perspectiva médico-científica, diferentemente da Santa Casa, onde elas comandavam a perspectiva religiosa. Em Santa Maria, as irmãs franciscanas, para além do tratamento dos doentes, eram responsáveis pela administração interna do estabelecimento e "vigilância sobre tudo que diz respeito à boa ordem, economia e moralidade da casa". Mas, não teriam poder de

interferência sobre a liberdade religiosa dos funcionários e dos doentes, mesmo sobre aqueles que não professassem a religião católica (Isaia, 1983, p. 46-47).

Até que medida as suas ações eram ou não consideradas como interferências religiosas é nebuloso, já que, em suas crônicas, as irmãs relatam que durante o ano de 1909, somente um ou dois doentes morreram sem se reconciliar com Deus, insinuando que fizeram parte dos processos de reconciliação (Isaia, 1983, p. 72). Além disso, reclamam que os doentes eram ignorantes e nunca tinham ouvido falar de Deus, sendo obrigação delas a apresentação (Isaia, 1983, p. 71). Portanto, não se pode dizer que a fé católica não fosse importante na rotina do Hospital de Caridade, sendo ela um fundamento atravessador da moralidade e da própria crença médica.

Além da interferência religiosa nas disputas em torno da saúde, a imprensa também tinha um papel narrativo importante, um exemplo disso antecede em dias a chegada da gripe espanhola (1918) em Santa Maria. Em meados de outubro, o jornal local *Diário do Interior* ironiza uma "charlatã" que estava na cidade pois detinha numerosos clientes os quais enganava.

> [...] A espertalhona não quis declinar seu verdadeiro nome à autoridade, dizendo apenas chamar-se Zezé, a moça misteriosa… Em poder da «médica», foram apreendidas oito garrafas com água, com a qual ela simulava curar males alheios. Além de receber visitas no hotel, tinha ela já instalado a sua tenda de explorações em uma casa da rua Silva Jardim. O consultório da espertalhona vivia cheio durante o dia e à noite. Era uma verdadeira romaria de incautos que lá iam consultá-la. A moça misteriosa, quando tomou o carro para ir à delegacia, disse ao boleeiro que se ela quisesse, fazia com que os cavalos não puxassem o veículo. O cocheiro não quis aceitar a experiência e fustigou os animais que arrastaram o veículo, que só parou na frente da Intendência[5].

Nessa nota, o jornal cita que "Há presentemente, entre nós, umas três ou quatro dessas adivinhadeiras, que outra coisa não fazem se não extorquir dinheiro de quem lhes cai nas unhas". Entretanto, em 1918, ano crítico para saúde, somente esse relato acerca das "adivinhadeiras" aparece. Esse silêncio é relevante, pois os curandeiros, "tradições culturais e saberes populares possuíam espaço na confiança popular, a qual era um fator preponderante quando da escolha do agente da cura" (Witter, Farinatti, 2000, p. 3).

Ao relatar a chegada de uma curandeira à cidade, a imprensa evidencia seu alinhamento com a medicina oficial, ao mesmo tempo em que desqualifica outros praticantes de cura. Esse movimento também aparece nos espaços publicitários: em um anúncio de pílulas, narrado por um suposto

[5] *DIÁRIO DO INTERIOR*. Santa Maria, n. 248, 23 out. 1918, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

consumidor, lê-se que ele havia feito "tudo quanto humanamente possível" para tratar seus males, "dores de cabeça, tonteiras, vômitos e palpitações do coração" e que chegara inclusive a recorrer a curandeiros. O título do anúncio, "**Até** em mãos de curandeiros" [6], reforça a ideia de que tais práticas constituíam um último e indesejável recurso, utilizado antes de descobrir o medicamento "eficaz" que seriam as Pílulas Antidispépticas do Dr. O. Heinzelmann.

No contexto da gripe espanhola, proliferaram anúncios de remédios caseiros, o que motivou críticas contundentes do redator do *Diário do Interior*. Em tom de ironia, o articulista afirmava que muitos estariam morrendo da cura antes do "micróbio":

> Uns anunciam o filtro como um dos melhores preservativos. O camarada compra o filtro e começa a limar o seu barro, que mistura com a água e leva à breca em dois tempos. Outros tomam casca de anta para matar o micróbio, mas o micróbio se envenena de tal jeito que mata a velharada toda no primeiro tirão. Não há mais folhas de sabugueira, nem limões, nem quinino, nem japecanga, nem raiz de milho pururuca, nem arroz grelado, nem cachaça no mercado. Um meu amigo tinha grande quantidade de sebo em bexigas e mais de quinhentas latas de mel velho, que não podia vender. Inteligente como é, receitou à uma negra velha, pílulas de sebo feitas em mel, com o melhor preservativo contra a espanhola. Em três dias o meu amigo vendeu todo o estoque e teve que dizer à freguesia que não podia vender mais o infalível preparado porque o governo havia proibido a venda da "maravilha". O Tobias, sabedor disso, e tendo em depósito 200 fardos de alfafa, para os quais não conseguiu transporte, anunciou logo, como o único específico da peste: - Chá de alfafa, cinco vezes por dia -. Em questão de poucas horas vendeu toda a fatura a 500 réis a grama, tendo o cuidado, à medida que aumentava a freguesia, de subir o preço, conforme condicionava a "grama do marmá" que levava, no invólucro, os dizeres: - Chá de alfafa, às tigelas, de 2 em 2 horas. - Ontem Tobias suspendeu as vendas por falta do artigo… Não haverá por aí quem tenha ovos podres para "empurrar" aos metros, em nome de todos os deuses, da humanidade e da peste?!

O uso de chás, raízes e misturas de plantas era comum entre curandeiros, herbanários e indivíduos identificados como feiticeiros, e amplamente empregado pelos setores populares. Contudo, essas práticas, muitas vezes semelhantes às prescrições médicas da época, eram com frequência reinterpretadas e estigmatizadas em uma concepção moral e racial. Cruz e Almalleh (2019), ao analisarem o processo-crime envolvendo Fausta, mostram como práticas de cura exercidas por pessoas negras ou indígenas eram associadas à feitiçaria como forma de desqualificação social. No caso estudado, o agressor afirmava que Fausta era "uma negra feiticeira, mulher ruim", alegando que ela se teria "malquistado" com ele e sua família "porque não lhe davam a ganhar nas suas bruxarias" (Cruz,

[6] *DIÁRIO DO INTERIOR*. Santa Maria, n. 265, 13 nov. 1918, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM). Destaque da autora.

Almalleh, 2019, p. 179). Assim, considerando o contexto pós-abolição, práticas terapêuticas de matriz africana ou indígena tornavam-se alvo de estigma e perseguição. As autoras indicam que Fausta pode ter exercido tais atividades como complemento de renda ou como herança de saberes ancestrais; também é possível, porém, que a acusação tenha servido unicamente para justificar a agressão.

Em contraste, a figura do médico aparece frequentemente revestida de prestígio e legitimidade, mesmo quando alvo de críticas. Um exemplo é o caso noticiado pelo *Gaspar Martins*, no qual, ao denunciar a cobrança de honorários considerados abusivos por um médico durante a epidemia, o jornal ainda assim afirmava que os médicos eram "nosso segundo Deus". A crítica recaía não sobre a profissão, mas sobre o comportamento individual:

> Para nós, o médico é sempre e sempre um homem respeitado, um homem útil ou indispensável porque exerce uma profissão toda de humanidade, toda de bem fazer, e é por isso mesmo que tomamos a liberdade de estranhar que o ilustríssimo senhor doutor Max H. Lubke não houvesse compreendido a aflição de um povo atacado por uma epidemia por uma peste tão cruel e tão traiçoeira como esta que aqui está levando ao leito milhares e milhares de criaturas e ao túmulo os Centenares. [...] Nessa ocasião de tantas apreensões, de tantas lágrimas, tanto luto, tantos males, enfim, o senhor doutor Max H. Lubke não podia, não devia pensar no aumento de sua fortuna, apresentando conta de contos de réis a uma vítima da terrível peste, ainda mesmo que essa vítima possuísse 3 ou 4 centos de contos de réis[7].

Acessar a percepção popular sobre práticas de cura nas fontes é desafiador, mas é possível observar que nem todos os enfermos buscavam a hospitalização; aqueles que o faziam representavam uma fração específica da população, que, por diferentes motivos, recorreu à medicina oficial. Essa hipótese é reforçada pela escassez de determinados grupos nos registros hospitalares. Brunhauser (2018), por exemplo, mostra que, entre 1917 e 1921, apenas três crianças classificadas como "pretas" aparecem nos registros hospitalares de Santa Maria, duas delas durante a pandemia de 1918. Tal dado sugere que, seja pela preferência por outras formas de tratamento, seja pelo peso dos estigmas raciais no pós-abolição, determinados grupos evitavam buscar atendimento médico formal, exceto em situações extremas. Considerando que a maior parte dos pacientes registrados era branca, pode-se supor que crianças "pretas" e "pardas", conforme as categorias dos documentos, eram tratadas prioritariamente por curandeiros e por métodos tradicionais, fora do espaço hospitalar.

[7] *GASPAR MARTINS*. Santa Maria, 5 dez. 1918, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Conclusão

Entre os séculos XIX e XX, Santa Maria foi cenário de intensas disputas sobre a legitimação da medicina como verdadeira prática de cura. Ainda assim, concepções ancestrais sobre a doença, tratamentos corpóreos e a confiança nos práticos eram elementos centrais, sobretudo no século XIX. Na conformação estadual, a defesa da liberdade profissional provocou a insatisfação de médicos diplomados, que se recusavam a compartilhar o espaço terapêutico com curandeiros, rotulados pejorativamente como "charlatões". A análise evidencia que a pandemia de gripe espanhola, em Santa Maria, não pode ser compreendida apenas como um evento sanitário, mas como um momento em que diferentes concepções de cura coexistiram. As práticas populares, baseadas no uso de plantas, raízes e chás, continuaram presentes no cotidiano da população. A proliferação de receitas caseiras e remédios milagrosos durante o período epidêmico, seguida de sua ridicularização, revela tanto a diversidade de respostas populares à doença quanto a tentativa de estabelecer fronteiras mais nítidas entre práticas de cura que muito se pareciam nesse período. Casos como o de Fausta ilustram como acusações de feitiçaria e criminalização de curandeiras eram mobilizadas para desqualificar esses saberes, muitas vezes associando-os à marginalidade.

Ao mesmo tempo, a imprensa local desempenhou papel central na legitimação da medicina oficial. Mesmo quando criticava comportamentos específicos de médicos, os jornais reiteravam a autoridade da ciência médica e denunciavam práticas alternativas, apresentando-as como ineficazes, perigosas ou moralmente condenáveis. A tensão em torno das práticas consideradas anticientíficas ficou evidente, por exemplo, na figura mística da "Zezé, a moça misteriosa", surgida às vésperas da gripe de 1918. Essas disputas ultrapassavam a esfera biológica, manifestando-se em metáforas, narrativas e políticas que afetavam de maneira mais intensa os grupos populares, como evidenciado na Revolta da Vacina.

No século XXI, a pandemia de Covid-19 reatualizou muitos desses embates. Embora a medicina já tivesse sua legitimidade consolidada[8], o discurso negacionista promovido pelo Governo Federal e amplificado por seus seguidores desafiou novamente a confiança nas instituições científicas. O crescimento dos movimentos antivacina e de práticas negacionistas evidenciou que as disputas

[8] Quando menciono essa consolidação, não aponto como um abandono de outras práticas de cura pela população, mas em que a medicina ganhou espaço de prestígio na sociedade.

ideológicas em torno da saúde e do controle dos corpos permanecem atuais, mostrando continuidades históricas entre o passado e o presente.

O desafio que se impõe aos historiadores da saúde e das doenças é reconhecer e legitimar a pluralidade de práticas de cura que marcaram o passado e perduram, sem perder o compromisso com a defesa da vacinação e da ciência. Trata-se de reafirmar a legitimidade histórica de diferentes agentes e significados atribuídos ao corpo e à doença, sem cair em relativismos que possam sustentar discursos anticientíficos. Essa é uma inquietação que persiste e se renova a cada distorção discursiva da história. Este artigo buscou apontar algumas dessas complexidades, ciente de que o tema está longe de se esgotar.

Bibliografia

AZEVEDO, Aluísio de. **O Cortiço**. Klick Editora, 1997.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos:** um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (Orgs.). **O Brasil republicano:** economia e sociedade, poder e política, cultura e representações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BRUNHAUSER, Felipe Farret. **Menores populares na Primeira República (Santa Maria, 1917-1921)**. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Santa Maria, 2018

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

CRUZ, Lisiane Ribas.; ALMALEH, Priscilla. "É UMA NEGRA FEITICEIRA, MULHER RUIM": RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E MASCULINIDADE. ANÁLISE DE UM PROCESSO-CRIME, 1918 (SANTA MARIA –RS). **História em Revista**, v. 24, n. 2, 2 dez. 2020.

HERZLICH, Claudine. A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença. **Physis**: Revista de saúde coletiva, v. 1, p. 23-36, 2005.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento:** as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1998.

HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). **Revista estudos históricos,** v. 6, n. 11, p. 40-61, 1993.

ISAÍA, Antônio. **Os 80 anos do Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo 1903- 1983.** Santa Maria, RS:Pallotti, 1983.

LE GOFF, Jacques (Org.). **As doenças têm história.** Lisboa: Terramar, 1985.

MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma:** medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo. **As pestes do século XX:** tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónke. Visualizando o corpo: Teorias ocidentais e sujeitos africanos. In: **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, [1997] 2021, p. 27-66.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. **História: novos objetos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 141-159, 1976.

ROSENBERG, Charles. **The cholera years:** the United States in 1832, 1849 and 1866. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

ROSSI, Daiane. **Ações de saúde pública em Santa Maria/RS na segunda metade do século XIX.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2015.

ROSSI, Daiane. **Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903- 1913)**. Tese (Doutorado em História das Ciências) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, RJ, 2019.

SAHLINS, Marshall. **Capitão James Cook**; ou o Deus Agonizante; Estrutura e História. In: Ilhas de História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1985] 2003, pp. 7-21; 140-171; 172-194.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX. Editora Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Christiane Cruz de. **A GRIPE ESPANHOLA NA BAHIA:** saúde, política e medicina em tempos de epidemia. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, Christiane Cruz de. Da gripe espanhola à COVID-19: uma análise comparativa de epidemias e pandemias do século XX ao XXI. **Diálogos**, Maringá, v. 2, pág. 68-85, 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **"O mármore e a murta:** sobre a inconstância da alma selvagem". In: A Inconstância da Alma Selvagem, São Paulo: Cosac Naify, [1992] 2002, p. 183-264.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: **A Inconstância da Alma Selvagem.** São Paulo: Cosac Naify, [1992] 2002, p. 183-264.

WAGNER, Roy. A presunção da cultura; A cultura como criatividade; O poder da invenção. In: **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, [1985] 2010, pp. 27-46; 49-72; 75-119.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar:** medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928). Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 1997.

WEBER, Beatriz Teixeira; QUEVEDO, Everton Reis. Santa Maria e a medicina na passagem do século. **Revista Sociais e Humanas**, v. 14, n. 1, p. 55-67, 2001.

WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço:** as práticas da cura no sul do Brasil (1845 a 1880). Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

WITTER, Nikelen Acosta. **Males e Epidemias:** sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2007.

WITTER, Nikelen Acosta; FARINATTI, Luís Augusto. **Curandeirismo no século XIX**: As escolhas do povo. Educação, p. 33-42, 2000.

Temporalidades

Bastiões da Moralidade: saberes médicos da classe "psiquiátrica" do século XIX

Bastions of Morality: Medical Knowledge of the "Psychiatric" Class in the Nineteenth-Century

Letícia de Oliveira Santos
Doutoranda em Antropologia Social
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
leticiadoliver1810@gmail.com

Recebido: 02/09/2025
Aprovado: 28/10/2025

Resumo: Este artigo investiga o papel da Medicina Moral e da psiquiatria no Brasil do século XIX como instrumentos de controle social e disciplinarização da moralidade, com foco na cidade de Fortaleza após a Grande Seca de 1877. A partir da análise das "Cartas Sobre a Loucura", do médico Francisco Montezuma, e das práticas do Asilo São Vicente de Paula, demonstra-se como mulheres — especialmente prostitutas — foram patologizadas e internadas sob a justificativa de loucura. O estudo articula os discursos médicos com teorias como a de Michel Foucault e a crítica de gênero a partir de Donna Haraway, evidenciando como a psiquiatria serviu à repressão de comportamentos femininos considerados desviantes. Argumenta-se que o asilo não operava como espaço terapêutico, mas como dispositivo de exclusão social e moral, refletindo os interesses de uma sociedade patriarcal e higienista que associava pobreza, sexualidade e loucura à degeneração feminina.

Palavras-chave: Medicina Moral; Sexualidade; Prostituição.

Abstract: This article investigates the role of Moral Medicine and psychiatry in nineteenth-century Brazil as instruments of social control and moral disciplining, focusing on the city of Fortaleza in the aftermath of the Great Drought of 1877. Through the analysis of Letters on Madness by physician Francisco Montezuma and the practices of the São Vicente de Paula Asylum, the study demonstrates how women — especially prostitutes — were pathologized and institutionalized under the justification of madness. The article articulates medical discourse with theoretical frameworks such as Michel Foucault's and gender criticism, revealing how psychiatry served to repress female behaviors deemed deviant. It argues that the asylum did not function as a therapeutic space, but rather as a device of social and moral exclusion, reflecting the interests of a patriarchal and hygienist society that associated poverty, sexuality, and madness with female degeneration.

Keywords: Moral Medicine; Sexuality; Prostitution.

Introdução

Desde seus primórdios, a medicina foi introduzida no Brasil como um serviço focado no atendimento das classes nobres. Segundo Miranda-Sá Jr. (2007), no decorrer do período colonial, os

formados em Medicina eram raríssimos, e mesmo os "cirurgiões barbeiros"[1] poderiam ser encontrados somente nas grandes concentrações, servindo majoritariamente às pessoas consideradas importantes. Em 1808, a chegada da família real ao Brasil sucedeu uma série de transformações econômicas e sociais no cenário nacional, inclusive na área da saúde. Foram criadas muitas instituições políticas necessárias para o estabelecimento do Império, como a Biblioteca Nacional, a Imprensa Régia, e diversas faculdades dedicadas a formar profissionais qualificados para "europeizar" e modernizar o Brasil. Dentre elas, estavam as escolas técnicas interessadas em diplomar engenheiros, bem como as universidades de medicina e direito, espalhadas pelas principais províncias do território.

Em reflexo às correntes medicinais da própria Europa, a Psiquiatria permanecia regida por uma série de conceitos teológicos baseados no Cristianismo, onde a alienação era vista como manifestação de forças sobrenaturais e demoníacas, muitas vezes, associada à bruxaria. Sendo assim, os "loucos" eram encaminhados para asilos e casas de caridade regidas por autoridades religiosas, com o intuito de serem recuperados através da beatificação. Todavia, a configuração muda com o advento do Iluminismo. À luz da argumentação de Torre e Amarante (2001, p. 74-75), quando a ciência adquire status real no final do século XVIII, se tornando tão ou mais valorizada que a religião, abandonando a hierarquia social seguida durante a Idade Média, a loucura ganha novos moldes para a sociedade. Deixa de ser um castigo divino e se torna uma doença, e o hospital deixa de ser um albergue caritativo e se torna uma instituição médica.

No entanto, conforme nota-se neste artigo, veremos que a medicina – com foco no ramo psiquiátrico – continuou regida por valores de moralidade cristã com o decorrer do século XIX, principalmente no que diz respeito à aplicação das políticas higiênicas nas principais cidades do país. O caso da Grande Seca de 1877 será investigado aqui, com atenção especial nos problemas de superlotação urbana que ocasionaram o caos na cidade de Fortaleza durante a década de 1880, e teriam sido "solucionados" através das políticas higienistas costumeiras de tal período. Nesse cenário, o Asilo São Vicente de Paula foi utilizado como destino para os alienados que, conforme os profissionais da chamada Medicina Moral alegavam, deveriam ser tratados para que pudessem novamente viver em

[1] A figura do cirurgião barbeiro consistia em profissionais que cuidavam não somente da estética da população colonial brasileira – cortando cabelo e barba – como também de procedimentos cirúrgicos de baixo risco, como sangrias e extrações dentárias.

sociedade. Entretanto, o objetivo de tal instituição nunca foi salvar, mas sim "desaparecer" com tais indivíduos indesejados em Fortaleza.

À luz desse panorama histórico, a análise proposta neste artigo será ancorada na teoria foucaultiana sobre o poder disciplinar e a produção da norma, compreendendo a psiquiatria como um dos dispositivos de controle social responsáveis por definir e perseguir os sujeitos considerados desviantes. Michel Foucault é tomado não apenas como referencial teórico, mas como objeto de reflexão analítica, permitindo investigar de que maneira as práticas médicas e higiênicas do século XIX operaram na constituição dos limites entre o normal e o anormal e na exclusão dos corpos que não se adequavam à ordem moral e social da época. Complementarmente, a perspectiva de Donna Haraway sobre os saberes situados foi incorporada para evidenciar que o olhar médico não era neutro, mas produzido a partir de posições específicas de gênero, classe e moralidade, reforçando a compreensão dos médicos como verdadeiros "arquitetos sociais", capazes de moldar tanto o conhecimento quanto a própria organização moral e social da cidade.

A Medicina Moral brasileira

Para Maria Massimi (1991, p. 72), a ciência médica do Brasil dos Oitocentos configurou-se em base para a construção de pensamentos alternativos aos saberes religiosos e tradicionais, cujo método científico deveria explicar as doenças humanas como fenômenos naturais, não mais punições divinas. Nesse sentido, estudar os seres humanos agora tinha uma função política e social, focada na elaboração de um meio para o estabelecimento da ordem do Estado Nacional. Nascia, assim, o higienismo, doutrina que visava melhorar a saúde geral da população através da prevenção de doenças. A autora (*Ibid*, p. 72-73) argumenta ainda que a Higiene Social objetivava adaptar o máximo de indivíduos aos padrões sociais. Em decorrência disso, os profissionais higienistas, aplicados em tentar recuperar os alienados para que retornassem à sociedade, passaram a se debruçar sobre as patologias mentais, tentando entendê-las e curá-las, originando dessa forma, a Psiquiatria.

Phillippe Pinel (1745-1826) é considerado um dos pioneiros da Psiquiatria Hospitalar. Formado em Medicina pela universidade francesa de Toulouse, chegou a dirigir dois hospitais na França e publicou diversos trabalhos contendo novas ideias para tratar as doenças mentais. Em 1801, publicou a renomada obra "Tratado Médico-Filosófico sobre a Alienação Mental", onde explicava que

começou a investigar a loucura após um amigo de infância entrar em surto e adentrar uma floresta, onde foi devorado por lobos. No decorrer do livro, traz as descrições e análises dos comportamentos de seus pacientes alienados no Hospital de Bicêtre, e defende que a loucura deveria ser tratada com violência somente em último caso, e que os hospitais deveriam acolher os doentes mentais, e não torturá-los.

> Para o sistema terapêutico de Pinel, o confinamento e o isolamento do doente eram fundamentais e visavam, ao mesmo tempo, afastá-lo do seu ambiente costumeiro, oferecer medidas de segurança à sociedade e ao próprio alienado e melhor observá-lo, para melhor tratá-lo. Assim, a função do hospício de alienados seria oferecer um tratamento que reconduzisse à razão pela disciplina e por uma justa repressão, num ambiente calmo, regrado e afastado dos tumultos e paixões da vida cotidiana, eles próprios vistos como causadores de certos tipos de loucura. Este processo terapêutico só poderia ser conduzido por um médico alienista cuja autoridade fosse inquestionável, devido à sua alta estatura moral, e que mesclasse sabedoria, bondade e firmeza. Apenas a obtenção de uma permanente submissão consentida do alienado com relação ao alienista, adverte Pinel, poderia dar a este último o poder de quebrar os encadeamentos viciosos das idéias do alienado (Pinel, 1997/1801), ou seja, de lhe corrigir os erros da razão (ODA.; DALGALARRONDO. 2004, p. 135).

Pinel foi o primeiro a analisar a loucura através do empirismo, e serviu de inspiração para diversos médicos brasileiros entusiastas de pesquisas psiquiátricas, mesmo aqueles que não possuíam formação em tal especialidade, como veremos em exemplo mais adiante. Sua ideologia em torno da figura da clínica psiquiátrica defendia que o tratamento moral dos alienados seria através da reclusão. Isolado do resto da sociedade e sob tratamento dos psiquiatras, o louco seria capaz de recuperar sua racionalidade.

Segundo Machado (1978), em 1832 foi fundada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que seguia o modelo francês. Uma particularidade de tal instituição consistia ainda no controle da profissão em território brasileiro: ninguém podia exercer o ofício sem um título devidamente reconhecido por ela. Em sua grade curricular, não existia somente o conhecimento e a prevenção de doenças no tratamento individual de cada paciente, como também se objetivava estabelecer uma sociedade exemplar e pura.

> Distúrbio político e distúrbio urbano são dois temas presentes nos debates médicos da recém-criada Sociedade de Medicina, que se diz possuidora dos meios para alcançar uma sociedade ordenada, disciplinada, oferecendo luz para a saída do caos e se justificando como medicina social. (...) Com relação ao primeiro objetivo da Sociedade de Medicina – a higiene pública – lutar pela medicina social significa lutar pela criação ou reformulação dos regulamentos sanitários, pelo controle de sua aplicação por métodos, por mudança de costumes, por intervenção em hospitais, prisões e outros

> lugares públicos, pelo controle da venda de medicamentos, pelo estudo de epidemias, endemias e doenças contagiosas, pela criação de lugares de consultas gratuitas aos pobres, etc. (MACHADO, 1978, p. 185-186).

Nesse sentido, era função dos médicos brasileiros estabelecer padrões a serem seguidos pela sociedade para se perpetuar a ordem e evitar o caos. Outro aspecto importante a se mencionar é em relação à curiosidade em torno das doenças que afligiam a mente humana, presente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro desde a fundação do curso. Machado (*idem*) aponta igualmente que muitas teses e dissertações teóricas da Faculdade rotaram em torno da psiquiatria, refletindo a influência estrangeira sobre tal área. Seria, na realidade, um reflexo da como a própria psiquiatria estava ganhando notoriedade dentro da medicina brasileira.

A "Medicina Social" – também chamada de Medicina Moral – nasce nesse contexto. Profissionais de saúde que, desde os estudos de formação na área, discorriam sobre temáticas sociais relacionadas à higiene e aspectos psicossociais. Uma esfera de indivíduos que se *"empenhava na busca de uma normalização da sociedade com vistas a uma formação sadia"*, nas palavras de Machado (*idem*, p. 30). Sendo assim, a construção de instituições como manicômios e asilos marcou também uma nova fase para o Império Brasileiro, pois além de consolidar as recomendações da classe médica – o que reconhecia os profissionais da medicina como cientistas realmente influentes no território nacional – também colocava o Brasil em conformidade com a modernidade do Velho Mundo.

Uma das teses mais influentes desse contexto foi a de Eduardo Ferreira França, doutor pela Faculdade de Medicina de Paris em 1834. Sua tese rodou a Europa e o Brasil, chamando a atenção por conta de sua corrente naturalista, no qual relacionava a Medicina com a Filosofia, alegando que não era possível ser médico sem ser filósofo. Muitos estudantes de saúde no Brasil escreveram teses o citando durante o século XIX, e alguns, como La Cour (1863, p. 6), o parafrasearam ao apontar que cabia ao médico a função de indicar a direção correta a se seguir para recuperar as faculdades morais de cada paciente.

A Grande Seca do 1877-1879

Em conhecimento de tal segmento medicinal existente no contexto oitocentista, doravante, analisaremos o caso da Grande Seca de 1877 e como a classe médica foi crucial para moldar as novas

configurações que a sociedade cearense assumiu nos anos posteriores à estiagem que mudou a vida na citada província.

Para Zhang e Liang (2010), os anos entre 1876 e 1878 configuraram um dos períodos mais intensos de El Niño ao redor do mundo. Em seu artigo, os autores analisaram o impacto da "Seca Severa de Guangxu", conhecido pelos historiadores chineses como o episódio onde o norte e nordeste da China passaram três anos sem chuva, provocando uma fome em massa e matando milhares de chineses pelo caminho. A aridez foi tão profunda que quilômetros e quilômetros de plantações foram inutilizados, o que ocasionou um imenso êxodo rural e condições insalubres de superpopulação nas grandes cidades da China. Davis (2002), alega que Coreia, África do Sul, Magreb, Filipinas e Nova Caledônia sofreram com processos igualmente arrasadores na mesma época.

No Brasil, tivemos o episódio da Grande Seca de 1877. Durante três anos, o nordeste brasileiro não viu cair nenhuma gota de chuva em seu interior, ocasionando uma estiagem que matou boa parte da vegetação e das plantações agrícolas, responsáveis pelo sustento da maior porcentagem da população. Milhares de sertanejos começaram a morrer de fome, e muitos resolveram se arriscar a migrar para as grandes cidades, em busca de sobrevivência. A província do Ceará foi a mais afetada pela Grande Seca, e consequentemente, também foi aquela cuja capital recebeu mais retirantes do que qualquer outra. O Barão de Studart (1909) alegou que Fortaleza recebeu mais de 80 mil retirantes somente em 1878 – que muitos apontam ser o pior ano da seca –, totalizando cerca de quatro vezes do número habitual de residentes na cidade. Segundo o autor, 55 mil migraram para as províncias mais distantes, e outros 119 mil faleceram devido aos problemas causados pela estiagem. Os jornais da cidade descreviam cenários de extrema necessidade, indicando que milhares de retirantes se aglomeravam pelas ruas e praças de uma cidade que, até aquele momento, era conhecida como a capital dos abastados do Nordeste.

A historiadora Cláudia Oliveira (2021, p. 84) afirma que o governo da capital buscou reprimir a ida dos retirantes para o centro de Fortaleza, pois ali se situava não somente as instituições de poder como também as moradias das elites e classes mais abastadas o município. Sendo assim, a construção dos "abarracamentos" foi iniciada nos arredores de Fortaleza, onde cada um deles tinha capacidade abrigar milhares de pessoas. O abarracamento com o menor número de pessoas tinha 2.236 moradores,

enquanto o mais populoso possuía 11.435 indivíduos[2]. Dentro de tais aglomerações urbanas, doenças como a varíola não teriam encontrado nenhuma dificuldade em se alastrar pela cidade, ocasionando uma epidemia que serviu para aumentar a miséria na região.

Somando esse cenário ao fato de que esses retirantes não possuíam nenhuma assistência financeira do governo para sustentar sua família, foi natural que recorressem a "subempregos" para manter a própria sobrevivência e a de seus clãs. Nesse sentido, muitas mulheres encontraram no próprio corpo seu sustento: através da venda de sexo em troca de centavos para comprar alimentos diariamente. Neves (2006, p. 89) aponta que *os "trabalhadores eram humilhados por salários irrisórios e rações estragadas"*, vestindo o traje da vergonha nacional, *"expressa pela multiplicação da prostituição e pela desagregação da família"*. A partir de tal experiência, que se imortalizou nos jornais não somente do próprio Nordeste como em outras regiões do país, inclusive a própria Corte no Rio de Janeiro, o território passou a ser visto como fonte de infortúnio ao Brasil. *"O Nordeste, após a seca de 1877-79, passou a ser identificado como uma região-problema. O poder central concentrou o seu olhar (e os investimentos) no Sul"* (VILLA, 2001, p. 84).

A elite de Fortaleza, incomodada com a fama vergonhosa que sua cidade adquiriu a nível nacional – quiçá, internacional –, passou a pressionar o governo da capital para tomar providências a fim de limpar a "bagunça" que os retirantes da seca trouxeram a Fortaleza. Os abastados não queriam ser considerados sujos e depravados por tabela, principalmente quando fossem visitar a Corte ou demais centros urbanos dentro e fora do Brasil. A pressão para que as autoridades higienizassem a cidade aumentou, e naquele momento, os médicos foram convocados para ajudar na recuperação urbana e moral de Fortaleza.

A moralidade médica em torno da natureza feminina

Em 1854, muito antes da Grande Seca assolar o nordeste brasileiro, Herculano Laysance Cunha publicou sua tese de doutorado em Medicina sobre a prostituição ser um problema social no Império. Em sua obra, dizia que o ofício prostitucional era impossível de ser proibido na nação, visto o próprio histórico da humanidade em relação aos trabalhos sexuais, portanto, a solução era vigiar e regular o meretrício na sociedade, e assim, a imoralidade poderia ser amortecida aos olhos públicos. Sua tese

[2] Tal informações foi fornecida pelo próprio Presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros durante discurso à Assembleia Provincial de 1 de novembro de 1878, item Assistência Pública, p. 39-53.

serviu para abrir muitos debates médicos em torno de tal temática. Teses como as de Francisco Ferraz de Macedo (1872) e Macedo Jr. (1869) se tornaram públicas, nas quais debatiam a prostituição como sintoma de uma doença mental que acometia o gênero feminino, não somente pela proliferação e os efeitos da sífilis, mas também pelo fato das mulheres deixarem de lado a "honra" – um dos maiores bens da mulher brasileira oitocentista – em prol de um trabalho que fornecia benefícios supérfluos, como o dinheiro.

> Percebemos, ainda, que o corpo feminino da classe dominante era dotado de normas e condutas higiênicas que contribuíam diretamente na formação de uma boa família, de uma procriação saudável e, ainda, na salvação dessas mulheres. Em contrapartida, o corpo da mulher escrava e da prostituta possuía cicatrizes profundas de debilidades, sendo responsável pela proliferação de doenças físicas, morais e sociais.
> Os médicos entendiam o corpo feminino da "boa sociedade" como sujeito oculto e invisível aos olhos do espaço público. Era um corpo capaz de procriar, cuidar da criação dos filhos e do afazeres do lar, além da pronta atenção ao seu marido. O corpo feminino que fugisse a esse perfil era encarado como marginalizado e doentio, semelhante ao das prostitutas e escravas (CASTRO, 2007, p. 2).

Quando a Grande Seca acometeu o Ceará em 1877, as teses de Herculano Cunha e seus "discípulos" já haviam se consolidado dentre a comunidade médica que se interessava pelas doenças mentais. Por conseguinte, quando as autoridades de Fortaleza defrontaram-se com o problema da prostituição acometendo seu centro urbano e a necessidade de resolvê-lo, a classe higienista da província foi convocada para ajudar na resolução e limpeza da cidade. Percebe-se que muitos jornais do período, estimulados pelo próprio governo, passaram a noticiar cada vez mais a prostituição de maneira negativa dentre suas páginas, e em diversos momentos, médicos que publicavam artigos em tais periódicos eram convidados a falarem sobre a prostituição como sintoma de doença mental. A ideia vai de encontro diretamente ao que Foucault defende sobre a *"doença só ter realidade e valor de doença no interior de uma cultura que a reconhece como tal"* (FOUCAULT, 1998, p. 71).

Um dos mais notórios médicos de tal época a falar sobre o assunto foi o Dr. Francisco Ribeiro Delfino Montezuma, convidado pelo jornal *"Gazeta do Norte"* em 1882 para publicar uma série de artigos intitulados "Cartas Sobre a Loucura", onde separava e categorizava a loucura em dez tipos distintos. Ao longo do primeiro semestre de 1882, publicou tais artigos da "Secção Médica" do período, cujo público-alvo se destinava aos letrados da província. Segundo Almir Oliveira (2024, p. 3), quando o primeiro censo populacional do Brasil foi realizado em 1872, 82,6% da população era analfabeta, e o Ceará em especial, detinha 87% de sua população sem saber ler e escrever. Sendo assim, presume-se que os leitores de Montezuma constituíam-se nos "intelectuais" de Fortaleza: professores,

médicos, advogados, políticos, e demais abastados com condições de bancar estudos para suas famílias. Em suma, indivíduos que detinham poder aquisitivo ou voz significativa na sociedade, capazes de exercer domínio sobre as massas ignorantes.

Tendo em vista a prévia existência de historiografia analisando cada carta, este artigo fará um breve resumo das demais, e concentrará atenção naquelas que foram utilizadas para atacar as prostitutas de Fortaleza. Na Primeira Carta, Montezuma destaca a importância da medicina como uma das grandes revoluções da humanidade, afirmando que, depois da religião, ela seria a ciência mais importante para compreender o universo. Na Segunda Carta, analisa e aponta o sistema nervoso como principal responsável pela sensibilidade, motricidade e as perturbações mentais.

Na Terceira Carta, apresenta uma breve história da loucura, exemplificando práticas de povos antigos como a magia e a astrologia de religiões não-cristãs como formas de alienação. Daqui, podemos considerar alguns pontos que seriam cruciais na construção do movimento condenatório para as prostitutas cearenses. A título de exemplo, Montezuma afirma que a medicina contemporânea auxilia a sociedade no progresso do pensamento, e cita um de seus autores favoritos: Pinel, que trouxemos anteriormente. Ademais, alega que o louco nascia em ambientes ignorantes e sombrios, e somente a medicina poderia retirá-lo desse lugar, através das internações em hospitais, onde poderiam receber tratamento e retornar à vida em sociedade. Por fim, retomando a ligação entre medicina e religião, ressalta novamente o grande feito de Pinel em aliar os conhecimentos cristãos ao tratamento dos alienados.

Na Quarta Carta, discursa sobre o conceito e os tipos de delírio, frisando que delírio não necessariamente está ligado à loucura, exemplificando que outras doenças poderiam causar tal moléstia, como o alcoolismo. Na Quinta Carta, prossegue discursando sobre o delírio, porém trazendo descrições de loucos internados em hospícios, com comportamentos caóticos, excêntricos e até perigosos para os demais. Uma menção importante é que destaca nessa carta também sobre comportamentos relativamente sexuais desses loucos, onde alguns demonstraram publicamente seus desejos lascivos e obscenos.

Na Sexta Carta, temos a classificação dos alienados em dois tipos: maníacos e monomaníacos. Aqui apresenta a monomania, relatando alguns pacientes com os quais lidou nos hospícios da Bahia e do Rio de Janeiro, cujos quais apresentavam ideias de "grandeza", acreditando serem Jesus Cristo, ou

aqueles que possuíam paixões tão intensas que os tornavam melancólicos. Podemos destacar aqui a "erotomania", que ele afirma ser uma mania relacionada a sentimentos românticos e sexuais, que envolviam desde a obsessão por um par amoroso ou até o ciúme familiar excessivo entre pais e filhos. Na Sétima Carta, continua relatando outros casos de monomania, agora focando naquelas centradas em devoções religiosas e exóticas, demonstrando casos nos quais pacientes chegavam a matar devido à religião, ou acreditavam serem animais ou figuras folclóricas.

A Oitava Carta apresenta uma das ideias em torno do comportamento feminino que é crucial para entendermos a condenação em torno da prostituição. Montezuma inicia com a exposição de alguns casos famosos de suicídio da história da humanidade, costume comum de povos antigos, e que foi amplamente reprovado por ele ao exaltar as crenças cristãs, que para o médico eram incontestáveis. É possível notar sua forte referência cristã e como ela está presente em todo o seu discurso. No entanto, o destaque vai para o exemplo dado por ele sobre uma mulher que, enlouquecida de ciúmes por um homem, acaba cometendo um assassinato. Entre seu discurso sobre as monomanias voltadas à criminalidade, homicídio, cleptomania e dipsomania, afirma que a figura feminina é mais propensa a cometer loucuras ligadas ao seu lado emocional e sexual, conceituação essa que é ainda mais destacada no artigo seguinte.

A Nona Carta é nosso cerne, pois é onde Montezuma fala sobre ilusões e alucinações — algumas ligadas ao universo feminino. Entre os casos de alienados citados, onde alguns alucinavam dizendo estarem sendo comidos internamente por vermes ou verem e falarem com anjos e espectros, ele enfatiza que a alucinação feminina está ligada diretamente ao seu órgão genital e seus desejos sexuais. É compreensível que a linha de pensamento de Montezuma acuse a loucura da mulher estar ligada às particularidades do corpo feminino. Desde a Antiguidade, ainda no Antigo Egito, a ideia de que o útero era responsável por conceder sintomas semelhantes ao de histeria nas mulheres já era perpetuada pelos saberes medicinais (VILELA, 1992). Mary del Priore, no artigo "Viagem pelo imaginário do interior feminino" (1999), pontua que Galeno, na Grécia Antiga, associava os vapores do sangue menstrual como causadores de alucinações em mulheres incapazes de concepção, e portanto, se tornavam suscetíveis a melancolia, frequentemente classificada como loucura em tal época.

Tais conceitos perpetuaram durante o período medieval, e na Era Moderna, acreditava-se que o útero era o principal responsável pela regulação da saúde mental feminina, pois estaria ligado

intrinsecamente ao seu sistema nervoso. É fato de que a ideia de inferioridade da mulher em relação ao homem existe desde os primórdios da humanidade, não apenas pelo âmbito físico como também mental. A menstruação era acusada de ser o principal causador de insanidade na mulher, e alguns estudiosos chegaram a afirmar que beber o sangue mensal poderia enlouquecer um ser humano (PEGORARO & CALDANA, 2008).

Aqui trazemos de volta o caso da mulher citada na Oitava Carta, que enfurecida de ciúmes pelo amado, chegou a cometer um homicídio. As ideias ainda difundidas popularmente entre a comunidade médica do século XIX acusavam que a perda de sono, apetite e interesses rotineiros, além de rompantes de fúria que levavam a mulher a cometer atos criminais ou indecentes, seriam formas de melancolia, e portanto, porta de entrada para trazer histeria e ninfomania para a mente feminina. *"Ela sofre do órgão do amor e da maternidade, e todas as suas doenças são direta ou indiretamente ressonâncias da matriz",* afirmou Michelet (1992).

O Dr. Montezuma apenas replica ideias já presentes na medicina psiquiátrica do século XIX, não apenas no território brasileiro, mas também na Europa. E para finalizar, a Décima Carta não discorre sobre o louco, mas sim sobre o homem "normal". Ele inicia o artigo apresentando a magnitude de Deus ao criar o universo, e alega que em relação às outras criaturas da Terra, o ser humano é diferenciado, pois possuí inteligência e liberdade. Ao utilizar-se dessas características, alguns homens se imortalizaram como heróis da humanidade, e aqui temos a citação de Cristóvão Colombo, Heráclito, Sócrates, Galileu, dentre outros, que embora considerados insanos em suas respectivas épocas, tornaram-se gênios posteriormente, pois suas ideias e jornadas contribuíram de modo significativo para a ciência e a sociedade.

Em linhas gerais, as "Dez Cartas Sobre a Loucura" fundamentaram definições, descrições e tipologias de alienação. A Décima Carta, ao trazer a figura do homem "normal" para a discussão, situa as ocupações distintas pelo homem normal e o homem louco na sociedade. Enquanto um explora o conhecimento e a autonomia, o outro é escravo dos próprios delírios, e portanto, incapaz de viver em sociedade, cabendo ao hospital psiquiátrico retirá-lo do convívio social. É visível que ao colocar as duas características primordiais da superioridade humana — liberdade e inteligência —, Montezuma não considera que a liberdade não era um direito concedido às mulheres do século XIX. Pelo contrário, enquanto o homem tinha escolha sobre suas próprias ações, podendo selecionar sua carreira, sua

esposa, sua moradia e até seu estilo de vida — ou abrir mão de determinadas escolhas mais bem quistas ao olhar social —, a mulher não tinha esse direito. Desde a infância, já lhe era designado um marido, casa, comportamento, número de filhos, etc. A mulher "normal", portanto, é aquela que segue o padrão: torna-se esposa, mãe e dona de casa. Na Idade Média, aquela que foge dessa conduta é queimada como bruxa. No final do Brasil Imperial, ela é internada nos asilos como louca.

A norma se estabelece quando há uma busca por homogeneização (FOUCAULT, 2007). Quando há a padronização do comportamento feminino no Brasil — muito antes dos anos oitocentos —, qualquer uma que seja considerada "desviante" estará sujeita às consequências de seus atos, sejam eles por escolha própria, ou por um bem maior. Sob o contexto da Grande Seca, temos muitas mulheres — algumas mães e esposas — sucumbindo ao ofício da prostituição em troca de sobrevivência para elas e suas famílias. Em Fortaleza, em meio ao grande caos meretrício que se instaura na cidade, essas mulheres encontram no sexo rentável uma forma de não sucumbir à morte física. O mesmo não pode ser dito da morte social.

> Podemos dizer que "loucos" eram todos aqueles que incomodavam a sociedade, que apresentavam um comportamento que não era o esperado ou determinado, aqueles que não ficavam presos às convenções como os libertinos, os religiosos infratores, os velhos e crianças abandonadas, os venéreos, os aleijados, os transgressores, os epilépticos, as mulheres transgressoras, os doentes mentais. (MACHADO e CALEIRO, 2019, p. 3).

Ao escrever esses artigos para o *Gazeta do Norte*, Montezuma popularizou seu saber médico para a sociedade leiga, disseminando tais pensamentos para que a própria população adquirisse sua visão de que a loucura da mulher está ligada ao seu sexo. Logo, a mulher que usa o sexo de maneira ativa e pública é ainda mais anormal do que aquelas que simplesmente optaram pela "solterice" ou eram prisioneiras de seu próprio emocional, vivenciando doenças como a ansiedade ou depressão. Sendo assim, aqueles que liam as palavras da "Secção Médica" passam a apoiar a ideia de retirar essas prostitutas das ruas e levá-las ao manicômio, onde seriam tratadas de sua loucura.

Entra em cena aqui o Asilo São Vicente de Paula, popularmente conhecido em Fortaleza como Asilo dos Alienados, local aonde essas prostitutas passaram a ser encaminhadas pelas forças policiais da cidade, que as recolhiam das ruas e as levavam ao Asilo para serem devidamente assistidas pelos médicos psiquiátricos, que buscavam salvar seu "*espírito*" e lhe conceder a moralidade de volta.

Asilo: o depósito do "lixo social"

Talvez não fosse a intenção primordial de Montezuma atacar as prostitutas espalhadas pelas ruas da cidade, todavia, ao popularizar tais ideias misóginas a respeito da loucura feminina associada aos seus comportamentos envolvendo sexualidade no *Gazeta do Norte*, o médico ajudou a alastrar e normalizar tal medida preventiva que seria usada como forma de silenciamento nas décadas seguintes. Um fato curioso a ser destacado sobre o Dr. Montezuma é que, embora fosse um entusiasta da psiquiatria e tenha se configurado como uma grande autoridade intelectual da época na província do Ceará neste segmento, a especialidade do médico seria categorizada nos dias atuais como Ginecologia. Sua tese, defendida em 1864 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro discorria uma pesquisa sobre a blenorragia – ou gonorreia. No entanto, isso não o impediu de ser publicado como uma referência de psiquiatria no *Gazeta do Norte*.

É possível que o fato de não ser figura psiquiátrica e mesmo assim ser publicado em tal posição no jornal se deva ao fato de ser amigo dos donos. Segundo José Bonifácio de Sousa (1952. p. 315), o *Gazeta do Norte* era um veículo chefiado e escrito pela organização política liberal Pompeus, cujo diretor era o Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly, de família oligárquica e política. Freitas (2012, p. 76), afirma que Montezuma era muito próximo da família Accioly, portanto, supõe-se que seja natural ser convidado a escrever para o jornal dos amigos e contribuir com a carga científica, concedendo assim, mais notoriedade para o periódico. A autora ainda afirma que (*ibid*, p. 77) a própria Secção Médica, coluna na qual as Cartas Sobre a Loucura foram publicadas, foi criada pelo jornal apenas com o intuito de publicar os artigos de Montezuma.

Invariavelmente, o Asilo São Vicente de Paula surge como possibilidade exclusiva na atuação de limpeza urbana e social de Fortaleza. Graças a afirmações públicas como a de Montezuma, que incidiam carga científica para as políticas higienistas aplicadas pelos médicos, no qual recomendava-se a retirada dos miseráveis das ruas, cuja presença trouxera reputação deplorável a uma cidade antes referenciada como grande urbanidade moderna do Nordeste, graças ao movimento cultural da Belle Époque. O pobre era um indivíduo perigoso, pois o fato de estar numa posição de ociosidade lhe dava tempo e oportunidade para praticar ações incômodas ao cenário urbano. Se ele não trabalha, como sobrevive? De roubos, é o mais provável. Passa a existir, a partir daí, as "classes perigosas", cujo retirante miserável está inserido nesse contexto pós-Grande Seca. *"Se o cidadão modelo de uma sociedade*

livre de mercado é produtivo, a tendência é desprezar o adulto capaz e não produtivo como um desviante" (CHALHOUB, 1996, p. 20).

O desviante, no contexto imperial, se refere a qualquer um que não seguisse os padrões sociais e morais da sociedade dos Oitocentos. Para os homens, se tratavam dos vadios e mendigos, alcoólatras, ex-presidiários, e até homossexuais. Já as mulheres precisavam de muito menos para serem consideradas desviantes. Qualquer uma que não tivesse se casado jovem, detivesse filhos ou uma vida dedicada ao lar e à família, já era vista com maus olhos pela sociedade. Aquelas que optavam por trabalhar fora de casa – que dirá aquela que trabalhava com o próprio corpo – eram os piores tipos de desviantes que poderiam existir. Nesse sentido, era compreensível o motivo de Fortaleza ter adquirido notabilidade tão vergonhosa perante o resto do país: suas ruas estavam infestadas de todos os tipos de desviantes morais após 1877, quando a seca trouxe esses indivíduos para a zona beira-mar. Nesse seguimento, o manicômio aparecia como solução para a sociedade tradicional recuperar a boa reputação de sua cidade.

> O Asilo de Alienados, através das práticas e dos discursos produzidos pelas elites políticas, econômicas e sociais, respondia favoravelmente à expectativa de promoção de uma seletividade espacial do projeto modernizador de Fortaleza, no qual os loucos passariam a ter local específico, se não para o tratamento ou cura de suas "moléstias", pelo menos para sair do campo da visibilidade de seus moradores e transeuntes. (OLIVEIRA, 2021, p. 71).

Destarte, o Asilo dos Alienados se tornou um depósito de marginais que não deveriam mais perambular pelas ruas da capital da província cearense. Entre essa classe de perigo social, estavam as prostitutas. Segundo Maria Clementina Cunha, em estudo sobre o Juquery, asilo de alienação em São Paulo também durante o século XIX, as prostitutas eram maioria nas admissões do manicômio. Para a historiógrafa (CUNHA, 1986, p. 143), qualquer mulher que desafiasse de alguma forma o seu papel familiar e sexual de boa mãe, filha e esposa, estava sujeita à internação sob a alcunha de "histérica" perante o julgamento dos médicos psiquiátricos.

No Asilo São Vicente de Paula, o processo não foi diferente. Nas palavras de Walter Braga Júnior (2018, p. 161), em tese de doutorado sobre as mulheres criminosas do século XIX em Fortaleza, quando detidos pela polícia e enclausurados na prisão de Fortaleza, alguns desses marginais eram descritos nas atas e ofícios emitidos pelo Chefe de Polícia e encaminhados ao Presidente de Província, de onde podemos retirar algumas informações a respeito desses indivíduos e o motivo de suas prisões.

Sob as alegações do autor, sabemos que existem poucas informações sobre a entrada e saída desses presos, porém em momentos em que a prisão encontrava-se lotada e ainda havia muitos desordeiros pelas ruas, se fazia necessário o encaminhamento desses marginais para outras instituições de controle social. Em algumas atas assinadas pelo Chefe de Polícia, vemos que as mulheres que haviam sido presas por prostituição costumavam ser encaminhadas para o Asilo dos Alienados.

> As últimas décadas do século XIX em Fortaleza irão conhecer o Asilo de Mendicidade, a Colônia Christina e o Asilo de Alienados que, muitas vezes sob o disfarce da caridade, atuaram efetivamente no projeto de higienização da cidade. Foi nestas instituições que muitos internos encontraram seu fim, pelas condições precárias de saúde ou pela precariedade da vida dentro destas instituições, que foram o último destino de diversos indivíduos. (BRAGA JUNIOR, 2018, p. 169).

Em outros termos, o Asilo dos Alienados, bem como outros dispositivos de reclusão social utilizados pelas instituições de poder em Fortaleza, foi empregado como depósito do "lixo social" da cidade. O fato de a cura ser um elemento distante para os enclausurados, devido às condições precárias e à falta de tratamento adequado para as moléstias ali estudadas, tornou o local apenas uma nova prisão onde os indesejados deveriam permanecer para manter a cidade "limpa".

> Destarte, o que se conclui é que o Asilo de Alienados esteve longe de ser instituição cujas práticas internas estavam baseadas essencialmente em preceitos médicos. Ao longo de sua existência, ele apresentou-se mais como instituição de controle, vigilância e punição, destinada ao recolhimento dos pobres, considerados improdutivos para a ótica burguesa do mundo do trabalho, do que efetivamente um hospital que proporcionasse a cura ou o tratamento satisfatório da doença mental. Todas as precariedades estruturais, funcionais e financeiras agravaram sua situação, ao limitar o tratamento eficaz – dentro dos moldes desejosos da psiquiatria moderna – tanto para os indigentes como para os pensionistas. (OLIVEIRA, 2021, p. 258).

Ao analisarmos os dados da permanência das mulheres – com enfoque nas prostitutas, que compunham a maioria da classe feminina do asilo – essa característica fica ainda mais evidente. Em seu livro derivado de sua tese de doutorado sobre a institucionalização da loucura no Ceará, salientando a figura do Asilo São Vicente de Paula, Cláudia Oliveira nos apresenta algumas tabelas onde é possível acompanhar os números de entrada e saída de muitos alienados que estiveram na instituição. É visível a disparidade entre egressos do asilo quando coloca-se o gênero em questão. Em diversos anos, a saída dos homens é profusamente maior que a saída de mulheres. É provável que a razão se deva ao fato de tais mulheres estarem ali pela moléstia da prostituição, e do abandono da honra em prol da sobrevivência. Sabendo que o retorno delas às ruas ocasionaria na reincidência ao ofício de meretriz, os médicos optavam por mantê-las no asilo, com o objetivo de manterem as calçadas límpidas.

Arquitetos sociais

Para Donna Haraway, os médicos do século XIX e XX não podem ser totalmente confiáveis, pois trabalhavam segundo os interesses de uma classe burguesa com objetivos próprios dentro da sociedade. Segundo a autora, de modo geral, os construcionistas sociais defendem que a ideia do método científico e grande parte das discussões sobre epistemologia foram criadas para afastar nossa atenção de como o conhecimento é realmente produzido no dia a dia da ciência. Nessa visão, a ciência não é apenas uma busca neutra pela verdade, mas também uma atividade marcada pela retórica — ou seja, por formas de convencer outras pessoas de que determinado saber é válido e útil para alcançar certos tipos de poder e reconhecimento. Assim, fazer ciência não se resume a observar fatos ou usar instrumentos técnicos, mas envolve também disputas, argumentos e relações de poder que ajudam a definir o que será aceito como verdadeiro. O chamado "programa forte" da sociologia do conhecimento, em diálogo com a semiologia e a desconstrução, reforça essa ideia ao mostrar que toda verdade, inclusive a científica, é construída socialmente dentro de um campo de debates e negociações (HARAWAY, 1988, p. 10).

A perspectiva de Haraway sobre o "conhecimento situado" permite compreender que nenhum saber é produzido de forma neutra ou universal. Toda produção de conhecimento parte de um lugar específico — social, histórico, político e corporal. A autora critica o que chama de "visão de lugar nenhum", típica da ciência moderna, que se apresenta como objetiva e desinteressada, mas que, na verdade, reflete os valores e interesses de determinados grupos sociais. Aplicando essa lente ao contexto médico do século XIX no Ceará, percebe-se que o discurso científico utilizado pelos médicos para classificar e controlar os corpos das mulheres pobres, especialmente das prostitutas, não era apenas um exercício de conhecimento, mas uma forma de poder profundamente enraizada em normas de gênero, moral cristã e hierarquias sociais.

Os médicos higienistas, atuando após a Grande Seca de 1877, reivindicavam para si a autoridade de definir o que era "corpo saudável" e "conduta moralmente adequada". Ao rotular as prostitutas como agentes de degeneração e ameaça à ordem pública, esses profissionais mobilizavam o discurso científico como instrumento de legitimação moral. O corpo feminino — especialmente o corpo da mulher pobre — era transformado em objeto de observação e intervenção, um território sobre o qual se projetavam os medos e as ansiedades de uma elite masculina em processo de reconstrução da cidade. Nesse sentido, a prática médica se aproximava mais de um dispositivo de

controle social do que de um cuidado sanitário propriamente dito. No caso dos médicos do Ceará do século XIX, essa articulação se manifesta de forma clara nos discursos moralizantes voltados às mulheres pobres que, após a seca, recorreram à prostituição como forma de sobrevivência. O saber médico-higienista não apenas classificava e regulava corpos, mas também definia o que podia ser visto e dito sobre eles, transformando a experiência da miséria e da sexualidade em um problema de degeneração moral. O médico cearense Francisco Montezuma, em suas "Dez Cartas sobre a Loucura", ilustra bem essa perspectiva. Em seus escritos, combina argumentos médicos e morais para afirmar que a prostituição, a miséria e o alcoolismo seriam sintomas de uma mesma "patologia social". Nessa retórica, o discurso científico funciona como instrumento de vigilância e exclusão: ao diagnosticar a desordem moral como doença, o médico reivindica para si – e sua classe – a autoridade de definir e corrigir o desvio.

A partir de Haraway, pode-se argumentar que a medicina oitocentista no Ceará produziu um "olhar de Deus" — uma forma de ver e classificar o mundo que se apresentava como universal, mas que partia de um ponto de vista masculino, branco e elitista. Essa suposta neutralidade permitia aos médicos intervir sobre corpos femininos em nome da ciência e da moralidade pública, mascarando o caráter político e situado de suas ações. O que estava em jogo, portanto, não era apenas o combate a doenças, mas a produção de uma norma social que punia as mulheres que, por necessidade, utilizavam o próprio corpo como meio de sobrevivência.

Em um contexto marcado pela fome e pela escassez de recursos, a prostituição tornou-se uma das poucas estratégias possíveis de subsistência para muitas mulheres deslocadas pela seca. No entanto, o discurso médico-higienista interpretou essa prática não como resposta a uma crise social, mas como sinal de degeneração moral e ameaça à saúde pública. Haraway nos ajuda a entender que essa patologização do corpo feminino era também uma forma de projetar o fracasso social e econômico da elite sobre as mulheres pobres, transformando-as em bode expiatório de uma crise que era, na verdade, estrutural e política. Assim, o conhecimento médico não apenas descrevia uma realidade — ele a produzia, ao definir quem seria considerado limpo, normal, curável ou descartável.

Desse modo, o discurso científico do século XIX funcionou como uma tecnologia de poder, nos termos de Foucault, mas também como um discurso localizado, nos termos de Haraway — uma visão que, ao se apresentar como universal, ocultava sua base de classe, gênero e raça. O corpo da

mulher pobre e prostituída se tornou o campo privilegiado dessa intersecção entre saber e dominação. A ciência, ao pretender "sanear" a cidade e "curar" a moral pública, consolidava um regime de visibilidade que produzia o corpo feminino como outro, perigoso e impuro — um corpo que precisava ser controlado, silenciado e, em muitos casos, eliminado do espaço urbano.

A aproximação entre Foucault e Haraway permite compreender a medicina do século XIX como um espaço privilegiado de articulação entre biopolítica e produção localizada do saber. Foucault descreve a biopolítica como o conjunto de estratégias de poder voltadas para administrar a vida — regular corpos, controlar populações e normalizar condutas. Haraway, por sua vez, mostra que essas estratégias de poder se sustentam por meio de formas específicas de conhecimento que se apresentam como neutras e universais, mas que, na verdade, são profundamente situadas. Assim, enquanto Foucault ilumina o modo como o poder atravessa os corpos, Haraway revela quem olha, de onde olha e com que autoridade esse olhar se transforma em verdade científica.

No caso dos médicos do século XIX no Ceará, essa articulação se torna evidente: o saber médico-higienista não apenas classificava e regulava corpos, mas também definia o que podia ser visto e dito sobre eles. Esse olhar, dotado de prestígio científico, funcionava como instrumento de vigilância moral e de exclusão social. A biopolítica se materializava, portanto, não apenas nas práticas institucionais — como inspeções, fichamentos e confinamentos —, mas também na própria forma de ver e narrar os corpos femininos pobres. É nesse ponto que Haraway complementa Foucault: ao mostrar que todo olhar científico é encarnado, parcial e situado, ela desestabiliza a pretensão foucaultiana de uma análise puramente estrutural, recolocando o sujeito e o corpo como elementos centrais da produção de saber e poder.

Enquanto Foucault enfatiza o funcionamento anônimo e difuso das tecnologias de poder, Haraway insiste na importância de reconhecer quem exerce esse poder e a partir de quais posições. No contexto cearense, os médicos não eram simples agentes da racionalidade científica, mas homens brancos, de classes médias ou altas, atuando em um território marginalizado e racializado. Suas práticas médicas e discursos morais refletiam não apenas um interesse pela saúde pública, mas também o desejo de afirmar uma identidade civilizada e moderna diante do caos social pós-seca. A objetividade científica, nesse sentido, funcionava como uma máscara ideológica que legitimava o controle sobre corpos femininos considerados "indisciplinados" ou "degenerados".

A leitura conjunta dos dois permite, portanto, compreender a medicina não apenas como uma instituição de poder, mas como um regime de visibilidade e de enunciação. A ciência médica do século XIX produzia o corpo feminino como objeto de saber e de intervenção, mas também como signo moral e político. Ao desvelar o caráter situado desse olhar, Haraway nos convida a questionar as fronteiras entre ciência e moral, entre cuidado e controle. Já Foucault nos ajuda a entender como essas fronteiras são mantidas e naturalizadas por meio de dispositivos de poder que regulam a vida sob o pretexto de protegê-la.

Por fim, pode-se dizer que, no Ceará pós-Seca de 1877, o corpo da mulher pobre e prostituída se tornou o ponto de convergência entre biopolítica e epistemologia situada: nele se inscreviam tanto as estratégias de governo da vida quanto as hierarquias de quem podia produzir e legitimar o conhecimento sobre a vida. Nesse cruzamento, a ciência médica operava como uma forma de domesticação simbólica e material — um modo de ordenar o mundo em meio à crise, definindo quais vidas mereciam ser cuidadas e quais seriam abandonadas sob o pretexto da degeneração. Assim, a análise foucaultiana do poder sobre a vida encontra, em Haraway, uma dimensão crítica que devolve corpo, gênero e posição social à história da ciência e à política dos saberes.

Diante do exposto, é possível afirmar que os médicos do século XIX atuaram como verdadeiros "arquitetos sociais". Amparados pela legitimidade do discurso científico, eles projetaram e consolidaram novas formas de organização moral, corporal e espacial nas cidades em processo de modernização. Sob o pretexto de curar e higienizar, esses profissionais delinearam fronteiras entre o normal e o desviante, entre o corpo são e o corpo perigoso, contribuindo para a formação de uma ordem social baseada na disciplina e na exclusão. Assim, a medicina oitocentista não apenas tratava doenças, mas desenhava modos de vida; não apenas descrevia corpos, mas os fabricava simbolicamente conforme as normas do poder e da moral burguesa. Nesse sentido, o médico se torna uma figura paradigmática do biopoder descrito por Foucault — aquele que administra a vida por meio do saber — e, como sugere Haraway, um produtor de verdades situadas, cujas "curas" e "diagnósticos" refletiam menos a neutralidade da ciência e mais o desejo de modelar o tecido social conforme ideais de civilização e controle.

Conclusão

A análise da atuação da Medicina Moral na Fortaleza oitocentista, especialmente no contexto pós-Grande Seca de 1877, permitiu compreender como os discursos psiquiátricos serviram de alicerce para o controle social e para a normatização dos corpos dissidentes — em particular, os corpos femininos. Inspirada em referências científicas europeias, mas profundamente enraizada em valores patriarcais e cristãos, a psiquiatria brasileira do século XIX constituiu-se como uma tecnologia de poder que atuava na regulação da sexualidade, da pobreza e da feminilidade, sob o pretexto de higienização urbana e da salvação moral.

A partir da leitura foucaultiana, foi possível perceber como a loucura – longe de ser uma categoria puramente médica — é socialmente construída e historicamente situada. Como propõe Foucault, a definição do que é doença mental depende dos regimes de verdade que atravessam determinada cultura. Sendo assim, as prostitutas de Fortaleza foram alocadas no campo da loucura não por apresentarem distúrbios mentais clínicos, mas por desviarem-se das normas sociais de gênero, sexualidade e comportamento. O manicômio, nesse sentido, funcionou como um espaço disciplinar por excelência — uma extensão das prisões e da moral burguesa — onde o desvio era corrigido pela exclusão e pelo silenciamento institucionalizado.

A crítica de gênero emerge como ferramenta central para compreender essa dinâmica. A patologização da mulher que não ocupava o lugar da esposa, mãe ou filha obediente revela como a psiquiatria serviu à manutenção de uma ordem social misógina, em que o corpo feminino só era legitimado quando contido no espaço doméstico e regulado pelo olhar masculino. As práticas médicas do período, ao naturalizarem a inferioridade intelectual e moral das mulheres e associarem sua sexualidade à histeria ou à ninfomania, contribuíram decisivamente para sua marginalização.

Ao incorporar a perspectiva dos "saberes situados" de Donna Haraway, a análise aqui proposta amplia o olhar foucaultiano sobre o poder, evidenciando que o discurso científico não apenas disciplina corpos, mas também se produz a partir de posições específicas de gênero, classe e moralidade. Haraway permite compreender que o olhar médico do século XIX — em especial, aquele dirigido às mulheres pobres e prostituídas — não era neutro, mas construído a partir de um ponto de vista masculino, branco e burguês, que se impôs como universal. Essa contribuição teórica foi essencial para demonstrar que a ciência, longe de ser um campo autônomo e objetivo, é um território político em

que se definem os limites do humano, do normal e do aceitável. Assim, a combinação entre Foucault e Haraway possibilitou revelar os médicos do período como verdadeiros "arquitetos sociais", produtores de um saber que desenhava o corpo e a conduta feminina conforme os parâmetros de uma sociedade patriarcal e disciplinar, transformando a medicina em uma ferramenta de governo da vida e de reprodução das desigualdades.

Portanto, o caso do Asilo São Vicente de Paula não deve ser lido apenas como um episódio da história da medicina ou da assistência à saúde mental, mas como parte de um projeto maior de disciplinarização dos corpos e das condutas. Ao revelar os entrelaçamentos entre saber, poder e gênero, este estudo demonstra como a psiquiatria do século XIX operou como um bastião da moralidade e da exclusão, legitimando, sob o disfarce da ciência, um aparato ideológico que visava a normalização da sociedade por meio do controle das diferenças.

Referências bibliográficas:

BRAGA JÚNIOR, W. C. **Mulheres criminosas:** transgressão, violência e repressão na Fortaleza do século XIX. Fortaleza: UFC, 2018. Dissertação (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2018.

CASTRO, Marcelo Ribeiro de. **A produção dos saberes médicos da faculdade de medicina do Rio de Janeiro e as normas de higienização prescrita às escravas e às prostitutas nos anos 1832-1890.** Associação Nacional de História – ANPUH: Anais do XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210411_ca29f0d5a868627f79dfc420e944199a.pdf.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, Herculano Augusto Laysance. **A prostituição em particular na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1845.

CUNHA, M. C. P. **O espelho do mundo:** Juquery, a história de um asilo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais:** clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Record. 2002.

DEL PRIORE, Mary. Viagem pelo imaginário do interior feminino**.** ANPUH: **Revista Brasileira de História**, v. 19, n. 37, p. 179-194, 1999.

FREITAS, Roberta Kelly Bezerra de. **Entre a pobreza e a loucura:** O discurso psiquiátrico, o asilo de alienados e as cartas sobre a loucura (1874 a 1886). Fortaleza: UFC, 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2012.

FOUCAULT, Michel. **Doença Mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** Nascimento da Prisão. Petrópolis: Vozes, 2007.

HARAWAY, Donna. **SABERES LOCALIZADOS:** a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Feminist studies 14 (3), 1988 Traduzido com a permissão de Feminist Studies, Inc., c/o Women's Studies Program, University of Maryland, College Park, MD 20742. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1524482904_ARQUIVO_DonnaHarawaysaberessituados.pdf.

LA COUR, J. P. **Ensaio sobre a Therapeutica Moral**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1863.

MACHADO, R. **Danação da Norma.** Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MACHADO, Simone de Almeida. Jacqueline; CALEIRO, Regina Célia Lima. **Loucura feminina: doença ou transgressão social?** Montes Claros: **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, n. 1, 2020.

MASSIMI, M. O estudo do "homem moral" na faculdade de medicina do rio de janeiro, no século XIX. **Rev. Brasília: Psic.: Teor. e Pesq**.,1991, V. 7, N° 1, p. 71-82.

MICHELET, Jules. **A Feiticeira.** 3ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

MIRANDA-SÁ JR, L. S de. **Breve histórico da Psiquiatria no Brasil:** do período colonial à atualidade. **Rev. psiquiatr**. Rio Gd. Sul 29 (2) • Ago 2007.

MONTEZUMA, Francisco. **Dez Cartas sobre a Loucura.** Fortaleza**:** Gazeta do Norte, 1882.

NEVES, F. C. A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará. Tempo: Cidadania e Pobreza, Rio de Janeiro, n. 22, 2006.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, P. O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e necessidade de estudar a história da psiquiatria. São Paulo: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. VII, n.1, p. 128-141, 2004.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **A implantação da educação pública no Ceará.** REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, v. 24, p. e316, 2024.

OLIVEIRA, Cláudia F. **A institucionalização da loucura no Ceará:** o Asilo de Alienados São Vicente de Paula (1871-1920). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2021.

PEGORARO, R.F.; CALDANA, Regina H. L. **Mulheres, loucura e cuidado:** a condição da mulher na provisão e demanda por cuidados em saúde mental. São Paulo: Saúde e Sociedade, v. 17, p. 82-94, 2008.

STUDART. Dr. Barão de. **Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará.** Fortaleza: Biblioteca Básica Cearense: 1909.

TORRE, Eduardo H. G.; AMARANTE, Paulo D. C. Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 1, p. 73-85, 2001.

VILLA, M. A. **Vida e morte no sertão:** história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2001.

VILLELA, Wilza Vieira. **Mulher e saúde mental:** da importância do conceito de gênero na abordagem da loucura feminina. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ZHANG, De'er; LIANG, Youye. **A Long Lasting and Extensive Drought Event over China in 1876–1878**. Beijing: Advances in Climate Change Research. Vol 1, 2010, p. 91-99. Disponível em: https://doi.org/10.3724/SP.J.1248.2010.00091.

Temporalidades

O 1º Congresso Brasileiro de Médicos Católicos - 1946: uma análise da participação dos médicos católicos da capital mineira no Congresso Nacional

The 1st Brazilian Congress of Catholic Physicians - 1946: an analysis of the participation of Catholic physicians from the capital of Minas Gerais in the National Congress

Lucas Lolli Vieira
Doutorado em História
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Campus Cláudio
Professor visitante no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) - Campus Arcos
lucas.lolli@yahoo.com.br

Recebido: 09/08/2025
Aprovado: 27/10/2025

Resumo: Este trabalho objetiva acompanhar os médicos católicos da capital mineira, com especial foco nas suas participações no 1º Congresso Brasileiro de Médicos Católicos. Belo Horizonte vivenciou um orgânico movimento médico católico constituído por associações profissionais e devocionais que atuaram na construção da autoridade e prática médica caritativa. A disposição do laicato em transcrever em práticas os preceitos da Ação Católica caracterizou o processo de expansão da assistência à saúde na capital, concentrados nas Vilas Operárias na região nordeste da cidade. Entre seus espaços de militância, os médicos católicos de Belo Horizonte também tiveram especial participação no Congresso Brasileiro de Médicos Católicos, que ocorreu em Fortaleza/CE, em 1946, propondo, sobretudo, a criação de uma deontologia médica católica.

Palavras-chave: Congresso de Médicos Católicos; Ação Católica; Associativismo leigo profissional.

Abstract: This study aims to follow the Catholic physicians of the capital of Minas Gerais, with a special focus on their participation in the 1st Brazilian Congress of Catholic Physicians. Belo Horizonte experienced an organic Catholic medical movement, made up of professional and devotional associations that contributed to the construction of medical authority and charitable medical practice. The laity's willingness to translate the precepts of Catholic Action into practice shaped the process of expanding healthcare in the capital, particularly in the Workers' Villages in the northeastern region of the city. Among their spaces of activism, the Catholic physicians of Belo Horizonte also played a notable role in the Brazilian Congress of Catholic Physicians, held in Fortaleza, Ceará, in 1946, advocating, above all, for the creation of a Catholic medical deontology.

Keywords: Congress of Catholic Physicians; Catholic Action; Associactivism between Lay and Professional

Os médicos católicos da capital mineira

A escolha da antiga Vila Curral del-Rey para a nova capital de Minas Gerais trazia uma situação peculiar à Comissão de Obras: construir da antiga fazenda uma nova cidade para sediar a nova capital mineira no intervalo de quatro anos (VISCARDI, 2007). Para tanto, a Vila Curral del-Rey logo se transformou em um jardim de obras que necessitava de uma constante leva de imigrantes e trabalhadores para serem realizadas. Quando inaugurada, em 1897, Belo Horizonte era ainda uma cidade inacabada e distante dos traçados imaginados pela Comissão de Obras liderada por Aarão Reis. A nova capital trazia em seu nascimento uma antiga contradição: imaginada sob os preceitos da modernidade e do higienismo, Belo Horizonte sentia e convivia com os signos da exclusão e da pobreza logo em seu processo de construção. A situação foi acentuada, sobretudo, a partir da década de 1920, quando houve um acelerado processo de desenvolvimento econômico. Se por um lado Belo Horizonte assumia o protagonismo econômico no estado e ampliava seu parque industrial, em especial na região nordeste da cidade, por outro aumentava, concomitantemente, a pobreza e a ocupação das áreas não planejadas.

A cidade vivia também a expansão de sua rede de assistência à saúde. Embora contasse com uma Santa Casa de Misericórdia desde o início do século XX, foi necessário reformular e expandir seu incipiente aparato assistencial. A criação da assistência à saúde em Belo Horizonte realizou-se mediante expressiva atuação dos grupos leigos católicos, com especial destaque para a Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP). A chegada da SSVP ao estado mineiro data de 1875, quando foi fundada a primeira conferência do estado na cidade de São João Del-Rey. O primeiro Conselho Particular criado em Minas Gerais foi o de Ouro Preto, fundado em março de 1895, enquanto que data de 1902 a fundação do primeiro Conselho Central de Minas Gerais, em Mariana, transferido em 1905 para Ouro Preto e elevado a Conselho Metropolitano em 1915 (150 anos da SSVP, p. 7, [1983]).

Em Belo Horizonte, a fundação das conferências vicentinas mesclou-se com o nascimento da própria cidade, pois, quando inaugurada a nova capital do estado em 1897, a cidade já contava com a Conferência Nossa Senhora da Boa Viagem, fundada em 15 de agosto daquele ano. Passadas quase duas décadas, em 1919, foi fundado o Conselho Metropolitano de Belo Horizonte, momento no qual a SSVP possuía nove Conferências e um Conselho particular na capital. A década posterior foi marcada pela expansão da SSVP na capital, momento no qual registrou um maior crescimento e capilarização da SSVP em Belo Horizonte (CIDADE OZANAM, p. 1-10, S/D). Somente na década de 1930, foram

criados ao menos onze Conselhos Particulares e setenta e uma Conferências, contra cinco Conselhos Particulares e cinquenta Conferências que haviam sido criadas entre 1897 a 1929.

Não obstante, a expansão e a capilarização da SSVP pela capital mineira produziram uma reestruturação das obras caritativas ofertadas pela instituição de leigos católicos na cidade. Certamente, incentivada pelo decreto lei nº 20.351 publicado em agosto de 1931 por Getúlio Vargas, formalizando a criação das Caixas de Subvenções para instituições leigas de prestação de assistência à saúde (GONÇALVES, 2011) e inspiradas pelo contexto da Ação Católica mineira, a SSVP de Belo Horizonte tornou-se, a partir de então, a principal instituição caritativa da capital, sobretudo, referente às obras de assistência dedicadas à atenção à saúde. Desta forma, foram criados, nos primeiros anos da década de 1930, a Creche e Lactário Menino Jesus, o Hospital São Francisco de Assis da Corporação de Médicos Católicos e a Cidade Ozanam (VIEIRA, 2020).

A parceria constituída entre a SSVP, a prefeitura de Belo Horizonte e os médicos católicos da capital (em sua maioria confrades vicentinos), nas décadas que seguiram à fundação da nova capital, caracterizou o nascimento e a expansão da atenção à saúde em Belo Horizonte. A expansão de moradias em áreas não regulamentadas pela prefeitura da capital, principalmente na área nordeste da cidade, fez com que o poder municipal procurasse, a partir da década de 1920, criar novas regulamentações legais levando à formação das primeiras vilas operárias da cidade, em especial a Vila Operária da Concórdia. A regulamentação deste território foi um processo acompanhado pela doação de terrenos à SSVP para que se construísse uma rede de assistências composta por diversos estabelecimentos caritativos, administrados pelo Conselho Metropolitano da SSVP de Belo Horizonte (VIEIRA, 2020).

A atuação dos vicentinos na capital mineira, sobretudo na constituição da assistência à saúde, era o reflexo do grupo que melhor absorveu os preceitos do Catolicismo Social e da Ação Católica (A.C.), inspirados na encíclica papal *Reverum Novarum*. Assim, constituiu-se na capital um forte movimento religioso entre o laicato católico da cidade que reverberou nas formas de assistir. Potencializado pela chegada do primeiro bispo, Dom Cabral, à Capital, este movimento religioso, amparado pelas bases que formariam nas décadas seguintes a Ação Católica, criou raízes e um exército de militantes leigos.

A chegada de Dom Cabral, em 1922, à capital mineira afinava as relações do movimento católico belo-horizontino com o movimento de neocristandade nacional, iniciado pelo cardeal Arcoverde no Rio Janeiro, e levado a finco com a nomeação, ocorrida no ano anterior, 1921, de Dom Leme para arcebispo do Rio de Janeiro. Leme procurou articular a criação de um grande projeto de recristianização e de neo-cristandade do Brasil, capitaneado entre as elites do país e na aposta na formação intelectual do militante leigo, cujo marco foi a fundação do Centro Dom Vital - liderado por Jackson Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. O Centro Dom Vital tornou-se o epicentro para a divulgação dos ideais da Ação Católica Brasileira, por meio da organização de periódicos católicos, como, por exemplo, o jornal "A Ordem", principal periódico católico da Capital. Dentre as ações exitosas do Centro, destaca-se, por exemplo, a coroação de Nossa Senhora Aparecida como a Santa Padroeira do Brasil e a inauguração do monumento do Cristo Redentor do Rio de Janeiro, ambas parte das lutas do arcebispo pela "recristianização" do Brasil.

Elegendo a laicidade do ensino público como o inimigo do povo mineiro, Dom Cabral traçou uma verdadeira cruzada contra o fim da obrigatoriedade do ensino religioso na Educação Pública, bandeira esta que serviu para mobilizar os principais agentes do laicato belo horizontino, entre estes, o médico católico Roberto Almeida Cunha. Reconhecido pela sua forte influência no catolicismo militante mineiro, o dr. Almeida Cunha, juntamente com sua esposa, organizou uma série de grupos católicos leigos e foi voz ativa nos congressos religiosos. Escrevendo no jornal "O Horizonte" em 28 de dezembro de 1927, o médico abordou a questão do ensino religioso nas escolas públicas mineiras:

> As premissas são legítimas e logicamente encadeadas: o desfecho é certo e impõe-se: - ou o Estado aceita de frente o problema e resolve tomando a si a educação católica que faz os nove décimos, notoriamente, de sua atual população; - ou o Estado abandona tal questão e assiste impassível o esboroamento desse complexo cuja unidade é a sua própria vida. Escolha a primeira ponta do dilema e teremos uma geração de brasileiros unidos sob a mesma bandeira, pugnando pelo mesmo ideal, constituídos em uma única nação coesa, homogênea, forte, inexpugnável! Enverede, ao invés, pelo outro ramo e se amontoarão sob o símbolo auriverde do Brasil punhados heterogêneos de cidadãos que se não compreendem mutuamente e por força incoercível da lição universal não tardarão em retalhar, segundo as respectivas predileções, o bloco magnífico de 9 milhões de quilômetros quadrados que nasceu sob o signo salvador da Santa Cuz! (ALMEIDA, 1927 *apud*: MATOS, 1990, p.80).

A vitória de Dom Cabral nas terras mineiras antecipou em três anos o que viria a acontecer efetivamente após o golpe getulista e o início da chamada Era Vargas. Com a nomeação do mineiro Francisco Campos a chefe do recém-criado Ministério da Educação e da Saúde Pública (MESP), o ex-

secretário do Interior de Minas Gerais, e um dos fundadores e líder da Legião de Outubro – grupo leigo que unia intelectuais mineiros em torno da militância católica, que tinha ainda no mesmo grupo nomes expoentes como de Gustavo Capanema – articulou com "[...] a presença do Arcebispo de Belo Horizonte e do o presidente da República [a assinatura do] decreto autorizando o ensino da religião nas escolas federais, estaduais e municipais de todo o país" (CUNHA, 2007: 256)

Dom Cabral também incentivou a militância católica no mundo do trabalho. Dutra (1988) procura mostrar a presença maciça da Igreja Católica belo-horizontina no movimento operário ressaltando a atuação destes grupos na Confederação Católica do Trabalho. Assim, segundo a autora, a atuação da Confederação Católica do Trabalho estava dividida em dois sentidos: o primeiro, na luta pelos direitos trabalhistas e na melhoria das condições de vida dos operários, o segundo, na luta contra a disseminação das ideias socialistas no meio operário. A Confederação Católica e as demais associações que a ela se aglutinaram procuraram, ao decorrer das décadas de 1910 e 1920, agirem em um "esforço de mobilização ideológica, em sentido inverso ao de resistência, ou melhor, no sentido de desmobilização revolucionária [...]" (DUTRA, 1988: p .171), procurando criar ações e realizações concretas que visassem a harmonia e a supressão da luta de classes. Desta forma, Dutra caracteriza que a Confederação Católica procurava "reduzir a capacidade de mobilização autônoma dos sindicatos, reduzindo a sua função de protesto e de oposição" e com a "anuência do Estado – na sua presença conciliadora -" a Confederação Católica acabaria por resultar "num movimento operários dócil e dentro da ordem" (DUTRA, 1988: 172).

Além da formação da Confederação Católica do Trabalho, outro aspecto assumido pela militância leiga no mundo do trabalho deu-se ao incentivo para formação de associações corporativistas de carácter devocional. A constituição de associações profissionais e devocionais era parte das estratégias utilizadas pelo clérigo católico, com especial atenção para Dom Cabral, que a fim de capilarizar o movimento religioso dentro do mundo das profissões, corroborando para uma visão moral sobre o ofício profissional. Para tanto, a SSVP belo-horizontina foi, novamente, a instituição leiga responsável por capitanear e transformar em ação os anseios clericais. Criou-se, assim, filiado ao Conselho Metropolitano da SSVP de Belo Horizonte, ao menos, cinco corporações profissionais-devocionais, a saber: A Corporação de Médicos Católicos, Corporação de Dentistas Católicos, Corporação dos Engenheiros Católicos, Corporação dos Advogados Católicos e a Corporação de Médicos Católicos (Livro de Atas do Conselho Metropolitano, 1927-1936, p. 169-172).

A constituição de corporações profissionais dentro do universo católico e dos grupos de leigos católicos certamente não se limitou apenas à qualidade devocional, ao apoio papal e ao fervor da militância católica dos leigos, muito embora estes não tenham sido fatores de menor importância. As fundações de corporações profissionais católicas estavam em consonância com os interesses corporativos e profissionais, em um contexto específico de regulamentações estatais e transformações internas do campo profissional, momento no qual procuravam, como na medicina, por exemplo, garantir para si o monopólio das práticas curativas, desenvolver uma autoridade cultural médica, promover a profissionalização da medicina e a inscrição da medicina na vida social (PEREIRA, 2001). Assim, interesses pessoais e a militância em defesa dos interesses profissionais corporativos, alinhavados pela militância religiosa da Ação Católica, e o incentivo à formação das corporações profissionais para defesa dos princípios católicos dentro da categoria profissional foram convergidos para a fundação das diversas corporações de profissionais da Capital.

O associativismo leigo profissional fomentou a constituição de corporações profissionais e devocionais que são caracterizadas sob uma dupla problemática identitária: primeira, a constituição da sua identidade profissional, pois, formada por profissionais, representantes de um saber, que lutaram e se organizaram em torno da manutenção de seus interesses; a segunda, a constituição da sua identidade devocional. Desta forma, compreendemos que o associativismo católico não é movido exclusivamente pelo caráter devocional, mas, sobretudo, pelo caráter técnico e científico de seus membros, que irão postular seus saberes e colocá-los em prática num contexto muito específico, com seus entrelaçamentos profissionais e devocionais.

De acordo com Marques (2005), data de 27 de setembro de 1871, na França, a fundação da primeira sociedade médica São Lucas sob os auspícios do Papa Leão XIII. Como sabido, o Papa Leão XIII foi o responsável pela publicação da encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, que representou uma inflexão no catolicismo ao aproximar a Igreja Católica aos operários. De acordo com a autora, a encíclica propunha a criação de uma terceira via harmoniosa para resolução dos conflitos sociais que superasse a luta de classe do socialismo e o materialismo do capitalismo. Essa terceira via seria instrumentalizada pela criação de "corporações [católicas] e sua pregação incentivou a organização dos católicos em corporações específicas. Assim, surgiram as associações de operários, estudantes, mulheres, engenheiros e médicos católicos, entre outras" (MARQUES, 2005, p.120).

Em Belo Horizonte, a primeira Associação Médica-Cirúrgica constituiu-se logo na primeira década do século XX, e exerceu relevante papel corporativista ao centralizar os interesses de um determinado grupo de médicos da capital e promover as articulações que culminaram na criação da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, em 1911. Contudo, a primeira associação médica católica na capital viria acontecer somente no final da década de 1920. O jornal da diocese belo-horizontina, *O Horizonte*, trouxe, em 24 de novembro de 1928, intitulado "Intellectuaaes catholicos", um editorial que fazia votos para que se fundasse na capital mineira uma corporação de médicos católicos:

> Já formulamos aqui uma vez o nosso voto para que se pudesse ver nesta capital, dentro em breve, uma Sociedade Médica São Lucas, isto é, uma associação de médicos católicos. Foi no Rio que se fundou a primeira do Brasil, reunindo alli o que a Medicina tem de mais representativo, um desmentido formal a esta corrente afirmação de que a Medicina tende a fazer de seus cultores outros tantos materialistas. Este anno foi S. Paulo que fundou a sua, com festas dignas da significação do acontecimento em que mais uma vez se marca o avanço que a Igreja vae fazendo nos espíritos sérios e ponderados. [...]. a acta da inauguração foi assignado por cincoenta médicos catholicos...Renovamos agora os nossos votos: queremos ver em breve os nossos médicos católicos – e graças a Deus os temos reunidos numa Associação São Lucas, porque é nestas organizações que repousa uma grande força de Acção Catholica (MARQUES, 2005, p. 121).

O apelo do jornal católico foi ouvido, e assim fundou na capital a primeira corporação católica de médicos de que se tem notícia, no dia de 4 de abril de 1929, a Sociedade Médica São Lucas (O HORIZONTE, 8 de abril de 1929). De acordo com o periódico, a inauguração da Sociedade foi precedida por uma cerimônia religiosa que ocorreu na Catedral de Nossa Senhora da Boa Viagem, com missa realizada pelo Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Cabral. O ato solene foi presidido pelo próprio arcebispo que dividia a mesa da Academia com os "Drs. Borges da Costa, Alberto Cavalcanti, Almeida Cunha, Araújo Penna e Olyntho Orsini." Aberta a sessão, realizou-se a cerimônia para a posse da mesa administrativa da Academia, que foi formada pelo "presidente honorario, D. Antonio dos Santos Cabral; Presidente, Dr. Borges da Costa; Vice-presidente, Prof. Almeida Cunha; Secretario Geral, Dr. Olyntho Orsini; Secretario, Dr. Alberto Cavalcanti, e Thesoureiro, Dr. Magalhães Gomes." A sessão contou com a participação de diversos outros médicos, inclusive com o Dr. Araujo Penna, presidente da Sociedade de São Lucas, do Rio de Janeiro, que em discurso proferido na ocasião dissertou "pelo auspicioso facto de sua fundação." Seguiu-se a palavra ao Dr. Roberto Almeida Cunha e, por fim Dom Cabral, que afirmava "sentir-se imensamente satisfeito com a creação, entre nós, da Sociedade de São Lucas" (MARQUES, 2005, p. 124).

Ainda segundo Marques (2005), o médico Olinto Orsini, que ocupava o cargo de secretário na Sociedade São Lucas, era "professor de dermatologia e sifilografia da Faculdade de Medicina, presidia o Conselho Superior da União dos Moços Católicos, dirigia o periódico 'União dos Moços' e, em 1929, começou a dirigir, também, o jornal católico 'O Horizonte', ou seja, era uma das maiores lideranças do movimento leigo em Minas Gerais" (MARQUES, 2005, p. 122). O médico Roberto de Almeida Cunha, além de professor de microbiologia da UMG e empossado vice-presidente da Sociedade médica São Lucas, era um dos principais nomes da militância católica mineira, participando de Congressos Católicos de Belo Horizonte, escrevendo nos jornais da capital e assumindo, em 1937, o cargo de Presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica (MARQUES, 2005, p. 122).

A aproximação dos médicos com a Igreja Católica de Belo Horizonte teve ampla convergência na ação de alguns médicos mais influenciados pela Ação Católica, como, por exemplo, os médicos Olinto Orsini, Roberto Almeida Cunha e Lúcio José dos Santos, sendo o último reitor da Universidade de Minas Gerais. Os três eram amigos pessoais de Dom Cabral, sendo os médicos Olinto Orsini e Roberto Almeida Cunha professores da Faculdade de Medicina e importantes lideranças da Ação Católica belo-horizontina que participaram na fundação da Juventude Estudantil Católica, da Juventude Universitária Católica, da Juventude Operária Católica e da União dos Moços Católicos. Um exemplo da atuação dessas lideranças leigas e a aproximação com a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte pode ser observada, quando entre 1931 e 1933, o Reitor da Universidade de Minas Gerais, Lúcio José dos Santos, participou de forma ativa na inauguração da Juventude Operária Católica, ocorrido dentro da própria instituição. O que se percebe é que os agentes do campo religioso e do campo científico/universitário circulavam entre a Igreja e a Universidade. A constituição das corporações profissionais devocionais consolidaram essa característica e, assim, a crença privada destes homens entrelaçam suas atividades públicas de militância profissional, formando um trânsito de mão dupla com a permeabilidade dos agentes religiosos nas instituições de saúde e dos agentes do campo científico/médico nas instituições religiosas. Assim, foi que deste circuito formado entre o trânsito de professores e estudantes da Universidade de Medicina de Belo Horizonte, confrades da Sociedade São Vicente de Paulo e membros do clero católico belo horizontino, nasceu, em 1935, a Corporação de Médicos Católicos (CMC) da Sociedade São Vicente de Paulo.

A Corporação de Médicos Católicos de Belo Horizonte

Em 10 de junho de 1935, dezesseis médicos e oito estudantes da Faculdade de Medicina de Minas Gerais se reuniram no Conselho Metropolitano da SSVP e fundaram a Corporação dos Médicos Católicos de Belo Horizonte (CMC). A CMC foi o principal grupo médico a atuar na assistência caritativa aos pobres de Belo Horizonte durante as décadas de 1930/1940. Em parceria com o Conselho Metropolitano da SSVP, os médicos filiados à CMC estiveram presentes nas principais obras caritativas de Belo Horizonte, atuando tanto na clínica médica quanto na administração das instituições. Assim, os médicos católicos da CMC destacaram-se na prestação da assistência à saúde aos pobres socorridos pela SSVP nas instituições de saúde, a saber: Lactário Menino Jesus, Hospital São Francisco de Paulo e Cidade Ozanam. Todas estas instituições caritativas localizadas na região nordeste de Belo Horizonte, em especial, construídas no perímetro da Vila Operária da Concórdia[1].

A adesão de novos médicos para membros da CMC está prevista no 2ª artigo do estatuto da CMC e, assim, "serão admittidos todos os medicos diplomados que sendo cathólicos praticantes, forem propostos por dois membros da "Corporação" e acceitos pela sua directoria" (Livro de atas, 1927-1936, pág. 169). Os objetivos da CMC constam regimentados em seu 4º artigo, que devem:

> 1º estreitar laços de amizade christã entre os incorporados. 2º assistir com os recursos medicos todos os pobres socorridos pela Sociedade de S. Vicente de Paulo, em varios ambulatorios, e, quando necessario, nos seus proprios domicilios; 3º ministrar aos pobres instrucções no sentido de observarem medidas hygienicas e preventivas de contagio de enfermidades; 4º dar ás mães noções de hygiene pre-natal e de puericultura, fornecendo por meio do lactario, alimentação sã e substancial ás creancinhas pobres; 5º facilitar por meio de uma sociedade medica, munida de bibliotheca e com sessões de estudos, o progresso scientífico dos seus associados; 6º defender a doutrina catholica, quando atacada em assumptos relacionados com as sciencias medicas (Livro de atas, 1927-1936, p. 170).

Em observância ao inciso nono do artigo 4º "Dos objetivos", percebemos que "a directoria poderá acceitar o concurso de medicos não catholicos praticante, a titulo de collaborador", assim, ressaltava o caráter corporativista para filiação de novos membros. Desta forma, o estatuto da CMC

[1] A CMC se difere dos demais grupos médicos católicos que houveram na capital mineira por diferentes aspectos: todas as associações médicas católicas que precederam a CMC tiveram uma existência efêmera, enquanto a CMC esteve ativa até 2009. Outra diferença fundamental encontra-se nas características dos seus membros: enquanto a Associação Médica São Lucas foi constituída por médicos já consagrados na capital e de grande relevância no campo científico/acadêmico, sendo todos professores da Faculdade de Medicina, a CMC foi formada por médicos de perfil bem distinto: como se verá, todos eram médicos recém-diplomados, de origens distintas, buscando adentrar ao mercado de trabalho, construir suas respectivas carreiras profissionais e conquistar lugares de mais prestígio dentro do campo médico.

procurava dar um recorte primeiramente profissional para aqueles que aspirassem filiar à Corporação: apenas médicos, ou estudantes de medicina, podiam tornar-se membros da Corporação e quanto aos seus objetivos estes revelavam as permeabilidades e trocas entre a medicina e a religião[2].

A CMC é formada por uma "directoria composta de um presidente e um vicepresidente, nomeados pelo presidente do Conselho Metropolitano, e um secretario, um thesoureiro e um bibliothecario, nomeados pelo presidente da "Corporação", devendo serem todos vicentinos" sendo que "o presidente e o vicepresidente ficam fazendo parte do Conselho Metropolitano" (Livro de atas, 1927-1936, p. 170). Para tanto, foram nomeados o confrade Francisco de Souza Lima para a presidência da CMC e o confrade Tupy Coutinho Soares para a vice-presidência da CMC – cargo que ocupou até 12 de outubro de 1936, quando solicitou exoneração por ocasião da mudança de Belo Horizonte e, assim, foi nomeado o novo vice-presidente, Delor Ferreira (Livro de atas, 1927-1936, p. 189). Por ocasião da fundação da CMC, foi também proposto que o médico Roberto de Almeida Cunha fosse proclamado confrade honorário da CMC (Livro de atas, 1927-1936, p. 167).

Segundo consta no estatuto fundador da CMC, de 1935, foram elencados 24 médicos na qualidade de fundadores da Corporação, sendo eles os drs. Francisco de Souza Lima, Delor Luis Ferreira, Tupy Coutinho Soares, Berardo Nunan, Rodovalho Mendes Domenici, Mario Vas de Mello, José Ribeiro, Victor Lacombe, Jayme Werneck, Persio Pereira Pinto, Hilton Rocha, José Pinheiro Chagas, Ubirajara França Dinis, [Acacio] Dolabella, Paulo Miranda e João Ignácio da Costa Santos; e os doutorandos José Mariano, Theophilo de Souza Lima, Antonio Ximenes de Moraes, Arlindo Polizzi, Antônio Nunes Carvalho, Domingos Magalhães Lopes, Deodoro Barcellos e José Amaral Castro (Livro de atas, 1927-1936, p. 169, 170 e 171).

Dentre os 24 signatários da ata de fundação da CMC, foram mapeados no presente estudo os dados biográficos de 22 médicos, sendo que, dentre estes, 13 nasceram entre 1901-1910 e outros 9 nasceram entre 1911-1920[3]. Desta forma, quando estes profissionais se reuniram para fundar a CMC

[2] Vale mencionar que no ano seguinte, em 1936, o estatuto da CMC foi refeito, reformulando, entre outros, o artigo 4º "Dos objetivos". Assim, neste novo estatuto reformulado o artigo 4º é acrescido de dois novos objetivos, quais sejam, "Criar e manter uma revista medica, que será orgão official da 'Corporação'" e "fundar um syndicato medico para defender os interesses da classe" (Estatuto da Corporação de Médicos Católicos, 1936). O acréscimo destas novas disposições estatutárias para os fins da CMC reforça o entendimento da Corporação como um espaço de militância orgânica em prol da profissionalização da medicina.

[3] Os médicos nascidos entre 1901-1910 são: Acácio Correa Dolabella, Berardo Nuna, Delor Luis Ferreira, Francisco de Souza Lima, Jayme Eiras Furquim Werneck, José Pinheiro Pinheiro Chagas Filho, José Ribeiro Filho, Mário Vaz de Mello,

em 1935, a média de idade deste grupo era de 25 anos, o que revela uma característica importante entre os membros: os médicos fundadores da CMC eram jovens, recém diplomados e com pouco tempo de inserção no mercado de trabalho. Uma outra característica compartilhada entre os membros do grupo é referente a suas respectivas origens regionais. Dentre os 22 médicos mapeados, um total de 20 deles eram nascidos em Minas Gerais, apenas um nascido no Distrito Federal e um em Queluz, no estado de São Paulo[4]. Dentre os 20 médicos nascidos em Minas Gerais, todos provieram das regiões mais desenvolvidas do estado: Zona Central (10), Sul de Minas (4), Triângulo Mineiro (3) e Zona da Mata (3)[5].

A fundação da nova capital de Minas Gerais reaqueceu um debate outrora realizado e que se encontrava até então paralisado: a criação de uma Faculdade de Medicina em Minas Gerais. Dentre os 24 médicos fundadores da CMC, foram 22 os que concluíram os estudos na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, entre os anos de 1927 a 1938, momento em que a Faculdade de Medicina ingressou na Universidade de Minas Gerais[6]. A Faculdade de Medicina de Belo Horizonte serviu como epicentro para todo o desenvolvimento do campo médico de Minas Gerais, atraindo para si jovens de outras regiões do estado e de diferentes classes sociais para realizarem suas respectivas formações acadêmicas médicas. Entre os médicos da CMC é possível perceber que todos - ou quase todos - frequentaram os corredores do prédio de Medicina simultaneamente, convivendo no mesmo espaço físico e vivenciando um modo particular de construção do campo da saúde na capital, que, como se argumentou, foi marcado pela aproximação entre a Igreja e a Universidade. Todos os membros da CMC foram alunos dos médicos católicos fundadores da Sociedade Médica São Lucas, anteriormente mencionados, em especial os professores Olinto Orsini e Roberto Almeida Cunha.

Paulo de Castro Miranda, Pérsio Pereira Pinto, Rodovalho Mendes Domenici, Tupy Coutinho Soares e Ubinajara França Dinis; os médicos nascidos entre 1911-1920 são: Antônio Nunes Carvalho, Antônio Paulo Ximenes de Morais, Biagio Arlindo Polizzi, Deodoro Barcellos Correa, Domingos Magalhães Lopes, Hilton Ribeiro Rocha, José Amaral Castro, José Mariano e Theofilo de Souza Lima.

[4] São estes os médicos José Pinheiro Chagas Filho, nascido no distrito federal, e José Amaral Castro, nascido em Queluz.

[5] Da região central do estado provieram os médicos: Acácio Correa Dolabella, Biagio Arlindo Polizzi, Berardo Nunan, Deodoro Barcellos Correa, Domingos Magalhães Lopes, Jayme Eiras Furquim Werneck, José Mariano, Mário Vaz de Mello, Tupy Coutinho Soares, Ubirajara França Dinis. Do sul de Minas provieram os médicos: Antônio Paulo Ximenes de Morais, Francisco de Souza Lima, Hilton Ribeiro Rocha e Pérsio Pereira Pinto. Do triângulo mineiro provieram os médicos: Antônio Nunes de Carvalho, Delor Luis Ferreira, Paulo de Castro Miranda. E da região da Zona da Mata provieram: José Ribeiro Filho, Rodovalho Mendes Domenici e Theophilo de Souza Lima.

[6] Dentre os dados mapeados apenas os médicos Victor Lacombe e Pérsio Pereira Pinto não concluíram suas respectivas formações acadêmicas na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte.

Em relação à construção das carreiras profissionais e inserção no mercado, é possível também perceber algumas características em comum. Todos os médicos da CMC atuaram na clínica médica e foi possível perceber uma tendência quanto à atuação deles: a maioria optou por exercer sua profissão pelo perfil do médico especialista. Entre os 17 médicos sobre os quais encontramos alguma informação a respeito do perfil médico adotado na construção de sua respectiva carreira – especialista ou generalista – 15 deles optaram pela escolha da formação do perfil médico especialista. Dentre as especialidades médicas escolhidas pelos fundadores da CMC, sete deles foram médicos pediatras[7], outros dois escolheram a ginecologia e a obstetrícia[8], um escolheu a cardiologia[9], um a oftalmologia[10], um a otorrinolaringologia[11], um a tisiologia[12], um a cirurgia, urologia e sífilis[13], e um a especialidade em moléstias de nutrição[14].

Uma década após sua fundação, a CMC era o grupo médico católico mais ativo e sua atuação se destacava na atenção à saúde aos pobres e trabalhadores de Belo Horizonte. Seguindo o crescimento da capital e a regulamentação das áreas ocupadas pela Prefeitura da capital, a CMC mantinha uma rede de atendimentos médicos concentrados na Vila Operária da Concórdia, composta por uma série de estabelecimentos destinados ao amparo e assistência à pobreza: a Creche e Lactário Menino Jesus, o Hospital São Francisco e a Cidade Ozanam. A atuação desses médicos não se limitou somente à clínica médica, e podemos encontrar a participação destes em outras frentes, como revistas acadêmicas, revistas leigas e a participação no Sindicato Médico de Belo Horizonte. Assim, quando em 1946 se anunciou o 1º Congresso Brasileiro de Médicos Católicos, ocorrido em Fortaleza, Ceará, os médicos católicos de Belo Horizonte se organizaram para estar presentes.

[7] São eles os médicos Acácio Correa Dolabella, Antônio Nunes de Carvalho, Berardo Nunan, Deodoro Barcellos Correa, Francisco de Souza Lima, José Ribeiro Filho e Pérsio Pereira Pinto.
[8] Refere-se ao médico Jayme Eiras Furquim Werneck e Victor Lacombe.
[9] Refere-se ao médico Biagio Arlindo Polizzi.
[10] Refere-se ao médico Hilton Rocha.
[11] Refere-se ao médico José Pinheiro Chagas Filho.
[12] Refere-se ao médico Mário Vaz de Mello.
[13] Refere-se ao médico Theophilo de Souza Lima.
[14] Refere-se ao médico Tupy Coutinho Soares.

O 1ª Congresso Brasileiro de Médicos Católicos e a os médicos de católicos de Belo Horizonte

O 1º Congresso Brasileiro de Médicos Católicos representou o ponto mais alto da militância de médicos católicos brasileiros da primeira metade do século XX. Embora ainda necessite de mais pesquisas, tanto em âmbitos locais e regionais quanto em âmbito nacional e internacional, para compreender o fenômeno do associativismo médico católico, compreender suas especificidades locais e seus diálogos em termos nacionais, é possível perceber uma certa tendência e um crescente desenvolvimento de associações médicas católicas na América Latina e, em especial, no Brasil. Como mostrado por Marques (2005), a primeira corporação médica católica nasceu na França em 1871 sob os auspícios do papa Leão XIII. Rodriguez (2005) demonstra a existência do fenômeno de médicos católicos na Argentina quando estes criaram a primeira associação, o Consórcio de Médicos Católicos Argentinos, em 1929. A autora argumenta sobre a existência de um ambiente sócio-religioso no contexto dos anos de 1920 e 1930 na Argentina que uniu a militância em defesa dos interesses profissionais ao contexto religioso promovida pela ação católica. Nesse sentido, como demonstrado pela autora supracitada, a Argentina vivenciava, a exemplo do Brasil, um grande projeto católico de neocristandade que refletia também no mundo das profissões. Assim, tanto lá como cá, um contexto muito específico foi se constituindo ao longo das primeiras décadas do século XX, unindo os interesses profissionais aos religiosos, reverberando nas corporações de ofício.

No Brasil, as corporações médicas católicas começaram a ser fundadas no início do século XX, quando em 1904, no Rio de Janeiro, se fundou a primeira corporação médica brasileira que se tem notícia. Em São Paulo a Associação Médica São Lucas foi fundada em 1928, na Bahia em 1933, Pernambuco e Porto Alegre, ambas em 1939 (Festa São Lucas, 2023, Associação Brasileira de Médicos Católicos), enquanto em Belo Horizonte foi fundada a primeira associação Médica São Lucas em 1929 e, em 1935, a Corporação dos Médicos Católicos. Foi em ocasião da expansão das corporações médicas pelo Brasil que se formou o 1º Congresso Brasileiro de Médicos Católicos, ocorrido entre os dias 1 e 7 de julho de 1946, na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, para celebrar a fundação da Sociedade Médica São Lucas do Ceará. Para o movimento de médicos católicos no Brasil, o evento representou

a possibilidade da construção de uma rede de médicos católicos norteados por uma deontologia médica-cristão.[15]

A realização do Congresso contou com a mobilização de agentes do campo político, médico e religioso, e, assim, em uma rápida leitura dos grupos que aderiram e estiveram presentes no 1º Congresso Brasileiro de Médicos Católicos, percebe-se que o evento obteve relativo êxito ao conseguir articular interesses e representantes de campos distintos. Embora convidado, o Presidente Dutra não podendo ir, fez do General Onofre Gomes de Lima seu representante. Juntando-se ao General Lima, estiveram presentes o governador de Pernambuco, o representante do ministério da Fazenda, Dr. Raimundo de Oliveira Barbosa Lima, e o Presidente da Embaixada Pernambucana, Dr. Joaquim da Costa Carvalho. Dentre diversos membros clericais presentes no Congresso, citamos a presença dos Cardeais do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara, de São Paulo, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, o arcebispo de Belo Horizonte, D. Cabral, bem como os Arcebispos da Bahia, Olinda, Recife, Fortaleza, Belém, Florianópolis, Cuiabá, Paraíba, Maceió, além de uma enorme quantidade de padres, bispos e monsenhores. Assinaram a adesão ao Congresso um total de 483 médicos e estiveram presentes no evento os representantes da Faculdade de Medicina do Recife, Instituto Hahnemanniano do Brasil-Escola de Medicina e Cirurgia, Instituto Brasileiro de História da Medicina, Sociedade Brasileira de Neurologia, psiquiatria e Medicina Legal, Liga Brasileira de Higiene Mental, Médicos Católicos do Rio Grande do Norte, Academia Nacional de Medicina, Colégio Anatômico Brasileiro, Serviço Médico da Ação Social da Arquidiocese do Rio, Academia Nacional de Medicina e Sociedade médica de S. Lucas do Rio, Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil e Sociedade Brasileira da Neurologia, Academia de Medicina da Universidade de São Paulo, Instituto Brasileiro de História da Medicina, Academia Nacional de Medicina, Classe Médica de Sobral (SILVA, 2010, p. 27-29).

[15] Para realização desta pesquisa foram consultados os Anais do 1º Congresso Brasileiro de Médicos Católicos reimpressos em 2010, pelo médico Marcelo Gurgel Carlos da Silva em parceria com a Academia Cearense de Medicina. Os Anais do Congresso foram publicados originalmente em 1947 e, por ocasião do sexágesimo quarto aniversário do 1º Congresso Brasileiro de Médicos Católicos, os Anais do evento foram reimpressos *ipsis litteris*, na íntegra e mantendo, segundo os editores, a originalidade dos textos e do formato, criando, assim, apenas um novo volume, no qual, no final da obra foi acrescido duas novas partes: uma intitulada "contextos" que procura contextualizar o evento no cenário nacional e regional do Ceará e outra intitulada "À memória dos organizadores, expositores e participantes" na qual está dedicada a uma perfil biográfico dos médicos que expositores do Congresso.

A delegação belo horizontina de médicos católicos chegou à Fortaleza no dia 29 de junho, e se fez representar pelos médicos: Francisco de Souza Lima - presidente da Corporação de Médicos Católicos de Belo Horizonte -, José Amaral Castro, José Ribeiro Filho, Jaime Werneck, Mário Pires, Mário Vaz de Melo, Mercedo Moreira Paulo Miranda, Paulo Souza de Lima e Theófilo de Souza Lima, todos estes membros e, com exceção de Mercedo Moreira, fundadores da Corporação de Médicos Católicos de Belo Horizonte. Além destes, estavam também presentes na comitiva os médicos Josias Vaz de Oliveira, Roberto Almeida de Cunha e Olinto Orsini de Castro, que, como vimos, embora não tenham sido membros da CMC, eram professores da Universidade de Medicina de Minas Gerais, e foram fundadores da Associação Médica São Lucas, primeira associação médica católica de Belo Horizonte, em 1929 (SILVA, 2010, p. 27-29).

A programação do Congresso consistia em atividades diárias, iniciadas pelas missas ocorridas no início da manhã, seguido das visitas às obras de caridade local, com as Sessões de Estudo e as Sessões Solenes, ocorridas no período vespertino e noturno. Os trabalhos inscritos para apresentação dos médicos católicos durante o evento foram divididos em duas sessões: a primeira, chamada **sessão de estudo**, tinha como tema a *Vida espiritual, vida cientifica e vida profissional*, foi composto por quatorze estudos – *Eutanásia; Eugenia; O problema da continência; O fator endocrínico na continência masculina; O problema da continência nos três estados; Aborto terapêutico; Problema social-religioso da mãe solteira; A limitação da prole I-II; Os efeitos do neo-maltusianismo; Relação do médico com os enfermos; O médico da família e dos sindicatos; O médico, o patrão e operário; A colaboração cristã na profissão médica.* A segunda, chamada de **sessão solene**, foi dividida em outros quatro subgrupos, sendo o primeiro com o tema *Dia da Razão e da Fé* composto pelos trabalhos intitulados *A medicina e a fé; O facto do milagre na medicina; O médico e a pessoa humana.* O segundo subgrupo, cujo tema era *Dia da Ação Católica,* foi composto pelos estudos intitulados *O médico ante o panorama do Brasil de hoje; A medicina e a questão social; O papel do médico na Ação Católica.* A terceira subdivisão, cujo tema foi *Dia da Família,* tinha os estudos intitulados como *O médico e a dignidade da família; O médico e a família numerosa; O médico e a educação.* A quarta subdivisão cuja temática era *Dia das associações religiosas* foi composto pelos estudos intitulados *Penitência e medicina; Eucaristia e Medicina; Batismo e extrema-unção à luz da Medicina* (SILVA, 2010, p. 21-22).

A conferência de abertura do 1º Congresso de Médicos Católicos foi proferida pelo presidente da Comissão Executiva, dr. João Otávio Lobo. O conferencista procurou demonstrar a existência de uma "crise do mundo atual" cujos reflexos são sentidos no Brasil, e suas causas, não é tão somente

"uma crise de braços, de pão, de salários, de trabalho, de capital. É, sobretudo, uma crise de ordem". Para o médico, é no seio familiar que opera o início da desordem que "abalam os sedimentos geológicos, [...], em seus vários estratos, que se não afinam mais, como um todo harmônico, pela infração dos princípios básicos da ordem jurídica e moral". A desordem, mencionada pelo médico, é "o vírus que atualmente vai inficionando *[sic]* epidemicamente a família é o afrouxamento da moral católica" e assim, conclui o conferencista que "o médico, no seu sacerdócio clínico-moral, é, por sua autoridade, um esteio de segurança no seio da família" e que o médico católico "luta esta batalha de renovação cristã, em contacto com a família e a sociedade, nas creches, nas maternidades, nos dispensários, nos hospitais, nas escolas e nas universidades, uma força de coesão na defesa do patrimônio de nossa civilização" (LOBO, 1946 *apud* SILVA, 2010, p. 97-98).

A comitiva de médicos católicos de Belo Horizonte desempenhou relativo papel dentro do Congresso Brasileiro de Médicos Católicos, não sendo, assim, meros espectadores do evento, pois segundo consta nos anais do Congresso, os médicos católicos da capital mineira, além de terem acompanhado o evento participando das missas diárias, sessões solenes e das sessões de estudo, destacaram-se também pela participação nas Comissões do Evento. Nesse sentido, menciona-se, em especial, a atuação do médico Roberto de Almeida Cunha que integrou a Comissão Científica do 1º Congresso Brasileiro de Médicos Católicos, além de ter ministrado duas Conferências no certame, intituladas, respectivamente "*O papel do médico na Ação Católica*" (SILVA, 2010, p. 135-141) e "*Relações do Médico Católico com os enfermos*" (SILVA, 2010, p. 221-229), além de outras duas palestras externas ao evento: a primeira conferida na Escola Preparatória de Cadetes de Recife, intitulada como "*Saber querer para poder vencer*" (SILVA, 2010, p. 313-318) e uma outra conferência proferida na Liga das Senhoras Católicas cujo título foi "*O problema católico das famílias numerosas*" (SILVA, 2010, p. 319-328).

Em estudo intitulado *Relações do Médico Católico com os enfermos,* Dr. Roberto de Almeida Cunha, expôs aquilo que deveria ser "a síntese [do] que se poderá chamar a *Deontologia do médico católico"* (grifo do original) (ALMEIDA, 1946 *apud* SILVA, 2010, p. 221). A deontologia médica católica como proposta pelo Dr. Almeida Cunha trazia traços amalgamados de uma reflexão profissional, filosófica sobre o corpo, a saúde e a doença além da ética profissional, articulando tudo a um código de conduta médico moral, pretendendo representar a síntese dos modos de ser e agir do médico católico. Assim, dividida entre sete princípios, a deontologia médica católica versava desde as questões profissionais e éticas relativas ao exercício da medicina - como a vocação do médico católico e os dilemas do segredo

profissional constituído pela relação médico/paciente - até acerca da questão da remuneração médica e do exercício caritativo médico passando pelas questões de ordem espiritual que envolvem o fazer médico católico. A caridade era apontada como característica essencial da medicina católica e a atuação do médico deveria fazer presente a todo momento da vida do paciente: assim, caberia ao médico católico, além dos cuidados clínicos com o corpo, os cuidados com a alma. A deontologia do médico católico é constituída pela premissa de que o indivíduo é constituído por corpo e alma, sendo uma indissociável da outra, cabendo ao médico católico considerar em sua prática a cura de um sendo a cura do outro.

Uma reflexão operada pelo médico católico de Belo Horizonte propunha enfrentar os dilemas colocados diante da questão da profissionalização da medicina e das responsabilidade do médico católico com seu paciente. De acordo com o Dr. Cunha, a responsabilidade médica está dividida entre *responsabilidade moral* – "responder sempre pelos nossos atos perante Deus, quer afetem eles ou não as nossas relações exteriores com o cliente" –, *responsabilidade legal* – "tudo o que ocorre à Sociedade ou ao nosso cliente em consequência de um ato nosso" – e *responsabilidade profissional* – "é a que intervém a cada momento por descuido, por erro removível, pelo descaso de orientar-se devidamente em tempo útil, pela cumplicidade em manobras culposas do ciente ou de sua família" (ALMEIDA, 1946 *apud* SILVA, 2010, p. 223). Segundo Cunha, a(s) responsabilidade(s) do médico encontra-se com o segredo profissional que o médico católico deve resguardar do paciente. Assim, argumenta o médico que "o segredo profissional complica-se para o médico católico de modo notável pelas facetas múltiplas que se podem apresentar e pelo contínuo bombardeiro que lhe fazem por vezes os poderes públicos, certas leis verdadeiramente iníquas, a família ou os responsáveis pelo doente, as exigências da saúde ou do bem estar públicos, o bom conceito de outros profissionais ou de colegas" (ALMEIDA, 1946 *apud* SILVA, 2010, p. 224).

A relação médico/paciente expressa na confiança e no segredo médico, segundo o qual, Dr. Almeida Cunha diz ser "a cidadela mais assaltada da profissão médica ao longo da história da Humanidade" é parte essencial dos deveres dos médicos, contudo, para o "médico católico nesta particularidade são apenas mais severos porque existe o sentido da conciência *sic* moral que estende até à intimidade da conciência *sic* o limite que a lei restringiria bem mais." Assim, o médico católico "não deve e nem pode" curvar-se "a leis iníquas que, através dos tempos, teem a miúdo surgido" e, portanto, "a noção de responsabilidade do médico católico tem para ele exatamente a consequência de

que não pode submeter-se a autoridade alheia para fazer o que sabe não ser lícito." Salienta o conferencista que o médico não é um juiz e deve ao paciente a não divulgação de sua moléstia - "o sifilígrafo que atende um cônjuge contaminado não revelará ao cônjuge são o que ocorre; não poderá ele recusar ao que é seu cliente o segredo que lhe exige" (ALMEIDA, 1946 *apud* SILVA, 2010, p. 224).

Se os embates e as questões que envolvem a profissionalização da medicina são comuns a todos os médicos, sejam eles católicos ou não, o Dr. Almeida Cunha demarca a existência de uma série de deveres que competem somente aos médicos católicos, pois "defluem da sua simples condição de católico" mas que não são "propriamente profissionais". Estes deveres católicos dialogam com os fazeres médicos profissionais, pois, segundo Almeida, tantas vezes os médicos são os mais próximos dos pacientes e "a autoridade do médico, que, de hábito, só é superada pela do sacerdote, constitue *sic* um fator garantido da eficiência do apostolado, chegando ao vulto de um verdadeiro delito de omissão que se abstenha de intervir no momento si é a única pessoa em condição de agir" (ALMEIDA, 1946 *apud* SILVA, 2010, p. 226). Assim, as fronteiras que demarcam a prática médica católica estão na capacidade e no dever de que os médicos católicos possuem em ministrar os sacramentos aos doentes, conforme argumenta o Dr. Almeida Cunha. Nas palavras do médico católico, "a recepção dos sacramentos pelo doente é fato que pode ser conseguido ou obstado pelo médico, nas mais das vezes, com pouco esforço. É sempre para o médico católico um dever ter presente ao espírito a investigação do melhor momento para intervir discreta e eficientemente" (ALMEIDA, 1946 *apud* SILVA, 2010, p. 226). Caberia, assim, ao médico católico, por sua proximidade com paciente na hora do nascimento e da morte, a possibilidade de ministrar o batismo - "está o médico católico obrigado a propor o batismo ao moribundo" (ALMEIDA, 1946 *apud* SILVA, 2010, p. 224) - e a extrema unção.

Para além dos sacramentos, Almeida argumenta também uma outra fronteira entre os médicos católicos e não católicos: para os médicos católicos é vedada qualquer prática médica definida pelo conferencista como neo-maltusiana, constituindo, assim, uma visão moral sobre o sexo e a reprodução humana. Segundo Almeida, as práticas neo-maltusianas são aquelas que procuram limitar a prole, como os anticoncepcionais e o aborto. Postula, assim, Cunha que "as manobras anticoncepcionais são sempre ilícitas e que o aborto terapeutico, profilático ou simplesmente solicitado é sempre ilícito [...]. Parto provocado com feto imaturo e vivo é transgressão do imperioso princípio divino: não matarás" (ALMEIDA, 1946 *apud* SILVA, 2010, p. 225). Almeida conclui refletindo sobre os direitos do casal acerca do caso da "abstenção matrimonial". Reflete o conferencista sobre a licitude ou ilicitude da

escolha do casal, concluindo que é "lícito ao casal satisfazer ou abster se do ato conjugal em qualquer tempo" contudo, se é lícita a abstenção, indaga o conferencista "resta saber si é louvável" (ALMEIDA, 1946 *apud* SILVA, 2010, p. 226).

Considerações finais

Ainda são incipientes as pesquisas sobre o associativismo leigo profissional no Brasil. Menos ainda são as pesquisas históricas sobre os médicos católicos, contudo, parece ser possível traçar algumas afirmações que somente o desenvolvimento da pesquisa histórica nacional e regional conseguirá avaliar. Desta forma, é possível perceber uma tendência de expansão e formação de diversas corporações médicas católicas no Brasil durante a primeira metade do século XX, todas parte de um contexto sociorreligioso vivenciado no campo médico durante a profissionalização da medicina.

Ainda que nascidas em um contexto socioreligioso de inspiração do catolicismo social e da neo-cristandade, da Ação Católica e do estímulo para atuação do laicato católico no mundo das profissões, isso não impediu que estas corporações médicas católicas tenham se constituído como espaços de luta e militância profissional, revelando, a partir de suas características devocionais, um determinado aspecto e modo de compreender e exercer a profissão. Talvez tenha sido por isso que o 1º Congresso dos Médicos Católicos nasceu para celebrar a criação da primeira Corporação Médica Católica de Fortaleza, a mesma que alguns meses depois levaria à criação da Faculdade de Medicina do Ceará.

Nesse sentido, o Congresso Brasileiro de Médicos Católicos obteve relativo êxito no que se propôs a constituição de uma grande conferência médica acadêmica que mobilizasse agentes políticos, religiosos e médicos católicos para debater questões de ordem profissional médica e propor uma deontologia médica católica, isto é, um código ético e normativo sobre como ser e como atuar enquanto um Médico Católico, procurando imprimir à profissão médica um modo de ser e de exercer a profissão a partir dos entrelaçamentos com o mundo católico.

A pesquisa mostrou que as estratégias profissionais e as necessidades de inserção no mercado de trabalho, em um contexto onde a autoridade médica (STARR, 1991) deveria ser construída em reforço com a imagem social do médico (MARQUES, 2005), a aproximação com o catolicismo foi um

dos caminhos disponíveis para os médicos investirem na construção de suas respectivas carreiras profissionais. Em Belo Horizonte a Corporação de Médicos Católicos refletiu, desta maneira, aspectos do contexto religioso, da militância médica e das formas como os médicos recém formados na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, em sua maioria forasteiros na capital, procurando ainda os caminhos para construir suas respectivas carreiras profissionais.

Ademais, ao contexto religioso, Belo Horizonte vivenciava a expansão do campo médico e da assistência à saúde, que foram formadas mediante as parcerias entre a Prefeitura da Capital e a SSVP. A expansão da assistência em Belo Horizonte seguiu o ritmo do crescimento desordenado da capital. Não obstante, a formação da assistência à pobreza, e em especial a atenção à saúde esteve correlacionada às dimensões desiguais do desenvolvimento sociourbano e das ocupações territoriais. Desta forma, a prestação dos serviços assistenciais na capital refletiu e materializou as desigualdades dos processos de desenvolvimento sociourbano de ocupação da capital.

Outra característica do processo de desenvolvimento do campo da saúde em Belo Horizonte foi a disposição e o trânsito de agentes médicos, clericais e políticos entre estas instituições, mesclando crenças pessoais às militâncias profissionais. As relações de proximidade entre a Igreja e Faculdade de medicina de Belo Horizonte se notabilizaram pela ação de seus agentes. Assim, o processo de institucionalização da medicina e das demais instituições que compõem o campo da saúde em Belo Horizonte foi caracterizado pela criação de instituições destinadas à assistência à saúde com ampla participação das instituições religiosas, sobretudo vicentinas, e marcado pelo trânsito dos agentes leigos e religiosos entre os campos científico e católico.

Referências

Festa de São Lucas**. Associação Brasileira de Médicos Católicos.** 18 de outubro de 2023. Disponível em https://www.medicoscatolicos.org.br/espiritualidade/s%C3%A3o-lucas/festa-de-s%C3%A3o-lucas. Acessado dia 08 de outubro de 2025.

BOSCHI, Caio César; PINHEIRO, L. A. (Org.). **A Arquidiocese e o laicato**. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2015.

CIDADE OZANAM – Histórico da Sociedade São Vicente de Paulo. **Sociedade São Vicente de Paulo**. Pág. 1-10. Caixa: 231. S. Sub-divisão: Cidade Ozanam. Pág. 5 [Documento não datado]. Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior, da colônia à Era Vargas. São Paulo: editora UNESP, 2007.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **Caminhos operários nas Minas Gerais:** um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. HUCITEC-ED. UFMG, 1988.

ESTATUTO da Corporação dos Médicos Católicos (1936). **Sociedade São Vicente de Paulo.** Caixa 231, Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

GONÇALVES, Marcos. Caridade, abre as asas sobre nós: política de subvenções do governo Vargas entre 1931 e 1937. **Varia Historia** 2011, 27(45), p. 317–336 - 2011.

LIVRO DE ATAS 1927-1936, **Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo, Belo Horizonte.** Sociedade São Vicente de Paulo, 1927-1936.

LOBO, João Otávio. A oração inaugural, (1946)1947 *in.* SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da. (Org.) **1º Congresso brasileiro de Médicos Católicos**, Fortaleza: Expressão, 2010. Pág. 117.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936.** Belo Horizonte, Editora: O Lutador, 1990.

MARQUES, R. C. **Imagem social do médico de senhoras no século XX.** Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

O HORIZONTE, 8 de abril de 1929.

PEREIRA NETO, André de F. **Ser médico no Brasil: o presente no passado.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

RODRIGUEZ, Ana María Teresa. **Médicos, Iglesia y Estado. Tensiones entre discursos, políticas y práticas sobre la construcción política de los cuerpos generizados em la Argentina de los años '30-'45.** Facultad de Ciencias Humanas. Universidad Nacional de La Pampa, Diciembre, 2005.

SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da. (org.) **1º Congresso brasileiro de Médicos Católicos**, Fortaleza: Expressão, 2010.

STARR, Paul. **La transformación social de la medicina em los Estados Unidos de América.** Secretaría de salud, México, 1991.

150 anos da SSVP. **Sociedade São Vicente de Paulo**. Pág. 7. Caixa: 231. Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte. [1983].

VIEIRA, Lucas Lolli. **A corporação dos médicos católicos e a assistência à saúde e à pobreza em Belo Horizonte entre 1930-1940**. 2020. 379 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.

VISCARDI, Cláudia. M. R.. **A Capital Controversa**. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. XLIII, p. 28-41, 2007.

Temporalidades

A representação da ciência e do cientista na exposição de longa duração do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB)

The representation of science and scientists in the long-term exhibition of the Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB)

Joanna Patroclo
Mestra em Museologia e Patrimônio
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
patroclo.joanna@gmail.com

Júlia Botelho
Mestra em Divulgação de Ciência, Tecnologia e Saúde
Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)
juliabotelhopereira@gmail.com

Luísa Massarani
Doutora em Gestão, Educação e Difusão em Biociências
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
luisa.massarani@fiocruz.br

Recebido: 07/08/2025
Aprovado: 06/12/2025

Resumo: Neste artigo, analisamos como a ciência e os cientistas são representados na exposição de longa duração do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB), localizado na região da Pequena África, no Rio de Janeiro. A partir de uma análise qualitativa, em nossa pesquisa evidenciamos avanços importantes na construção de uma proposta museológica comprometida com a valorização da memória e dos saberes afro-brasileiros. A exposição "Protagonismos: Memória, Orgulho e Identidade" propõe uma ruptura com discursos tradicionais, ao destacar o papel ativo da população negra na história e na produção de conhecimento. O museu articula território, identidade e epistemologias negras em uma narrativa que prioriza a diversidade e a justiça cognitiva. Embora a comunicação do conhecimento científico ainda apresente pontos que podem ser aperfeiçoados, destacamos o potencial do MUHCAB como espaço de reflexão crítica, fortalecimento das lutas sociais e enfrentamento ao racismo estrutural por meio de novas formas de contar a história.

Palavras-chave: Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira; Representação da Ciência e do Cientista; Popularização da Ciência.

Abstract: In this article, we analyze how science and scientists are represented in the long-term exhibition of the Museum of Afro-Brazilian History and Culture (MUHCAB), located in the Pequena África region of Rio de Janeiro. Based on qualitative analysis, our research highlights significant advances in the construction of a museological proposal committed to valuing Afro-Brazilian memory and knowledge. The exhibition *"Protagonisms: Memory, Pride, and Identity"* proposes a break from traditional narratives by emphasizing the active role of Black people in history and knowledge production. The museum connects territory, identity, and Black epistemologies in a narrative that prioritizes diversity and cognitive justice. Although the communication of scientific knowledge still has room for improvement, we emphasize MUHCAB's potential as a space for critical reflection, strengthening social struggles, and confronting structural racism through new ways of storytelling.

Keywords: Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira; Representation of science and scientists; Science popularization.

Introdução

O surgimento dos museus está entrelaçado aos processos históricos que marcaram a Europa nos séculos XVII e XVIII, como a formação dos Estados-nação, o avanço do pensamento iluminista e o movimento de expansão colonial. Nessa conjuntura, tais instituições consolidaram-se como dispositivos voltados à construção intencional de memórias nacionais, operando seletivamente sobre o que seria reconhecido como "cultura legítima". Conforme destacam Silva e Costa (2024), os museus foram concebidos como parte de um projeto político e educacional que buscava moldar o sujeito moderno. Lopes e Murriello (2005), por sua vez, argumentam que os museus assumiram papel estratégico na difusão de saberes científicos e estéticos, orientados pelos ideais de racionalidade e progresso típicos do Iluminismo. Ainda que se apresentassem como neutros, esses espaços operaram segundo critérios de seleção e hierarquização que privilegiam uma visão eurocêntrica do mundo, na qual as narrativas que não se enquadravam neste modelo eram propositalmente apagadas.

As limitações e críticas a esse modelo institucional motivaram, a partir da segunda metade do século XX, a busca por maneiras de romper com essa estruturação hierárquica que regia os museus. Destacamos como ponto de virada conceitual - no Brasil e no mundo - três importantes eventos que ajudaram a fundamentar as bases dessa nova abordagem, que hoje conhecemos como Nova Museologia e Museologia Social. O primeiro foi o seminário regional da Unesco, realizado no Rio de Janeiro em 1958, no qual Chagas (2019, p. 20) expõe que

> O seminário de 1958 não foi um campo tranquilo. Ao contrário, lutas e disputas estiveram em cena. Diferentes visões de mundo e diferentes perspectivas

> profissionais foram acionadas; o enfrentamento entre gerações e o embate entre o pensamento museal hegemônico de origem europeia e outras tendências que buscavam se afirmar, levando em conta as experiências nacionais, também estiveram presentes. No caso brasileiro, a disputa entre o pensamento museológico barroseano e as novas formas de pensar e praticar a museologia que vinham se afirmando, especialmente a partir das novas gerações, também era presente e sensível.

O segundo evento foi a Conferência de Santiago do Chile em 1972[1], que desencadeou uma mudança de paradigma no campo da museologia, inaugurando o conceito de Museu Integral que buscava romper com a visão tradicional e eurocêntrica dos museus. Por fim, destacamos a declaração do Quebec, de 1984[2], que estabeleceu o conceito de Nova Museologia no debate institucional, temas como, responsabilidade social, democratização do acesso, priorização da escuta ativa das comunidades e o uso social das coleções ao patrimônio ganharam destaque.

Como referências para a análise de representação da ciência e dos cientistas em exposições museológicas, tema ainda pouco explorado na bibliografia, lançamos mão das seguintes referências: no cenário nacional destacamos os artigos de Massarani et al. (2024) e Pereira et al. (2023), que pesquisam os sentidos construídos em torno da figura do cientista, e os processos de produção do conhecimento, respectivamente no Museu de Astronomia e Ciências Afins e no Museu de Ciências da Terra. Em nível internacional, Ana Delicado (2008) examina exposições de museus de história natural e arqueologia, evidenciando como a ciência e os cientistas são - muitas vezes - retratados com pouca reflexão sobre seus contextos sociais. Os resultados dessas pesquisas reforçam a necessidade de os museus repensarem seus discursos museológicos, adotando abordagens que valorizem a pluralidade epistêmica e historicizem a construção do saber, rompendo com narrativas hegemônicas.

Também discutiremos no presente artigo autores como Mário de Souza Chagas (2009) que destaca o papel dos museus como arenas de disputa simbólica, onde se forjam narrativas e identidades, apontando para a necessidade de instituições mais permeáveis à diversidade social e cultural. No plano internacional, autores como Walter Mignolo(2008) e Achille Mbembe(2018) oferecem bases teóricas

[1] ICOM / UNESCO, 1972. Disponível em: <https://ceam2018.org/wp-content/uploads/2018/05/declaracao-icom-unesco-santiago-do-chile-1972.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2025.

[2] Declaração de Quebec – 1984: Princípios de base de uma nova museologia. [S.l.]: Ibermuseus, 1984. Disponível em: <https://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2020/05/declaracao-de-quebec-1984-por.pdf>. Acesso em 02 dez. 2025

fundamentais para compreender os processos de colonialidade do saber, racialização da cultura e crítica às formas hegemônicas de produção de conhecimento.

O Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB), inaugurado em 2021 na região da Pequena África, no Rio de Janeiro, insere-se justamente nessa mudança de paradigma. Localizado em território marcado pela memória da população negra carioca, o museu tem como missão transformar o entendimento sobre o que é ser negro no Brasil, reposicionando a cultura africana como matriz formadora da identidade nacional. Seu projeto museológico assume uma orientação contra-hegemônica, buscando dar visibilidade a narrativas, saberes e protagonismos negros frequentemente silenciados pela historiografia oficial e pelas instituições culturais tradicionais.

A exposição de longa duração "Protagonismos: Memória, Orgulho e Identidade" busca materializar essa proposta. Composta por cinco salas expositivas nomeadas em homenagem a intelectuais, artistas e militantes negros, a mostra apresenta uma leitura da história afro-brasileira centrada na ação e resistência dos sujeitos negros. Ao articular elementos da história social, da arqueologia e das práticas culturais afro-diaspóricas, a exposição propõe um deslocamento do olhar: da vitimização à potência, da escravidão à criação, da invisibilidade à centralidade.

Nossa análise parte da hipótese de que o MUHCAB, ao adotar um discurso museológico pautado pela valorização do protagonismo negro, também tensiona as formas tradicionais de representação da ciência e dos cientistas, reconhecendo saberes historicamente deslegitimados e sujeitos historicamente excluídos. No entanto, entendemos que esse processo não está isento de ainda evidenciar contradições, especialmente ao se observar como o conhecimento científico é comunicado no espaço expositivo.

A presente pesquisa insere-se no debate sobre museus, representações sociais da ciência e epistemologias negras, articulando aportes da museologia crítica, dos estudos decoloniais e da comunicação pública da ciência. Ao centrar a análise em um museu que se propõe a recontar a história do Brasil sob a ótica afro-brasileira, buscamos compreender em que medida esse projeto também altera — ou reafirma — os modos como a ciência e seus agentes são representados.

O museu

O Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB), localizado na R. Pedro Ernesto, 80 - Gamboa, região portuária do Rio de Janeiro, foi instituído por meio do Decreto Municipal n.º 43.128, de 12 de maio de 2017 e têm como missão

> Transformar o entendimento do que é ser negro no Brasil, afetando e empoderando as comunidades afro-brasileiras pela garantia do direito de conhecer, preservar e disseminar sua história de afirmação e resistência a partir do território físico e simbólico do Cais do Valongo e seu entorno, contada de forma participativa, pelas vozes de seus protagonistas; e propor à sociedade uma revisão da escrita da história do Brasil, valorizando a cultura africana como matriz cultural brasileira (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2021, p. 26).

A instituição possui acervo museológico, arquivístico e bibliográfico, tendo suas coleções sido formadas a partir da fusão de doações oriundas do Centro Cultural José Bonifácio, doações de diversas instituições como o Centro de Estudos da Fundação Nacional de Artes Cênicas (FUNDACEN) e pessoas físicas como a atriz Ruth de Souza e de peças oriundas de escavações arqueológicas urbanas.

Percurso expositivo

Atualmente o MUHCAB conta com uma exposição de longa duração, "Protagonismos - memória, orgulho e identidade", inaugurada em 2021 – objeto desta análise – cujo objetivo autodeclarado é contar a história do negro para além da escravidão, como explicitado no texto de abertura da mostra

> Com esta exposição pretendemos, iluminar os caminhos que nos trouxeram até aqui, valorizando a memória dos nossos antepassados, o orgulho das nossas origens e das nossas identidades. Inspirados por nossos ancestrais, por sua potência, sabedoria e seu poder de criação e transformação, buscamos apresentar o negro para além da história da escravização, sem negar o impacto e os horrores por ela produzidos, mas não permitindo que as diversas experiências afro-brasileiras se resumam a ela. (GRAVIOLA PRODUÇÕES, 2021)[3].

A exposição de longa duração do museu está organizada em cinco salas expositivas dispersas pelo primeiro piso da instituição, e, embora estas não estejam organizadas sequencialmente, o projeto prevê um percurso sugerido para visitação. Esse percurso foi desenvolvido com base nas diretrizes

[3] O trecho do texto na qual esta informação foi retirada introduz a exposição foi elaborado pela Graviola Produções, empresa responsável por parte da concepção e montagem da exposição analisada.

estabelecidas no plano museológico da instituição, e tem como referência central o território da Pequena África[4], no qual o museu está inserido (MUHCAB, 2021).

Cada sala foi nomeada em homenagem a figuras históricas da cultura afro-brasileira. A Sala Conceição Evaristo (Imagem 1)[5] estabelece o início do percurso e apresenta os marcos históricos da diáspora africana, além de introduzir o visitante ao espaço urbano que compõe o entorno do museu.

Imagem 1 - Vista da Sala Conceição Evaristo



Fonte: Elaboração própria.

Na Sala Aguinaldo Camargo[6] (Imagem 2), segunda no percurso sugerido, o foco está nas formas de reconstrução identitária, nas práticas de continuidade cultural e nos saberes transmitidos por gerações.

[4] O Território da Pequena África designa a área da região portuária do Rio de Janeiro que, entre o final do século XIX e início do XX, concentrou significativa presença de populações negras libertas e seus descendentes. Esse espaço tornou-se um importante polo de sociabilidade, práticas culturais e resistências de matriz africana, especialmente após a abolição. Abrangendo bairros como Saúde, Gamboa e Santo Cristo, o território configura hoje um marco fundamental da memória da diáspora africana e da formação cultural carioca.

[5] "Maria da Conceição Evaristo de Brito (Belo Horizonte, Minas Gerais, 1946). Romancista, contista e poeta. Nasce em uma comunidade no alto da Avenida Afonso Pena. Trabalha como empregada doméstica até 1971, quando conclui os estudos secundários no Instituto de Educação de Minas Gerais. Muda-se para o Rio de Janeiro em 1973, ocasião em que é aprovada para o magistério. Estuda na Universidade Federal do Rio de Janeiro e forma-se em Letras. Ingressa no mestrado em Literatura Brasileira da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) onde defende, em 1996, a dissertação Literatura Negra: uma poética da nossa afro-brasilidade. Defende a tese de doutoramento Poemas Malungos – Cânticos Irmãos, em 2011, na Universidade Federal Fluminense (UFF) [...]" (CONCEIÇÃO EVARISTO, 2025).

[6] "Aguinaldo de Oliveira Camargo (Franca, São Paulo, 1918 – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1952). Ator, militante. Pioneiro do teatro negro no Brasil e um dos fundadores do Teatro Experimental do Negro (TEN), foi agrônomo, advogado e ator,

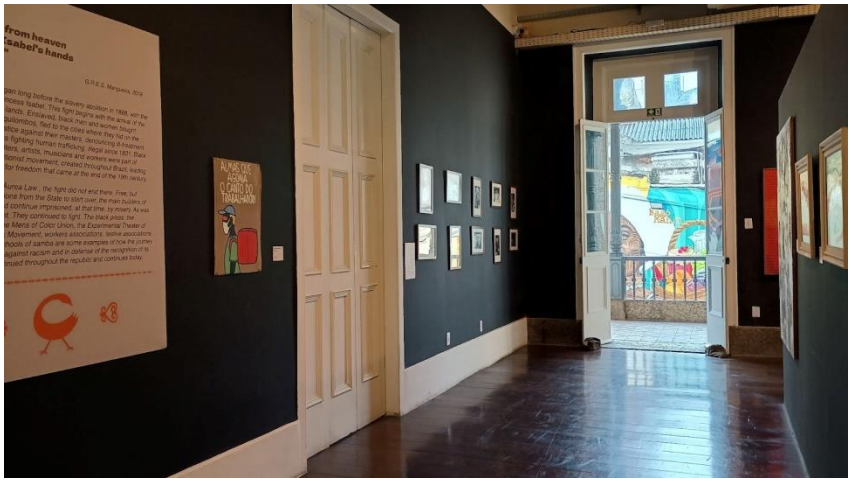
Imagem 2 - Vista da Sala Aguinaldo Camargo



Fonte: Elaboração própria.

Na sequência, a Sala Grande Otelo[7] (Imagem 3), concentra-se nas transformações políticas e sociais que envolvem a população negra, com ênfase nos séculos XIX e XX.

Imagem 3 - Vista da Sala Grande Otelo



Fonte: Elaboração própria.

além de comissário da polícia e colaborador de jornais. Multifacetado, dedica-se ao projeto artístico de inserir a cultura negra na dramaturgia brasileira [...]" (AGUINALDO CAMARGO, 2022).

[7] "Sebastião Bernardes de Souza Prata, "Grande Otelo" (Uberlândia MG 1915 - Paris, França, 1993). Compositor, cantor, ator, comediante e poeta. Ainda criança, canta e declama poemas nas ruas e participa de números no circo. É adotado por Isabel Gonçalves, mãe de Abigail Parecis, da Companhia de Comédia e Variedades Sarah Bernhardt, que o leva para São Paulo, onde estuda no Liceu Coração de Jesus. Em 1926, ingressa na Companhia Negra de Revistas, viajando para o Rio de Janeiro, Pernambuco e Espírito Santo. Retorna ao palco em 1935, no Rio de Janeiro, com a companhia Tro-Lo-Ló, de Jardel Jércolis, que muda seu nome artístico para Grande Otelo [...]" (GRANDE OTELO, 2022).

A Sala Achados do Valongo (Imagem 4), incorpora ao percurso parte dos vestígios arqueológicos descobertos na região portuária, inserindo materialidade e memória espacial ao discurso expositivo.

Imagem 4 - Vista da Sala Achados do Valongo



Fonte: Elaboração própria.

Por fim, a Sala Abdias Nascimento[8] (Imagem 5) trata da história institucional do edifício que abriga o museu, destacando suas funções anteriores — como escola pública, biblioteca e centro cultural — e situando o próprio museu como parte da história da cidade.

[8] "Abdias do Nascimento (Franca, São Paulo, 1914 - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011). Ator, diretor e dramaturgo. Militante da luta contra a discriminação racial e pela valorização da cultura negra. É responsável pela criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), que atua no Rio de Janeiro entre 1944 e 1968. Essa é a primeira companhia a promover a inclusão do artista afrodescendente no panorama teatral brasileiro [...]" (ABDIAS NASCIMENTO, 2024).

Imagem 5 - Vista da Sala Abdias Nascimento



Fonte: Elaboração própria.

O percurso proposto busca apresentar as múltiplas dimensões da experiência negra no Brasil. Embora a escravidão seja reconhecida como elemento estruturante da história nacional, a curadoria não limita a narrativa a esse marco. A opção por ampliar o escopo da exposição está expressa no próprio texto da mostra:

> Inspirados por nossos ancestrais, por sua potência, sabedoria e seu poder de criação e transformação, buscamos apresentar o negro para além da história da escravização, sem negar o impacto e os horrores por ela produzidos, mas não permitindo que as diversas experiências afro-brasileiras se resumam a ela" (MUHCAB, s/d).

A narrativa construída ao longo das cinco salas associa documentos históricos, referências arqueológicas e imagens contemporâneas a partir de um recorte temático que privilegia o protagonismo negro na história brasileira. A ideia de protagonismo, que dá nome à exposição, orienta a seleção dos conteúdos e também a concepção do museu como espaço de elaboração de novas leituras sobre o passado. Em outro trecho da exposição, reforça-se essa perspectiva:

> Nossos corpos e mentes negras são agentes fundamentais na reconstrução da história deste país. O conhecimento que produzimos, nossas práticas culturais e nossa espiritualidade, resistem" (MUHCAB, s/d).

A organização interna da exposição, aliada à escolha por um discurso histórico não linear, contribui para um percurso expositivo que dialoga com os debates sobre memória e patrimônio.

Percurso metodológico

A análise realizada neste estudo baseia-se na abordagem qualitativa de Análise de Conteúdo, conforme delineada por Schreier (2012). O material examinado — composto por textos e imagens da exposição "Protagonismos [...]" — foi interpretado com foco na forma como são construídas as representações de "ciência", "cientista" e "produção de conhecimento". A análise seguiu os princípios de exaustividade, coerência categorial e segmentação temática, permitindo identificar não apenas os conteúdos explicitamente apresentados, mas também os silenciamentos e ausências que estruturam o discurso museológico. Entendemos essas escolhas narrativas como práticas sociais situadas, que revelam disputas simbólicas em torno da memória, da identidade e da legitimidade do saber e agentes de sua produção.

A coleta de dados ocorreu em 29 de abril de 2025, por meio de registros fotográficos e vídeos de todos os textos e imagens presentes na exposição. Esses materiais foram transcritos seguindo sua disposição original no espaço expositivo. Por fim, com base nas diretrizes de Margrit Schereier (2014; 2012), procedeu-se à sistematização das informações em um quadro de codificação.

Análise de Conteúdo Qualitativa

Enquanto metodologia Análise de Conteúdo Qualitativa propõe a criação de um sistema de categorias e subcategorias que devem compor um Quadro de Codificação capaz de apresentar ao leitor de maneira esquemática o teor de todo o material analisado de maneira.

As categorias e subcategorias que por fim compõem o Quadro de Codificação no qual resulta a Análise de Conteúdo podem ser predefinidas de acordo com os interesses de pesquisa, emergentes do próprio conteúdo ou uma mistura de ambos. No entanto, inddependentemente de qual opção melhor se adeque aos objetivos da análise, a formulação dessas deve se atentar a três princípios fundamentais (SCHREIER, 2014).

1) Unidimensionalidade: cada categoria deve abranger um único aspecto conceitual, sem permitir ambiguidade ou sobreposição de significados; 2) Exclusão mútua: cada unidade de análise seja classificada em somente uma subcategoria em uma mesma categoria, assegurando a clareza do processo de codificação; e

3) Exaustividade: todas as informações relevantes contidas no material analisado sejam contempladas por pelo menos uma categoria ou subcategoria (SCHREIER, 2012). Nesse estudo as categorias foram predefinidas com base nos objetivos da pesquisa, sendo diretamente relacionadas à questão central do estudo. Já ss subcategorias, por sua vez, emergem da análise temática do conteúdo da própria exposição, sendo definidas justamente através do movimento oposto ao das categorias. Aqui, as categorias predefinidas delimitam o recorte daquilo que queremos saber sobre o museu, são a nossa pergunta, enquanto as subcategorias funcionam como espécie de "respostas" da própria exposição, aquilo que a exposição apresenta sobre o que queremos investigar. Abaixo, o Quadro 1 detalha as categorias predefinidas, ou seja, nossas perguntas "à exposição ". O quadro de codificação completo com as subcategorias será apresentado posteriormente, na seção dedicada à discussão dos resultados

Quadro 1 - Categorias de Análise da Exposição

Categoria	Descrição
1. O MUHCAB	Busca menções a temáticas institucionais que ultrapassam a exposição.
2. A Exposição	Refere-se ao conteúdo da exposição e à motivação para a sua realização.
3. A Produção Científica	Identifica como a produção científica é representada nos textos da exposição.
4. Cientistas	Analisa como os cientistas são representados nos materiais da exposição.
5. Campos Científicos Citados	Refere-se aos campos científicos citados nominalmente.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Outra determinação para garantir a consistência dos resultados imposta pela metodologia escolhida é a execução de duas rodadas independentes de codificação. Entretanto, a consistência só npode ser avaliada quando as duas rodadas de codificação trabalham com material idêntico, o que exige sua segmentação em unidades de codificação antes do início da primeira rodada (SCHREIER, 2012). A segmentação exigida pode ser feita através de critérios formais – resultando em unidades de codificação como palavras, sentença ou parágrafos – ou temáticos – onde a mudança de tema determina o fim de um segmento e início de outro. Neste estudo optamos pela segmentação temática.

Com o quadro de codificação definido e sua consistência validada, inicia-se a fase de análise propriamente dita, compreendendo duas rodadas de codificação. Após o início dessa etapa, não são admitidas alterações no sistema previamente construído. Dessa forma, a confiabilidade e a validade do procedimento dependem diretamente dos testes de consistência previamente realizados (SCHEREIRER, 2014).

Resultados e Discussão

Essencial na Análise Qualitativa de Conteúdo (SCHEIRER, 2014), o quadro de codificação (Quadro 2) é o principal produto deste trabalho, pois, por meio dele, temos acesso ao conteúdo total analisado de forma sistematizada. Além disso, ele evidencia a frequência de ocorrência ou ausência das categorias, servindo como fundamento para as inferências que serão realizadas.

Quadro 2 - Quadro de codificação

Categoria	Subcategoria	Total
1. O MUHCAB	a. Princípios e finalidade institucional	4
	b. Trajetória do espaço, memória comunitária e vínculo com acervo	4

Total da categoria	8	
2. A Exposição	a. Razões para seu desenvolvimento, proposta e alusões a seu conteúdo	3
Total da categoria	3	
3. Campos científicos citados	a. Arqueologia	1
4. Produção científica aparece por meio de…	a. Por meio de afirmações que **não** explicitam os processos interpretativos nem as evidências que sustentam o que é dito.	6
	b. Com a apresentação de evidências que buscam sustentar o que é afirmado, sem referência direta aos processos de interpretação.	8
Total da categoria	14	
5. Cientistas	a. Mencionados como cientistas	3
	b. Citação sem identificação completa	1
Total da categoria	4	
Total Geral	29	

Fonte: Elaboração própria.

A primeira categoria a ser analisada "1. O MUHCAB" concentra-se na apresentação institucional do museu, nos seus princípios fundadores, na forma como se insere no território da Pequena África e sobre a história do edifício que abriga a instituição. Observamos que essa categoria

aparece, sobretudo, nos textos introdutórios da exposição, estabelecendo uma base narrativa que permite compreender o papel político, social e simbólico atribuído à instituição desde sua criação.

A subcategoria 1a fala sobre os fundamentos e objetivos institucionais do museu. Os textos enquadrados nesta categoria explicitam que a instituição é resultado de uma longa espera por um equipamento cultural voltado à valorização da memória negra na cidade do Rio de Janeiro, como destacado no trecho a seguir:

> A criação do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira – MUHCAB, como um museu de território e de responsabilidade social, foi o resultado de décadas de espera por um museu, na cidade do Rio de Janeiro, com capacidade de pesquisar, registrar, preservar e discutir com a sociedade as heranças africanas como matrizes formadoras das identidades brasileiras. O MUHCAB tem, entre seus pilares, a desconstrução de estereótipos e não somente os de uma história de preconceitos e discriminação, mas, sobretudo, os de uma história de exclusão social das mais nocivas, nesse abismo das desigualdades cristalizadas no país como herança do período escravocrata (MUHCAB, s/d).

Essa passagem demonstra que um dos pilares do museu é fundamentado na proposta de atuar como um espaço democrático e de combate às desigualdades. Fato que, como expresso em seu plano museológico, objetiva dialogar com as diretrizes da museologia social e da museologia decolonial. Tal proposta se coaduna com estudos recentes de autores como Chagas e Gouveia (2014); Chagas et al. (2018) e Tolentino (2024), que reforçam a necessidade de uma museologia crítica que problematize as narrativas hegemônicas presentes na museologia tradicional e inclua e valorize narrativas plurais e historicamente silenciadas.

Nos textos da categoria 1b, que falam sobre a trajetória do espaço, memória comunitária e vínculo com acervo, predominam temáticas que articulam o museu ao território da Pequena África e da história do edifício sede, e como isso se reflete na constituição de seu acervo. Demonstrando que a sua localização potencializa suas narrativas, como expresso no trecho abaixo:

> Localizado na Pequena África, um território multicultural e multirracial, o Museu é o palco ideal para se repensar novos conceitos de inclusão social, e espelho para refletir a sociedade contemporânea disposta a incorporar o outro nas suas crenças e diferenças; um museu contemporâneo, em que o negro do século XXI pode se reconhecer [...] reatar os laços com a diáspora negra, promovendo trocas entre a tradição, as heranças locais e a inovação global em que nossas histórias e nossas identidades podem ser analisadas, explicadas e valorizadas (MUHCAB, s/d).

No que tange a história do edifício, o prédio foi construído para ser uma escola voltada para atender a população local, como expresso no trecho "A escolarização ainda estava longe de ser para todos, mas a Escola de Santa Rita oferecia ensino primário diurno para crianças que moravam na região e aulas noturnas para jovens e adultos trabalhadores" (MUHCAB, s/d). Posteriormente a escola mudou de nome, sendo chamada Escola José Bonifácio até sua desativação em 1966. Em 1986 o prédio foi restaurado para abrigar o centro cultural de mesmo nome, sediando eventos ligados a cultura negra, sendo local de encontro para diversas figuras relevantes da época, como explicitado no trecho:

> Pelo CCJB, certamente, passaram as principais lideranças do movimento negro carioca, que se reorganizava na redemocratização da década de 1980, como o historiador Joel Rufino dos Santos, a antropóloga Lélia Gonzalez, o fotógrafo Januário Garcia e a atriz Ruth de Souza. Nas décadas seguintes, o espaço sediou importantes eventos da cultura negra, entre exposições, reuniões, apresentações artísticas e performáticas, além de funcionar como espaço de formação — com minicursos, palestras e aulas de capoeira para crianças da região (MUHCAB, s/d).

A valorização da memória comunitária para a construção do acervo aparece na maneira como os objetos e temas são apresentados, como no trecho: "O cotidiano da população escravizada no Rio de Janeiro esteve profundamente ligado às suas práticas espirituais […] Um conjunto expressivo de objetos ligados a essas práticas foi encontrado no Cais do Valongo e suas imediações" (MUHCAB, s/d). Esses fragmentos revelam que a construção do acervo não se baseia somente na materialidade dos objetos, mas na ativação de suas histórias e significados, o que está em sintonia com a noção de museu como lugar de memória viva, como proposto por Roca (2008) quando diz que acervos museológicos devam ser compreendidos não como mera junção de objetos, mas sim como uma ferramenta capaz de evocar memórias, afetos e disputas narrativas.

Neste mesmo sentido, Teixeira e Fraysse (2024) defendem a ideia de que a carga informacional presente nos objetos consegue fortalecer e criar vínculos coletivos, ativando-os como dispositivos de memória e pertencimento. No entanto, assim como identificado por Santos (2024), mesmo narrativas voltadas à valorização da memória podem silenciar disputas internas, a memória coletiva é atravessada por disputas de poder e não pode ser naturalizada como consenso. A ausência de referências explícitas a processos participativos na curadoria, por exemplo, pode indicar tensões invisibilizadas na construção do discurso institucional.

A categoria 2 reúne os trechos que tratam diretamente da proposta da exposição, apresentando tanto as razões que motivaram sua realização quanto os objetivos temáticos delineados no circuito

expositivo. Essa categoria aparece com menor frequência em relação às demais, com apenas três ocorrências identificadas ao longo do material analisado, concentradas principalmente nos textos de abertura da mostra.

Na subcategoria 2a, identificamos o esforço em posicionar a exposição como uma ruptura com narrativas tradicionais sobre a população negra no Brasil. O texto introdutório explicita que seu objetivo é "romper as amarras da forma tradicional de se contar" (MUHCAB, s/d), remetendo diretamente à proposta da museologia social, declaradamente adotada pela instituição, de deslocar o foco do objeto para o sujeito social como aponta Tolentino (2016).

A exposição se ancora explicitamente no marco legal da Lei n.º 10.639/03[9], reafirmando seu compromisso com a educação para as relações étnico-raciais. Em um dos trechos, declara-se que: "A exposição […] aceita esse desafio, sendo idealizada para romper as amarras da forma tradicional de se contar, como uma ação inserida nos conteúdos estabelecidos na Lei n.º 10.639" (MUHCAB, s/d). Outro ponto que a exposição busca desconstruir é a redução da experiência afro-brasileira à escravidão, sem, contudo, anular seu impacto, como destacado no trecho: "buscamos apresentar o negro para além da história da escravização, sem negar o impacto e os horrores por ela produzidos, mas não permitindo que as diversas experiências afro-brasileiras se resumam a ela" (MUHCAB, s/d). Posicionamento que destaca a necessidade de repensar a representação negra nos museus brasileiros, defendendo que essas instituições valorizem as múltiplas expressões da identidade afro-brasileira, para além da dor e da escravidão.

A Categoria 3 reúne as menções aos campos científicos citados na exposição, aparecendo com uma menção para a Arqueologia. Esse campo aparece associada à inscrição do sítio arqueológico do Valongo como Patrimônio Mundial da UNESCO, reforçando a relevância dos vestígios materiais e das memórias coletivas ali preservadas. Essa abordagem se alinha ao que Carvalho e Funari (2007, p. 138) defendem ao afirmar que no contexto da arqueologia pública "é preciso construir junto com as comunidades o conceito de patrimônio e de bem público. Apenas quando esses conceitos tiverem

[9] A lei n.º 10.639/06, de 9 de janeiro de 2003, tornou obrigatória a inclusão da temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo oficial da educação básica (ensino fundamental e médio) em todas as escolas, públicas e particulares do Brasil. A legislação também estabeleceu o Dia Nacional de Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, no calendário escolar.

sentidos para os indivíduos será possível alcançar uma preservação efetiva dos patrimônios, sejam eles de quaisquer espécies".

O autor também destaca que a arqueologia, quando comprometida com a sociedade, auxilia na construção de cidadania e na valorização de identidades, perspectiva igualmente presente na proposta da exposição. O reconhecimento do território e de suas marcas materiais como suporte de memória coletiva contribui para consolidar políticas de reparação e justiça social, como destacam Santos e Moura (2023), trabalham com a ideia de que a museologia decolonial se compromete em reposicionar os sujeitos negros como protagonistas das suas próprias narrativas.

Ainda que a arqueologia seja acionada para legitimar a exposição, nota-se que o circuito não explicita de modo aprofundado os métodos, técnicas e etapas de pesquisa arqueológica. Essa ausência pode comprometer o entendimento da produção científica como um processo – atravessado pelas mais diversas esferas da vida social –, reproduzindo a ideia de uma ciência que se constitui de produtos "fechados", silenciando sobre seu caráter transitório e contextual. Esse aspecto é criticado por Boaventura de Souza Santos (2000) quando discute que a ciência moderna, ao ser elevada à condição de discurso hegemônico, assume um status sacralizado, como se suas verdades fossem absolutas e universais, reforçando estruturas de poder e marginaliza outros saberes.

Nessa mesma linha analítica, Massarani e Neves (2016) defendem que os museus de ciência precisam explicitar não apenas os resultados das pesquisas, mas também seus caminhos metodológicos, de modo a favorecer a compreensão do público sobre como o conhecimento científico é produzido.

A Categoria 4 identifica como a produção científica é apresentada na exposição, temática que ocorre quatorze vezes ao longo da exposição, distribuídas em duas formas principais de manifestação: subcategoria 4a - afirmações sem detalhamento de processos interpretativos, e subcategoria 4b - apresentação de evidências sem referência direta às etapas de construção do conhecimento.

Na primeira subcategoria mencionada, que soma seis ocorrências, percebe-se a predominância de discursos conclusivos fundamentados na autoridade científica, sem a explicitação de métodos ou fontes utilizados. Isso reflete um modelo tradicional de comunicação museológica da ciência, que desconsidera os diferentes modos de recepção do público. Como observa Hooper-Greenhill (2001, p. 09), "a significação não é fixa ou singular, mas fluida e plural", o que reforça a importância de tornar

explícitos os processos interpretativos que moldam a narrativa sobre a ciência. Quando esse aspecto é ignorado, compromete-se o potencial formativo e crítico das exposições.

Na subcategoria 4b, que apresenta oito ocorrências, identificam-se textos que utilizam evidências como forma de sustentar as afirmações feitas, mas sem apresentar, de maneira explicita, os procedimentos interpretativos que fundamentam essas conclusões. Essa forma de representação do fazer científico tem o potencial de afastar o visitante da compreensão dos processos de produção de conhecimento, apresentados como atividades abstratas e desconectadas com a realidade cotidiana. Quando o percurso interpretativo é omitido, a exposição tende a se concentrar apenas na apresentação de resultados, esvaziando seu potencial como espaço de formação crítica e diálogo.

Como observa Bueno (1984, p. 183),

> [...] a divulgação científica pressupõe um processo de recodificação, isto é, a transposição de uma linguagem especializada para uma linguagem não especializada, com o objetivo primordial de tornar o conteúdo acessível a uma vasta audiência.

Ao não tornar visíveis as etapas que conduzem à construção do saber, a exposição pode enfraquecer esse processo de mediação, reduzindo a clareza e o envolvimento do público com o conteúdo apresentado.

Dessa forma, a análise da Categoria 4 evidencia um movimento contraditório, ao mesmo tempo em que a produção científica confere solidez ao discurso do MUHCAB, a pouca transparência dos processos interpretativos e metodológicos fragiliza a aproximação do visitante com o processo de produção de conhecimento.

A quinta e última categoria reúne as referências a personalidades reconhecidas no campo científico e intelectual que aparecem no circuito expositivo. Nela foram identificadas quatro ocorrências: menções à Conceição Evaristo, Abdias do Nascimento, Joel Rufino dos Santos e Lélia Gonzalez, nomes de grande relevância para a história, a cultura e a produção de conhecimento no Brasil.

Na subcategoria 5a, analisamos os trechos nos quais cientistas são citados como cientistas, esta categoria possui três ocorrências: a linguista e escritora Conceição Evaristo; a filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez e o historiador Joel Rufino. Ao inserir essas trajetórias no percurso expositivo, a

exposição não somente amplia o escopo de representações possíveis de cientistas. Essa escolha não é casual: ela aponta para uma disputa por memória e visibilidade, que questiona quem historicamente teve o direito de produzir e validar o conhecimento. Ao mencionar cientistas negros, o museu se opõe ativamente a esse apagamento e propõe uma reconstrução simbólica das narrativas científicas no país.

Quando a curadoria evidencia a intelectualidade negra, ela se posiciona contra essa estrutura, e opera uma reparação que vai além da simples inclusão — trata-se de afirmar essas presenças como centrais e transformadoras. Ao incorporar cientistas negros em seu discurso expositivo, a instituição contribui para interromper esse processo, reafirmando o valor das epistemologias negras na construção da história e da ciência no Brasil.

Na subcategoria 5b, onde analisamos as citações aos cientistas, contudo, sem identificação. Identificamos uma ocorrência: a do cientista Abdias do Nascimento surge, que aparece sem a identificação completa de sua trajetória intelectual e acadêmica, restringindo-se majoritariamente à sua dimensão política. Embora seja fundamental registrar Abdias como ativista e líder do movimento negro, faltam dados no texto expositivo que apresentem a riqueza de sua produção científica, aspecto que poderia ser melhor explicitado na exposição.

Dessa forma, a análise da última categoria evidencia que, ainda que de modo pontual, a presença de intelectuais negros na exposição amplia a potência de um discurso museológico crítico, pautado na reparação histórica e no reconhecimento de sujeitos que historicamente tiveram suas contribuições apagadas. No entanto, e conforme a proposta do próprio museu, nos parece persistir a necessidade de destacar a relevância e aprofundar o debate sobre a produção intelectual dessas figuras, assegurando que o museu cumpra sua função de agente de estímulo ao pensamento crítico.

A análise desta última categoria evidencia o possível potencial da presença de intelectuais negros na exposição como ferramenta que amplia a potência crítica do discurso, aproximando o público de referenciais teóricos que fundamentam as lutas por equidade racial e reparação histórica. Ao mesmo tempo, revela a oportunidade de aprofundar as referências, apresentando de forma mais completa a trajetória acadêmica e intelectual dessas figuras, o que contribuiria para fortalecer a proposta do museu enquanto espaço de democratização de saberes e de promoção da cidadania cultural.

Por fim, a análise de dados evidenciou, desafios relacionados a não explicitação de processos interpretativos, à ausência de detalhamento metodológico e à limitação do diálogo entre saberes acadêmicos e comunitários no discurso expositivo. A recorrência de afirmações conclusivas, sem explicitação dos processos indissociáveis da produção de conhecimento científico pesquisa, pode restringir a apropriação crítica do conteúdo pelo público e comprometer a mediação participativa, aspecto relevante para museus de território e de vocação social.

Ainda assim, ficam evidentes estratégias narrativas que contribuem para a valorização da memória afro-brasileira, incluindo referências históricas, materiais arqueológicos e a presença de intelectuais negros. Essas escolhas estruturam um enunciado curatorial comprometido com a reparação histórica e com a construção de novas epistemologias, reforçando o potencial do MUHCAB como espaço de reflexão e de enfrentamento ao racismo estrutural.

Considerações Finais

Este estudo analisou a representação da ciência e dos cientistas no circuito expositivo de longa duração do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB), com base em uma abordagem qualitativa fundamentada na análise de conteúdo. A partir da categorização sistemática dos materiais expositivos, foi possível identificar avanços e desafios presentes na construção narrativa da exposição "Protagonismos: Memória, Orgulho e Identidade", inaugurada em 2021 na região da Pequena África, no Rio de Janeiro.

Os resultados evidenciam que o MUHCAB adota um posicionamento museológico crítico e contra-hegemônico, orientado pelos princípios da museologia social e comprometido com a valorização da memória afro-brasileira. Tal perspectiva se manifesta na escolha temática da exposição, que busca superar a tradicional ênfase na escravidão como único eixo interpretativo da história negra no Brasil, optando por destacar a resistência, a criação, os saberes e a agência dos sujeitos negros ao longo da história. Nesse sentido, o museu se alinha aos debates contemporâneos sobre justiça cognitiva e democratização das narrativas históricas, desafiando os modelos eurocêntricos que tradicionalmente estruturaram os discursos museológicos em museus de história.

A exposição também evidencia um esforço deliberado de incorporar a dimensão territorial e comunitária da Pequena África, ativando o vínculo entre espaço, memória e identidade negra. A história do edifício que abriga o museu, assim como a constituição de seu acervo, são elementos que reforçam a dimensão simbólica da instituição como lugar de memória, ancorado em experiências coletivas e trajetórias apagadas pelas narrativas oficiais. Essa orientação encontra respaldo teórico em autores como Roca (2008), Chagas e Gouveia (2014) e Santos e Moura (2023), que apontam para a importância de reposicionar os sujeitos subalternizados como protagonistas dos processos museológicos e das disputas simbólicas sobre o passado.

No entanto, a análise ainda revela contradições importantes no que diz respeito à representação da ciência e dos cientistas no discurso expositivo. Embora a presença de figuras como Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Joel Rufino dos Santos e Abdias do Nascimento represente um avanço em relação à visibilidade de cientistas negros, esse reconhecimento aparece de maneira desigual. Em alguns casos, suas trajetórias acadêmicas e intelectuais são reduzidas a aspectos políticos ou culturais, o que pode limitar a compreensão de suas contribuições científicas.

Além disso, constatou-se que a produção científica, sobretudo no campo da arqueologia, é frequentemente mobilizada como evidência, mas sem que os processos metodológicos e interpretativos sejam devidamente explicitados. A ausência de informações sobre etapas de pesquisa, procedimentos técnicos e escolhas interpretativas que sustentam o discurso curatorial dificulta a apropriação crítica por parte do público e reforça a ideia de uma ciência neutra e autoritária. Esse padrão comunicacional, identificado em diversas passagens da exposição, repete uma lógica tradicional da museologia em museus de ciências, centrada na autoridade do saber, e contrasta com o próprio compromisso institucional do MUHCAB com a escuta ativa, a construção coletiva e o fortalecimento do pensamento crítico.

Essa lacuna se revela particularmente sensível em um museu que reivindica o território como categoria central e que se propõe a problematizar os apagamentos históricos impostos à população negra. Tornar mais visíveis os percursos da construção do conhecimento, seus limites, controvérsias e contextos, é fundamental para que o discurso expositivo contribua efetivamente para a formação de um público autônomo e engajado. Nesse sentido, a visibilidade das metodologias e a ampliação do

diálogo entre saberes acadêmicos e comunitários configuram-se como dimensões urgentes para o fortalecimento do papel social do museu.

Esse desafio reforça a necessidade de estratégias de mediação mais abertas e dialógicas, capazes de fomentar a leitura crítica e a participação social, aspectos essenciais na perspectiva de um museu de território comprometido com a reparação histórica e o combate ao racismo estrutural. Incorporar práticas de mediação que promovam a escuta ativa, o acolhimento de múltiplas interpretações e a valorização das epistemologias negras pode contribuir não apenas para ampliar a acessibilidade cognitiva da exposição, mas também para consolidar o museu como um espaço de resistência e transformação social — com potenciais reverberações nas ciências e na inclusão de novos sujeitos produtores de ciência

Em síntese, os dados analisados revelam que o MUHCAB avança na construção de uma proposta museológica decolonial, mas ainda enfrenta tensões e limites relacionados à forma como a ciência é comunicada e representada em seu circuito expositivo. Tais limites, longe de desqualificar o trabalho da instituição, indicam caminhos para seu aprimoramento contínuo, reafirmando a importância de práticas museológicas comprometidas com a justiça social, a diversidade epistêmica e a construção de novos modos de habitar o passado e o presente por meio da memória.

Referências

ABDIAS Nascimento. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, última atualização em agosto de 2024. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/22552-abdias-nascimento. Acesso em: 25 jul. 2025.

AGUINALDO Camargo. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, última atualização em julho de 2024. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/22540-aguinaldo-camargo. Acesso em: 25 jul. 2025.

BORTOLOTTO, Cristina. **Patrimônio imaterial: entre a política e o símbolo**. São Paulo: Editora Alameda, 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 25 jul. 2025.

BUENO, W. C. da C**. Jornalismo Científico. Ciência e Cultura**, vol. 37, no. 9, p. 1420–1427, set. 1984

CHAGAS, M. de S.; PRIMO, J. S.; ASSUNÇÃO, P.; STORINO, C. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, nº 55 (v. 55), p. 73–102, jun. 2018. DOI: 10.36572/csm.2018.vol.55.03

CHAGAS, Mário de Souza. **Museologia social: reflexões e práticas**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2019.

CHAGAS, Mário de Souza; GOUVEIA, Marília Xavier Cury. **Museus, patrimônio e sociedade**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2014.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), 2009. 258 p.

CONCEIÇÃO Evaristo. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, última atualização em fevereiro de 2024. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/1667-conceicao-evaristo. Acesso em: 25 jul. 2025.

DELICADO, Ana. Microscópios, batas brancas e tubos de ensaio: Representações da ciência nas exposições científicas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 83, p. 79-98, 2008. DOI:10.4000/rccs.454. Disponível em: http://journals.openedition.org/rccs/454. Acesso em: 6 jul. 2025.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivências**: literatura e vida. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia e patrimônio no século XXI: as perspectivas abertas pela Arqueologia Pública**. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 3., 2007, Campinas. Anais eletrônicos... Campinas: IFCH/UNICAMP, 2007. p. 133-140. Disponível em:https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2007/CARVALHO,%20A.V%20e%20FUNARI,%20P.P.A.pdf. Acesso em: 7 jul. 2025.

GOMES, Laurentino. **Negros e intelectuais: trajetórias no Brasil**. São Paulo: Planeta, 2017.

GRANDE Otelo. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, última atualização em dezembro de 2024. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/3990-grande-otelo. Acesso em: 25 jul. 2025.

HEITOR dos Prazeres. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, julho 2024. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/3506-heitor-dos-prazeres. Acesso em: 25 jul. 2025.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. Educação, comunicação e interpretação nos museus**.** Tradução de Maria Cristina P. Cury. **Revista Musas**, Brasília, n. 4, p. 6–13, 2009. Publicado originalmente em: HOOPER-GREENHILL, Eilean. Education, communication and interpretation in museums. Leicester: University of Leicester, 2001.

LOPES, Maria Margaret; MURRIELLO, Sandra Elena. Ciências e educação em museus no final do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinho*s***, Rio de Janeiro, v. 12, suplemento, p. 13–30, 2005. DOI:10.1590/S0104-59702005000400002.

EMANUEL Araújo. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, última atualização em julho de 2024. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/3041-manezinho-araujo. Acesso em: 25 jul. 2025.

MASSARANI, L.; SILVEIRA-BARBOSA, P.; BOTELHO PEREIRA, J.; XAVIER VALENTE, J. **A ciência e os cientistas no Museu de Astronomia e Ciências Afins**. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 27, 2024. DOI: 10.5216/sec.v27.77727. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/77727. Acesso em: 6 jul. 2025.

MASSARANI, Luisa; NEVES, Rosicler (orgs.). **Divulgação científica e museus de ciência: o olhar do visitante.** Rio de Janeiro: Museu da Vida/COC/Fiocruz; RedPOP, 2016. Disponível em: https://www.museudavida.fiocruz.br/images/Publicacoes_Educacao/PDFs/Oolhardovisitante.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELO, R. M.; ROSA, E. V.; POSSAMAI, Z. R. Para decolonizar os museus: desafios e possibilidades**. Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 16, n. 31, p. 345–362, jul./dez. 2024. DOI:10.15210/rmr.v16i31.26676.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: https://professor.ufop.br/tatiana/classes/ppgd-pluralismoepistemol%C3%B3gico/materials/desobedi%C3%AAncia-epist%C3%AAmica-walter-mignolo. Acesso em: 6 jul. 2025

MUHCAB. **Protagonismos: memória, orgulho e identidade**. Rio de Janeiro, s.d.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. Rio de Janeiro: Fundação Palmares, 1980.

NELSON Sargento. Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, última atualização em julho de 2024. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/3953-nelson-sargento. Acesso em: 25 jul. 2025.

PEREIRA, Júlia Botelho; SILVEIRA-BARBOSA, Paula; MASSARANI, Luisa; XAVIER VALENTE, Jéssica. Representações da ciência e de cientistas no Museu de Ciências da Terra (Rio de Janeiro). **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 12, n. 24, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/museologia.v12i24.47721.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Acervo museológico – Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB)**. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/web/muhcab/acervo-museologico. Acesso em: 23 jun. 2025.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Plano Museológico do MUHCAB**. Rio de Janeiro, 2021.

ROCA, Andrea. **Os objetos alheios, histórias compartilhadas: os usos do tempo em um museu etnográfico.** 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://jpoantropologia.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Os-objetos-alheios-historias-compartilhadas-os-usos-do-tempo-em-um-museu-etnografico.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Flávio dos. **Museus negros no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANTOS, Flávio; MOURA, Joselina da Silva. **Museologia antirracista**. Brasília: Editora UnB, 2023.

SANTOS, P. G. F. dos. Perspectivas teórico-metodológicas para o estudo do racismo e do antirracismo na Educação Científica: fundamentos materialistas, históricos e dialéticos. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 30, e24038, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1516-731320240038. Acesso em: 7 jul. 2025.

SCHMIDT DIAS, Luciana; CARVALHO, Alex da Silva. **Museus, mediação e participação social**. Curitiba: CRV, 2021.

SCHREIER, Margrit. **Qualitative content analysis in practice**. Londres: SAGE Publications, 2012.

SCHREIER, Margrit. **Variations of content analysis:** a practical approach. Londres: SAGE Publications, 2014.

SILVA, Maurício André da; COSTA, Andréa Fernandes (orgs.). **História da Educação Museal no Brasil**. São Paulo: ICOM-CECA / ICOM Brasil, 2024. 207 p. ISBN 978-85-60984-73-2. Disponível em: https://icom.org.br/?p=3034. Acesso em: 4 jul. 2025.

SOUZA, Luciana Rodrigues de. **Museus, memórias e práticas de resistência**. Salvador: EDUFBA, 2019.

TEIXEIRA, S. S.; FRAYSSE, P. (2024). **Museologia social: aproximações infocomunicacionais do patrimônio.** Tendências Da Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação, 17. Recuperado de https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/685

TOLENTINO, Atila. Sociomuseologia: perspectivas de uma disciplina pretensamente decolonial. **Revista Memória em Rede**, v. 16, n. 31, p. 363-384, 2024.

TOLENTINO, Mariana. **Nova museologia: teorias e práticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

UNESCO. **Sítio Arqueológico Cais do Valongo inscrito na Lista do Patrimônio Mundial**. Paris, 2017.

Temporalidades

Ofuscamento de Virgínia Bicudo e a intelectual negra como índice crítico do racismo e do sexismo na Psicologia

Overshadowing of Virginia Bicudo and the black women scholar as a critical indicator of racism and sexism in psychology

Vitailma Conceição Santos
Doutoranda em Psicologia
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
vitailmasantos@gmail.com
Professora da Graduação em Psicologia
Universidade Católica do Salvador **(**UCSal)

Denise Maria Barreto Coutinho
Doutorado em Letras e Linguística
Universidade Federal da Bahia (UFBA) com período sanduíche em Princeton University
Professora Titular do Instituto de Psicologia
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Sônia Maria Rocha Sampaio
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Professora Titular do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Resumo: Este estudo de caso de cunho etnográfico descreve e analisa o processo de recuperação de Virgínia Bicudo na Psicologia brasileira. Com base nas contribuições do interacionismo simbólico, propõe-se aqui uma análise acerca do tipo de menção a Virgínia Bicudo, relacionando-a à Psicologia. A maior parte não considera seus textos autorais e seu nome aparece em alusões, como pseudônimos, agradecimentos ou notas de rodapé. Pode-se dizer, portanto, que não há uma recepção crítica de sua obra. A maneira como a autora aparece a afasta do campo, obscurecendo a recepção de sua obra, por meio do processo de ofuscamento. Propomos que as posicionalidades paradoxais das mulheres negras sejam analisadas como índice crítico do racismo e sexismo epistêmicos. Como conclusão, indica-se que, para combater os efeitos do racismo epistêmico e, consequentemente, o pleno reconhecimento da autoria, são necessárias, dentre outras iniciativas, políticas de citação que considerem, em rigor teórico, a obra, isto é, sua recepção crítica no campo institucionalizado do conhecimento.

Palavras-chave: Virgínia Bicudo; epistemicídio; ofuscamento.

Abstract: This ethnographic case study describes and analyzes the recovery process of Virgínia Bicudo in Brazilian Psychology. Based on the contributions of symbolic interactionism, we propose here an

analysis of the citation patterns of Virgínia Bicudo, related to psychology.. Most do not consider her texts to be authorial and her name appears in allusions, as a pseudonym, acknowledgments or footnotes. The way the author appears distances her from the field, obscuring the reception of her work through a process of overshadowing. We propose that the paradoxical positions of black women be analyzed as a critical indicator of epistemic racism and sexism. As a conclusion, it is indicated that, to combat the effects of epistemic racism and, consequently, the full recognition of authorship, it is necessary, among other initiatives, citation policies that consider, in theoretical rigor, the work, that is, its reception criticism in the institutionalized field of knowledge.

Keywords: Virgínia Bicudo; epistemicide; overshadowing.

Introdução

Apesar dos esforços para destacar o pioneirismo e as contribuições de Virgínia Bicudo (1945/2010) no que concerne ao estudo das relações raciais na Psicologia, conforme Janaína Gomes (2013), e outro trabalho nosso (SANTOS; SAMPAIO, 2022), é assinalado o quanto a inclusão efetiva de sua obra, no currículo da Psicologia[1] brasileira, ainda é incipiente. A pesquisa realizada em outro momento (SANTOS, 2021) permite concluir que mencionar a autora em aula, ocasionalmente, não é suficiente para garantir sua presença consistente no currículo e, portanto, na formação universitária. Dessa forma, esta investigação evidencia que uma verdadeira inserção da obra de Virgínia Bicudo na Psicologia, diante do seu pioneirismo na constituição da psicanálise no Brasil e de sua vasta contribuição para a psicologia social, ainda está por acontecer.

A problemática que enseja este estudo de caso é inspirada em Alfred Schütz (1962), quando afirma que o próprio mecanismo da distribuição do conhecimento pode ser, ele mesmo, um objeto de investigação. Assim, seguindo as pistas de Peter Berger e Thomas Luckmann (2014), podemos realizar uma reflexão sistemática sobre as maneiras como as pessoas conhecem determinados aspectos da realidade. Essa é uma forma de inserção na pesquisa que nos ajudou a estranhar o campo com o qual temos lidado – o reconhecimento da autoria de mulheres negras na Psicologia – pela construção de relações, consensos e dissensos com outros atores que nele se movimentam.

Dentre estes dissensos, não podemos deixar de marcar o incômodo com o termo recuperação. Na área da saúde, ele indica uma atuação para restabelecimento de funções perdidas ou prejudicadas

[1] Referimo-nos à Psicologia como disciplina, por isso, utilizamos a inicial maiúscula. O mesmo ocorre com relação às Ciências Sociais e à Psicanálise.

por alguma enfermidade. No campo da educação, o uso do termo foi tradicionalmente referido a fracasso na aprendizagem; um exemplo é a temida "prova de recuperação". Na área da ciência da informação, entretanto, o significado se aproxima mais das perspectivas decolonial e antirracista, referindo-se à recuperação de informações perdidas (BIREME, 2023).

Entendemos que o reconhecimento, como a interdição da violência e do desprezo sistemático a grupos minoritários, ainda não ocorre de fato. Nossa hipótese é que a recuperação pode ser tomada como uma etapa inicial para destacar uma autora e sua obra, colocada sob escrutínio dos pares, visando a um posterior reconhecimento. A discussão sobre reconhecimento de autoria não é o foco deste artigo, por isso, utilizaremos o termo recuperação de autoria, a despeito desse incômodo.

Se nomear o "outro" é construir papéis e institucionalidade, aqui, analisamos textos que mencionam Virgínia Bicudo, tendo identificado modos convergentes de representação da autoria, nos quais sua obra sequer é mencionada. Esses textos oferecem uma oportunidade para discussão teórica e revisão de projetos de conhecimento e produção crítica decolonial, na intenção de contribuir para o reconhecimento da posição epistêmica de Bicudo na Psicologia brasileira. Considerando que o objeto que sugerimos a partir da análise, é o ofuscamento, que descrevemos como uma categoria específica que emerge na difusão da obra de Virgínia Bicudo, o texto pode se inserir na crítica epistemológica a maneira como produzimos, na artificialização do conhecimento, aquilo mesmo que é o objeto de nossa crítica: o epistemicídio. Trata-se de um estudo transversal, que pode participar de uma crítica da crítica historiográfica.

Patrick Boumard (1999) defende que o enfoque etnográfico transcende a mera aplicação de técnicas, inserindo a etnografia num diálogo com o interacionismo simbólico, o que, segundo o autor, acrescenta uma dimensão teórica aos estudos etnográficos. A abordagem da Escola de Chicago, pela qual Boumard se orienta, enfatiza que o "outro" não são apenas os ditos "nativos", considerados estrangeiros para a etnologia clássica, mas qualquer um dos presentes no campo (BOUMARD, 1999). Sintetizando a visão boumardiana, o outro não é o estranho per si, mas é necessariamente "estranhado" dentro de um campo de investigação ou contexto de estudo.

É neste contexto que, depois do mestrado intitulado "Virgínia Bicudo e o curso de Psicologia da UFBA: significações de uma intelectual negra em uma formação "sem cor"" (SANTOS, 2021), onde foi relatado o encontro e as significações de estudantes de psicologia com os estudos de atitudes raciais de Virgínia Bicudo (1945/2010), que demonstrou a potência da discussão sobre apagamento e

sobre o racismo institucional na psicologia, fez-se necessário, durante a pesquisa de doutorado, intitulada "Virgínia Bicudo, "de dentro do campo psi": ofuscamento, lugares de fala e presença na Psicologia Clínica", adentrar outras possibilidades reflexivas para o campo a partir da obra de Bicudo.

À medida que este é um trabalho documental, entendemos que podemos requisitar o arcabouço teórico da etnografia de documentos, para organizar o campo de estudo, embora esta não coincida com o referencial do interacionismo simbólico, com o qual Boumard, etnógrafo da educação da escola francesa interacionista, dialoga. Isso por que Adriana Vianna (2014) argumenta que documentos constituem um campo etnográfico ao permitir que sejam estranhados, refletindo sobre seu impacto como um corpus vivo de pesquisa. E essa proximidade pode acontecer por que a escola também é um corpus vivo de pesquisa, que impõe suas questões ao etnógrafo, geralmente, também, um professor, ou alguém que se envolve ativamente com a produção de estratégias para as problemáticas do campo.

Uma das problemáticas conexas à crítica historiográfica, e que nos aproxima deste campo, é a articulação entre estruturas sociais, e a produção do lugar vazio na historiografia, de determinados saberes, relativos, especialmente, à/ao subalterna/o. Nadir Mendonça (1983) destaca que em História, estrutura refere-se à articulação das partes de um sistema, o tipo de relação entre as partes deste com o todo, e vice-versa. Trata-se de uma aproximação da vertente intitulada História do Intelectual, via a crítica ao saber, e aqui acionamos Michel Foucault, para defendermos a importância de historiografar acontecimentos que se desenrolam fora do campo hegemônico, mas dizem de estratégias que respondem ao sistema mais amplo, conforme Michel Foucault nos apresenta:

> Por trás da história desordenada dos governos, das guerras e da fome, desenham-se histórias, quase imóveis ao olhar - histórias com um suave declive: história dos caminhos marítimos, história do trigo ou das minas de ouro, história da seca e da irrigação, história da rotação das culturas, história do equilíbrio obtido pela espécie humana entre a fome e a proliferação" (FOUCAULT, 2008, p.3).

Ao investigar dados de fontes secundárias, encontramos pontos de interesse relacionados à obra de Virgínia Bicudo e às práticas de produção e reprodução do apagamento epistêmico envolvendo autoras negras. Berger e Luckmann (2014) afirmam que a produção do conhecimento é influenciada por processos de institucionalização, legitimação, socialização e estruturação, assim, a investigação dessas estruturas pode focar em materiais familiares aos/às cientistas, como bases de dados e estratégias de organização para pesquisas com enfoque metodológico de cunho qualitativo.

Dessa maneira, optamos, no nosso percurso de investigação, descrever, inicialmente, o processo de recuperação de autoria de Virgínia Leone Bicudo na Psicologia; em seguida, propomos categorias analíticas para a leitura de textos que visam à recuperação epistêmica desta autora. Para este trabalho, aderimos à etnografia como uma postura de pesquisa, conforme Patrick Boumard (1999) aponta, apoiando-nos no interacionismo simbólico (SCHUTZ, 1962; BERGER; LUCKMANN, 2014) e na interseccionalidade como teoria social crítica, a contribuição de Patricia Hill Collins (2022). Por fim, confrontamos nossa hipótese de que a sobrerrepresentação, que também resulta de práticas de racismo institucionalizado pela branquitude na Psicologia, reforça o mito da intelectual negra única e afasta a autora do campo, obscurecendo a recepção de sua obra.

Por que Virgínia Leone Bicudo?

Virgínia Leone Bicudo[2] foi socióloga, psicóloga e psicanalista brasileira que teve papel significativo na regulamentação da Psicologia nacional (SANTOS, 2021). Atualmente, ela é reconhecida por influentes contribuições no âmbito das relações raciais, destacando-se pela dissertação pioneira defendida em 1945 (BICUDO, 1945/2010). Aparece também como a primeira mulher a praticar a psicanálise no Brasil, após sua formação em Londres.

Bicudo enfrentou a segregação desde cedo, por ser uma menina negra, e utilizou suas experiências pessoais e acadêmicas em Ciências Sociais e Psicanálise para construir uma carreira repleta de pioneirismos, em uma Psicologia que apenas nascia, no Brasil, como prática e campo de estudos. Ao escolher a Escola Livre de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo (ELSP/USP) para realizar sua graduação, Bicudo refletia tanto uma história familiar de ascensão social pelo trabalho e pelo estudo (ABRÃO, 2010) quanto inclinação por estudos psicossociais (BICUDO, 1945/2010; 1955). Nos anos 2010, após seu centenário, houve um ressurgimento do interesse pelo trabalho de Virgínia Bicudo. Esse crescente interesse destaca tanto a importância de sua trajetória quanto o apagamento que sofreu, apesar de ter transitado por espaços privilegiados de produção científica e técnica na Psicanálise, na Psicologia e na Sociologia.

[2] Para mais informações sobre a biografia da autora ver em Jorge Abrão (2010), Janaína Gomes (2013) e Santos e Sampaio (2022).

A Psicanálise desenvolvida por Virgínia Bicudo, marcadamente de cunho social, é considerada uma de suas contribuições mais relevantes (SANTOS, 2021). As trilhas que Bicudo percorreu para pensar a Psicanálise dessa maneira tem a ver com o fato de ter começado a produzir a partir de um incômodo pessoal com a temática das relações raciais, enveredando por estudos sobre segregação, desigualdade e suas repercussões na saúde mental. Entretanto, a partir da década de 1960, segundo Jorge Abrão, ela se engajou numa atuação mais circunscrita aos círculos psicanalíticos, o que favoreceu a emergência de outros temas na sua produção acadêmica (SANTOS, 2021). Estes outros temas versavam sobre a função e a formação do analista; as sociedades de psicanálise; contribuições da Psicanálise à sociedade; história da Psicanálise *tout court*, história da Psicanálise brasileira; e recomendações sobre a técnica psicanalítica. Teresa Haudenschild (2020) nos apresenta uma lista com a produção de Virgínia Bicudo, incluindo seus trabalhos psicanalíticos, menos requisitados, no campo *psi*.

Na Sociologia, Virgínia Bicudo se insere na tradição sociológica da 2a geração da escola de Chicago, buscando desenvolver estudos urbanos sobre o conflito, uma senda aberta no Departamento de Chicago, no início do século XX. Essa afiliação se dá tanto pela organização da Sociologia na ELSP/USP, donde intelectuais eram convidados a contribuir com a sociedade brasileira com uma análise social que ajudaria nos a construir o *ethos* nacional, como pela presença de Donald Pierson como orientador da pesquisa sobre atitudes raciais desenvolvida por Bicudo, aspectos indicados por MArcos Chor Maio (2010).

A tradição da sociologia da Escola de Chicago é, eminentemente, etnográfica e microssociológica, colocando no centro dos estudos, e tomando como práxis de observação, o indivíduo na cidade, visando adensar pesquisas sobre o empobrecimento da população, aumento da criminalidade, e outros aspectos relacionados ao inchaço populacional da cidade, no início do século XX (BECKER, 1996). Bicudo se baseia, para desenvolver suas teses pioneiras em relações raciais, em Robert Ezra Park e seus estudos sobre relações raciais, como o Human Nature, Attitudes, and The Mores ou o The Nature of Race Relations (PARK, 1931, 1939 *apud* BICUDO, 1945/2010) e Everett Stonequist, com o The Marginal Man (STONEQUIST, 1937 *apud* BICUDO, 1945/2010).

Entre o The Marginal Man e o mestrado de Bicudo defendido em 1945, tem-se a passagem de Donald Pierson por Salvador, para sua pesquisa que culmina, em 1942, com a publicação de Brancos e Negros na Bahia: um estudo de contato racial (PIERSON, 1945). Pierson indica, em suas conclusões,

que a integração social das pessoas negras na cidade de Salvador seria menos conflituosa à medida em que estas pessoas ascendessem socialmente (PIERSON, 1945). Desta senda aberta por Pierson (1945), da realização de estudos antropológicos *in loco*, em zona urbana e com a consciência de que estes deveriam ser tomados como não generalizáveis como história do negro no mundo (PIERSON, 1945), Bicudo estranha a realidade de Salvador. Não parecia para Bicudo, ela mesmo, uma mulher parda, em ascensão social, que o preconceito diminuia diante da ascensão econômica. Ao menos quanto à realidade da cidade de São Paulo, quanto mais a pessoa negra ascendia, mais ela tinha "consciência de cor", que vem a corresponder com uma maior percepção do racismo (BICUDO, 1945/2010).

Bicudo (1945/2010) acreditava que, na realidade paulista, a ascensão social aumentava a consciência de cor, e, portanto, a percepção do preconceito. Mas, diferente de Pierson, ela não trata da integração do negro observando e descrevendo a organização da cidade e o relato de terceiros. A autora entrevista pessoas negras, e, com base na história da vida destas/es participantes, utilizando arcabouço psicanalítico, tece hipóteses para as repercussões do racismo nas subjetividades. É a isso que se presta a eleição do construto atitudes, que remete ao posicionamento do indivíduo ante objetos da realidade. Se todos os negros não reagem igual ao racismo, por que vivenciam ele de maneira diferente, podemos, a partir das proposições de Bicudo, deixar de falar do "problema do negro", e falar do problema do racismo, abandonando as teses de degenerescência do racismo científico, representado, principalmente, pela Escola Nina Rodrigues. E, considerando a divisão entre raça, racismo, identidade e etnia de Kabengele Munanga, para quem o racismo é que cria a raça (MUNANGA, 2004), a raça é objeto para atitudes, na medida em que raça corresponde a hierarquização social.

Visando a realidade brasileira, Bicudo interessava por focalizar o pardo como ponto de convergência para ilustrar a diferença entre a vida das pessoas negras, e das pessoas brancas. Assim, se as pessoas pardas, consideradas em parte negras e em parte brancas, mostrassem conflito de integração a nível psicológico, seria uma maneira de confirmar a existência de dois mundos diferentes. E este é exatamente um dos resultados do estudo de Bicudo, em 1945: "Os mestiços das classes sociais intermediárias [...] Esforçam-se no sentido de escapar da categoria de preto ou mesmo mulato, evitando a companhia daqueles e se aproximando do branco." (BICUDO, 1945/2010).

Outra participação importante de Bicudo situa-se nos vértices da sociologia da infância e da psicologia do desenvolvimento e psicologia escolar, com o estudo relatado no relatório do Projeto

Unesco-Anhembi. No projeto UNESCO, explicita-se a existência de conflito racial velado no Brasil, assim, o caldeirão harmônico de raças que a UNESCO buscava no pós-guerra, para ter um manual de não produzir mais guerras, não seria o Brasil. Mais que isso, que o racismo brasileiro era com base na cor, ou no fenótipo, conforme apresentou Oracy Nogueira (1955), e que a segregação iniciava na infância, e que os comportamentos das crianças refletiam os preconceitos transmitidos por meio dos vínculos primários, com familiares, professores e colegas (BICUDO, 1955). Ou seja, o que se chamava de problema do negro, ou a figura da criança problema, poderia ser precedido por um problema "ambiental", como relatava Bicudo (1941).

Descritos seus pioneirismos, vamos ao apagamento, propondo ele mesmo como índice para abordar alguns pontos inerentes à produção do lugar social da história da Psicologia, bem como a produção do esquecimento e da notoriedade no campo. Conforme Rolf Tiedemann (1982/2009), dialetizar o passado com o presente coloca as coisas em perspectiva sem, no entanto, distanciá-las. Max Wertheimer (1927/1978) destaca, para a importância do estudo da história da psicologia, para que a/o estudante e depois profissional da psicologia possa ter uma visão integrada do campo de conhecimento, bem como, conectar as numerosas e desconexas escolas e disciplinas encontradas no curso de psicologia. Mas, agora, entendemos que a história da Psicologia, tal qual é transmitida, não reflete a história, de fato, da disciplina e da profissão. Acabamos de falar sobre a criança-problema, então demonstraremos o apagamento de Bicudo, neste vértice.

Segundo Cecília Coimbra (1995), o campo psi que se estrutura no Brasil entre as décadas de 30 e 50 é feito em cima da "criança-problema", ou seja, crianças com problemas de aprendizagem ou emocionais. Na abordagem da criança "difícil", segundo Coimbra (1995), não se enfatizaria a questão da prevenção, que iria "predominar nos meios psicoterápicos e escolares brasileiros a partir da década de 60" (COIMBRA, 1995, p.61), pois o interesse, naquele momento, era de atendimento às crianças. Mas a "refundação" da psicologia, a partir dos anos 60, que tem como referência as iniciativas de movimentos marxistas dentro da psicologia, não é uma refundação no âmbito das terapêuticas para as "crianças-problema". Entretanto, não é mencionada a atuação das visitadoras psiquiátricas, que, a partir de 1938, já atuavam no campo da prevenção em saúde mental.

Virgínia Bicudo foi uma das principais organizadoras deste grupo de profissionais, pois transitava entre o trabalho técnico, a teorização e a divulgação. Em 1941, a função de visitadora psiquiátrica é descrito como trabalho junto aos pais e a escola (BICUDO, 1941), e em 1953, no livro

Nosso Mundo Mental, destinado ao público em geral, principalmente pais, afirmou que "desde que a personalidade seja resultante da interação entre o indivíduo e o meio, é difícil separar a prevenção psicológica da social [...]." (BICUDO, 1953, p.365). Conforme Bicudo (1941) destaca, o trabalho das visitadoras psiquiátricas, cujo modelo foi importado dos Estados Unidos no final da década de 30, surgira como a técnica mais avançada para realizar intervenções em pequenos grupos.

Essas lacunas reafirmam a necessidade de estudar a Psicologia, por seu campo ser vasto e complexo, como Wertheimer (1976) destaca, mas também de compor o campo a partir da explicitação de suas lacunas. A Psicologia de hoje precisa, também, se implicar em "oferecer perspectivas, indicar diretrizes, mostrar a origem das ideias, ajudar a evitar enganos já cometidos anteriormente por outros e mostrar de que maneira coisas variadas ajustam-se entre si." (Wertheimer, 1927/1976, p.10).

Dessa maneira, Interessadas na formação de psicólogas/os, situamos esse projeto no campo de iniciativas que vão de encontro à tradição de observar a história da psicologia como una, e como tal, uma vez escrita, mais nada a dizer. Desde nosso interesse pela morte epistêmica, entendemos que há muito por descobrir na Psicologia brasileira, que, na escrita da sua história se debruça sobremaneira sobre o "lá fora" do norte global, mas não verifica como escrevemos sobre o nosso as escrituras brasileiras para o campo.

A recente ascensão do debate antirracista e decolonial desnudou o fato de que Virgínia Bicudo esteve no circuito acadêmico da Psicologia há mais tempo do que o racismo nos permitiu ver. Sua invisibilização indica que ela foi excluída ao longo do processo de institucionalização dos conhecimentos no campo psi. No entanto, a recuperação da autoria de Bicudo, na psicologia brasileira contemporânea, tem conseguido barrar o apagamento, sobretudo nos projetos que se propõem à decolonização do conhecimento? É esta a pergunta que procuramos responder com esse texto.

A emergência do ofuscamento

Virgínia Bicudo está, de fato, na Psicologia brasileira? Partimos desta pergunta para buscar resenhas, artigos, notícias de jornal, capítulos de livro, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso de graduação e especialização que mencionam Virgínia Bicudo, entre 1975 e outubro de 2023[3].

[3] Não selecionamos recorte temporal para a busca, assim, os resultados incluem desde o primeiro texto que menciona Virgínia Bicudo, de 1959, até os textos disponíveis, em ambiente online, em 05 de outubro de 2023, data da busca realizada no software *Publish or Perish*.

Esses materiais foram considerados documentos que testemunham como o conhecimento é produzido, artificializado e apropriado.

Para definir o campo da pesquisa, a produção de dados se iniciou com a utilização do software *Publish or Perish*[4] (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2023). A busca foi feita utilizando os descritores "Virgínia Bicudo" o operador booleano *AND* e "Psicologia". Identificamos 617 textos, inicialmente. Nessa investigação preliminar, os resultados incluíam desde o primeiro texto que cita o nome "Virgínia Bicudo", relacionando-o à Psicologia, de 1959, até os textos disponíveis, em ambiente online, em 05 de outubro de 2023, data da busca realizada no software *Publish or Perish*.

Numa tabulação preliminar destes textos, identificamos que em 1959, quem cita Virgínia Bicudo é Florestan Fernandes, na segunda edição do estudo do Projeto UNESCO, indicando seu estudo de atitudes de crianças como psicológico, junto ao de Aniela Ginsberg. Neste estudo, o trabalho de mestrado de Virgínia Bicudo (BICUDO, 1945/2010) é citado e referenciado por Roger Bastide e Florestan Fernandes. Mas, já ali, na reedição do trabalho do Projeto UNESCO, o seu relatório (BICUDO, 1955) não aparece mais na íntegra. E essa a versão, de 1959, onde todos os estudos desenvolvidos foram apropriados como apêndices do ensaio sociológico de Bastide e Fernandes (1959), é a mais famosa do Relatório Unesco-Anhembi.

Tivemos um estranhamento com a redução da importância de trabalhos que ajudam a derrubar, em âmbito acadêmico, as teses da democracia racial, descritos como textos apenas parciais dentro do projeto dos organizadores (BASTIDES; FERNANDES, 1955). São 327 páginas de relatórios de estudos empíricos sobre racismo no Brasil. Referimo-nos aos estudos de Virgínia Bicudo (1955), Aniela Ginsberg (1955) e Oracy Nogueira (1955): 84 páginas do relatório de Virgínia Bicudo sobre Atitudes dos Alunos dos Grupos Escolares em relação com a Cor de seus Colegas se transformaram em quatro menções ao seu nome. 51 páginas do relatório das Pesquisas sobre as Atitudes de um Grupo de Escolares de São Paulo em relação com as crianças de cor, de Aniela Ginsberg se transformaram em duas menções; por fim, as 192 páginas de Oracy Nogueira (1955), sobre as Relações Raciais no

[4] A busca foi realizada no Google Scholar a fim de incluir a literatura cinzenta, pois existe uma produção significativa de livros, monografias, teses e dissertações que mencionam a autora. Estes são também literatura cinzenta, pois não foram revisados pelos pares em avaliação anônima, que é o critério de validação das revistas indexadas.

Município de Itapetininga, são transformadas em três menções ao seu nome. Estes serão descritos como estudos menores, parciais, não-sociológicos, no corpo do texto de Bastide e Fernandes (1959).

Aniela Ginsberg apenas foi mencionada, não foram citados trabalhos desta autora, fora do Relatório Unesco-Anhembi. Bastide e Fernandes (1959), indicaram, entretanto, um artigo de Bicudo sobre o seu mestrado: "Sobre o sentimento de iníerioridade dos negros e dos mulatos e sua ligação com o preconceito de cor, cf. especialmente os estudos de Virgínia L. Bicudo, Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos, em São Paulo, in Sociologia, Vol. IX, n. 0 3, págs. 195-219 (esp. págs. 216-217)" (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 270). Da autoria de Nogueira, indicaram "Oracy Nogueira, Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem, Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas, São Paulo, 1955, págs. 409-434." (Ibid., p. 365) e "Oracy Nogueira, Atitude Desfavorável de Alguns Anunciantes de Silo Paülo em Relação aos Empregados de Cor, ln Sociologia, Vol. IV, n.04, São Paulo, 1942, págs. 328-358" (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 150).

Daí por que, do nosso estranhamento, nos perguntamos se a forma do apagamento de Bicudo é justo essa, onde o trabalho se torna apenas menção do nome e nota de rodapé? Será que o que ocorre no Projeto UNESCO é um modelo que persiste dentro do sistema mais amplo de artificialização e apropriação do conhecimento? Então começamos a separar, do universo de textos onde o nome "Virgínia Bicudo" aparecia, os textos onde ele era apenas mencionado, e onde ele era citado nas referências. Fizemos um refinamento antes dessa categorização, excluindo os textos autorais de Bicudo, os textos em duplicidade, e aqueles que não poderíamos acessar o material completo diretamente, restando 543 textos. Dentre esses 543 textos, do nosso campo, apenas 165 citavam qualquer obra de Virgínia Bicudo dentre suas referências. Destes, selecionamos os 378 textos que mencionam Virgínia Bicudo, mas não seus trabalhos.

Dentre esses 543 textos, do nosso campo, apenas 165 citavam qualquer obra de Virgínia Bicudo dentre suas referências. Destes, selecionamos os 378 textos que mencionam Virgínia Bicudo, mas não seus trabalhos. Em 1975, temos o primeiro texto onde o nome de Virgínia Bicudo aparece, sem qualquer menção a sua obra. E é, novamente, um texto vinculado a Florestan Fernandes, uma entrevista, intitulada "Sobre o trabalho teórico (FERNANDES, 1975). É claro que uma entrevista não precisa de referências, mas este ponto, o de ser mencionada dentro de outras histórias, nos captura, ao analisarmos a natureza das menções. Apostamos e decidimos trabalhar apenas com os textos que apenas mencionam o nome de Virgínia Bicudo, sem citar sua obra, entendendo que se trata de uma

continuidade do apagamento inaugural de Fernandes, de 1959, que a coloca como participante de outras histórias. O recorte temporal depois dessa seleção é o período entre 1975 e 2023, e, contamos com uma amostragem de 378 textos. Foram rastreados, assim como foi realizado com o Projeto UNESCO, os locais onde o nome de Virgínia aparecia. Ferramentas de busca textual - o atalho Ctrl+F - e leitura dos textos em scanning, foram meios de encontrar as posicionalidades do nome de Virgínia Bicudo, bem como foi utilizada a estilística narrativa para contar os achados.

Interessava-nos aceitar o desafio de observar a persistência do desconhecimento sobre a obra de Bicudo, ainda que seu pioneirismo tenha sido reconhecido nos últimos anos (ABRÃO, 2010; GOMES, 2013; SANTOS; SAMPAIO, 2022). Para aceitar esse desafio, tínhamos bem delineado que, se o nome da autora é evanescente, é justo pelo seu apagamento que poderíamos tentar encontrá-la. Por isso retornamos aos textos que relacionam a obra de Virgínia Bicudo à Psicologia, o campo concernente à nossa pesquisa.

A fim de desvencilhar esta investigação de qualquer tom inquisitório, entendemos que importa mais indicar os equívocos que são produzidos no processo de recuperação epistêmica. Por esse motivo, não indicaremos diretamente, ou referenciaremos os textos "problema" da questão, que contribuem para o ofuscamento da autora. Faremos referência apenas a textos que mencionam a autora, mas ainda são representativos de suas proximidades à psicologia.

Florestan Fernandes (1975) inaugura as menções a Virgínia Bicudo, ao relatar o trabalho realizado no Projeto Unesco. Dentre as narrativas do Projeto UNESCO, o nome de Virgínia Bicudo aparece, junto a outros participantes do Projeto, sobretudo Florestan Fernandes, Roger Bastide – os que mais produziram capital político e científico com esta iniciativa de pesquisa – e Oracy Nogueira. Na primeira edição, de 1955, seu estudo sobre atitudes raciais de escolares foi publicado, mas suprimido, tornando-se um breve comentário sobre um estudo sociopsicológico, não aproveitado para a síntese proposta por Fernandes e Bastide, por apresentar resultados "parciais" (Bastide; Fernandes, 1959). Os trabalhos de Oracy Nogueira e Aniela Ginsberg também são suprimidos.

Ainda sobre a estruturação do Projeto, a autora aparece, reiteradas vezes, junto com Aniela Ginsberg, como "as pesquisadoras da Psicologia". Bicudo e Ginsberg estão de tal maneira amalgamadas nas representações do Projeto Unesco, que chegam a ser citadas como investigadoras de uma mesma pesquisa, o que não ocorreu. As autoras aparecem da seguinte forma: "existiram duas pesquisas psicológicas desenvolvidas por Virgínia Bicudo e Aniela Ginsberg, no Projeto Unesco". Às

vezes eram citadas como assistentes de pesquisa de Fernandes e Bastide, embora tivessem desenvolvido pesquisas autônomas.

Apenas em 1994 as menções retornam, já no âmbito de uma recomposição histórica da psicanálise brasileira. O nome de Virgínia Bicudo é citado junto ao de teóricos e praticantes da psicanálise brasileira do século XX[5], conforme Alexandre Castro e Ula Cristina de Lima (2023). No dicionário de nomes, países, obras e termos ligados à psicanálise, de Elisabeth Roudinesco e Michel Plon (2004), Bicudo é mencionada cinco vezes, com referências à sua presença como uma das analistas de primeira geração na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), e sua formação na Tavistock Clinic[6].

No rastro histórico dos pioneiros, o *continuum* destacado por Leopold Nosek (1994, p.13), que integra "Sigmund Freud, Melanie Klein, Wilfred Bion, Durval Marcondes, Adelheid Koch, Virgínia Bicudo, Frank Phillips, Isaías Melsohn, Darcy Uchôa, Lygia Amaral [...]", demonstra como a autora era vista no seio da psicanálise paulista. Bicudo era retratada como uma das pioneiras em solo brasileiro, atuando para o desenvolvimento da Psicanálise, e afiliada à vertente psicanalítica inglesa.

Bicudo aparece muitas vezes em forma de deferência, em relatos de supervisões e análises que empreendeu, bem como em relatos sobre sua presença na docência em psicologia, e na transmissão da psicanálise, tanto na SBPSP, quanto na Sociedade de Psicanálise de Brasília (SPBsb). Vemos também citações em concursos e premiações que levam o nome da autora, como o Concurso Virgínia Bicudo, promovido pela Associação Brasileira de Candidatos (ABC), durante o Congresso Brasileiro de Psicanálise, ocorrido em 2005 (FORJAZ; RIBEIRO, 2007), e o recente Prêmio Profissional "Virgínia Bicudo: práticas para uma psicologia antirracista" (BRASIL, 2022).

A partir de 2015, Virgínia Bicudo começa a aparecer, requisitada por pesquisadores/as para nomear participantes de pesquisa. Nesta categoria, que rotulamos como "pseudônimos", não apenas

[5] Alexandre Castro e Ula Cristina (2023) utilizam, na Enciclopédia da psicologia latino-americana, como referências cruzadas com Virgínia Bicudo, os/as seguintes psicanalistas: Lygia Alcântara do Amaral, Adelheid Lucy Koch, Durval Bellegarde Marcondes e Noemy Marques da Silveira.

[6] A *Tavistock Clinic* é um centro importante de formação de psicoterapeutas. Fundado após a 1ª Guerra, os objetivos da clínica eram oferecer compreensão e tratamento, investigação e ensino, no âmbito da saúde mental (TAVISTOCK; PORTMAN, 2024). No período em que Virgínia Bicudo fez formação, o departamento para crianças e pais era chefiado por John Bowlby, cujas teorias são centrais para pensar o desenvolvimento da criança. No início dos anos 1950, participaram dos seminários clínicos com John Bowlby, Melanie Klein, Virgínia Bicudo, Wilfred Bion e Donald Winnicott (ABRÃO, 2010).

Virgínia Bicudo, mas outras mulheres, símbolos de resistência, psicólogas e psicanalistas, são mencionadas. Virgínia Bicudo surge, lado a lado com outras autoras negras, como pseudônimo, para garantir o anonimato nas pesquisas com mulheres negras.

Em 2017 iniciam-se as menções ao nome de Virgínia Bicudo situando-a, mais diretamente, no contexto do debate sobre injustiça epistêmica e o epistemicídio. A obra de Virgínia Bicudo é mencionada por Igo Ribeiro (2017) como invalidada, ao lado das obras de autores/as negros/as, a saber, Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos e Lélia Gonzalez. Ribeiro (2017) explicita o argumento que embasa a interdição dessas obras no campo do conhecimento: de que elas seriam válidas apenas para movimentos sociais, não tendo valor científico.

As deferências e agradecimentos, a partir de 2019, ganham outro tom, e voltam-se para Virgínia Bicudo como ancestral de pesquisadoras negras que se guiam pela ética antirracista. A dedicatória de Regina Oliveira e Maria Nascimento (2018, p.3) explicita essa categoria: "Para Virgínia Leone Bicudo e Neusa Santos Souza, psicanalistas, mulheres e negras. A vida e o trabalho não foram em vão...".

Ao ser capturada para o centro da discussão sobre apagamento e epistemicídio, Virgínia Bicudo aparece, a partir de 2020, junto aos nomes de Lélia Gonzalez e Frantz Fanon, e, de maneira expressiva, ao nome de Neusa Santos Souza. Devemos destacar, entretanto, que, a aproximação que fazemos das supracitadas autoras brasileiras, é sempre a posteriori, de modo interpretativo. No momento em que foram contemporâneas, seus diálogos teóricos se davam, principalmente, com autores brancos e europeus, de grandes centros hegemônicos.[7]

Existe também uma categoria curiosa, caracterizada por erros em nomes e datas, que ocorrem durante todo o período de menções a Virgínia Bicudo. Virgínia Leone Bicudo nasceu em 1910, e atuou como cientista social, psicanalista e psicóloga, concomitantemente, no início da sua carreira. No entanto, encontramos erros no nome da autora, na sua data de nascimento, e no seu percurso profissional. Observamos "Virgínia **Leoni** Bicudo", "**Virgínea Lemes** Bicudo", "**Regina** Bicudo", e "Virgínia **Eugênia** Bicudo". Também identificamos equívocos recorrentes sobre sua data de nascimento: 1915, 1917, 1919...

[7] Exceto pela presença de Frantz Fanon, que aproxima os textos de Neusa Santos Souza e Lélia Gonzalez. A dissertação de Virgínia Bicudo, sobre atitudes raciais, precedeu a publicação de *Pele Negra Máscaras Brancas* e, portanto, deu-se antes da recepção do movimento negro brasileiro a Fanon, processo do qual Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza são tributárias. Virgínia Bicudo, no período de sua produção, dialogou, principalmente, com autores/as da literatura anglófona.

Como profissional, Bicudo aparece como visitadora, psicanalista e psicóloga, ofícios que exerceu, mas também como assistente social e psiquiatra. Especificamente sobre a atribuição da profissão de assistente social a Virgínia Bicudo, não existe, de fato, uma incorreção, mas uma interpretação histórica. O trabalho de visitadora psiquiátrica foi inspirado no modelo de trabalho das *social workers* americanas. Antes da implantação da profissão de psicóloga no Brasil, era nesse campo, e na educação sanitária, que as intervenções psicológicas eram realizadas por profissionais técnicas que, utilizando os conceitos da higiene mental ou do trabalho social, faziam aconselhamento psicológico junto às famílias (BICUDO, 1941). Com relação à nomeação como psiquiatra, esta não poderia ser mais irônica, visto que Virgínia Bicudo, por ser psicanalista leiga, foi muito atacada pelos psiquiatras, a ponto de quase abandonar a psicanálise, tendo se exilado, de certo modo, na formação da Tavistock Clinic, em Londres, na década de 1950 (ABRÃO, 2010).

Bicudo chega a ter sua obra comentada, em alguns textos, mas sem referenciar os argumentos atribuídos à autora. Não raro ocorreu de autores/as citarem algum texto de Bicudo, sem que pudéssemos saber de qual se tratava, pois tiveram o nome da autora e o ano mencionados, mas seus textos não foram inscritos na lista final de referências. Isso ocorreu mesmo quando o/a autor/a examinava aproximações teóricas da autora com outros/as autores/as.

É importante destacar que essa omissão ocorre até mesmo em textos onde a voz de Virgínia seria incontornável: as produções que se debruçam sobre sua biografia. A abordagem biográfica sobre Virgínia Bicudo se faz, geralmente, por via da narrativa de outras pessoas acerca de experiências com Virgínia Bicudo, seja na Psicanálise, na Psicologia, ou no âmbito pessoal. Não que estejamos falando de uma autora que falou muito de si, ou que tenha escrito muita coisa nesta perspectiva. Mas, em entrevistas para pesquisas acadêmicas e jornais e mesmo em alguns relatórios da SBPSP, Virgínia Bicudo comentou impressões personalíssimas sobre sua mobilidade institucional e social, e suas visões sobre a intersecção entre lugar social e função do analista (BICUDO, 1994). Estes depoimentos, são, por vezes, ignorados em textos sobre a vida da autora. Desse modo, entendemos que, mesmo ao contar a biografia de Bicudo, sua autoria não aparece.

No caso dos erros, estes também passam incólumes por leitores/as, como pudemos perceber. Erra-se o nome de uma autora, e, na revisão por pares, em periódicos ou na banca de avaliação de TCCs de graduação ou especialização, dissertações, ou teses, ele não é corrigido. Não podemos cogitar que o nome de um autor como, por exemplo, Sigmund Freud, seja grafado erroneamente sem que isso

seja rechaçado veementemente, por quem lê. Não podemos dizer o mesmo sobre textos que mencionam Virgínia Bicudo. Tal percepção nos enseja uma dúvida: quem está lendo estes textos? Após estabelecer essa pergunta, acreditamos que conseguimos caracterizar que o ofuscamento, fortalece a visibilidade de sua biografia ao mesmo tempo em que esmaece o pioneirismo de sua obra.

A intelectual negra como índice crítico na História da Psicologia

Wertheimer (1976) propõe que a organização da história da psicologia pode se dar 1) pelo relato cronológico; 2) pelas grandes escolas da psicologia; 3) através de autobiografias pessoais ou profissionais de psicólogos proeminentes, ou pelas contribuições profissionais de psicólogos destacados; 4) através da organização com base nos grandes **homens**, resumindo as contribuições das maiores figuras da história da psicologia; 5) pelas histórias implícitas, antologias e livros de leitura da história da psicologia, que compilam diversos autores, antigos ou nem tanto; e, por fim, 6) decidindo quais campos de pesquisa são significativos no cenário contemporâneo, e buscando as bases históricas destes (ibid.).

O presente trabalho, segundo a divisão proposta por Wertheimer, combina uma adaptação entre a quinta e a sexta abordagens, na medida em que situamos uma narrativa implícita ao processo de apagamento e reconhecimento da autoria negra, um campo significativo da pesquisa em Psicologia, no Brasil, nos últimos 15 anos, pelo menos, com a emergência da epistemologia feminista negra e suas teorias críticas.

Quando encontramos 543 menções recentes, quase fomos convencidas de que o apagamento de Virgínia Bicudo cessou. Entretanto, após observar mais atentamente o corpus, percebemos que realmente se fala muito de Virgínia Bicudo, mas pouco se fala da sua obra. Os textos que falam da atuação de Bicudo na psicologia não estão situados no campo da psicologia stricto sensu, sendo oriundos, majoritariamente, de autores da psicanálise e da sociologia, no período de 1975 a 2014. Apenas após 2015, quando da explicitação do seu apagamento por Gomes (2013), psicólogos/as começam a requisitá-la de maneira mais recorrente.

A confusão inicial relatada serviu para nos perguntarmos sobre a maneira como o circuito acadêmico reproduz barreiras históricas, mesmo quando tentamos inscrever a intelectualidade negra no currículo do ensino superior, por meio de movimentos de recuperação. Estas barreiras servem-se

do fato de que, nesses casos, a autoria é obliterada pela biografia das/os autoras/es. Entendemos que isso produz e dá continuidade ao epistemicídio. Já estávamos advertidas do apagamento como uma prática de opressão interseccional institucionalizada (GOMES, 2013), mas, além do que estava dado, a existência sistêmica do apagamento, percebemos, nas atividades nosso grupo de pesquisa, o quanto se tornava difícil implementar a legitimação do conhecimento de autoras e autores não hegemônicos nos currículos brasileiros. Isso porque, na medida em que estas/es autoras/es retornam ao circuito acadêmico, eles se tornam, uma narrativa sobre a violência.

Existe um interesse prevalente na persona de Bicudo: mulher negra, que ascende socialmente, alcança os píncaros de uma profissão, e desaparece. Permanece o índice de indeterminação da autora: pouco se sabe sobre o que ela escreveu, como escreveu, e com quais autores e autoras dialogava teoricamente. Se uma autoria não se sustenta no campo teórico apenas com menções ao seu nome, é por meio da lacuna cada vez maior entre o interesse na persona e da obra desta que se dá a atualização do epistemicídio, o ofuscamento.

Entendemos a partir daí, que o ofuscamento é um objeto racializado e envolto em dinâmicas de gênero, simultaneamente, constituindo uma matriz interseccional para a análise. Segundo Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), as lentes interseccionais nos ajudam a ligar teoria e prática, porque parte de campos nos quais estas lentes já são vistas como interconectadas, dos movimentos sociais.

Para compreender este fenômeno, foi preciso considerar como se constrói/interdita a recuperação epistêmica de Virgínia Bicudo na psicologia. Mecanismos e interesses que denotam processos de seleção e classificação social aparecem nos modos de inscrição dessa autoria, sobretudo neste momento, em que coletivos e movimentos epistêmicos emergentes na universidade pleiteiam a decolonização do conhecimento. Enquanto apontam para a recuperação epistêmica, da mesma forma e na mesma velocidade, o epistemicídio se atualiza, por meio do ofuscamento.

Mas, se com tantos pioneirismos, ela Bicudo aparece muito menos como intelectual, que como alguém que, acidentalmente, estava no campo, afinal, o que é uma autora[8]? Certamente, é alguém que aparece nessa posição, que é convidada a participar de uma discussão. A institucionalização de uma autoria em um determinado campo exige, além do trabalho intelectual de escrita, alguma recepção dos

[8] Optamos por usar o gênero feminino para quaisquer termos que se refiram a Virgínia Bicudo, ainda que estes termos estejam no gênero masculino nas referências consultadas. Por exemplo: a utilização da palavra *autora* ao invés do termo autor, ou subalterna, ao invés de subalterno.

conhecimentos produzidos, pois, nos termos de Berger e Luckmann (2014), o diálogo precede a institucionalização[9]. Acompanhando essa compreensão, a recepção crítica de uma obra está no meio do caminho, da consolidação da autoria ou de tornar-se símbolo[10]. Por sua vez, o campo epistêmico, como pudemos ver, coloca não apenas a biografia, mas a obra das autoras negras em contato com o racismo, o sexismo e outras barreiras interseccionais, que ofuscam seu trabalho intelectual, como foi possível observar na maneira como as contribuições de Bicudo têm sido recuperadas na Psicologia.

A escolha da via biográfica se torna ofuscante porque encena que se volta para as autoras e acolhe estas histórias e referências de pessoas pretas, mas, na verdade, se curva sobre o gozo do próprio campo. A epistemologia se debruça sobre si mesma afirmando sua suposta humanização através do reconhecimento da "potência da linguagem" dos negros (FANON, 1952/2008). Sobre isso, Fanon (1952/2008) ressalta o efeito do indefectível francês de Aimé Césaire, grande poeta martinicano e um dos fundadores do movimento negritude, a causar transes e desmaios em auditórios[11], enquanto ele se tornava, apenas, "[...] um negro que maneja a língua francesa como nenhum branco a maneja nos dias de hoje." (CESAIRE, 1939, p.14 *apud* FANON, 1952/2008, p.51).

Em Psicologia, especialmente para aqueles e aquelas que estudam a decolonização do conhecimento e das práticas, é importante trabalhar sobre questões estratégicas do campo, para desenvolver teorias sociais críticas sobre racismo, sexismo e as diferentes formas de desigualdade. Ao examinar os modos pelos quais Virgínia Bicudo é mencionada, interagimos com práticas de produção do conhecimento que revelam tanto seu apagamento quanto sua recuperação/reconhecimento, modos de apropriação e de produção de conhecimento na Psicologia. Existe uma proposição metodológica aqui que é a autora negra como índice crítico do apagamento de autoria na historiografia da Psicologia.

Existe uma camuflagem de aparente abertura da Psicologia contemporânea às contribuições de autoras e autores negros. No entanto, esta abertura se dá apenas como um verniz muito precário de uma disciplina que "negocia" a entrada destes apenas num lugar mítico. Há, em alguma medida, a

[9] Os autores compreendem institucionalização numa perspectiva mais ampla, onde a formação de diálogos entre duas pessoas já é um passo para o início dos processos de institucionalização (BERGER; LUCKMANN, 2014).

[10] Referência ao processo de simbolização descrito por Berger e Luckmann (2014), no qual simbolizar é tornar um objeto significativo – tipificar, categorizar, entre outras atividades cognitivo-sociais.

[11] "[...] em 1945, na época das campanhas eleitorais, o poeta Aimé Césaire, candidato a deputado, falava para rapazes de Fort-de-France diante de um auditório numeroso. No meio da conferência uma mulher desmaiou. No dia seguinte, um amigo comentou da seguinte maneira: [...] O francês (a elegância da forma) era tão quente que a mulher entrou em transe." (FANON, 1952/2008, p.50).

recuperação do nome de Virgínia Bicudo e sua genialidade individual, e o número de menções a seu nome demonstra a vitalidade acadêmica que existe em torno da autora. Entretanto, essa vitalidade não implica reconhecimento, pois não é garantia autoevidente de uma recepção dos escritos da autora no campo.

Advertidas por Gonzáles (1984) de que a memória claudica perante as rejeições e exclusões do filtro do saber, compreendemos que temos como expressão da dialética entre saber e não saber, um campo epistêmico que é constituído como uma ficção, mas que tem efeitos de verdade. Dessa maneira, a escrita acadêmica é realizada como uma interação social e denota a presença de ações que produzem desigualdade e segregação específica[12]. Pode-se até permitir a presença da mulher negra no campo epistêmico, mas uma presença acidental, dentro da biografia de algum outro grande nome, geralmente masculino. Não à tôa, Sandra Harding (1986) dedica um de seus livros ao Colégio Invisível de autoras, ou seja, quem participa do trabalho e não aparece. E na Psicologia, quem não aparece são, historicamente, mulheres, principalmente, mulheres negras.

Essa leitura a posteriori, considerando o corpus que concerne a Virgínia Bicudo, demonstra que não podemos creditar apenas ao racismo estrutural a manutenção do *ethos* da branquitude na Psicologia. Por isso, não atribuímos, neste texto, ao racismo estrutural o modo como Virgínia Bicudo é mencionada. Compreendemos que nós, autoras e autores, movimentamos o campo, e assim, produzimos institucionalidade, ao longo do tempo. Assim, para que a obra da autora seja ofuscada é necessário um equívoco aqui, outro ali, e assim por diante, pois não podemos dizer que o racismo caminha sozinho, ele precisa de pernas que o levem.

Conforme esse enquadramento interseccional, observamos que, a obra de Virgínia Bicudo é destituída de sua complexidade para integrar um corpo de conhecimento biográfico, e por esse mesmo enfraquecimento epistemológico, é enclausurada nele[13]. Isso tanto fixa a recepção da autora no tema

[12] Compreendemos que mulheres pretas e pardas lidam com desafios específicos na sociedade que não são vividos por homens negros ou mesmo por mulheres brancas, devido à interseção entre gênero e raça (HADDAD; PERO, 2022).

[13] Beatriz Nascimento apresenta uma análise sobre a fixidez estética na produção de imagens sobre o negro na mídia em Nascimento (1979/2022).

das relações raciais, como se autores e autoras negros/as que discutem raça em algum momento, só pudessem falar a partir daí[14], quanto a estigmatiza[15].

Entendemos que existe um apelo por mencionar Virgínia Bicudo, entretanto, que algumas pessoas atrizes/atores dos campos do conhecimento que requisitam a presença de Bicudo, muitas vezes o fazem para não abrir mão de organizar o campo epistêmico. Isso fica explícito na maneira como este nome é tratado, no campo do conhecimento. Entendemos, a partir daí, que, embora integrantes do campo hegemônico não almejem, necessariamente, trazer estas obras apagadas para o centro, com o aumento do interesse pelas autoras negras, muitas/os destas/es não abrem mão do "direito adquirido" da branquitude de fazer a gestão da produção do conhecimento.

As discussões trazidas sobre Lélia González (1984) sobre racismo e sexismo na cultura brasileira, bem como algumas intervenções realizadas em cursos de Psicologia, mostram a interação entre esses dois fatores, para definir quem pode falar, e quem pode aparecer. Assim, pudemos entender que, se o ensino é considerado como a principal área de interesse da história da Psicologia, é lá, e, na profissão, que o silenciamento da contribuição negra tece seus efeitos. As/os autoras/es que surgem como referência no campo são, em sua grande maioria, homens brancos e europeus – os Grandes Homens da Psicologia, conforme afirmamos, em outro estudo (SANTOS; *et al.*). Autoras e autores negros, em sua maioria, de fora do Brasil e muitas vezes de fora do campo da psicologia, foram acionados quando perguntamos sobre referências em relações raciais (ibid.). Houve também, algumas citações esparsas das professoras do curso, principalmente brancas (SANTOS; et al).

Para a avaliação da Psicologia como projeto de conhecimento, propomos que as posicionalidades da mulher negra sejam tomadas como índice crítico para a análise interseccional entre racismo e do sexismo na Psicologia. As barreiras identificadas no apagamento de Bicudo apontam que a forma de contar a História da Psicologia como disciplina, é gendrada, tomando os nomes masculinos como teóricos importantes e o das mulheres, de cuidadoras, assistentes, parte de um Colégio Invisível da Psicologia. A presença de Bicudo como autora e como profissional importante à sua época marca a incidência do racismo. A historiografia da Psicologia brasileira, mesmo com renovadas iniciativas críticas tem sido mais eficiente em contar a história dos Grandes Homens como epistemologia, e, no

[14] "Lugar de negro?" Não deixa de ser uma forma de alienação.

[15] No sentido da posição de *infans*, aquela que não pode falar e é falada por um outro: "[...] é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos" (GONZALEZ, 1984, p.224).

campo da práxis ou prática profissional, tem sido mais eficiente em contar a história das psicólogas brancas.

Considerações finais

Dos 543 textos analisados, apenas 165 citam trabalhos de Virgínia Bicudo nas referências. Ao analisarmos os 378 textos que a mencionam, mas não citam suas obras nas referências, observarmos que o nome da autora aparece em agradecimentos, notas de rodapé, anedotas sobre convivência pessoal e profissional, pseudônimos de sujeitas de pesquisa e, até mesmo como sinônimo de epistemicídio. O corpus aqui analisado nos parece relevante para investigar os modos de recuperação desta e de outras autoras negras no campo científico. Os resultados obtidos ensejam as posicionalidades da mulher negra no campo epistêmico como um enquadre interseccional para observar a produção da História e da crítica historiográfica da Psicologia.

Este artigo foi construído sobre a constatação de que as contribuições de Virgínia Bicudo não têm sido reconhecidas, de fato, como integrantes do corpo de conhecimentos da psicologia brasileira. E, ainda que agentes do campo venham realizando uma revisão crítica do seu apagamento para criticar o racismo nesta área, observamos, ainda, um acolhimento tímido de sua obra, o que cristaliza o reconhecimento da autoria de Bicudo, por via do ofuscamento, no processo de recuperação epistêmica.

Identificamos que a proliferação das abordagens de experiências como as de Virgínia Bicudo tem instado docentes e discentes de graduação e pós-graduação e profissionais da Psicologia a lidar de maneira mais direta com a crítica ao racismo e demais opressões presentes no campo. Entretanto, embora tenha aumentado exponencialmente o número de menções ao nome da autora, muitas destas menções, dos últimos 15 anos, refletem práticas institucionais que se repetem a cada vez que um nome de autora negra surge na Psicologia: a persona e sua biografia de sucesso são sobrerrepresentadas, ao passo que a obra segue negligenciada.

O corpus aqui analisado, textos que citam Virgínia Bicudo, sua fortuna crítica, aumentou em proporção geométrica desde o aparecimento do primeiro texto que compreende seu apagamento como epistemicídio (Gomes, 2013). Observamos em 2023 centenas de estudos, sobretudo na chamada literatura cinzenta. Muitos destes, acessados na primeira busca desta investigação, no momento das análises não estavam mais disponíveis nos links iniciais, nem mesmo em formato de artigos. Isso

denota a fragilidade da literatura não indexada: é muito fácil perder dados e informações, pois lidamos com a instabilidade dos repositórios institucionais de universidades e com a disponibilidade de livros, para ter acesso às produções. Se as autoras não disponibilizam suas produções por conta própria, em plataformas de conteúdo acadêmico e blogs, produzimos novos "segredos" – parafraseando Janaína Damaceno Gomes (2013) – no âmbito da pesquisa.

O que observamos em Bicudo, e descrevemos como ofuscamento de sua produção, parece repetir-se em relação a outras autoras negras, que têm suas obras relativamente desconhecidas pela Psicologia brasileira. Na medida em que acessamos o nome de Virgínia Bicudo neste estudo, encontramos outros nomes de autoras negras e negros que, muitas vezes localizados próximos ao de Virgínia Bicudo, aparecem como sinônimo de epistemicídio e de intelectualidade fulgurante negra, tais como Lélia Gonzalez, Frantz Fanon, e o nome que mais aparece juntamente com o de Bicudo: Neusa Santos Souza. Compreendemos que estudos sobre recuperação de outros/as intelectuais na Psicologia devem ser realizados, para responder estas perguntas, seja na dimensão micro, da produção individual, seja na dimensão macro, ao debruçarmo-nos sobre políticas educacionais.

Referências bibliográficas

ABRÃO, Jorge Luís Abrão. **Virgínia Bicudo**: a trajetória de uma psicanalista brasileira. São Paulo: Arte e Ciência, 2010.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Brancos e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. [Http://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/353/1/305%20pdf%20-%20ocr%20-%20red.pdf acesso em: 16 jun. 2024].

BECKER, Howard. Conferência: a Escola de Chicago, **MANA,** v. 2, n.2, p.177-188, 1996.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo***:* estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BICUDO, Virgínia Leone. A visitadora social psiquiátrica e seu papel na higiene mental da criança. **Revista de Neurologia e Psiquiatria de São Paulo**, v. 7, n. 6, São Paulo, 1941, p. 61-66.

BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação à cor dos seus colegas. *In:* BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações Raciais entre Negros e brancos em São Paulo em São Paulo**: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo / Organização de Roger Bastide e Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1955, p. 227-310.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010 (1945).

BICUDO, Virgínia Leone. Já fui chamada de charlatã (Entrevista com Cláudio João Tognolli). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 jun. 1994. [Https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ 1994/6/05/mais! /12.htm - acesso em: 17 jul. 2024].

BIREME - CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE. **Descritores em Ciências da Saúde**: DeCS [Internet]. ed. 2023. São Paulo: BIREME / OPAS / OMS, 2023. Disponível em: [http://decs.bvsalud.org - acesso em: 8 abr. 2024].

BOUMARD, Patrick. O lugar da etnografia nas epistemologias construtivistas. **PSI – Revista de Psicologia Social e Institucional**, v. 1, n. 2, Londrina, 1999, p.1-6.

BRASIL**.** Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n.º 9, de 28 de maio de 2022.** Institui o Prêmio Profissional "Virgínia Bicudo: Práticas para uma Psicologia Antirracista". [https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-9-2022-institui-o-premio-profissional-virginia-bicudo-praticas- - acesso em: 20 jul. 2024].

CASTRO, Alexandre de Carvalho; LIMA, Ula Cristina de. Bicudo, Virgínia Leone. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; KLAPPENBACH, Hugo; ARDILA, Rubén (Ed.). **The Palgrave Biographical Encyclopedia of Psychology in Latin America**. Cham: Palgrave Macmillan, 2023, p. 53-55.

COIMBRA, Cecília. **Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "milagre"**. Rio de Janeiro: Oficina do autor.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade** / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge; Rane Souza (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica / Bruna Barros, Jess Oliveira (Trads.). São Paulo: Boitempo, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. Sobre o trabalho teórico. **Trans/Form/Ação**, (2), Marília, p. 5–86, 1975.

FORJAZ, Maria Luiza Ferreira; RIBEIRO, Marina Ferreira da Rosa. Cuidando do cuidador: poder e sofrimento psíquico na residência médica. **Boletim Formação em Psicanálise / Instituto Sedes Sapientiae**, São Paulo, (15), jan./dez. 2007. Disponível em:

http://www.sedes.org.br/Departamentos/Formacao_Psicanalise/site/wpcontent/uploads/2014/08/Boletim-2007-MIOLO.pdf#page=39. Acesso em: 10 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber** / Michel Foucault; Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

GINSBERG, Aniela Meyer. Pesquisas sobre as Atitudes de um Grupo de Escolares de São Paulo em relação com as crianças de côr. *In:* BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações Raciais entre Negros e brancos em São Paulo em São Paulo**: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo / Organização de Roger Bastide e Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1955, p.311-361.

GOMES, Janaína Damaceno. **Os segredos de Virgínia**: estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Brasília, p. 223-244, 1984. Disponível em: Microsoft Word - RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. Acesso em: 10 jun. 2024.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, n.1 jan.-abr 2016.

HADDAD, Yasmin; PERO, Valéria. Mulheres no comando? Segregação hierárquica e disparidades de gênero no mercado de trabalho brasileiro. In: 50 Encontro Nacional de Economia (ANPEC), 2022, Fortaleza, **Anais...** Fortaleza, 2022. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2022/submissao/files_I/i13c0f2fe50086905491767580d2ec0d8a9.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

HARDING, Sandra. **The science in question in feminism**. Ítaca e Londres: Cornell University Press, 1986.

HAUDENSCHILD, Teresa Rocha Leite. Virgínia Leone Bicudo: a última entrevista. **ALTER – Revista de Estudos Psicanalíticos**, v. 36, n. 1/2, p. 227-241, 2019/2020.

MENDONÇA, Nadir Domingues. **O uso dos conceitos**: uma tentativa de interdisciplinaridade. Bagé: FAT/FUnBa, 1983.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O racismo na mídia. In: NASCIMENTO, Maria Beatriz. **O negro visto por ele mesmo** / Alex Ratts (Org.); posfácio de Muniz Sodré; texto de Bethania Nascimento Freitas Gomes. São Paulo: Ubu Editora, p. 41-46, 2022 (1979).

NOGUEIRA, Oracy. Relações Raciais no Município de Itapetininga. *In:* BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações Raciais entre Negros e brancos em São Paulo em São Paulo**: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo / Organização de Roger Bastide e Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1955, p. 362-553.

NOSEK, Leopold. **Álbum de família**: imagens, fontes e ideias da psicanálise em São Paulo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; NASCIMENTO, Maria da Conceição. Racismo, saúde mental e território: desafios políticos e epistemológicos na clínica ampliada. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], 10(24), p. 3–15, 2018.

RIBEIRO, Igo Gabriel dos Santos. **Da política socioeducativa à (des) regulação da vida de jovens negros brasileiros**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2017.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Wörterbuch der Psychoanalyse**: Namen, Länder, Werke, Begriffe. Edition, illustrated. Vienna: Springer, 2004.

SANTOS, Vitailma Conceição. **Virgínia Bicudo e o curso de Psicologia da UFBA**: significações de uma intelectual negra em uma formação "sem cor". 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

SANTOS, Vitailma Conceição; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Uma "mulher do fim do mundo" na academia: aprendendo com a trajetória outsider within de Virgínia Bicudo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. 1-23, 2022.

SANTOS, Vitailma Conceição; BERENGUER, Aniele; CHAGAS, Fábio Souza; MUTHE, Illa Santos; JESUS, Mônica Lima; ABREU, Márcio; VIDAL, Jardel. Ciranda Antirracista: uma intervenção psicossocial sobre racismo em um curso de Psicologia. **Currículo sem Fronteiras**, v. 23, p. 1-18, 2023.

SCHÜTZ, Alfred. **Collected papers I**: the problem of social reality. The Hague: Martinus Nijhoff, 1962.

TAVISTOCK; PORTMAN. **Our history**. Londres: Tavistock and Portman NHS Foundation Trust, 2024. Disponível em: https://tavistockandportman.nhs.uk/about-us/our-history/. Acesso em: 18 jul. 2024.

TIEDEMANN. Rolf. Prefácio. In: BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Trad. de Irene Aron. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, p. 13-38.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Publish or Perish (Verbete)**. Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.abcd.usp.br/apoio-pesquisador/indicadores-pesquisa/publish-or-perish/. Acesso em: 20 fev. 2024.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa. **Antropologia das práticas de poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 43-70, 2014.

WERTHEIMER, Max. **Pequena história da psicologia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

Temporalidades

“Mais rica que a Xica da Silva”: A representação das negras de tabuleiro e suas jóias a partir da personagem Cesária da novela *O Tempo Não Para*

"Más rica que Xica da Silva": La representación de mujeres negras vendiendo comida en bandejas y sus joyas, basada en el personaje de Cesária de la telenovela O Tempo Não Para

Pablo Augusto Santos Teixeira
Graduado em História
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
augustopablo29@gmail.com

Recebido: 28/07/2025
Aprovado: 03/11/2025

Resumo: O presente artigo tem o intuito analisar a trajetória de Cesária da novela *O Tempo Não Para*, buscando compreender como essa obra midiática construiu a representação da história das negras de tabuleiro e suas joias. A metodologia consiste na análise da narrativa da personagem a partir da descrição de algumas cenas da novela e de imagens extraídas do site da Rede Globo, visando interpretar o figurino da personagem e sua função na trama da personagem. A análise que se construiu teve como apoio teórico alguns estudos sobre a telenovela como fonte histórica a partir de Silva (2019), Lopes (2014), Garcia (2017), Souza (2020); sobre as negras de tabuleiros com Rossotti (2019), Factum (2009), Lody (2001), entre outros temas e autores. A narrativa da personagem Cesária permitiu o contato do público com a história desse conjunto de mulheres que utilizaram o comércio e da utilização de joias para construir espaços de liberdade e cidadania, sendo a intermediação através da tela da televisão de outra forma de resistência negra ao sistema escravista.

Palavras-chave: Joias negras; Negras de tabuleiro; Novela.

Resumen: Este artículo analiza la trayectoria de Cesária en la telenovela *O Tempo Não Para*, con el objetivo de comprender cómo esta obra mediática construyó la representación de la historia de las mujeres negras que vendían productos en bandejas y sus joyas. La metodología consiste en analizar la narrativa del personaje a partir de la descripción de algunas escenas de la telenovela e imágenes extraídas del sitio web de Rede Globo, abordando la figura del personaje y su función en la trama. El análisis se fundamentó teóricamente en estudios sobre las telenovelas como fuente histórica, incluyendo los de Silva (2019), Lopes (2014), García (2017) y Souza (2020); y sobre las mujeres negras que vendían productos en bandejas, incluyendo los de Rossotti (2019), Factum (2009) y Lody (2001), entre otros autores. La narrativa del personaje Cesária permitió al público conectar con la historia de este grupo de mujeres que utilizaron el comercio y la joyería para construir espacios de libertad y ciudadanía, siendo la mediación a través de la pantalla de televisión otra forma de resistencia negra al sistema esclavista.

Palabras-clave: Joyas negras; Negras del mercado; Novela.

Introdução

As telenovelas provavelmente são o principal produto cultural audiovisual consumido na sociedade brasileira, sendo o veículo midiático no qual o público do sofá entra em contato com uma série de temáticas cujo tempo corrido do dia a dia não lhe permite deter maior atenção.

Com o passar do tempo, a novela ultrapassou a dimensão do lazer e entretenimento, se convertendo numa experiência cultural, estética e social. Ao fazer parte do cotidiano brasileiro, ela se constitui como um mecanismo de interação social, contribuindo para a formação de todo um imaginário coletivo entre a população que consome esse produto audiovisual (Lopes, 2014). Quando uma novela se propõe a abordar tramas com um contexto histórico num país marcado por problemas no sistema educacional, acaba por assumir uma função de traduzir e intermediar o contato do telespectador com esses conteúdos. Conforme aponta Souza (2024):

> A visualidade e os diálogos da novela de época trazem uma linguagem mais simples e com maior capacidade de disseminar o conhecimento histórico presente nas minuciosidades da teledramaturgia brasileira. Desde o figurino, até o conjunto da cena gravada, o telespectador consegue se aproximar imersamente na representação ficcional dos vestígios do passado, absorvendo informações históricas até então desconhecidas para o público leigo. Logo, a televisão se torna uma janela não apenas para as expressões culturais, mas também para a divulgação de conhecimentos históricos do nosso passado (SOUZA, 2024, p. 304-305).

Dessa forma, a telenovela de época acaba por assumir a posição de um dos principais disseminadores de história pública, ou seja, a intermediação entre a população em geral e a produção historiográfica. Tal importância é intensificada quando se observa a realidade do ensino da história da população negra, que mesmo dentro do ensino escolar formal já apresenta pouca abordagem, apesar de ser de suma importância para a construção identitária de grande parcela da população brasileira.

Assim, o contato com a história negra tem como possibilidade as obras da teledramaturgia, que enquanto reflexo da sociedade representou ao longo da história o negro em posições de subalternidade e subserviência. Segundo Rocha (2024), com o avanço das discussões em torno do combate ao racismo, as novelas começaram a apresentar tramas com personagens negros de destaque, com narrativas mais profundas e algumas em que o contexto racial tem relevância em parte da trama, de forma central ou secundária.

A novela *O Tempo Não Para* foi um desses casos que tentou abordar narrativas de personagens negros, apesar de ainda ter sido de forma secundária, como será destacado no decorrer do texto. Escrita por Mário Teixeira, a novela foi transmitida na Rede Globo no período de julho de 2018 a janeiro de 2019, possuindo 156 capítulos. Sua premissa central consiste na narrativa de uma rica família paulistana do final do século XIX que acabou por ficar congelada após o naufrágio de sua embarcação de viagem no mar.

Após 132 anos, esse grupo formado pela família Sabino Machado, seus funcionários e escravizados são inseridos no contexto do século XXI, sofrendo com os choques culturais diante das transformações sociais ao longo do tempo e se adaptando à nova realidade. Aqui nos interessa a personagem Cesária, uma negra de tabuleiro que fazia parte do grupo dos escravizados que precisaram lidar com o contexto do novo século em que a escravidão foi legalmente abolida, mas cuja sociedade ainda permaneceu marcada por desigualdades e opressões impostas a população negra.

Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória de Cesária ao longo dos capítulos da novela *O Tempo Não Para*, buscando compreender como essa obra midiática construiu a representação da história das negras de tabuleiro e sua joalheria. Por meio da análise de cenas da Cesária ao longo da novela, pode-se compreender as novas perspectivas que o mercado da teledramaturgia escolheu contar narrativas negras, de que forma os dilemas e questões relacionados a escravidão foram expostos na televisão e quais os discursos contidos em torno de uma personagem que teve como base a história desse grupo de mulheres negras que marcaram o cotidiano das cidades brasileiras oitocentistas.

Uma mirada metodológica

A metodologia consiste na análise da narrativa da personagem ao longo de alguns capítulos, tomando a telenovela como fonte histórica a partir dos estudos de Silva (2019), Lopes (2014), Garcia (2017), Rocha (2024), etc. As fontes a serem utilizadas para a construção desta análise consistem em algumas cenas de capítulos que retratam a narrativa em torno da busca pelo baú de joias de Cesária ao longo da novela, sendo abordadas neste trabalho a partir da narração resumida da cena e contando com notas de rodapé com o link para as cenas originais. Optou-se pela abordagem de cenas do capítulo 1 até o capítulo 70, uma vez que após Cesária encontrar o baú e passar a usufruir de suas riquezas, sua trama infelizmente acabou sendo limitada apenas como suporte para a narrativa de outros personagens.

Outro material de análise foi algumas imagens de Cesária, oriundas do site Gshow, da Rede Globo. Essas fotografias foram escolhidas devido a fácil observação dos detalhes do figurino da personagem, consequentemente facilitando a análise da representação das indumentárias e acessórios tradicionais das negras de tabuleiro. Conforme aponta Souza (2024), um figurino de novela de época carrega em si uma memória histórica-cultural do período que retrata visualmente, a identidade e subjetividade da personagem. Cabe destacar que:

> O figurino, como um dos elementos fundamentais da representação histórica, contribui para a incorporação do imaginário individual e até mesmo o arcabouço intelectual do telespectador, constituindo-se como parte da memória cultural do espectador. Ele vai ser determinante para dar uma maior autenticidade para a personagem, transformando-a em um referencial no seu imaginário (SOUZA, 2024, p. 298).

Dessa forma, como as roupas e acessórios de Cesária são o fio condutor de sua narrativa, que gira em torno da busca por um baú de joias perdido no mar, parece ser essencial a análise de seu figurino em cruzamento com estudos sobre as negras de tabuleiro e suas indumentárias, como Teixeira (2013, 2017), Rossotti (2019), Factum (2009), Lody (2001), entre outros.

A novela como fonte e objeto

Tradicionalmente, o campo da pesquisa histórica deteve a utilização de fontes escritas e oficiais para a construção de suas pesquisas, fato que sofreu modificações ao longo do tempo à medida que os debates historiográficos se ampliaram. Segundo Garcia (2017), a Nova História Cultural abriu os horizontes para uma multiplicidade de abordagens, métodos, fontes e perspectivas que os historiadores poderiam recorrer, como o campo das fontes audiovisuais.

Dessa forma, as telenovelas surgem como uma possível fonte de pesquisa ou objeto de estudo do conhecimento histórico, já que são produtos inseridos dentro de um contexto da sociedade e consequentemente permeados por valores, ideologias e representações (GARCIA, 2017). A representação ou o ato de representar pode ser definido como "[...] instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é" (CHARTIER, 2002, p. 20).

Se o ato de representar é uma prática embebida em discursos, parcialidades, relações de poder e disputas de influência conforme apontado por Chartier (2002), cabe ressaltar que aquelas novelas que se propõem a ser ficção histórica falam muito mais sobre o período em que estão sendo fabricadas do que o contexto que buscam retratar. Silva (2019) afirma que a telenovela não é uma tentativa de cópia da realidade, mas sim uma representação da sociedade brasileira, sendo de certa forma um espelho que reflete as dinâmicas da população brasileira, seja numa novela contemporânea ou uma novela de época.

As novelas são produtos imbuídos dos valores de seu tempo e do contexto histórico que estão inseridas, das intenções de seus autores e colaboradores, sendo assim composições visuais e textuais que expressam uma interpretação do presente sobre um passado que se vislumbra. Dessa forma, uma "novela de época" precisa ser analisada enquanto fonte histórica não apenas pelo conteúdo da narrativa melodramática, mas principalmente considerando todo o conjunto de sua produção, exibição e repercussão (Rocha, 2024).

Apesar da telenovela ainda ser considerada por alguns como fonte de alienação do espectador, na verdade elas possuem a capacidade de aproximar o público que tem interesse com o conhecimento histórico de forma mais fácil do qualquer livro, ainda mais num país em que a prática da leitura é deficitária e o sistema educacional apresenta diversas falhas (Souza, 2024). Garcia (2017) afirma que o historiador que trabalha com as imagens de uma ficção televisiva possui em mãos um registro de memória, pois as novelas utilizam de diversos signos para expor pela tela da televisão a interpretação de seus autores e colaboradores sobre determinada situação, acontecimento histórico ou conceito. Lopes (2014) segue esse mesmo raciocínio ao definir que:

> A ficção televisiva, em especial, é criadora de um repertório compartilhado e um lugar onde a memória pode ser exercitada, como um lugar onde representações e imaginários sobre o modo de vida de uma época são depositados, podendo depois ser reapropriados. Ela é, portanto, ao mesmo tempo, memória, arquivo e identidade, um locus complexo de construção e reconstrução identitárias, lugar onde assoma a capacidade da narrativa ficcional televisiva de conectar dimensões temporais de presente, passado e futuro, de (re)criar a memória coletiva dentro da nação (LOPES, 2014, p. 15).

Esse aspecto da novela ser um espaço de conexão entre passado, presente e futuro fica ainda mais evidente em *O Tempo Não Para*, pois trata-se de uma obra de ficção científica em que uma fictícia família paulistana do final do século XIX viaja no navio O Albatroz em direção a Europa e, durante

uma breve passagem pela Patagônia, acabam sofrendo um naufrágio e seus tripulantes ficam congelados por 132 anos, sendo encontrados em 2018 e levados para uma clínica de criogenia. Dessa forma, a construção narrativa das tramas e das discussões sociais da novela se basearam no choque de cada personagem ao acordar nesse novo século e seus processos de adaptação, abordando assim temas como machismo, permanência de desigualdades, avanços tecnológicos, racismo e etc (SILVA; FRANÇA, 2020).

Em busca do baú afogado

A história da teledramaturgia brasileira é diretamente influenciada pelo racismo, o ideal de branqueamento e o mito da democracia racial que vigora há décadas no Brasil, sendo expresso nas novelas através da ausência de pessoas negras e presença majoritária de atores brancos. Num país majoritariamente negro, as novelas não correspondem a identidade racial de grande parcela dos brasileiros. Quando existem personagens negros, suas narrativas geralmente se limitam a estereótipos e posições de subalternidades, como a mãe preta, a empregada, a babá, a mulata sensual, o malandro, o bandido, o bêbado, o pai-joão, o negro mágico, entre outros. (Araújo, 2019).

Essa realidade só começa a se modificar com a atuação dos movimentos negros ao longo da história brasileira através da popularização do debate público sobre o racismo, em especial nos veículos midiáticos, cobranças pela falta de representatividade e questionamento de representações estereotipadas (ROCHA, 2024). Assim, começam a surgir personagens e tramas com mais camadas e profundidade, com posições sociais diversas e por vezes abordando a temática do racismo.

Por mais que o protagonismo de maior parte da novela *O Tempo Não Para* seja da família aristocrática branca, o grupo de negros escravizados possuíam tramas secundárias relacionadas a adaptação de cada um deles a uma realidade em que estavam juridicamente livres, porém com todas as questões sociais impostas a população negra no Pós-Abolição. A personagem Cesária faz sua primeira aparição no capítulo 1 ao acompanhar os Sabino Machado durante a viagem no navio Albatroz, sempre levando junto ao peito seu baú de joias e consequentemente ficando congelada após o naufrágio.

Ela era uma mulher escravizada interpretada pela atriz Olívia Araújo, desempenhava as funções de ama de leite das personagens Marocas (Juliana Paiva), Nico (Raphaela Alvittos) e Kiki (Natthalia Gonçalves), além de ser uma escravizada de ganho que vendia brôas, cocadas e outros quitutes. Foi

através do seu trabalho na rua que conseguiu encomendar a confecção de suas joias, a fim de comprar uma carta de alforria para si.

Segundo Gonzalez (2020), a figura da ama de leite enquanto uma escravizada do ambiente doméstico que tinha contato direto com a família dos senhores, em especial as crianças, acabou por originar a figura simbólica da "mãe preta". A autora destaca que a "mãe preta" não representa a negra acomodada e passiva ao ambiente familiar racialmente hierarquizado, mas sim exercendo uma "resistência passiva" ao passar para crianças brancas as categorias da cultura negra, como por exemplo a africanização do português.

A segunda ocupação trabalhista de Cesária expressa o ofício das negras de tabuleiro, também chamadas de quitandeiras e baianas, um dos grupos de trabalhadoras negras escravizadas, livres e libertas que marcaram o cotidiano das ruas das cidades brasileiras entre os séculos XVIII e XIX. Essas mulheres vendiam diversos gêneros alimentícios pelas ruas através de seu comércio ambulante, assim estabelecendo complexas relações comerciais e sociais com toda a sociedade urbana (TEIXEIRA, 2017).

O ofício de quitandeira era algo comum em algumas regiões do continente africano, tendo cruzado o Atlântico via tráfico negreiro até chegar ao solo brasileiro, germinando nessa terra através da venda de miudezas por mulheres africanas e crioulas, termo utilizado para nomear aquelas que haviam nascido no Brasil (FACTUM, 2009). Em seu dia a dia nas ruas, as negras de tabuleiro apresentavam um padrão de vestimenta permeado por complexos significados, exibindo "nas suas roupas alguns distintivos próprios de sua condição de mercadora de alimentos" (LODY, 2001, p. 43), como pode ser observado na imagem a seguir.

Imagem 1 - Mulher negra suntuosamente vestida



Fonte: Ermakoff (2004) *in* Factum (2009).

Fotografada por Marc Ferrez por volta de 1885 (FACTUM, 2009), esta mulher preta está suntuosamente trajada com uma camisa clara bordada, saia volumosa em tom escuro, pano da costa transpassado do ombro direito para o corpo, turbante pequeno, e diversas joias enfeitando em seus braços, mãos, pescoço e orelhas. Essas eram as chamadas "joias de crioula" ou "joias negras", que podem ser definidas conforme analisou Teixeira (2017) como:

> [...] uma coleção de peças compostos por: colares, braceletes, pulseiras, brincos, anéis, penca de balangandãs entre outros objetos de adorno corporal direcionados exclusivamente para as mulheres africanas, mulatas ou crioulas no Brasil, sob a condição de escravizadas, alforriadas ou libertas (TEIXEIRA, 2017, p. 830).

Numa sociedade hierarquizada e majoritariamente analfabeta, em que as vestimentas consistiam num dos símbolos de distinção social, criava-se um conjunto de comunicação não verbal através das roupas e acessórios. Assim, as joias conquistadas por mulheres negras que trabalhavam no pequeno comércio simbolizavam ocupação de espaços simbólicos de prestígio e poder, sendo uma forma de resistência ao sistema escravista (TEIXEIRA, 2013).

O acúmulo de recursos financeiros através dessa rica joalheria trouxe a essas mulheres negras considerável status social, chegando a rivalizar com homens brancos ricos e causar preocupações com a administração pública (ROSSOTTI, 2019). Tal importância acabou por ser representada na novela *O Tempo Não Para* através da trama de Cesária, chegando ao conhecimento do público a existência

dessas mulheres na história do Brasil oitocentista. Ela era uma personagem de personalidade forte, desconfiada e decidida, trajava um vestuário clássico das negras de tabuleiro, como é possível perceber na imagem a seguir.

Imagem 2 - Cesária



Fonte: Cesar Alves/Globo.
Disponível em: https://gshow.globo.com/cultura-pop/famosos/noticia/olivia-araujo-se-compara-a-cesaria-de-o-tempo-nao-para-sentiria-muita-falta-da-minha-liberdade.ghtml. Acesso em: 25 de janeiro de 2025.

Na fotografia é possível perceber uma mulher preta trajando uma camisa rendada, saia, pano da costa sobre o ombro direito e diversas joias, como colares, anéis, pulseiras e uma penca de balangandãs na faixa da cintura, além de ser citado no decorrer da novela que possuía próteses dentárias de ouro. Desse modo, Cesária foi utilizada pelo autor e equipe de produção como a representação visual e narrativa desse grupo de trabalhadoras negras "onde muito ouro e prata barrocamente ajaezavam corpos e trajes de gala" (LODY, 2001, p. 42).

Em paralelo a descoberta dos congelados, os personagens Marino (Marcos Pasquim) e sua esposa Monalisa (Alexandra Richter), dois caiçaras de Ilha Vermelha (Guarujá), encontraram no mar um colar de cilindros de ouro com corais vermelhos e uma pulseira de bolas de ouro. Após encontrarem as duas joias, Marino e Monalisa começaram uma caça ao baú de Cesária, dando início ao enredo central da busca pela joalheria negra.

As peças da novela foram confeccionadas pela artista visual Nádia Taquary, que afirmou em entrevista ao site oficial da novela sempre ter se interessado pela joalheria afro-brasileira e que buscou

compreender durante a idealização da novela como essas "mulheres negras adornavam seus corpos com joias de estética tão identitária e repleta de signos relacionados à suas crenças e religiosidades" (TAQUARY, 2018 *apud* DUCATI, 2018).

Conforme aponta Souza (2024), pode-se compreender que o/a figurinista acaba indiretamente expondo suas interpretações do passado a partir da construção visual dos personagens, revelando seu domínio sobre a pesquisa histórica, veiculando a reconstrução e ressignificação de peças de época para a realidade atual. Um dos desenhos da figurinista Nádia Taquary e a peça final podem ser observados na seguinte imagem.

Imagem 3- O desenho e a jóia



Fonte: Nádia Taquary *in* Ducati (2018).
Disponível em: https://gshow.globo.com/novelas/o-tempo-nao-para/noticia/conheca-a-historia-por-tras-das-joias-de-crioula-de-cesaria.ghtml. Acesso em: Acesso em: 25 de janeiro de 2025.

No desenho é possível perceber a representação de uma pulseira de placa entremeada por cilindros de coral e um colar de cilindros de coral vermelho, que inclusive se faz presente como resultado na fotografia. As pulseiras de placa eram joias "compostas por chapas retangulares, ornadas com vegetais ou caras (de perfil) masculinas ou femininas se aderem por elos ou cilindros, de metal, coral ou pedra cravadas de pedras preciosas" (ROSSOTTI, 2019, p. 167-168).

Já com relação ao colar de coral do desenho e a peça física da foto, Paiva (2006) afirma que eram joias feitas de encaixes de ouro sobre pedaços de coral, um material orgânico marinho trazido pelos portugueses do Mediterrâneo e comercializado por toda a Europa e África, tornando-se um

objeto de grande valor para os africanos ao lhe atribuírem propriedades místicas, mágicas e espirituais. Com o uso de diversos minérios, pedrarias e técnicas de ourivesaria, as joias negras podem ser consideradas, segundo Factum (2009), como peças oriundas de um hibridismo cultural, uma vez que:

> São híbridas na sua aparência, nas técnicas de feitura, na mistura de heranças culturais diversas, e, por isso, não podem ser classificadas como jóias européias e africanas. Trata-se de adornos com características de difícil classificação estilística, com contribuições do barroco, rococó, neoclássico, com um arranjo e concepção formal africanos, possibilitando classificá-los como jóias afro-brasileiras (FACTUM, 2009, p. 16).

Cesária acabou despertando do congelamento no capítulo 17 e conseguiu fugir da clínica com o outro ex-escravizado Menelau (David Junior), indo morar junto a família Sabino Machado numa pensão (O TEMPO NÃO PARA, 2018-2019)[1]. Com o passar dos capítulos que a personagem foi adquirindo um enredo próprio à medida que sua atenção se voltou para a busca por sua propriedade perdida no naufrágio.

Esse interesse foi revivido quando encontrou a personagem Monalisa usando um de seus colares a partir do capítulo 23, assim entrando em conflito com a personagem caiçara que afirmava deter a posse da peça de ouro. Diante do impasse, Cesária contratou Marino, responsável por encontrar as primeiras joias, para retornar à Ilha Vermelha e mergulhar no mar em busca do seu baú submerso (O TEMPO NÃO PARA, 2018-2019)[2].

Essa procura começou no capítulo 52, quando Marino trajando um aparelho profissional de mergulho submergiu no mar, mesmo afirmando para Cesária e Menelau que as águas estavam muito agitadas para a procura. Com o passar do tempo e diante da demora de Marino em retornar, Cesária recorreu a sua devoção às divindades africanas e rogou para que Iemanjá, a orixá das águas salgadas, o auxiliasse a sair com segurança do agitado oceano (O TEMPO NÃO PARA, 2018-2019).

Essa cena representou a religiosidade de matriz africana que algumas dessas mulheres negras conservavam, mesmo que de forma escondida e disfarçada. Chegavam a entalhar sua fé em algumas joias, em especial as "penca de balangandãs", que eram "confeccionados em metal, comumente em prata, que reúne pendentes com formas variadas, como: búzios, moedas, figas, chaves, dentes de

[1] Cena disponível em: https://globoplay.globo.com/v/6948258/ Acesso em: 10 de abril de 2025.
[2] Cena disponível em: https://globoplay.globo.com/v/6973483/ Acesso em: 16 de abril de 2025.

animais, representações de frutas, entre outros" (TEIXEIRA, 2013, p.26). Segundo Rossotti (2019), esse tipo de joia tinha:

> [...] relação direta com as práticas religiosas de matriz africana. Carregadas na cintura, área designada à fertilidade e à prosperidade nos rituais religiosos, estas pencas funcionam como amuletos de proteção. Assimiladas às práticas metalúrgicas do orixá Ogum, artesão divino que domina todos os metais, senhor do ferro e da forja que controla toda a produção no material (ROSSOTTI, 2019, p. 173).

Dessa forma, a presença da penca de balangandãs entre o patrimônio de Cesária (como pôde-se observar anteriormente na Imagem 2) representava fisicamente seu sincretismo religioso, aspecto que foi evidenciado ao longo de toda a novela. Por exemplo, no capítulo 35 a personagem Cesária afirmou "sou batizada, não sou pagã, nas graças de meu pai Xangô" (O TEMPO NÃO PARA, 2018-2019)[3], assim como no capítulo 79 em que se afirmou católica e ser "muito devota de São Francisco, de Xangô, Iemanjá, meu pai Ogum. Peço proteção para todos os meus santos" (O TEMPO NÃO PARA, 2018-2019).

No capítulo 53, após quase morrer afogado no mar, Marino retornou para a praia e encontrou seus dois contratantes no ritual para Iemanjá, os assustando ao aparecer vivo e trazendo consigo o baú com as joias. Quando sua propriedade finalmente foi encontrada, Cesária recuperou o fruto de seu árduo trabalho ao longo dos anos e tentou insistentemente pagar Marino com uma joia pelos seus serviços, porém este não aceitou (O TEMPO NÃO PARA, 2018-2019)[4]. Essa insistência denota outro aspecto da personalidade da personagem, sua constante tentativa de pagar aqueles que prestavam algum favor ou ajuda, demonstrando sua consciência da importância do comércio e da necessidade de negociar serviços.

As joias vão a leilão

Segundo a atriz Olívia Araújo (sua intérprete) em entrevista ao site oficial da novela, para Cesária "[...] as joias eram a liberdade. É como ela se manteria com autonomia. Ela já sabia o quanto o dinheiro pode garantir coisas na vida. Hoje, ela resignifica dando possibilidade aos sonhos das pessoas" (ARAÚJO, 2018 *apud* DUCATI, 2018). Com a personagem afirmando que estava "mais rica

[3] Cena disponível em: https://globoplay.globo.com/v/7006580/ Acesso em: 16 de abril de 2025.
[4] Cena disponível em: https://globoplay.globo.com/v/7054220/ Acesso em: 10 de abril de 2025.

que a Xica da Silva" (DUCATI, 2018), a novela representou os diversos significados que esse conjunto de joias recebia pelas suas detentoras, que segundo Teixeira (2013) consistia em:

> [...] estratégia de ascensão social; sistema de créditos; devoções ocultas; herança de suas culturas e crenças de origem; poder e prestígio social; investimento e entesouramento; forte significado religioso e meio de proteção espiritual do corpo; símbolo da manutenção de sua cultura, mesmo que adaptada; preservação da autoestima; resistência à condição de mercadoria; reconstrução identitária; meio de conseguirem sua liberdade, entre outros (TEIXEIRA, 2013, p. 30).

Múltiplos podem ter sido os símbolos que Cesária atribuiu para a sua propriedade, porém pode-se inferir pela fala de sua intérprete e algumas cenas da personagem na novela como cada joia oriunda do suor de seu trabalho simbolizava a conquista de sua liberdade, seja num contexto escravista ou na sociedade do século XXI, com uma Abolição incompleta e a permanência de hierarquias raciais.

O senso de liberdade continuou no novo século e ainda assumiu um sentido financeiro, dando à personagem um anseio para ascender socialmente, que veio a se concretizar após alguns personagens sugerirem um leilão de algumas das peças do acervo. A ideia veio quando se constatou que na atualidade as joias de crioulas ou joias negras adquiriram uma grande importância histórica e comercial no mercado, sendo peças de colecionador que poderiam render uma fortuna.

Sob a justificativa dessa relevância e o óbvio sucesso que o leilão poderia obter, Cesária decidiu leiloar algumas de suas joias para adquirir uma considerável quantia de dinheiro e finalmente se tornar rica. A partir do capítulo 68, o evento foi realizado com as peças expostas em um salão de artes, como pode-se observar na seguinte imagem.

Imagem 4- Cesária no leilão das joias



Fonte: Extevam Avellar/ TV Globo.
Disponível em: https://gshow.globo.com/novelas/o-tempo-nao-para/noticia/conheca-a-historia-por-tras-das-joias-de-crioula-de-cesaria.ghtml. Acesso em: 25 de janeiro de 2025.

A personagem teve seu ponto de virada simbolizado pela incorporação de roupas contemporâneas e elegantes, como pode ser observado na imagem, mas com um corte de tecidos sobrepostos na roupa, provavelmente emulando um pano da costa transpassado pelo corpo. Ela ainda possuía diversas joias de uso pessoal pelo corpo, podendo ser citado nesta imagem um rosário de contas e um correntão com pingente de figa pendendo do pescoço, pulseiras de placas nos pulsos, diferentes anéis nos dedos e uma mini penca de balangandãs preso na cintura, apesar de estar parcialmente coberto pelo seu braço direito.

Como já foi dito anteriormente, o uso dos balangandãs tinha "um forte caráter religioso por ser um meio de permissão que as escravizadas declarassem sua religião oficial, mesmo que só aparentemente" (TEIXEIRA, 2013, p. 18). Dessa forma, o fato de Cesária ainda continuar a usar essa peça na cintura de suas modernas roupas denota a permanência de suas crenças e práticas de matriz africana, levando seus símbolos de proteção junto ao corpo. Ainda é possível destacar na imagem anterior que a peça em exposição sob o vidro se tratava de um correntão de contas, que segundo Teixeira (2017):

> [...] foram muito populares entre as crioulas. Chegavam a medir mais de um metro e meio de comprimento. Em alguns exemplares, era comum pender da corrente uma peça de ouro, que podia ser uma figa, um coração, uma rosácea ou um crucifixo [...] Em outros correntões menores, as contas de ouro são associadas a cilindros de coral (TEIXEIRA, 2017, p. 17).

Após o sucesso do leilão, a personagem relatou a importância de sua conquista através de um flashback em que relembrou sua ida no passado a um ourives, levando um montante de ouro, prata, pedras preciosas e coral para encomendar a confecção de colar de grilhão com coral vermelho, uma pulseira de placa e outra de bola, além de um correntão para pendurar sua penca de balangandã. Ao ser questionada pelo profissional se aquelas peças seriam elegantes o suficiente, ela afirmou "e quem falou que eu quero elegância, eu quero é ser livre, ser eu por eu mesma, e tenho dito" (O TEMPO NÃO PARA, 2018-2019)[5].

Mesmo que no flashback tenha sido uma cena curta, é possível discutir sobre o complexo contexto em que esses profissionais eram contratados pelas negras de tabuleiro. Paiva (2006) afirma que:

> É bem possível que tenham existido ourives especialistas na elaboração dessas jóias-amuletos consumidos em larga escala. Vários desses ourives tinham aprendizes escravos e forros, alguns artesãos eram, eles próprios, ex-escravos e quase todos eram iniciados em cultos afro-brasileiros ou conheciam os signos e símbolos agregados às manifestações religiosas de escravos, forros e seus descendentes. Não foram poucos os africanos artífices do ouro que entraram escravizados e trabalharam em varias regiões da Colônia. O trabalho de todos eles possibilitou a injeção de valores culturais, de objetos e de material africanos e afro-brasileiros na ourivesaria colonial e facilitou, também, a apropriação de emblemas, representações e estéticas europeias pela população negra e mestiça (PAIVA, 2006, p. 235).

Com o dinheiro acumulado com a venda das joias, Cesária ressignificou sua posição social ao acessar bens de consumo de maior valor, fato simbolizado por sua afirmação de ter se tornado "mais rica que a Xica da Silva"[6]. Uma das principais manifestações de sua nova situação foi o fato de que passou a comprar presentes e investir seu recurso financeiro nas necessidades de todos aqueles do seu círculo afetivo. Sua intérprete, Olívia Araújo, pontuou que "Ela nunca pensou só nela. Agora, ela pensa

[5] Cena disponível em: https://globoplay.globo.com/v/7095926/ Acesso em: 10/04/2025.
[6] Cena disponível em: https://globoplay.globo.com/v/7095926/ Acesso em: 20/04/2025.

ainda mais no que esse dinheiro pode fazer por questões para ela importante, como estudo. Ela entende que dinheiro, aliado ao conhecimento, rompe fronteiras" (DUCATI, 2018).

Nesse contexto de ascensão social, a novela ainda abordou que o dinheiro não poderia blindar a personagem de sofrer situações de preconceito racial, representando uma triste realidade que marca a sociedade brasileira. No capítulo 70, Cesária levou os personagens ex-escravizados Menelau (David Araújo), Damásia (Aline Dias), Cecílio (Maicon Rodrigues), as gêmeas Nico (Raphaela Alvittos) e Kiki (Natthalia Gonçalves), e a preceptora Miss Celine (Maria Eduarda de Carvalho) para comprar roupas e acessórios num shopping de luxo.

No momento do pagamento, a atendente passou na frente de Cesária e se dirigiu a Miss Celine, uma mulher branca de cabelos ruivos e sotaque inglês. A cena continua com os personagens destacando em suas falas que a atendente havia feito aquilo por supor que a única mulher branca presente na cena seria a responsável pelo pagamento. Diante do óbvio ato de racismo, Cesária afirmou que não gastaria seu dinheiro no lugar e se retirou junto aos seus amigos para comprar em outra loja (O TEMPO NÃO PARA, 2018-2019)[7].

Silva e França (2020) afirmam que esse tipo de cena foi utilizada narrativamente ao longo da obra para abordar as formas de opressões raciais contra a população negra recorrente nos dias atuais, evidenciando como a novela se utiliza da premissa de ficção científica da "viagem no tempo" (neste caso através de um congelamento) para suscitar debates sobre as rupturas e permanências dos problemas sociais e históricos do Brasil. Dessa forma, os autores concluem que este recurso narrativo:

> [...] mimetiza um retrato do absurdo das transformações do contemporâneo em relação a um passado – autoritário, escravagista, conservador – que parece nunca ter nos abandonado. O assombro dos personagens, portanto, não surge necessariamente em relação ao que é novo, mas ao que é perene, ao que não se completou em nossa jornada civilizatória. O passado, enfim, se reifica num presente imobilizado no tempo (SILVA; FRANÇA, 2020).

Após esses acontecimentos da narrativa em torno das joias e de sua ascensão social, o restante dos capítulos seguiu com Cesária participando como suporte da trama de outros personagens, seja emprestando dinheiro para a família Sabino, aconselhando seus amigos, pagando para que os ex-escravizados pudessem estudar e outros contextos em que sua riqueza foi utilizada. Sua aquisição

[7] Cena disponível em: https://globoplay.globo.com/v/7101014/. Acesso em: 10/04/2025.

financeira e sua benevolência matriarcal deu o tom da personalidade da personagem, ajudando aqueles no seu círculo afetivo e se orgulhando de suas conquistas, representando a trajetória das próprias negras de tabuleiro e suas joias: a conquista de ascensão social para si e extensão de seus benefícios para todo o seu círculo afetivo.

Considerações finais

A novela *O Tempo Não Para* foi uma novela de premissa na vertente ficção científica, em que se utilizou do congelamento de personagens do século XIX para despertar no século XIX como pano de fundo para levantar debates e questionamentos sociais, como o racismo, as heranças da escravidão e o contexto de uma abolição incompleta.

Através da personagem Cesária, foi possível perceber as narrativas que o autor e seus colaboradores representaram a trajetória das mulheres negras que desempenhavam a função de venda em tabuleiros, sua presença no cenário urbano e o acúmulo gradativo de dinheiro para encomendar a confecção de suas joias. Os diversos colares de ouro, anéis de prata e pulseiras com corais vermelhos acabaram norteando toda a trajetória de Cesária ao longo de sua busca no século XXI pelo baú desaparecido, sendo a materialização de seus objetivos de vida no novo século em que se inseriu.

Mesmo que de forma secundária, é possível que essa representação de uma negra de tabuleiro tenha ampliado ainda mais as narrativas em torno da atuação negra no período escravista, demonstrando que existiram múltiplas formas de resistências dentro desse contexto escravista, sendo que esse grupo de mulheres negras escravizadas, livres e libertas andou pelas ruas brasileiras vendendo produtos para construir seus próprios espaços de liberdade e cidadania.

Referências Bibliográfica

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil:** o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2019.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

DUCATI, Ariane. **Conheça a história por trás das joias de crioula de Cesária.** Rede Globo, Rio de Janeiro, 7 de nov. de 2018. Disponível em: https://gshow.globo.com/novelas/o-tempo-nao-para/noticia/conheca-a-historia-por-tras-das-joias-de-crioula-de-cesaria.ghtml.

FACTUM, Ana Beatriz Simon. **Joalheria escrava baiana:** a construção histórica do design de jóias brasileiro. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GARCIA, Emilia Grizende. **A telenovela na história:** desafios teórico-metodológicos na análise da telenovela "O Bem-amado". Revista Faces de Clio, v. 3, n. 5, p.143-163, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** São Paulo: Zahar, 2020.

LODY, Raul. **Jóias de axé:** fios de conta e outros adornos do corpo a joalheria afro-brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Memória e Identidade na Telenovela Brasileira.** XXIII Encontro Anual da Compós, Belém, 2014.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia:** Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ROCHA, Eva Brasil. **Representações acerca da população negra no pós-abolição brasileiro da telenovela Lado a Lado (2012-2013).** XII Encontro Estadual de História ANPUH-BA, Ilhéus, 2024.

ROSSOTTI, Beatrice. **"VESTIR-SE NEGRA":** roupas e adornos de mulheres negras em fotografias da segunda metade do século XIX – Rio de Janeiro e Salvador. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Jéfferson Luiz Balbino Lourenço da. **Representações e Recepção da Homossexualidade na Teledramaturgia da TV Globo nas telenovelas América, Amor à Vida e Babilônia (2005-2015)**. Dissertação (Mestrado), Assis: Universidade Estadual Paulista, 2019.

SILVA, Marcel Vieira Barreto; FRANÇA, Esmejoano Lincol da Silva. **Anacronismo, choque e verossimilhança:** a Ficção Científica na telenovela O tempo não para. Revista Rumores, n. 27, v. 14, p. 238-260, 2020.

SOUZA, Marcelle Lopes de. **O uso da televisão no aprendizado de História:** popularização e busca por conhecimento a partir de novelas de época. Convergências: estudos em Humanidades Digitais, v.1, n. 4, p. 280-307, 2024.

TEIXEIRA, Amanda Gatinho. **Sob os signos do poder:** a cultura objetificada das joias de crioulas afro-brasileiras. Em Tempo de Histórias, Brasília, n. 22, p. 12-31, 2013.

TEIXEIRA, Amanda Gatinho. **Joalherias de Crioulas:** Subversão e Poder no Brasil Colonial. Revista Antíteses, v. 10, n. 20, p .829-856, 2017.

Fonte audiovisual

O TEMPO NÃO PARA. Rede Globo de Televisão. Autores: Mário Teixeira. Direção: Marcelo Travesso, Adriano Melo, Felipe Louzada, João Bolthauser e Maurício Guimarães. 156 capítulos, 50 minutos, 2018-2019.

Temporalidades

Catolicismo de fachada: um estudo sobre a lógica azulejar dos registros devocionais portugueses nas frontarias domiciliares do Centro Histórico de São Luís, Maranhão

Facade catholicism: a study on the tiled logic of portuguese devotional plaques on residential facades in the Historic Center of São Luís, Maranhão

Giovanna Sousa Pereira
Graduanda em História
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
giovannasousap123@gmail.com

Recebido: 04/08/2025
Aprovado: 23/09/2025

Resumo: O centro histórico da cidade de São Luís, Maranhão, abriga moradias que remetem ao período colonial e trazem fachadas adornadas com a cerâmica que adiciona iconicidade ao seu nome. Esse conjunto azulejar se fez muito presente com o ápice do período pombalino, no qual criou-se a Companhia de Comércio do estado do Grão-Pará e Maranhão. Contudo, além das figuras azulejares mais tradicionais, percebe-se uma tipologia que apresenta uma nova lógica de utilização. O registro devocional é um tipo de mosaico azulejar religioso que se insere nessas construções com outros propósitos, bem distintos da finalidade dos modelos convencionais, que geralmente cobrem as frontarias por completo. Posto isso, desenvolveu-se a necessidade de entender a simbologia social desses ícones sacros, estabelecendo uma relação intrínseca entre o cenário arquitetônico, seus componentes e a história urbana de São Luís. Logo, busca-se entender se esse adorno se tornou um objeto de materialização da devoção católica ou unicamente um símbolo de proteção domiciliar, herança da cultura lusa.

Palavras-chave: Azulejos; Registros devocionais; Devoção.

Abstract: The Historic Center of São Luís, Maranhão, preserves residences that hark back to the colonial period, with facades adorned by ceramic tilework that has become emblematic of the city's identity. This azulejo tradition gained prominence during the height of the Pombaline era, marked by the establishment of the Grão-Pará and Maranhão Trading Company. Beyond the conventional decorative motifs, however, one observes the emergence of a distinct typology that reflects a new functional logic. The devotional plaque is a type of religious ceramic tile mosaic incorporated into these constructions with purposes quite distinct from those of conventional models, which typically cover entire façades. This prompted the need to understand the social symbolism of these sacred icons by establishing an intrinsic relationship between the architectural setting, its components, and the urban history of São Luís. Therefore, this study seeks to determine whether such ornamentation became a

material expression of Catholic devotion or merely a symbol of household protection inherited from Portuguese culture.

Keywords: Facade; Devotional records; Devotion.

Introdução: a "cidade dos azulejos e sobradões"

São Luís tem muitos epítetos para chamar de seu, os quais revelam simbolismos marcadamente presentes em sua história social, cultural e urbana. Ela "apresenta um número considerável de edificações com fachadas revestidas, no século XIX, com azulejos procedentes principalmente de Portugal" (FIGUEIREDO; VARUM; COSTA, [2021?], p. 1), onde são vistos em extensa variedade e muito próximos uns aos outros. Ao ser intitulada "cidade dos azulejos", devido à grande presença desses objetos, principalmente na área do Centro Histórico, observa-se que há uma série de motivações históricas que permitiram que tais artefatos chegassem à localidade em questão e ali permanecessem.

Deve-se pontuar que, apesar do seu caráter decorativo ser muito enfatizado, é crucial analisar e entender as demais intencionalidades referentes à utilização desse adorno na capital do Maranhão, presentes dentro e fora dos seus casarios, com a predominância nas fachadas destes. Logo, seria coerente pensar que o azulejo, objeto cheio de influências e tipologias, teria seu uso reservado apenas ao aspecto decorativo dos casarões juntamente aos demais componentes dessas frontarias?

Quando Ubiatá Meireles em *São Luís, cidade dos azulejos e sobradões* poetiza "em cada azulejo, um traço da nação" (MEIRELES, s.d., verso 4), amplia-se a ideia de que essa peça carrega um caráter único de requinte à moradia. Desvenda-se a partir desse trecho que há várias representações contidas num pequeno objeto de produção artística. Decerto, que a massiva presença dessa temática nos poemas sobre São Luís reforça a questão do embelezamento que o azulejo traz ao ambiente, mas, também se percebe em tais escritos que há um simbolismo maior do que se nota apenas à primeira vista. Ubiatá, em sua poesia, estabelece uma relação entre o material e o imaterial quando caracteriza o azulejo como "um traço da nação", visto que se compreende um pouco da identidade cultural da cidade a partir dessa produção artística.

Segundo Figueiredo, Varum e Costa ([2021?], p. 1), "o conjunto arquitetônico do centro histórico é um legado do período áureo da economia do Maranhão", assim, não apenas a arte azulejar como também a arquitetura colonial presente no Centro Histórico de São Luís carrega diversos

simbolismos a serem decifrados. Esta arquitetura completa o entendimento sobre a presença do azulejo na sociedade ludovicense do século XVIII e XIX, momentos cruciais nos quais a peça esteve gradativamente em vigor. Diante disso, o registro devocional amplia ainda mais a parcela de significações que o azulejo pode transmitir. Se os modelos tradicionais, convencionalmente vistos nas fachadas domiciliares, expressam aspectos além do teor decorativo, o registro aprofunda essa utilização trazendo uma ótica ímpar de intencionalidade aliada ao simbolismo religioso.

Portanto, essa pesquisa objetiva analisar e compreender os variados simbolismos dos registros devocionais em azulejos presentes nas fachadas domiciliares do Centro Histórico de São Luís. Para tanto, adota-se o método de análise referente aos resultados do trabalho realizado através do *Inventário do Patrimônio Azulejar do Maranhão*, organizado por Zelinda Machado de Castro e Lima, fazendo-se, a partir deste, um levantamento empírico especificamente voltado para os azulejos de caráter religioso produzidos em Portugal. Tudo isso alinhado a obras e pesquisas que contribuem com perspectivas que dão enfoque às relações intrínsecas entre História e Arquitetura e Arte e Religião.

Sendo assim, também se pretende com esse estudo abordar a relação entre Portugal e Maranhão, tendo em vista o longo processo de colonização enfrentado no território brasileiro, que, consequentemente, produziu marcas na sociedade e perpassou crenças e ideologias. Além disso, tem-se o artigo azulejar como objeto de análise privilegiado, o qual, a partir de Marc Bloch (2001) em *Apologia da História ou o Ofício do historiador,* classifica-se como testemunho material de determinados momentos que deve ser destrinchado criticamente como um indício para que, assim, obtenha-se informações inerentes à temporalidade histórica que esse documento veio à tona.

O caminho dos azulejos

Apesar de não se saber ao certo quando se inaugurou o título "cidade dos azulejos", ao analisar a permanência desses adornos dentro e fora das moradas, prédios públicos e igrejas da região, mesmo com algumas depredações e vandalismos, entende-se o porquê de tal iconicidade ser atribuída ao município de São Luís. Esses azulejos estão em grande parte localizados na área tombada pelo IPHAN (1974) e reconhecida pela Unesco (1997) e são "remanescentes dos séculos XVIII, XIX e meados do século XX, procedentes principalmente de Portugal, Inglaterra, França, Holanda e Alemanha" (LIMA, 2012, p. 13).

As funcionalidades desses artefatos ao chegarem nas freguesias de São Luís (Nossa Senhora da Vitória e Nossa Senhora da Conceição) variavam: ora requintavam um edifício, ora "vestiam" as paredes dos casarios contra as instabilidades climáticas da ilha, ora fundamentavam a sacralidade católica na fachada domiciliar. Essa lógica funcional poderia ser restrita ou abrangente, mas, em sua maioria os fins eram vistos em conjunto. Portanto, ao analisar o azulejo desde o seu berço e a sua dispersão continental, datada a partir do século XVIII, nota-se uma parcela de sua significância, evidenciando-se que esse artigo não pode ser entendido como unicamente peça decorativa, mesmo que seja frequentemente associado a essa narrativa.

Margareth Gomes de Figueiredo, também envolvida no trabalho realizado a partir do inventário mencionado, afirma, ainda, que "o acervo arquitetônico que compõe o Centro Histórico de São Luís é essencialmente de Arquitetura civil" (FIGUEIREDO, 2012, p. 23). Logo, observado o contexto no qual a arte azulejar se manifesta no território ludovicense, faz-se necessário compreender sua chegada na região e suas implicações, principalmente, a partir da sua utilização nas moradias. Primeiramente, é preciso entender o cenário socioeconômico que o estado do Maranhão vivenciava antes de ter seu contato inicial com esse tipo de cerâmica.

Em vista disso, nota-se que a partir da segunda metade do século XVIII, com a política de exploração da colônia orquestrada pelo Marquês de Pombal – nobre, diplomata e estadista português – a economia maranhense começou a se fortalecer no cenário brasileiro. Apesar de a província ter atravessado o século XVII e o início do XVIII sem apresentar um crescimento econômico significativo, inaugurou-se uma realidade ímpar com a criação da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Segundo Olavo Pereira da Silva Filho, em *Varandas de São Luís: Gradis e Azulejos,* tal processo desencadeou "a prosperidade econômica do Estado do Grão-Pará e Maranhão para atingir o apogeu em meados do século XIX" (SILVA FILHO, 2010, p. 27).

"A essa companhia foi concedido o monopólio do abastecimento, bem como o direito exclusivo do comércio com a metrópole, da navegação [...]e do tráfico de escravos, além de receber do poder público as instalações para seu funcionamento" (CASTRO ANDRÈS, 2006, p. 243). Logo, com as medidas pombalinas, que priorizaram "a intensificação da imigração de colonos açorianos [...]; a introdução de novas técnicas agrícolas e culturas (arroz, algodão) e a inserção no circuito mundial de comércio substituindo os produtos norte-americanos, então em guerra de independência" (IPHAN,

2000, p. 20), houve um considerável aumento na circulação monetária, que impactou vários setores da província e acelerou o seu processo de urbanização.

O cenário internacional teve atuação decisiva no contexto de crescimento maranhense, visto que com a Guerra de Secessão nos Estados Unidos a produção americana passou por uma redução, impulsionando as exportações de algodão do Brasil para a Inglaterra. Dessa forma, entende-se que "como consequência da exportação de produtos primários e da utilização intensiva de mão-de-obra escrava" (CASTRO ANDRÈS, 2006, p. 234) há uma série de mudanças na composição do acervo arquitetônico em resposta a essa nova dinâmica instaurada.

Com isso, percebeu-se uma reestruturação do ambiente urbano a partir das demandas internas e externas, tais como a instalação de fábricas de diversos setores e produtos (de tecidos, de pilar arroz, de sabão, velas, algodão, cal, olarias e tipografias). Não apenas o cenário produtivo ganhou construções à altura como também a população de maior poder aquisitivo que se fixava nesse contexto. Logo, tinha-se uma valorização arquitetônica percebida através da presença de sobrados requintados com mais de dois pavimentos, mirantes e azulejos portugueses.

As economias algodoeira e arrozeira, em especial, firmaram o crescimento efetivo do Maranhão, – ou melhor, atestaram o "fenômeno cristalizado no expansionismo mercantilista do reino" (SILVA FILHO, 2010, p. 32) – segundo Olavo Pereira da Silva Filho, que ressalta o destaque interno e externo da província pelo seu intenso desenvolvimento. Matthias Assunção discute, ainda, em *Caboclos e bem-te-vis*, que "o algodão constituía, via de regra, a renda monetária principal das *plantations*, alcançando ao redor de 70 a 80% do valor das exportações da província até meados do século XIX" (ASSUNÇÃO, 1993, p. 178).

Tal fator não passou despercebido pelo olhar das grandes nações da época, como Portugal; esse foi um dos motivos que impulsionaram muitos indivíduos a se moverem em direção ao Brasil e, consequentemente, ao território maranhense para se estabelecerem e lucrarem a partir dessa permanência. Ademais, "com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil e com a abertura dos portos, ocorreram transformações econômicas que se refletiram na evolução da rede urbana de São Luís" (SILVA FILHO, 2010, p. 35-36), tais como o estabelecimento de diversas indústrias, principalmente têxteis. Sendo assim, a freguesia de São Luís acompanhou esse desenvolvimento urbano de perto, que se materializou a partir de melhorias públicas, tais como iluminação a gás e instalação de chafarizes.

Em vista das inúmeras fixações de famílias europeias e a circulação de riquezas, acompanhadas de grandes construções com características lusas, a implementação do artigo azulejar somava significativamente nessas estruturas, carregando o sinônimo de luxuosidade com sua produção minuciosa e inicialmente artesanal. Com isso, ele integra-se a essa dinâmica como peça fundamental para uma parcela da sociedade, essencialmente, a partir do final do século XVIII. Contudo, o período pombalino não se conceituou como o único responsável na disseminação desse artigo de luxo. Houve outro acontecimento que impactou a utilização dos azulejos, principalmente dos registros: a reconstrução da cidade de Lisboa, direcionada também pelo governador Marquês de Pombal após haver um desastre natural que gerou grande destruição na região.

O Terremoto de Lisboa de 1755 deu palco para a reorganização capital portuguesa, na qual Pombal se inspirou para exaltar o seu tempo político, embasando-se claramente nos ideais iluministas crescentes na época. A arquiteta e urbanista Dora Alcântara afirma, inclusive, que os registros devocionais se fizeram muito presentes em Portugal depois desse momento e mesmo que essas representações sacras também se encontrassem no interior das casas, em geral, ficavam na fachada para proteger o imóvel. Logo, o uso do azulejo no território maranhense se inicia em pequena escala, mas se populariza e ganha força com a reconstrução de Lisboa. Com a vinda de boa parte de famílias nobres e comerciantes portugueses ao território maranhense, estimula-se a construção de grandes edifícios, tanto residenciais como político-administrativos e o artigo azulejar acompanha essas estruturas de forma significativa elencando valorização e prestígio.

Com isso, a lógica azulejar passeava por este momento de maneira sistemática, enriquecendo os sobrados e moradas com sua beleza e um rol de utilidades. Essa arte acompanhava uma arquitetura singular do palco colonial que se tipifica em classificações bem objetivas, podendo ser analisadas essencialmente em suas fachadas. Com esse mesmo olhar, Olavo da Silva Filho (2010) disserta sobre essas configurações arquitetônicas, pavimentadas em sua maioria nos séculos XVIII e XIX, e mostra que o azulejo era quase sempre utilizado em harmonia aos gradis para pincelar requinte às varandas, espaço que se tornou sinônimo de sofisticação.

As distintas lógicas azulejares no território maranhense

O uso do azulejo se tornou frequente tanto em regiões europeias como no território maranhense que passou a importar peças e artigos para se integrarem ao cenário. Logo, como já

afirmava Silva Filho (2010), ao analisar a arte azulejar se percebe que esta ganhou novas finalidades na província maranhense, que vão além do seu caráter estético. Decerto, que o uso dessas peças nas ambientações atribuía um visual diferenciado e harmônico aos sobrados e construções, contudo, a sua utilização também contribuía para a preservação das estruturas de modo abrangente. Entretanto, a beleza contida nessas peças era inegável e as suas múltiplas criações e modelos eram frequentes em diversos âmbitos, como no interior de edifícios ou nas fachadas de casarios, igrejas católicas, cemitérios e etc.

Sendo assim, o artigo em sua utilização diversificada protagonizava as frontarias maranhenses, mesmo que não objetivasse apenas isso. Nesse sentido, o arquiteto brasileiro discute, ainda, que "os azulejos foram adequadamente utilizados na proteção e embelezamento das fachadas do casario urbano, constantemente sujeitas à ação predatória das intensas chuvas que caem na região" (SILVA FILHO, 2010, p. 140), por conseguinte, mesmo que a inserção dos azulejos nas construções detivesse esse teor de requinte, posto que essas peças eram inicialmente importadas de Portugal e originárias do Oriente, elas ganhavam uma nova e importante função na durabilidade das residências, prédios e igrejas da freguesia de São Luís. Com essa intencionalidade precisa e acertada na localidade, devido seus fatores climáticos extremos, o quantitativo de azulejos dispostos nas fachadas aumentou disparadamente, bem como diversificou-se as suas tipologias e intencionalidades no decorrer dos anos.

A presença dos elementos artísticos religiosos, bem como esculturas e outros artefatos da mesma temática, ganhava notoriedade no interior das igrejas, dos cemitérios, dos edifícios de finalidade política e do âmbito residencial, nos quais as lógicas de inserção desses artigos dentro dessas localidades muito se assemelhavam. Além disso, Luís Phelipe Castro Andrès (2006, p. 244) comenta que "a combinação de trabalho escravo com a exportação engendrou aqui, como em outras regiões da América Latina, mecanismos de concentração de riqueza", logo, para acompanhar esse ápice econômico as produções artísticas não "deveriam" ser de baixo requinte.

Em vigência disso, a estrutura das catedrais, as pinturas elaboradas e sistematicamente pensadas para compor o átrio dos templos, os azulejos para estruturar e embelezar as fachadas e as paredes internas das igrejas definiam o movimento religioso e, consequentemente, a urbanização da temporalidade colonial no estado do Maranhão. No entanto, esse artigo religioso não se concentrava unicamente na parte frontal das construções coloniais, mas se internalizava também nas ambientações residenciais, administrativas e religiosas.

Pode-se analisar, a partir do *Inventário do Patrimônio Azulejar do Maranhão,* que os bairros mais antigos da capital maranhense, como Monte Castelo e João Paulo, abrigam dezenas de produções azulejares que retratam santos da igreja católica e cenas religiosas (LIMA, 2012). Contudo, boa parte das peças de cunho cristão se concentra na área de tombamento, sendo os artigos mais antigos de fabricação portuguesa, objetos principais desse estudo. Essa característica é explicada a partir do Tratado de comércio entre Brasil e Portugal que, segundo Olavo Pereira da Silva Filho (2010, p. 140), "enunciava a aquisição preferencial de louças e azulejos à Metrópole, não favorecendo os demais centros de produção, que só em escala muito reduzida enviaram seus produtos ao Maranhão".

Apesar disso, segundo o dito inventário, há uma parcela significativa de artigos de origem local e outras trazidas da província do Rio de Janeiro. Dito isso, a partir da observância entre as tipicidades e seus locais de fabricação percebe-se as semelhanças na lógica azulejar como também as distinções em suas características estéticas. Os azulejos produzidos manualmente, apesar de nem sempre demonstrarem total simetria, colecionavam certo prestígio social por serem criados numa elaboração mais detalhada e minuciosa do que os das grandes fábricas.

Todavia, em relação aos registros portugueses se entende que sua fabricação requeria certa linearidade e padronização, além de uma rápida produção com a alta demanda, visto que eles geralmente possuíam "molduras com elementos fitomórficos em estilo barroco, rococó ou neoclássico, monocromáticas ou policromáticas, assim como a imagem do Santo" (LIMA, 2012, p. 42).

Logo, muitos eram feitos de maneira sistemática nas fábricas lusas, como na Fábrica Aleluia em Aveiro. Essa tipologia dividia o cenário entre outros gêneros denominados a partir das características de aplicação destes no ambiente ou do revestimento que se integravam, sendo definidos em: silhar, tapete, painel figurado, tarja, cercadura, friso e adorno.

A partir de um pequeno levantamento sobre a localização dos azulejos de origem portuguesa no município de São Luís baseado na análise do mencionado inventário, observou-se que essa tipologia religiosa se encontra dispersa em vários bairros da capital maranhense, tendo o Centro Histórico como localidade possuidora de uma quantidade significativamente maior desses artefatos, encontrados numa distância pequena entre um e outro.

A arte azulejar de viés católico e produção portuguesa se mostra nos seguintes endereços: Rua dos Afogados 331, 565; Rua do Alecrim 153, 247, 249; Rua Antônio Rayol 273; Avenida Silva Maia 131, 131, 219, 71; Rua do Egito 139, 166; Rua do Giz 305; Rua Grande 907; Rua das Hortas 256; Rua Montanha Russa 52; Rua do Passeio 195, 1014; Rua da Paz 439, 605; Praça Gonçalves Dias 351; Rua de Santana 492; Rua Rio Branco 407, 420; Rua da Cruz 52, 156, 160, 186; Rua da Alegria 323; Rua da Saavedra 137; Rua de Santa Rita 410, 410; Rua de Santaninha 122; Rua de São João 425; Rua de São Pantaleão 692 e Rua do Sol 393, 597.

A partir disso, observa-se que grande parte se concentra dentro dos edifícios antigos, contudo, há uma parcela disposta nas fachadas dos sobrados e solares que podem ser contempladas sem a necessidade de adentrar às ditas construções. Nota-se também que apesar destes artigos serem encontrados nas fachadas, haviam outros ambientes externos que estes se inseriam, inclusive com maior frequência do que nas frontarias residenciais, como jardins, varandas, escadas externas. Os azulejos fundamentadores dessa percepção estão presentes nas principais ruas do centro histórico, sendo estas, boa parte das vezes, umas adjacentes às outras ou bem próximas geograficamente. A maior parte dos registros se localiza essencialmente nas ruas dos Afogados, do Alecrim e de São Pantaleão.

Ainda baseado no mencionado inventário, esse patrimônio religioso, artístico e arquitetônico em questão se configura em mais de dez por cento das peças referente a toda azulejaria encontrada (LIMA, 2012). Pode-se considerar que essa quantidade deveria ser ainda maior no período de sua fabricação se levar em consideração as significativas perdas por sucateamento, motivos climáticos, entre outros. No entanto, essa parcela encontrada revela sua intencionalidade a partir da tendência de fabricação, remetendo-se a traços e influências de grande valor vigorados nos tempos que o Brasil foi subjugado como colônia. Sendo assim, é significativo analisar e entender com detalhamento as implicações de cada peça azulejar que se integra à simbologia católica.

A santa cerâmica: um estudo de caso

Silva Filho (2010, p. 139) afirma que a arte azulejar "chegou até nós a partir da Península Ibérica, especialmente de Portugal, que logrou grande desenvolvimento entre os séculos XVI e XIX", logo, entende-se uma gama de influências contidas em um pequeno artefato que carregava singularidades de proporções continentais. Com isso, pode-se inferir que as técnicas envolvidas no

processo de produção desses objetos cerâmicos transmitiam influências de proporções milenares e oriundas de várias regiões do globo.

Entendendo seus pormenores, analisa-se que os registros devocionais assumiram o estilo Barroco, que, segundo Dora Alcântara (2016) em matéria publicada no jornal *O Globo*, "ganhou imagens religiosas e cenas fidalgas que ocupavam paredes inteiras". Aliado a isso, Gombrich (2000) comenta que esse estilo, a partir do seu aspecto emocional e teatral, tinha como principal função alcançar o lado sentimental do indivíduo e reafirmar o poder da fé, algo que se encaixa perfeitamente nas funções visual e simbólica dos azulejos devocionais.

Sendo assim, não se pode ignorar o fato de que essa tipologia azulejar também se portava como uma maneira de decorar interna ou externamente determinados cômodos, mesmo que houvesse finalidades maiores que essa. "Sua característica principal é a de proteger a residência de catástrofes e males diversos" (LIMA, 2012, p. 41), assim, esse simbolismo marcante aliado a uma espécie de refúgio santíssimo materializado em azulejo abarca, ainda hoje, os mais variados ambientes. Essa apropriação do objeto sagrado como proteção cotidiana pode ser entendida com base no que Mircea Eliade (2004) define como hierofania doméstica, ou seja, a manifestação do sagrado no espaço privado, onde o domicílio se transforma numa espécie de extensão do templo religioso.

Posto isso, é evidente que as figuras representadas nos registros são, em sua maioria, de santos católicos ou anjos e sua fixação é disparadamente significativa no âmbito residencial e nas suas áreas externas, podendo ser afixadas em espaços específicos como terraços, jardins e varandas. Essas imagens, mais do que ornamentos, cumpriam uma função devocional ativa, como argumenta Hans Belting (1994), ao afirmar que a figura religiosa não apenas representa o sagrado, mas atua como mediadora entre o fiel e a divindade, carregando poder espiritual e social. Sendo assim, têm-se como fundamento de análise alguns achados interessantíssimos que exemplificam essa tipologia azulejar:

Imagem 1: Santo Antônio, técnica de decoração Majólica



Fonte: Lima (2012).

De fácil notoriedade encontra-se na Rua da Paz, número 605, uma mostra em cerâmica do santo mais devotado em azulejo. Santo Antônio nasceu em Lisboa, Portugal, e faleceu em Pádua na Itália. Além de ser conhecido por muitos, inclusive por não católicos, como o santo casamenteiro e protetor dos pobres, é a figura sacra que inaugura as celebrações juninas. Mas não apenas isso, esse ser sagrado carrega em seu berço o sangue português, o que pode estar relacionado à sua forte presença nas produções desses registros, já que boa parte dessas peças eram produzidas na sua terra natal.

Decerto, as crenças em Santo Antônio, bem como sua representação em azulejo poderia ter seu uso de caráter estritamente protetivo nas moradias lusas, mas ao chegar no solo maranhense percebe-se que essa utilização se motivava em temáticas variadas. Logo, devido ao caráter milagroso diversificado que este possuía não seria estranho a forte recorrência da sua figura nas moradias da freguesia de São Luís. Vê-se, inclusive, que nessa representação sagrada se faz presente um menino de pouquíssima idade que, supostamente, seria o menino Jesus.

Além disso, nota-se que na parte inferior do azulejo o título "Villa Santo Antônio", o que nos revela a extrema devoção a este santo em específico, posto que nomeia uma determinada localidade e provavelmente se localizava num espaço público, onde todos pudessem contemplar essa sacra figura.

Nesse sentido, portanto, Santo Antônio pode ser o protagonista dessa arte azulejar, mas não se perpetua como o único ser divino em cerâmica. A seguir tem-se outra exemplificação do sagrado em fachadas:

Imagem 2: São José, técnica de decoração Majólica



Fonte: Lima (2012).

O segundo azulejo que tomamos nota ainda se encontra no seu local originário de fixação, localizado na Rua dos Afogados 331. Podemos perceber nesse registro a imagem de São José, estruturando bem a sacralização da arte. A figura sagrada em questão se classifica como segundo santo de devoção católica mais encontrado, ficando atrás apenas de Santo Antônio. O santo padroeiro da igreja católica aparece em todas as suas representações azulejares acompanhado de um menino, que podemos afirmar ser uma menção ao menino Jesus, já que na lógica cristã José seria o seu pai adotivo e companheiro de Maria, sua mãe.

Além disso, este personagem bíblico é interpretado como protetor da Igreja Católica e padroeiro dos trabalhadores e das famílias, principalmente por representar o trabalho de carpinteiro e possuir o título de patriarca da Sagrada Família. Tais observâncias só reforçam a representatividade que determinadas famílias desejavam assegurar em seus lares. Prosseguindo nessa mesma concepção insere-se agora a imagem feminina de Nossa Senhora da Conceição abordada em azulejo:

Imagem 3: Nossa Senhora da Conceição, técnica de decoração Majólica



Fonte: Lima (2012).

Produzida na Fábrica das Devezas (Vila Nova de Gaia, Portugal), esta simbologia traz essencialmente a imagem da padroeira de Portugal. Por ser mais uma manifestação da Virgem Maria, se vê adjunto a ela algumas crianças se movendo ao redor de sua santa vestimenta, afirmando o caráter reprodutor feminino dado por Deus e sua representação materna, consequentemente. Essa maternidade não se limitaria a esses pequeninos, mas se estenderia aos seus devotos como sinônimo de proteção e amparo.

A partir das três exemplificações de artigos em azulejos, percebemos numerosas características que estes partilham entre si como as cores utilizadas nas cerâmicas. O uso do azul e branco é notável em mais de noventa por cento dos registos devocionais portugueses e nisso se afirma um padrão, provavelmente porque eram produzidos nas mesmas fábricas e esse processo se repetia em cada representação sagrada.

Portanto, pode-se inferir inúmeros motivos independentes que afirmavam essa coloração específica nas produções. Inclusive, se percebe que a utilização desses tons faz referência ao cenário divino, tendo o céu como iconicidade principal ao fazer a associação do azul com o branco ou vice-versa. Ademais, a intencionalidade nesse formato se entrelaça à noção de pureza e santidade como aspectos inerentes a essas figuras religiosas.

Baseando-se ainda no mesmo inventário, Domingos de Jesus Costa Pereira (2012, p.27), adiciona que "houve profundas transformações na azulejaria portuguesa, a partir do Século XVI, utilizando-se a técnica majólica de influência ítalo-flamenga, com expressão artística decorativa de motivos locais e das viagens dos descobrimentos".

Esse aspecto decorativo se define numa espécie de "moldura" em tons variados, que circunda a figura sacra e todo o cenário em segundo plano. Essa característica ao redor da imagem faz referência à técnica majólica de decoração, originária desde o século VIII, que "consiste basicamente na aplicação de pintura e pincel sobre esmalte estanífero" segundo Letícia de Maria Paixão Martins de Castro (2010, p. 51), também envolvida na equipe de produção do *Inventário do Patrimônio Azulejar do Maranhão*. Esse modelo de pintura faz referência a uma esmaltação utilizada em cerâmicas, mas seu nome também diz respeito aos utensílios e artigos decorativos que se enquadram nessa tendência remota que perdura até os dias de hoje. A técnica consiste em inicialmente tingir de esmalte branco uma certa área e em seguida aplicar cores variadas em formatos de manchas.

Segundo Martins de Castro (2010, p. 51), os artigos que possuem essa característica "são azulejos de estilo pombalino, com flores e folhas estilizadas, usando principalmente as cores azul, amarela e vinho sobre fundo branco". Tal utilização artística se fazia presente em inúmeras produções azulejares de origem portuguesa, o que contribuía na diferenciação das peças produzidas em território luso e dos artigos fabricados no solo brasileiro, que normalmente usavam a pintura de mufla como aspecto singular.

A partir disso, observa-se que os registros portugueses de maior frequência nas fachadas traziam representações de santos que não estão relacionados unicamente com a questão protetiva do domicílio mesmo que utilizados nas fachadas. Tal fato se nota ao analisar quais eram os santos mais utilizados nesses azulejos em Portugal e no Brasil. Vê-se que no território luso, segundo Dora Alcântara (2016), "eram recorrentes as imagens de São Francisco de Borja, protetor contra terremotos, São Marçal, contra incêndios, e Nossa Senhora, protetora da família". Já no Brasil e, especialmente, na freguesia de São Luís, como fora abordado, os registos portugueses de maior frequência eram Santo Antônio, São José e Nossa Senhora da Conceição.

"Uma fé de fachada?"

Sendo assim, obteve-se uma percepção singular sobre esse determinado grupo de artefatos de origem portuguesa que traziam as representações das santidades cristãs em suas disposições. Para destrinchar essa utilização deve-se entender que a temática religiosa na época colonial era professada através de produções de alto valor artístico, exemplificada nas esculturas de porte significativo e produção minuciosa durante o período colonial brasileiro. Isso não quer dizer, necessariamente, que esses azulejos não carregavam mais a intencionalidade de blindar os casarios contra os males externos, mas indicava novas lógicas de utilização ao chegar no solo maranhense.

Dada as análises, não seria coerente afirmar que o uso do registro devocional nas fachadas domiciliares significaria apenas uma intenção de obter proteção divina. Havia, então, uma pluralidade de intenções presentes nessas peças. Tal fato se aproxima com o que Roger Chartier (1990) chama de representações sociais ou, ainda, formas visíveis que, silenciosamente, organizam as relações entre os indivíduos e as instituições de determinada temporalidade. Sendo assim, o azulejo devocional seria mais do que expressão religiosa. Nesse caso, ele se definiria também como uma marca de adesão simbólica ao poder eclesiástico vigente, funcionando como um símbolo de pertencimento à ortodoxia católica.

Além desses aspectos estéticos, é possível interpretar a presença desses azulejos também como uma forma de distinção social, como diria Bourdieu (2007), visto que a apropriação de símbolos religiosos refinados nas fachadas servia tanto à devoção quanto à afirmação de prestígio e alinhamento com os valores da elite luso-católica.

Infere-se também que esse uso poderia significar uma maneira mais acessível de ter uma representação material de cunho católico, que não deixava de ser elaborado e trazer certo requinte, mas que se enquadrava como menos custoso para a população se comparado às esculturas de santos e outros itens mais elaborados. Por isso, Dora (2016) destaca que "buscava-se algo barato, com propósito mais devocional do que decorativo, enquanto entre os mais ricos a lógica era inversa".

Ademais, deve-se considerar que a presença desses artigos azulejares religiosos em qualquer ambientação não necessariamente legitimava total devoção ou fidelidade ao catolicismo, posto que essa aplicação também se inseria como resposta ao tradicionalismo católico, marcadamente português desde o século XVI. Afirma-se, ainda, que mesmo com a utilização dessas peças o indivíduo que a

detivesse poderia seguir outro credo que não fosse a fé católica, mas que também fosse devoto aos santos dessa matriz religiosa.

Por isso, quando se fala a respeito de catolicismo e de devoção, deve-se ter como pauta a existência de múltiplas religiosidades se expandindo em cada canto brasileiro sem a devida representatividade e valorização. Esse contexto de múltiplas práticas e crenças convivendo lado a lado aponta para o que Laura de Mello e Souza (1986) identifica como campo religioso difuso no Brasil colonial, no qual o catolicismo oficial tinha um contato inevitavelmente aproximado com devoções populares, crenças afro-indígenas e práticas, ao seu olhar, desviantes, muitas vezes mascaradas sob a aparência de ortodoxia. Essas variadas crenças nada tradicionais, mas essencialmente sínteses concretas de resistências, e hora ou outra de imposições, se desdobravam em tamanhas proporções ao lado do cristianismo.

Poderia ser este catolicismo apenas um véu, uma porta, uma fachada, uma mostra ensaiada numa malha de cerâmica, para esconder as mais subjetivas inclinações religiosas de um viés incomum para a sociedade extremamente ligada às imposições coloniais. Essa leitura corresponde ao que Hans Belting (1994) propõe ao tratar da imagem como encenação, em que o uso de representações religiosas pode cumprir funções políticas, diplomáticas ou mesmo dissimulatórias, especialmente quando há coerção simbólica ou hegemonia institucional envolvida. Decerto, o uso desses registros poderia contribuir para mascarar as reais inclinações pessoais de certa parcela social no cenário maranhense do século XVIII e XIX.

Devido ao notável poderio das igrejas católicos em tal cenário, se aliar à causa católica ou forjar uma aparência espiritual aliada a essa instituição significava adentrar nesse tecido político de alto vanglorio e aquisição. Logo, não se pode considerar o tradicionalismo como sinônimo de estrita espiritualidade, como também não se deve excluir qualquer legitimidade aos casos de devoção verdadeira ao catolicismo.

Portanto, é correto inferir que a localização dos registros revela singularidades. Ora estando nos cômodos mais secretos, ora afixados nas frontarias, nenhuma presença azulejar em qualquer dos âmbitos garantiria uma inclinação inteiramente católica. Com isso, é necessário perceber os outros vieses na relação entre Arte e Religião. Essa temática, à primeira vista sagrada e artística, ao mesmo tempo reflete implicações políticas e econômicas. Ao aproximar-se o olhar diante dos traçados

arquitetônicos, entende-se que as intenções estéticas, na verdade, se colocavam em segundo plano para dar lugar aos interesses religiosos no cenário maranhense oitocentista.

Conclui-se, então, que os registros devocionais em azulejos presentes nas fachadas de São Luís não podem ser interpretados apenas como expressão de fé, mas também como elementos simbólicos de prestígio social e alinhamento com a matriz cultural católica portuguesa. Esses elementos revelam tensões entre devoção autêntica, tradição e estratégias de pertencimento social. Como aponta Pierre Bourdieu (2007) ao discutir que símbolos religiosos em contextos coloniais também operavam como marcadores de distinção social, sendo apropriados por grupos que buscavam afirmar posição dentro de uma ordem social hierárquica e eurocentrada.

A partir do destrinchamento de uma peça artística, a princípio "retraída" em um cômodo residencial, e a observância de suas ambíguas funcionalidades, fundamenta-se a ideia de que a religiosidade colonial não era homogênea, posto que muitos sujeitos viviam uma fé performática. Isso se relaciona ao que Carlo Ginzburg sintetiza a partir de sua obra *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.* Ele relata que Menocchio declarava que "tudo era um caos [...] e de todo aquele volume em movimento se formou uma massa, do mesmo modo como o queijo é feito do leite, e do qual surgem os vermes, e esses foram os anjos" (GINZBURG, 2006, pp. 97), isto é, ao refletir sobre uma cosmogonia heterodoxa e profundamente simbólica pode-se relacionar esse pensamento com o contexto religioso maranhense essencialmente heterogêneo.

Logo, compreende-se que os registros devocionais transmitiam funcionalidades e camadas distintas ao mesclar características artísticas, religiosas e políticas, ao passo que também se alinhavam ao momento econômico da província maranhense. Sendo assim, afirma-se que os registros portugueses se desdobravam simultaneamente como sustentáculo de fé, marcador de classe, artefato decorativo e instrumento de pertencimento social. Compreendê-los, portanto, requer uma ótica que leve em consideração todas as suas representações, os usos sociais da imagem e os múltiplos níveis de religiosidade presentes na sociedade colonial brasileira, conforme sustentam autores como Laura de Mello e Souza e os demais supracitados.

Referências:

ASSUNÇÃO, Matthias. **Caboclos e bem-te-vis: protesto e acomodação no pós-abolição.** São Luís: Edufma, 1993.

BELTING, Hans. **Imagem e culto: uma história da imagem antes da era da arte.** São Paulo: EDUSP, 1994.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício de Historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Acesso em: 18 jul. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CASTRO ANDRÈS, Luís Phelipe de Carvalho. **A arquitetura maranhense e a economia do algodão.** In: RIBEIRO, Carlos André C. (Org.). Arquitetura na formação do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FIGUEIREDO, Margareth Gomes; VARUM, Humberto; COSTA, Aníbal. **Azulejos de fachada, em São Luís do Maranhão.** Aveiro: Universidade de Aveiro, 2012. Estudo publicado no Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. Disponível em: https://core.ac.uk/download/15570019.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMBRICH, Ernst H. **A história da arte.** Rio de Janeiro: LTC, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Cidades históricas: patrimônio mundial no Brasil.** Brasília, DF: IPHAN, 2000.

LIMA, Zelinda Machado de Castro e (Org.). **Inventário do Patrimônio Azulejar do Maranhão.** São Luís: Santa Marta, 2012.

MEIRELES, Ubiatá. **São Luís, cidade dos azulejos e sobradões.** *Pensador*, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: https://www.pensador.com/frase/MzU5NDg3MQ/. Acesso em: 29 jul. 2025.

SILVA FILHO, Olavo Pereira. **Varandas de São Luís: gradis e azulejos.** Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/varandas_sao_luis_gradis_azulejos.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VANINI, Eduardo. Tradição de azulejos com santos nas fachadas das casas permanece viva. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jun. 2016. Disponível em: https://oglobo.globo.com/ela/decoracao/tradicao-de-azulejos-com-santos-nas-fachadas-das-casas-permanece-viva-19487069. Acesso em: 29 jul. 2025.

Temporalidades

Um Marcel Proust cientista: recepções de *À la recherche du temps perdu* entre a crítica literária e as neurociências

A scientific Marcel Proust: receptions of *À la recherche du temps perdu* between Literary Criticism and Neuroscience

Dhyan Ramayana Ramos Rodrigues[1]
Doutorando em História Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
dhyan.ramos@gmail.com

Recebido: 05/08/2025
Aprovado: 18/12/2025

Resumo: Este artigo oferece um exame histórico de leituras que imputaram a Marcel Proust a etiqueta de cientista, explorando os modos pelos quais um escritor canonizado se torna referência em um campo que, frequentemente, se constrói em contraste — e por vezes em oposição — à literatura. Primeiro, investiga-se a recepção da obra na crítica literária das décadas de 1920 e 1930, que a leu como análise científica, objetiva e psicológica. Em seguida, expõe-se a apropriação da obra por neurocientistas na segunda metade do século XX, que acabaram por transformar Proust em um precursor do próprio campo. Por fim, explora-se a reação dos estudos literários mais recentes ao Proust das neurociências, destacando as tensões e acomodações entre as abordagens. Busca-se, com isso, investigar as camadas de sentido atribuídas ao autor e sua obra ao longo de sucessivas intepretações, em momentos e disciplinas distintas, que acabam por cristalizar versões concorrentes e frequentemente incomunicáveis do "proustiano".

Palavras-chave: Marcel Proust; recepção; ciência.

Abstract: This article offers a historical examination of readings that have ascribed to Marcel Proust the label of scientist, exploring the ways in which a canonized writer becomes a reference in a field that often defines itself in contrast — and at times in opposition — to literature. It first investigates the reception of his work in literary criticism of the 1920s and 1930s, which interpreted it as scientific, objective, and as a psychological analysis. It then discusses the appropriation of his work by neuroscientists in the second half of the twentieth century, who ultimately turned Proust into a precursor of their own field. Finally, it explores how more recent literary studies have responded to the neuroscientific Proust, highlighting the tensions and accommodations between these approaches. The aim is to investigate the layers of meaning attributed to the author and his work across successive interpretations, in different moments and disciplines, which ultimately crystallize competing and often mutually unintelligible versions of the "Proustian".

Keywords: Marcel Proust; reception; science.

[1] Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

Introdução

O escritor francês Marcel Proust (1871-1922) e sua obra *À la recherche du temps perdu*, publicada entre 1913 e 1927, ocupam um local de destaque no cânone literário ocidental e são frequentemente considerados como a mais alta realização do romance francês do século XX. Antoine Compagnon, por exemplo, defende que mais do que Rabelais, Rousseau ou Victor Hugo, é Proust quem se equipara a símbolos nacionais como Dante, Shakespeare, Cervantes ou Goethe: trata-se do "gigante da literatura francesa que, de certa forma, a absorve por inteiro" (COMPAGNON, 1997, p. 3836), um "paradigma do romance que não nos resta senão pastichar" (COMPAGNON, 1997 p. 3863) [2].

Porém, ao lado desse Proust "monumento da literatura universal" (BARTHES. 1984, p. 319), outros coexistem. Não se trata apenas de posições interpretativas internas aos estudos literários – sobre o peso de aspectos biográficos no romance, o alcance de sua inovação estilística ou sua filiação à tradição francesa – ou das várias concepção de proustiano que coabitam o mundo da crítica. Ao lado do autor que representa, em certa medida, a fundação da modernidade literária, consolidou-se a imagem de um Proust cientista, verificada no modo como sua obra passou a ser mobilizada por pesquisadores das neurociências enquanto uma antecipação intuitiva de descobertas cognitivas contemporâneas. Essa apropriação transformou o escritor em uma espécie de precursor do campo, deslocando-o de seu contexto literário e reinscrevendo sua obra em uma nova dimensão epistemológica e estética por meio de disputas de interpretação e reordenações entre ciência e literatura.

Propomos, dessa forma, uma análise da recepção que atribuiu a Marcel Proust a etiqueta de cientista partindo de sua recepção imediata, passando pela consagração contemporânea como neurocientista *avant la lettre*, até chegar na reação dos estudos literários a esse Proust científico. Nos inspiramos na proposta de história das tradições interpretativas formulada por Antoine Lilti, segundo a qual os textos do passado só chegam até nós "carregados pelas sucessivas camadas interpretativas, pelas múltiplas significações atribuídas pelas recepções diversas", sendo imperativo ao historiador que lida com textos literários, sobretudo os canônicos, "considerar o conjunto de mediações históricas que permitiram a uma obra ou a um texto continuar a produzir efeitos no tempo, de estudar os processos que mantiveram tal texto vivo, integrando-o ao seio de uma tradição, construindo em torno dele comunidades interpretativas" (LILTI, 2018, p. 182). A partir dessa perspectiva, o artigo examina as

[2] Optamos por traduzir todas as citações de línguas estrangeiras. Os títulos dos livros e artigos foram mantidos no original. *À la recherche du temps perdu*, quando abreviada, será referida apenas como ***Recherche.***

construções de sentido atribuída a Proust e sua obra por autores dos campos da literatura e da ciência e investiga como cristalizaram-se concepções divergentes do "proustiano", num processo de especiação interpretativa que levou à formação de linhagens autônomas, coexistentes, mas muito pouco permeáveis entre si.

O romance científico de Marcel Proust: *À la recherche du temps perdu* em sua recepção imediata

"Longtemps je me suis couché de bonne heure" é a abertura do primeiro livro de *À la recherche du tempes perdu* e título de uma famosa conferência de Roland Barthes, na qual é proposta uma leitura de Proust em contraste com determinado modelo de ciência. Nesse texto, Barthes atribui ao autor o papel de iniciador de uma "terceira via" da escrita, situada entre o ensaio e o romance, que o inspira na elaboração de seu próprio "romance a fazer". Confrontando a generalidade da ciência, essa escrita lhe permite ouvir "o grito do que quer falar em si" (BARTHES, 1984, p. 320). Ainda que, ao final, Barthes reconheça em seu projeto uma forma de "ciência", essa só se sustentaria se o termo fosse despojado de seu sentido ligado à objetividade e à generalização e fosse compreendido, ao contrário, como um tipo de saber enraizado na subjetividade e voltado à singularidade. Trata-se de um conhecimento que parte da experiência íntima e que, como sugere o crítico, se aproxima da *Scienza Nuova* de Vico, capaz de exprimir, a um só tempo, "a luz e o sofrimento do mundo" (BARTHES, 1984, p. 325).

Contudo, trata-se de uma visão distinta da que prevaleceu entre as décadas de 1910 e 1930, quando se imputava a Proust o rótulo de um cientista objetivo, em busca de leis gerais sobre a psicologia e as relações humanas. Douglas Alden, o primeiro pesquisador a sistematizar a recepção da *Recherche*, defendeu que até meados da década de 1920 predominava uma "interpretação classicista" do romance, descrito como "moralista", "científico", "objetivo" e "psicológico" (ALDEN, 1940, p. 42-44). Não apenas a recepção. O próprio Proust, em diversas ocasiões, insistiu que sua postura era a de um distante observador, necessária devido à qualidade científica do seu objeto (LUCKHURST, 2000 p. 140-141). Em carta a Louis de Robert, o qual aconselhava a eliminar o trecho de *Du côté de chez Swann* em que Mlle Vinteuil cospe no retrato do pai, o escritor responde: "*Amicus Plato sed magis amica veritas*. Não posso, em nome da amizade, [...] modificar o resultado de experimentos espirituais que sou obrigado a comunicar com a boa-fé de um químico realizando suas pesquisas" (PROUST, 1913 apud. LUCKHURST, 2000, p. 141).

Um embate entre os críticos literários Jean de Pierrefeu e Jacques Boulenger em torno da atribuição do *Prix Goncourt* a *À l'ombre des jeunes filles en fleurs* (1919), segundo romance da *Recherche*, ajuda a ilustrar como a etiqueta de "cientista" atribuída a Proust foi mobilizada — e contestada — durante sua recepção imediata.

Em 12 de dezembro de 1919, Jean de Pierrefeu publica, no *Journal des débats politiques et littéraires*, uma crítica ao júri do Goncourt. Nela, sustenta que Proust não apenas excedia a idade considerada adequada para o prêmio, como também carecia da qualidade literária exigida, em razão, sobretudo, de um foco excessivo em si mesmo, o que faria do autor um "escravo dessa penosa busca nas trevas de seu eu" (PIERREFEU, 1919, p. 1).

Uma semana após a crítica de Pierrefeu, Jacques Boulenger publica no *L'Opinion* uma defesa de Proust, ainda que marcada pela ambivalência. Classifica a *Recherche* como um "romance psicológico" desprovido de composição clara — característica que, segundo ele, comprometeria seu valor artístico. No entanto, atribui ao autor uma originalidade extrema, associada a um "ponto de vista científico", o de um *savant*, diferente do estético, próprio dos escritores de imaginação (BOULENGER, 1921, p. 91). Com uma linguagem "neutra e cômoda", desprovida de beleza formal, Proust se aproximaria de um psicólogo que cria sua própria matéria de análise. Para Boulenger, a *Recherche* vale menos por sua forma do que por seu compromisso com a verdade: uma obra que obedece "mais às regras da crítica científica do que às normas (aliás, secretas) da arte" (BOULENGER, 1921, p. 92). Ainda assim, essa atitude científica não impediria o autor de elaborar personagens vívidos e retratar a realidade concreta com força comparável à de Stendhal ou Molière (BOULENGER, 1921, p. 93).

O embate se inicia no segundo artigo de Pierrefeu, publicado em 3 de janeiro de 1920, quando o crítico reprova nominalmente o texto de Boulenger. Para ele, Proust não é um *homme de lettres*, já que sua obra carece de composição e se limita à exploração da própria vida. Sua originalidade residiria justamente no "refúgio na contemplação da subjetividade pura". No entanto, essa abordagem subjetiva, segundo Pierrefeu, não contradiz a leitura científica feita por Boulenger — ao contrário, é aí que residiria o problema. Ao fundamentar sua obra em hipóteses da ciência moderna, instável e mutável, Proust abandonaria o ideal de universalidade próprio da arte. Para Pierrefeu, é um erro grave dos críticos tratar como clássico o que, na verdade, é sintoma do modernismo: ao tentar fazer ciência, Proust deixaria de fazer tanto arte quanto literatura.

> Sr. Proust não fez nem um romance, nem um drama, nem qualquer coisa que se assemelhe a uma obra literária. Trata-se de uma espécie de investigação psicológica muito detalhada, muito informada, baseada nas últimas descobertas da psiquiatria moderna, pelo cuidado que ele tem de investigar, até nas modificações orgânicas do ser que são influenciadas por obscuras heranças, seus preconceitos ou o estado da atmosfera, os motivos dos atos e dos sentimentos. (PIERREFEU, 1920a, p. 3).

A forma de Boulenger defender Proust e a si próprio dessas críticas demonstra que é sobre o próprio conceito de ciência, psicologia e literatura que o debate gira em torno. Na réplica a Pierrefeu, ele acaba por concordar com a impossibilidade de união entre a ciência moderna e a literatura, mas acrescenta que ao relacionar Proust ao termo ele estava simplesmente indicando a sua perspicácia crítica e a potência de sua análise, mais preocupada em perseguir ao esgotamento a verdade do que com a estética, atitude que faria honra a um *savant*. Boulenger complementa, explicitando a diferença de uso que faz do termo em relação a Pierrefeu: "concluir daí que o Sr. Proust fez, consciente ou não, uma obra de *savant*, ou mesmo, quase isso, atribuir-lhe a religião hegeliana e renaniana da ciência, parece-me arriscado" (BOULENGER, 1921, p. 105). Afinal, poder-se-ia atribuir a escritores como Stendhal um ponto de visto científico mais do que estético, assim como ele o fez para Proust, pois este segue a mesma via dos "grandes escritores psicológicos de nossa literatura: Benjamin Constant, Stendhal, Saint-Beuve, Fromentin, etc." (BOULENGER, 1921, p. 106).

Passado quase um ano, os críticos irão reiterar suas posições acerca da obra de Proust, agora no contexto do lançamento do terceiro livro da *Recherche*, *Le Côté de Guermantes*. Em novembro de 1920, Pierrefeu defende que Proust continua incapaz de compor, de proceder por meio artístico, o que significa saber escolher, combinar, criar a partir das impressões. O escritor permanece um escravo de suas próprias reminiscências. Ainda que "a engenhosidade de Marcel Proust e os recursos de seu vocabulário [sejam] tão grandes que não podemos deixar de sentir um vivo prazer por essas anotações mínimas", estas não passariam de observações médicas, psicofisiológicas (PIERREFEU, 1920b, p. 2). Boulenger, no mês seguinte, retorna seu elogio, destacando a originalidade do autor e sua relação com Stendhal a partir de seu ponto de vista científico e psicológico (BOULENGER, 1921, p. 108). O crítico também aborda a questão da subjetividade, pautada na relação entre o 'eu' do livro e o do autor, elemento central na associação que Pierrefeu estabeleceu entre a obra e seu caráter científico. Boulenger explica que todos os grandes escritores, Rabelais, Montaigne, Racine, Hugo, escreveram a partir de suas memórias. Não é possível criar absolutamente, somente "se inventa relações", que, tal como um caleidoscópio, podem ser combinadas de infinitas maneiras. Na verdade, o que Proust teria

conseguido, ao utilizar das suas memórias por meio de uma vasta imaginação, era uma "notável impressão de verossimilhança" que fez confundirem o "eu" do livro e do próprio autor (BOULENGER, 1921, p. 110-112).

O movimento interpretativo da *Recherche* que associa ciência, psicologia, objetividade e tradição clássica, da qual faz parte Boulenger, foi reforçada com a publicação do *Hommage à Marcel Proust*, em 1923, alguns meses após a morte do autor (ALDEN, 1940, p. 73). Em um texto nomeado *Sur la psychologie de Marcel Proust*, Edmond Jaloux defende que o trabalho do escritor sobre o inconsciente era mais profundo do que os de psicólogos de formação e que ainda seria cedo para ter a dimensão das descobertas psicológicas que ele teria alcançado em seu romance já que "jamais uma obra literária se aproximou tanto da ciência" (JALOUX, 1923, p. 159). Já Charles du Bos, em *Points de repère*, argumenta que a originalidade de Proust estava na sua "imparcialidade científica que talvez hoje constitua a única atitude possível para o artista que quer dar conta da humanidade contemporânea" (DU BOS, 1923, p. 170). Em *Attitude Scientifique de Proust*, André Maurois indica que o estilo do autor é científico tanto pelas alusões à física, química e biologia, abundantes em sua obra, quanto pela sua atitude de observador rigoroso, objetivo, indiferente e imparcial, comparável a um biólogo ou um médico, caraterísticas que permitem a obra, ainda ficcional e artística, produzir o máximo de emoção estética (MAUROIS, 1923, p. 164-165).

Outro exemplo presente no *Hommage* foi o artigo *Marcel Proust et l'esprit positif* de Jacques Rivière, editor responsável por trazer a obra de Proust para a *Nouvelle Revue Française* e importante expoente desse tipo de interpretação. Em seu texto, Rivière explica a forma de análise psicológica empregada por Proust e a equipara ao método de Auguste Comte, caracterizado como "a base de toda descoberta fecunda, de todo grande avanço científico" (RIVIÉRE, 1923, p. 183). O editor reforça suas considerações sobre a cientificidade de Proust em *Quelques progrès dans l'étude du cœur humain (Freud et Proust)*, compilação de uma série de palestras feitas em 1924 e o primeiro estudo dedicado à relação entre Proust e a psicanálise freudiana. Para Rivière (1926, p. 29), a *Recherche* "é o resultado de um esforço de conhecimento objetivo", capaz de se apropriar do objeto que deseja, trazê-lo para dentro de si e conseguir, ao mesmo tempo, ter uma atitude desprendida e tranquila que o torna equiparável para a psicologia ao que foram Kepler, Claude Bernard e Auguste Comte para suas respectivas áreas:

> Toda a originalidade de Proust, e a fonte de todas as suas descobertas em psicologia, devem ser buscadas em um formidável apetite científico que sua própria força fez desviar para si mesmo. [...] Permaneço convencido de que estamos diante de um espírito da mesma estirpe que esses grandes cientistas, e que veio realizar na psicologia dos sentimentos uma revolução da mesma ordem e da mesma magnitude que as que eles realizaram na astronomia, na biologia ou na metodologia (RIVIÈRE, 1926, p. 51-52).

Como vimos, a polêmica entre Boulenger e Pierrefeu foi causada, entre outros fatores, por uma incongruência semântica no uso do termo "científico". Convém lembrar, portanto, que não se deve atribuir automaticamente à "ciência", tal como empregado pelos críticos, o sentido de um saber institucionalizado, baseado em métodos experimentais, verificabilidade empírica e formulação sistemática de leis: seu sentido ainda estava em disputa.[3] Ainda assim, a citação de Rivière, ao comparar Proust às revoluções operadas por Kepler, Bernard e Comte, nos permite afirmar que parte desse uso já se orientava por um ideal mais contemporâneo de cientificidade. Isso não impediu, contudo, que o próprio Rivière advertisse contra uma extrapolação indevida dessa analogia ao sublinhar que não se deveria "esperar de Proust todo um sistema de leis baseadas na experimentação, que permitiriam, em última instância, a previsão matemática dos fenômenos psicológicos" (RIVIÈRE, 1926, p. 52).

Apesar de ter tentado atenuar o cientificismo de Proust, essa construção pela recepção de um "romancista-cientista-psicólogo", epitomizada por Rivière, afetou o campo científico, gerando reações. É o caso de Charles Blondel, que escreveu o livro *La psychographie de Marcel Proust* em uma forte defesa da distinção entre a ciência e a literatura. Diferente dos críticos até agora mencionados, Blondel não era originário do mundo das letras, mas, sim, um médico, professor de cursos de psicologia na Universidade de Estrasburgo, de modo que a diferença de abordagem é explicitamente apontada ao afirmar que não se trata, em seu livro, de um trabalho de historiador da literatura ou de análise da arte de Proust, mas, sim, de seu pensamento, da "psicografia de sua estética" (BLONDEL, 1932, p. XVII).

Blondel se volta contra a leitura de Proust como psicólogo que teria tomado conta da crítica e defende que não se deve fazer uma associação direta entre o escritor e Freud, mesmo que seus trabalhos tenham zonas de encontro. Não caberia caracterizá-lo como discípulo, nem apontar uma

[3] A mudança na forma de encarar a ciência ao longo do século XX é perceptível ao irmos no *Dictionnaire de l'Académie Française*. Na 8ª edição, lançada em 1935, *Science* significa apenas o "conhecimento exato de alguma coisa" (ACADÉMIE FRANÇAISE, 1935, p. 567). Já a 9ª edição, de 1992, além do sentido anterior, é acrescido o de "sistema de conhecimentos que incide sobre um objeto determinado, elaborado de forma metódica e que visa explicá-lo de maneira objetiva e racional, identificando suas leis e princípios" (ACADÉMIE FRANÇAISE, s.d., online).

influência, já que Proust nunca teria lido as obras do pai da psicanálise e que trata-se, sobretudo, de formas distintas de abordar a mente:

> Freud opera como um especialista. Proust opera como um artista. Ciência e arte formam dois, e sua verdade não é do mesmo tipo […]. Eu gosto que um Proust me revele sua visão da vida mental. […] Mas essa forma de compreender não é a ciência. […] Se no fim de Proust eu encontro Freud, eu paro e digo que não se deve misturar e confundir os gêneros. Proust não procede como um profissional da ciência. Ele é um pintor da alma, tão grande em seu gênero quanto Monet em seu. Seu aprofundamento, seu inconsciente, são técnicas e processos de expressão. É por isso que o título deste livro é Psicografia, não Psicologia de Proust: o que há de genial nele é o analista, o descritor, não o teórico cientista que felizmente ele não foi. (BLONDEL, 1932, p. 190-191).

O médico é claro: arte e ciência não devem ser confundidas. Seu incômodo nos põe diante das dinâmicas complexas que envolvem a autonomização desses campos e, mais especificamente, a transformação semântica operada nestes termos que, a partir do século XX, dificilmente serão usados para classificar o mesmo objeto.

Os apelos de Blondel, no entanto, ocorrem em um momento em que a crítica começava a abandonar progressivamente a leitura de Proust como um autor científico e classicista, em favor de uma interpretação que o aproximava cada vez mais das experiências estéticas do modernismo. Essa inflexão coincide com um declínio no entusiasmo inicial pela *Recherche*, motivado, em parte, pelas acusações de imoralidade associadas à obra — especialmente após a publicação de *Le Côté de Guermantes*, que aborda o tema da homossexualidade de maneira mais direta, e pela divulgação gradual das correspondências do autor, nas quais sua orientação sexual passa a ser questionada.

Nas palavras de Antoine Compagnon (1997, p. 3847), é irônico como alguém que defendia enfaticamente a dissociação entre obra e autor teve sua obra ocultada pela própria biografia. É o exemplo do forte ataque de Daniel Guérin à *Recherche* para o qual todos os personagens seriam o próprio autor, "essa pessoa doente aparecendo e reaparecendo em vários disfarces". (1927, apud ALDEN, 1940, p. 116). Esse movimento de reação a Proust e sua obra a partir da questão da moralidade levou Douglas Alden a escrever que "a estrela de Proust está caindo [...] De maneira geral, Proust já não tem mais uma mensagem para a década de 1930" (ALDEN, 1940, p. 138). Para o pesquisador estadunidense, Proust se provou definitivamente um representante da literatura moderna,

e, em uma conclusão mordaz, escreve: "como último recurso, Proust sempre encontrará um lugar nas anedotas marginais da história literária" (ALDEN, 1940, p. 155).

Proust, o primeiro neurocientista

Sabemos que o diagnóstico de Alden não se cumpriu e a *Recherche* acabou por se tornar um cânone incontornável. Proust enquanto parte do modernismo, rompido de seus rótulos "classicista" e "cientista", parece algo inconteste para os estudos literários, embora essa interpretação tenha começado a se consolidar apenas no final dos anos 1920. Como argumenta Paulo Haiduke:

> aproximar a obra de Marcel Proust do modernismo literário atualmente é como reproduzir um juízo estabelecido e quase um lugar-comum. Porém, nem sempre foi assim, e se há muitos anos vem sendo tratado pela crítica e pela história literária como um dos grandes cânones modernistas do século XX, isso se deve em grande parte ao processo histórico pelo qual, desde 1913, a obra foi se acomodando na cultura e na sociedade, criando ali suas raízes e sentidos (HAIDUKE, 2014, p. 91).

No entanto, é possível identificar ressonâncias dessa forma de interpretar a *Recherche* enquanto um relato de viés científico, pautado na análise psicológica objetiva e dotado de pretensões de generalização, em um campo distante da literatura: as neurociências. Em 1962, George A. Miller, fundador do Center for Cognitive Studies e frequentemente considerado um dos fundadores da área, publicou *Psychology: the Science of Mental Life* com o objetivo de explicar o que é a psicologia e como ela se constituiu enquanto disciplina científica (MILLER, 1991, p. 11). Miller reconstrói a história da psicologia a partir dos avanços que teriam consolidado sua cientificidade desde *The Principles of Psychology*, de William James (1890), momento em que a noção de psicologia como ciência ainda aparecia como "uma expressão de esperança e entusiasmo" (MILLER, 1991, p. 16), até a posterior consolidação de métodos científicos, sobretudo experimentais, que teria possibilitado a expansão de pesquisas tanto qualitativas quanto quantitativas, bem como sua aplicação em domínios diversos, como o militar, o educacional e o publicitário (MILLER, 1991, p. 17–20). Assim, segundo Miller, "hoje, quando afirmamos que a psicologia é uma ciência, apoiamos essa afirmação em várias realizações impressionantes" (MILLER, 1991, p. 16).

Esse panorama histórico proposto pelo pesquisador nos é relevante pois explicita um discurso disciplinar no qual se credita à psicologia a superação de uma certa indefinição classicista, passando a ser valorizada por sua cientificidade, fundada na análise sistemática e na comprovação empírica dos

fenômenos estudados.[4] Ainda assim, na mesma obra que visa expor a consolidação científica da psicologia, a *Recherche*, um romance, é citada na epígrafe do capítulo sobre memória, com a famosa passagem da *madeleine* de *Du côté de chez Swann*.[5] Segundo Miller, além de não haver melhor exemplo de talento literário para descrever a memória, a cena também ilustra a diferença entre "uma abordagem artística e científica dos eventos mentais" visto que "o pequeno bolo de Proust desencadeou um acidente psicológico, tão único, pessoal, inesperado e inexplicado, que parecia a antítese completa de tudo o que aprendemos a chamar de científico" (MILLER, 1991, p. 180).

Percebem-se ressonâncias com a posição de Charles Blondel, na medida em que ambos propõem uma distinção clara entre a abordagem científica e a abordagem artística, ao mesmo tempo que ressaltam o valor de Proust para os estudiosos da mente humana, os quais não deveriam negligenciar os fenômenos descritos em sua obra. Contudo, se para Blondel a importância de Proust residia na capacidade de sua escrita pintar a vida mental, para George A. Miller a cena da madeleine — entendida como a descrição autobiográfica de um acontecimento — constitui a revelação de um fenômeno cerebral elusivo, ignorado pelos estudos psicológicos de então, mas considerado "tremendamente significativo" e passível de comprovação empírica (MILLER, 1991, p. 181). Com efeito, pesquisas como as de Wilder Penfield, neurocirurgião pioneiro nos estudos sobre estimulação elétrica do cérebro, indicavam que "aparentemente, é possível, sob condições apropriadas, vermo-nos participando simultaneamente de eventos passados e presentes". A experiência é surpreendente porque a recriação do passado é real, completa e detalhada." (MILLER, 1991, p. 182). A cena da *madeleine* não seria, então, uma descrição poética da experiência de um indivíduo com sua memória, mas um real funcionamento da mente humana capaz de ser explicado por meio da ciência:

> Por mero acaso, Proust saboreou sua *madeleine* e, assim, reviveu um sistema de memórias há muito abandonado. Um impulso elétrico aconteceu de liberar um padrão de atividade neural antes inacessível. É como se a memória tivesse continuado a guardar um registro completo do passado, mas tivesse se isolado. Não foi tanto

[4] Sobre a construção de uma ciência objetiva da mente por meio de procedimentos empíricos, que se torna central a partir do final do século XIX, cf. DASTON e GALISON, 2010, p. 262-265.

[5] Este é o trecho citado: "Ela mandou buscar um daqueles bolinhos curtos e fofos chamados Pequenas Madalenas, que parecem ter sido moldados na valva estriada de uma concha de Santiago. E logo, maquinalmente, abatido pelo dia sombrio e pela perspectiva de um triste amanhã, levei aos lábios uma colherada de chá onde deixara amolecer um pedaço de madalena. Mas, no mesmo instante em que a colherada misturada com farelos do bolo tocou meu palato, estremeci, atento ao que se passava de extraordinário em mim. Um prazer delicioso me invadira, isolado, sem a noção da sua causa" (PROUST, 2022, p. 71).

> esquecida, mas deslocada, até que, por um acidente feliz, uma parte do sistema de memória foi trazida à consciência e o restante seguiu atrás (MILLER, 1991, p. 185).

A obra de Miller antecipa a tônica dos trabalhos que vão surgir a respeito de Proust no campo das neurociências: sua obra, sintetizada no trecho da *madeleine*, seria um relato autobiográfico importante por revelar o impacto do estímulo sensorial na recordação da memória involuntária, reação capaz de ser comprovada por meio de experimentos e que será denominada de "hipótese", "efeito", "fenômeno" ou mesmo "síndrome" proustiana. Essa tentativa de demonstrar que os relatos de Proust na *Recherche* correspondem ao funcionamento da mente humana ganhará ímpeto a partir da década de 1980, período que neurocientistas que estudavam a relação entre memória e odor passaram a se interessar pela obra. Quando Philippe Béguin e Jean Costermans fazem, em 1994, uma revisão bibliográfica dos experimentos conduzidos a respeito da memória olfativa, o escritor é inserido enquanto um nome pertencente ao mesmo campo:

> O senso comum reconhece a dificuldade de denominar as sensações olfativas e aceita que poucas fragrâncias sejam memorizadas. Mas acredita-se que, quando memorizadas, elas possuem um grande poder evocativo, reacendendo de forma inesperada uma lembrança, por vezes muito tempo após a codificação inicial. Essa concepção recebeu o nome de 'síndrome proustiana' em referência à lembrança da 'pequena *madeleine*' que Marcel Proust (1913) descreveu. (BEGUIN e COSTERMANS, 1994, p. 115).

Trinta anos após a publicação do livro de George A. Miller, Proust e sua *madeleine* tornaram-se paradigmas das neurociências. A partir de sua transformação em hipótese científica, a chamada "hipótese proustiana" converteu-se em objeto fértil de pesquisas voltadas a comprovar ou mesmo refutar a ideia de que "os odores seriam indícios privilegiados, no sentido de que os fragmentos de memória evocadas por meio dos cheiros apresentariam uma carga emocional elevada e seriam particularmente vívidos" (BEGUIN; COSTERMANS, 1994, p. 116). Embora, ao longo das décadas de 1980 e 1990, diversos artigos já fizessem referência às observações de Proust e chegassem a apontá-las como inspiração para testes empíricos (SCHAB, 1990), foi a dupla Simon Chu e John Downes a primeira a vincular de modo explícito o nome do escritor a uma investigação experimental, ao propor o estudo do chamado "fenômeno proustiano" por meio de três pesquisas publicadas entre 2000 e 2002 (CHU; DOWNES, 2000a, 2000b, 2002). Nessas investigações dedicadas à relação entre odores e memória autobiográfica, a obra de Proust adquire um estatuto fundacional, funcionando como inspiração originária para a formulação das hipóteses experimentais.

> Proust é a pessoa a quem a afirmação de que os odores são pistas particularmente poderosas e evocativas é mais frequentemente atribuída. Isso se baseia em uma única anedota literária, na qual o autor descreve como ele vividamente recuperou experiências da infância a partir do gosto de um bolo embebido em chá [...]. Que o gosto e o olfato estão intimamente ligados é algo bem conhecido, mas o que se tornou conhecido como o *Proust phenomenon* contém afirmações mais amplas — de que os odores são capazes de evocar espontaneamente memórias autobiográficas altamente vívidas, carregadas de afeto e muito antigas […]. (CHU e DOWNES, 2000b, p. 44).

Ao buscar respaldo empírico para o chamado fenômeno proustiano, Chu e Downes visaram demonstrar que ele não se limita a uma licença artística ou especulação literária, mas corresponde a um fenômeno psicológico real e mensurável. A estratégia consistiu em traduzir as descrições do que foi vivido por Proust e está relatado na *Recherche* em hipóteses testáveis seguindo o vocabulário da psicologia cognitiva contemporânea. Com base nesse enquadramento teórico, os autores propuseram duas hipóteses principais. A primeira — "hipótese do valor diferencial de evocação" (*differential cue affordance value*) — sustenta que diferentes modalidades sensoriais variam em sua eficácia para acessar detalhes da memória autobiográfica, sendo os estímulos olfativos os mais potentes. A segunda — "hipótese do viés de codificação" (*differential encoding bias*) — sugere que odores não evocam mais em si mesmos, mas por estarem associados a episódios mais complexos, emocionais ou singulares. Nesse sentido, a apresentação de um estímulo olfativo tenderia a direcionar a lembrança justamente a esse tipo de experiência (CHU e DOWNES, 2000a p. 114-115).

Outra dupla que se dedicou a testar a chamada "hipótese proustiana" foi Rachel Herz e Jonathan Schooler. O estudo conduzido por esses autores é particularmente elucidativo para compreender os modos de operação de tais pesquisas. Logo na introdução do artigo, a obra de Marcel Proust é retomada como ponto de partida teórico: a célebre cena da *madeleine* serve de base para a formulação do "fenômeno proustiano", definido como a capacidade singular dos odores de evocar memórias autobiográficas dotadas de maior carga emocional quando comparadas àquelas suscitadas por outros estímulos sensoriais. Os autores acrescentam que essa proposição já contaria com respaldo tanto descritivo quanto experimental, afirmando haver "apoio descritivo e baseado em laboratório para essa proposição" (HERZ; SCHOOLER, 2002, p. 22). Em seguida, passam a uma ampla revisão de literatura e descrevem o tipo de experimento realizado. Os participantes, sendo 25 homens e 20 mulheres, foram apresentados a cinco gatilhos de memória (*memory cues*): lápis de cor Crayola, loção bronzeadora Coppertone, massinha de modelar Play-Doh, pomada Vick VapoRub, e talco para bebês

Johnson & Johnson. Nessa etapa, os participantes foram expostos a estímulos distintos: a alguns foi apresentado apenas o odor, enquanto outros tiveram contato exclusivamente com a imagem do produto. Em seguida, os participantes são solicitados a recordar uma memória pessoal associada ao item. Ao final, eles avaliaram em notas entre 1 e 9 perguntas como "quão vívida é a sua memória para o evento que você descreveu?", "quão emocional você se sente agora ao relembrar o evento que você descreveu?", ou mesmo "ao pensar sobre o evento que você descreveu, em que grau você tem a sensação de 'estar sendo transportado' para o momento em que ele ocorreu?" (HERZ e SCHOOLER, 2002, p. 26).

Os resultados indicaram que os participantes expostos a estímulos olfativos apresentaram memórias mais vívidas e relataram, com maior frequência, a sensação de estarem sendo "transportados de volta ao passado" em comparação àqueles que receberam apenas estímulos visuais. Porém, mesmo que isso confirme o "fenômeno proustiano", os pesquisadores indicam que é preciso ter cuidado, pois "embora os dados atuais apoiem a observação de Proust de que o olfato pode fazer as memórias parecerem reviver, os dados não confirmaram sua visão de que os odores também são únicos ao trazer de volta detalhes específicos e vívidos" (HERZ e SCHOOLER, 2002, p. 30).

Todos os pesquisadores citados pertencem ao ramo da neurociência dedicado à investigação da "memória autobiográfica". Embora a leitura estritamente autobiográfica da *Recherche* contrarie os estudos literários, críticos e genéticos realizados nas últimas décadas, é ela que permite que o episódio da *madeleine* seja imediatamente considerada um objeto científico. Afinal, ao se tratar de uma autobiografia, o texto abordaria o que realmente aconteceu com o autor, pelo menos sob uma perspectiva fenomenológica. Dessa forma, a pesquisa seguiria o pressuposto do realismo científico, ainda presente em algumas áreas das "ciências duras", como é o caso da neurociência produzida no mundo anglo-saxônico e aqui analisada. É necessário interpretar a escrita de Proust como uma descrição de uma experiência real para que ela possa ser transformada em evidência anedótica, passível de ser replicada em laboratório e confirmada ou não como uma verdade científica. Ou seja, não tratar a obra enquanto um romance ficcional é essencial para garantir o funcionamento do experimento — geralmente uma entrevista com indivíduos após a estimulação de seus sentidos.

À contrapelo dos estudos literários, as neurociências construíram um Proust próprio, não mais visto como um romancista, mas como um cientista; sua obra foi um lugar da formação de uma teoria

sobre o funcionamento da mente humana, capaz de, inclusive, estar mal fundada; o proustiano é uma hipótese, um efeito ou mesmo uma síndrome que indica a capacidade dos sentidos não-visuais, em particular o olfato, de restituir a memória involuntária, epitomizada pelo episódio da *madeleine*. Além de estar presente em dezenas de experimentos científicos que buscam testá-la empiricamente, Proust também figura em livros de referência como *The Oxford Handbook of Memory* (TULVING et al., 2000), *Stevens' Handbook of Experimental Psychology* (PASHLER, 2002), *Understanding Autobiographical Memory* (BERNSTEIN e RUBIN, 2012). O termo *Proust phenomenon* aparece até mesmo no *Dictionary of Psychology* da *American Psychological Association*, principal organização de psicólogos dos Estados Unidos e Canadá:

> *Proust phenomenon*: a evocação súbita e involuntária de uma memória autobiográfica, incluindo uma variedade de expressões sensoriais e emocionais associadas. O termo é nomeado em homenagem ao escritor francês Marcel Proust (1871–1922), que descreveu, na primeira seção de seu romance em vários volumes, *À la recherche du temps perdu* [...], como a experiência de comer uma *madeleine* (um pequeno bolo em forma de concha) o transportou, pela memória, de volta à infância (VANDENBOS, 2015, p. 849).

Esse Proust não está restrito às fronteiras da neurociência e, nos últimos anos, passou a alcançar um público consideravelmente mais amplo. Em *Proust Was a Neuroscientist* (2007), Jonah Lehrer, polêmico divulgador científico, argumenta, com base nas pesquisas de Rachel Herz, que o escritor francês "intuiu alguns dos princípios mais básicos da neurociência moderna" e que, "ao dissecar nossas lembranças em moléculas e regiões do cérebro, os cientistas inadvertidamente ecoam um romancista francês recluso" (LEHRER, 2007, p. 76–77). O livro se tornou bestseller do *New York Times* e projetou Lehrer para os grandes veículos da mídia americana, como *The New Yorker*, *The Washington Post*, *NPR*, *Google Talks* e *Wired* (CARR, 2012).

Esse sucesso também é verificado na publicação de matérias em periódicos de grande circulação. O longo artigo de Boyd Gibbons sobre os cheiros, *The intimate sense of smell*, publicado na *National Geographic* em 1986, é introduzido com uma menção a Proust (GIBBONS, 1986, p. 326). A lógica de um Proust antecipador das descobertas da área de memória olfativa guia o artigo *Unpicking the link between smell and memories*, publicado na *Nature* por Roxanne Khamsi em 2022 (KHAMSI, 2022). Já em *A madelena de Proust, ou por que somos capazes de lembrar dos cheiros da infância*, publicada em 23 de abril de 2017, no *El País Brasil*, a "memória proustiana" é associada à criação de testes de memória

olfativa que poderiam ser eficazes para fazer um diagnóstico precoce de Alzheimer (JOHNSON e MOSS, 2017).

A formulação mais explícita dessa imagem de Proust como pioneiro da neurociência vem, no entanto, do interior do campo. Em artigo de 2024, *Proust and involuntary retrieval*, Pascale Gisquet-Verrier e David C. Riccio propõem uma revisão seletiva da literatura neurocientífica recente com o objetivo de evidenciar a capacidade de antecipação intelectual do escritor. Segundo argumentam, décadas após a publicação do romance, múltiplas investigações empíricas passaram a confirmar aspectos centrais de sua concepção da memória — especialmente a relação entre o olfato e a evocação involuntária de lembranças autobiográficas. Indo além, os autores sustentam que a obra de Proust segue impactando pesquisas contemporâneas, inclusive no campo da neurociência não-humana. O argumento culmina em uma conclusão de forte carga simbólica: não seria impróprio, afirmam, considerar Proust como o "primeiro neurocientista" (GISQUET-VERIER; RICCIO, 2024, p. 5).

A reação dos estudos literários

A cristalização da imagem de um Proust neurocientista gerou uma reação nos estudos literários — e não sem razão: os textos científicos que promovem essa leitura frequentemente ignoram ou desconsideram por completo os trabalhos de críticos literários e estudiosos do romance proustiano, como se o escritor jamais tivesse pertencido, de fato, ao campo da literatura. Um dos primeiros trabalhos a criticar essa apropriação foi *La Mémoire: Proust et les neurosciences* de Hervé-Pierre Lambert, publicado em 2009, logo após o sucesso do livro de Lehrer. O cronista e crítico de arte francês recorda que o tema da memória involuntária faz parte da tradição literária e científica de seu país, remontando aos textos de Chateubriand, Nerval, Baudelaire, Ribot e Paulhan. Isto lhe permite afirmar que o recente interesse pelo tema é algo próprio das neurociências anglo-saxônicas, causado, mais especificamente, pela disputa entre o laboratório estadunidense comandado por Rachel Herz e o inglês, por Simon Chu e John J. Downes. Apesar de Herz ter sido a primeira a publicar estudos que associavam memória e odor, foi o laboratório inglês, como vimos, que teve a ideia de fazer um experimento no qual provava o "fenômeno proustiano". Nesse contexto de concorrência entre grupos de pesquisa com temas idênticos, o uso de Proust serviu para atrair atenção aos estudos de Chu e Downes, estratégia logo imitada por Herz. Lambert aponta, então, que esse tipo de apropriação da figura do escritor ocorre como uma estratégia de promoção, em que ele é transformado em rótulo, uma marca que confere

prestígio aos laboratórios e amplia o impacto dos estudos em um tema que até então havia pouco apreço do público anglo-saxônico (LAMBERT, 2009).

Lambert também observa que a tentativa de traduzir o texto proustiano em hipóteses testáveis parte de uma formulação equivocada já em suas premissas. Ele destaca que o estímulo descrito por Proust não é exclusivamente olfativo, mas multissensorial. Ao procederem dessa forma, os neurocientistas acabam por reivindicar "uma espécie de direito de inventário sobre a teoria proustiana da memória olfativa" (LAMBERT, 2009, online), mesmo quando essa apropriação se baseia em uma leitura equivocada ou que ignora o que está efetivamente escrito no texto.

Ainda assim, Lambert conclui, essa insistência dos neurocientistas por tornar Proust um cientista não deve ser vista com estranhamento. Ao usá-lo com fins meramente comunicacionais, eles estariam, sem se darem conta, completando a obra de Proust, que descrevia sua literatura como uma busca pela verdade. Em suma:

> O comportamento tradicional em relação à obra está relacionado à ideia de transformar o discurso proustiano em uma hipótese científica a ser avaliada, de submeter o texto a critérios de validade, a normas científicas. As proposições proustianas sobre a memória constituiriam uma conjectura científica a ser refutada ou confirmada pelos métodos científicos. No entanto, essa abordagem parece compatível com o próprio espírito da empreitada proustiana (LAMBERT, 2009, online).

Outro trabalho que questionou os neurocientistas foi *Architexts of Memory*, de Evelyne Ender. A autora concebe a literatura como um espaço privilegiado de experimentação para o estudo da memória humana. Parte, para isso, da recusa de uma oposição rígida entre verdade e ficção, entendendo-as antes como polos de um contínuo. Nesse quadro, as memórias não podem ser julgadas como simplesmente verdadeiras ou falsas, mas apenas como "mais" ou "menos" verdadeiras (ENDER, 2005, p. 12). Ainda que a narrativa proustiana seja uma ficção, seu efeito sobre o leitor é o de uma memória verdadeira, graças à capacidade do texto de produzir um efeito de realidade.

> As memórias ficcionais não apenas parecem reais; elas são reais, desde que aceitemos que as representações literárias podem oferecer análogos convincentes para a lembrança ordinária. Como mestres da ilusão e supremos criadores de mundos imaginários, os escritores sem dúvida sabem mais sobre o funcionamento da memória do que a maioria de nós; como hábeis manipuladores de imagens, eles sabem criar um efeito de realidade e nos conduzir a um mundo fabulado de sua própria invenção (ENDER, 2005, p. 14).

Ender trata Proust como um teórico da memória, pois seu texto está profundamente ligado a uma investigação ao mesmo tempo científica e filosófica (ENDER, 2005, p. 22). A partir dessa

perspectiva, ela estabelece ressonâncias entre a concepção proustiana da memória e as abordagens de Marigold Linton, Antonio Damasio e Oliver Sacks.[6] A memória em Proust, contudo, se distingue dos estudos mais tradicionais sobre o tema, pois é profundamente subjetiva, especificamente humana e difícil de ser estudada empiricamente (ENDER, 2005, p. 24). Justamente por isso ela depende de seu componente literário. Por mais sofisticados que sejam os instrumentos científicos, ainda não há nada que consiga, apesar da familiaridade da experiência, reproduzir a memória proustiana (ENDER, 2005, p. 25). Ender, então, defende que a capacidade do texto de Proust de produzir verdades por meio da ficção se deve ao fato de que nossa própria memória é, em grande medida, constituída ficcionalmente. Isso implica, portanto, que o motivo de Proust continuar sendo inspiração para a ciência moderna é exatamente por causa de sua constituição ficcional (ENDER, 2005, p. 23): "este exame da memória proustiana sugere que uma abordagem literária pode servir aos propósitos da ciência – não apesar de suas metáforas, mas justamente por causa delas" (ENDER, 2005, p. 45).

Seguindo a argumentação sociológica de Lambert, Edward Bizub ressalta como a *madeleine* se tornou uma marca disputada em uma "guerra aberta de legitimação" entre a psicanálise e as neurociências (BIZUB, 2014, p. 122). Proust, no entanto, não deve ser visto como um precursor de nenhum dos dois campos, pois, na verdade, estaria refletindo as teorias sobre a mente vigentes em seu tempo, em particular as de Paul Sollier, seu psicoterapeuta (BIZUB, 2014, p. 115). Aí residiria o problema da posição de Ender: ao interpretar a visão de Proust a partir de uma postura behaviorista e o classificar como iniciador dos trabalhos da neurociência, a pesquisadora ignoraria toda a relação do autor com as ideias psicológicas de seu contexto (BIZUB, 2014, P. 114). Por outro lado, Bizub também defende que Proust produziu verdades, mas por meio de uma "transvertebração médico-literária", ou seja, na fundação de uma estética ficcional a partir dos achados científicos de sua época (BIZUB, 2014, p. 116). O título inicial da obra, *Les inttermittences du coeur*, expressões como "a impressão viva" e a maneira que lida com a memória involuntária, se relacionam à linguagem e às ideias de Sollier – também compartilhadas pelo pai de Proust – acerca da cenestesia, ou seja, que o corpo é o verdadeiro guardião do inconsciente, de modo que a memória involuntária retorna em termos de revivescência e não de mera lembrança (BIZUB, 2014, p. 118). Portanto, as descrições feitas por Proust são verdadeiras por

[6] Esse procedimento revela que o escopo das neurociências apresentado neste artigo não reflete toda a produção da área. No entanto, é importante notar que nenhum desses cientistas citados por Ender tomou Proust como objeto de estudo como o fizeram aqueles citados na parte anterior.

não se tratarem de "simples *topoi* literários ou de passagens puramente metafóricas, mas de verdadeiras descrições fisiológicas de valor científico" (BIZUB, 2014, p. 116).

Talvez o trabalho mais crítico à abordagem das neurociências venha de Patrick Bray. Para ele, essas pesquisas fazem uma leitura errada e redutora de Proust, perseguindo, no episódio da *madeleine,* somente os elementos necessários para atribuir uma hipótese a Proust e ignorando todas as evidências textuais que possam desafiá-la. Um exemplo é como não são analisados os outros momentos de restituição da memória que tratam da música e das artes plásticas.[7] Para Bray, os neurocientistas tentam se apropriar do capital cultural do bolinho de Proust sem serem capazes de ler sua obra de maneira correta. O fato de que a maioria desses trabalhos somente mencionam o autor, a obra ou a *madeleine* no título e na introdução, às vezes na conclusão, abandonando-os completamente em prol da descrição de seus experimentos, comprovaria esse diagnóstico (BRAY, 2013, p. 46).

Esse modo de apropriação do texto literário levou Bray a se questionar acerca da possibilidade de interdisciplinaridade entre os estudos literários e a neurociência. A única convergência entre as duas seria o papel da *madeleine* enquanto signo da memória. No resto, postas em contato, uma só revelaria os limites e pontos-cegos da outra, em uma competição insanável. Para o professor de literatura, os neurocientistas deveriam afastar os olhos da *madeleine* e começar a se fazer perguntas mais úteis para a disciplina, por exemplo, "quanto a neurociência é um discurso (baseado em paradigmas linguísticos que determinam inconscientemente a interpretação dos dados quantificáveis)?" ou "o que restaria do romance de Proust se questionássemos a verdade de suas descobertas sobre a memória [...]?" (BRAY, 2013, p. 54).

O problema não estaria em atribuir a Proust uma possível teoria, dado que o próprio autor hesitou entre escrever um romance e um ensaio, criando uma obra que ocupa um lugar *sui generis* entre a ficção, a filosofia e a autobiografia (BRAY, 2013, p. 45). A questão, sim, é ignorar aquilo que constitui o traço distintivo de seu texto: sua composição literária. Bray, por exemplo, lembra que a *madeleine*,

[7] Podemos afirmar, para contribuir com apenas um exemplo, que a sonata de Vinteuil funciona na economia do romance de forma análoga à *madeleine*, só que para o personagem de Swann e não para o narrador: "E antes que Swann houvesse tido tempo de compreender, e de se dizer: 'É a pequena frase da sonata de Vinteuil, não a escutemos!', todas as lembranças do tempo em que Odette estava caída por ele, e que conseguira até então manter invisíveis nas profundezas do seu ser, enganadas por aquele brusco raio do tempo do amor que julgaram estar de volta, tinham despertado, subido em revoada e cantavam perdidamente, sem compaixão para com seu infortúnio atual, os refrões esquecidos da felicidade" (PROUST, 2022, p. 349).

para Proust, não possui um significado em si mesma; deve ser entendida como uma criação ficcional (tendo sido, em versões anteriores, uma torrada e um biscoito), assim como o próprio personagem e a experiência narrada. Portanto, "embora qualquer ideia expressa no romance possa ou não ser cientificamente válida de forma independente, ela existe primeiramente na forma ambígua da linguagem literária, onde as palavras se referem tanto a objetos tangíveis [...], quanto são completamente inventadas" (BRAY, 2013, p. 45).

Os erros cometidos pelos neurocientistas, defende Bray, partem da sua incapacidade de fazer uma análise apropriada da própria narrativa da *Recherche,* ignorando, por exemplo, que no trecho da *madeleine* não houve uma memória espontânea resgatada pelo olfato, já que o narrador precisou de um trabalho criativo posterior para recuperar a memória perdida[8] (BRAY, 2013, p. 47). A narração não seria sobre uma reação fisiológica do corpo, mas sobre um momento de revelação metafísica da verdade:

> É somente então que ele percebe a verdade metafísica da madeleine: a experiência do tempo em si, tal como existe fora da cronologia, é uma força transformadora que, ainda assim, deixa algo eterno, um indício de imortalidade. Mas essa verdade extratemporal precisa ser expressa e traduzida pela arte, especificamente pela literatura. A metáfora literária captura a essência revelada pelo tempo em um processo semelhante, segundo o narrador, à lei causal na ciência. Aqueles que leem apenas as primeiras dezenas de páginas para chegar à madeleine falham em compreender seu significado estético e filosófico (BRAY, 2013, p. 44).

Bray, no entanto, não nega o valor que a obra pode oferecer à ciência. Amparado nos trabalhos de Evelyne Ender, ele sustenta que a literatura funciona como um verdadeiro laboratório da memória, precisamente por operar com elementos ficcionais e estéticos. A relevância de Proust para a ciência residiria, assim, na forma literária de seu texto, dimensão que tende a ser negligenciada pelas neurociências, excessivamente voltadas para a reprodução empírica de processos que são, em larga medida, construtos estéticos. A potência da *Recherche* estaria exatamente no fato de que suas metáforas literárias excedem aquilo que pode ser reproduzido em laboratório. Em outras palavras, apenas uma

[8] "É tempo de parar, a virtude da bebida parece diminuir. É evidente que a verdade que procuro não está nela, mas em mim. Ela a despertou, mas não a conhece, e só pode repetir indefinidamente, cada vez com menos força, esse mesmo testemunho que não sei interpretar e o qual quero ao menos lhe pedir de novo e reencontrar intacto logo em seguida, à minha disposição, para uma iluminação decisiva. Pouso a xícara e me volto para meu espírito. Cabe a ele encontrar a verdade" (PROUST, 2022, p. 72).

análise aprofundada do texto proustiano permitiria apreender plenamente a potencialidade de sua obra e, em certo sentido, "refazer" o nosso cérebro (BRAY, 2013, p. 49–50).

Considerações finais

A trajetória de Marcel Proust nas neurociências, marcada por sua progressiva conversão em hipótese ou fenômeno, revela um processo de deslocamento epistêmico que não se limita a uma simples circulação entre campos. Ao ser transformado em referência paradigmática para os estudos sobre memória, o autor de *À la recherche du temps perdu* deixou de operar como romancista modernista e passou a ser tratado como uma espécie de neurocientista *avant la lettre*, um autor cuja obra, lida como autobiográfica e despojada de sua dimensão literária, seria capaz de antecipar descobertas confirmadas décadas depois por experimentos laboratoriais.

Nesse sentido, Patrick Bray parece ter razão ao afirmar sobre a impossibilidade de interdisciplinaridade, se a pensarmos como um cruzamento simbiótico entre duas disciplinas onde ambas podem se beneficiar da proximidade estabelecida. Estamos diante de um processo de predação: o "proustiano" cristalizado pelas neurociências ocorreu mediante o apagamento das camadas interpretativas acumuladas pela crítica literária. Todavia, também se poderia dizer o mesmo de um certo tipo de "Proust literário": para Barthes, Ender, e o próprio Bray, a potencialidade da *Recheche* se dá justamente pela força estética produzida por sua composição, que escapa à lógica da cientificidade baseada na objetividade e na formulação de leis gerais.

Assistimos, assim, a um processo de especiação interpretativa, no qual um Proust das neurociências e um Proust dos estudos literários – pois existem inúmeros – , embora coexistam no mesmo presente, evoluíram por trilhas autônomas, tornando-se espécies quase incomunicáveis que hoje competem pelos capitais simbólicos que o autor lhes pode conferir.[9] Não se pretende, com isso, afirmar que o Proust da recepção imediata seria um ancestral comum, articulando harmonicamente o literário e o científico. O que se verifica, na verdade, é a consolidação por parte dos estudos literários de uma leitura modernista que dissocia Proust de sua antiga filiação científica, silenciando um elemento

[9] Rachel Herz, por exemplo, recebeu bolsa de pesquisa da Kao Corporation, indústria de produtos químicos e cosméticos, para pesquisar sobre o desenvolvimento e a eficácia de "produtos proustianos" (SUGYAMA et al., 2015).

central de sua recepção inicial, enquanto, por outro lado, as neurociências desconsideram por completo tanto os debates oriundos de fora de seu próprio campo quanto a leitura atenta da própria obra.

Ainda assim, investigar a recepção imediata, contrastando-a com tradições interpretativas mais consolidadas no presente, faz-nos deparar com um momento em que os campos ainda estavam em processo de definição. Isso nos obriga a repensar os modos como tratamos categorias que hoje nos parecem evidentes, como "literatura" e "ciência". A recepção imediata mostra que, para um exame histórico dessas relações, é "imprescindível assumir que a primeira forma de abordar uma disciplina não é definindo-a, mas buscando inventariar os sentidos que os rótulos disciplinares puderam assumir" (BENTHIEN, 2020, p. 14-15). Trata-se, portanto, de evitar que cientificidade e literalidade sejam tomadas como categorias *a priori*, optando por analisá-las a partir dos contextos históricos em que foram construídas.

Partindo dessa comparação entre modos distintos de interpretação — separados tanto pelo tempo quanto pelo contexto disciplinar —, o que este artigo permite observar é que as disputas em torno da figura de Proust evidenciam como os textos, especialmente aquelas que alcançam o estatuto de cânone, atravessam o tempo formando cristais interpretativos cada vez mais complexos

> enriquecidos por numerosos textos, comentários, respostas, pastiches, refutações, que se ligam a eles, que os reatualizam, acrescem a eles um peso suplementar e os mantêm ativos, tornando extremamente difícil a divisão entre o hipotético texto original, em sua forma e em seu contexto de origem, objeto de uma busca filológica por excelência, e as múltiplas significações que o tempo relacionou a ele e que estão inscritas no horizonte cultural e intelectual do historiador que o apreendeu (LILTI, 2018, p. 183).

Portanto, ainda que concordemos com Bray quanto aos limites da leitura proposta pelos neurocientistas — marcados por uma abordagem teleológica e por negligência em relação ao próprio texto da *Recherche* —, é preciso evitar tratá-los ingenuamente, como se estivessem simplesmente equivocados ou deslocados em relação a uma suposta interpretação mais fiel ao original. É preciso, antes, estar atento a como que disposições disciplinares determinam o seu modo de lidar com os objetos literários. É o caso da inculcação de uma leitura estritamente autobiográfica para a aderência ao paradigma do realismo científico.[10] O campo literário não está imune a suas próprias inculcações

[10] Talvez, se, visto como romance ficcional, os neurocientistas, não tornariam *La recherche* seu objeto. A síndrome de Stendhal, outro autor que sofreu um processo de apropriação pelas neurociências, foi intitulada com base nos diários pessoais do autor, e não de seus romances (cf. GUERRERO et. al., 2010).

epistêmicas. Basta lembrar que, para a crítica da década de 1920, assinalar que a obra não era mero relato de memórias, mas o resultado "do engate da vida em motor reserva da ficção" (MAUROIS, 1923, p. 165), era condição para afirmar seu valor literário: foram justamente os opositores de Proust que exploraram o argumento contrário, insistindo no conteúdo meramente autobiográfico do texto como forma de desqualificá-lo esteticamente.

Apesar dos esforços de Blondel, na década de 1930, e de Bray, quase cem anos depois, Proust foi e continua sendo lido como um cientista. O progressivo desuso do termo no vocabulário da crítica literária para classificar a obra evidencia não apenas a consolidação de um tipo de interpretação, mas também a de um sentido específico de se pensar a ciência. Enquanto isso, o escritor assumiu uma posição canônica no campo das neurociências, chegando a lhe ser atribuída o papel de precursor. A popularidade que Proust conheceu a partir da segunda metade do século XX, e que ainda se mantém, talvez se deva a essa particular capacidade de sua obra ser recebida enquanto ficção que revela uma verdade por meio de sua composição romanesca e, paralelamente, ser lida como relato autobiográfico de um visionário neurocientista que descobriu verdades que hoje inspiram pesquisas sobre a cura do Alzheimer.

Referências bibliográficas

ACADÉMIE FRANÇAISE**.** Science. In: **Dictionnaire de l'Académie française**. 8e éd. t. 2, Paris: Imprimerie nationale, 1935.

ACADÉMIE FRANÇAISE**.** Science. In: **Dictionnaire de l'Académie française**, 9e éd. Disponível em: https://www.dictionnaire-academie.fr/article/A9S0812. Acesso em: 25 jul. 2025.

ALDEN, Douglas W. **Marcel Proust and his French Critics**. New York: Russel & Russel, 1940.

BARTHES, Roland. "Longtemps je me suis couché de bonne heure". In: **Le bruissement de la langue**. Paris: Éditions du Seuil, 1984.

BEGUIN, Philippe; COSTERMANS, Jean. Le traitement de l'information olfactive. **L'année psychologique**, v. 94, n. 1, p. 99–121, 1994.

BENTHIEN, Rafael Faraco. Por uma história cruzada das disciplinas: ponderações de ordens prática e epistemológica. **Revista de História**, n. 179, p. 1–26, 17 Set 2020.

BERNTSEN, Dorthe; RUBIN, David C. (eds.). **Understanding autobiographical memory: theories and approaches.** New York: Cambridge University Press, 2012.

BIZUB, Edward. Proust précurseur: la madeleine entre psychanalyse et neurosciences. **Marcel Proust Aujourd'hui**, v. 11, p. 111–124, 2014.

BLONDEL, Charles. **La psychographie de Marcel Proust**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1932.

BOULANGER, Jacques. **Mais l'art est difficile**. 3. ed. Paris: Plon, 1921.

BRAY, Patrick M. Forgetting the Madeleine: Proust and the Neurosciences. In: STILES, Anne; FINGER, Stanley; BOLLER, François (ed.). **Progress in Brain Research**. Amsterdam: Elsevier, v. 205, p. 41–53, 2013.

CARR, David. Journalists dancing on the edge of truth. **The New York Times** [online], 19 ago. 2012. Disponível em: https://www.nytimes.com/2012/08/20/business/media/journalists-plagiarism-jonah-lehrer-fareed-zakaria.html. Acesso em: 27 de jul. 2025.

CHU, Simon; DOWNES, John J. Odour-evoked autobiographical memories: Psychological investigations of Proustian phenomena. **Chemical Senses**, v. 25, n. 1, p. 111–116, 1 fev. 2000a.

CHU, Simon; DOWNES, John Joseph. Long live Proust: the odour-cued autobiographical memory bump. **Cognition**, v. 75, n. 2, p. B41–B50, Mai 2000b.

CHU, Simon; DOWNES, John J. Proust nose best: Odors are better cues of autobiographical memory. ***Memory & Cognition***, v. 30, n. 4, p. 511–518, Jun 2002.

COMPAIGNON, Antoine. **La "Recherche du temps perdu" de Marcel Proust**. In: NORA, Pierre (dir.). **Les Lieux de mémoire**, Tome III. Ed. Gallimard, 1997.

DASTON, Lorraine; GALISON, Peter. **Objectivity**. New York: Zone Books, 2007.

DU BOS, Charles. Pointes de repère. **La Nouvelle Revue Française**, Paris: Éditions Gallimard, n. 112, p. 166-172 , 1 jan. 1923.

ENDER, Evelyne. **Architexts of memory:** literature, science, and autobiography. Ann Arbor, Mich: Univ. of Michigan Press, 2005.

GISQUET-VERRIER, Pascale; RICCIO, David C. Proust and involuntary retrieval. **Frontiers in Psychology**, v. 15, p. 1-5, 13 Fev 2024.

GIBBONS, Boyd. The intimate sense of smell. **National Geographic**, Washington, v. 170, n. 3, p. 324–361, set. 1986.

GUERRERO, A. L.; BARCELÓ ROSSELLÓ, A.; EZPELETA, D. Stendhal syndrome: Origin, characteristics and presentation in a group of neurologists. **Neurología (English Edition)**, v. 25, n.

6, p. 349-356, 2010. DOI: 10.1016/S2173-5808(10)70066-3. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2173580810700663. Acesso em: 31 jan. 2025.

HAIDUKE, Paulo R. A. Como Proust foi moderno: entre debates literários e conflitos culturais. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 7, n. 16, p. 90–106, 2014. DOI: 10.15848/hh.v0i16.729. Disponível em: https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/729. Acesso em: 31 jan. 2025.

HERZ, Rachel S.; SCHOOLER, Jonathan W. A naturalistic study of autobiographical memories evoked by olfactory and visual cues: Testing the Proustian hypothesis. **The American Journal of Psychology**, v. 115, n. 1, p. 21, 2002.

JALOUX, Edmond. Sur la psychologie de Marcel Proust. **La Nouvelle Revue Française**, Paris: Éditions Gallimard, n. 112, p. 151–161, 1 jan. 1923.

JOHNSON, Andrew; MOSS, Andrew. A madalena de Proust, ou por que somos capazes de lembrar dos cheiros da infância? **El País Brasil**, 12 abr. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/12/ciencia/1492013791_451324.html. Acesso em: 31 jan. 2025.

KHAMSI, Roxanne. Unpicking the link between smell and memories. **Nature**, v. 606, n. S2-S4, jun. 2022. Disponível em: https://www.nature.com/articles/d41586-022-01626-x. Acesso em: 7 mar. 2025.

LAMBERT, Hervé-Pierre. La Mémoire: Proust et les neurosciences. **Épistémocritique**, v. 4, inverno 2009. Disponível em: http://www.epistemocritique.org. Acesso em: 31 jan. 2025.

LILTI, Antoine. Seria Rabelais nosso contemporâneo? História Intelectual e hermenêutica crítica. In: SALOMON, Marlon (Org.). **Heterocronias***:* Estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos. Goiânia: Edições Ricochete, pp. 167-190, 2018.

LEHRER, Jonah. **Proust Was a Neurocientist**. Boston: Houghton Mifflin Company, 2007.

LUCKHURST, Nicola. **Science and Structure in Proust's *A la recherche du temps perdu*.** Oxford : Clarendon Press, 2000.

MACE, John H. Involuntary autobiographical memories are highly dependent on abstract cuing: The Proustian view is incorrect. **Applied Cognitive Psychology**, v. 18, n. 7, p. 893–899, nov. 2004.

MILLER, George A. **Psychology: The Science of Mental Health**. London: Penguin Books, 1991.
MAUROIS, André. Attitude scientifique de Proust. **La Nouvelle Revue Française**, Paris: Éditions Gallimard, n. 112, p. 162–165, 20 jan. 1923.

PASHLER, Hal (ed.). **Stevens' handbook of experimental psychology**. 3. ed. New York: John Wiley & Sons, 2002.

PIERREFEU, Jean de. Le prix Goncourt. **Journal des débats**, 12 dez. 1919.

PIERREFEU, Jean de. Le cas de M. Proust. **Journal des débats**, 2 jan. 1920a.

PIERREFEU, Jean de. Le Côté de Guermantes. **Journal des débats**, 24 nov. 1920b.

PROUST, Marcel. **Para o lado de Swann**. Trad. Mário Sérgio Conti. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

RIVIÈRE, Jacques. Marcel Proust et la tradition classique. **La Nouvelle Revue Française**, 1 fev. 1920, n. 77, p. 291-296.

RIVIÈRE, Jacques**.** Marcel Proust et l'esprit positif. **La Nouvelle Revue Française**, Paris: Éditions Gallimard, n. 112, p. 179–187, 1 jan. 1923.

RIVIÈRE, Jacques. Quelques progrès dans l'étude du cœur humain (Freud et Proust). **Les Cahiers d'Occident**, Paris: Librairie de France, 1926.

SCHAB, Frank R. Odors and the Remembrance of Things Past. **Journal of Experimental Psychology : Learning, Memory and Cognition**, vol. 16, n. 14, p. 648-655, 1990.

SUGIYAMA, H.; OSHIDA, A.; THUENEMAN, P.; et al. Proustian products are preferred: the relationship between odor-evoked memory and product evaluation. **Chemosensory Perception**, vol. 8, p. 1–10, 2015.

TULVING, Endel; CRAIK, Fergus I. M. (ed.). **The Oxford handbook of memory**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2000.

VANDENBOS, Gary R. (ed.). **APA dictionary of psychology**. 2. ed. Washington, DC: American Psychological Association, 2015.

Temporalidades

Vestuário, cultura e sociedade: A história da moda em Teresina - Piauí na década de 1950[1]

Clothing, culture and society: The history of fashion in Teresina – Piauí in the 1950s

Sebastião Alves da Rocha
Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
sebasttiao.rocha@gmail.com

Recebido: 02/09/2025
Aprovado: 30/10/2025

Resumo: Este artigo analisa a história da moda em Teresina, capital do Piauí, durante a década de 1950, a partir de uma abordagem histórico-sociológica. A pesquisa fundamenta-se em fontes documentais do Arquivo Público do Estado do Piauí, periódicos da época, registros iconográficos e bibliografia especializada sobre moda. O estudo evidencia a transição da influência francesa para a estadunidense no cenário nacional e discute como essas tendências foram apropriadas e reinterpretadas localmente. Em Teresina, a moda refletia o processo de modernização da cidade, manifestado na criação e no uso de espaços de lazer e sociabilidade, como praças, cinemas, teatros e clubes, nos quais o vestuário funcionava como marcador de distinção social. Destaca-se a figura de Genu Moraes, cujo estilo e postura pública exemplificam a incorporação seletiva da modernidade em diálogo com valores tradicionais, funcionando como referência simbólica para outras mulheres. Os resultados revelam que a moda, ao circular pela imprensa, pela propaganda e pelos espaços urbanos, exerceu papel significativo tanto na redefinição dos papéis sociais femininos quanto na construção de uma identidade urbana vinculada às ambivalências da modernidade.

Palavras-chave: História da Moda; Vestuário; Anos 1950.

Abstract: This article analyzes the history of fashion in Teresina, the capital of Piauí, during the 1950s, from a historical-sociological perspective. The research is based on documentary sources from the Public Archive of the State of Piauí, periodicals of the time, iconographic records, and specialized bibliography on fashion. The study highlights the transition from French to American influence in the national context and discusses how these trends were appropriated and reinterpreted locally. In Teresina, fashion reflected the city's modernization process, manifested in the creation and use of leisure and sociability spaces such as squares, cinemas, theaters, and clubs, where clothing functioned as a marker of social distinction. The figure of Genu Moraes stands out, as her style and public presence

[1] Este artigo resulta da adaptação do Trabalho de Conclusão de Curso em História, intitulado *"A Moda em Teresina na década de 1950"*, defendido em 2015 no curso de Licenciatura em História da Faculdade Piauiense, sob orientação da Prof.ª Me. Vivian Aquino da Silva Brandim.

exemplify the selective incorporation of modernity in dialogue with traditional values, symbolically influencing other women. The results reveal that fashion, as it circulated through the press, advertising, and urban spaces, played a significant role not only in redefining women's social roles but also in constructing an urban identity marked by the ambivalences between tradition and modernity.

Keywords: Fashion History; Clothing; 1950s.

Introdução

A moda consolidou-se, ao longo dos séculos, como um fenômeno sociocultural dinâmico e multifacetado, que ultrapassa a função utilitária do vestuário para tornar-se uma forma de expressão de identidades individuais e coletivas. Em sua etimologia, oriunda do latim "modus", a palavra remete à ideia de medida, maneira ou estilo, atributos que denotam a sua estreita relação com os valores, comportamentos e transformações culturais de cada época (Cidreira, 2010).

No Brasil, especialmente a partir do século XX, a moda passou a ocupar papel central nos processos de transformação cultural, impulsionada por mudanças tecnológicas, pela urbanização acelerada e pelas novas formas de sociabilidade. A década de 1950 constituiu um marco nesse percurso, com a chegada da televisão, o fortalecimento do rádio e a popularização do cinema, elementos que ampliaram o alcance da cultura de massas e favoreceram a disseminação de novas estéticas e padrões de comportamento (Chataignier, 2010). Nesse contexto, a moda consolidou-se como linguagem privilegiada para expressar valores, identidades e distinções sociais. Em Teresina- Piauí, esse protagonismo manifestava-se nas práticas cotidianas de sociabilidade, como as idas ao cinema, às praças e aos bailes, nas quais o vestuário funcionava como marcador de status e pertencimento à modernidade. Assim, a moda ultrapassava o campo do consumo e assumia o papel de mediadora simbólica entre tradição e mudança.

Nessa conjuntura, embora a influência europeia, especialmente a francesa, ainda predominasse, os Estados Unidos passaram a exercer crescente protagonismo, introduzindo novos estilos de vida e consumo. O Brasil vivenciava, nesse período, a busca por uma identidade própria no campo da moda, que se refletia na valorização de matérias-primas nacionais como o algodão e na emergência de criadores brasileiros (Braga; Prado, 2011).

A cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, insere-se nesse panorama nacional com especificidades próprias. Embora geograficamente afastada dos grandes centros de produção e difusão da moda, a cidade foi marcada, na década de 1950, por processos de modernização urbana e cultural que influenciaram diretamente os hábitos de vestir de sua população. Os cinemas, os teatros, as praças e os clubes tornaram-se espaços privilegiados de exibição de vestuário e de afirmação de status, revelando a estreita articulação entre moda e sociabilidade.

Partindo disso, este texto tem por objetivo investigar a moda em Teresina nos anos 1950, com ênfase na relação entre vestuário, identidade e transformações sociais, tomando como referência central a atuação de mulheres que desafiaram os padrões conservadores da época, em especial a figura de Genu Moraes. A pesquisa fundamenta-se em fontes históricas locais, como revistas, jornais, fotografias e depoimentos, articuladas a uma bibliografia nacional sobre história da moda. A análise proposta busca compreender como, em um cenário regional marcado por contradições entre tradição e modernização, a moda atuou como vetor simbólico de mudança e construção identitária.

Para tanto, este estudo adota uma abordagem histórico-sociológica, articulando análise documental, imagética e bibliográfica. As fontes primárias incluem jornais e revistas dos anos 1950, como *O Dominical* e *O Cruzeiro*, acervos do Arquivo Público do Estado do Piauí ("Casa Anísio Brito") e a biografia *Genu Moraes: A Mulher e o Tempo* (Kruel, 2015). Foram também consultadas fotografias de espaços de sociabilidade teresinenses, como as Praças Rio Branco e Pedro II, o Teatro 4 de Setembro e o Cine Rex, que compõem um importante registro visual das práticas de moda e convivência urbana.

As imagens foram interpretadas não apenas como registros estéticos, mas como expressões simbólicas das relações sociais e dos códigos de vestuário. A análise buscou identificar, nas roupas, poses e ambientações, indícios de distinção social, feminilidade e modernização. Os materiais hemerográficos foram examinados a partir dos discursos que construíam representações sobre elegância, status e comportamento feminino, considerando-se as mediações culturais envolvidas na circulação dessas ideias.

A metodologia combina leitura contextual das fontes com o aporte teórico da história cultural (Burke, 1992) e dos estudos da moda (Calanca, 2008). Trata-se, portanto, de um enfoque qualitativo, que privilegia a interpretação simbólica dos fenômenos, reconhecendo os limites impostos pela escassez de registros de camadas populares e pelo predomínio de fontes relativas às elites urbanas.

Assim posto, o objetivo não é quantificar comportamentos, mas compreender como a moda, no contexto teresinense, operou como linguagem identitária e marcador de modernidade.

A moda e o processo de modernização em Teresina nos anos 1950

Ao abordar a moda em Teresina é essencial considerar o processo de modernização vivido pela cidade nos primeiros anos do século XX. Esse período foi marcado pela crescente influência do "mundo moderno", que trouxe consigo questionamentos aos valores tradicionais (Castelo Branco, 1996, p. 37). Tais transformações exerceram um grande impacto no vestuário feminino, despertando controvérsias e críticas, especialmente entre os setores mais conservadores da sociedade, em relação às mulheres que aderiam às novas tendências. Castelo Branco (1996) destaca esse aspecto das transformações nos comportamentos femininos, ao mencionar a influência das novas modas vindas do cinema e das revistas, que substituíram os antigos penteados e roupas restritivas, adequando-se às novas perspectivas sociais (Castelo Branco, 1996, p. 138).

O avanço urbano de Teresina, intensificado a partir da década de 1940, trouxe melhorias no transporte, iluminação pública e abertura de novos espaços de lazer, como cinemas, clubes e praças. Esses ambientes tornaram-se vitrines sociais, em que o vestuário funcionava como signo de modernidade. O acesso a revistas ilustradas e às produções cinematográficas ampliou o repertório estético da população urbana, consolidando a moda como um elemento essencial da experiência moderna teresinense.

A Praça Rio Branco, reformada para o convívio público, tornou-se um cenário privilegiado de exibição das últimas tendências, muitas vezes, inspiradas no cinema e em revistas especializadas (Lima, 2007). A Praça Pedro II concentrava o Teatro 4 de Setembro, o Cine Rex e o Clube dos Diários, destacando-se como o principal ponto de encontro da sociedade teresinense, reunindo elites políticas, intelectuais e artísticas em ambientes nos quais o vestuário adquiria especial relevância (Kruel, 2015, p. 157). Esses espaços exemplificam como a modernidade urbana redefiniu o lazer e projetou a moda como linguagem de distinção e pertencimento. O cinema era um exemplo claro desses ambientes, funcionava como um palco para a exibição das últimas tendências da moda:

> Nesses lugares [cinemas], muitas mulheres, homens e crianças se apresentavam conforme as últimas novidades da moda, segundo as revistas como Elite e Parisiana. Assim, no cotidiano da cidade, os olhos eram fisgados pelos corpos a mostra e pelas novidades no vestuário, observando-se que as lojas especializadas chegavam noticiar publicações que traziam novidade da moda no ano seguinte. Acompanhar a moda

> tornava-se uma premissa de atualidade e elegância (Rocha *apud* Castelo Branco, 1996. p.57).

Fica evidente, nas palavras citadas, a preocupação da sociedade teresinense em acompanhar as últimas novidades da moda. A propaganda teve uma influência marcante na moda local, tornando-se um canal cada vez mais forte nos anos seguintes. Um marco significativo que impactou o vestuário e elevou as exigências em relação à "toalete" foi a construção do Teatro 4 de Setembro, em 1889, conforme destaca Castelo Branco (1996).

> As apresentações tinham preço relativamente elevado, principalmente para a população em geral. Além disso, era um lugar refinado onde as exigências com a toalete não eram pequenas (…), pois grande era o número de pessoas que passeavam nas suas proximidades para observar as roupas e a elegância dos que se dirigiam às apresentações artísticas (Castelo Branco, 1996, p.48).

Como se observa, as roupas eram uma forma de exibição pública. Além do cinema, o passeio público na Praça Rio Branco, inaugurada em 1914, tornou-se um espaço privilegiado para apresentar os novos estilos de moda, muitas vezes, inspirados nas fitas cinematográficas e nos figurinos importados de Paris (Castelo Branco, 1996, p. 58).

Na década de 1950, o sistema da moda mundial passou por uma inflexão significativa. A hegemonia francesa, associada à alta costura e à exclusividade das *maisons* de Paris, cedeu espaço à influência estadunidense, pautada pela produção em massa e pela praticidade do *ready-to-wear*. Essa transformação, impulsionada pela cultura cinematográfica de Hollywood e pelo consumo de moda industrializada, redefiniu padrões de elegância e comportamento, influenciando diretamente o Brasil. Em Teresina, essa transição refletiu-se na adoção de novos tecidos, cortes e modelos difundidos por revistas e filmes, reinterpretados conforme os códigos locais de recato e distinção (Baudot, 2002; Stevenson, 2012).

A partir da segunda metade do século XX, com a chegada de novos meios de comunicação e a ampliação das formas de sociabilidade, a moda começou a consolidar-se no Piauí, especialmente em Teresina, refletindo as mudanças culturais e sociais em curso. Essa dinâmica marcou o início de um período de transformações que redefiniram o papel da moda na vida social da cidade, posicionando-a como um elemento central das relações e dos espaços urbanos.

Genu Moraes e o vestuário feminino

A moda configura-se como um fenômeno multifacetado, pois, além de incorporar os ideais de beleza de cada período, desempenha um papel significativo na forma como os indivíduos posicionam-se perante a sociedade em que vivem. Essa compreensão está em sintonia com estudos de Calanca (2008), que define a moda como fenômeno social marcado por mudanças cíclicas e múltiplas linguagens, e com Svendsen (2010), que a reconhece como elemento fundamental na construção da identidade individual e coletiva. Lipovetsky (1998) acrescenta que, com a modernidade, a moda democratizou-se e passou a atuar como mediadora de valores sociais. Para que a moda adquira visibilidade e relevância, torna-se imprescindível a atuação de personalidades marcantes, sejam elas criadores ou consumidores, que traduzam e disseminem os valores estéticos de seu tempo, como indicam também Cidreira (2010) e outros estudiosos da área.

No século XX, figuras ilustres alcançaram notoriedade estilística, conferindo identidade às suas criações, muitas das quais são hoje reconhecidas como verdadeiras obras de arte. Com o advento do cinema e da televisão, atores e atrizes passaram a desempenhar um papel central na disseminação e na influência das escolhas de vestuário, transformando-se em importantes referências de moda.

Na década de 1950, observa-se que a moda exerceu influência significativa sobre "as mulheres da sociedade", tanto jovens quanto adultas, demonstrando a sua relevância na vida de todos os membros de uma sociedade, mesmo que de forma indireta. Em particular, ao analisar a sociedade piauiense e, mais especificamente, a capital Teresina, constata-se que senhoras e jovens locais seguiam rigorosamente as últimas tendências oriundas do Rio de Janeiro, que, por sua vez, refletia as influências da moda internacional.

A trajetória de Genu Moraes evidencia como o vestuário pode transformar-se em expressão de autonomia feminina. Nascida em 1927, filha do ex-governador Eurípedes de Aguiar, Genu destacou-se por atitudes consideradas ousadas, como dirigir automóvel e usar calças compridas em uma sociedade ainda marcada pelo conservadorismo. Sua imagem pública, cuidadosamente construída, tornou-se referência para outras mulheres da elite teresinense, que passaram a adotar peças semelhantes às suas. Na fotografia 1(a seguir), Genu aparece trajando um vestido estruturado em tecido nobre, com cintura marcada e postura ereta, simbolizando elegância e distinção. Essa representação visual sintetiza a articulação entre moda, status e emancipação feminina na Teresina dos anos 1950.

Na imagem 01, observa-se a elegância de Genu Moraes, cuja atenção à própria imagem foi uma constante ao longo de sua trajetória. Sua presença nos espaços públicos era marcada pela distinção, chamando a atenção de contemporâneos. Em depoimento, afirmou: "Eu sempre fui muito vaidosa e gostei de trabalhar minha imagem. Mamãe era uma excelente costureira e preparava vestidos lindos para mim" (Kruel, 2015, p. 179).

Imagem 01- Genu Moraes no Casarão de Eurípedes



Fonte: Jornal Geleia Total: Disponível em: https://www.geleiatotal.com.br/2017/10/18/genu-moraes/. Acesso em: 25 jun. 2023.

O impacto das tendências internacionais em Teresina dava-se de forma indireta, sobretudo por meio do Rio de Janeiro, que funcionava como mediador da moda mundial. Revistas como *Elite* e *Parisiana* divulgavam figurinos inspirados no cinema hollywoodiano, que eram imitados localmente com adaptações realizadas por modistas ou na produção doméstica (Castelo Branco, 1996). Vestidos de cintura marcada e saias amplas, associados ao "New Look" de Dior, tornaram-se referência de elegância e eram reproduzidos em tecidos disponíveis no mercado local, como o algodão e o linho. Para famílias mais abastadas, lojas como a Samaritana forneciam tecidos importados, como o organdi suíço e o linho irlandês, que permitiam reproduzir, com maior fidelidade, os modelos estrangeiros (Kruel, 2015). Dessa forma, algumas peças circulavam como produtos importados, mas a maior parte era apropriada e reinterpretada em conformidade com os padrões de recato e com as condições de consumo da sociedade teresinense.

Na década de 1950, o conceito de lojas com roupas prontas ainda era distante da realidade das mulheres piauienses, sendo as butiques uma novidade que só começaria a surgir a partir dos anos 1960.

Assim sendo, a aquisição de vestuário, naquela época, baseava-se em encomendas realizadas às modistas, que desempenhavam o papel de costureiras especializadas.

Genu frequentava lojas especializadas em tecidos, como a Samaritana, onde selecionava materiais refinados, como cambraia de linho e organdi suíço. Essas vivências reforçaram a sua conexão com a moda desde a juventude, marcada pela influência direta de sua mãe e avó, figuras que desempenharam um papel fundamental na formação de seu estilo e apreço pela estética.

> Eu acordava e vestia meu vestido de broderi (cambraia bordada), feito com carinho por mamãe, e ficava esperando. Vovó Genu dizia ao motorista do papagaio: "Vamos à Samaritana", ali na Rua Grande (hoje Rua Álvaro Mendes), "quero ver outras coisas". Era uma loja muito bem sortida, da Dona Izabel e do Senhor Jorge Tajra. Dona Izabel recebia a nobre senhora com efusivos cumprimentos, perguntando: "Em que posso servi-la?" A cliente sentava ao lado do balcão e pedia o que desejava: linho irlandês, cerca de 10 metros de cambraia de linho, rendas diversas e três metros de organdi suíço para mim" (INDO ÀS COMPRAS COM VOVÓ GENU, Depoimento de Genu Moraes a Kenad Kruel)[2].

A Samaritana era uma loja de tecidos localizada na antiga Rua Grande (atual Rua Álvaro Mendes), principal eixo comercial da capital. Nos depoimentos de Genu Moraes, a loja aparece como ponto de compras de famílias abastadas e de seleção de tecidos finos, como cambraia de linho, organdi suíço e linho irlandês, o que indica o seu posicionamento voltado à clientela de prestígio e à circulação de matérias-primas de maior valor na cidade (Kruel, 2015, p. 47). A centralidade da Rua Grande no comércio teresinense, já reconhecida pela historiografia urbana, ajuda a explicar por que estabelecimentos desse perfil concentravam-se ali, funcionando como vitrines de atualização estética e abastecendo as práticas de vestir da elite urbana (Prefeitura De Teresina, [s.d.]; Minha Cidade, 2021).

Ao abordar a história da moda no Piauí, torna-se imprescindível mencionar Genu Moraes, que desempenhou um papel significativo nas transformações que marcaram o campo da moda local. Sua identidade refletia uma mulher que desafiava as restrições impostas às mulheres de sua época, quando a emancipação feminina era frequentemente vinculada a valores conservadores. Embora Genu não se autodenominasse feminista, ela utilizou a moda de forma estratégica para romper paradigmas e afirmar a sua autonomia.

[2] Conferir. Kruel, 2015, p.47.

Figura de grande relevância social, Genu Moraes personificou uma mulher que superou as barreiras impostas pelo papel tradicional feminino, fazendo da moda uma ferramenta de expressão pessoal e empoderamento. Sua trajetória ilustra como o vestuário pode transcender o campo estético e tornar-se um instrumento de transformação social e afirmação de identidade.

Embora não haja registros diretos de que seu estilo tenha sido copiado de forma sistemática por outras mulheres, a visibilidade de Genu Moraes nos espaços de sociabilidade de Teresina conferiu-lhe um papel de modelo simbólico. Como salienta Hall (2006), as identidades são também moldadas por representações sociais que circulam coletivamente. Neste sentido, a postura ousada de Genu, ao adotar práticas de consumo e de vestuário que confrontavam os padrões conservadores, ampliou os horizontes de possibilidades para outras mulheres, funcionando como referência de emancipação e modernidade.

Moda e sociabilidades urbanas

Com o início do processo de reestruturação de Teresina, na metade do século XX, a cidade passou por uma significativa reconfiguração social, marcada pela ampliação e diversificação das relações. Pedro Vilarinho Castelo Branco, em sua análise sobre a condição feminina em Teresina na Primeira República, destaca que a modernização dos centros urbanos visava transformar a aparência das cidades, conferindo-lhes um ar europeizado. Sob a influência desses novos valores, foram realizados investimentos na criação de novos espaços de lazer e na readequação dos já existentes, como cinemas, cafés, clubes elegantes, avenidas, praças destinadas ao passeio das famílias e teatros (Castelo Branco, 1996, p. 39).

Segundo Castelo Branco (1996), essas transformações provocaram uma mudança significativa no papel social atribuído à mulher, que passou a frequentar os espaços públicos, rompendo com a ideia de confinamento ao âmbito doméstico[3]. Nesse cenário, delineou-se uma nova identidade feminina, marcada pela preocupação com a aparência, o estilo e os padrões de beleza. Sob essa perspectiva, a mulher moderna era definida como aquela que seguia rigorosamente as tendências da moda,

[3] É importante ressaltar que este estudo concentra-se nas experiências de mulheres brancas pertencentes às elites urbanas de Teresina. A noção de "romper barreiras domésticas", frequentemente associada à emancipação feminina nesse período, não se aplica às mulheres negras, cuja participação no trabalho, inclusive fora do espaço doméstico, foi uma constante ao longo da história. Assim, a análise aqui desenvolvida reflete, sobretudo, o universo social das mulheres brancas, evidenciando as desigualdades raciais estruturais que marcaram a sociedade brasileira.

especialmente por meio de jornais e revistas especializadas. Contudo, esse novo comportamento foi recebido com resistência pelos setores conservadores.

Imagem 02- Praça Rio Branco na década de 1950



Foto: Aurelio Muller. Década 1950. Fonte: Acervo Aureliano Muller. Disponível em: http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/05/CENTRO-2018.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.

Na década de 1950, entre os diversos espaços frequentados pela sociedade teresinense, as praças desempenhavam papel central como locais de passeio e sociabilidade, mesmo diante da existência de ambientes fechados, como clubes e cinemas. A fotografia 2 retrata um desses espaços, a Praça Rio Branco. Nela, observa-se que as mulheres estão vestidas de forma recatada, em conformidade com as normas sociais do período, utilizando vestidos longos, sem decotes ou elementos considerados sensuais. O espaço pode ser interpretado como de caráter familiar, o que é corroborado pela presença de crianças e adolescentes, geralmente acompanhados por adultos, em consonância com os costumes da época.

Essa adequação, no entanto, não impedia que fossem incorporadas as novidades vindas do Rio de Janeiro ou inspiradas no cinema, o que fazia da Praça Rio Branco uma vitrine de atualização estética. Como observa Lima (2007), a praça tornou-se um lugar privilegiado de exibição das últimas tendências, revelando como a modernidade podia ser assimilada sem romper frontalmente com os códigos

vigentes de moralidade. A controvérsia residia justamente nessa negociação: para alguns, a simples adesão a estilos modernos já representava uma forma de afronta às tradições locais.

Conforme salientado por Lima (2007), a Praça Rio Branco era um espaço onde as últimas tendências da moda eram exibidas, com recorrência, trazidas do Rio de Janeiro e inspiradas nos trajes vistos nas telas do cinema. O cinema, além de entreter, funcionava como um ponto de exibição e inspiração para a escolha e criação de vestuários. Nesse contexto, um novo atrativo para o lazer começou a destacar-se: a Praça Pedro II (imagem 03), que se consolidou como um local de convivência e diversão para a sociedade.

Imagem 03 – Praça Pedro II em 1950



Teatro 4 de Setembro e o Cine Rex na Praça Pedro II, nos anos 50. Fonte: Acervo Aureliano Muller. Disponível em: http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/05/CENTRO-2018.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.

A imagem 03 apresenta a Praça Pedro II, destacando, em primeiro plano, o Teatro 4 de Setembro à esquerda e o Cine Rex, à direita. Esses espaços configuraram-se como os principais pontos de lazer em Teresina durante a década de 1950, juntamente com o Clube dos Diários, amplamente reconhecido por seus bailes. Ao longo de várias décadas, a Praça Pedro II consolidou-se como o principal ponto de encontro da sociedade teresinense, reunindo políticos, intelectuais, artistas locais e casais em espaços como o Cine Rex, o Clube dos Diários e o Bar e Restaurante Carnaúba. O local distinguia-se ainda por seus canteiros de rosas, árvores ornamentais de carnaúba, tanques em formato

do mapa do Piauí e pelo busto do imperador Dom Pedro II (Kruel, 2015, p. 157). Além de sua função política e cultural, a praça constituía um palco privilegiado para a circulação da moda, onde homens e mulheres exibiam seus trajes em consonância com os padrões de distinção e modernidade. Na memória de Genu Moraes, a Praça Pedro II era dividida da seguinte forma:

> Duas divisões, na parte de cima, mais modesta, ficavam os soldados da polícia militar, cujo quartel funcionava onde é a central de artesanato mestre Denzinho. As empregadas domésticas e os operários da fábrica de fiação e os casais que preferiam ficar à vontade… Na Parte de baixo, passeavam os rapazes e as mocinhas de famílias de posses. Os rapazes ficavam parados ou andavam em sentido contrário ao das mocinhas, flertando entre si e combinando encontros amorosos, quando era possível, porque elas sempre acompanhadas dos pais ou pessoas próximas às famílias. O movimento na Praça Pedro II começava por volta das sete da noite. Aumentava com as saídas do Cine Rex, geralmente as oito. Às nove horas, com o apito da velha usina, que fornecia energia elétrica para a cidade, as mocinhas eram levadas por suas acompanhantes para suas residências (Kruel, 2015. p.157).

O relato de Genu Moraes ilustra claramente as divisões sociais que marcavam a sociedade teresinense. A disposição dos frequentadores na praça refletia hierarquias sociais, com aqueles de maior poder aquisitivo ocupando um espaço específico, enquanto os de menor condição econômica permaneciam em outro. Essa segmentação não se limitava à ocupação dos espaços públicos, mas também se expressava nos padrões de vestuário. Enquanto famílias abastadas recorriam a costureiros renomados ou adquiriam peças em viagens, com acesso a tecidos mais caros e sofisticados, grande parte da população dependia da produção doméstica e do uso do algodão, associado às camadas populares até a década de 1940 (Castelo Branco, 1996). Esse contraste encontra respaldo na perspectiva de Calanca (2008), para quem a moda historicamente constituiu-se como linguagem de diferenciação, e em Lipovetsky (1989), que destaca a função do vestir como instrumento de distinção simbólica. Anúncios e colunas sociais em jornais locais reforçam essas diferenças, evidenciando como a moda operava como marcador de desigualdades na Teresina da década de 1950.

A imprensa como difusora de tendências

Antes da difusão mais intensa das revistas de moda e da popularização do *prêt-à-porter*, grande parte das famílias de classe média em Teresina produzia as suas próprias roupas, inspirando-se em modelos publicados em periódicos ou nas figuras de atrizes de cinema. Essa prática doméstica convivia com a valorização da alta-costura pelas elites urbanas, que recorriam a costureiros renomados ou

encomendavam peças em viagens. O algodão, por sua vez, era associado às camadas populares e só ganhou prestígio a partir do final da década de 1940, quando passou a ser promovido como matéria-prima nacional de qualidade. Assim, ao adentrar os anos 1950, a cidade encontrava-se em um ponto de transição: o vestuário deixava de ser predominantemente artesanal e doméstico para integrar-se a uma lógica de consumo mais moderno e globalizado, embora ainda profundamente marcado pelas distinções de classe e gênero.

Assim como em outras regiões do Brasil, no Piauí, até a década de 1950, não é possível identificar uma moda com características tipicamente locais. A inserção da moda na sociedade piauiense ocorreu de forma gradual, sendo amplamente influenciada por referências externas e tendo a imprensa como um veículo fundamental de disseminação. Não é surpreendente que as informações veiculadas pela imprensa tenham desempenhado um papel central na construção de discursos sobre moda, sejam eles críticos, favoráveis ou meramente informativos.

As revistas desempenharam um papel muito importante na divulgação de tendências e temas relacionados à moda. A partir dos anos 1950, surgiram, no Brasil, as primeiras iniciativas voltadas para a criação de uma moda com identidade nacional, lideradas por estilistas brasileiros. Contudo, essas investidas iniciais não conquistaram a credibilidade necessária para consolidar um movimento genuinamente brasileiro, pois as poucas tentativas careciam de incentivo e apoio. Predominava, ainda, a cultura da cópia, com a reprodução fiel do que era feito na Europa (Braga, Prado, 2011).

A imprensa local, especialmente, por meio de jornais e de revistas de circulação nacional, não apenas noticiava e discutia a moda, mas também veiculava propagandas de tecidos, vestuário e acessórios. Neste sentido, a propaganda funcionava como um canal indireto de difusão da moda, reforçando padrões de consumo e ampliando o alcance das tendências. Prado e Braga (2011) referem que, no Brasil, a publicidade foi um elemento central para consolidar a moda como prática social, enquanto Lipovetsky (2008) ressalta o papel do consumo e da circulação de imagens na construção do imaginário moderno em torno do vestir.

A partir da primeira metade do século XX, os periódicos sobre o tema moda começaram a intensificar-se. Teresina seguia essa tendência: as mulheres com recursos financeiros viajavam e adquiriam roupas em outras cidades sempre que tinham oportunidade. Naquela época, cabia às

mulheres a responsabilidade de atender às demandas e tarefas do lar. Entretanto, elas compravam revistas nas bancas e reproduziam os figurinos ou encomendavam-nos às modistas locais.

Um dos principais periódicos de circulação nacional que abordava assuntos relacionados à moda era a revista *O Cruzeiro*, amplamente disponível nas bancas locais. Alceu Penna[4], um dos colaboradores da revista, não apenas escrevia artigos sobre moda, mas também apresentava croquis que podiam ser facilmente reproduzidos em cada edição. Assim, *O Cruzeiro*[5] desempenhou um papel significativo como fonte de informações sobre moda em Teresina durante a primeira metade do século XX, juntamente com o *Jornal das Moças*.

A análise da moda em Teresina durante a década de 1950 sugere a sua relevância como fenômeno social potente, capaz de revelar, tensionar e transformar estruturas culturais. Longe de se tratar de mero adorno ou de um simples reflexo de tendências externas, o vestuário passou a funcionar como instrumento de mediação entre tradição e modernidade e como meio de afirmação identitária entre as elites urbanas. Em uma cidade que vivia os impactos da urbanização e da modernização de seus espaços públicos, a moda emergiu como marcador visível de status, distinção social e de redefinição dos papéis de gênero, ainda que os dados quantificados de vendas ou produção sejam escassos ou inexatos, os recortes hemerográficos, iconográficos e de sociabilidade urbana comprovam a intensificação desse fenômeno.

Na edição n.º 49 da revista *O Cruzeiro*, foi realizada uma cobertura das festividades em comemoração ao centenário da capital do Piauí. A publicação destacou aspectos relevantes da programação do evento, com especial atenção à elegância das senhoras piauienses (Imagem 04), evidenciando o cuidado com os trajes escolhidos para a ocasião. Os registros fotográficos revelam vestidos luxuosos e acessórios refinados, incluindo modelos sem mangas, atualmente conhecidos

[4] **Alceu de Paula Penna** (1915-1980), desenhista, ilustrador e figurinista brasileiro nascido em Curvelo, Minas Gerais, graduou-se em arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes (1932-1937). Em 1933, começou a ilustrar a revista *O Cruzeiro*, onde, em 1938, criou a seção "As Garotas", referência em moda e comportamento feminino, mantida até 1964. Penna também produziu figurinos para cassinos cariocas, ilustrou a revista *Tricô e Crochê*, e desenvolveu figurinos e cenários para shows e espetáculos teatrais na década de 1950. Entre 1960 e 1975, em parceria com *O Cruzeiro* e a Rhodia, criou figurinos para coleções anuais. Informações em: *Enciclopédia Itaú Cultural*. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa378586/alceu-penna. Acesso em: 24 jun. 2023.

[5] O acervo da revista *O Cruzeiro* foi digitalizado e está disponível para consulta em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=1448>.

como "tomara que caia", além de peças confeccionadas em rendas e sedas, materiais que reforçavam a sofisticação das vestimentas.

Imagem 04 - Grupos de senhoritas teresinense



Fonte: O Cruzeiro. Ed. 49, ano XXIV, 1952, p. 59. *Acervo:* Arquivo Público do Estado do Piauí: Casa Anísio Brito.

Durante as festividades do centenário de Teresina, realizou-se um concurso para eleger a rainha e a princesa do centenário. A imagem 06 registra as vencedoras do evento: à direita, Teresinha Soares Viana, coroada rainha, e à esquerda, Teresinha Castelo Branco, coroada princesa. A cerimônia de coroação ocorreu no Teatro 4 de Setembro, contando com a presença do senador Assis Chateaubriand, patrono dos festejos comemorativos.

Conforme destacado pela revista *O Cruzeiro,* nas legendas das fotografias, o concurso representou uma homenagem à beleza piauiense, evidenciando a representatividade cultural do estado. Os registros fotográficos revelam que os trajes das candidatas foram elaborados com extremo cuidado e riqueza de detalhes, utilizando rendas e tecidos usados para ocasiões festivas. Os penteados exuberantes complementavam a elegância das candidatas, enquanto acessórios como brincos, colares e pulseiras conferiam um toque adicional de sofisticação às suas aparências.

As fotografias da época (imagens 05 e 06) registram o corte de cabelo característico da década de 1950, predominantemente curto e acima dos ombros, amplamente popular naquele período. Esses estilos eram complementados por expressões faciais marcadas por sorrisos radiantes, evidenciando o orgulho das candidatas em relação à vitória no concurso. Simbolicamente, as vencedoras encarnavam

o ideal de beleza vigente na capital, representando um padrão estético amplamente valorizado pela sociedade local.

Imagem 05 – Coração da Rainha



-

Imagem 06 - Rainha e princesa



Rainha e Princesa do Centenário de Teresina na coroação. Fonte**:** O Cruzeiro. Ed. 49, ano XXIV, 1952, p. 60. *Acervo:* Arquivo Público do Estado do Piauí: Casa Anísio Brito.

A partir da década de 1950, no Brasil, houve um aumento significativo na realização de concursos voltados à escolha de Misses. O estado do Piauí acompanhou essa tendência e, conforme registros, inaugurou o concurso Miss Piauí em 1956, evento que permanece em atividade até os dias atuais. Inicialmente, tais concursos eram organizados pela Rádio Difusora de Teresina (RDT)[6], configurando-se como um marco relevante na história da moda no Piauí. Esses eventos destacavam-se por exaltar a beleza feminina, com frequência, associada aos elementos da moda da época.

Nos anos 1950, um concurso amplamente conhecido no Brasil foi o Miss Bangu, que também teve edições realizadas em Teresina. Genu Moraes, em sua biografia, relata que esse concurso contava

[6] Para informações sobre a trajetória da Rádio Difusora de Teresina, consultar a dissertação de mestrado de Nilsângela Cardoso Lima, defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=87327>.

com júris próprios em cada estado. A fábrica Bangu, sediada em São Paulo, desempenhou um papel importante na promoção do evento, enviando cortes de tecidos e croquis dos modelos criados por José Ronaldo, o primeiro estilista brasileiro a alcançar fama e reconhecimento nacional. Vale destacar que a irmã de Genu, Lydia Lina de Águia, foi uma das vencedoras desse concurso (Kruel, 2015)

Com o crescimento dos concursos de Misses e sua projeção na sociedade brasileira, alguns segmentos sociais não viam esses eventos de forma positiva. Entre os críticos, destacou-se a Igreja Católica. Uma análise do principal veículo de comunicação da Igreja na época, *O Dominical*, revelou vários artigos contrários à moda, alguns descrevendo-a como algo imoral. A Igreja argumentava que esses eventos corrompiam os valores morais da sociedade, alertando as mulheres cristãs para que evitassem participar desses concursos.

> As sociedades contemporâneas vivem conturbadas porque perdeu a noção de verdadeiro. Valor. [...] Os concursos de belezas classificam determinados números de pessoas apenas conforme os atributos físicos. Ficam assim desprezados os verdadeiros valores. Aqueles que de fato distinguem os indivíduos, tornando os mais e mais dignos de respeito, obediência admiração. A moralidade, a inteligência são esquecidas. [...] Interessante notar a escala progressiva dos concursos. Tal escala mostra como a beleza física como valor domina quase toda a nossa sociedade. Vai se num crescendo, desde o Miss Simpatia do pequeno clube recreativo, ou da cidadezinha do interior, até a eleição de Miss Universo, passando pelas misses Alegria, Barra Funda, Filosofia, Petróleo, Brasil etc. (CONCURSO DE BELEZA, *O Dominical*. Teresina, ano XXI, n. 27, 3 Dez. 1956, p. 3).

A principal crítica do jornal reflete sobre os critérios de valor e as prioridades estabelecidas na sociedade, questionando a supervalorização da beleza física em detrimento de outros aspectos igualmente relevantes. Sendo assim, observa-se que a imprensa desempenhou um papel crucial na formação de uma sociedade influenciada pelos valores da moda. Ela tanto promoveu quanto criticou a moda, que, apesar disso, conseguiu prevalecer e romper barreiras.

Considerações finais

A análise da moda em Teresina durante a década de 1950 revelou a sua relevância como fenômeno social capaz de refletir, tensionar e transformar estruturas culturais. Longe de constituir mero adorno ou simples reflexo de tendências externas, o vestuário afirmou-se como instrumento de mediação entre tradição e modernidade, assumindo papel central na afirmação identitária das elites

urbanas. Em uma cidade que experimentava os efeitos da urbanização e da modernização de seus espaços públicos, a moda tornou-se um marcador visível de status, distinção social e redefinição dos papéis de gênero.

A trajetória de Genu Moraes exemplifica como determinadas figuras femininas apropriaram-se do vestuário como estratégia de emancipação simbólica e contestação de valores vigentes. Sua atuação demonstra que, mesmo em um contexto marcado por normas morais rígidas, a moda podia operar como linguagem de subversão estética e afirmação de autonomia. Da mesma forma, os espaços de sociabilidade e os meios de comunicação contribuíram para difundir modelos de elegância e comportamento que conectavam Teresina ao imaginário nacional e internacional, inserindo a capital piauiense nas dinâmicas culturais do pós-guerra.

Diante desse panorama, o estudo demonstrou que a moda em Teresina nos anos 1950 articulou-se intimamente às transformações urbanas e culturais da cidade, convertendo-se em marcador de identidade e expressão das mudanças no papel social das mulheres. A análise das fontes documentais, iconográficas e hemerográficas evidenciou a moda como um espaço de negociação simbólica entre o novo e o tradicional, no qual se projetavam as ambivalências da modernidade e redesenhavam-se as fronteiras da visibilidade feminina na sociedade teresinense.

Referências bibliográficas:

BAUDOT, François. **Moda do Século**. Tradução de Maria Thereza de Resende Costa. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

BRAGA, João; PRADO, Luís André do. **História da Moda no Brasil**: Das influências às autorreferências. 2ªed. São Paulo: Edisal, 2011.

BURKE, Peter. **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres plurais:** a condição feminina em Teresina na primeira república. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

CHATAIGNIER, Gilda. **História da Moda no Brasil**. São Paulo: Estação das letras e cores, 2010.

CIDREIRA, Renata Pitombo. A moda como expressão cultural e pessoal. IARA: R**evista de Moda, Cultura e Arte**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 227-244, 2010. Disponível em: https://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistaiara/index.php/vol-3-no3-ano-2010/Último acesso em: 01 jan. 2025.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª edição. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

KRUEL, Kenard. **Genu Moraes**: A mulher e o Tempo. Teresina: Zodíaco, 2015.

LIMA, Nilsângela Cardoso. **Invisíveis asas das ondas zyq-3**: sociabilidade, cultura e cotidiano em Teresina (1948–1962). 2007. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MINHACIDADE. Rua Grande: lugar de negócios e comércio. **Vitruvius**, São Paulo, v. 22, n. 258.02, 2021. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/22.258/8408. Acesso em: 25 out. 2025.

PREFEITURA DE TERESINA. Rua Álvaro Mendes. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação – **SEMPLAN**. Disponível em: https://semplan.pmt.pi.gov.br/ . Acesso em: 25 out. 2025.

STEVENSON, NJ. **Cronologia da Moda**: de Maria Antonieta a Alexandre McQueen. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SVENDSEN, Lars. Moda: **uma filosofia**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

Temporalidades

Quando a Memória é Política: O IMOPEC e as Vozes Silenciadas do Ceará (1992 – 2015)

When Memory Is Political: IMOPEC and the Silenced Voices of Ceará (1992–2015)

José Ítalo dos Santos Nascimento
Mestrando em História
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
nascimento.joseitalos@gmail.com

Leidiane Francelina Batista
Mestranda em História
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
lelecabatista14@gmail.com

Cícero Joaquim dos Santos
Professor Adjunto
Universidade Regional do Cariri (URCA)
joaquim.santos@urca.br

Recebido: 07/08/2025
Aprovado: 23/11/2025

Resumo: Este trabalho analisa a dimensão educativa das produções do Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC) no período de 1992 a 2015, com ênfase nas edições do "Boletim Raízes", veículo central de circulação de saberes promovido pelo instituto. A pesquisa investiga as representações de povos indígenas, negros e quilombolas nessas publicações, com foco nos aspectos educativos e políticos dessas narrativas. Busca-se compreender de que forma o IMOPEC contribuiu para a preservação da memória desses grupos, o fortalecimento de seus movimentos sociais e a disseminação de seus saberes e demandas em contextos de marginalização. O estudo reconhece o instituto como agente articulador entre memória social, resistência cultural e práticas educativas, valorizando epistemologias historicamente silenciadas. A análise apoia-se nos conceitos de memória de Pierre Nora (1993) e em outros autores que discutem a construção de memórias coletivas. Metodologicamente, adota-se o paradigma indiciário, conforme proposto por Carlo Ginzburg (1989), que permite a reconstrução de sentidos a partir de vestígios e indícios presentes nas fontes documentais.

Palavras-chave: Memória; IMOPEC; movimentos sociais.

Abstract: This study analyzes the educational dimension of the publications produced by the Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC) between 1992 and 2015, with emphasis on the editions of

the *Boletim Raízes*, the main medium for the dissemination of knowledge promoted by the institute. The research investigates the representations of Indigenous peoples, Black communities, and Quilombola groups within these publications, focusing on the educational and political aspects of these narratives. It aims to understand how IMOPEC contributed to the preservation of the memory of these groups, the strengthening of their social movements, and the dissemination of their knowledge and demands within contexts of marginalization. The study recognizes the institute as an agent articulating social memory, cultural resistance, and educational practices, valuing epistemologies that have historically been silenced. The analysis draws on Pierre Nora's concept of memory and other scholars who explore the construction of collective memories. Methodologically, it adopts the evidential paradigm proposed by Carlo Ginzburg (1989), which allows for the reconstruction of meaning through traces and clues found in documentary sources.

Keywords: Memory; IMOPEC; Social movements.

Introdução

Este artigo é resultado de um projeto de Iniciação Científica desenvolvido no ano de 2023, intitulado "Ceará indígena, negro e quilombola: memória e movimento social nas publicações do IMOPEC (1988–2015)", sob a orientação do professor Cícero Joaquim dos Santos[1]. Além do mais, o projeto contou com o financiamento da Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Regional do Cariri (PRPGP/URCA), através do Programa de Iniciação Científica mediante disponibilidade orçamentária da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

A pesquisa teve como objetivo analisar as publicações do Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC)[2], com foco nas representações de povos indígenas, negros e quilombolas, destacando as dimensões educativas e políticas presentes nas produções do instituto. O estudo buscou compreender de que forma o IMOPEC contribuiu para a valorização da memória desses grupos e para a articulação de movimentos sociais no Ceará no período entre 1988 e 2015.

Para a realização desta pesquisa, delimitou-se como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 1992 e 2015. Esse intervalo corresponde ao lançamento da primeira edição do "Boletim Raízes" e da "Revista Propostas Alternativas", publicações do IMOPEC que constituem as

[1] Cícero Joaquim dos Santos é professor do Núcleo de Prática de Ensino do Departamento de História da URCA, atuando nos programas ProfHistória e PMPEDU. Possui doutorado em História pela UFC e pós-doutorado pela UNIRIO (PDJ/CNPq). É líder do NHISTAL (URCA/CNPq), vice-líder do Grupo Imagens da Morte (UNIRIO/CNPq) e pesquisador dos grupos NEGRER (URCA/CNPq) e Memórias no Plural (UVA/CNPq).

[2] Doravante mencionado IMOPEC.

principais fontes analisadas na pesquisa. O ano de 2015 marca a última edição disponível desses periódicos, servindo, portanto, como marco final do corpus documental. A escolha desse recorte permite observar a atuação do IMOPEC ao longo de mais de duas décadas, evidenciando como suas produções se inserem nos debates sobre memória, identidade e mobilização de povos negros, indígenas e quilombolas no Ceará contemporâneo.

Dessa maneira, optamos por trazer a categoria memória na perspectiva de Pierre Nora, pois a anamnese "é a vida sempre carregada por grupos vivos (...) emerge de um grupo que ela une" (1993, p.9). A memória é o fenômeno que está nesse eterno presente. Assim, trazer o Instituto e a Revista Raízes à luz da análise histórica significa perceber as construções de memórias do e sobre o passado, e suas articulações temporais.

O Boletim Raízes teve seu primeiro número lançado em 1992 (Soares, 2005). Foi concebido como um instrumento de difusão de conhecimentos sobre o Ceará e os cearenses, funcionando como uma alternativa de produção e comunicação de saberes frente aos processos de exclusão e dominação vivenciados por sujeitos e grupos marginalizados no passado, bem como por aqueles oprimidos e/ou silenciados no presente.

O IMOPEC foi uma organização não governamental fundada na cidade de Fortaleza/CE, em 1987 (Santos, 2013). Inserido no contexto do processo de redemocratização, ele se apresentou como uma "voz denunciante", conforme autodeclaração da própria instituição (IMOPEC, 2015). Com o intuito de divulgar suas produções e reivindicações, o instituto criou o "Raízes" como um jornal de acesso amplo, com linguagem acessível a diversos públicos. Suas matérias apresentavam informações e produções científicas alinhadas a uma postura política voltada à superação das desigualdades sociais, da pobreza e de outras mazelas presentes no cotidiano cearense (Sales, 2018; Soares, 2005).

Em 1992, o IMOPEC criou também a Revista Propostas Alternativas como mais um canal de difusão de saberes críticos produzidos por seus membros e intelectuais convidados, sendo eles professores, pesquisadores, estudantes, militantes e lideranças comunitárias que possuíam sintonia com os propósitos e as ações do instituto. Importantes canais de reflexão sobre o Ceará, o Boletim Raízes e a Revista Propostas Alternativas se tornaram os principais instrumentos de propagação das críticas e propostas do IMOPEC, bem como um material educativo usado na formação de grupos e líderes comunitários das diversas regiões do Ceará. O IMOPEC funcionou até o ano de 2015, quando

publicou o último número do Boletim Raízes, intitulado "A memória e seu lugar: os fazeres do IMOPEC". Este foi dedicado à memória das suas ações.

O Boletim Raízes e a Revista Propostas Alternativas constituem as principais fontes desta pesquisa. Em diversas edições, como as de 1997 (nº 22), 1998 (nº 25) e 2002 (nº 38), a população negra, quilombola e indígena do Ceará aparecem em destaque, com menções aos povos Tremembé e às suas lutas territoriais, bem como a comunidades como Jaguaribara e Conceição dos Caetanos, que se tornaram objeto de reflexão. Esses materiais registram suas trajetórias de resistência, suas demandas sociais nos processos de afirmação étnica e aspectos do cotidiano e das práticas culturais desses grupos. Assim, temas como memória, identidade e movimentos sociais aparecem de forma recorrente ao longo dessas publicações.

Nas páginas das publicações, a memória aparece como uma construção social, individual e coletiva, marcada pelas dimensões das subjetividades, vivências e das relações de poder que tentam estabelecer o que deve ser lembrado e/ou esquecido. Logo, ela apresenta relação direta com a construção da identidade social e transformações políticas. Ademais, o tripé, memória, identidade e movimento social constitui a base que fundamentou e deu sustentação às ações do Instituto.

Desde as primeiras publicações do IMOPEC, as questões étnicas e culturais das populações negra, quilombola e indígena cearenses foram retratadas, uma vez que o instituto surgiu dos movimentos sociais (Sales, 2018; Santos, 2019). Logo, os processos de afirmação étnica foram cruciais para o IMOPEC, não apenas como um objeto de publicação. O instituto foi um sujeito ativo nas lutas, participando dos processos de afirmação étnica e reivindicações de direitos sociais, culturais, políticos, enfim, humanos.

Desse modo, busca-se dialogar com intelectuais que estão presentes nesse debate sobre memória, movimentos sociais e meios de circulação do saber, assim como, formas de reafirmar presenças que são constantemente silenciadas por uma hegemonia elitista. Para discutir os modos de subalternização da memória desses povos, a proposta foi dialogar com Sylvia Porto Alegre (1993) que lança críticas ao conceito de aculturação e processos de negação étnica. Em seguida, a proposta também é fazer interlocução com Michael Pollak (1989) no sentido de entender a dinâmica de memórias "subterrâneas e oficiais". Essa perspectiva também é ancorada em de Pierre Nora, pois a

anamnese "é a vida sempre carregada por grupos vivos (...) emerge de um grupo que ela une" (1993, p.9).

Portanto, também é fundamental destacar as atividades desenvolvidas ao longo do período de iniciação científica, realizadas no ano de 2023. Todo o acervo utilizado esteve disponível no Laboratório de Pesquisas em História Cultural (LAPEHC), vinculado ao Departamento de História da Universidade Regional do Cariri. Durante esse período, foram realizadas ações de leitura, catalogação, escaneamento, higienização e organização do acervo estudando, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), com o objetivo de garantir a segurança e a preservação da documentação. Ressalta-se, ainda, a adoção do paradigma indiciário, conforme proposto por Carlo Ginzburg (1989), como orientação metodológica para a análise documental e para a construção de sentidos a partir das fontes históricas "O paradigma indiciário baseia-se numa forma de raciocínio semiológico: parte de dados aparentemente marginais, que escapam à observação superficial, para chegar a conclusões mais amplas" (Ginzburg, 1989, p. 153).

O Protagonismo Indígena Frente às Demandas Sociais

O Boletim Raízes possui um total de 64 edições, entre as quais algumas tratam diretamente da temática indígena. Dentre essas edições, destacam-se: a primeira, intitulada "500 anos da América"; a quinta, "Povos Indígenas do Ceará"; a sexta, "Negros e Índios no Ceará"; a sétima, "Luta pela Terra no Ceará"; a décima nona, "Uma Proposta de Resistência"; e a trigésima oitava, "Índios Afirmam sua Existência". Essas publicações são especialmente relevantes para a análise da presença e representação dos povos indígenas na produção editorial do IMOPEC, uma vez que nelas se evidenciam não apenas aspectos simbólicos e identitários, mas também práticas de mobilização, ações políticas, reivindicações por direitos e formas diversas de atuação coletiva desses povos no contexto cearense.

A presença indígena articulada às lutas mais amplas dos movimentos sociais está em convergência com reivindicações por direitos, especialmente diante das recorrentes invasões de territórios tradicionais por complexos industriais. A edição de número 19, por exemplo, evidencia esse aspecto ao afirmar que, desde o século XVI até o século XXI, os povos indígenas no Brasil vêm sofrendo com processos contínuos de expropriação territorial. Tal edição destaca, ainda, a atuação dos povos indígenas do Ceará frente ao avanço do olhar mercantil das grandes corporações, revelando

como essas populações têm se articulado politicamente por meio de movimentos sociais e articulação de lideranças indígenas. Essas lideranças, por sua vez, emergem também como intelectuais que participam ativamente das disputas narrativas e políticas em torno dos direitos territoriais.

É relevante observar que algumas edições do Boletim Raízes abordam de forma recorrente a temática da luta pela água, evidenciando a centralidade desse elemento para os povos indígenas. Tal relevância não se restringe à sua dimensão material, ligada ao acesso, uso e controle dos recursos hídricos, mas também abrange aspectos simbólicos, espirituais e cosmológicos, fundamentais para a compreensão das relações que esses povos estabelecem com o território. Destacam-se, nesse sentido, as edições de número 19, intitulada "Uma Proposta de Resistência"; 44, "Água, um Bem Público"; e 57, "Mobilização Popular em Defesa do São Francisco". Nessas publicações, a água é compreendida como um bem coletivo e um elemento sagrado, cuja defesa mobiliza diferentes sujeitos sociais. Um aspecto de grande importância é a presença da liderança indígena feminina Soraya Vanini Tupinambá[3], que assina alguns dos textos, conclamando seus parentes à resistência e à luta por direitos.

A luta em torno da água[4], conforme apresentado em diversas edições do Boletim Raízes, revela-se como uma tentativa de conter o avanço das grandes corporações sobre os recursos hídricos, evitando não apenas sua apropriação indevida, mas também sua consequente contaminação. Nesse contexto, destaca-se o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), localizado no litoral oeste do Ceará, entre os municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia. Criado com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico regional por meio da instalação de grandes indústrias e da intensificação das exportações, o complexo tem sido apontado por movimentos sociais e comunidades tradicionais como um dos principais agentes de pressão sobre os territórios indígenas e os recursos naturais, especialmente no que se refere à exploração e à degradação das águas.

[3] Tem experiência em Meio Ambiente em diversos aspectos relacionados a esta área tais como: Gestão da água, Gestão da Zona Costeira, Uso e Ocupação do solo, Populações Tradicionais, Populações indígenas, Educação Ambiental, Gestão Pesqueira, Conflitos socioambientais e agrotóxicos. Integra o Núcleo TRAMAS - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, que desenvolve projetos de pesquisa sobre conflitos socioambientais em curso no Ceará, tais como: industrialização, carcinicultura, indústria calçadista e agrotóxicos, todos apoiados pelo CNPq.

[4] Além disso, é relevante mencionar novamente a edição número 39, que trata especificamente da presença negra no Ceará, com ênfase na reafirmação identitária e nas demandas sociais da comunidade quilombola de Conceição dos Caetanos. Essas edições evidenciam como o Boletim Raízes se constitui como espaço de visibilização de vozes historicamente marginalizadas, articulando suas lutas em torno da terra, da água e da memória.

Povos como os Anacé, Tapeba e Jenipapo Kanindé são as principais vítimas dessa apropriação, que parte de iniciativas privadas, promovendo a desterritorialização desses povos. Tais iniciativas, voltadas à expansão industrial e logística, têm gerado impactos profundos sobre os territórios tradicionalmente ocupados por esses grupos, resultando em processos de desterritorialização, deslocamento forçado, perda de acesso a recursos hídricos e degradação ambiental. Além dos danos materiais, essas ações comprometem práticas culturais, espirituais e modos de vida ancestrais, configurando-se como formas contemporâneas de violência estrutural e apagamento de direitos coletivos.

Para resistir a estas invasões, no dia 9 de fevereiro de 1997 o Fórum do Litoral que representava as comunidades do território cearense e em especial de Fortaleza, enviou correspondências ao Banco Mundial, denunciando os graves prejuízos da natureza socioambiental causada pela construção do complexo que também está destruindo as formas de sobrevivência dessas comunidades, como os mangues, dunas, lagoas e rios subterrâneos. Esse cenário que se formou no Ceará fez com que os povos atingidos se organizassem para resistir, contexto que gerou manifestações e articulações nas quais o IMOPEC esteve presente, através de suas publicações, demonstrando o prejuízo que as comunidades originárias estavam sofrendo.

Esse cenário também se manifesta em contextos mais específicos. Retomando o foco da análise, a edição de número 44, particularmente relevante por relatar uma vistoria realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 39 fazendas de criação de camarão no Ceará, das quais mais de 90% foram classificadas como irregulares. Realidade que afeta diretamente a vida, principalmente das comunidades que vivem em torno dos rios "Os impactos negativos podem ser de curto ou longo prazo, envolvendo o desequilíbrio ecológico, a contaminação ambiental, surtos de doenças, entre outros (Paul & Vogl, 2011 apud Ribeiro; Souza; Barros; Hatje, 2014, p.373)".

A publicação ainda ressalta um trecho revelador: "eles não imaginam que foi a presença daquela comunidade ali que gerou aquele ambiente ainda preservado". Tal afirmação aponta para o papel fundamental das comunidades tradicionais, incluindo as indígenas, na preservação dos ecossistemas locais. É evidente que essa condição permite compreender os interesses em disputa: enquanto as populações indígenas lutam pela preservação de seus territórios e modos de vida, com base em uma

relação simbólica, espiritual e sustentável com as águas, grandes corporações visam à exploração econômica dos recursos naturais, muitas vezes em detrimento da integridade ambiental e dos direitos coletivos.

Nas narrativas construídas ao longo das publicações do IMOPEC, observa-se uma constante reivindicação de visibilidade, superação das desigualdades sociais e efetivação de direitos para as populações indígenas, negras e quilombolas do Ceará. As referências à memória social, à valorização das identidades coletivas e às trajetórias de resistência aparecem de forma recorrente, especialmente no Boletim Raízes, em que são destacadas as ações, práticas culturais e mobilizações dessas comunidades. No caso dos povos indígenas, essas temáticas também ganham espaço nos textos acadêmicos da Revista Propostas Alternativas, evidenciando o compromisso do Instituto com a divulgação de experiências de luta, organização política e enfrentamento às violações de direitos. O ato de dar visibilidade à luta dos povos Indígenas é uma proposta alternativa de comunicar para visibilizar povos que foram silenciados durante diversas situações sociais no tempo.

No ano de 2002, o Boletim Raízes lançou sua publicação de número 38, dando destaque para a participação do professor Edson Hely Silva[5]. Essa edição levou em consideração a questão do silenciamento e projetou colocações de protagonismos dos povos indígenas no Ceará, lançando escutas (e leituras) às vozes das memórias subterrâneas de então, na contramão dos discursos oficiais.

[5] Professor Titular de História da UFPE. Doutor em História Social pela UNICAMP, com pós-doutorados pela UFRJ (2013) e UFC (2020). Atua no PROFHISTÓRIA/UFPE e no Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE. É membro do Lapespih (UFRPE) e atual coordenador do GT "Os Indígenas na História" da ANPUH-PE. Foi coordenador nacional do mesmo GT (2017–2019) e lecionou no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFPE/Caruaru.

Imagem 01: Boletim Raízes número 38 de 2002



ÍNDIOS AFIRMAM SUA EXISTÊNCIA

As desinformações e os preconceitos sobre os povos indígenas têm levado a sociedade brasileira não índia a cometer injustiças e crimes que vão da tese do "desaparecimento" e "extinção" desses povos à agressão cultural e eliminação física.

Considerados "remanescentes" e

Ceará: Terra da luz, Terra dos índios

história, presença, perspectivas

Eduardo Hoorneart, Francisco Pinheiro, Gerson Oliveira Jr., Isabelle Braz, Ismael Pordeus Jr., Joceny Pinheiro (org.), Jouberth Max Aires, Kleber Saraiva, Pablo Assumpção, Sylvia Porto Alegre

congregou, pela primeira vez, no Ceará, instituições que têm entre suas atribuições, a defesa dos direitos das populações indígenas e do seu patrimônio cultural.

Essa edição de RAÍZES se encerra com uma bibliografia e um breve comentário da Coletânea que acaba de

Fonte: Laboratório de Pesquisa em História Cultural – LAPEHC

A participação desses professores buscou evidenciar a história, a presença e as perspectivas dos povos indígenas no Ceará, valorizando suas narrativas próprias e suas formas de resistência. Nesse contexto, o IMOPEC se destacou por revelar, por meio de suas publicações, a atuação ativa dos povos indígenas frente às políticas estatais de assimilação e tutela. Em oposição às interpretações hegemônicas que reduziam a trajetória indígena à passividade e ao desaparecimento, o IMOPEC apresentava esses grupos como sujeitos históricos que contestavam e reconfiguravam tais imposições. Nesse sentido, Porto Alegre (1998) chama atenção para a maneira como os povos indígenas são colocados em uma linha evolutiva simplista e excludente: "somos induzidos a ver o lugar dos índios na história de forma linear: contato, aculturação, assimilação; conquista, extermínio, extinção, desorganização tribal, dispersão, desaparecimento" (Alegre, 1998, p. 16). A atuação do IMOPEC, portanto, contribui para romper com essa narrativa linear e silenciadora, ao afirmar a continuidade, a agência e a vitalidade dos povos indígenas cearenses.

As reflexões de Michael Pollak se alinham a essa perspectiva ao problematizar a relação entre memória, poder e silenciamento. Para o autor, as memórias sociais não se constituem de forma neutra

ou espontânea; ao contrário, são atravessadas por relações de força, nas quais determinados grupos, geralmente as elites sociais e políticas, estabelecem os critérios do que deve ser lembrado e consagrado como memória oficial. Em contraste, outras experiências, saberes e narrativas acabam relegadas ao esquecimento ou circulam de maneira marginal, configurando o que Pollak denomina "memórias subterrâneas".

> Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil (Pollack, 1998, p.3).

Nesse contexto, o autor analisa as disputas em torno da memória, destacando como o Estado dominante tende a se sobrepor às memórias subalternas por meio do exercício do poder. Ao estabelecer uma interlocução com as experiências das comunidades indígenas, observa-se que essas relações são marcadas por processos de silenciamento e assimilação cultural, conforme aponta a professora Sylvia Porto Alegre.

Negrada Negada

Esse processo de apagamento identitário manifestou-se cotidianamente, especialmente nas escolas e em diversos espaços sociais, onde era comum a negação da identidade negra, com indivíduos autodeclarando-se como pardos. Henrique Cunha Jr. (2001), ao abordar a questão dos espaços escolares, evidencia as dificuldades históricas enfrentadas para a criação de instituições destinadas à população preta e parda. O autor relata o caso do professor Pretextato, que apresentou ao Ministério Público uma petição com o objetivo de fundar uma escola para pessoas negras. Tal episódio evidencia as tensões em torno da negação da identidade racial no ambiente escolar, cujos reflexos se estendem para os movimentos sociais contemporâneos. Cunha Jr. problematiza, assim, os mecanismos de exclusão e silenciamento presentes nas práticas institucionais.

> Nutridas por um pensamento de base universalista as alegações contrárias às nossas reivindicações foram sempre problematizadas num campo da igualdade de oportunidades de todos e da negação de existências de sistemas de inclusão controlada e diferenciada. (Cunha Jr., 2001, p.5).

A negação das diversidades históricas e culturais é o que motiva a necessidade de visibilizar populações sistematicamente colocadas à margem da sociedade. Nesse contexto, destaca-se a atuação do IMOPEC, cuja trajetória foi marcada pela defesa dos direitos humanos e pelo enfrentamento das

desigualdades sociais. O instituto fez da memória um instrumento político de transformação social. Como parte de sua estratégia de ação e difusão de saberes, criou o 'Boletim Raízes e a Revista Propostas Alternativas". O periódico foi estabelecido para promover a divulgação de conteúdos sobre o Ceará e sua gente. Ele operou como um polo de produção e circulação de saberes que desafiava os mecanismos históricos de exclusão, dominação e silenciamento impostos a grupos e indivíduos marginalizados (IMOPEC, 2015).

Dentro desse período, destacamos o papel do movimento negro que estava em evidencia e trazendo para o campo de debates a questão da educação. Cunha Jr. Salienta que:

> Os movimentos negros da década de 1970 foram fomentadores de uma preocupação particular sobre problemática da educação e das relações interétnicas. A partir destes movimentos sociais. Surge uma geração de educadores e pesquisadores trabalhando as temáticas dos afrodescendentes nos sistemas de produção e transmissão da cultura. (2001, p.6).

No âmbito desse debate, destaca-se a relevância atribuída às discussões sobre africanidades, conforme abordado pelo autor em questão. A revista analisada comprometida com a difusão de saberes e a valorização das identidades historicamente marginalizadas, propagou o "Raízes" como um jornal de ampla circulação e linguagem acessível, voltado a diferentes públicos. Suas matérias articulavam informações e produções científicas com uma postura política voltada à superação das desigualdades sociais, da pobreza e de outras mazelas presentes no cotidiano cearense (Sales, 2018; Soares, 2005).

Entre os anos de 1992 e 2014, o Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC) publicou 17 edições do Boletim Raízes, cada uma com uma média de seis artigos. As edições eram organizadas em torno de temas centrais, a partir dos quais os textos se desenvolviam. Entre os conteúdos abordados, destacam-se reflexões sobre as comunidades negras cearenses e os processos de afirmação étnica da população afrodescendente (Soares, 2013).

Na edição de número 25, o Raízes registra a realização do I Encontro de Comunidades Negras no Sertão do Ceará, reunindo grupos como Bastiões, Conceição dos Caetanos, Água Preta, Lagoa do Ramo, Goiabeiras e Buritizal. O encontro teve um caráter afirmativo, ao reivindicar a presença e a identidade negra em uma região marcada historicamente pela negação dessa existência. O fragmento publicado menciona, ainda, a atuação da PAN (Projeto Agrupamentos Negros) e do Movimento

Negro de Tauá e Quixeramobim, ambos com o apoio do IMOPEC, evidenciando o papel do instituto no fortalecimento dessas articulações sociopolíticas.

Dentro dessa produção a revista fez questão de salientar que os movimentos que eram nascentes, abriam caminhos e conquistas para uma comunidade que sempre foi negada histórica e juridicamente e assim:

> A existência atual de agrupamentos negros no campo e na cidade provoca a revisão da história cearense e expõe uma parte das formas de associação de um dos mais importantes grupos formadores da Nação brasileira. E, enquanto insistimos na presença negra, um conhecido refrão da propaganda política cearense exaltava o "galeguinho dos olhos azuis" (Boletim Raízes, 1998, p.4)

Com essa afirmação, eles também denunciavam um projeto de política que insistiam na não existência dessas comunidades. Pois **"**as necessidades ideológicas dos grupos dominantes de um credo no universalismo e na modernidade criam visões conflitantes com as do particular, do localizado, do regional e do étnico" (Cunha Jr.,2001, p.13). Fazendo com que essas comunidades fossem apagadas da história, mas que dentro desses debates procuraram construir suas pluralidades. É importante salientar que a indicação dessas fontes não deve transparecer que teremos acesso direto às vozes. São fontes interessadas e em situações peculiares, as fontes são reveladoras do passado vivido, ainda que produzidas sob certos interesses (Ginzburg, 1989. p. 169-178). No qual, para interpretarmos essas fontes, nos utilizamos do método do paradigma indiciário, de Carlo Ginzburg, no qual está envolto no princípio de que apesar de a realidade se apresentar ilegível em alguns aspectos, ela pode ser decifrada através de determinadas pistas, rastros ou indícios, nos dando a possibilidade de observação através das relações entre razão, sensibilidade, natureza e cultura, em que assumindo um estatuto frágil, seja possível obter resultados relevantes (Ginzburg, 1989. p. 169-178).

Dessa maneira, buscamos analisar as fontes no "sentido de percebermos os indícios que nos remetem uma ferramenta de combate nas produções do IMOPEC" (Sales, 2018, p.223). Nas narrativas sobre a população indígena, negra e quilombola do Ceará, o IMOPEC cobrava visibilidade, superação das desigualdades sociais e alcance de direitos. Ao longo das publicações, referências à memória social e a construção das identidades negras e quilombolas foram constantes, bem como suas tomadas de iniciativas e movimentos sociais. O mesmo ocorreu com os povos indígenas, várias vezes noticiados no boletim Raízes e refletidos nos textos acadêmicos da Revista Propostas Alternativas.

Desde as primeiras publicações do IMOPEC, as questões étnicas e culturais das populações negra, quilombola e indígena cearenses foram refletidas, uma vez que o instituto surgiu dos movimentos sociais (Sales, 2018; Santos, 2019). Logo, os processos de afirmação étnica foram cruciais para o IMOPEC, não apenas como um objeto de publicação. O instituto foi um sujeito ativo nas lutas, participando dos processos de afirmação étnica e reivindicações de direitos sociais, culturais, políticos, enfim, humanos.

Com isso, a publicação, a difusão e os usos dos seus resultados em ações educativas se tornaram ações voltadas à construção de uma "nova consciência multicultural" (Ribard, 2008). Cada ação voltada para a produção e os usos de conhecimentos sobre História e cultura indígena e afro-brasileira nas práticas educativas é importante para a construção de uma postura multicultural, ou seja, um posicionamento ético e político de valorização da vida e da dignidade humana (Moreira, Candau2013).

Nas páginas das publicações, a memória aparece como uma construção social, individual e coletiva, marcada pelas dimensões das subjetividades, vivências e das relações de poder que tentam estabelecer o que deve ser lembrado e/ou esquecido. Logo, ela apresenta relação direta com a construção da identidade social e transformações políticas. A memória, identidade e movimento social constitui a base que fundamenta e dá sustentação às ações do Instituto. Assim, esses sujeitos, se fazem e refazem, relembrando seus feitos, suas ações e construindo um sentimento de pertencimento e identidade coletiva e individual.

Evidenciar um lugar de memória como é colocado por Nora "O lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo (...) mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações (1993, p.27)". Foi assim, que as memórias dessas comunidades e seus movimentos, conseguiram assegurar a sua existência, dando significado a elas.

Nosso estudo também destacou as publicações dos anos de 1993, em seu 6° número, o qual dedica-se especificamente à questão negra. Essa temática foi retomada em 1995 (n° 13 e 15), 1997 (n°20 e 22), em 1998 (n°25), como já colocado aqui e no ano de 2002 com o número 39.

Através desse material, é possível analisar como eram as lutas e representações das populações negras apresentadas, bem como seus enfrentamentos perante as desigualdades sociais. Em 2002, nas vésperas do pleito eleitoral, o IMOPEC publicou o número 39 do boletim Raízes com o título "Ceará

também é negro". Tal publicação lançou um reclame, indagando nas páginas iniciais do boletim, quais os projetos políticos voltados às demandas dos negros e das negras cearenses. Os dois primeiros parágrafos daquela publicação descreveram:

> Com esse número de Raízes, o IMOPEC dá prosseguimento ao seu projeto de abrir espaço aos grupos sociais, povos e às etnias relegados ao esquecimento ou apagamento de nossa História. Dedicamos ao povo negro este número 39, que traz ao debate público questões como preconceito e invisibilidade, sem omitirmos a sua trajetória no Ceará (IMOPEC, 2002, p.1).

A partir daí, podemos pensar no quanto a população negra no Ceará foi inviabilizada e apagada da memória, levando a um grupo em específico, dizer que não existia negro no Ceará. Por outro lado, o IMOPEC, traz essa visibilidade e nos mostra o quão errado estavam, os pesquisadores e a elite da época. Trazendo à tona um povo, que foi negado, mas não apagado, que permaneceu.

Considerações finais

Como destacou a historiadora Ana Cristina de Sales, já mencionada anteriormente, a atuação do IMOPEC enquanto ONG desenvolveu-se a partir das limitações do poder público em alcançar as diversas camadas da população, frequentemente invisibilizadas e relegadas a um espaço social marginalizado na história. Assim, a instituição configurou-se como um importante campo de aprendizado, especialmente nos processos formativos e educativos.

Essa pesquisa se mostra relevante por dar visibilidade a um veículo de comunicação que atuava à margem e de forma independente dos poderes públicos. Em sua última edição, o IMOPEC evidenciou as dificuldades enfrentadas pela imprensa independente e, por se tratar de uma instituição sem fins lucrativos, encerrou suas atividades em 2015. Nesse sentido, estudos como este tornam-se essenciais no contexto brasileiro, sobretudo no âmbito da iniciação científica, pois contribuem para o fortalecimento da pesquisa nacional, valorizando experiências locais e ampliando a compreensão sobre as diversas formas de produção de conhecimento e comunicação social.

Referências bibliográficas:

CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes**. Africanidade, afrodescendência e educação.** 2001.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Africanidade, afrodescendência e educação. **Educação em Debate,** Fortaleza, v.2, n. 32, pp. 5-15, 2001.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUSA, Simone de (ORG.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.
GINZBURG, Carlo. **Mito, emblemas, sinais: morfologia e história.** Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, (1986).

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOLANDA, Cristina Rodrigues (Orgs.). **Negros no Ceará:** história, memória e etnicidade. Fortaleza: Museu do Ceará; SECULT, 2009.

INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC). Boletim Raízes. Fortaleza, ano 24, n.64, Jan./Jun.2015.

INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC). Comunidades negras no Ceará. Fortaleza: IMOPEC, 1998.

MATTOS, Hebe (Org.). **História oral e comunidade:** reparações e culturas negras. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

NUNES, Cícera. **O Reisado em Juazeiro do Norte-CE e os conteúdos da História e cultura africana e afrodescendente:** uma proposta para a implementação da Lei no 10.639/03. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira), Centro de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

RATTZ, Alex. **Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas**. Fortaleza: Museu do Ceará; SECULT, 2009.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: **A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História**. São Paulo, dez 1993. **___.** Les lieux de mémoire. I La République, Paris, Gallimard, 1984.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, jun. 1989.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Rompendo o silêncio: por uma revisão do "desaparecimento" dos povos indígenas**. Ethnos, Recife, v. 2, n. 2, p. 21–44, 1998.

RIBARD, Franck. **África, Mãe negra do Brasil ou apontamentos para uma nova consciência multicultural**. In: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO FILHO, João Ernani (Orgs.). **Emtempo**: História, memória, educação. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p. 201-215.

RIBEIRO, Luisa Ferreira; SOUZA, Manuel Macedo de; BARROS, Francisco; HATJE, Vanessa. **Desafios da carcinicultura:** aspectos legais, impactos ambientais e alternativas mitigadoras. Revista de Gestão Costeira Integrada – Journal of Integrated Coastal Zone Management, Lisboa, v. 14, n. 3, p. 365-383, 2014.

RIBARD, Franck. **O ensino afro-brasileiro e a busca de um futuro para a sociedade**. Documentos, Fortaleza, v.7, p. 9-12, 2009.

SALES, Ana Cristina. O Instituto da Memória do Povo Cearense: patrimônio cultural e ação coletiva (1988-2015**)**. In: VIANA, José Ítalo Bezerra; SANTOS, Joaquim dos (Org.). **Ceará de Norte a Sul**: culturas e sujeitos na história. 2ed.Curitiba: CRV, 2023, v. 1, p. 15-293.

SALES, Ana Cristina de. O Instituto da Memória do Povo Cearense: uma ferramenta de combate? **Anais do XVII Congresso de História da Educação do Ceará**. Fortaleza, v.1, 2018, pp. 221-229.

SANTOS, Joaquim dos et al**.** Ensino de história para que(m)? O IMOPEC e a educação patrimonial no Ceará. In: **Educação no século XXI**: História. v.25. Belo Horizonte: Poisson, 2019, pp.18-24.

SOARES, Nádja Maria de Morais. **Catálogo de publicações do IMOPEC**. Fortaleza: IMOPEC, 2005.

Temporalidades

Narrativas contemporâneas e o documentário como lugar de memória e de documento histórico para o estudo do patrimônio industrial: o caso dos documentários "A vida entre tecidos, fios e nós" e "A velha chaminé"

Contemporary narratives and documentary films as a place of memory and historical documents for the study of industrial heritage: the case of the documentaries "A vida entre tecidos, fios e nós" and "A velha chaminé"

Cauê Oliveira Aguiar Sousa
Graduando em História
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA-CE)
caue.historia@gmail.com

Telma Bessa Sales
Doutora em História
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA-CE)
telma_bessa@uvanet.br

Recebido: 14/08/2025
Aprovado: 07/01/2026

Resumo: O texto investiga o documentário como um repositório de lembranças e registros históricos no campo do patrimônio industrial, examinando os filmes *Entre Tecidos, Fios e Nós (2012)* e *A Velha Chaminé (2025)*. Com base na concepção de que o cinema, particularmente o documentário, pode funcionar como uma ferramenta política e um tema de investigação histórica, os escritores debatem de que maneira essas obras atuam como meios para resgatar memórias subalternas e locais industriais relegados ao esquecimento.

Palavras-chave: Documentário; Patrimônio Industrial; Documento.

Abstract: This text investigates documentary as a repository of memories and historical records in the field of industrial heritage, examining the films *Entre Tecidos, Fios e Nós (2012)* and *A Velha Chaminé (2025)*. Based on the conception that cinema, particularly documentary, can function as a political tool and a subject of historical investigation, the authors discuss how these works act as means of recovering subaltern memories and industrial sites relegated to oblivion.

Keywords: Documentary; Industrial Heritage; Document.

Introdução

Durante as últimas décadas, o crescimento do número de trabalhos que tomaram o cinema e suas obras como objeto de estudo da História se tornou capaz de demonstrar que um novo leque de proposições para a pesquisa histórica se abria e se fazia possível.

Marc Ferro no século XX já apontava para a necessidade de pensar o cinema enquanto objeto de estudo da História, em alguns casos como fonte.

Suas questões foram preliminares em um campo que se tornou complexo e amplo ao longo das décadas e hoje configura uma abordagem histórica atrativa e benquista nas pesquisas acadêmicas. Os papéis que os regimes políticos ao redor do mundo ao longo do século XX e XXI estabeleceram para as produções cinematográficas fizeram o olhar do historiador se atentar ainda mais para o cinema.

Agora o cinema, em conjunto com as obras escritas, é capaz de moldar e sensibilizar comunidades inteiras, mostrando-se fundamental para regimes políticos que buscavam estabelecimento institucional e anuência de um grande público.

Fato é que o uso dessa ferramenta como instrumento político desde que nasceu não parou de crescer, as quantias exorbitantes destinadas às produções cinematográficas não pararam de crescer, sempre quebrando recorde um atrás do outro. Esse investimento e atenção para esse instrumento não é à toa, desde a Alemanha do Terceiro Reich aos governos Trump 1 e 2 e os fenômenos neonazistas ao longo do mundo no século XXI, o cinema ocupou assento principal nos debates políticos e ideológicos de uma sociedade que tentava buscar no passado justificativas para ações do presente.

A utilização do cinema nesse sentido tem sido discutida largamente nos âmbitos acadêmicos, suas causas, prerrogativas e possíveis consequências, porém, aqui, trata-se de uma abordagem que ver no cinema, mais precisamente nos documentários, um espaço que gera suportes para memórias, coloca-o em destaque e o transforma em objeto de estudo da História de comunidades, sujeitos e espaços marginalizados pela tradição historiográfica.

Desprendendo-se das amarras comerciais do cinema e da necessidade de deformação histórica para o entretenimento, o presente texto discute a possibilidade de os documentários produzidos nesse contexto serem capazes de configurar *Lugares de Memória*, ou ao menos, suportes de uma memória que está desaparecendo.

Os dois documentários sobre o patrimônio industrial do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú, *Entre tecidos, fios e nós* (2012) e *A Velha Chaminé* (2025), demonstram como essas produções, em seus diferentes tons e objetivos, atuam tanto como ferramentas de protesto e preservação da memória coletiva quanto como fontes para operação historiográfica.

Além disso, a discussão empírica de dois documentários produzidos nesse contexto e com o dever social de proteção do Patrimônio Histórico fazem parte desse texto que busca na produção documentária uma possibilidade para a divulgação, preservação e rememoração do patrimônio, da memória e da história de diversos sujeitos.

Documentário como objeto de estudo da História

Como exposto por Choay (2007), as origens do patrimônio se encontram no século XV como noção de monumento em que referencia todo e qualquer objeto construído por uma comunidade de indivíduos para recordar outras gerações. O patrimônio, neste sentido, não é interpretado como neutro, ele é capaz de estabelecer uma noção afetiva a uma memória viva e coletiva. Ao longo do tempo, o patrimônio e o monumento enfrentam transformações que seguem processos históricos amplos e determinantes na constituição de conceitos históricos, como as Revoluções Francesa e Industrial, que mudam de maneira extrema a ordem do mundo.

Agora, o patrimônio faz parte do presente vivido e a tomada de consciência da ruptura das antigas noções de monumento para novas que nos informam sobre a capacidade de construção da identidade nacional, transformam completamente as formas de observar, analisar e proteger o patrimônio.

A distinção entre História e Memória feita por Nora (1993) é um primeiro passo para a constituição da ideia de suporte memorial pensado nesse texto. A História que requere uma operação historiográfica e uma reconstituição frente ao tempo, à cronologia e cronometria, diferencia-se da Memória que se apresenta como um processo em andamento, que envolve emoções e afetividades capazes de reunir comunidades que, por causa dos novos adventos do mundo, perderam a capacidade de lembrar espontaneamente. Essa distinção referencia a necessidade dos suportes memoriais, dado que a História possui uma corrente objetiva e científica que a sustenta por si só.

Jacques Le Goff, em seu livro *História e Memória*, introduz uma questão que considera fundamental para a produção historiográfica contemporânea e do tempo presente: a crítica aos documentos.

Pensando os documentos como produto fabricado por uma determinada sociedade, Le Goff defende a análise do documento enquanto monumento. Monumento é aquilo que o passado nos lega, documento é o que o historiador seleciona.

Essa nova percepção sobre os documentos os considerando como monumentos tem o objetivo específico de produzir uma historiografia analítica de forma crítica e concreta com o cientificismo e a rigidez que se exige para a consolidação da História enquanto campo do saber científico. A relação documento/monumento implica a questão de que todo documento é mentira. Ele (o documento) resulta do esforço das sociedades para impor às gerações conseguintes determinadas imagens de si próprias (GOFF, 1990).

Focando nas condições e modos de produção dos documentos, Le Goff traz à luz o fato de que os documentos não são inócuos, neutros e vazios de sentido político e ideológico. Todo documento é mentira e verdade, cabe ao historiador analisá-los munido de crítica e desconfiança.

Os documentos/monumentos, portanto, incidem na operação que o historiador deve tomar conta de desmontá-los, como se fossem verdadeiros monumentos. Desmontá-los, despi-los e desestruturar esses monumentos a fim de analisar suas condições de produção (GOFF, 1990). A roupagem e a montagem dos documentos/monumentos tentam enganar o historiador e desviá-lo do caminho da desestruturação e crítica dos mesmos.

Ao tempo em que Le Goff escreve acerca dos documentos escritos, a diversidade documental ainda estava limitada à poucos suportes documentais de sua época. No século XXI, a produção historiográfica é construída com uma multiplicidade de tipos de fontes documentais nunca antes vista.

Uma delas é o documentário, tido como uma espécie de produção fílmica não-ficcional que retrata a realidade e o mundo vivido. Essa narrativa acerca da realidade e do mundo vivido, do passado que volta a ser retratado por meio da narrativa documentária, tem se concretizado como uma ferramenta de entendimento do passado e de análise do mesmo que renova e regenera antigas formas de acessá-lo. Se antes o acesso ao passado estava diretamente ligado às fontes escritas, hoje o

documentário revestido de memória e testemunhos se configura como a forma mais acessível e possível de conhecimento do passado.

Essa prerrogativa tem perigos iminentes, no sentido de que o documentário, assim como os jornais e folhetins, por exemplo, também deve ser considerado como um monumento.

Assim como as fontes documentais tradicionais, os documentários não são inocentes e inócuos. Eles representam uma vontade e desejo político e ideológico que apenas a análise e a tomada dos mesmos enquanto monumentos e, portanto, mentiras e verdades, pode gerar uma produção historiográfica crítica e analítica (TOMAIM, 2019).

As análises e utilizações de produtos oriundos da cinematografia como fontes documentais não nascem no século XXI. Marc Ferro introduz essa questão ainda no século XX, em seu livro *História e Cinema*, em que atesta a necessidade de vincular as produções cinematográficas aos desejos e anseios do tempo presente em relação ao passado (FERRO, 2010).

Esse suporte fílmico é utilizado em larga escala, sobretudo com as produções ficcionais do cinema, porém as questões que se colocam sobre as produções ficcionais não diferem completamente dos documentários. Os documentários, como as narrativas ficcionais, podem ser inventivos tão quanto ou mais. Dialoga com as vontades e necessidades políticas do tempo presente (TOMAIM, 2019) e, logo, deve ser considerado como monumento a ser desmontado e desestruturado.

Pelo seu caráter informacional e não fictício, os documentários dão a sensação de acesso direto ao passado, munido de materiais capazes de tornar esse acesso possível, portanto, verdadeiro, legítimo e de grande credibilidade. Assim como Le Goff atenta os historiadores a não fazerem papéis de ingênuos na tentativa dos documentos/monumentos de enganá-los (GOFF, 1990), devem-se atentar também para a tentativa vinda dos documentários de fazê-los de ingênuos e enganá-los com sua roupagem e montagem. Pode-se falar em documentário/monumento.

Para tanto, é preciso tornar o documentário objeto de estudo da História antes de tomá-lo enquanto fonte de acesso ao passado. Os documentários estão impregnados de testemunhos e de memórias que tornam sua narrativa passível de credibilidade. Não apenas isso, o cinema não produz apenas imagens, trabalha também gerando afetos, intensificando a capacidade de sentir e emocionais os sujeitos fora do filme, externos a essa narrativa (DUBOIS, 2004).

Os testemunhos que são capazes de construir a narrativa documentária estão sempre em diálogo com propósitos políticos bem definidos, como toda fonte de acesso ao passado, os testemunhos e os documentários estão habitando um espaço e um campo político de conflitos e necessidades do tempo presente para com o passado. Ao abordar esses testemunhos e documentários enquanto monumentos ou produtos da monumentalização do passado, podemos ir ao encontro das considerações de Le Goff ao afirmar que os documentos são produtos construídos pelas sociedades do passado para legar ao futuro imagens de si próprias (GOFF, 1990). Não apenas imagens de si próprias, esses documentos e testemunhos estão estruturados de acordo com a narrativa que se objetivava ao iniciar a produção documentária, ainda que involuntariamente, há a desestruturação e reestruturação desses documentos e testemunhos a fim de produzir a narratividade que se tinha vontade desde o início da produção do documentário. Essa virada de percepção dos documentários como monumentos, será capaz de chegar à conclusão de que "como não existe um 'documento-verdade', não existe também um 'documentário-verdade'" (TOMAIM, 2019, p.119).

Os documentários estão inseridos dentro da lógica multimidiática do nosso tempo presente, capazes de constituir, assim como os filmes ficcionais, afetividades e sensibilidades. Essas produções fílmicas, para além dessa constituição afetiva, possuem propósitos bem definidos e sólidos, não sendo uma fonte de acesso ao passado, mas de compreensão das necessidades do tempo presente. Os campos políticos de conflitos acerca da necessidade de estruturar a narrativa de um passado que seja convergente com as necessidades ideológicas de um presente extremado e dividido com os desejos de cada conjunto e bloco político dão aos documentários e às produções ficcionais a responsabilidade não somente de sensibilizar, mas de construir uma imagem e uma memória capazes de satisfazer seus anseios. Portanto, os documentários e as narrativas ficcionais, a indústria cultural e multimidiática como um todo, devem servir para o historiador tomá-las enquanto monumentos capazes de serem desmontados e desestruturados numa perspectiva histórica que erija um saber e uma escrita historiográfica crítica, científica e nada ingênua.

Como muito frisado, esses produtos multimidiáticos nos servem também como fontes de acesso instantâneo ao que o nosso tempo deseja e às formas de lidar e se interessar pela história, pelo passado e todas as implicações que isso gere. Longe de acessar o passado de forma integral, os documentários nos fornecem munições que, se bem desestruturadas e investigadas, enriquecem o

trabalho do historiador e fazem da sua profissão uma necessidade básica na vida em um mundo globalizado e dividido.

Documentário enquanto Lugar de Memória

Entretanto, existe um bom número de documentários que desamarrados da lógica mercadológica de suas produções, foge à concepção apenas de documento/monumento. Esses documentários que, na maioria das vezes, rompe a tradição de esquecimento e negligência histórica acerca de muitos sujeitos e espaços, configurando uma abertura para o diálogo, análise e discussão de questões antes deixadas à margem.

A simplificação de nomenclatura dessas produções enquanto *Lugares de Memórias*, na ideia de Pierre Nora, parece-nos equivocada, porém, é nesse caminho que esses documentários caminham.

> Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p.13).

Criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, numa espécie de invenção de uma memória perdida, porque ela justamente não mais existe, evidencia que as produções documentais podem, por vezes, exercer a atividade de suporte da memória.

Documentários como *Cabra Marcado pra Morrer* (1984), *Democracia em Vertigem* (2019) e *Edifício Master* (2002), por exemplo, rompem uma lógica sistêmica de que o produto cinematográfico é ausente de projetos de memória e sentidos políticos. Essas produções, entretanto, atingem altos níveis de popularização e venda, portanto, são suportes de memórias um tanto quanto elevado.

De fato, a produção cinematográfica instrumentaliza memórias, atualizem sentimentos e ressentimentos, fazem novas configurações do indivíduo, de sua memória e sua experiência social (TOMAIM, 2019, p.122).

Através do cinema a memória pode ser criada, ressignificada e rememorada. O entendimento de que toda produção cinematográfica é uma obra coletiva, capaz de moldar, modelar e criar novas experiências com o mundo, pode-nos levar a considerar que a memória não apenas não mais existe, mas que sua reconstituição está diretamente ligada com projetos e elaborações políticas feitas no presente.

Há aqui dois caminhos: os documentários que buscam fazer justiça ao passado e aqueles que buscam deformar ideologicamente o que a historiografia determinou como factual.

Atentemo-nos ao primeiro. Os documentários que buscam fazer justiça ao passado estão incrustados por uma ideia de que uma determinada comunidade, sujeitos, espaços e fatos foram esquecidos e negligenciados e que faz parte do seu dever social resgatá-los. Esse é o caso evidente de *Cabra Marcado pra Morrer* (1984). O que Coutinho está desempenhando ao produzir essa obra não está ligada a uma lógica mecanicista e mercadológica do cinema, existe um dever social e político que o diretor está em busca, de fazer justiça e entrar em paz consigo e com os sujeitos presentes na obra.

Em contraposto com os documentários do *History Channel*, por exemplo, Coutinho não busca deformar o conteúdo a fim de fazê-lo mais atrativo ao comércio, ele está atento aos detalhes e à memória presente em sua obra. Mais do que isso, entende que a sua obra pode desempenhar um papel de suporte da memória marginalizada daqueles sujeitos, que seu trabalho pode ocupar o posto de *Lugar de Memória*. Ao se desprender do comércio e da venda da obra de arte, Coutinho produz uma das obras mais caras ao cinema brasileiro e uma das mais justas historicamente.

É necessariamente nesse posto que uma gama de produções documentárias adentra, ao abrir mão da deformidade histórica e da venda cinematográfica, produzindo obras capazes de atravessar e tocar comunidades esquecidas e marginalizadas pela História oficial. Reconstroem, ressignificam e rememoram uma memória que tida enquanto instrumento capaz de constituir História, estava sem um suporte e um lugar que a fizesse permanecer historicamente. Não é preciso apontar o axioma que esse trabalho de reconstrução, ressignificação e rememoração pode trazer, as problemáticas são inúmeras, entretanto, agora essa memória possui um suporte, gerando acesso e leitura analítica, assim como os arquivos e os museus, afinal, nem os documentários, nem os arquivos e museus são inócuos e capazes de ocultar suas motivações políticas.

Documentário e o Patrimônio Industrial: o caso de "A vida entre tecidos, fios e nós" e "A velha chaminé"

Os documentários, ambos produzidos por projetos acadêmicos do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú, possuem uma linha cronológica de produção.

Entre tecidos, fios e nós[6] é uma produção datada de 2012, possui cerca de 13 minutos e conta com depoimentos de ex-trabalhadores da Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano, importante indústria no processo de industrialização na cidade de Sobral, no sertão cearense. Esse documentário é produzido embasado em evidências e textos históricos importantes e tem um discurso de autoridade ao inserir na produção historiadores e intelectuais que pensam a fábrica, seus trabalhadores e os modos de sociabilização ali presentes. Além disso, reconstrói, ressignifica e rememora experiências de trabalhadores da fábrica, através de entrevistas e do método de fonte a partir da História Oral.

O filme inicia apresentando um excerto do Jornal Correio da Semana de 1972 em que discorre sobre a Revolução Industrial em Sobral que surge em 1894, com a construção da Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano, em que pensa como um marco histórico que influencia a trajetória e a historicidade da cidade. Em seguida, relatos de ex-trabalhadores da fábrica são introduzidos, marcando o contraste da romantização feita pelo jornal de 1972, demonstrando através dos relatos as condições de trabalho que, se na Inglaterra do século XIX era capaz de exterminar homens e mulheres através da insalubridade, em Sobral não foi diferente.

As transformações causadas pela instalação da fábrica são relatadas por economistas e historiadores, que se atem apenas à dimensão econômica, enquanto a fala do historiador Denis Melo referencia as transformações sociais pelas quais a cidade passa. A Revolução Industrial em Sobral alarga a capacidade de sociabilidade e muda a dinâmica em que se encontrava, a igreja deixa de ser o centro de responsabilidade administrativa e há novas maneiras de se observar o mundo.

Os trabalhadores entrevistados relatam a jornada de trabalho, de 8 horas diárias, em que havia 3 turnos de trabalho durante para manter o funcionamento da fábrica integralmente. Esses sujeitos rememoram a situação precária de alimentação e descanso durante o trabalho e a animosidade da gerência da fábrica com os trabalhadores. Desse ponto de vista, essa produção destaca que na mesma medida em que a cidade cresce e se transforma, ela ver seus indivíduos serem explorados e exauridos a trabalhar, como a maioria dos processos históricos acontecem.

O documentário possui um caráter informativo evidente e, sobretudo, de resgate e rememoração de práticas cotidianas e plurais ao longo dos anos da fábrica de tecidos. Ao inserir na produção relatos e testemunhos de trabalhadores, o filme indica um suporte ou lugar para que essas

[6] https://www.youtube.com/watch?v=58rUcaRT2rU

memórias se estabeleçam e perdurem ao longo do tempo. A partir desse suporte ou lugar, é possível pensar e problematizar os discursos em debate na produção. A elaboração do filme acontece em um contexto histórico em que há a tentativa de expor a relevância histórica e social que a fábrica tem para a cidade, a fim de garantir a proteção e preservação daquele espaço. Os relatos dos trabalhadores destacam a exploração, mas a grandiosidade daquele espaço que não se reduz apenas ao trabalho, mas à sociabilidade e novas formas de entender o mundo, ao alargamento da realidade de diversos indivíduos.

A Velha Chaminé[7], datada de 2025, por outro lado, possui um caráter de manifesto e protesto. Se *Entre tecidos, fios e nós* ***(****2012****)*** o discurso caminha ao encontro da informação e da rememoração de memórias dos trabalhadores da fábrica, *A Velha Chaminé (2025)* nasce da urgência em relação a preservação dos elementos materiais que compuseram a fábrica.

Em emergência devido ao fato de a estrutura física da fábrica estar prestes a ruir, o documentário se manifesta em protesto contra a negligência e o esquecimento daquele espaço, coloca-o em evidência como parte fundamental do espaço urbano de Sobral.

Esse lugar de protesto assume uma forma política sólida ao evidenciar as pesquisas e os pesquisadores que se dedicam ao estudo desse espaço, que colocam nesse espaço seus debates e pesquisas em direção a um entendimento da construção urbana e dos modos de sociabilidade e de um dito progresso da cidade de Sobral. Os elementos políticos são evidentes, dado a negligência do poder público para a preservação da estrutura física da fábrica, reclamando uma postura que combata o esquecimento de um espaço fundamental para a compreensão da cidade.

Se por um lado *Entre tecidos, fios e nós (2012)* visa o reconhecimento e a rememoração do espaço fabril e de seus sujeitos a partir de evidências e debates históricas, *A Velha Chaminé (2025)* coloca-se em posição de protesto em consequência do esquecimento e negligência desse espaço fabril e de seus sujeitos. Ambos são protestos e projetos de reconhecimento, mas um mais que o outro.

Entre tecidos, fios e nós (2012) traz uma fala curiosa do historiador Denis Melo, ao afirmar as políticas de esquecimento da cidade de Sobral, leva-nos a considerar a importância da produção de

[7] https://www.youtube.com/watch?v=1IKPxYnn6OU

ferramentas que busquem o contrário, políticas de rememoração. Assim o é a produção historiográfica, mas que pode vir a ser também os documentários e os suportes multimidiáticos.

Considerações finais

A utilização do cinema enquanto instrumento político de movimentação de massas e estabelecimento de regimes e práticas políticas coloca o historiador na posição de encarar essa ferramenta e tomá-la como seu objeto de estudo. Mais do que isso, impõe ao historiador a tarefa e a dificuldade de pensar outros objetivos e linhas narrativas para o cinema e suas produções. Se o aproveitamento de uma linha discursiva que serve para a mobilização e a estabilidade de movimentos políticos que buscam a deformação daquilo que a História tem como factual e cientificamente sólido tem tomado proporções antes não vistas, o historiador toma essa linha discursiva como seu documento/monumento capaz de desmontá-lo e incomodar os objetivos de suas produções. Além disso, produções simultâneas que longe de objetivar a deformação histórica, colocam em evidência fatos, sujeitos e espaços esquecidos pela História oficial tendem a incomodar ainda mais. Se movimentos políticos de extermínio e esquecimento da memória coletiva e comunitária colocam-se prontos para o embate e a batalha, os historiadores não estão muito atrás em nível de preparação e munição para tanto.

Os dois filmes expostos e analisados são uma resposta para a política de extermínio dos aparelhos monumentais e patrimoniais da cidade de Sobral. Estabelecer um suporte capaz de atingir massas e impregnar no debate público e político, a fim de abraçar e agarrar aquilo que constitui a memória coletiva de um grupo de trabalhadores não deixa de ser algo que a História, com a ajuda da interdisciplinaridade que alarga os horizontes da nossa ciência, deve se ater e protestar. *Entre fios, tecidos e nós* (2012) e *A Velha Chaminé* (2025) além de instrumentalização do protesto em apoio massivo e midiático, são produções com gritos de protesto para a preservação e manutenção de aparelhos prestes a desabar por negligência e projetos políticos de extermínio da memória.

Referências bibliográficas

AGUIAR, C. A. de. Cinema e História: documentário de arquivo como lugar de memória. Revista Brasileira de História. **São Paulo**, v. 31, nº 62, p.235-260, 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Unesp, 2011.

DUBOIS, P. **Cinema, vídeo, Godard**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e terra, 2010.

GAUTHIER, G. **O documentário**: um outro cinema. Campinas: Papirus, 2011.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1990.

NORA, P. Entre História e Memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, n° 10, p. 07-28, 1993.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROCHA, Herbert. **O Lado Esquerdo do Rio**. São Paulo: Hucitec, 2003.

SALES, Telma Bessa. **Sobral**: outros olhares, outras memórias, outras histórias. Sobral: Instituto ECOA, 2012.

TOMAIM, Cássio dos Santos. Documentário, história e memória: entre os lugares e as mídias "de memória" Significação – **Revista de Cultura Audiovisual**, vol. 46, núm. 51, 2019, Janeiro-Junho, pp. 114-134.

ZÚÑIGA, Paulina. Patrimonio y memoria: una relación en el tiempo. **Revista de historia y geografía**, n. 36, p. 189-194, 2017.

Referências fílmicas

A VELHA CHAMINÉ. Telma Bessa Sales, Brasil, 2025.

CABRA MARCADO PARA MORRER. Eduardo Coutinho, Brasil, 1984.

DEMOCRACIA EM VERTIGEM. Petra Costa, Brasil, 2019.

EDIFÍCIO MASTER. Eduardo Coutinho, Brasil, 2002.

ENTRE TECIDOS, FIOS E NÓS. Telma Bessa Sales, Brasil, 2012.